

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

ANAIIS
DO
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

VOL. III

1942



1945
IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL

S U M A R I O

- GUSTAVO BARROSO — A Heráldica dos Vice-Reis.
EDGARD DE ARALIJO ROMERO — Circulação do Ouro em Pó e em Barra —
As Casas de Fundição.
ANGYONE COSTA — Significado e correlação da tanga com a arqueologia do
Brasil.
PAULO OLINTO — Aspectos do Rio Antigo.
NAIR DE MORAIS CARVALHO — O Barão da Vitória no Museu Histórico.
YOLANDA MARCONDES PORTUGAL — O Culto da Virgem Maria na Numismática.
JENNY DREYFUS — A louça brasonada no Museu Histórico.
NILZA BOTELHO — Evocações de Botafogo Antigo.
FORTUNÉE LÉVY — Moedeiros.
ADOLFO DUMANS — A idéia da criação do Museu Histórico Nacional.

APÊNDICE :

- GUSTAVO BARROSO — Esquematização da História Militar do Brasil.
" " — Museu Ergológico Brasileiro.
" " — Os Museus e a Guerra.
M. H. N. — Arquitetura Nacional.
M. H. N. — Um valioso presente para o Museu Histórico.
M. H. N. — Tocante solenidade.

COMUNICAÇÕES :

- HÉLIO GALVÃO — A Capela de Cunhaú.
ROBERTO THUT — Um enigma heráldico.
A. S. M. — O Museu Histórico do Brasil.

A HERÁLDICA DOS VICE-REIS

A Ciência Heróica ou Arte Heráldica é uma linguagem simbólica que data dos tempos mais antigos e foi definitivamente regulada pelos Reis de Armas, Arautos e tratadistas da matéria, do século XIV ao século XVIII. Sem o seu conhecimento perfeito, é impossível interpretar inúmeros documentos iconográficos e classificar relíquias e objetos artísticos e históricos. Esse curiosíssimo código hieroglífico obedece a regras imutáveis e baseia-se em conhecimentos complexos.

A heráldica ensina a compreender e ler os brasões, isto é, os símbolos da antiga nobreza, que indicam as genealogias, os títulos e a história dos indivíduos, das famílias, e das nações. Na sua complexidade, encerra grandes belezas e testemunha todo o modo de viver duma sociedade desaparecida. É, em resumo, o índice mais elevado e completo da civilização que Augusto Comte denominou, com absoluta propriedade e seguro fundamento científico: católica-feudal.

Os escudos em que se pintam, interna ou externamente, os símbolos desta florida linguagem podem ser de metais, côres ou peles, considerados os primeiros e segundos como "esmaltes". Os metais são dois, as côres cinco e as peles quatro: ouro e prata; azul, vermelho, negro, verde e púrpura; arminho e contra-arminho, veiros e contra-veiros. Além dessas, as côres de carnação e as naturais de animais, vegetais e minerais. Alguns tratadistas acrescentam às cinco côres citadas mais duas geralmente adotadas na heráldica flamenga e inglesa; sanguíneo e alaranjado. Em Portugal, a púrpura é denominada às vêzes "sanguinho". Há especialistas que nem a púrpura admitem, assegurando que ela provém

dum equívoco; os braços recobertos de prata brunida ou folheada perderam o brilho dêsse revestimento com a ação do tempo e adquiriram o tom avermelhado.

Tratar pormenorizadamente dêsse assunto básico da Heráldica daria matéria para um volume. Nos limites estreitos dum simples estudo, bastará explicar o significado dos sete esmaltes principais — dois metais e cinco côres. Esse significado é, no dizer dos mestres heraldistas, um verdadeiro mistério que envolve na sua simbologia a vida do homem no sentido espiritual e material, a natureza que o rodeia e o próprio código de honra que deve nortear a sua ação como fidalgo e cavaleiro.

Tais esmaltes indicam as virtudes e qualidades do individuo. correspondem aos minerais, aos vegetais, à cronologia e ao sistema planetário, aos próprios ditames do código da antiga Cavalaria. Exemplifiquemos:

1 — O *Ouro* corresponde:

- Nas virtudes cristãs, à Fé e à Clemência;
- nas virtudes mundanas, à Nobreza, à Riqueza e à Generosidade;
- nas pedras preciosas, ao Topázio;
- nos símbolos zodiacais, ao Leão e ao Sagitário;
- nos dias da semana, ao Domingo;
- nos meses do ano, a Julho e Agosto;
- nos quatro elementos, ao Fogo;
- nas árvores, ao Loureiro;
- nas flores, ao Heliotrópio;
- nos animais, ao Leão;
- nos peixes, ao Delfim;
- nos planetas, ao Sol;
- nos temperamentos, ao Sanguíneo;
- nas idades do homem, à Plena Mocidade;
- no Código da Cavalaria, obriga os que o têm em suas armas à defesa do bem e da honra de seus Príncipes e de suas Pátrias.

2 — A *Prata* corresponde:

- Nas virtudes cristãs, à Humildade e à Castidade;
- nas virtudes mundanas, à Gentileza, à Beleza e à Franqueza;
- nas pedras preciosas, à Pérola;
- nos símbolos zodiacais, ao Câncer, aos Peixes e ao Escorpião;
- nos dias da semana, à Segunda-feira;
- nos meses do ano, a Janeiro e Fevereiro;
- nos quatro elementos, à Água;
- nas árvores, à Palmeira;
- nas flores, ao Lírio;
- nos animais, ao Arminho;
- nos peixes, ao Golfinho;
- nos planetas, à Lua;
- nos temperamentos, ao Cerebral;
- nas idades do homem, à Velhice;
- no Código da Cavalaria, obriga a socorrer e defender as donzelas e os órfãos.

3 — O *Azul*, que heràldicamente é denominado “Blau” e por alguns autores Safírico, Celeste ou Turquino, corresponde :

- Nas virtudes cristãs, à Justiça e à Perseverança;
- nas virtudes mundanas, à Vigilância e à Lealdade;
- nas pedras preciosas, à Safira e à Turquesa;
- nos metais, ao Estanho;
- nos símbolos zodiacais, à Libra, aos Gêmeos e ao Aquário;
- nos dias da semana, à Quarta-feira;
- nos meses do ano, a Setembro;
- nos quatro elementos, ao Ar;
- nas árvores, ao Choupo;
- nas flores, à Violeta;
- nos animais, ao Camaleão e ao Pavão;
- nos planetas, a Venus;
- nos temperamentos, ao Calmo;
- nas idades do homem, à Mocidade;
- no Código da Cavalaria, obriga a socorrer os servidores fiéis privados de seus salários.

4 — O *Vermelho*. Em heráldica "Goles". Marcial chamou-lhe *Ruivo* e Ovídio, *Cróceo*. Outros dizem: *Bélico*, *Vermelho*, *Sangue*, *Escarlata*, *Rubro*. Sobre a origem do termo técnico "Goles" há divergências. Certamente baseado no que disse S. Bernardo — *quam gulas vocant*, o heraldista Féron escreve: "Pource que toutes bestes devorant leur proye ont les gueules sanguinolantes et de rouge exuberantes". Assim, goles, em francês "gueules" seria côr das guelas. Há outras etimologias. Do hebraico "Galud", placa de couro vermelho; do latim "Cusculum", grão com que se fabrica a tinta escarlata. Do persa "Ghul", esmalte vermelho, a mais aceitável. Goles afinal corresponde:

- Nas virtudes cristãs, à Caridade e ao Amor;
- nas virtudes mundanas, à Coragem e à Magnanimidade;
- nas pedras preciosas, ao Rubi;
- nos metais, ao Cobre e ao Bronze;
- nos símbolos zodiacais, a Áries;
- nos dias da semana, à Terça-feira;
- nos meses do ano, a Março e Outubro;
- nos quatro elementos, ao Fogo;
- nas árvores, ao Cedro;
- nas flores, ao Cravo;
- nos animais, ao Pelicano;
- nos planetas, a Marte;
- nos temperamentos, ao Colérico;
- nas idades do homem, à Virilidade;
- no Código da Cavalaria, obriga a socorrer às vítimas da opressão e da injustiça.

5 — O *Negro*. Chama-se heráldicamente "Sable", porque é côr de saibro, côr de terra. Corresponde:

- Nas virtudes cristãs, à Sabedoria e à Prudência;
- nas virtudes mundanas, à Simplicidade e à Honestidade;
- nas pedras preciosas, ao Diamante;
- nos metais, ao Chumbo;
- nos símbolos zodiacais, ao Touro e ao Capricórnio;
- nos dias da semana, ao Sábado;
- nos meses do ano, a Dezembro;

- nos quatro elementos, à Terra;
- nas árvores, à Oliveira;
- nas flores, à Tulipa;
- nos animais, ao Corvo;
- nos planetas, à Terra;
- nos temperamentos, ao Melancólico;
- nas idades do homem, à Caduquice;
- no Código da Cavalaria, obriga a socorrer os homens de letras e as viúvas.

6 — O *Verde*, chamado “Sinopla” do latim “Sinopsis”, nome do pôrto de Sinope na Ásia Menor, de onde vinha o melhor esmalte verde, corresponde:

- Nas virtudes cristãs, à Esperança;
- nas virtudes mundanas, à Honra e à Cortesia;
- nas pedras preciosas, à Esmeralda;
- nos metais, ao Mercúrio;
- nos símbolos zodiacais, à Virgem;
- nos dias da semana, à Sexta-feira;
- nos quatro elementos, à Água;
- nos meses do ano, a Maio;
- nas árvores, ao Pinheiro;
- nas flores, à Sempreviva;
- nos animais, ao Papagaio;
- nos planetas, a Mercúrio;
- nos temperamentos, ao Fleugmático;
- nas idades do homem, à Infância;
- no Código da Cavalaria, obriga a defender os camponeses e os pobres.

7 — A *Púrpura* que os espanhóis denominam “una mistión”, ou mistura, por ser composta de tôdas as côres e metais, participando de ambas essas espécies de esmaltes corresponde:

- Nas virtudes cristãs, à Fé e a Devoção;
- nas virtudes mundanas, à Grandeza e à Generosidade;
- nas pedras preciosas, ao Rubí-Balaio;
- nos metais, ao Ferro;
- nos símbolos zodiacais, ao Leão;

- nos dias da semana, à Quinta-feira;
- nos meses do ano, a Novembro;
- nos quatro elementos, ao Ar;
- nas árvores, ao Abeto;
- nos animais, ao Galo;
- nas flores, ao Iris;
- nos planetas, a Júpiter;
- nos temperamentos, ao Ardente;
- nas idades do homem, à Virilidade;
- no Código da Cavalaria, obriga à defesa dos eclesiásticos.

No prólogo do seu primeiro livro sobre as divisas e brasões, Le Féron afirma que os troianos foram os primeiros a dar nomes aos esmaltes heráldicos, fazendo-os corresponder aos dias da semana e aos sete planetas.

Na opinião de Marc de Ulson, Senhor de la Colombière, sem dúvida o mais notável heraldista do século XVIII: "os talhos e golpes recebidos na guerra sobre os escudos foram representados sobre êsses com esmaltes e cores; depois, veio o uso de neles pintar imagens e retratos dos antepassados que valentemente se portaram nos combates, o que passou a servir de marca e sinal para se conhecer o guerreiro que os trazia..."

Assim, nasceu a Heráldica.

Antes de escrever com letras, a humanidade sempre escreveu com símbolos.

A Heráldica, — índice da civilização medieval, é, assim, uma linguagem simbólica que nos conta, às vezes até pormenorizada-mente, a história pública e a íntima da Nobreza, casta para uns, raça para outros, cujos membros, outrora, além do oceano, construíram e defenderam as nações brotadas das ruínas do Império Romano. O probo e ilustríssimo heraldista português Santos Ferreira escreveu que "uma antiga tradição, conservada entre os monges beneditinos portugueses, atribue a D. Afonso III a idéia de mandar esculpir, na galilé do mosteiro de Pombeiro, os escudos de armas das famílias nobres do Reino; porventura com a intenção de ali fundar o cemitério privativo da nobreza, cuja guarda, por pri-

vilégio ou pretensão, competia àquela Ordem. Posto que para fim bem diferente, foi mais tarde renovada e realizada por D. Fernando I a idéia de reunir as armas da nobreza na feitura de certa tapeçaria, cuja beleza artística foi celebrada, por antigos cronistas, com as mais encomiásticas referências". A Heráldica, debuxada, assim, na pedra eterna ou na tapeçaria perecível, era como que a história viva dos fundadores da Nação. Ciência Heróica é, pois, essa Heráldica, no bom dizer clássico de Mestre Marc de Ulson, Senhor de la Colombière, Cavalheiro de S. Miguel e Gentilhomen Ordinário da Casa Real, no seu livro que trata da mesma e de sua origem, impresso pelo Impressor do Rei de França, Sebastião Mabre-Cromoisny, na rua de S. Tiago das Cegonhas, em Paris, no ano da Graça de 1669: "... la science des armes, laquelle je nomme Heroïque, puis qu'elle n'a pour but et pour fondement que le nom et les armes de ceux qui par leurs heroïques actions, ou par celles de leurs devanciers, ont glorieusement acquis leur noblesse et leur armes." E conclue: "... je dis que les signes guerriers que nous nommons maintenant armes ou armoiries, sont ausssi anciens que l'antiquité mesme".

O significado do seu alfabeto ideográfico foi admiravelmente traçado por Francis Quarle, reputado e antiquíssimo heraldista britânico, segundo a citação de Millington: "Um emblema é uma parábola silenciosa. Antes de ser conhecido por Letras, Deus foi revelado por hieroglifos. E, na verdade, que são os céus, a terra e tôdas as criaturas senão hieroglifos e emblemas de sua Glória?"

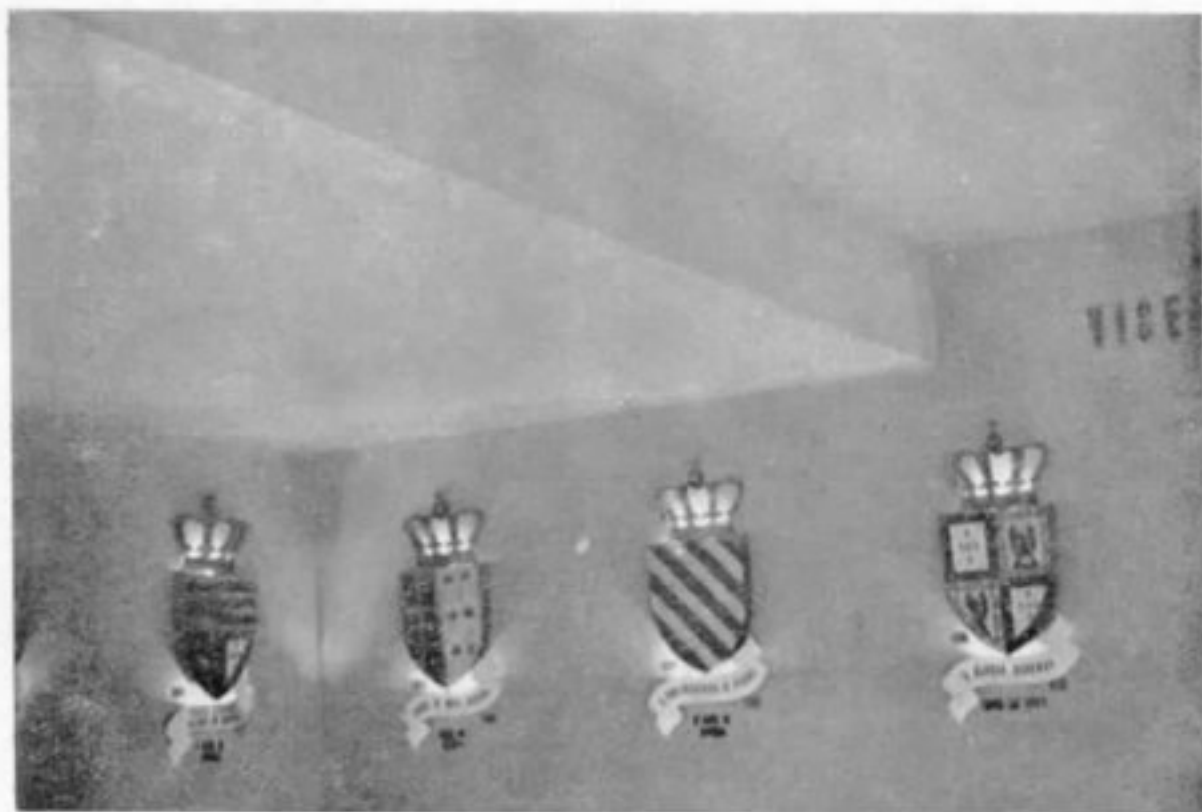
E outro notável mestre conclue: "As armas são sinais visíveis e representações exteriores da Nobreza, adquirida pela própria virtude ou pela dos seus ancestres. São seu sêlo e mais autêntico caráter, pois os brasões não passam de símbolos condensados, linguagem hieroglifica a designar feitos de armas ou as outras virtuosas ações dos que foram dignos de usá-la e transmiti-la aos descendentes, para serem incitados por essa figuração mística, sempre aos seus olhos presente, a se tornarem tão dignos herdeiros das suas virtudes como o são dos seus illustres símbolos heráldicos".

O mesmo pensamento que tiveram D. Afonso III e D. Fernando I, de reunirem num só lugar as assinaturas ou sinais distintivos da gente nobre — espada, fundamento e sustentação das an-

tigas Monarquias, presidiu decerto a pintura de 1515 a 1520 dos brasões da Heráldica Nacional, compendiada desde os Officiais d'Armas de D. João I, o Mestre de Aviz, Consolidador da Independência do Reino, no teto oitavado e em cúpola da Sala dos Veados, no velho paço de Sintra. O Conde de Sabugosa nô-la descreve minuciosamente, valendo-se de Anselmo Braancamp Freire. Os escudos de armas pendem, nos frisos e painéis, do colo de cervos, entre cujas galhadas se vêem os seus timbres. São ao todo 72. No fêcho da abóbada, as armas de D. Manuel, que edificou a Sala sôbre os aposentos onde nasceu e morreu El-Rei D. Afonso V. *De prata com cinco escudetes de azul postos em cruz e carregados cada um de cinco besantes do campo postos em santor; bordadura de vermelho carregada de sete castelos de ouro; coroa fechada de dois meios círculos; por timbre, uma serpe alada, nascente, de ouro.* Em roda, as armas de oito de seus filhos: as mesmas do Rei com as suas diferenças: Nas do Infante D. João, *banco de pinchar ou lambel de ouro com dois pendentés; nas do Infante D. Luiz, cada pendente do lambel franchado e cosido de prata, tendo no chefe e na ponta um castelo de vermelho e nos flancos uma águia de negro; nas do Infante D. Fernando, os pendentés do lambel franchados e cosidos de ouro e prata, tendo no ouro quatro palas de vermelho e na prata uma águia de negro; nas dos Infantes D. Afonso, D. Henrique e D. Duarte, idem; nas das Infantas D. Isabel e D. Beatriz, escudo em lisonja, partido: no primeiro de prata lisa, no segundo de Portugal.*

Os 72 escudos dos Veados incluem estes nomes da Fidalguia Portuguesa, a começar pela direita de quem entra na Sala: Noronhas, Coutinhos, Castros (de Penha Verde), Ataíde, De Eça (Ecca), Meneses, Castros (de Espanha), Cunhas, Sousas, Peireiras, Vasconcelos, Melos, Silvas, Albuquerque, Andradas, Almeidas, Manuéis, Febos-Moniz, Limas, Távoras (mandado raspar pelo Marquês de Pombal), Henriques, Mendonças Furtado, Albergaria, Almadas, Azevedos, Castelos Brancos, Abreus, Britos, Mouras, Lobos, Sás, Côrtes-Reais, Lemos, Ribeiros, Cabrais, Mirandas, Tavares, Mascarenhas, Sampaio, Malafaias, Meiras, Aboins, Carvalhos, Motas, Costas, Pessanhas, Pachecos, Soutomaior, Lobatos, Teixeiras, Valentes, Serpas, Gamas, Nogueiras, Betancor

(Bettencourt), Góis, Pestanas, Barretos, Coelho (sumidas com o tempo), Queirozes, Ferreiras, Siqueiras, Cerqueiras, aliás Cerveiras, Pimentéis, Foios, aliás Goios, Arsas, aliás Arcas, Pintos, Gouveias, Vieiras, Aguiares e Borges.



Brasões dos Vice-Reis do Brasil guarnecendo as paredes da vasta sala da Exposição Histórica do Brasil no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, em Belém, Lisboa, ano de 1940.
Efeito da iluminação, à noite

Aqui e ali, vestígios de restauros, tábuas carcomidas e, abaixo de tudo, "no friso das paredes, em grandes letras douradas, esta quadra anônima e altamente expressiva:

*Pois com esforços leais
Serviços foram ganhadas
Com estas e outras tais
Devem de ser conservadas.*

Ao olhar dos estudiosos da vasta e complexa matéria heráldica, essas aglomerações de escudos contam as memórias do passado, de gentes e de seus feitos. O armorial documenta e ilustra a história.

Por essas razões, em 1940, quando dirigi em Lisboa, ao pé dos Jerônimos, no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, a Exposição Histórica do Brasil, e tive de mandar decorar as altas paredes da imensa quadra, onde devia arrumar as relíquias do nosso período colonial, recorri à Heráldica e cortei com os brilhos dos metais, a louçania das côres e a singularidade das peças dos escudos dos 15 Grandes Fidalgos portugueses, que foram Vice-Reis do Estado do Brasil, a linheira monotonia dos pés-direitos. Esses brasões falariam de sua nobreza e lembrariam o valor das estirpes em que se radicavam. Diriam ainda da importância que as mais altas e prestigiosas figuras da Côrte, com lustre de serviços no mar e em terra, nas armas e na governação, davam ao cargo de legados do Rei na minha pátria distante e ainda semi-bárbara.

Um jovem e consagrado artista português, Antônio Cristino; fez em madeira êsses motivos heráldicos, que produziram o melhor efeito. Ao terminarem as Comemorações dos Centenários da Fundação e Restauração de Portugal, encerrando-se a linda Exposição de Belém, não os entreguei à destruição ou ao abandono. Apeei-os, encaixotei-os e trouxe-os para o Brasil. Aqui os restaurei e adaptei à ornamentação da Sala dos Vice-Reis, que fica à entrada do Museu Histórico e se destina à mostra de porcelanas e cristais antigos.

Êles ali recordam ao visitante culto os grandes vultos que, representando o Rei de Portugal, geriram dêste lado do Atlântico os destinos das então possessões da Real Coroa, seus costados fidalgos, sua raça, suas pessoas. Relembrem sua permanência à testa da administração brasileira na Bahia ou no Rio de Janeiro, seus títulos, sua gerarquia.

São 15 relativos aos 15 Vice-Reis do Brasil; mas em verdade sòmente doze diferentes, pois que há repetições de alguns, correspondentes a representantes da mesma casa e da mesma mercê.

* * *

A importância crescente dos estabelecimentos portugueses em várias partes do Brasil, os progressos reais de algumas Donatárias ao lado do absoluto abandono de outras, as desavenças que lavra-

ram entre os primeiros colonos, as ameaças das tribus bárbaras e das nações estrangeiras, determinaram no século XVI a administração da Metrópole a estabelecer na imensa Colônia um Governo Geral capaz de centralizar esforços, manter a disciplina e impor a ordem. Escolheu-se para esse longínquo e árduo pôsto um veterano da África e da Índia, antigo Capitão de Nau da Armada de Fernão de Andrade, Tomé de Sousa.

Ele iniciou a longa série de Governantes do Brasil Colonial, que duraria 259 anos, de 1640 em diante, lista de Governadores Gerais, interrompida aqui e ali por Vice-Reis, afinal por estes definitivamente substituída, depois de 1720. Tomé de Sousa, 1.º Governador e Capitão General do Brasil, chegou à Bahia com seu séquito de colonos, soldados e jesuitas a 29 de março de 1549 e só regressou a Portugal em 1553.

De Tomé de Sousa ao 1.º Vice-Rei, o Marquês de Montalvão, reinando sobre Portugal El Rei D. Filipe III, IV de Castela, contam-se os seguintes Governadores e Capitães Generais:

- 2.º — D. Duarte da Costa, de 1553 a 1557.
- 3.º — Mem de Sá, de 1557 a 1572.
- 4.º — Luiz de Brito e Almeida, de 1573 a 1578.
- 5.º — Lourenço da Veiga, de 1578 a 1581.
- 6.º — Manuel Teles Barreto, de 1583 a 1587.
- 7.º — D. Francisco de Sousa, de 1591 a 1602.
- 8.º — Diogo Botelho, de 1602 a 1607.
- 9.º — D. Diogo de Menezes, de 1608 a 1612.
- 10.º — Gaspar de Sousa, de 1613 a 1617.
- 11.º — D. Luiz de Sousa, de 1618 a 1621.
- 12.º — Diogo de Mendonça Furtado, de 1621 a 1624.
- 13.º — D. Francisco de Moura Rolim, de 1625 a 1626.
- 14.º — Diogo Luiz de Oliveira, de 1626 a 1635.
- 15.º — Pedro da Silva, de 1635 a 1638.
- 16.º — D. Fernando de Mascarenhas, 1.º Conde da Tôrre, de 1639 a 1640.

Dêsses nomes muitos já figuram no brasonário quinhentista do Paço de Sintra: Costa, Sá, Brito, Almeida, Barreto, Sousa, Menezes, Mendonça Furtado, Silva, Moura.

* * *

Se os nomes dos simples Governadores Gerais, na sua maioria, constam dos velhos armoriais portugueses, pintados como o da Sala dos Veados, que tantas vêzes contemplei; escritos como o "Livro de tôdas as armas das gerações de Portugal e outros de diversas partes do mundo", datado de 1576 e pertencente ao Infante D. Duarte, filho de D. Manuel I, ou o "Livro da nobreza e perfeição das Armas dos Reis Cristãos e nobres linhagens dos Reinos e Senhorios de Portugal", feito por Antônio Gordilho por ordem de D. Manuel, que muitas vêzes folhcei, tomando notas, na rica biblioteca do meu querido e particular amigo Afonso d'Ornelas, o grande heraldista do Portugal de hoje, quando estive ultimamente em Lisboa, os dos Vice-Reis neles se inscrevem com grande relêvo.

O título de Vice-Rei indica um delegado direto ou substituto dum Rei na administração dum Reino, Estado ou Província. Só a um alto fidalgo se dava incumbência de tal natureza, que implicava em poderes régios ou quase régios. Tal era a importância do cargo que alguns dos beneficiados com êle se arrogavam o direito, em nada justificado nas regras estatuídas da Heráldica, de encimarem o respectivo escudo com a Coroa Real. D. Pedro de Almeida, Vice-Rei da Índia, assim o fez, como se verifica do seu serviço em porcelana. E foi o seu exemplo, concretamente provado, que me autorizou a pôr essa Coroa Real sôbre as armas dos Vice-Reis do Estado do Brasil, na nossa Exposição Histórica em Belém.

* * *

A criação do Vice-Reinado no Brasil foi o último ato oficial do domínio espanhol. Até 1640, como vimos antes, a imensa colônia fôra governada por Governadores e Capitães Generais, numa

série ininterrupta desde Tomé de Sousa, de 1549 a 1553, até D. Fernando de Mascarenhas, 1.º Conde da Tôrre, de 1639 a 1640, contando-se 16 titulares. A necessidade da expulsão dos holandeses que se haviam apoderado de Pernambuco, de onde irradiava a sua conquista, impunha a nomeação de uma autoridade de maior renome e prestígio maior, afim de congregar os esforços de todos contra aqueles intrusos e herejes.

Essa nomeação, com o longo e significativo título de Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra e da Restauração do Brasil, recaiu num antigo Mestre de Campo na África e nas Armadas, Governador e Capitão General da praça de Mazagão, Governador e Capitão General do Algarve, D. Jorge de Mascarenhas, 1.º Marquês de Montalvão.

Seu curto govêrno foi acusado de dubiedade, por ter mandado, em tréguas com a Holanda, os têrços dos Capitães Paulo da Cunha e Henrique Dias saquearem e arrasarem terras em posse do inimigo, escrevendo ao Príncipe de Nassau, quando eles já voltavam carregados de botim, que o assalto era obra de tropas lusas fugidas e indisciplinadas, as quais podia aprisionar e punir. Ao chegar à Bahia, a 15 de fevereiro de 1641, a notícia da revolução portuguesa de 1 de dezembro de 1640, que aclamara Rei o Duque de Bragança sob o nome de D. João VI e dera fim ao domínio filipino, temeu-se que o Vice-Rei pendesse para os espanhóis a quem devia a sua elevação.

O fato é que estavam de guarnição na Bahia um têrço ou regimento de espanhóis e outro de napolitanos, sendo o Vice-Rei obrigado a usar de cautelas. Pôs incomunicável a caravela portadora da noticia e mandou reünir as tropas do país e as portuguesas sob o comando do Mestre de Campo General Joane Mendes de Vasconcelos. Após se ter assegurado de apoio eficaz, fez a aclamação do novo Rei. Os espanhóis e napolitanos não reagiram e pediram sòmente transporte para a Europa, que lhes foi dado; mas, tendo a urca que os conduzia, arribado a Paraíba, forçada pelo tempo, os holandeses os aprisionaram, bem como ao seu comandante, Heitor de la Calce.

O Jesuíta Francisco Vilhena, portador da nova da Restauração, e o Mestre de Campo Mendes de Vasconcelos, suspeitavam

da lealdade do Vice-Rei e, apesar dêste ter feito seu filho, D. Fernando de Mascarenhas, seguir logo para Lisboa, a prestar vassalagem ao novo soberano português, o prenderam e remeteram em ferros para aquela capital. Assumiram o govêrno as pessoas indicadas por D. João IV para substituírem o Vice-Rei: o Bispo D. Pedro da Silva, o Mestre de Campo Luiz Barbalho e Lourenço de Brito Correia.

Em Portugal, o ex Vice-Rei justificou-se e o Rei lhe confirmou as prerrogativas e mercês de 1.^o Marquês de Montalvão e 1.^o Conde de Castelo Novo, acrescentando-lhes as de Conselheiro de Estado, Vedor da Fazenda, Presidente do Conselho Ultramarino e Ministro do Despacho. Todavia, algum tempo depois, em 1644, acusado de entendimentos com a Espanha para trair o Rei, foi encarcerado no Castelo de S. Jorge em Lisboa. Dêle saiu em 1645 e a êle voltou, para morrer, em 1652. Para êsse triste fim, contribuiu muito o fato da fuga para Madrid, ao tempo da Restauração, de sua mulher com os filhos. Reconhecida antes de atingir a fronteira, a Marquesa foi prêsa no Castelo de Arraiolos. Chamava-se D. Francisca de Vilhena e era filha de Manuel de Melo Magalhães, antigo Governador de Malaca. Depois daquela fuga, continuou a praticar desatinos e intrigas a favor dos castelhanos, dando motivos aos inimigos de seu marido contra êle.

O escudo de armas do Marquês de Montalvão é o dos Mascarenhas: *De vermelho com três faixas de ouro.*

* * *

Brasão de alta expressão, todo de ouro e vermelho, tal qual o que Chaucer descreve num verso famoso:

A scheld all of gold so red

Na enumeração dos esmaltes heráldicos, que em geral começa pelo ouro, alguns heraldistas costumam pôr em primeiro lugar o vermelho seguido do ouro e da prata. Excetuando-se êsses, para todos os outros o vermelho é a primeira das côres.



Brasão de D. Jorge Mascarenhas, Marquês
de Montalvão, 1.º Vice-Rei do Brasil
1640-1641

A Faixa é uma peça nobre da Heráldica, a 4.^a na enumeração dos grandes tratadistas, que só reconhecem dez principais, illustres ou honrosas. Assim o são por terem sido postas em uso desde que se conhece a arte ou ciência dos brasões e porque, segundo opina um mestre, “étant posées toutes ensemble sur l’escu d’armes, qui représente le corps de l’homme, elles le couvrent entièrement, et semblent soutenir et parer les plus rudes coups que partent de la main des ennemis”.

Nestas armas do Marquês de Montalvão, tudo denota uma alta linhagem, sóbria e pura de misturas. O corpo do escudo, o campo, vestido de goles ou vermelho, símbolo heráldico das virtudes espirituais da Justiça e da Caridade, das virtudes mundanas da Coragem e da Magnanimidade. Representa ainda a Virilidade. E, no antigo código da Cavalaria, os que com ela brasonavam eram obrigados a socorrer os sequiosos de justiça e os oprimidos de tiranias.

Numa Ode Pindarica sôbre a Casa de França, o Senhor du Jour, velho heraldista francês, diz isto sôbre o vermelho:

*De là sont venus les escus,
Et les armes qu’ore on voit peintes ;
Armes qui jadis furent teintes
Dans le sang des Princes vaincus.*

*De là les cris et les devises,
Le métal avec les couleurs,
Dont curieux en mille guises
Ils ont blasonné leurs valeurs.*

Sôbre êsse campo vermelho, os Mascarenhas põem três *faixas* de ouro, do mais nobre metal, que, representando na verdade faixas ou cintas de honra, indicam uma nobreza de três graus. A faixa é o *cingulum militare*.

Ouçamos a lição dum dos maiores mestres da Ciência Heróica:

“Alguns acreditaram que essas peças eram consideradas honrosas, porque antigamente, ao fim dos combates, os Reis e Arautos d’Armas, segundo seu costume, apresentavam ao Rei ou ao Ge-

General do Exército, aquele guerreiro que mais se tinha assinalado contra os inimigos e que, por sua fôrça e valor, mais contribuíra para a vitória. Em conseqüência, o Rei ou o General, como prêmio e recompensa à virtude, o fazia nobre, dando-lhe ali mesmo as armas compostas com algumas dessas peças ; ou, se já era fidalgo, lhe mudava as armas, ou acrescentava às primeiras algumas dessas peças, afim de aumentar os sinais de sua glória, ajuntando à felicidade de seu nascimento novo indício e caráter pessoal de sua virtude, que muitas vêzes se pintava no seu escudo com o próprio sangue a escorrer de suas feridas”.

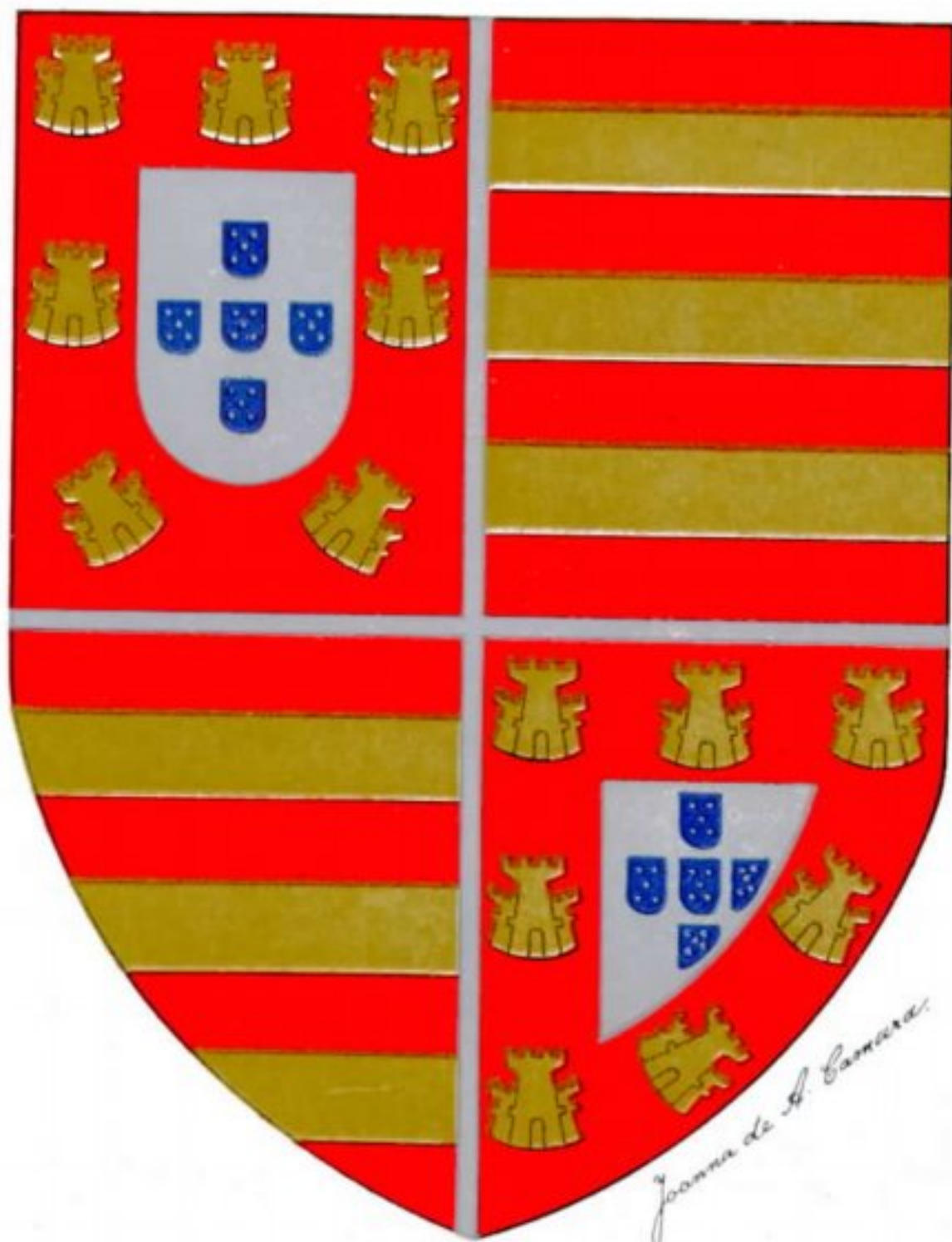
Exemplo admirável do que expomos é o escudo de Leopoldo d'Áustria, depois tornado brasão nacional daquele país: de *vermelho com uma faixa de prata*, perpetuando seu heróico feito na tomada de S. João d'Acre, durante as Cruzadas, quando ficou todo coberto de sangue, menos sob o cinturão prateado. Mais alta expressão teremos, pois, nas armas dos Mascarenhas, em que as faixas são três e de ouro sôbre o mesmo campo que o sangue derramado pintou.

A Heráldica, às vêzes, é um poema épico.

As opiniões dos heraldistas nos abalizam a interpretar a linguagem simbólica do singelo brasão dos Mascarenhas. Coragem, Magnanimidade, Caridade, Justiça, o sangue vertido nos campos de batalha e três signos de glória, faixas de honra, querendo dizer certamente três ações de heroísmo, sacrificio ou abnegação.

* * *

Heráldicamente, a *Faixa* conceitua-se assim: Segunda das Peças Honrosas de 1.^a Ordem, ocupando horizontalmente a parte média do escudo, com a largura da têrça parte dêste. Desdobra-se em duas, três ou quatro peças que conservam o mesmo nome. Quando se contam mais de quatro, diminue a sua largura e passa a denominar-se *Burela*. Metade de uma faixa chama-se *Divisa*; um terço de *Faixa*, *Faixeta*. A *Faixa* pode ser *arqueada*. No escudo, os intervalos entre *Faixas* e *Burelas* devem ser iguais.



Braço de D. Vasco Mascarenhas, Conde de
Obidos, 2.º Vice-Rei do Brasil
1657-1667

Depois do 1.º Vice-Rei do Brasil seguiram-se estes Governadores e Capitães Generais:

17.º — Antônio Teles da Silva, de 1642 a 1647.

18.º — Antônio Teles de Meneses, 1.º Conde de Vila Pouca, de 1647 a 1649.

19.º — João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, 2.º Conde de Castelo Melhor, de 1649 a 1653.

20.º — D. Jerônimo de Ataíde, 6.º Conde de Atouguia, de 1654 a 1657.

21.º — Francisco Barreto de Meneses, de 1657 a 1663.

Nêsse último ano, foi nomeado pelo Soberano de Portugal o 2.º Vice-Rei, D. Vasco de Mascarenhas, 1.º Conde de Óbidos, que governou até 1667. Foi-lhe dado o título em deferência à sua fidalguia e aos serviços prestados como militar nas Flandres, como Governador e Capitão General no Algarve, como Governador das Armas no Alentejo, como Vice-Rei na Índia, como Alcaide Mor em Óbidos e como Conselheiro de Estado e da Guerra. Era, ademais, Estribeiro mor da Rainha, Senhor de Selir, no Pôrto, Comendador da Lourinhã, na Ordem de Cristo, e da Ordem de Santiago. Conhecia bastante o Brasil, onde já servira até novembro de 1639 como General da Artilharia, na famosa Armada do Conde da Tôrre, e até junho de 1640, como Governador Geral, em substituição ao citado Conde da Tôrre.

Nos negócios internos campeavam a desorganização e a desonestidade. Pôs-lhes ordem, vencendo as maiores dificuldades, algumas opostas pelos homens, outras pela natureza, como terrível epidemia de variola que grassou por tôda a parte. A indiada viu-se devastada.

A Carta de Conde de Óbidos lhe foi dada a 22 de dezembro de 1636. Quando ainda no cargo de Vice-Rei do Brasil, El Rei D. Afonso VI lhe fez mercê dêsse condado para si e todos os seus sucessores, de juro e herdade, como então se dizia, a 14 de abril de 1663.

D. Vasco Mascarenhas era 4.º filho de D. Fernão Martins Mascarenhas, Senhor de Lavre e Estepa, Comendador de Mértola na Ordem de Cristo, e de sua mulher Dona Maria de Lencastre,

filha de D. João de Lencastre. Irmão de D. João Mascarenhas, 2.º Conde de Santa Cruz. Morreu a 4 de julho de 1678.

Escudo de armas do Conde de Óbidos: *esquartelado, no 1.º e 4.º de Portugal, por descendência de D. Diniz, filho do Duque de Bragança; no 2.º e 3.º de vermelho com três faixas de ouro, que é da varonia de Mascarenhas.*

* * *

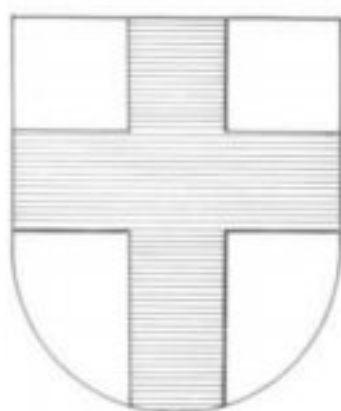
Entende-se pela expressão *de Portugal*, referente aos 1.º e 4.º quartéis do escudo, que se trata das armas modernas de Portugal: *de prata, com cinco escudetes de azul, postos em cruz, cada escudete carregado de cinco besantes do campo, postos em santor; bordadura de vermelho, carregada de sete castelos de ouro.*

A propósito da inclusão dessas armas nacionais nas tão particulares do Conde de Óbidos, como em outras, o mestre Santos Ferreira postula: "Sempre que na composição do escudo entrar um quartel *de Portugal*, será este o primeiro quartel, por *privilegio*", e: "Nenhuma família pode usar *timbre* tomado do escudo de armas de Portugal".

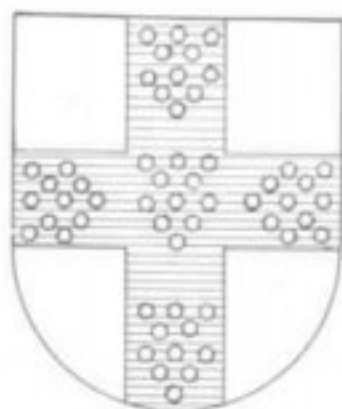
Já Vilasboas e Sampaio conceituara: "Nenhuma pessoa pode trazer as Armas do Reyno direitas, posto que sejam misturadas com outras Armas, salvo trazendo-as no quartel direito com diferença, como a cada hum pertence, as que vem por bastardia com a quebra, e as que vem por outra via com a diferença, que lhe ordenar o Rey de Armas".

Essas armas de Portugal que se entendem como *modernas* deixam prever umas *antigas*. São as que se chamam heràldicamente *de Portugal antigo*, isto é, o antigo escudo de Portugal: *de prata com cinco escudetes de azul, postos em cruz, cada escudete carregado de cinco besantes do campo, postos em santor.*

Isso mesmo já é uma modernização das armas primitivas do Reino, nas quais os escudetes dos flancos ficavam deitados e apontados para o do centro. D. João II os fez levantar como os outros. O número de besantes primitivamente também não era de 5.. Desde D. Sancho I até D. Fernando I, cada escudete era carregado de 11 ou 10 besantes. Como quebra ou diferença, nos seus brasões e



Portugal Borgonha — de prata
com uma cruz de azul



Portugal-Borgonha — de D.
Afonso Henriques, com a cruz
semeada ou pregueada de be-
santes de prata em 5 grupos de
11 : 3, 2, 3, 2, e 2



Portugal-Borgonha — de D.
Sancho I a D. Sancho II.
11 besantes



Portugal-Borgonha — de D.
Afonso III a D. Fernando.
12 castelos e 11 besantes



Portugal-Aviz — de D. João I
a D. Afonso V. Cruz da Ordem
de Aviz. 12 castelos e 11 besantes



Portugal-Moderno — de D.
João II a D. Maria I. 7 cas-
telos e 5 besantes

selos, os Infantes da Casa Real usavam nove, postos 3, 3 e 3, e os bastardos cinco, em santor. D. João, o Mestre de Aviz, apesar de bastardo, pôs no seu sêlo grande 10 besantes em cada escudete. A redução a cinco data de seu filho D. Duarte.

Essa redução fez com que o vulgo desse o nome de *quinas* a tais símbolos heráldicos, visto como se assemelhavam às faces dos dados em que há cinco pontos. E o citado Santos Ferreira aduz: "O mais antigo documento em que se dá o nome de *quinas* aos escudetes das armas nacionais é uma carta de doação feita pelo Infante D. Henrique a Rui de Melo, seu Camareiro Mor, em 1433, a qual J. Pedro Ribeiro viu no cartório dos Senhores de Melo. No final dessa carta, dizia o Infante: "*qual (carta) mandei aseellar com o meu seello do camafeu porquanto na feitura d'ella aqui non eera o meu seello grande das quinas*".

A bordadura de vermelho carregada de sete castelos de ouro e, às vêzes, de mais, até de 14, que distingue *Portugal moderno* de *Portugal antigo*, em heráldica, foi, segundo as maiores autoridades no assunto, adotada por D. Afonso III, como representação, após seu casamento com uma Princesa de Castela, da aliança matrimonial entre os dois países. A bordadura foi sempre empregada em quase tôda a parte, Portugal inclusive, como veremos adiante, no decurso dêstes estudos, como *diferença* dos filhos e colaterais, ou sinal de alianças de famílias.

Todavia, geralmente se pensa e muita gente, sem maior exame, escreve que ela indica o Reino do Algarve, que, aliás, brasona de cabeças de mouros; às vêzes até acrescentando que os castelos significam as fortalezas ou cidades ali tomadas à mourisma pelos primeiros Reis da primeira dinastia. O êrro foi oficializado na Carta Régia de 13 de maio de 1816, em que D. João VI deu armas ao Reino do Brasil, na qual diz que a bordadura vermelha carregada de castelos de ouro é dos Algarves; mas a afirmativa vinha de longe e a encontramos já em 1708 na obra de Vilasboas e Sampaio. É provável que êle se tenha inspirado em fonte mais antiga. No fundo, nela se mostra um sentimento patriótico de repugnância em admitir a bordadura de Castela envolvendo o escudo de Portugal.

Camões contribuiu grandemente para a errada concepção das armas de Portugal. Na estrofe XLV do Canto I dos "Lusiadas",

canta o Milagre de Ourique, que determinou, segundo a lenda popular, a escolha das mesmas:

*"A matutina luz serena e fria,
As estrêlas do polo já apontava,
Quando na Cruz o Filho de Maria
Amostrando-se a Afonso o animava.
Êle adorando quem lhe aparecia,
Na fê todo inflamado, assi gritava:
— Aos infiéis. Senhor, aos infiéis,
E não a mi que creio o que podeis!"*

Adiante, nas estrofes LIII e LIV do Canto III, descreve o escudo d'armas, no fim da batalha de Ourique:

*"Já fica vencedor o Lusitano,
Recolhendo os troféus e presa rica.
Desbaratado e rôto o Mouro-Hispano,
Três dias o Gran Rei no campo fica.
Aqui pinta no branco escudo ufano,
Que agora esta vitória certifica,
Cinco escudos azues esclarecidos,
Em sinal dêstes cinco Reis vencidos.

E nestes cinco escudos pinta os trinta
Dinheiros, por que Deus fora vendido,
Escrevendo a memória em vâria tinta
Daquele de quem foi favorecido:
Em cada um dos cinco cinco pinta,
Por que assi fica o número cumprido,
Contando duas vêzes o do meio
Dos cinco azues, que em cruz pintando veio".*

Em nota, na "A chave dos Lusíadas", José Agostinho escreve: "As armas do Condado de Portugal eram um escudo que tinha uma cruz azul em fundo branco. Afonso Henriques modificou-as, ficando elas com cinco escudos em cruz, representativos dos cinco Reis mouros e das cinco chagas de Cristo. e nos cinco escudos, contando duas vêzes o que fica no meio, ficaram representados os 30 dinheiros que Judas recebeu por vender Jesus Cristo".

Assim, a invenção épica ou a lenda heróica tomaram foros, com o tempo, de explicação heráldica verdadeira. Os estudos dos documentos escritos e iconográficos, sobretudo da sigilografia, porém, a apearam do seu poético pedestal, pois, como já vimos, os besantes ou dinheiros foram na primeira dinastia, depois que as Quinas sucederam ao escudo do Condado Portucalense: *de prata com uma cruz de azul*, em número de 11, de 10 e de 9, sòmente sendo reduzidos a cinco na segunda dinastia, a de Aviz. Ora, a soma anterior não correspondia aos 30 dinheiros da explicação camoneana do século XVI.

Antes da cruz azul em fundo branco, foram armas de Portugal: “uma cidade branca em campo azul, sôbre um mar de ondas verdes, e douradas, em memória do Pôrto de Cale, que lhe deu princípio junto da foz do Rio Douro, pequeno rascunho, em que a antiguidade delineou para huma cidade populosa o fundamento, e para huma monarchia grande o nome. Assi se acham em muytos manuscritos, e memorias antigas, e as traz Antonio Soares de Albergaria no seu Livro das Armas. Cessaram estas, tanto que o Conde D. Henrique entrou no senhorio de Portugal, o qual usou algum tempo de hum escudo branco sòmente sem figura, nem divisa alguma. Depois assentou nele uma Cruz azul daquelle feitio a que chamam potentéa, por ter a haste mais cumprida que os braços”.

* * *

Os outros quartéis das armas do Conde de Óbidos são dos Mascarenhas e já foram estudados antes, quando da descrição das do Marquês de Montalvão, seu parente.

* * *

Entre o 2.º e o 3.º Vice-Reis no Brasil, medearam os seguintes Governadores e Capitães Generais:

22.º — Alexandre de Sousa Freire, de 1667 a 1671.

23.º — Afonso Furtado de Mendonça Castro do Rio e Meneses, 1.º Visconde de Barbacena, de 1671 a 1675.

- 24.º — Roque da Costa Barreto, de 1678 a 1682.
- 25.º — Antônio de Sousa Meneses, de 1682 a 1684.
- 26.º — D. Antônio Luiz de Sousa Telo de Meneses, 2.º Marquês das Minas, de 1684 a 1687.
- 27.º — Matias da Cunha, de 1687 a 1688.
- 28.º — Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, de 1690 a 1694.
- 29.º — D. João de Lencastre, de 1694 a 1702.
- 30.º — D. Rodrigo da Costa, de 1702 a 1705.
- 31.º — Luiz César de Meneses, de 1705 a 1709.
- 32.º — D. Lourenço de Almada, de 1710 a 1711.
- 33.º — Pedro de Vasconcelos e Sousa, de 1711 a 1714.

Neste último ano, D. Pedro Antônio de Noronha de Albuquerque e Sousa, 1.º Marquês de Angeja, tomou posse do pòsto e honras de 3.º Vice-Rei do Brasil. Já o havia sido com lustre na Índia, de 1692 a 1699. Fidalgo de altos e inúmeros títulos: 2.º Conde de Vila Verde, General de Cavalaria, Mordomo Mor da Princesa do Brasil, Comendador Mor de Aljezur na Ordem de Santiago, de Santa Maria de Penamacor e de S. Salvador de Mouros na Ordem de Cristo, Conselheiro de Estado e da Guerra, Senhor de Lapaduço, Portela do Sol, Angeja, Bemposta, Pinheiro, S. Martinho de Sabreo, Fermelãs, Fermelainha, Canelas, Brancas e de outros lugares, prestimônios, padroados e mosteiros. Prestou relevantes serviços militares na Campanha de 1706 contra os Castelhanos como Mestre de Campo de Cavalaria, no Exército do Marquês das Minas, que ocupou Madrid. Em 1710, comandou o Exército do Alentejo. Em 1713, foi nomeado Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra "com intendência e superioridade em tôdas as Capitánias da América". Voltou ao Reino em 1718.

Homem de inteireza e reputação, fez enérgico e proveitoso govêrno, em cujo decurso Espanha e Portugal assinaram o celebrado Tratado de Utrecht, pelo qual a primeira entregava ao último a Colônia do Sacramento, fundada com grandes sacrifícios à margem oriental do Prata. O Vice-Rei fê-la ocupar em 1716 por Manuel Gomes Barbosa.

Em recompensa de seus serviços, El-Rei D. João V elevou o Conde de Vila Verde, D. Pedro Antônio de Noronha, a Marquês de Angeja, vila na Beira, da qual já era Senhor, pela Carta de 21 de janeiro de 1714, ao mesmo tempo aumentando mais a gerarquia do Vice-Rei nomeado para o Estado do Brasil.

Pinho Leal, no seu "Dicionário histórico", descreve o velho e hoje desaparecido solar de Vila Verde dos Francos, onde teve tronco a Casa de Angeja, cujo terreiro sombreava um ulmeiro centenário, debaixo do qual os Noronha davam outrora, patriarcalmente, audiências aos seus vassallos. Foram êles os fundadores do famoso Convento da Visitação naquelas terras carregadas de tradição e de história.

Escudo de armas do Marquês de Angeja: *esquartelado, no 1.º e 4.º de Portugal, no 2.º e 3.º de Castela, mantelado de Leão, com uma bordadura de 18 peças de ouro e veiros, que é de Velasco.*

Essas armas são da varonia de Noronha.

* * *

Os Noronha comparecem três vèzes no Armorial de Portugal:

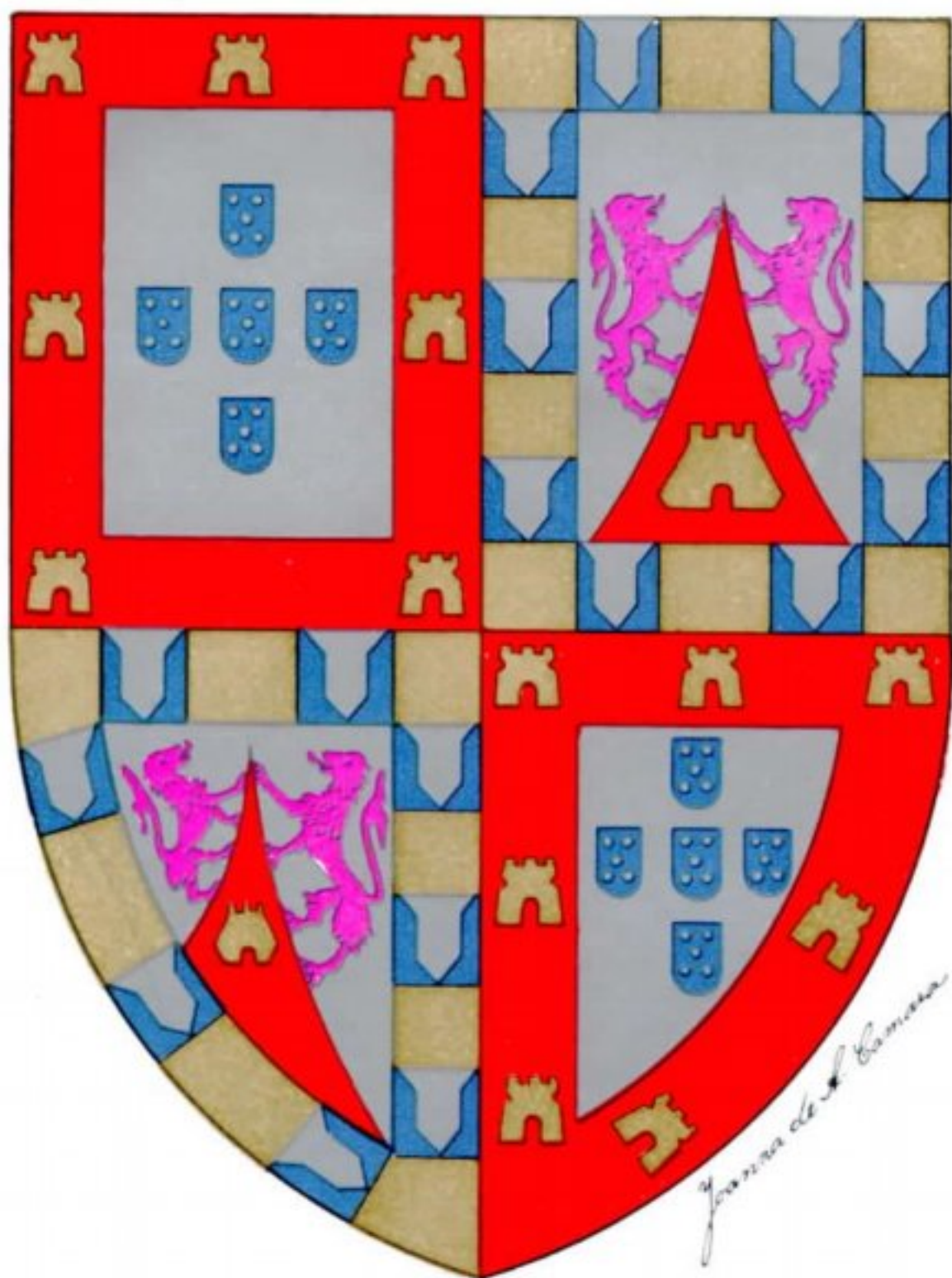
1.º — Noronhas — armas como estão descritas acima: *timbre, o leão do escudo.*

2.º — Noronhas de Valadares: armas como estão descritas acima e: *sobreposto, de Meneses de Tarouca: partido de dois e cortado de um: 1, 3 e 5 de ouro, com 2 lobos de vermelho passantes um sôbre o outro; 2, 4 e 6 de ouro, com 4 palas de vermelho, sobreposto de Meneses, isto é, de ouro pleno; mas, por diferença com o 1.º quartel de ouro, com 1 estoque de vermelho ladeado de 4 ruelas de azul, 2 a cada flanco. Timbre: o leão do escudo, sainte.*

3.º — Noronhas de Linhares: armas como estão descritas para o Vice-Rei; *timbre, o leão do escudo sainte.* A diferença, neste caso, está sômente no timbre.

* * *

Tais armas denotam ligação direta com três Casas Reais: de Portugal, de Castela e de Leão, interferindo no brasão unicamente uma Casa particular: Velasco.



Brasão de D. Pedro António de Noronha de Albuquerque e Sousa, Marquês de Angeja, 3.^o Vice-Rei do Brasil; de D. Marcos de Noronha, 6.^o Conde dos Arcos e 7.^o Vice-Rei; e de D. Marcos de Noronha e Brito, 8.^o Conde dos Arcos, 15.^o e último Vice-Rei.

Essa ligação, como o documento heráldico aponta, se faz pela varonia muito ilustre de Noronha e se explica da seguinte maneira: D. Afonso, filho do Rei D. Henrique II de Castela, Conde de Gijon e de Noronha, casou em Burgos, no ano da Graça de 1378, com D. Isabel, filha do Rei D. Fernando de Portugal, aliança feita em virtude dum dos artigos de paz entre os dois Reinos. Dessa união nasceram vários filhos e, entre êles, D. Pedro de Noronha, que tomou ordens sacerdotais e foi Arcebispo de Lisboa, falecendo em 1452, o qual houve de D. Branca Dias Perestrelo, mulher nobre, entre outros filhos: "D. Pedro de Noronha, Alcaide Mor de Óbidos, Comendador Mor da Ordem de Santiago, Mordomo del Rey D. João II, de quem foy Embaixador de obediencia ao Papa Innocencio VIII, no anno de 1485, e casou com Dona Catharina de Tavora, filha de Martim de Tavora, e dessa união nascerão tres filhos: a saber, D. Henrique de Noronha, que foy Comendador Mor de Santiago, de quem procedem os Condes dos Arcos... D. Martinho de Noronha, de quem se deduz a Casa de Angeja..."

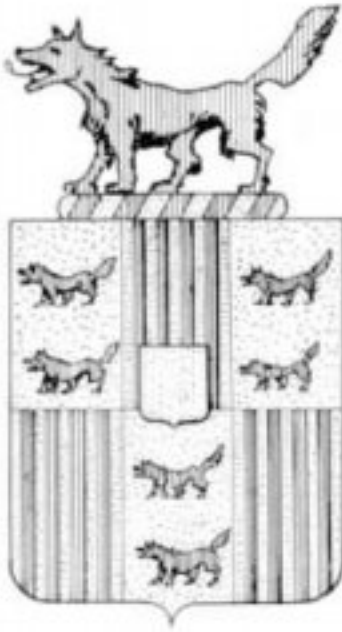
* * *

Explicada a genealogia que permite aos Noronha o uso no escudo esquartelado das armas dos 3 principais Reinos da Península Ibérica, passemos a estudá-las.

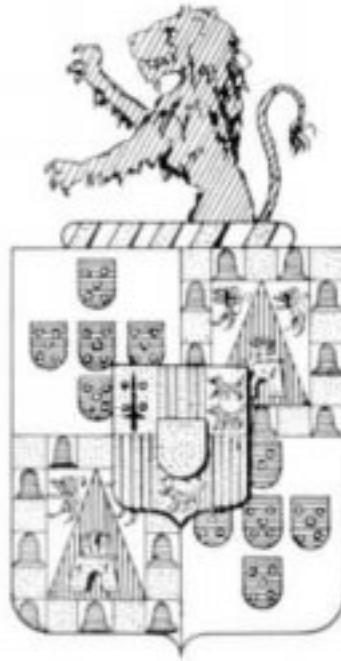
No Armorial de Santos Ferreira, nos três escudos que êle dá dos três ramos dos Noronhas, os 1.º e 4.º quartéis são de Portugal antigo. D. Antônio Caetano de Sousa e outros heraldistas registam de Portugal moderno, o que é mais usual. Assim, figuraram na Exposição de Belém e figuram no Museu Histórico. Aliás não se justifica que, tendo o casamento de D. Afonso de Castela e de Dona Isabel de Portugal se realizado no reinado de D. Fernando, as armas reais tomadas pelos seus descendentes não incluíssem a bordadura de castelos, que data de D. Afonso III.

As armas de Castela: *de vermelho com 1 castelo de ouro*, se apresentam nos 2.º e 3.º quartéis *manteladas de Leão*. Ensina um mestre da Ciência Heróica: "Diz-se mantelado de outro esmalte o campo do escudo, quando dêle apenas se vê uma parte de forma triangular, que tem por base tōda a extensão do bordo inferior e

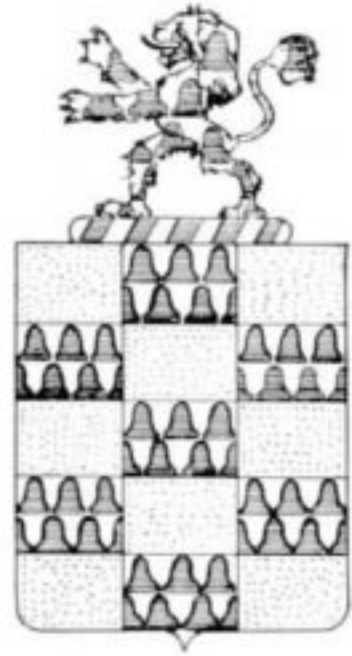
cujo vértice *não toca* o bordo superior do escudo. A parte complementar, que toma todo o alto do escudo e desce até aos ângulos



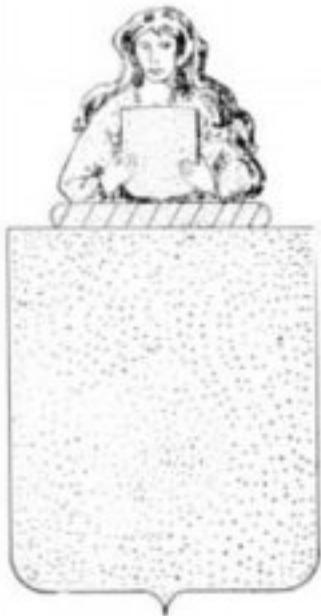
Brasão dos Meneses
de Tarouca



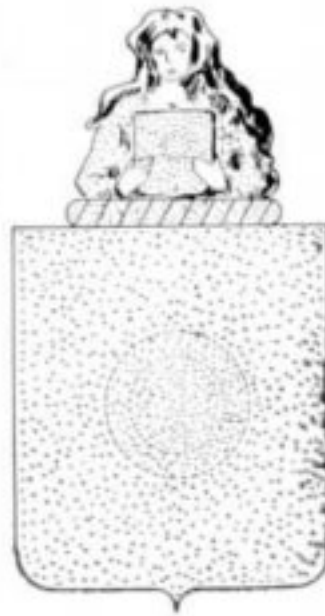
Brasão dos Noronhas de
Valadares



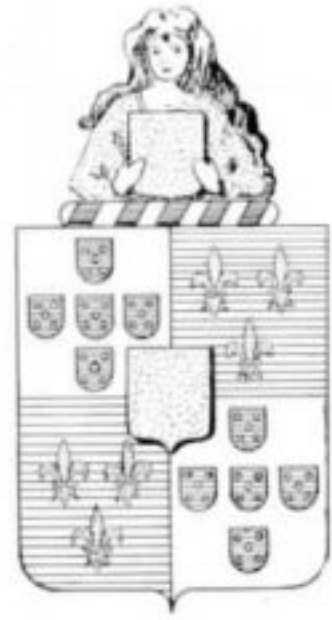
Brasão dos Velasco



Brasão dos Meneses



Brasão dos Meneses. Outra
forma: com um anel
encoberto



Brasão dos Meneses: Condes
de Catanhede. Portugal-Antigo,
França-Moderno e Meneses

inferiores dêle, formando duas pontas, é do segundo esmalte e constitue propriamente o *mantelado*".

Inclino-me a considerar nas armas dos Noronha a divisão desses quartéis mais como *terciado em mantel*, do que propriamente *mantelado*, aliás forma como diz Santos Ferreira, "freqüente na armaria espanhola", que divide o escudo em três partes triangulares, sendo duas iguais. Essa deve ter sido a composição original dos quartéis. Assim, estão no "Armorial Português". Todavia, o uso lusitanizou a forma espanhola e tornou côncavos os lados da ponta, como se vê no escudo da série do Museu Histórico.

A velha heráldica portuguesa nos dá esta lição: "*Manteler* (sic), he huma figura, como pyramide, que começando em duas pontas afastadas uma da outra no fundo do escudo, acaba para o alto ponteaduda, fazendo dois campos altos, e um baixo, *de igual grandeza*". O grifo indica que se concebia uma igualdade entre as três partes do *mantelado*, verdadeiro *terciado em mantel*.



Brasão dos Henriques de
Fernando Henriques

Nos do citado armorial, os leões do mantel estão ambos voltados à destra ou direita, como os das armas do Reino de Leão: *de prata com um leão de púrpura*; no do Museu, eles, seguindo a lição de D. Antônio Caetano de Sousa, mostram-se frente a frente, isto é, em linguagem heráldica, *batalhantes*. Naturalmente, o pendor para a simetria, muito comum nos desenhistas e pintores de brasões, conduziu a isso ou talvez a intercorrência de outros exemplos. Os Henriques, de D. Fernando Henriques, em Portugal, brasonam: *de vermelho com um castelo de ouro, de três tôres* (Castela); *man-*

telado de prata carregado de dois leões de púrpura (Leão), o da direita voltado. E os Henriques, de Egas Henriques Portocarrero: idem, com uma bordadura composta de ouro e veiros, a mesma dos 2.º e 3.º quartéis dos Noronha.

Releva ainda notar que na Espanha se inverte a ordem do *mantelado*. Enquanto em Portugal o campo do escudo é o principal e o mantel secundário, ali se dá o contrário. No caso vertente, a interpretação espanhola sobrepõe Leão a Castela, o que parece mais consentâneo com a simbologia heráldica, pois o *mantel*, espécie de *dossel*, como que se destina a cobrir e proteger.

No escudo d'armas dos Noronha, êsses quartéis vieram do casamento real efetuado em Burgos e naturalmente foi o Rei d'Armas espanhol quem traçou os símbolos heráldicos, sabendo os motivos porque dava essa preeminência. Aliás, considerando, o *terciado em mantel*, já devidamente comentado, em que duas partes iguais concorrem com uma terceira, sobrepujando-a, isso se torna mais evidente.

* * *

Tal preeminência teria muita justificação para o Rei d'Armas espanhol. Na sua famosíssima "Anacefaliose", o Bispo de Burgos afirma que o lendário Pelágio, libertador das Espanhas, trazia por armas um *leão roxo*, isto é, de púrpura em campo de prata; leão êsse que já figurava no escudo dos Reis Godos. Antônio de Vilasboas e Sampayo, na sua "Nobiliarchia Portuguesa, Tratado da Nobreza Hereditaria e Politica", acrescenta: "... as quaes Armas se continuaram nos Reys de Leão, sem outra mistura, até o tempo del Rey D. Fernando I, de Castela, que entrando neste Reyno por via de sua mulher D. Sancha, esquartelou o escudo com as armas dos Reynos de Castela, e Leão, de que ficou Senhor..." E a história nos ensina que sem os Reinos do Norte, entre os quais o mais notável foi decerto Leão, mantenedores da independência nacional, não se teria feito a conquista do Sul — Castela Velha e Castela Nova, depois a Andaluzia — aos sarracenos. No brasão da Espanha, vê-se que a romã de Granada figura na ponta, como a derradeira conquista ao infiel, já no raiar dos tempos modernos.

“Este escudo das armas de Castella accrescentarão depois os Reys Catholicos Dom Fernando, e Dona Isabel, quando encorporaram na mesma Coroa os Reynos de Aragão, Valença, Sicilia, Napoles, Navarra e Granada, e puseram da parte direita as quatro barras de Aragão vermelhas em campo de ouro: e as armas da Sicilia, que sam duas Aguias negras em campo de prata; as de Napoles uma cruz de ouro em campo de prata; as de Navarra cadeas de ouro em campo de vermelho; as de Granada uma romã de ouro aberta em campo azul. Esquecerão-se de Galiza, que tem por armas hum calix com huma hostia...”

A heráldica é um espelho da história.

* * *

Resta examinar a *bordadura de ouro e veiros* que é de Velasco, cujo brasão familiar se lê da seguinte forma: *xadrezado de 15 peças de ouro e veiros; timbre, um leão de veiros, armado de vermelho.*

A bordadura define-se como uma peça que rodeia o escudo cobrindo no máximo um têrço e no mínimo um quinto dele. O velho Senhor de La Colombière preceitua: “La Bordure est symbole de protection, de faveur, et de récompense; ainsi nous voyons que les Rois et Princes la donnent pour marque de leur protection, et pour récompense à ceux qu'ils estiment, pour leur servir comme de rempart assuré contre leurs ennemis”. E cita o exemplo: aos Condes de Oropesa, em Toledo, que brasonavam: *xadrezado de 22 peças de prata e vermelho*, o Rei de Espanha concedeu, como sinal de proteção, *uma bordadura composta de 16 peças de Castela e Leão.*

Todavia, outras autoridades depõem diferentemente. Ellen Millington, *verbis gratia*: “generally used to mark a younger branch of the family; charged, they often allude to maternal descent; com-pony, signify illegitimacy”. Em vernáculo: usada geralmente para indicar um ramo mais novo da familia; carregada, muitas vêzes se refere à linha materna; composta, significa bastardia.

Ora, em primeiro lugar, na bordadura dos 2.º e 3.º quartéis das armas dos Noronha não se enquadra pròpriamente o têrmo

técnico *composta*, como o emprega Santos Ferreira na descrição do brasão dos Egas Henriques Portocarrero. Não o faz, no entanto, na dos Noronha. A bordadura é composta quando consta de dois elementos absolutamente distintos, como no caso acima citado dos Condes de Oropesa: Castela e Leão. Sendo as armas dos Velasco xadrezadas de ouro e veiros, a bordadura tirada delas repete êsses elementos, sem ser verdadeiramente composta.

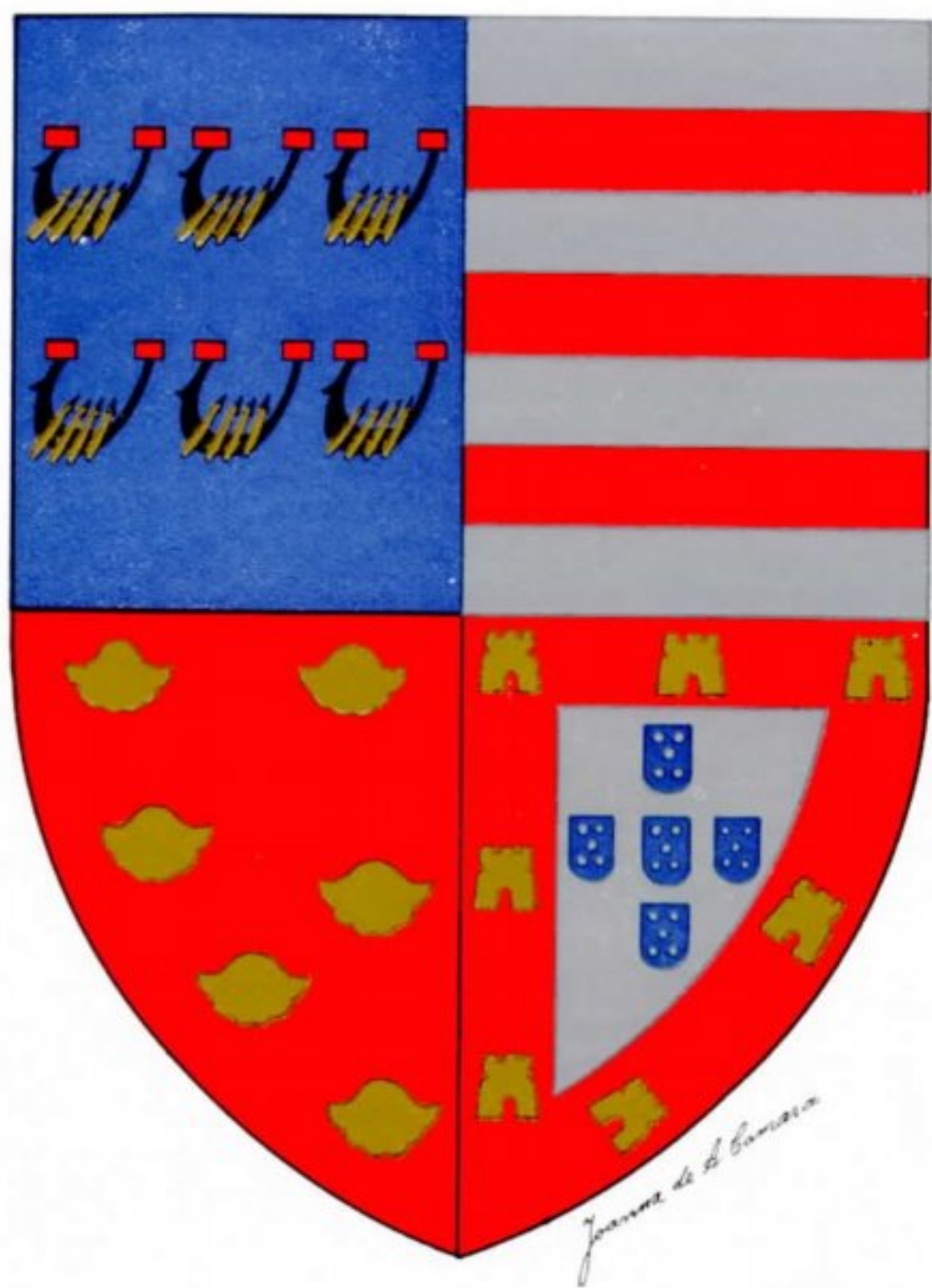
Em segundo lugar, não pode ocorrer a proteção ou favor real da explicação de La Colombière, pois não seria possível que simples fidalgos, os Velasco, protegessem ou favorecessem quem brasonava de Castela e Leão, Reinos ilustres e poderosos; excluam-se ainda as significações de bastardia, segundo Millington, por não ser pròpriamente composta, e a de linhagem materna, por não ser carregada. Resta a terceira definição, que parece a única aceitável: indicar um ramo mais novo da família.

* * *

O Marquês de Angeja foi substituído pelo 34.º Governador e Capitão General do Brasil D. Sancho de Faro e Sousa, 2.º Conde de Vimieiro, que faleceu poucos meses após ter chegado à Baía, a 13 de outubro de 1719. Por êsse motivo, uma Junta Provisória, da qual faziam parte o Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, João de Araújo Azevedo, decano dos Mestres de Campo, e o Ouvidor do Crime Caetano de Brito Figueiredo, no lugar do Chanceler da Relação Luiz de Melo da Silva, administrou a Colônia até 23 de novembro de 1720, quando chegou do Reino o 4.º Vice-Rei nomeado para o Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses, 1.º Conde de Sabugosa, que esteve em funções até o ano de 1735.

Depois dêle, não houve mais Governadores e Capitães Generais do Brasil, mas tão sòmente Vice-Reis e Capitães Generais do Mar e Terra do Estado do Brasil.

A administração do Conde de Sabugosa foi das mais notáveis e proveitosas do período colonial. Venceu graves dificuldades: renovados ataques do gentio aos estabelecimentos agrícolas, odientas piratarías de flamengos e inúmeras catástrofes naturais. Conseguiu levantar fortificações contra índios e corsários, bater inimi-



Brasão de Vasco Fernandes Cesar de Meneses.
Conde de Sabugosa, 4.º Vice-Rei do Brasil

gos e sufocar rebeliões. Impulsionou todos os ramos do serviço público. Melhorou o Recôncavo e a Capitania de Ilhéus. E fundou a primeira sociedade literária havida no Brasil, a Academia Brasileira dos Esquecidos. João de Brito de Lemos cantou a glória dêsse Vice-Rei no seu poema "Cesaréa".

O título de Conde de Sabugosa foi-lhe dado pelo Rei D. João V, em 1792, quando ainda no govêrno do Brasil, por Carta passada a 19 de setembro. A Casa de Sabugosa descende por linha varonil de João César, fidalgo da particular estima do Rei D. Diniz.

Vasco Fernandes César de Meneses, 1.º Conde de Sabugosa nasceu a 16 de outubro de 1673 e morreu a 24 do mesmo mês de 1741. Alferes-Mor do Reino, Alcaide Mor de Alenquer, Comendador de S. João do Rio Frio e de S. Pedro de Lomar, na Ordem de Cristo, serviu na guerra como Mestre de Campo do Têrço da Armada e, depois, como General de Batalha. Exerceu o cargo de Vice-Rei do Estado do Brasil após ter sido Vice-Rei do Estado da Índia.

Escudo de armas do Conde de Sabugosa: *esquartelado, no 1.º aguado de azul com seis fustas de sua côr, postas 3 a 3, cada fusta com 9 remos de ouro e dois pendões mouriscos de vermelho; um à proa e outro à popa, que é da varonia de César; no 2.º de prata com três faixas de vermelho, que é de Silveira; no 3.º de vermelho com seis vieiras de ouro, postas 2, 2 e 2, e realçadas de negro, que é de Vieira; no 4.º de Portugal, que é de Lencastre.*

* * *

O 1.º quartel do escudo do Conde de Sabugosa tem uma longa história. Antiquissimo e illustrissimo é o apelido de César em Portugal, conhecido desde o tempo do Conde D. Henrique. Há quem o leve mais longe, aos próprios Césares de Roma. Vasco Fernandes César cobriu-o de glória como Capitão da praça de Çafim e Adail da praça de Arzila, no tempo de D. Manuel, combatendo intrèpidamente os infiéis na terra e no mar, como relata o cronista Damião de Góis. Sua maior façanha foi contra os piratas barbarescos, na guarda do Estreito de Gibraltar, aos quais derrotou.

tomando-lhes e incendiando-lhes as embarcações. D. João III recompensou-o com altas mercês e deu-lhe por armas: *partido em faixa, no 1.º em campo de água, 6 galeotas de sua côr, postas em 2 faixas, com remos de ouro e dois pendões vermelhos em cada uma, um à proa e outro à popa; no 2.º de vermelho com seis vieiras de ouro postas em 2 palas, que é de sua mãe, Dona Joana Vieira.*

*Em campo de água, dizem uns. Aguado, empregam outros mais corretamente. Representa o rio ou o mar com ondulações traçadas com outro esmalte que não o do fundo. “Em regra — na lição dum mestre — a água deve ser figurada por *faixado ondado de prata e de azul*; mas, muitas vêzes, em lugar desta representação heráldica, se emprega o *aguado*, que consiste na pintura, da superfície do mar, de um rio, etc., empregando apenas dois esmaltes: prata e azul. Se o campo do escudo é de côr, o mar é de prata, aguado de azul; se o campo é *de metal*, o mar será de azul aguado de prata. Em raros casos, o *campo* do escudo, ou de uma de suas partições, pode ser de azul aguado de prata, ou de prata aguado de azul. Nestes casos, o campo entende-se ser de azul *pleno* ou de prata *pleno*, figurando-se com a prata ou o azul, respectivamente, a ondulação das águas”.*

A dificuldade dessa representação faz com que, em geral, o *campo de água* ou *aguado* acabe, por degenerescência heráldica, transformado quer em azul, quer em prata.

As *fustas* eram barcos movidos a vela e remos, de uso espalhado entre os povos orientais. De *sua côr*, isto é, negras. As *galeotas* ou pequenas galés eram barcos da mesma natureza, embora com ligeira diferença de feitio, usados pelos ocidentais. Empregar o termo *galeota* no caso, como se encontra em alguns autores, não é erro; mas o de *fusta* é mais apropriado. Os pavilhões vermelhos denotam infiéis. Os cristãos tinham sempre a cruz, geralmente em fundo branco. O quartel do escudo conta uma vitória naval, em que seis navios inimigos foram destruídos ou capturados.

Como esse combate immortalizou a geração dos César, deu-lhe a heráldica preeminência, mesmo em detrimento, contra tôdas as regras, do quartel indicativo de ligação com a Casa Real.

O *timbre* das armas dos César, pela Carta de Brasão de D. João III sai dêsse quartel: uma das fustas.

* * *

O primitivo escudo de armas dos Fernandes César era cortado de César e Vieira. Isso se manteve na posição dos 1.º e 3.º quartéis. Ajuntaram-se mais dois quartéis, lateralmente, o 2.º e o 4.º.

O 2.º é de Silveira: *de prata com três faixas de vermelho*, peças honrosas em sangue, denotando possivelmente três ferimentos em pleno corpo no ardor dum combate, recebidos, diz o campo de prata, com pureza de intenção e espírito desambicioso.

São dois os brasões dos Silveira no Armorial Português:

1.ª forma: *de prata, com três faixas de vermelho; timbre: um urso negro, armado de vermelho, sainte de uma capela de silvas verde, perluzida de prata, a qual assenta sôbre o virol.*

O timbre corrobora a interpretação dada às faixas e seu campo. O urso é o animal que reúne à fôrça, a calma, a paciência e a mansidão. Sai das *silvas*, representação *falante* dos Silveira, com as unhas em sangue, pronto a defender e atacar. Os Pestanas brasonam do mesmo modo com *um leão de prata, armado de vermelho*, por timbre; idem os Leitões da Casa de Porcelos, com *um leitão de prata, carregado de um filete de vermelho, em faixa, por timbre.*

2.ª forma: *de prata, com três faixas de vermelho, e bordadura também de prata, carregada de um ramo de silva, de verde.* O mesmo timbre da 1.ª.

A notar que o timbre nas armas é o principal.

A bordadura foi tomada como diferença das armas dos Leitões e Pestanas. No escudo de armas do Vice-Rei, o quartel segue a 1.ª forma.

Estudando-se a genealogia dos Silveira, em verdade se verifica que são Pestanas, tendo como tronco Geraldo-sem-Pavor, "que ganhou Evora aos Mouros em tempo del Rey Don Affonso Henriquez. He solar deste apelido o Morgado da Sylveira em Alentejo Sam delles os Condes de Sarzedas, e outras Casas illustres".

A aliança com os Meneses, por linha feminina, prende os Césares à illustre Casa da Feira.

* * *

São armas dos Vieiras, segundo Vilasboas e Sampayo: *em campo vermelho seis vieiras de ouro, em duas palas, realçadas de preto; tymbre dous bordoens de Santiago de vermelho, com aspa, ferrados, com uma vieira das armas entre elles, e atados num torçal de prata.*

Em heráldica, as vieiras ou conchas indicam romagens, peregrinações a Santiago de Compostela, à Terra Santa, mesmo a Roma, da qual veio o próprio nome de romeiros. Costumavam os peregrinos que iam àquela cidade da Galiza trazer, presas às bordas do mantéu ou tabardo, as conchas denominadas de Santiago, que lhes eram dadas como lembrança. O costume originara-se das mesmas conchas apanhadas nas praias de ultra-mar.

São *armas falantes* dos Vieira e figuram pela ascendência de Dona Joaquina Vieira, em linha materna, no 2.º quartel do escudo do Conde de Sabugosa. Quer antigo heraldista que lhes caiba outra origem: "As vieiras por serem armas antigas dos Césares, as quais tomou Fernandoannes Cesar em memoria do desafio, que teve com Nuno de Castro, sobre o averse de fazer a ponte de passo do padrão, para por ella passarem os Romeiros de Santiago; ao que alludem as vieiras".

Mesmo nessa explicação fantasiosa, o significado real das vieiras não pôde ser esquecido; embora indirectamente, aludem aos Romeiros de Santiago.

As vieiras são o attributo heráldico talvez mais antigo do Reino de Portugal. Há quem as derive do tempo em que o corpo do Apóstolo Santiago milagrosamente aportou à Espanha. E os primeiros a brasonarem com elas foram os Pimentéis: *de verde com 5 vieiras de prata, postas em santor.*

É bela a lenda cristã dessas vieiras heráldicas. Passava ao largo da praia de Bouças o corpo do Santo, numa barca conduzida desde Jafa pelos seus discípulos, rumo à Galiza, no ano de 44 da

Era Cristã, quando o poderoso senhor Cáio Carpo celebrava suas bodas com Cláudia Lôba. Corriam canas ao longo do mar vários cavaleiros e, entre êles, o noivo, a fazer alarde de destreza. Seu cavalo tomou o freio nos dentes e, metendo-se pela arrebentação das ondas, desapareceu no mar. Enquanto a noiva se lastimava inconsolável, o animal foi sair com seu amo ao lado da embarcação miraculosa, ambos enxutos e salvos, mas cobertos de conchas marinhas. Assim voltaram para terra, onde o poderoso senhor se converteu com sua gente. "Temos achado a razão porque os Romeiros trazem conchas".

As vieiras são dos mais antigos atributos na heráldica portuguesa. Usaram-nas em primeiro lugar, segundo a abalizada opinião de Estaço, os Pimentéis, no tempo em que o corpo do Apóstolo Santiago aportou em Espanha, o que é confirmado por D. Mauro Castelo e D. Rodrigo da Cunha. E mais: "Nota o Licenciado Molina, no Livro das Cousas Notaveis de Galiza, que destes dous cazados (os *pagãos Cayo Carpo e Claudia, do milagre já referido*) descendem os Pimentéis de Portugal: e D. Mauro, na Historia de Santiago, diz que delles procedem os Vieiras de Entre Douro e Minho: e dizem que por razão deste successo tomaram por Armas as Vieiras. Se assi he, são a Insignia mais antiga, que sabemos de familia alguma em Portugal e por ventura em Hespanha".

No famoso "Livro de tôdas as armas das gerações de Portugal e outros de diversas partes do mundo", que pertenceu ao Infante D. Duarte, filho de D. Manuel I e que é de 1576, bem como no "Livro da nobreza e perfeição das armas dos Reis Cristãos e nobres linhagens dos Reinos e Senhorios de Portugal", feito por Antônio Godinho por ordem de D. Manuel I, ambos manuscritos e com desenhos coloridos, pertencentes à biblioteca de Afonso d'Ornelas, também as Vieiras, cinco em santor, em campo de sinopla ou verde, assinalam os Barroso antigos, em lugar dos cinco leões de prata em santor, em campo de goles ou vermelho, dos Barroso modernos de Espanha e Portugal.

As vieiras indicavam ainda na armaria os cavaleiros que houvessem tomado parte na batalha de Montijo, na qual appareceu o Apóstolo Santiago contra os mouros.

O último quartel, de Portugal, alude a uma aliança, origem da linha materna. Vasco Fernandes César de Meneses, que casou com Dona Maria Madalena de Lencastre, filha de D. João Mascarenhas, 3.º Conde de Santa Cruz, e da Condessa Dona Brites Mascarenhas, sua mulher, não sucedeu na Casa por ter morrido em vida de seu pai, em 1658, de doença apanhada no sitio da praça de Badajós.

A linhagem prosseguiu em seu filho único, D. Luiz César de Meneses, que governou o Rio de Janeiro, Angola e a Bahia, falecendo em 1720. Casara com outra Lencastre, D. Mariana, filha de Rodrigo de Lencastre e sua mulher, Dona Inês de Noronha, nascendo dessa união Vasco Fernandes César de Meneses, 1.º Conde de Sabugosa e Vice-Rei do Brasil.

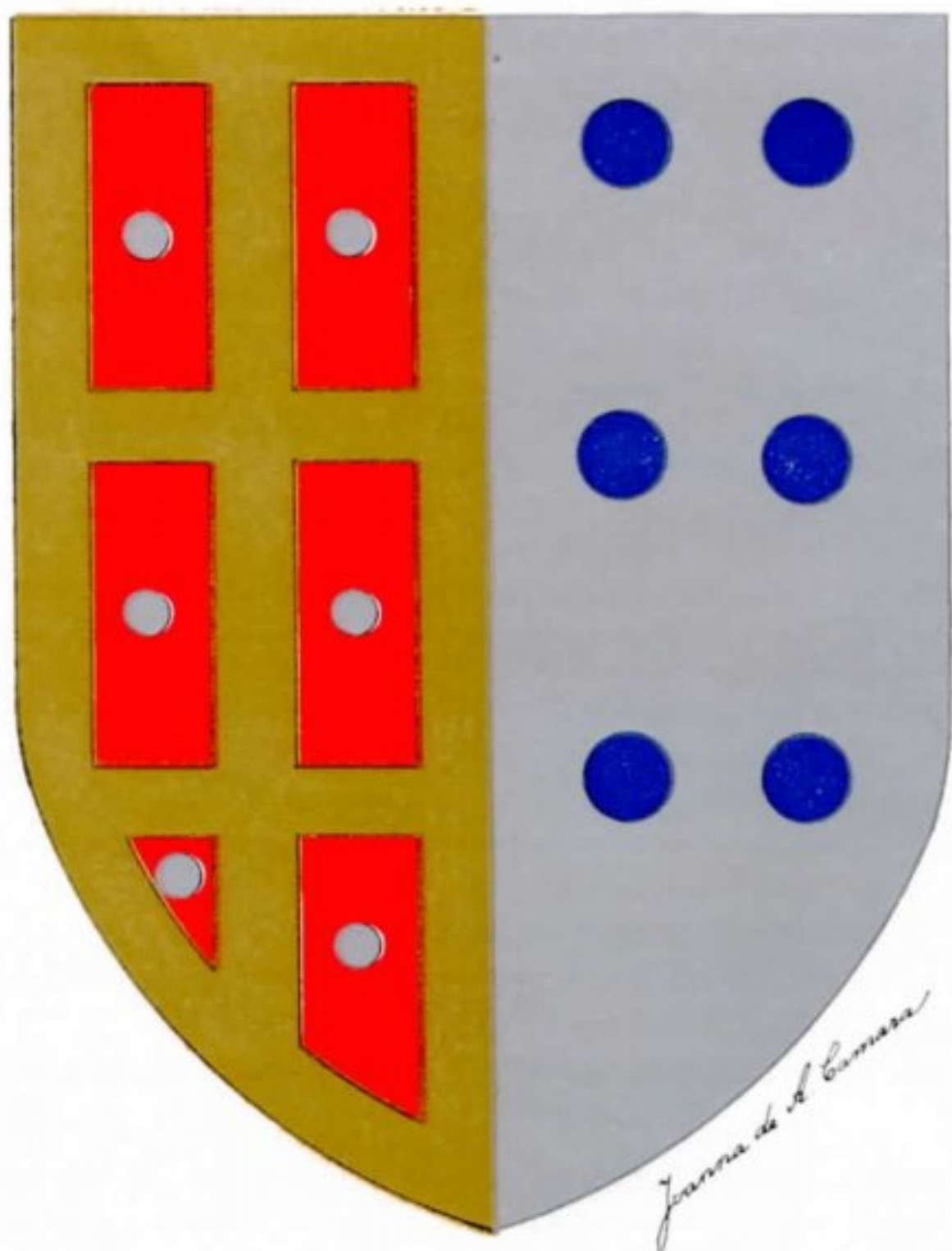
No brasão dos Lencastre figura a *travessa de bastardia*. Ao invés da travessa, no do Conde de Sabugosa, o quartel de suas armas, embora reais, é pôsto em último lugar.

* * *

Foi 5.º Vice-Rei do Brasil, de 1735 a 1749, André de Melo e Castro, 2.º Conde das Galveias, anteriormente Governador das Minas Gerais. Esse ilustre fidalgo português interrompeu sua carreira eclesiástica, que o levara a Roma como Embaixador, para se dedicar com igual brilho ao officio das armas. Era enérgico, voluntarioso e disciplinador.

Depois dos ataques dos castelhanos, em 1735 e 1736, aos estabelecimentos lusos à margem esquerda do Prata, coube-lhe a ingrata tarefa de lhes entregar, por fôrça da convenção de 16 de março de 1737, a Colônia do Sacramento, penhor de nossa segurança meridional, obra de ingentes sacrificios cimentada com sangue. A entrega realizou-se no mês de setembro.

O Condado das Galveias data em Portugal do século XVII. Sua Carta de criação em favor de Diniz de Melo e Castro foi passada por El Rei D. Pedro II a 10 de novembro de 1691. André de Melo e Castro, 3.º filho do 1.º Conde, nasceu em Vila Viçosa no ano da Graça de 1688, sendo batizado no dia 6 de dezembro.



Brasão de André de Melo e Castro, Conde das Galveias, 5.º Vice-rei do Brasil

Deão da Capela Ducal dessa vila, senhorio dos Bragança, até 1711, em 1718 foi a Roma por Embaixador da Magnificência do Senhor D. João V, de quem recebeu mercê do título de Conde das Galveias por Carta de 2 de outubro de 1724. Demais, era Comendador de Santiago de Lanhoso e Santa Maria da Pena, na Ordem de Cristo.

A 6 de junho de 1750, depois de ter governado o Estado do Brasil, voltou ao Reino, onde faleceu a 28 de janeiro de 1753.

Escudo de armas do Conde das Galveias: *partido, no 1.º de vermelho com seis besantes de prata entre uma dobre-cruz e um debrum de ouro, que é de Melo; no 2.º de prata com 6 arruelas de azul, postas 2, 2 e 2, que é de Castro por bastardia.*

* * *

À página 279 das "Memórias históricas e genealógicas dos Grandes de Portugal" de D. Antônio Caetano de Sousa, o brasão do Conde das Galveias aparece gravado em madeira, com os atributos dos Castro à destra e os dos Melo à sinistra. No entanto, a descrição da página 388 as põe ao contrário. A mesma coisa se nota no brasão duma azeitoneira de louça da Índia, pertencente ao serviço de mesa do referido Vice-Rei, que faz parte das coleções do Museu Histórico.

Se há inversão, ela é muito comum em heráldica. "Uma das alterações mais freqüentes — na lição de Santos Ferreira — consiste na inversão do escudo, isto é, na transposição do seu flanco direito para a esquerda, como resultado do desenhador haver tomado por modelo, e copiado fielmente, o brasão de armas de um sinete destinado a ser aplicado sobre lacre, e onde, portanto, o desenho estava já invertido. Este erro transforma as bandas em contrabandas, transforma a ordem dos quartéis, e volta para a esquerda tôdas as peças cuja posição clássica é para a direita".

E' possivelmente o caso.

As partições principais dos escudos são 4, correspondendo aos quatro grandes golpes de espada que o mesmo pode receber: um na vertical, *partido*; um na horizontal, *cortado*; dois atravessadamente da direita para a esquerda e vice-versa, *fendido* e *talhado*.

O escudo do Conde das Galveias segue a primeira das quatro partições: *partido*, que indica aliança por casamento entre duas casas, devendo as armas do marido figurarem no flanco direito e as da mulher no esquerdo, e sendo errado o costume de se figurarem nesses flancos, não as armas direitas, mas pela metade, como muitas vêzes se encontram.

Prevalecendo, como deve prevalecer, essa regra, invertido está o brasão na leitura de D. Antônio Caetano de Sousa e na série do Museu Histórico, que nela e noutros semelhantes se inspirou, estando certos os brasões da gravura do livro citado e da azeitoneira de lonça, pois a varonia da Casa é Castro e não Melo. O próprio nome do Conde das Galveias a aponta. Em Espanha e não em Portugal se usou a posposição do nome materno.

De fato, a Casa das Galveias se deduz por Martim de Castro, Senhor de Sanguinhedo e de Parada(Alcaide Mor de Melgaço e Castro Laboreiro, que recebeu mercês de D. João I no têrmo de Guimarães. No entanto, êle era segundo neto de Pedro Fernandes de Castro, Grande de Espanha passado a Portugal, e bisneto de João Fernandes de Castro, filho de Dona Elvira de Castro. Assim, no desdobramento da linhagem, vamos encontrar uma linha materna. De outro lado, Pedro de Melo, bisavô de André de Melo e Castro, era neto de Fernão de Castro, casado com uma tetraneta de Inês de Castro, o que nos leva novamente à linha feminina.

* * *

Os armoriais consignam vários brasões para os diversos ramos da família Castro :

1.º Ramo legítimo ou principal: *de ouro com 13 arruelas de azul, 3, 3, 3, 3, e v; timbre: um leão de ouro sainte, carregado de 7 arruelas de azul.*

2.º Ramos bastardos : *de prata com 6 arruelas de azul, 2, 2 e 2; timbre: um leão de prata sainte, carregado das arruelas do escudo.*

3.º Ramo da Casa de Monsanto, descendentes de Álvaro Pires de Castro, irmão de D. Inês de Canstro : *de vermelho com*

seis besantes de prata, 2, 2 e 2; timbre: um caranguejo de prata realçado e azulejado com uma truta nas patas.

4.º Ramo de D. Álvaro de Castro, filho de D. João de Castro, o famoso Vice-Rei da Índia: o brasão dos ramos bastardos, tendo por timbre: *a roda de navalhas de Santa Catarina, de ouro*, por ter sido armado cavaleiro no Mar Roxo, por D. Estevam da Gama, à vista do monte Sinai, onde os anjos depuseram as reliquias daquela Santa.

É de notar a diferença entre o escudo de armas do ramo legítimo e o dos bastardos. É feita com *diminuição*: o metal passa do ouro à prata; o número de arruelas, de 13 a 6, no campo, de 7 a 6 no timbre.

Os Castro-Aragão, os Castro-Burgal e os Castro do Rio são outras famílias e brasonam, por isso, com seus esmaltes, móveis e timbres próprios.

O pendão das 13 arruelas dos Castro de Espanha foi famoso nas pugnas medievais da Península. D. Rui Fernandes de Castro, Rico-Homem do Rei Afonso VII, chamado Imperador por ter dominado os Reinos das Espanhas, foi o primeiro fidalgo a usar dêsse apelido, tomado do seu senhorio hereditário da vila de Castro-Xerez. O primeiro Castro passado a Portugal foi, no reinado de D. Afonso IV, Pedro Fernandes de Castro, grande batalhador e por isso cognominado *o da guerra*.

Vetustos livros de heráldica, como o de Gehot, por exemplo, atribuem uma significativa nomenclatura aos pequenos círculos de côr ou arruelas. Aos de verde chamam *pomos*, como se fôssem frutos bem colhidos; aos de negro, *balas*, como se fôssem pelouros recebidos ou desferidos na luta; aos de vermelho, *golpes* ou *chagas*, como se fôssem ferimentos sofridos; e aos de azul, *machucadelas*, como se representassem contusões ou pisaduras. Se as 13 arruelas não se explicam como marcas de golpes dados ou suportados na guerra, ou como sinais de outros tantos combates ou vitórias, assinalarão talvez, o número de senhorios, feudos, alódios ou castelos da pertença de tão alta geração, cujo campo do escudo é de ouro, sinal de nobreza antiga e pura, que o leão do timbre confirma.

O flanco do escudo destinado aos Melo encerra uma figura heráldica muito curiosa e original, a *dobre-cruz* ou *cruz-dobre*. "A *dobre-cruz* é uma peça particular da armaria portuguesa, ensina Santos Ferreira. É *aparentemente* uma cruz de duas travessas, formada por uma *vergueta* e duas *faixetas* passadas em cruz, sem que, todavia, estes elementos se sobreponham realmente. A *dobre-cruz* divide o campo em seis partes iguais e é sempre encerrada numa bordadura do mesmo esmalte e de largura igual à dos seus braços. Brasona-se dêste modo: *de vermelho com dobre-cruz de ouro e debrum do mesmo*. É provável que o conjunto da *dobre-cruz* e seu filete representasse, primitivamente, o campo do escudo; e que sôbre êste se considerassem dispostas as seis peças quadrangulares, que hoje tomamos por partes aparentes do campo, e bem podiam ser brasonadas como *bilhetas deitadas*".

Eu me inclino a essa leitura e interpretação, visto como não se diz, como se deveria dizer, que são *cosidas* a *dobre-cruz* e o *debrum* do mesmo esmalte. E se nas armas dos Melo, mais antigas, sem dúvida do que as dos Almeida, que dêles tiram origem, os besantes não fôsem de prata, o que mostra que essas bilhetas de vermelho estão dêles carregadas, inclinar-me-ia a considerar as referidas bilhetas antes como *furadas*, não passando o esmalte dos besantes do do fundo do escudo.

As bilhetas ainda poderiam se considerar como *quadrados*, peça de uso muito pouco freqüente.

Os besantes, sobretudo os de ouro, são sinal de riqueza: *virtus praestantior auro*.

Num e noutro caso, só na armaria portuguesa se encontra essa figura original e, assim mesmo, como símbolo unicamente de duas famílias:

1.º Almeidas: *de vermelho, com uma dobre-cruz acompanhada de seis besantes, tudo de ouro, e um debrum do mesmo*.

2.º Melos: *de vermelho, com uma dobre-cruz de ouro, acompanhada de seis besantes de prata, e um debrum do segundo esmalte* (leitura de Santos Ferreira).

Nos livros do Armeiro-mor e do Cartório da Nobreza de Portugal, o brasão dos Melo tem o debrum de ouro, ou por influência da dobre-cruz, que parece formar com êle uma peça única, ou por ser êsse como se presume, o desenho verdadeiro.

No escudo de armas do Conde das Galveias, figuram a dobre-cruz e os besantes de prata dos Melo. A família é de tronco contemporâneo da fundação de Portugal, com seu solar na Vila de Melo, na Beira. Procede de D. Pedro Fermaris, que viveu no tempo do Conde D. Henrique. O brasão dos Melo está entre os da Sala dos Veados, no Paço de Sintra. Tem por timbre: *uma águia estendida de negro, armada e besantada de ouro.*

Tradição mui antiga os dá como provenientes do lugar Mello ou Mellon, cidade da tribu de Efraim, pouco distante de *Sichem*, na Samaria. Ali ficava uma das Casas ou Paços de David e, posteriormente, de Salomão, até por êsse restaurada em seu esplendor, quando subiu ao trono, segundo se lê na Biblia: Reis, liv. III, cap. IX, vers. 15.

Pela dobre-cruz e pelos besantes, com simples diferença de metais, os brasões dos Almeida pròximamente se aparentam aos dos Melo. Mesmo pelos timbres. Os Almeida usam como timbre: *uma águia estendida de vermelho, carregada de nove besantes de ouro, três no peito e três em cada asa.* O escudo dos Almeida, no entanto, não está incluído no armorial de Sintra.

* * *

Coube a D. Luiz Peregrino de Ataíde, 10.^o Conde de Atouguia, ser. de 1749 a 1755, o 6.^o Vice-Rei do Estado do Brasil. Durante o seu govêrno, regulamentou-se o trabalho nas minas e fundição de ouro, reorganizou-se a milícia e tomaram-se providências para guarda e defesa do Rio Grande de S. Pedro do Sul, pois fôra Portugal forçado a ceder à Espanha seus direitos sôbre a margem esquerda do Rio da Prata, onde assentaram os gloriosos muros da Colônia do Sacramento.

Em conseqüência do Tratado de Madrid, assinado em 1750, com base na doutrina do *utis possidetis* de Alexandre de Gusmão, essa colônia foi trocada pelos Sete Povos das Missões do Uruguai, fundadas e dirigidas pelos Jesuítas. Os índios dessas reduções recusaram-se a abandonar sua pátria e resistiram às tropas espanholas e portuguesas do Marquês de Valdelírios e do Conde de Bobadela. Foi essa a Guerra Guarani, cantada por José Basílio da Gama no seu poema célebre.

Comendador das Ordens de Cristo e de Aviz, Alcaide Mor e Senhor de várias terras do Reino, Governador e Capitão General do Algarve, era D. Luiz Peregrino de Ataíde bisneto de D. Jerônimo de Ataíde, 6.º Conde de Atouguia, 20.º Governador e Capitão General do Brasil, e pai de D. Jerônimo de Ataíde, 11.º Conde de Atouguia, genro dos Marqueses de Távora, justicado com êles pelo Marquês de Pombal em 1759. O 9.º Conde de Atouguia foi seu pai, D. Jerônimo Casimiro de Ataíde, Governador hereditário da praça de Peniche. O 8.º, seu avô D. Luiz Peregrino de Ataíde, assassinado em 1689. E o 7.º, o irmão dêste, D. Fernando de Ataíde, que morreu sem geração.

No ano de 1755, como tardasse a chegar à Bahia a demissão que o Conde de Atouguia pedira do Cargo de Vice-Rei do Brasil, êle passou seu exercício a uma Junta Provisória, composta do Arcebispo D. José Botelho de Matos, do Provedor-Mor da Fazenda Manuel Antônio da Cunha Soto-Maior e do Coronel Lourenço Monteiro, embarcando a seguir para Lisboa.

O Condado de Atouguia foi criado por Carta de 17 de dezembro de 1488, do Rei D. Afonso V, em favor de seu avô Álvaro Gonçalves de Ataíde, apelido êste dos mais antigos de Portugal.

D. Luiz Peregrino de Ataíde, 10.º Conde de Atouguia, do Conselho d'El Rei, Senhor das vilas de Peniche, Atouguia, Cernache, Monforte, Vilhões, Lomba e Paço da Ilha Deserta, Comendador de Santa Maria de Adalfe e Vila Velha do Rodão, na Ordem de Cristo, Capitão General do Reino do Algarve e Vice-Rei do Estado do Brasil, nasceu a 16 de outubro de 1700.

Escudo de armas do Conde de Atouguia: *de azul com 4 bandas de prata, que é de Ataíde.*



Brasão de D. Luiz Peregrino de Ataíde. Conde
de Atougua, 6.º Vice-Rei do Brasil.

A varonia dos Ataíde vem de Câmara, tendo tido princípio em João Gonçalves Zarco, descobridor que foi da ilha da Madeira. Os Câmara brasonam de *uma torre coberta de prata, no 1.º ramo, que é o do descobridor, assente num monte de verde, sustida por dois lobos rampantes de ouro, afrontados e lampassados de vermelho, em campo negro; no 2.º, sem o monte e em campo verde, Por timbre, em ambos os casos, um lobo de ouro passante.*

Assim, apesar de se deduzir através dos Câmara, a varonia de Ataíde conserva na sua pureza o brasão familiar, que figura em Sintra, com seu timbre: *onça andante de azul carregada das peças do escudo. Outros dizem saltante.*

O tronco dos Ataíde é Moço Viegas, filho do famoso Egas Moniz com solar na freguesia de S. Pedro de Ataíde, no Bispado do Pôrto. Aquele aio do Rei Afonso V, para quem êle criou o Condado de Atouguia. Álvaro Gonçalves de Ataíde, vinha dessa gloriosa semente.

Desta sorte se explica a varonia pelos Câmara: "... extinta a linha masculina em D. Luiz de Attayde, III Conde de Attouguia, recahio por femea em João Gonçalves de Attayde, neto de Simão Gonçalves da Camara. Capitão Donatario da Ilha da Madeira, e de sua segunda mulher Dona Isabel da Sylva, filha de D. João de Attayde, herdeiro da Casa de Attouguia, e por este casamento passou a Casa de Attouguia da varonia de Attayde á de Camera".

No simbolismo da heráldica, a *banda*, que corta diagonalmente o escudo da direita para a esquerda, é a peça honrosa que representa, na opinião de La Colombière, "le baudrier de Cavalier", *boldrié* ou *talabarte* do Cavalheiro ou a faixa ou *charpa* de sêda colorida, usada com as côres das damas ou da Casa nobre por cima dos saios e couraças, nos torneios, tendo por isso o Rei Afonso da Espanha instituído no século XIV a Ordem da Banda. Em heráldica, a *banda* opõe-se à *contra-banda*, que corre no escudo da esquerda para a direita. Esta direção tem um significado geral de bastardia. Portanto, a *banda* deve exprimir legitimidade.

Assim sendo e tendo em conta a significação dos esmaltes, as 4 bandas de prata em campo de azul dos Ataíde exprimem quatro costados de nobreza pura.

Na armaria de Espanha e Portugal vêm-se muitas bandas *abocadas* ou *engolidas*, isto é, com as extremidades rematadas em fauces de serpes e outros animais. Essas figuras mostram que o fidalgo que as usava fazia parte daquela Ordem da Banda ou participara da batalha do Salado, em 1340.

* * *

De 1755 a 1760, governou o Estado do Brasil como seu 7.º Vice-Rei D. Marcos de Noronha, 6.º Conde dos Arcos, que já administrara as Capitânicas de Goiaz e Pernambuco. Homem justo e probo na gerência da coisa pública. Obedecendo ao Marquês de Pombal, executou no Brasil o decreto da expulsão dos Jesuítas que haviam evangelizado o país; mas procedeu com brandura, sem causar vexames aos padres. Coube-lhe ainda providenciar quanto a contribuição de 3 milhões de cruzados que o Brasil devia dar em três anos para a reconstrução de Lisboa arruinada pelo terremoto de 1755. Entre as suas fundações, conta-se a da Fábrica de Salitre de Montes Altos.

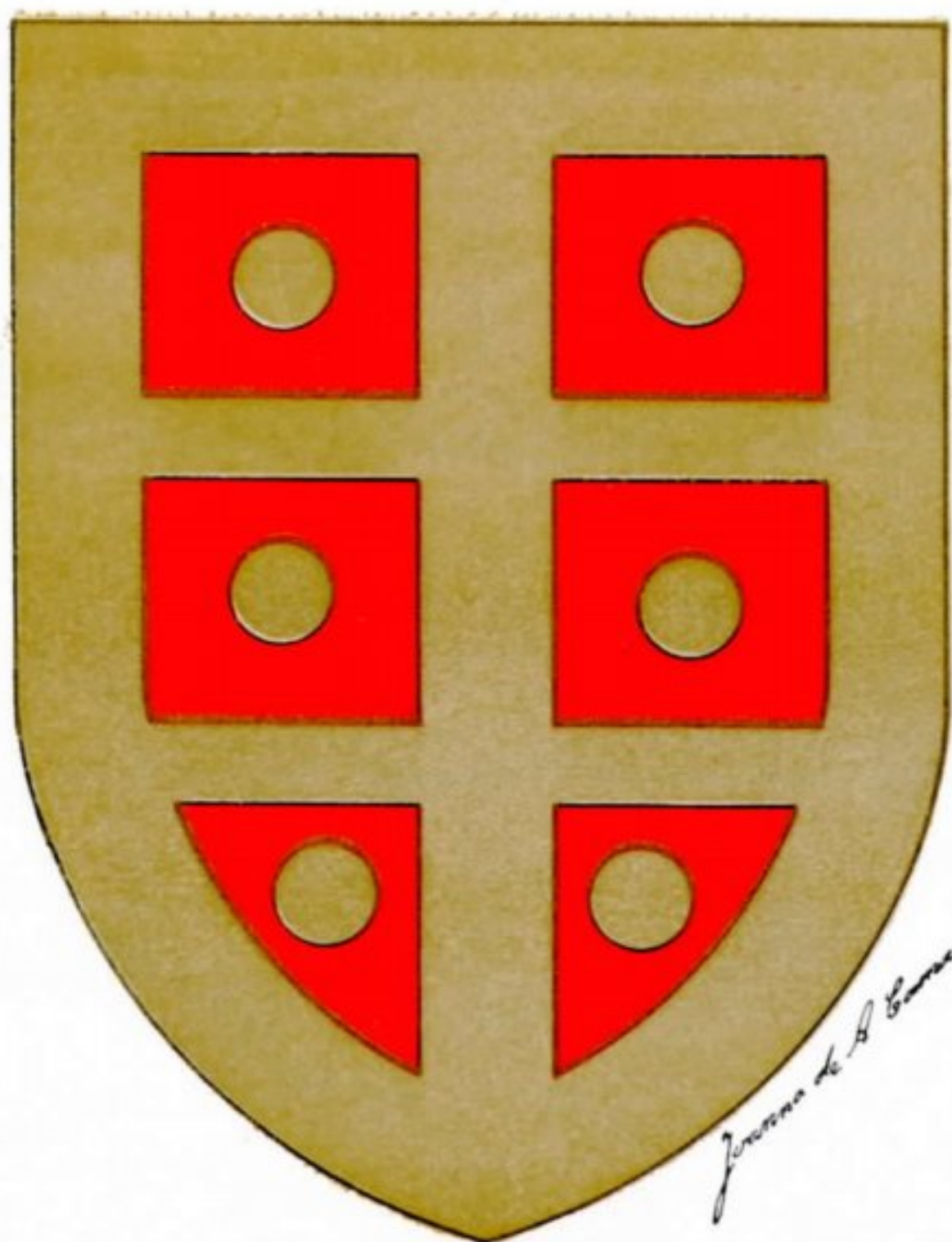
A Carta de criação do Condado dos Arcos de Val de Vez na Comarca de Viana, no Minho, datada de 8 de fevereiro de 1620, foi passada em favor de D. Luiz de Lima Brito e Nogueira. A varonia da Casa é Noronha, procedendo de D. Martinho de Noronha, Senhor de Cadaval, irmão de D. Henrique de Noronha, Comendador Mor da Ordem de Santiago, ambos netos de D. Henrique II de Castela e de D. Fernando I de Portugal.

D. Marcos de Noronha, Capitão de Cavalos ou de Cavalaria, como se diz hoje, foi feito Conde dos Arcos por Carta de 2 de janeiro de 1750.

Escudo de armas do 6.º Conde dos Arcos: o mesmo do Marquês de Angeja, já deviadmente estudado e comentado.

* * *

O 8.º Vice-Rei do Brasil, D. Antônio de Almeida Soares e Portugal, Conselheiro d'El Rei e Veador da Rainha, foi 4.º Conde e 8.º Senhor de Avintes, 2.º Conde e 1.º Marquês de Lavradio.



João de S. Gomes

Brasão de D. António de Almeida Soares e Portugal, 1.º Marquês do Lavradio, 8.º Vice-Rei do Brasil e de D. Luiz de Almeida Portugal Soares Mascarenhas, 2.º Marquês de Lavradio e 11.º Vice-Rei.

Governou um semestre e, naturalmente, nada pôde fazer. Tendo tomado posse do cargo a 9 de janeiro de 1760, morreu a 4 de julho seguinte e foi substituído pelo Chanceler Tomaz Ruby dos Santos Barreto, que passou em 1761 o govêrno a uma Junta Provisória composta do Arcebispo D. Frei Manuel de Santa Inês, do novo Chanceler José Gonçalo de Andrade e do Coronel Gonçalo Xavier de Barros e Alvim.

A Junta Provisória governou até 1763, quando a capital do Brasil, por necessidade de melhor acudir à defesa das fronteiras do Sul, foi mudada para o Rio de Janeiro, sendo nomeado outro Vice-Rei.

D. José I fêz 1.º Marquês da vila do Lavradio, na Estremadura, perto de Setubal, a D. Antônio de Almeida Soares e Portugal, que já era Conde de Avintes, no Minho. O Condado de Avintes, foi criado por El Rei D. Afonso VI, por Carta de 17 de fevereiro de 1664, para D. Luiz de Almeida, Senhor dêsse lugar. D. Antônio de Almeida Soares e Portugal nasceu a 1 de maio de 1701 e foi Conde do Lavradio por mercê d'El Rei D. João V, que renovou em sua pessoa êsse título pela Carta de 17 de julho de 1725. Coronel dum Regimento de Infantaria e Comendador de S. Pedro de Castelões na Ordem de Cristo, foi Governador e Capitão General do Reino de Angola de onde voltou à Metrôpole em 1754.

Escudo de armas do 1.º Marquês do Lavradio: *de vermelho com uma dobre-cruz acompanhada de 6 besantes, tudo de ouro: e um debrum do mesmo, que é de Almeida.*

* * *

Apesar de não figurar no brasonário de Sintra, Almeida é nome famoso nos fastos de Portugal, sobretudo nas ações da Índia. Ao invés de tomar o nome da vila de Almeida, como soía ser, deu-lhe o seu. Famoso e antigo. Ligado à Casa ilustre de Assumar, que descende de D. Pedro de Almeida. O nome de Portugal lhe foi acrescentado pelo casamento de D. Luiz de Almeida, em fins do século XVI, com D. Maria de Portugal, filha de D. Henrique de Portugal e de Dona Ana de Ataíde.

Os Almeidas do Prior do Crato brasonam como os outros, com *um chefe de vermelho com uma cruz de prata, que é da Ordem do Hospital.*

Os comentários às armas dos Almeida foram feitos ao se descreverem as dos Melo, no brasão do Vice-Rei Conde das Galveias.

* * *

O 1.º Conde da Cunha, D. Antônio Álvares da Cunha, exerceu o cargo de 9.º Vice-Rei do Brasil, de 18 de outubro de 1763 a 17 de novembro de 1767. Instalou no Rio de Janeiro a capital da colônia e a defendeu com muros e fortificações. Criou o Arsenal de Marinha e o Paiol da Pólvora na ilha de Santa Bárbara. Mandou levantar a carta topográfica da Capitania do Rio de Janeiro e melhorou a situação das tropas. Fêz um govêrno de realizações.

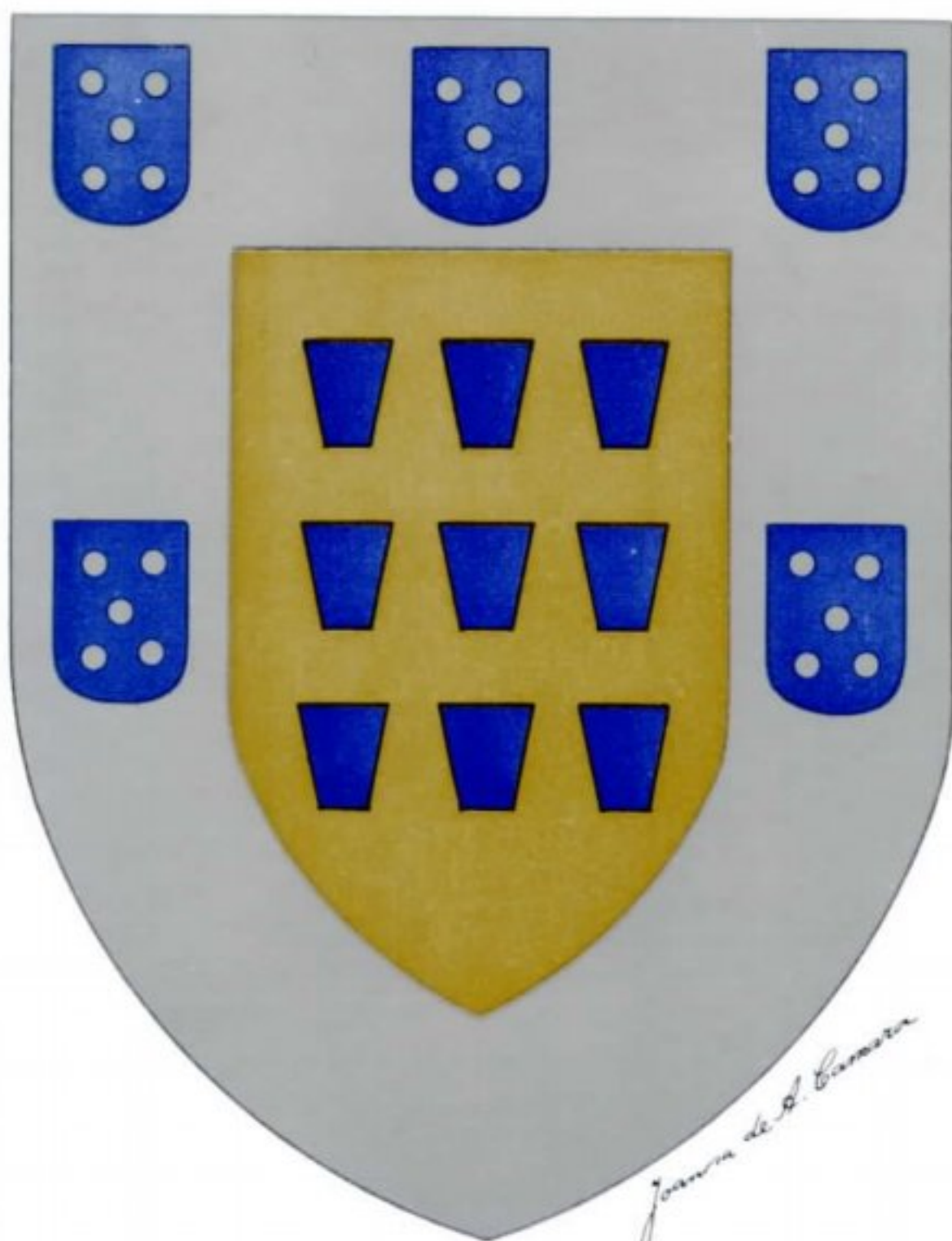
O título de Conde da Cunha foi criado pela Carta de 15 de março de 1760, de juro e herdade, em favor de D. Antônio Álvares da Cunha, por seus serviços próprios e notadamente pelos de seu tio, D. Luiz da Cunha, tanto na magistratura como na diplomacia. D. Luiz da Cunha defendeu com brilho e empenho os interesses de Portugal no Congresso de Utrecht. D. Antônio Álvares da Cunha distinguiu-se na carreira militar como Capitão de Mar e Guerra. Antes de ser Vice-Rei do Brasil, foi Governador e Capitão General da Praça de Mazagão e do Reino de Angola.

Escudo de armas do 1.º Conde da Cunha: *de ouro com 9 cunhas de azul, postas 3, 3 e 3; bordadura cosida de prata carregada de 5 escudetes de azul, cada escudete carregado de 5 besantes de prata postos em santor, que é de Cunha de Lopo e Martin Vasques.*

* * *

Dois escudos atribuídos ao Cunha são referidos no Armorial Português :

1.º Cunha: *de ouro com 9 cunhas de azul, postas 3, 3 e 3; timbre: um grifo sainte de ouro semeado de cunhas de azul, com asas de um no outro.*



Brasão de D. Antônio Álvares da Cunha, Conde da Cunha, 9.º Vice-Rei do Brasil

2." Cunha de Lopo e Martim Vasques: *de ouro com 9 cunhas de azul, postas 3, 3 e 3; bordadura cosida de prata, carregada de cinco escudetes de azul, cada escudete carregado de 5 besantes de prata postos em santor. O mesmo timbre.*

Pelo confronto das leituras se verifica que as de baixo são simplesmente as armas dos Cunha, acrescentadas de uma bordadura de Portugal. As armas dos Cunha são *falantes*.

Os Cunha são geração das mais antigas do Reino. "Procedem de D. Guterre, companheiro do Conde D. Henrique, a quem elle fez mercê da Póvoa do Varzim, e outras terras, no districto de Guimarães, Braga e Barcellos. Entende-se ser seu solar a terra de Cunha a Velha, do termo de Guimarães, por ser antiga nos fidalgos deste appellido. Tem em este Reyno o Conde de Pontevel, os senhores de Povolide, os Senhores de Tabua, e outros Morgados. Em Castela tem os Duques de Escalona, os Duques de Ossuna, os Marqueses de Vilhena, os Condes de Buendia, e outras casas grandes que procedem de Martim Vasques da Cunha e de seu irmão Lopo Vasques, que se passaram a aquelle Reino em tempo d'El Rey Dom Joam Primeiro".

E o genealogista descreve armas um tanto diferentes para êsses Cunhas passados à Espanha, de Lopo e Martim Vasques: "em campo de ouro nove cunhas de azul, de ferro, firmadas, postas em tres pallas; tymbre um meyo grifo de ouro acunhado de azul, com asas acunhadas de ouro. Os de Castella orlam o Escudo com vinte e quatro bandeiras".

Aqui temos talvez a explicação da bordadura carregada dos escudetes de Portugal nas armas do 1." Conde da Cunha. E' possível que, conservando os descendentes de Lopo e Martim Vasques em Espanha o escudo orlado de bandeiras, como foi descrito, a outros que tenham ficado ou tornado a Portugal se haja concedido, como distinção ou proteção, a bordadura das Quinas.

A cunha é peça heráldica de extrema rareza, representada sob a forma de trapézio isósceles com a base para cima. Instrumento dos rachadores de lenha, em geral de ferro, não figura senão no armorial português e neste sòmente no brasão dos Cunha. O autor acima citado, quando a descreve, diz: "nove cunhas de azul,

de ferro". No "Dicionário da Nobreza", é um dos poucos brasões portugueses tomados em consideração e Deschavannes diz: "neuf coins de mire d'azur". Note-se bem que não emprega somente *d'azur*, fazendo preceder a êsse têrmo heráldico a palavra *mire*, que indica a mira de ferro das armas de fogo: cunhas de mira ou de ferro, o que põe de acôrdo os dois heraldistas separados pelo espaço e pelo tempo.

* * *

Essas cunhas de ferro contam o heróico feito de Guterres da Cunha, companheiro de armas de D. Afonso Henriques, o Fundador da Monarquia, que, enfiando nas juntas das pedras dos muros de Lisboa nove cunhas de lenhador, por elas subiu até as ameias, sendo um dos primeiros, senão o primeiro, no assalto à cidade que estava na posse dos infiéis.

* * *

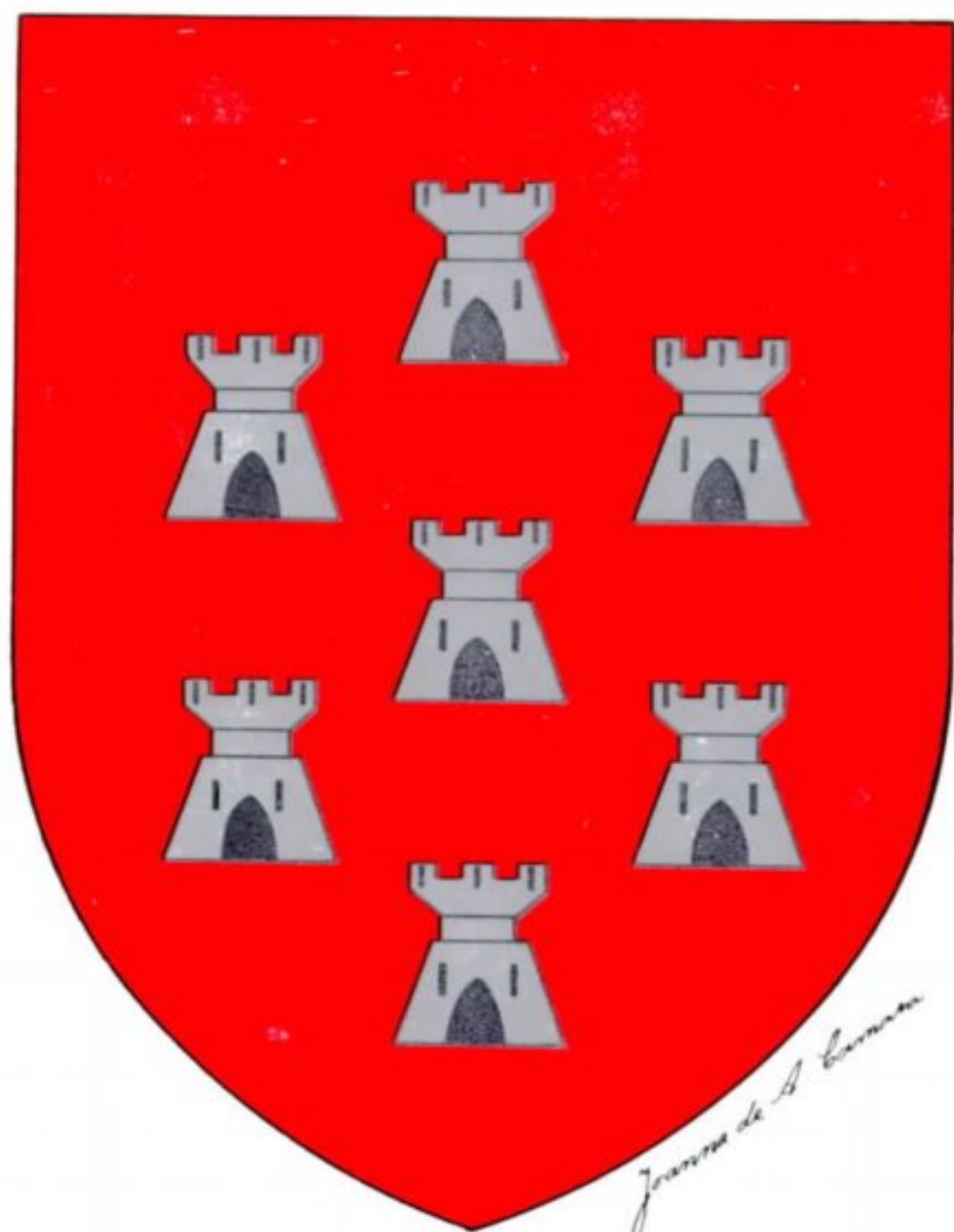
D. Antônio Rolim de Moura, 1.^o Conde de Azambuja e 10.^o Vice-Rei do Brasil, governou de 1767 a 1769.

Tendo seguido a carreira das armas, chegou ao posto de Tenente General. Foi Governador das Armas de Lisboa e da Província da Estremadura, e Vedor da Rainha. Em 1749, como Governador e Capitão General de Mato Grosso, fundou alí a Vila Bela, que Taunay evocou como a Cidade do Ouro e das Ruínas.

Como Vice-Rei, substituiu ao Conde da Cunha; mas em 1769 teve de regressar a Portugal, onde foi assumir a Presidência do Conselho da Fazenda. Quase nada pôde realizar devido ao pouco tempo que governou. Nascido em 1709, faleceu com 73 anos de idade em 1782, sem ter casado e sem deixar herdeiros. Era tilho de Nuno de Mendonça, 4.^o Conde de Val dos Reis.

O título de Conde de Azambuja foi criado por Carta de D. Maria I, de 21 de maio de 1763, em recompensa dos serviços prestados por D. Antônio Rolim de Moura na governação da Capitania de Mato Grosso. D. Pedro V renovou o título, em 1860, em D. Augusto Pedro de Mendonça Rolim de Moura Barreto.

Escudo de armas do 1.^o Conde de Azambuja: *de vermelho com sete castelos de prata, abertos de negro, postos 1, 2, 1. 2, e 1. que é de Moura.*



Brasão de D. António Rolim de Moura, Conde
de Azambuja, 10.º Vice-Rei do Brasil

O timbre das armas dos Moura confirma diretamente os móveis das mesmas: um castelo do escudo. O mesmo castelo de prata encontramos, *em abismo* e no timbre, das armas dos Mourão, *de verde com duas faixas de ouro*.

Sobre os castelos, Santos Ferreira fornece esta explicação heráldica: "Tanto no brasão português como no espanhol os castelos representam, em muitos casos, aliança com a Casa Real de Castela, ou concessão por ela outorgada. Nos brasões portugueses, concedidos no decurso da 2.^a dinastia, são sempre alusivos a feitos das armas praticados no ataque ou defesa das praças de guerra do norte de África e outras conquistas. Os castelos sobre ondas representam praças marítimas".

A genealogia nos conta que os Moura procedem dum Childe Rolim, Cavalheiro flamengo dos que vieram ajudar El Rei D. Sancho I contra os infiéis. Em 1107, reinando El Rei D. Afonso Henriques, "ganhou aos Mouros a Villa de Moura, solar antiguo desta familia de quem se derivou o appellido a seus descendentes". Os Moura ligam-se aos Mendonça, já falados em Galiza e Minho no século IX, às Casas de Castel Rodrigo e de Val de Reis.

Àquele Childe Rolim fêz o Fundador da Monarquia Lusitana mercê da Vila de Azambuja, "que se continuou em seus descendentes e entrou na familia dos Mouras por casamento de Dona Urraca Rolim. Senhora desta Villa, com Alvaro Gonçalves de Moura, Senhor da Villa de Moura no Reinado de D. Afonso Terceiro, por onde estam hoje os Rolins na Varonia de Mouras, e usam das mesmas armas".

Por estas concludentes explicações, vê-se que os castelos do escudo indicam tomadas de praças de guerra com esforço e sangue, como diz a côr do campo.

* * *

Governou dez anos o Brasil, de 1769 a 1779, como seu 11.^o Vice-Rei, o 2.^o Marquês do Lavradio, D. Luiz de Almeida Portugal Soares Mascarenhas, nascido a 27 de junho de 1729, filho do 1.^o Marquês, que a morte colhera no inicio de sua governação.

Homem de altas qualidades e espirito brilhante, fêz administração merecedora dos maiores louvores. Com muito fôrça de vontade venceu os maiores óbices e realizou em grande parte seu plano de tornar o Rio de Janeiro capital digna dêsse nome.

Aterrou pântanos, pavimentou ruas, abriu outras, levantou chafarizes, embelezou edificios, fêz novas construções. Fomentou a agricultura e a indústria. Introduziu a cultura do linho e a criação do bicho da sêda. Organizou as milicias fluminenses e sustentou a luta, no Sul, contra os castelhanos. Preocupou-se com as coisas da intelligência e fundou uma Sociedade de Ciências Naturais.

D. Luiz de Almeida, Tenente General do Exército, Conselheiro da Guerra, Presidente da Mesa do Desembargo do Paço, Grã Cruz da Ordem de Cristo, Inspetor General das Tropas do Alentejo, antes de governar o Estado do Brasil, substituiu na administração da Bahia o Conde da Cunha, então nomeado Vice-Rei.

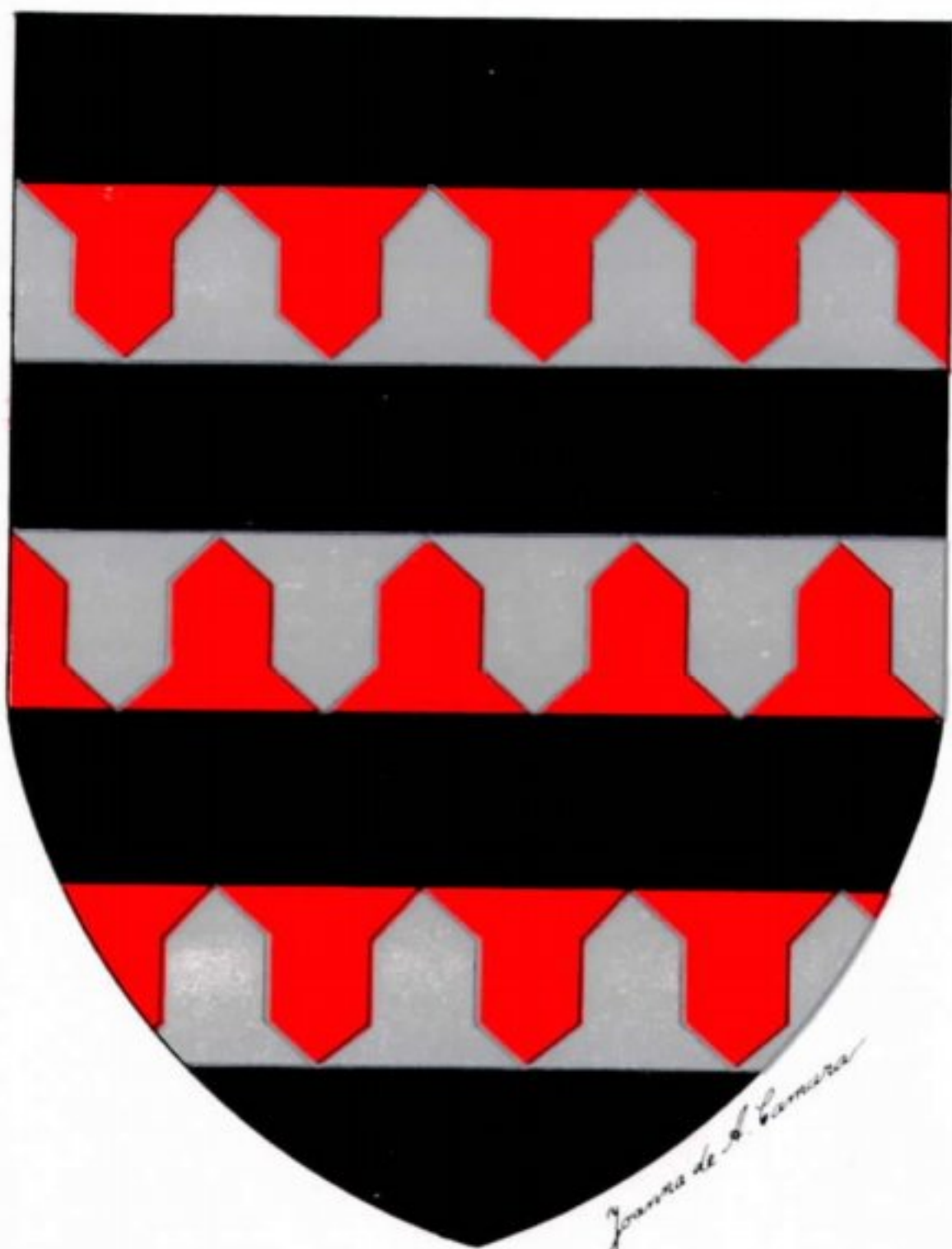
Escudo de armas do 2.º Marquês do Lavradio: o mesmo do 1.º Marquês, que é de Almeida, já devidamente estudado e comentado.

* * *

D. Luiz de Vasconcelos e Sousa, Conde de Figueiró, foi de 1779 a 1790 o 12.º Vice-Rei do Estado do Brasil.

Ergueu edificios, entulhou charcos, rompeu morros, deu água ao povo, fêz o Passeio Público na antiga lagoa do Boqueirão, criou a Casa dos Pássaros ou Museu Zoológico, protegeu as artes e melhorou as condições dos infelizes escravos com algumas medidas humanitárias. Administração considerada por todos um periodo de ordem e de prosperidade, absolutamente fora do comum.

Estadista insigne, filho do 1.º Marquês de Castelo Melhor, descendente do 19.º e do 33.º Governadores e Capitães Generais do Brasil, era Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra e exerceu diversas magistraturas eminentes: Desembargador da Relação do Pôrto e da Casa de Suplicação, Desembargador do Paço. Foi ainda Veador da Princesa Dona Maria Benedita, Grã Cruz da Ordem de Santiago da Espada e Conde de Figueiró.



Brasão de D. Luiz de Vasconcelos, Conde de Figueiró, 12.^o Vice-Rei do Brasil

Nascido em 9 de julho de 1740, faleceu em 1807. Seu nome ficou profundamente ligado à cidade do Rio de Janeiro que êle amou e embelezou, protegendo as artes e os artistas como Mestre Valentim da Fonseca e Silva, e Leandro Joaquim.

Escudo de armas do Conde de Figueiró: *de negro com 3 faixas veiradas contraveiradas de prata e de vermelho, que é de Vasconcelos.*

* * *

Os Vasconcelos são de linhagem muito antiga e ilustrada de notáveis feitos, procedendo de Pedro Martins da Tôrre, filho do ilustre Capitão Martim Moniz, o que se deixou matar à entrada da porta de Lisboa, para que seu corpo impedisse os mouros de fechá-la e por ela entrassem os assaltantes. Êsse Pedro Martins da Tôrre era neto do Conde D. Osório de Cabreira, que veio a Portugal com o Conde D. Henrique. Seu solar era a Tôrre de Vasconcelos, em Amares, no Conselho de Entre-Homem e Cávado, no Entre-Douro e Minho. O primeiro a usar o nome foi D. João Pires de Vasconcelos, companheiro do Rei D. Fernando o Santo, na conquista de Sevilha, em 1248.

Nos antigos brasonários, podemos encontrar três escudos de armas dos Vasconcelos.

1.º Vasconcelos de Portugal: *de negro com três faixas veiradas contraveiradas de prata e de vermelho, como já ficou dito. Por timbre, um leão faixado de negro e das faixas do escudo de 7 peças.*

2.º Vasconcelos de Espanha: *de negro com um castelo de ouro sôbre três faixas ondeadas e veiradas de prata e de vermelho; o mesmo timbre.*

3.º Vasconcelos de Vilalobos: *partido, no 1.º de Vasconcelos; no 2.º, cortado de vermelho com dois lobos de ouro, que é de Vilalobos e de xadrezado de 15 peças de ouro e azul, que é de Portocarrero; o mesmo timbre.*

Os Vasconcelos de Espanha ali tiveram origem naturalmente depois que D. João Pires de Vasconcelos se ajuntou no século XIII à hoste real de D. Fernando o Santo para a tomada de Sevilha.

Seu tronco era, como se viu, o da Tôrre de Vasconcelos. Vemo-la, pois no seu novo brasão (tôrre ou castelo), mirando-se nas águas dum rio, de certo o Guadalquivir, que banha Sevilha, nas quais se refletem os veiros da insígnia familiar. Os hieróglifos do escudo contam, assim, a transposição da família de Portugal para Espanha.

Os Vasconcelos de Vilalobos vêm de Martim Vicente de Vasconcelos, morador em Ceuta ao tempo de D. João I, o qual uma vez livrou das mãos da mourisma seu Capitão, o Conde D. Pedro de Meneses, dando-lhe o próprio cavalo. Por isso lhe foi passada Carta de Brasão ou de fidalgo de cota d'armas com as partições já referidas.

Os timbres idênticos demonstram herâldicamente a ligação de sangue dessas gerações.

Fora de Portugal e Espanha, encontram-se *Vasconcelles* no Maine, em França, brasonando *de prata com dois leões passantes de vermelho*.

Não é de todo improvável uma certa aproximação entre êsses leões e os dos timbres repetidos nas armas dos vários Vasconcelos da Península.

* * *

O *veiros* é uma das *peles* da heráldica. O nome vem do latim *varium*. Eis como La Colombière o explica: "E, quanto ao *veiros*, que é a segunda pele, couro ou pêlo, dela antigamente se serviam para forrar as roupas dos Grandes Senhores e Cavalheiros de nomeada, compondo-a de pedaços em forma de pequenos vasos emendados pelos peleteiros a outros de côr branca. Como fôssem geralmente azulados, os que primeiro estatuíram as regras da Ciência Heráldica, no que toca ao *veiros*, consideraram essa pele ao natural que ficou sendo sempre prata e azul. Assim, quando se diz que uma casa brasona de *veiros*, unicamente, entende-se que é com êsses dois esmaltes. Se o *veiros* fôr de ouros, é necessário descrever, dizendo tal Casa brasona de *veirado* de ouro e de vermelho, por exemplo, e desta sorte quanto a outras combinações. Chama-se a isso o *veiros* composto".

É o caso das faixas dos Vasconcelos.

O mesmo autor continua:

“E quanto à etimologia dessa palavra *veirado*, quero crer que é de variado, a *variis coloribus*, porque se empregavam diversas côres para fazer essa pele com seus pedaços emendados, segundo os caprichos e fantasias de cada um”.

Há diversas espécies de veiros e regras para seu uso, a começar por essa já enunciada de não ser preciso dar os esmaltes, se se diz veiros tão sòmente, sendo obrigatório designá-los nos outros casos.

Se o escudo traz mais de quatro ordens de veiros, passa a ser veirado. Se tem menos de quatro, é o que os franceses denominam *beffroi* e que não encontramos na heráldica portuguesa. Há mais o contraveirado, quando as pontas das figuras do mesmo esmalte se tocam, e o veirado em pala, quando se superpõem.

Os veiros denotam grande ilustração e fidalguia em heráldica. Os primeiros a usá-los foram, segundo velhas tradições, os Senhores de Coucy, na Picardia. Nos tempos antigos, rezam as crônicas de França, tendo os turcos, numa das batalhas travadas na Hungria, abatido o pendão do Senhor de Coucy, êle tomou do seu manto escarlate forrado de veiros e o hasteou na lança, à guisa de bandeira. Em tôrno dessa insignia reuniram-se os seus acostados e ganharam a vitória. Depois, o Rei d'Armas daquele Reino, por ordem do seu Rei, deu por armas ao Senhor de Coucy: *faixado de veiros e goles de 6 peças*. Elas passaram a seus descendentes, que abandonaram suas armas antigas: *de goles com uma banda de ouro acompanhada de duas coticas do mesmo*.

Outros querem que os veiros tenham sido usados pela família de Coucy, não por causa dêsse episódio heróico, mas por causa de outro: Ber de Marle, Senhor de Coucy, entrando em luta contra os sarracenos envolto no seu mantel forrado de veiros, por não ter achado à mão sua cota de armas.

A divergência do fato que deu origem à introdução do veiros na heráldica não implica nenhuma divergência quanto ao dessa introdução se dever à Casa de Coucy. Êste ponto é pacífico entre os tratadistas mais conspícuos na matéria. Ponto também pacífico é a alta nobreza dessa casa: “*Cette Maison a eté si illustre qu'au-trefois elle alloit du pair avec les plus grands Souverains, de quoy*

fait foy ce vieux dicton d'un Seigneur de cette Famille, qui disoit: *Je ne suis Roy ne Prince aussi, je suis le Sieur de Coucy.*"

Nem Rei, nem Príncipe, mas Senhor de Coucy, o que é um dito orgulhoso e forte.

A alta nobreza dos Vasconcelos se exprime nessas três faixas veiradas contraveiradas de prata e de vermelho, combinação de esmaltes, que representa, conforme a lição dum mestre britânico, *an avenger of the innocent*, um vingador dos inocentes, flor do espírito da Cavalaria. Elas são postas em campo negro, que significa sabedoria, constância e dor.

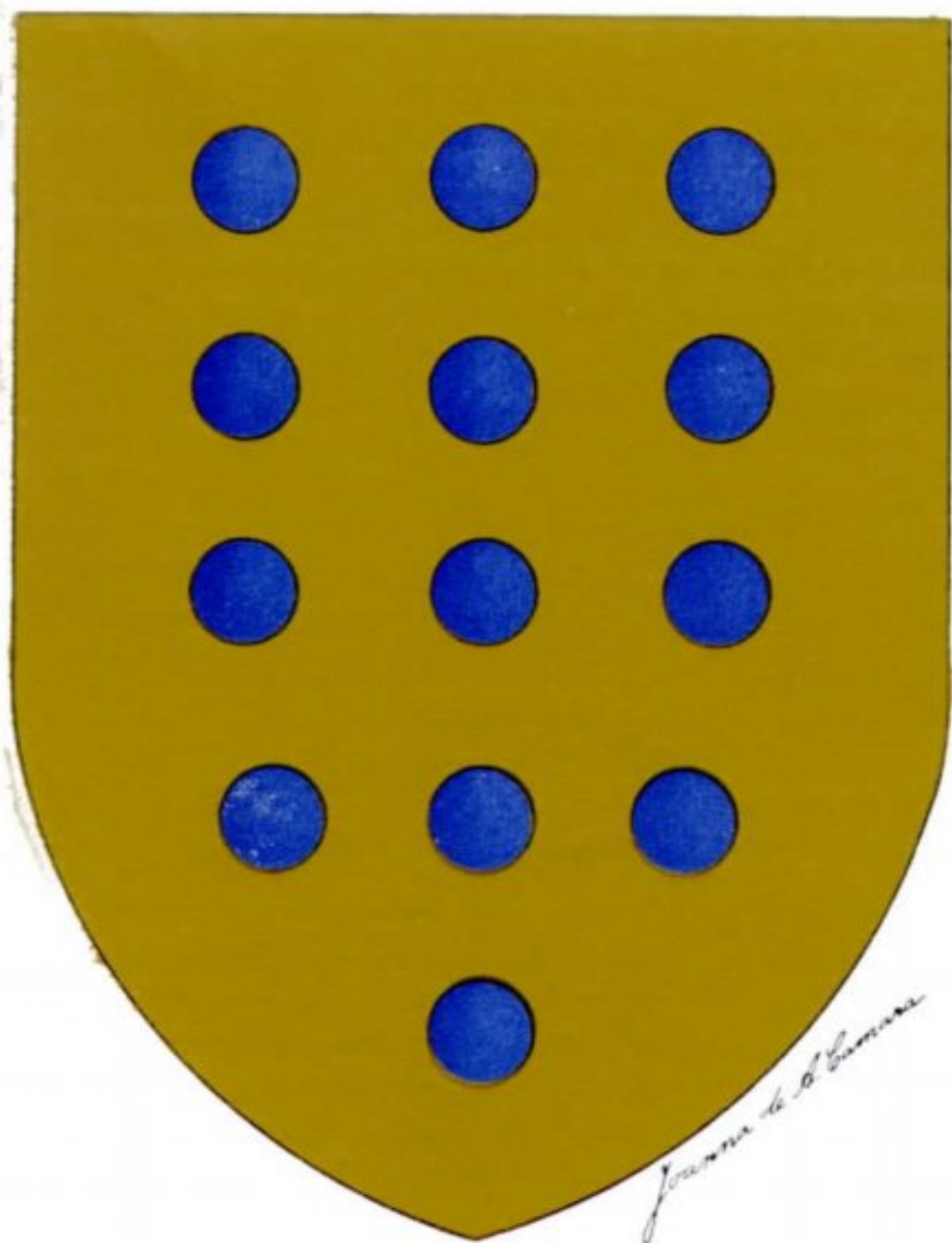
* * *

Na representação dessas faixas veiradas contraveiradas do brasão dos Vasconcelos não se encontra uniformidade nos diversos documentos iconográficos conhecidos. Na pedra d'armas do nosso Passeio Público, o desenho dos veiros se arredondou e tomou jeito *colobreado*, senão de lágrimas. Desvirtuados em *faixas nebuladas* se amostram na gravura do livro de D. Antônio Caetano de Sousa. Induzido em erro, Rietstap substituiu as faixas veiradas contraveiradas por faixas chevronadas de vermelho em campo de prata. A mesma coisa se deu com o brasão dos Rochecouart em França, cujo escudo se tornou como o dos Vasconcelos e se apresenta muitas vezes *faixado ondado de prata e vermelho*.

Reproduziu-se o brasão na série dos Vice-Reis como deve ser, com duas faixas veiradas e uma contraveirada, alternadas.

* * *

No governo de D. José Luiz de Castro, 2.º Conde de Resende, 13.º Vice-Rei do Brasil, de 1790 a 1801, começou a estancar-se a produção do ouro das Gerais. Por falta de recursos, a esse administrador se tornou impossível prosseguir nas medidas e obras que tanto lustre haviam dado a seus dois antecessores. Conde de Figueiró e Marquês do Lavradio. Viu-se, pelo contrário, obrigado a restrições e economias que só lhe deixaram realizar os trabalhos inadiáveis e absolutamente imprecindíveis ao bem público.



Brasão de D. José de Castro, Conde de
Resende, 13.º Vice-Rei do Brasil

No seu Vice-Reinado, se devassou e puniu a Inconfidência de Vila Rica, suplicando-se o Tiradentes. Seu nome perpetuou-se na cidade de Resende, antiga povoação de Campo Alegre, à qual deu predicamento de vila.

O Conde de Resende, Capitão da Guarda Real dos Archeiros e Tenente General do Exército, foi o 16.º Almirante de Portugal, herdando todos êsses títulos de D. Antônio José de Castro e outros antepassados.

Tem o nome de Resende um conselho a três léguas de Lamego, em Portugal, povoado em 1030, do qual foi senhor o Almirante de Portugal, D. Antônio José de Castro, criado Conde por Carta de D. José I.º de 10 de junho de 1754, de juro e herdade, em satisfação da Capitania de Ilhéus, no Brasil, da qual era Donatário. A varonia da Casa é de Castro, das mais antigas e nobres de Espanha, ligada em Portugal aos Vasconcelos, Noronhas, Távoras, Lencastres e Castelo Melhor.

Ao 2.º Conde de Resende, Vice-Rei do Brasil, competiam mais os seguintes títulos: 11.º Senhor de Penela, 13.º de Reriz e Bem viver, e Morgado de Resende. Faleceu em Lisboa, no Palácio de Santa Clara, a 23 de março de 1819.

Escudo de armas do Conde de Resende: *de ouro com treze arruelas de azul, 3, 3, 3, 3, e 1, que é de Castro.*

* * *

São as armas do tronco dos Castro, de Espanha, com seu timbre: *o leão de ouro sainte, carregado de sete arruelas de azul*, como antes já se teve ocasião de ver.

As *arruelas* também se dizem *roellas*. Em tempos idos se diziam *tortãos*, *tourteaux* ainda hoje em francês, com esta ingênuua explicação dum heraldista: "humas figuras redondas, como moedas".

* * *

D. Fernando José de Portugal, 1.º Conde e 2.º Marquês de Aguiar, filho do 3.º Marquês de Valença e 9.º Conde de Vimioso, fidalgo de nobilíssima estirpe, deixou, como 14.º Vice-Rei do Brasil,

exemplo de valor e probidade na gestão da coisa pública. Fôra antes Governador da Capitania da Bahia, Conselheiro de Estado e Presidente do Conselho Ultramarino. Sua administração, que durou sòmente dois anos, não se assinalou por nenhuma obra de importância.

Gentilhomen da Câmara do Príncipe Regente D. João, ao vir êste para o Brasil, exerceu o cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Homem tímido, modesto e ponderado, de absoluta honradez e de melhor conselho do que ação, morreu na mais extrema pobreza.

Escudo de armas do 2.^o Marquês de Aguiar: *de prata com aspa de vermelho carregada de 5 escudetes de Portugal-Antigo, que é dos Duques de Bragança.*

* * *

As armas do Marquês de Aguiar são as da Casa de Valença, as mesmas da Casa de Bragança e dos Duques de Cadaval, porque, como diz uma autoridade no assunto: "a varonia desta Casa he Real, derivada do Senhor D. Afonso, filho d'El Rey D. João o I. em quem teve principio a Sereníssima Casa de Bragança, de que foi o primeiro Duque, o qual casou com Dona Brites Pereira, Condessa de Ourem, filha do Condestavel D. Nuno Alvares Pereira, e deste matrimônio foi o primogenito D. Afonso, Marquês de Valença".

Em geral, os heraldistas dão à Casa de Valença o escudo de Portugal-Bragança, que é desta sorte: *de prata com aspa de vermelho carregada de 5 escudetes de Portugal-Antigo, alternadas com 4 cruzes florenciadas vazias do primeiro esmalte.* Santos Ferreira assim o faz. Todavia, se a linhagem dessa Casa sai diretamente do 1.^o Duque de Bragança, filho de D. João I, o certo, heráldicamente, é usar a referida Casa o escudo dos Duques de Bragança, como se adotou para a série do Museu.

A essas armas dos Duques de Bragança, cujo timbre é *um cavalo sainte de prata, enfreado de ouro, bridado de vermelho, as rédeas de ouro e três lançadas ao pescôço, vertendo sangue,* fazem



Joanna de A. Camara

Brasão de D. Fernando José de Portugal,
Marquês de Aguiar, 14.º Vice-Rei do Brasil

réplica as de suas linhas bastardas: de vermelho com aspa de prata carregada de 5 escudetes de Portugal-Antigo e acompanhada de 4 cruces florenciadas e vazias de prata. São essas cruces que, em vermelho, se amostram entre os escudetes na aspa de Portugal-Bragança como uma dúvida de legitimidade.

* * *

A aspa define-se desta maneira: sétima peça honrosa de primeira ordem, formada pela superposição da banda e da contra-banda e firmada nos quatro cantos do escudo. Na heráldica espanhola e portuguesa, as aspas têm significação especial, quando *móveis* ou *sôltas* em bordaduras e outras peças honrosas: comemoram a tomada da cidade de Alarcon a 30 de novembro de 1176 e da de Baeça a 30 de novembro de 1277, porque nesse dia se celebra o martírio de Santo André Apóstolo, crucificado numa aspa. De onde seu nome de *Cruz de Santo André*.

São estas as principais Famílias de Portugal assinaladas por aspas em bordadura, sôltas ou no timbre: Aça, Antunes, Argolo, Avelhaneda, Azevedo, Barros, Beja, Branco, Camacho, Chaves, Corral, Dias, Faro, Fernandes, Freitas, Fontoura, Frade, Frias, Garcez, Haro, Joannes, Lacueva, Laguna, Lando, Larrain, Leão, Ledesma, Lôbo, Lopes, Loução, Mansilha, Massuelos, Mercado, Miguéis, Miranda, Molina, Montenegro, Morgues, Mota, Navarrete, Navarro, Navas, Negrilho, Noam, Orosco, Oscariz, Ovando, Palomino, Peralta, Pó, Preto, Quintanilha, Ramirez, Rocha, Salzedo, Valdevisso, Vallejo, Velasques, Vilaça, Xerez, Xodar e Zambrano.

O rol demonstra como a nobreza concorria às batalhas.

Os heraldistas franceses chamam à aspa *sautoir* e os ingleses *saltire*, equivalentes ao *santor* português, termo que nasceu do latim *saltare in muros*, porque com aspas que se traziam fechadas e se abriam encostando-as às muralhas, espécies de tesouras de madeira, assaltavam-se as fortificações inimigas. Usavam-se *tesouras* ou aspas semelhantes, de madeira, para saltos de cavalo nas pistas e outras competições

Simbolo religioso do martírio de Santo André, a aspa surge na heráldica nas bandeiras da Escócia, que o tinha como Padroeiro. Os heraldistas ingleses vão até mais longe, afirmando que Santo Albano, o primeiro mártir cristão na Grã Bretanha, usava como símbolo uma aspa de ouro em campo azul. No seu modo de entender, essa honrosa peça queria dizer sofrimento e resignação com esperança do triunfo.

Villasboas e Sampayo dá-nos esta origem para as armas da Casa de Bragança, que conservou a varonia real portuguesa sob o domínio castelhano: "D. Affonso Conde de Barcelos, e primeiro Duque de Bragança, quando veyo da tomada de Ceita, em que com seu Pay, e Irmãos se achou, tomou por armas huma Aspa vermelha em campo de prata, e sobre a Aspa cinco escudos das Quinas do Reyno sem a orladura dos Castellos: por tymbre meyo Cavalo branco com tres lançadas no pescoço em sangue, bridado de ouro, com cabeçadas, e redeas de vermelho, que era o antigo tymbre dos Pereyras, de que elles usavam em memoria do valeroso feito do Conde Rodrigo Forjaz, que quando nos campos de Santarem em serviço d'El Rey D. Garcia prendeu a seu irmão D. Sancho, hia em um cavalo branco, o qual em aquella batalha recebeo tres lançadas no pescoço, que chegando ao peito deram com elle morto. Destas usaram os Duques de Bragança até que indo El Rey D. Manuel a Castella, fez jurar ao Duque D. Jayme por Principe deste Reyno, e lhe mandou deixar as Armas da Aspa, e tomar as Reaes de Portugal directamente, com elmo Real, aberto a todas as partes, coroa, e tymbre da meya serpe de ouro. Destas armas usou o Duque até que El Rey teve filhos, porque entam fez a sua Coroa Ducal, e por divisa lhe deu El Rey o banco de pinchar de ouro atravessado pela orla vermelha, em sinal de grandeza, porque só aos Principes, e Infantes he concedido".

As *armas da aspa*, como se chamavam as antigas de Bragança, ficaram usando os Marqueses de Ferreira, os Condes de Vimioso e os Condes de Mira e Faro, com acrescentamento entre os escudetes reais de quatro cruces de ouro florenciadas e vazias do campo para os primeiros, por diferença, visto como procediam de D. Fernando I, segundo Duque de Bragança, não se justificando

nas dos Condes de Vimioso, saídos do Marquês de Valença, filho de D. Afonso I, primeiro Duque de Bragança.

É dessa linha que vem o 2.º Marquês de Aguiar e 14.º Vice-Rei do Brasil.

* * *

Encerrou a série dos Vice-Reis do Brasil o 15.º titular, brilhante figura de homem de Estado, D. Marcos de Noronha e Brito, 8.º Conde dos Arcos, que governou de 1806 a 1808.

Em março dêste último ano, recebeu no Rio de Janeiro a Família Real, que, escapando à invasão das tropas napoleônicas, se refugiou nas terras ultramarinas, onde veio fundar um Novo Império. Teve a glória de ser substituído no alto pôsto pelos soberanos que representava.

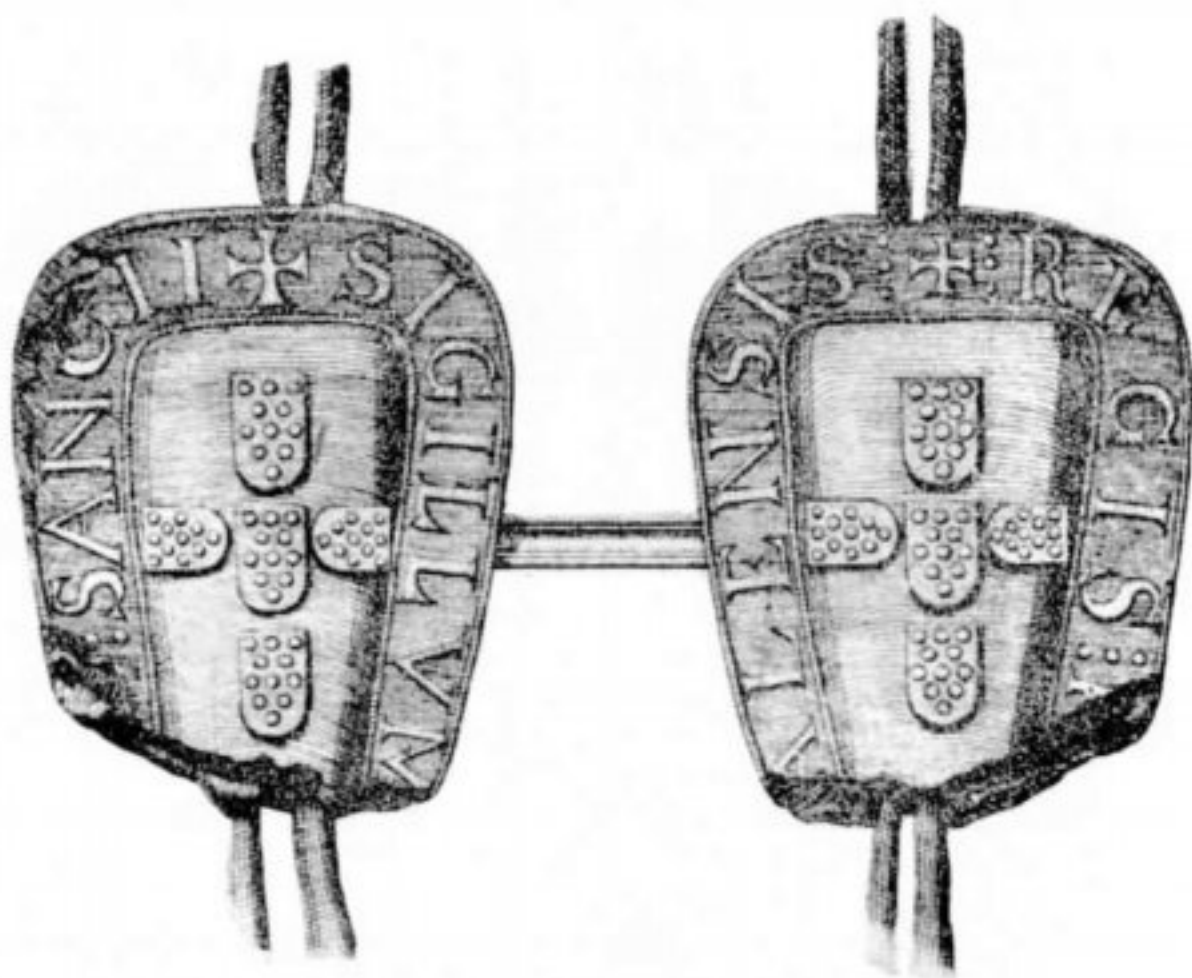
Em 1817, governando a Bahia, contribuiu grandemente para dominar a revolução que estalara no Recife com ramificações nas províncias limítrofes de Pernambuco. Grato à sua enérgica atitude que manteve a ordem pública, o povo bahiano fêz-lhe grandes manifestações de aplausos e lhe doou, por subscrição popular, um palácio no Campo de Sant'Ana do Rio de Janeiro, onde funcionou o Senado desde a Monarquia até a República. Ministro de D. Pedro, no gabinete de que faziam parte o Conde da Louzã, o General Caúla e o Almirante Farinha, ao se avizinhar a Independência, desgostou a Junta de Lisboa e os elementos exaltados do Brasil, sendo demitido e enviado preso para Portugal em 1821.

Antes de ser Vice-Rei do Brasil, governara o Pará de 1803 a 1805, tendo sido nomeado para ali em 1802. Designado Vice-Rei do Brasil em 1805, tomou posse a 21 de agosto de 1806 e deixou o cargo a 7 de março de 1808. Esteve no govêrno da Bahia de 1810 a 1818. Nascido a 7 de junho de 1771, faleceu a 6 de maio de 1828.

Escudo de armas do 8.º Conde dos Arcos — o mesmo dos seus dois antepassados que também foram Vice-Reis do Brasil.

São as armas de Portugal as que mais se repetem, revelando linhagens aparentadas por bastardia à Casa Real, no brasonário dos Vice-Reis do Estado do Brasil:

1. No 1.º e 4.º quartéis do escudo de armas do Conde de Óbidos.
2. Nos mesmos quartéis do Marquês de Angeja, do 6.º e do 8.º Conde dos Arcos.
3. No 4.º quartel do do Conde de Sabugosa.
4. Na bordadura do do Conde da Cunha.
5. Na aspa do do Marquês de Aguiar.

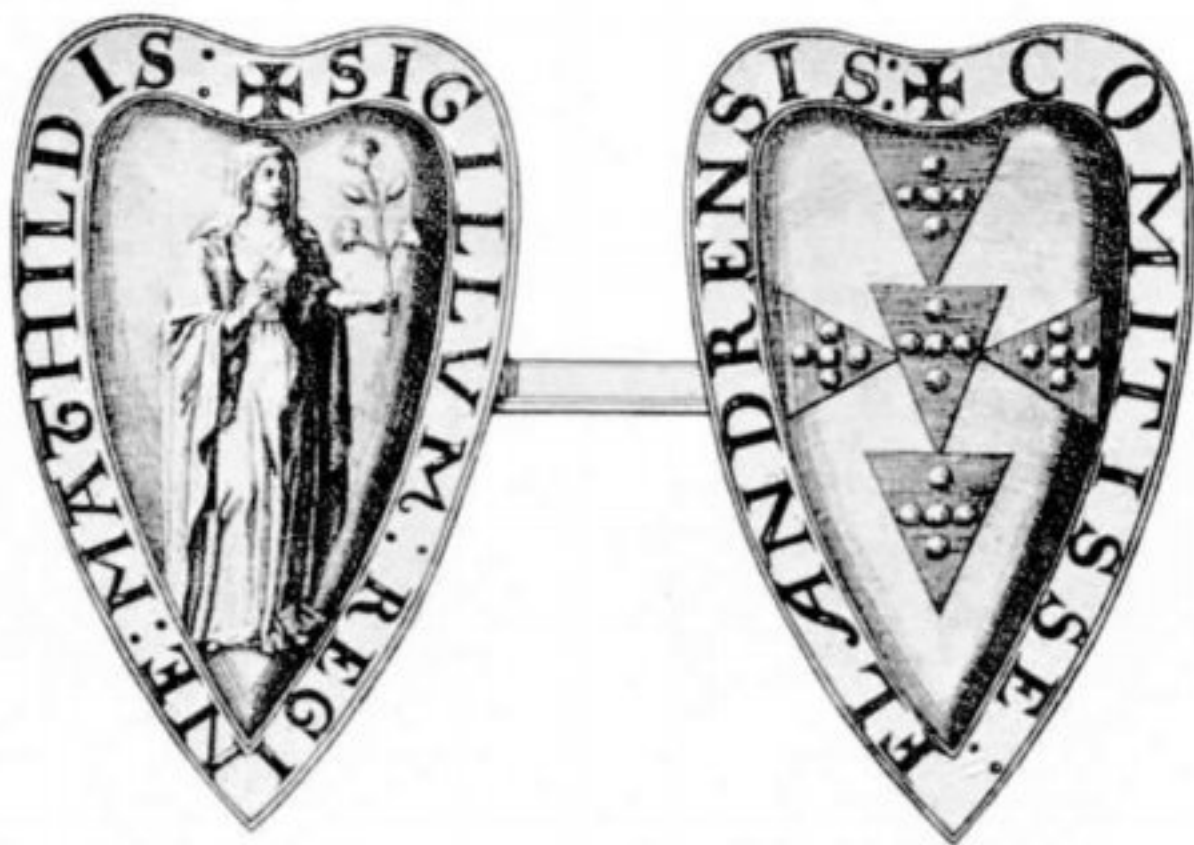


Sêlo de D. Sancho II. Rei de Portugal. Impresso em betume vermelho e pendente duma trança encarnada e branca, num pergaminho. Carta de doação aos Freires do Crato datada do ano 1270 da Era de Espanha, 1232 da Era Cristã. Com a parte inferior estragada. No anverso, lê-se ainda SANC II — SIGILLVM... No reverso :... ALENSIS — REGIS. Em ambos, os escudetes formam a cruz, tendo os dois laterais as pontas voltadas para o do centro. Em todos se contam 11 besantes. 3, 2, 3, 2, e 1.

Temos, assim, Mascarenhas, Noronhas, Cêsares, Cunhas e Portugais brasonando de *Portugal*.

Estudemos as formas como se apresentam essas armas Reais e Nacionais:

I. Portugal-Borgonha, armas assumidas pelo Fundador da Monarquia, o Rei D. Afonso Henriques, filho do Conde Bolo-



Sêlo da Infanta D. Teresa, Condessa de Flandres, Mulher do Conde Filipe I de Flandres e Filha do Rei Afonso Henriques de Portugal. Este sêlo figura no livro "Genealogia Comitum Flandriae a Balduino Ferreo usque ad Philippum Regem variis sigillorum figuris representata, etc." de autoria do juriconsulto de Bruges Oliverio Uredio, publicado em 1642. No reverso do sêlo figura o brasão português com os escudetes triangulares, como se representassem os restos golpeados da cruz azul da Fundação, e em cada triângulo os 5 besantes, porém sombreados como se fôrão cabeças dos cravos pregando êsses triângulos.

E talvez o mais antigo documento iconográfico com os 5 besantes

nhês, tiradas dos esmaltes do escudo antigo de Borgonha, que duraram até o fim de seu glorioso Reinado: *de prata com cruz de azul*.

II. Portugal-Borgonha de Sancho I a Sancho II, sucessores do Fundador, a que Santos Ferreira dá esta genial interpretação: "provavelmente comemorativas, segundo a moda da época, do estado de honrosa ruina em que se encontrava o escudo de guerra de D. Afonso Henriques, ao fim da sua longa vida de batalhador, e que poderia talvez ser assim brasonado: *de prata, com cruz re-*



Sêlo de D. Afonso III, Rei de Portugal, cognominado o Bolonhês. Em cera vermelha, pendente dum cordão de sêda também vermelha, numa Carta de Doação à Ordem de Aviz, datada do ano de 1265 da Era de Espanha, 1230 da Era Cristã. Com a extremidade inferior danificada. Legenda circundante: S: ALFONSI: REGIS: PORT... ALIS: ET: COMITIS: BOLONIE. D. AFONSO III, casara em França com a Condessa de Bolonha e dai o titulo que tomara de Conde. Bordadura da aliança matrimonial com a Espanha, com 8 castelos. Os 5 escudetes em cruz ovoides com 16 besantes cada um



Sêlo de D. Afonso III, Rei de Portugal, cognominado o Bolonhês. Em cera vermelha, pendente dum cordão de sêda também vermelha, num documento de transação feito em Lisboa, no ano de 1304 da Era de Espanha, 1266 da Era Cristã. Com a extremidade inferior danificada. Legenda circundante: S: DNI: ALFONSI: REG... GALIE: ET: ALGARBII. Na bordadura 9 castelos. Escudetes em cruz, ovoides, orlados de besantes, cada um com 11 besantes no campo. Como se vê, os escudos divergiam sob o mesmo Rei.

talhada de cinco peças de azul, cada retalho pregado de peças de prata sem número. Os dois escudetes deitados manifestam, evidentemente, a intenção de perpetuar a memória da cruz de D. Afonso Henriques". A leitura, porém, geralmente adotada é esta: *de prata com cinco escudetes de azul postos em cruz, os dos flancos deitados e apontados ao do centro; cada escudete carregado de 11 besantes de prata, postos 3, 2, 3, 2 e 1.*

O número de besantes destrói o mito de representarem quer as cinco feridas que o Rei recebeu em Ourique, quer as Chagas de Cristo, quer os 30 dinheiros de Judas, como se tornou notório, sobretudo após os versos de Camões. D. Duarte, filho de D. João I, foi o primeiro Rei de Portugal a trazer em cada escudete do seu selo grande os cinco besantes da lenda popular.

III. Portugal Borgonha de Affonso III a D. Fernando, quando um elemento novo surge no brasão português e lhe dá outro aspecto: *de prata com cinco escudetes de azul postos em cruz, os dos flancos deitados e apontados ao centro; cada escudete carregado de 11 besantes de prata, postos 3, 2, 3, 1 e 1; e bordadura de vermelho, carregada de 12 castelos de ouro.*



Selo de D. Diniz, Rei de Portugal, apelidado o Lavrador. Em cêra vermelha, pendente dum galão vermelho desbordado, numa Carta de Dação ao Infante D. Afonso, datada do ano de 1326 da Era de Espanha, 1288 da Era Cristã. Estragado na parte inferior.

Legenda circundante:

S: DIONISII: REGIS: ... ALIE: ET:
Na bordadura, 12 castelos. Escudetes ovóides em cruz orlados de besantes, cada um com 11 besantes no campo.

de prata com cinco escudetes de azul postos em cruz, os dos flancos deitados e apontados ao centro; cada escudete carregado de 11 besantes de prata, postos 3, 2, 3, 1 e 1; e bordadura de vermelho, carregada de 12 castelos de ouro.

Outra lenda desfeita é a dessa bordadura representar o Algarve, com suas praças fortes tomadas aos mouros. Ela indica, a exemplo do que se usou em França para casos similares, o casamento do Rei D. Afonso III com a filha de D. Afonso X de Castela. Nesse período, variaram os números dos castelos da bordadura e dos besantes dos escudetes: oito a doze castelos: quinze, dez, nove, cinco, quatro e até três besantes.

IV. Portugal-Borgonha, ramos bastardos: *de prata com cinco escudetes de azul postos em cruz, os dos flancos deitados e apontados ao do centro, cada escudete carregado de cinco besantes de prata postos em santor.*

Cinco besantes era o número mais freqüente no fim da 1.^a Dinastia e, indicando os ramos bastardos, ainda mais se popularizou. Os quartéis das armas das famílias constituídas pelo casamento dos bastardos reais tomaram essa forma. É ela que encontramos mais comumente.

V. Portugal-Aviz de D. João I a D. Afonso V, escudo herâldicamente defeituoso por incluir sôbre a bordadura um ornato exterior, a Cruz da Ordem de Aviz, da qual D. João I fôra Mestre: *de prata com cinco escudetes de azul postos em cruz, os dos flancos deitados e apontados ao do centro, cada escudete carregado de 10 besantes de prata, postos 3, 2, 3 e 2; bordadura de vermelho, carregada de 12 castelos de ouro, três em cada ângulo do escudo, postos em esquadria, e de quatro flores de liz de pé cortado, de verde, moventes do bordo interior da bordadura, uma em chefe, uma invertida em ponta e duas deitadas e adossadas uma a cada flanco; timbre, o dragão sainte de ouro, dentado e lampasado de vermelho.*

O escudo de nacional tornou-se pessoal: as flores de liz de verde, de pé cortado, eram as pontas da Cruz de Aviz e o dragão o da Jarreteira, ordens a que o soberano pertencia. D. Duarte substituiu os 10 besantes definitivamente por cinco. O número de Castelos variou entre 10 e 14.

V. Portugal-Moderno, de D. João II em diante: *de prata com 5 escudetes de azul postos em cruz, cada escudete carregado*

de cinco besantes de prata postos em santor; bordadura de vermelho carregada de sete castelos de ouro.

D. João II reformou numa Ordenação famosa as armas de Portugal. Mandou pôr a seu direito os escudetes dos flancos, que tinham as pontas voltadas para o centro, suprimiu a Cruz da Ordem de Aviz, manteve os cinco besantes de D. Duarte e reduziu os castelos a sete.

VII. Portugal-Antigo: chama-se assim o escudo de Portugal-Borgonha com as modificações introduzidas por D. João II.

VIII. Portugal-Bragança, dos Duques: *de prata com aspa de vermelho, carregada de cinco escudetes de Portugal-Antigo.*

IX. Portugal-Bragança, linhas bastardas: *de vermelho com aspa de prata carregada de cinco escudetes das quinas de Portugal, e acompanhada de quatro cruces florenciadas e vazias de prata.*

X. Portugal-Bragança, de outras casas: *de prata com aspa de vermelho carregada de cinco escudetes de Portugal-Antigo, alternados com quatro cruces florenciadas e vazias do primeiro esmalte.*

XI. Portugal-Tôrres: *franchado, aliás esquartelado: no 1.º e 3.º de vermelho com cinco tôrres de ouro postas em santor; bordadura de vermelho carregada de sete castelos de ouro.*

A bordadura indica a aliança da Casa do Infante D. Diniz, filho de D. Pedro, o Cru, com D. Joana, filha do rei D. Henrique II de Castela.

* * *

No brasonário dos Vice-Reis do Brasil, temos pelas armas de Portugal indicações de alianças, de filiação, de bastardia e mesmo de simples proteção real, como no caso do Conde da Cunha.

* * *

As Armas Portuguesas ainda levavam acrescentamentos e diferenças. "O herdeiro da Coroa — diz um grande heraldista — diferenciava suas armas pelo acrescentamento dum *lambel*, com

três pendentes de ouro, brocante, em chefe, sôbre a bordadura das armas nacionais, e cujos dois pendentes médios eram sustidos por outros tantos quadros das armas maternas ou de casas suas aliadas, brocantes sôbre o campo do escudo central, a um e outro lado do



Selo do Infante Fernão Sanches, filho do Rei D. Diniz de Portugal, em cêra escura, pendente duma trança, numa doação feita ao Rei D. Afonso IV, datada do ano de 1365 da Era de Espanha, 1327 da Era Cristã.

Com uma parte estragada. Legenda circundante: SEGLLO... RNANS SANCHES... Escudo redondo com dois hastões em aspa. Em cada partição, 5 escudetes em cruz com 9 besantes cada um.

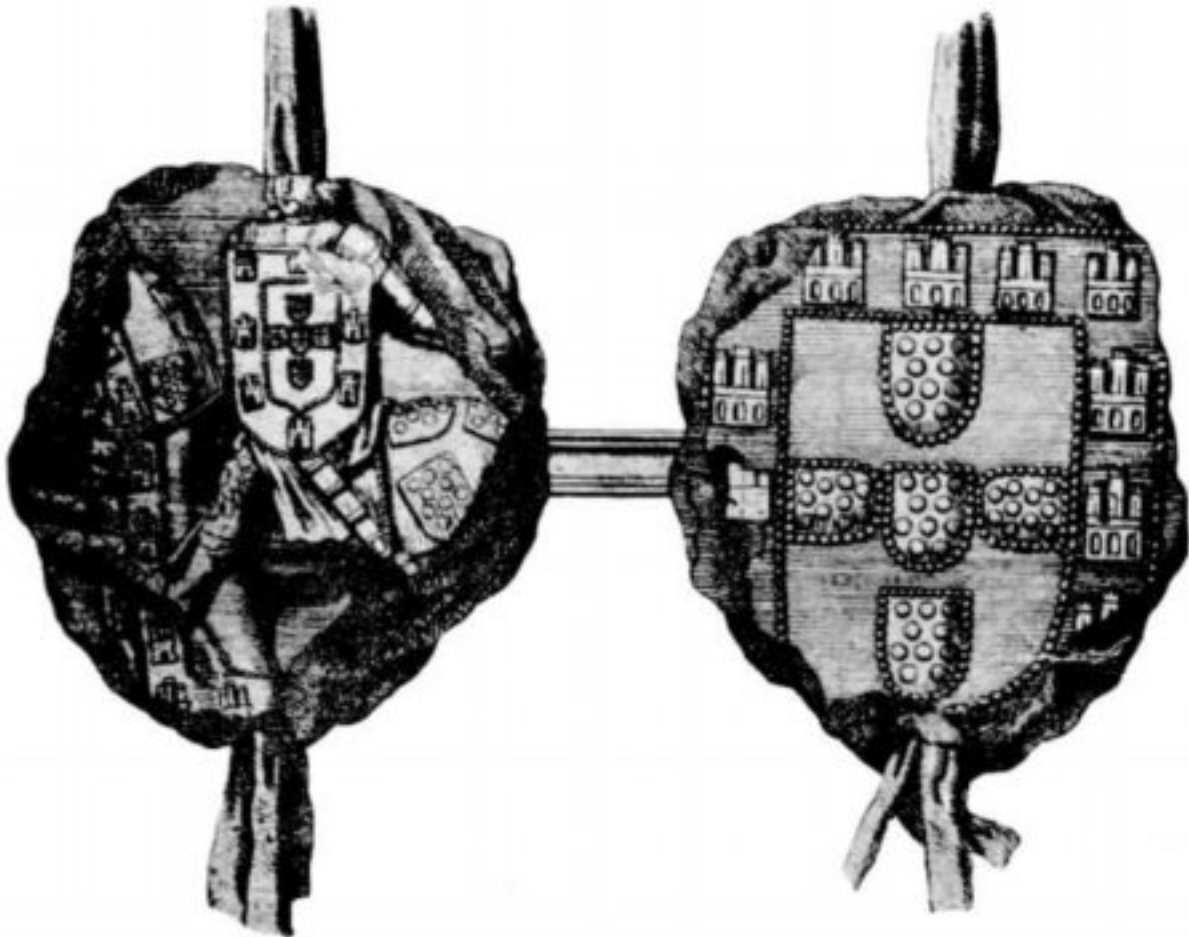


Selo da Infanta Dona Maria Afonso, filha do Rei D. Diniz de Portugal, em cêra vermelha, pendente dum cordão torcido de sêda vermelha, numa Escritura do termo de Santarém, datada do ano de 1357 da Era de Espanha, 1319 da Era Cristã.

Legenda circundante: S: MARIE: ALFOSI: FILIE: DNI: DIONISI: REGIS: PORTUGALIE: ET: ALGARBII: Escudo redondo com 5 escudetes em cruz, ostados de prata, cada um com 5 besantes em aspa, acompanhados em ponta por duas flores de liz. Estas constituíam naturalmente a diferença.

escudete superior das Quinas". Ao lambel chama-se também *banco de pinchar*. E diz outro mestre na matéria: "por divisa lhe deu El Rey (D. Manuel ao Duque de Bragança) o banco de pinchar de ouro atravessado pela orla vermelha, em sinal de gran-

deza, porque só aos Príncipes, e Infantes he concedido"; "da divisa do banco (*de pinchar*) usou El Rey D. Joam Terceiro em quanto Principe, e todos seus irmãos: e muito de antes os filhos d'El Rey D. Joam Primeiro, e a Rainha D. Leonor, mulher d'El Rey D. Joam Segundo, o trazia em suas armas".



Sêlo de D. Afonso IV. Rei de Portugal. Em cêra vermelha pendente de um cordão num documento de Concórdia entre êle e o Infante D. Pedro, seu Filho e Herdeiro, a propósito da morte de D. Inês de Castro. Com algumas partes estragadas.

No anverso, um Cavaleiro armado e montado. O caparazão do cavallo tem uma bordadura com castelos e está semeado de escudetes, com 10 besantes cada um. O Cavaleiro apresenta um escudo com bordadura de 8 castelos e escudetes com 10 besantes, êsses e aquela debruados de pérolas. No reverso, escudo com bordadura, presumivelmente, de 12 castelos, escudetes em cruz com 10 besantes cada um, êsses e aquela debruados de pérolas

Segue-se a explicação do significado do *banco de pinchar*: "A razam de ser divisa dos Infantes, he porque antigamente neste Reyno (como o advertio Soares na dedicatoria de seus Paralelos) nam se assentavam em cadeiras se nam El Rey, e o Principe, e os Infantes em bancos, nas Cortes, e nos autos publicos, e o tomaram por divisa, em sinal da precedencia, que faziam aos mais senhores,

e nobreza do Reyno. E ainda entre os Principes, e Infantes avia differença, porque o Principe trazia o banco simplesmente sem mais divisa, e com dois pés: e os Infantes com tres pés, e encostados nelles huns quadros de Armas, de que usavam”.

Assim se podem ver os diversos bancos de pinchar nas armas gravadas no claro liós das sepulturas dos Filhos de D. João I, em redor de seus Pais, no Panteão da Inclita Geração, no Mosteiro da Batalha.



Sêlo de D. Pedro o Cruel ou o Cru, Rei de Portugal. Em cêra branca, pendente duma trança verde e branca, numa Carta de Protecção ao Mosteiro de Odívelas, datada do anno de 1396 da Era da Espanha. 1358 da Era Cristã Perfeito. Legenda circundante: S: DNI: PETRI: REGIS: PORTUGALIE: ET: ALGARBII. Na bordadura. 12 castelos. Escudetes em cruz ovoides, com 15 besantes cada um.

A explicação relativa ao banco de pinchar é absolutamente fantasiosa. Seu verdadeiro nome heráldico é *lambel* e origina-se dos laços de fita que os filhos usavam nos torneios, caindo dos elmos, para se diferenciarem de seus pais, já que os escudos e os timbres eram iguais. As suas pontas são chamados *pendentes* ou *pingentes*. Os velhos Reis d'Armas portuguesas que usaram a expressão *banco de pinchar* ao invés de *lambel*, a isso denominavam *pés*, o que era lógico, se consideravam a peça como banco.

“O *lambel* pôsto em chefe, doutrina Santos Ferreira, é *diferença* de filhos segundos,

e, neste caso, pode ser de côr sôbre côr, ou de metal sôbre metal (o que é raro), sem violação da lei heráldica”.

Podemos acrescentar que, em principio, o *lambel* indica filhos, não só os segundos, de uma Casa Real. A *brica* assinala os filhos segundos das Casas Nobres.

Vem o lambel de longa data na heráldica. O vetusto *Roll of Kaerlaverock* afirma que o *lambel de azul* era a mais antiga distinção do herdeiro presuntivo duma Coroa:

*Ou un label d'assure avoit
Parceq' ses péres vivoit*

O *lambel* é desta sorte definido por um mestre francês: *lambel* ou *lambeau* (molambo), pedaço de pano com várias pontas, que geralmente serve para quebrar ou diferenciar as armas do filho mais velho. Às vezes, o *lambel* deixa de ser quebra ou diferença e passa a atributo do escudo. Exemplo: o Conde de Lambel brasonava de prata com um *lambel de vermelho* sustendo um pinheiro de verde acostado de duas tórres da sua côr e com uma bordadura de azul semeada de violetas de ouro.

Outras diferenças se sucediam, na heráldica portugêsa, ao banco de pinchar. Podemos vê-las em Vilaboas e Sampaio. "O Chefe de linhagem he obrigado a trazer as Armas direitas, sem diferença, ou mistura de ou-



Sêlo de D. Duarte, Rei de Portugal. Em cêra branca pendente duma trança de sêda branca e azul, numa Carta proibindo a saída de rendimentos das famílias portugêsas para Castela, datada de Óbidos em 13 de setembro do Ano de N. S. Jesus Cristo de 1434

Perfeito. Legenda circundante em letras góticas. Sob a coroa real à antiga, escudo com bordadura de 10 castelos, escudetes em cruz de 5 besantes cada um e as extremidades da cruz da Ordem de Aviz separando na bordadura os castelos em dois grupos de 3 e dois de 2.

Escudo tipico de Portugal — Aviz.

tras algumas Armas. E sendo Chefe de mais que de huma linhagem, será obrigado a trazer as armas direitas de todas aquellas linhagens de que for Chefe, e sem mistura, em seus quartéis. Os outros Irmãos, e todos os outros da linhagem, as ham de trazer com differença. E assi poderam trazer até quatro Armas, se quiserem daquelles, de quem descenderem, esquarteladas, mais nam. E se quiserem trazer somente as armas da parte de suas Mãys, podeloão fazer. E os bastardos hão de trazer as Armas com sua quebra de bastardia. A differença, que ham de trazer os filhos segundos, lhe ha de ordenar o Rey de Armas, a quem pertence: costuma assentar-se no canto do escudo, e ha de ser huma flor, huma estrela, ou hum passaro, ou outra cousa semelhante. E aquelle espaço, em que se poem as differenças, se chama *Brica*''.



Brasão do Infante D. Henrique o Navegador, tal como se apresenta no túmulo do Panteão do Mosteiro da Batalha, Portugal-Aviz com um lambel de três pendentes movente dos bordos do chefe, cada pendente com a sua differença. Os brasões dos outros Infantes, seus irmãos, nos túmulos próximos, ostentam lambéis com outras differenças.

Essas figuras, como se verá adiante, estão melhor enumeradas e definidas na heráldica francesa e inglêsa. Estudemo-las em ambas como elemento subsidiário ao tratado descriptivo que estamos fazendo dos brasões dos Vice-Reis.

• • •

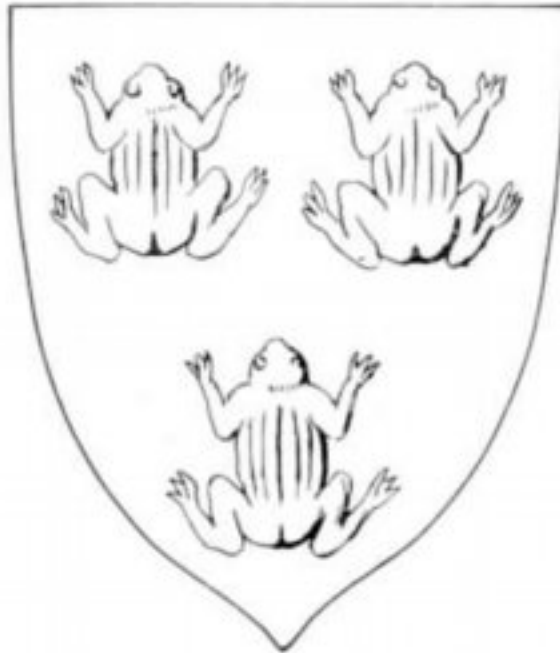
A evolução das Armas Reais da França apresent muitas analogias com a das de Portugal, até o milagre ou lenda que determinou sua modificação.

Os Francos, povo germânico que conquistou as Gálias e, cristianizado, fundou a Monarquia Francesa, dividia-se em dois grandes ramos: Francos Sálios e Francos Ripuários. Tinham estes, por tótem ou insignia, o Grou; aquêles, a Rã. Os Sálios predominaram com Meroveu e seus descendentes. Seu estatuto fundamental, que não permitia a sucessão por linha feminina, celebrou-se sob o nome de Lei Sállica. E as Rãs ou Sapos de sua heráldica perduraram até o batismo de Clóvis por S. Remigio, na cidade de Reims.



Brasão de Portugal-Moderno, em estilo barroco, na culatra dum grande canhão de bronze das coleções do Museu Histórico
Época de D. João V.

O escudo de França, no consenso dos eruditos, é o mais antigo da Europa. Começou na humildade das Rãs e se elevou à pureza dos Lírios. "Rezam as crônicas, assegura um tratadista,



As rãs ou sapos dos Francos-Sálios.



Os lírios naturais

que os Reis predecessores de Clóvis e ele próprio usavam antes três Sapos no escudo. . . E estão de acôrdo que foi o dito Clóvis quem tomou as Flores de Lis em campo azul". Gwillin escreve no seu velho inglês: "Escocheon sol, charged with three toads erected



Os líses heráldicos

Saturn, wich to some authors was the coat-armour of the ancient King of France", isto é: um escudo dourado carregado com três sapos erguidos por Saturno era, na opinião de alguns autores, a cota d'armas do antigo Rei da França. E Millington conclui: "No european nation can boast of a more ancient coat of arms that of France"; nenhuma nação européia usa um escudo de armas mais antigo que o da França.

Por um milagre semelhante àquele que transformou em Ourique as armas de Portugal, essas Rãs ou Sapos se tornaram os puros e nobres Lizes, símbolos de Religião e de Justiça, *inscripti nomina regum*, que, durante oito séculos, como dizia Napoleão, levaram a França à Glória. Tão altos e fortes símbolos desafiaram os homens e os tempos, e, quando as forças revolucionárias se desencadearam nas sangueiras do Terror, para mudar a face do mundo, trouxeram êste lema misterioso: *Lilia pedibus destrue*, calcar os lizes aos pés.

São duas as lendas da transformação: Na primeira, indo Cló-



Sêlo do Infante D. Pedro, Filho de D. João V, Rei de Portugal. Escudo baroco. Bordadura com 7 castelos. Escudetes com 5 besantes em aspa. No chefe, lambel de prata de três pendentes, com duas burelas de vermelho por diferença no terceiro.



Sêlo da Chancelaria do Infante D. Francisco, irmão de D. João V, Rei de Portugal. Timbre da meia serpe alada. Coroa real a antiga. Escudo sanitico. Bordadura e escudetes de Portugal-Moderno. Lambel de prata de dois pendentes.

vis à guerra contra os godos arianos, em companhia de S. Remigio, levava a sua bandeira das três Rãs negras em campo de ouro; mas, olhando para o céu, as viu, no fundo azul do firmamento, mudadas em lizes. Daí a sua nova bandeira, a *Lisflama*, mais tarde denominada *Oriflama*. Com êsse novo sinal venceu, e, grato ao milagre, batizou-se. Há nessa lenda um eco do *In hoc signo vinces* de Constantino. O mesmo eco mais enfraquecido se ouve no campo de Ourique.

Na segunda, nessa mesma guerra, um anjo desceu do céu e entregou a bandeira dos lizes a um Santo Eremita, em nome da

Santissima Trindade, dogma que os godos arianos negavam. O Ermitão levou-a à Rainha Clotilde, que já era cristã e a deu a seu marido, o Rei Clóvis, que se converteu. Chifflet declara ter encontrado o milagre debuxado em velha tapeçaria, na cidade de Bruxelas: "Comment un Hermite apporte à la ditte Royne Clotilde un drap d'azur à Trois Fleurs de lis d'or, qui l'ange luy avoit donnée et le delivra la ditte Royne à son mary le Roy Clovis



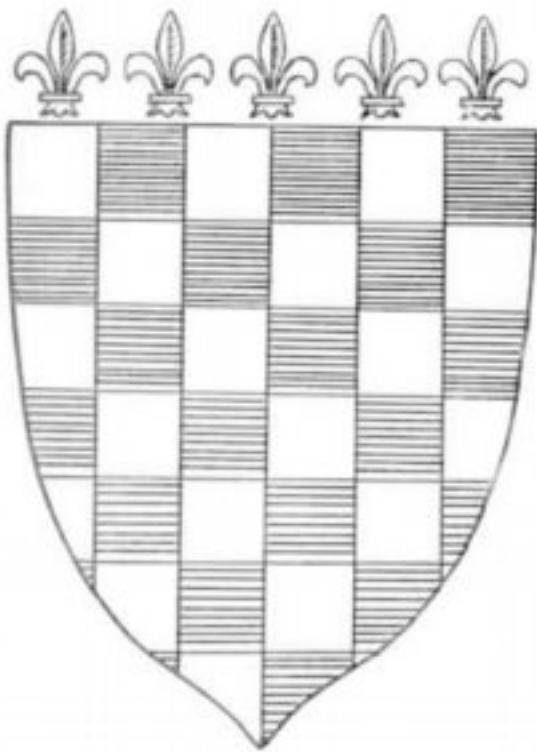
Sêlo do Infante D. Manuel, irmão de D. João V, Rei de Portugal. Coroa real à antiga. Escudo baroco. Bordadura e escudetes de Portugal-Moderno. Lambel de prata de três pendentés, o terceiro fuselado em banda de prata e negro.

pour le porter ses armes en lieu qu'il les portoit d'or à trois crapauz de sable". A mesma origem do *scutum liliatum* está figurada numa das miniaturas do famoso *Bedford Missal*.

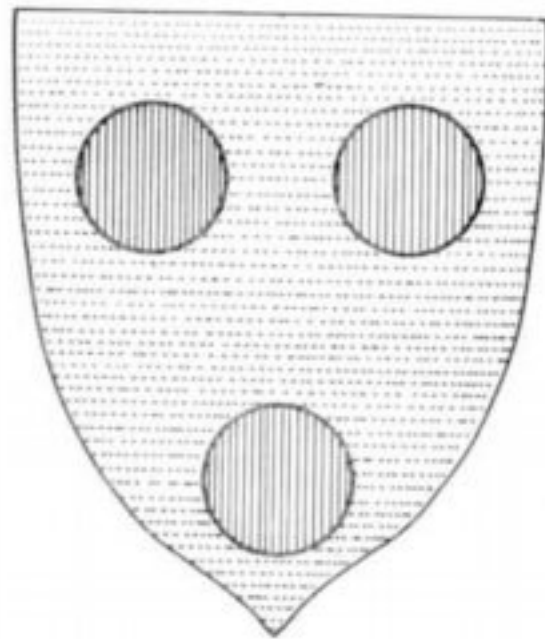
É curioso recordar que, em Ourique, um Santo Ermitão Vigildo Pires anunciou a D. Afonso Henriques o milagroso aparecimento de Nosso Senhor Jesus Cristo e lhe assegurou a felicidade e perpetuidade de seu Império.

Nas diferenças, as analogias entre as armas de França e Portugal continuam, como o provam as palavras de La Colombière:

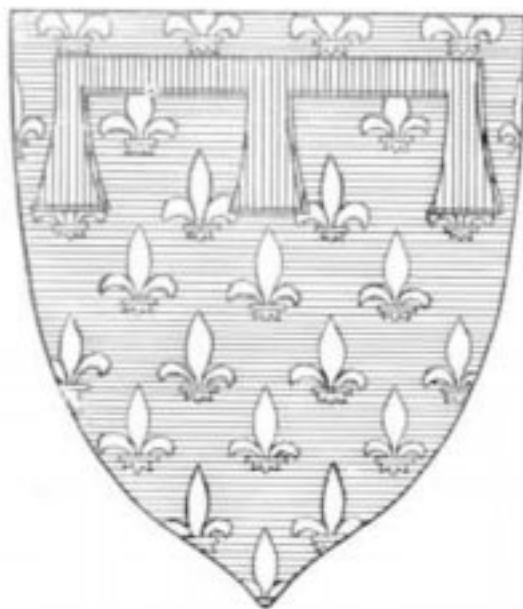
"Entre os antigos, nas familias bem reguladas, e em todos os Estados Monárquicos, o primogênito sucedia sempre ao pai como ainda hoje se pratica, mesmo entre as nações mais bárbaras. Dai, mais velhos e cadetes serem obrigados a tomar *diferenças* ou *quebras*, isto é, marcas ou figuras estranhas acrescentadas às suas armas, para se distinguirem entre si. E alguns Arautos os quizeram obrigar a certas figuras especiais, destinadas ao reconhecimento, não só entre o filho segundo e o primogênito, porém entre o segundo e o terceiro, êste e o quarto, e assim até o sexto, dando ao segundo um *lambel*, ao terceiro uma *bordadura*, ao quarto uma



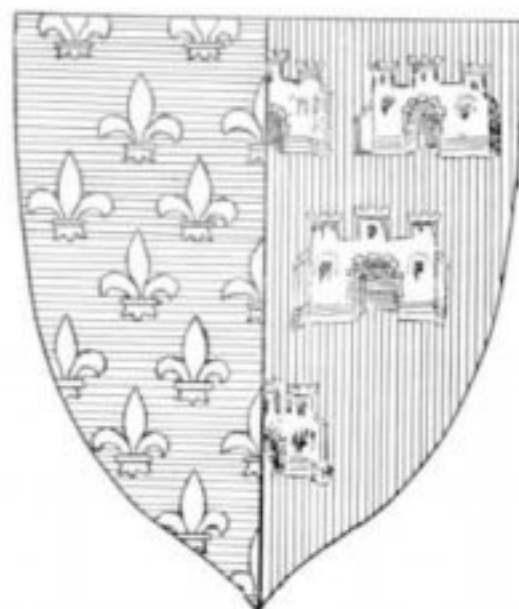
Armas de Hugo de França, irmão do Rei
Filipe I. — Século XI.
De Vermandois coroado De França.



Armas de Pedro de França, irmão do Rei
Luís VII — Século XII
De Courtenay.



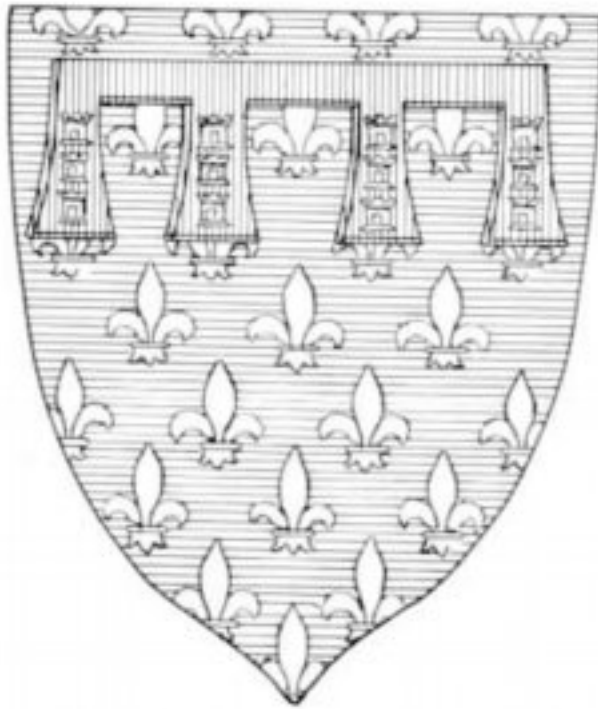
Armas de Filipe de França, irmão do Rei
Luís VIII
Lambel de vermelho com três pendants
Século XIII.



Armas de Afonso de França, irmão do Rei
Luís IX. São Luís
Século XIII
De França e Castela, com partição ir-
regular, sacrificando os atributos.

orla, ao quinto um *bastão* e ao sexto uma *banda* ou *cótica*. Se mais filhos havia, faziam servir como diferença o *chefe*, o *cantão*, o *mantelado*. Os descendentes dos mais velhos, por alguns chamados sucessores, deviam tomar *duplas-diferenças* ou *sub-quebras*.

Assim, o primogênito do segundo filho usaria as armas paternas com um *lambel de três pontas*, o terceiro igual *lambel movente do*



Armas de Roberto de França, irmão do Rei São Luís. Século XIII. De França, no campo, e Castela, no lambel.



Armas de Roberto de França. Outra forma. De vermelho com os lises de França sobpostos aos castelos de Castela.

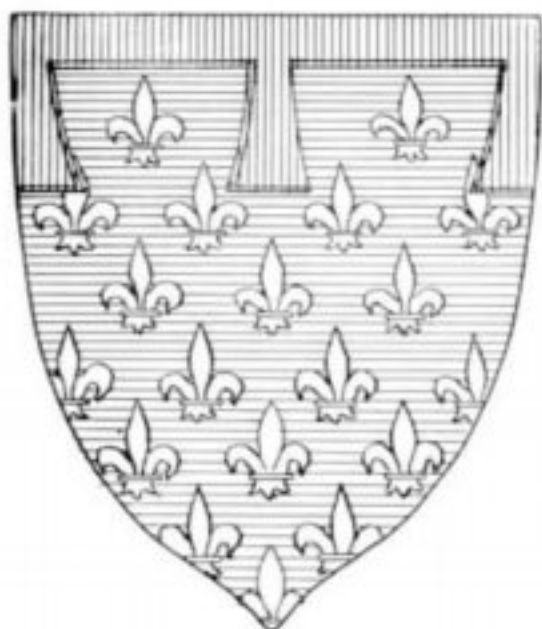
chefe, o quarto o *lambel carregado* de algumas figuras como leop-

pardos, aguietas, aleriões, merletas, crescentes, rosas ou silvas. Pela mesma razão, o segundo filho saído do terceiro brasonaria com a *bordadura espigilhada*, ou com ela *carregada de besantes e arruelas*, o quarto com ela *composta*. E os seguintes poderão usar essas figuras ou *bordaduras denteadas, espigilhadas* ou um simples *debrum*, uma orla etc. Os filhos de França se serviram de quebras semelhantes: o Duque de Orleans usa o

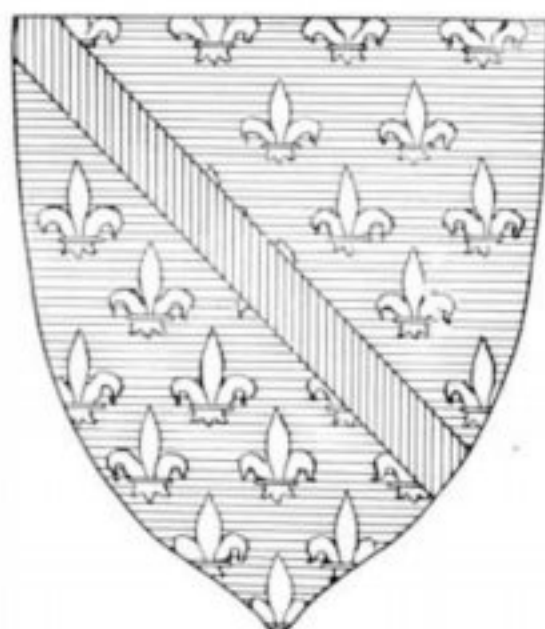


Armas de Afonso de França. Outra forma, mais correta. Partido de França e Castela.

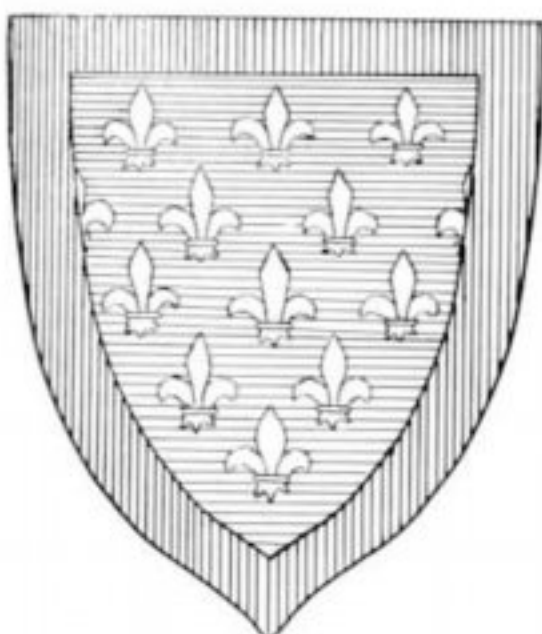
lambel de prata; o Duque de Anjou, a bordadura de vermelho; o Duque de Alençon, esta bordadura carregada dos oito besantes



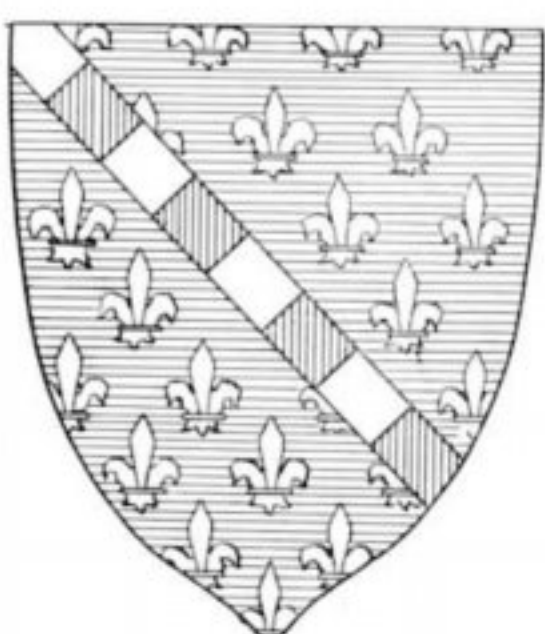
Armas de Carlos de França, irmão do Rei São Luís e Rei da Sicília. Século XIII.
De Anjou.
Lambel de vermelho movente de todos os bordos do chefe.



Armas de Roberto de França, irmão do Rei Filipe III. Século XIII.
De Bourbon.
De França com uma banda de vermelho.

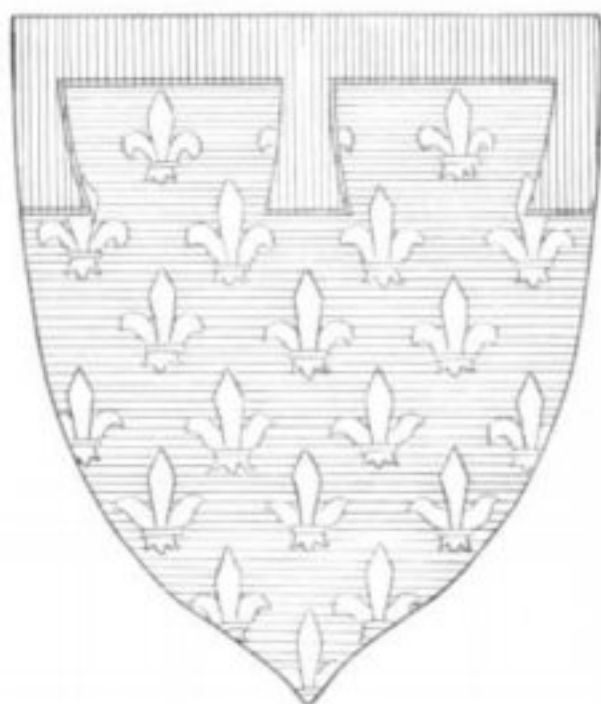


Armas de Carlos de França, irmão do Rei Filipe IV.
Século XIV.
De Blois.
De França com bordadura de vermelho.

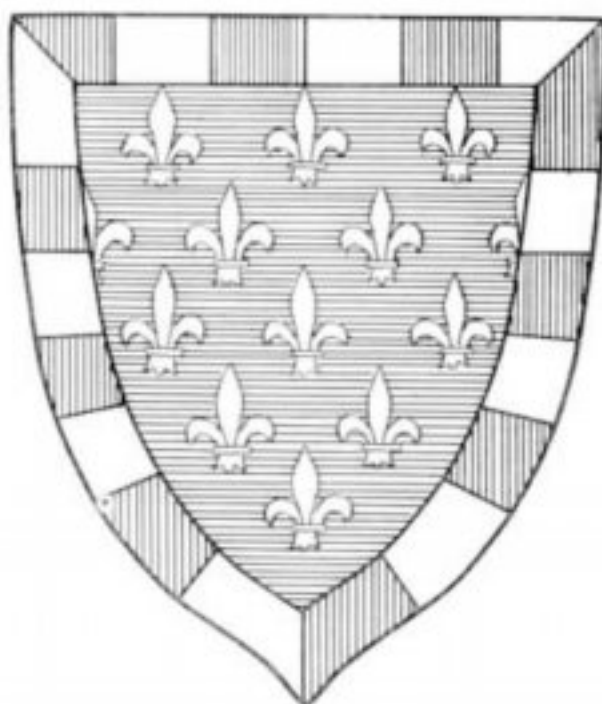


Armas de Luis de França, irmão do Rei Filipe IV.
D'Evreux. Século XIV.
De França com uma banda alternada de 4 partes de prata e 4 de vermelho.

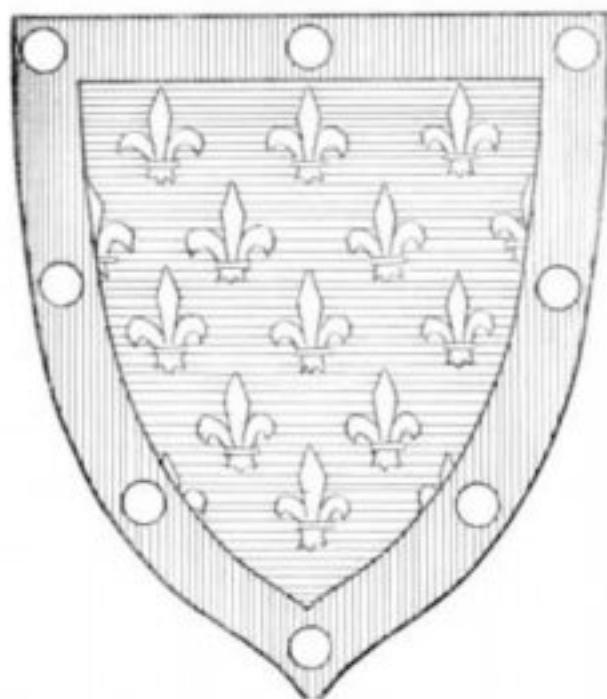
que serviram de *contra-diferença* à Casa de Valois; o Duque de Borgonha, a *bordadura composta de prata e de vermelho*; o Duque



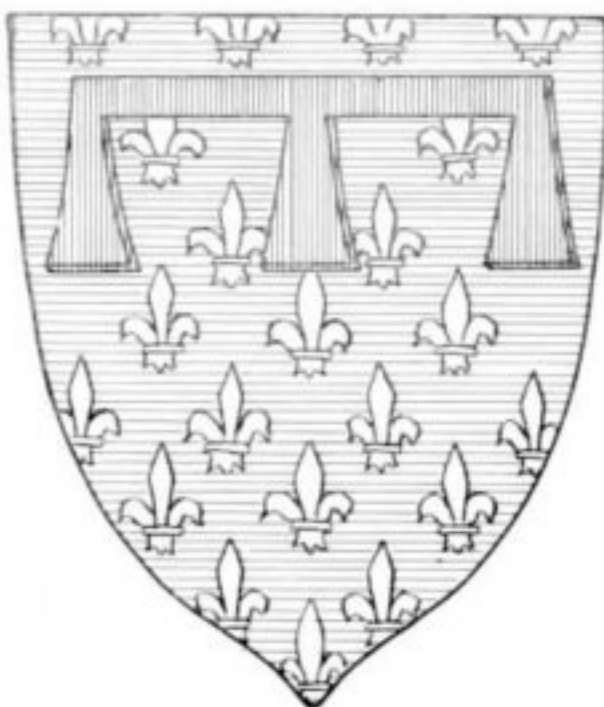
Armas de Felipe de França, irmão do Rei
Luís X.
Século XIV.
De Poitiers.
Lambel de vermelho movente de todos os
bordos do chefe.



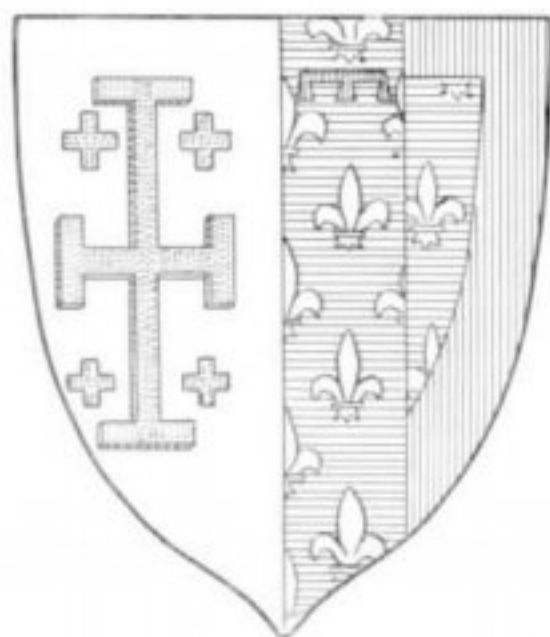
Armas de Carlos de França, irmão do Rei
Luís X.
Século XIV.
De la Marche.
Bordadura de vermelho e prata, de
10 partes de cada.



Armas de Carlos de Valois, irmão do Rei
Filipe VI.
Século XIV.
De Valois-Alençon.
Bordadura de vermelho carregada de
8 besantes de prata.



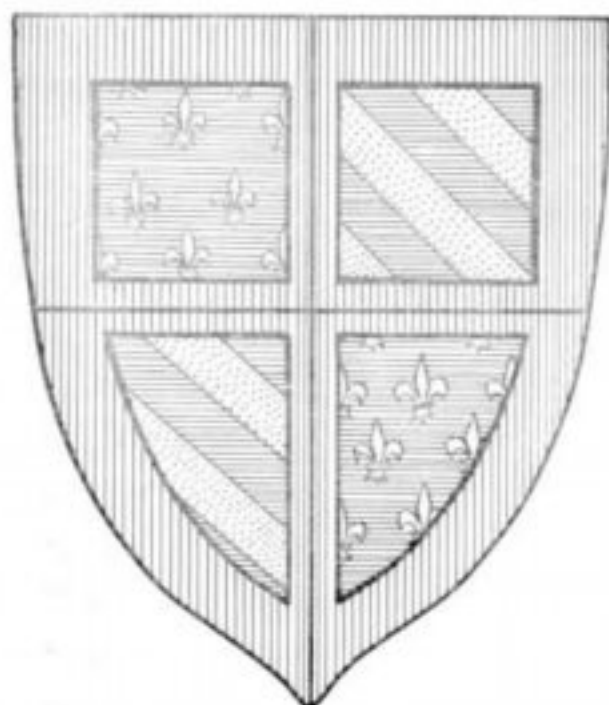
Armas de Filipe de França, irmão do Rei
João o Bom.
Século XIV.
De Orleans-Antigo.
Lambel de 3 pendants de vermelho.



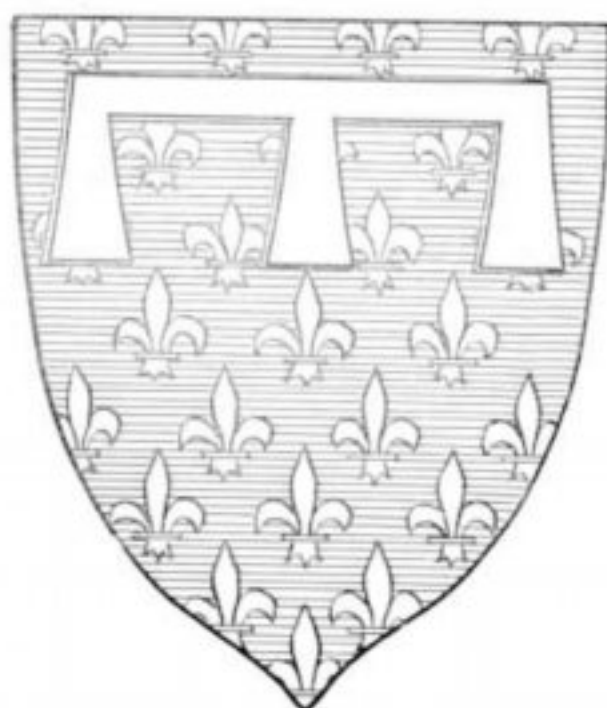
Armas de Luis de França, Rei da Sicília.
Século XIV.
De Jerusalém, de Anjou e de Valois.



Armas de João de França, irmão do Rei
da Sicília — De Berry — Século XIV.
Bordadura espiguihada de vermelho.



Armas de Filipe de França, Duque de
Borbonha — Século XV.
De França e de Borgonha, alternados, com
cruz e bordadura de vermelho.



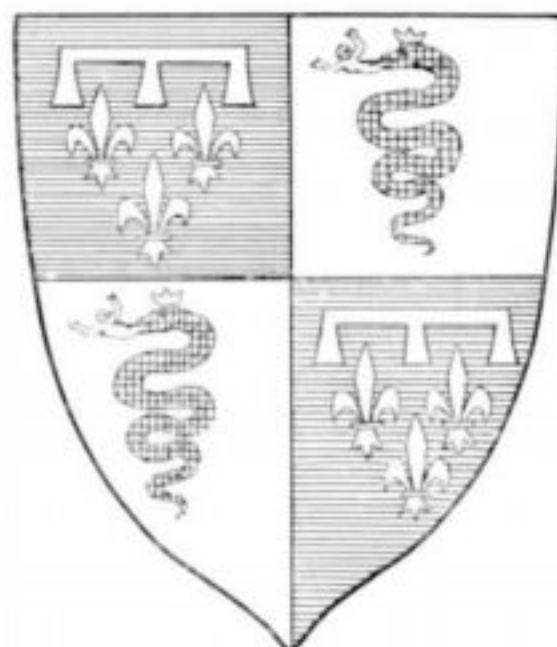
Armas de Luis de França, irmão do Rei
Carlos VI — Século XV.
De Orleans.
Lambel de prata de 3 pendentes.

de Berry, a *bordadura espiguihada*. É o *bastão de vermelho em abismo ou coração* designava o Ramo Real de Bourbon, em cuja Casa, que multiplicou, as subquebras também se multiplicaram, como se vê pelas Cartas Patentes do Rei Henrique IV, apelidado

o Grande, verificadas pelas Côrtes do Parlamento no ano de 1599. Monsenhor Henrique de Bourbon, Príncipe de Condé, presente-

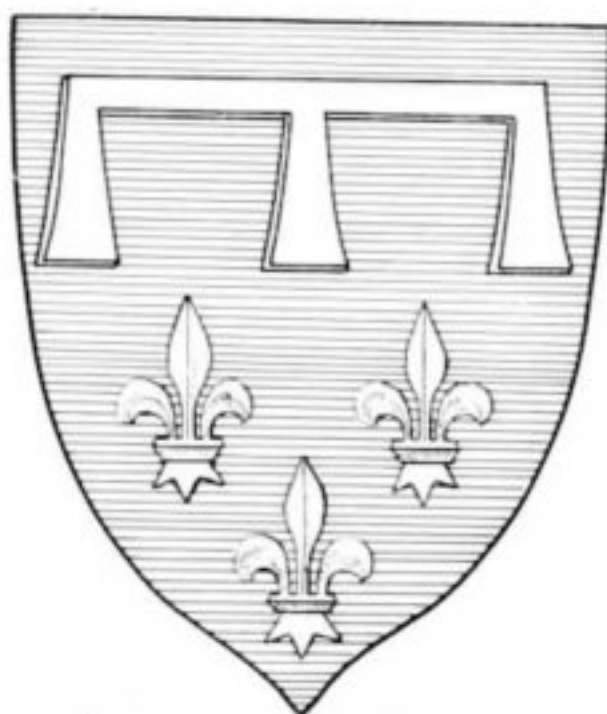


Armas de Carlos de França, irmão do Rei
Luis XI — Século XV.
De Guiena.
Bordadura espiquilhada de vermelho.



Armas de Carlos de França, irmão do Rei
Henrique II.
Século XVI.
Esquartelado de França e de Milão.

mente Grão Mestre de França, sendo o primeiro dos Príncipes de



Armas atuais da Casa de Orleans.

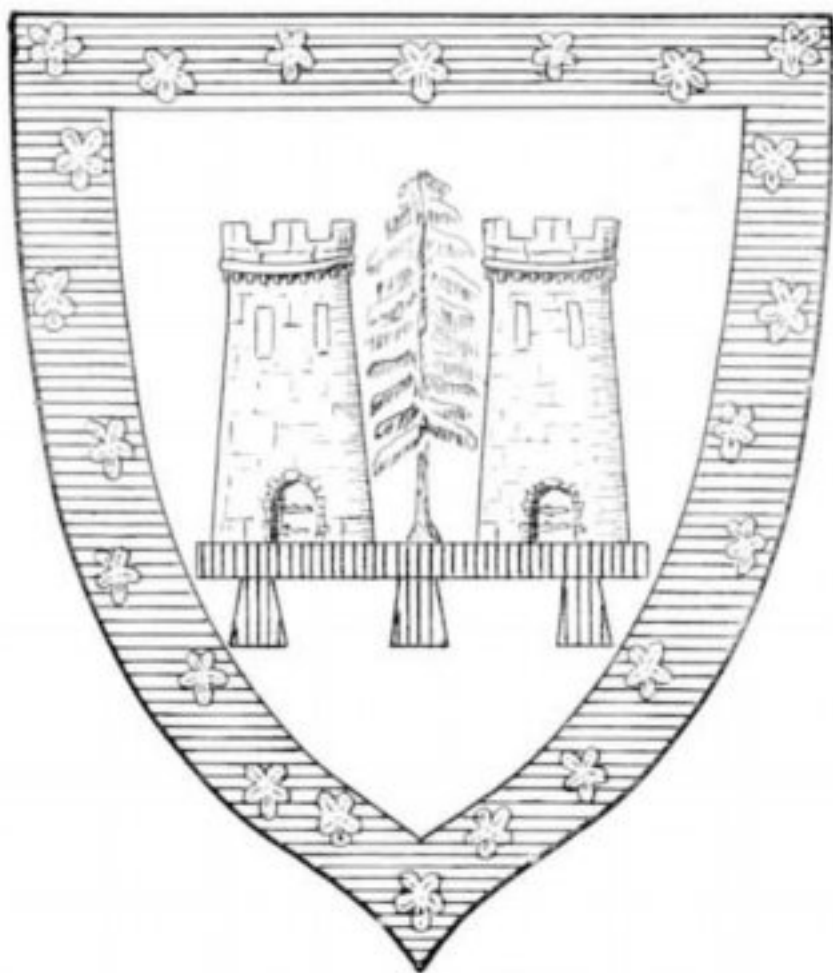
em chefe. Os Condes de Vendôme, depois Duques, carregavam a

Sangue, foi o único a conservar esse *bastão liso*. O Senhor Conde de Soissons, apesar de seu tio, tomou a *bordadura de vermelho*. Já desde muito antes os ramos de Montpensier e de La Roche-sur-Yon, que usavam o *bastão* ou *cótica brocante* *sobre tudo*, punham-lhe a segunda diferença dum *chefe de ouro carregado de um delphin de azul*. Os ramos de Montpensier e outros ainda acompanhavam a *cótica de um crescente de prata pôsto*

cótica com três pequenos leões de prata, e Filipe de Bourbon, Senhor de Beaujeu, segundo filho de Carlos I, Duque de Bourbon, a tornava a diferenciar com *três delfins de ouro*".

O respeitável mestre heraldista conclui que, não obstante tais exemplos, cada morgado ou cadete deve ter licença de tomar como diferença o que lhe agrada, porque *lambéis, bordaduras, bastões, cóticas* e outras peças que os Reis d'Armas julgavam próprias para quebras nas armas desses Principes saídos da Casa Real podem não convir a todos os escudos.

E explica: "Por isso é necessário que o bom senso faça a escolha, a fim de se tomarem peças que possam acompanhar em justa proporção as figuras que compõem as armas *direitas*. Por exemplo, se um primogênito usa em suas armas *três figuras postas em banda*, ou uma, ou várias *bandas*, ou ainda uma *aspa*, então será impossível diferen-



O lambel como atributo do escudo. Armas do Conde de Lambel, em França: de prata com um lambel de vermelho sustentando um pinheiro de verde acostado de duas torres da sua cor e com uma bordadura de azul semeada de violetas de ouro.

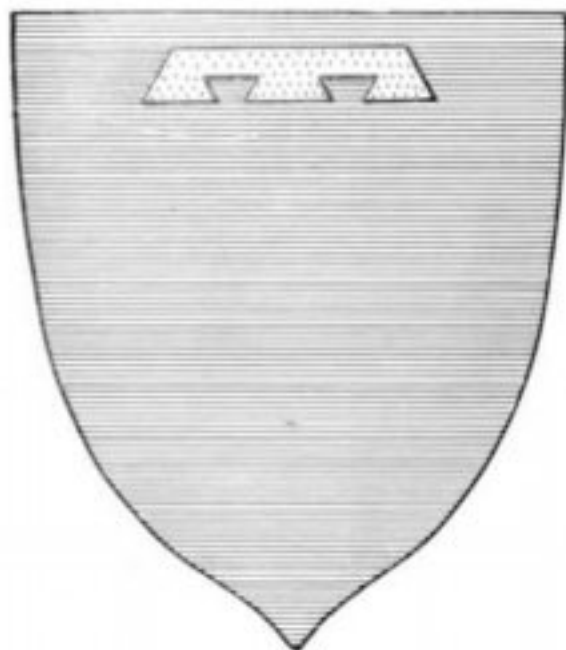
çar as armas dessa maneira, com uma *cótica* ou uma *banda*, sem estragar ou perverter inteiramente o escudo original".

Tôda essa digressão com a conclusão acima se tornou necessária para se compreender que, sendo o *lambel* ou *banco de pinchar* diferença clássica, em Portugal, dos Principes e Infantes da

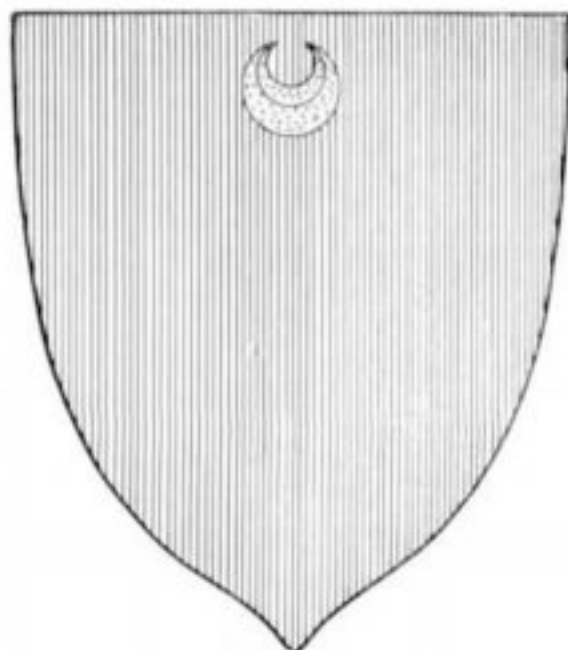
Casa Real, outros ramos teriam que usar novas diferenças; e, como as geralmente adotadas estragariam ou perverteriam a forma original do escudo português, com o campo reduzido pela bordadura de castelos e tomado pelos escudetes em cruz, não convindo, ademais, pôr-lhe a *travessa de bastardia* que se encontra em alguns, os Alencastro, por exemplo, a Casa de Bragança tenha recorrido à honrosa peça da *aspa*, carregando-a de quinas reais, como se viu no brasão do Marquês de Aguiar, Vice-Rei do Brasil.

• • •

As outras diferenças a que aludiu Vilaboas e Sampaio — *huma flor, huma estrela ou hum passaro* — denotam no heraldista e genealogista luso conhecimento profundo da matéria. La Co-



Lambel de três pendentes, no chefe: herdeiro direto. De azul, de vermelho ou de ouro.



Crescente duplo, de ouro, no chefe: filho segundo ou cadete.

lombière assegurava ter visto na Biblioteca do Conde de Brienne, no século XVII, um belo tratado antigo de heráldica, que dava estas diferenças:

1. Primogênito Real com o pai ainda vivo: *lambel de três pendentes, movente do chefe e dos bordos.*

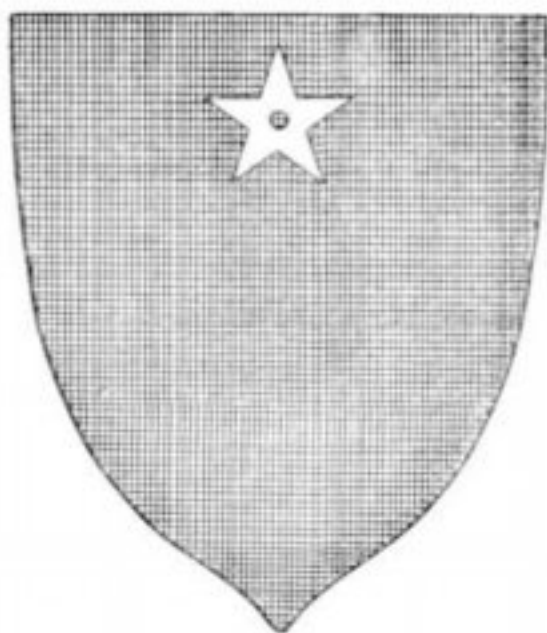
2. Filho segundo: *um crescente no meio do chefe do escudo.* Os Montpensier usavam êsse crescente.

3. Terceiro filho: *u'a moleta na mesma posição*. Moleta, heràldicamente, é a roseta da espora. O heraldista português confundiu-a com estrêla. Confusão, aliás, muito comum nos tradistas da matéria.

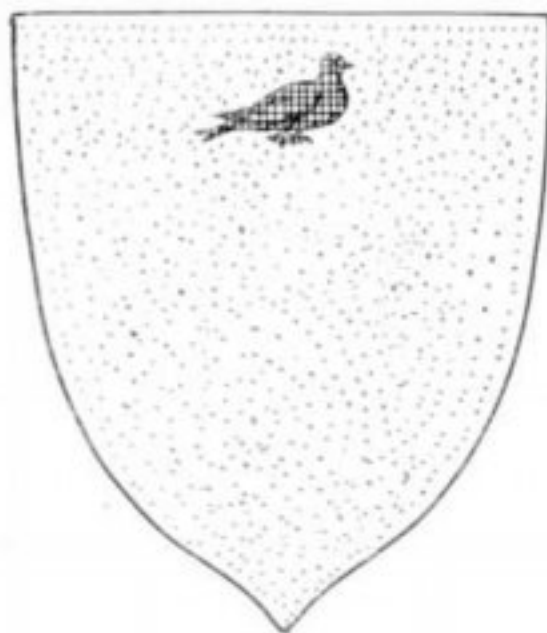
4. Quarto filho: *u'a merleta de negro na mesma posição*. Símbolo de que poderá ir além-mar. A *merleta* é uma ave heràldica sem pés nem bico. Vilasboas e Sampaio chama-lhe *pássaro*.

5. Quinto filho: *um anel de ouro na mesma posição*. É pe-nhor de seu nascimento, no caso de se expatriar.

6. Sexto filho: *uma flor de lis na mesma posição*. Ora, como em França essa figura só podia ser usada quer em armas, quer em diferenças, por concessão especial do Rei, é lógico con-



Moleta de ouro ou de prata de cinco pontas, no chefe: filho terceiro.

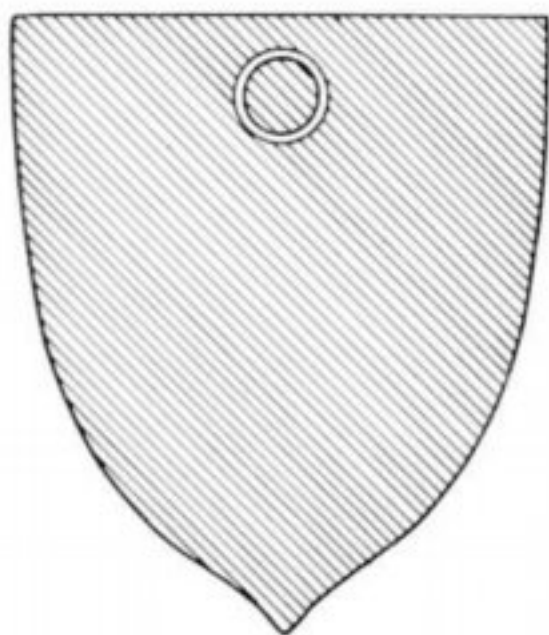


Merleta de negro, no chefe: quarto filho.

vir que ela veio para o Manual da Biblioteca de Brienne de outro país, onde isso seria permitido. Veremos qual um pouco mais adiante.

7. Sétimo filho: *uma rosa dupla*, em lembrança de seus parentes ou de seu partido. Este símbolo nos transporta à guerra das Duas Rosas entre as Casas de York, que brasonava com a Rosa Branca, e a de Lancaster, que brasonava com a Vermelha, na Inglaterra. Reforça ainda a conclusão anterior.

8. Oitavo filho: *uma cruz ancorada*, para lhe dar a entender que se agarre ou se arranje como puder. É a chamada Cruz Molina ou Moleira, de certos heraldistas, por lembrar os grampos de ferro que prendem as asas dos moinhos.



Anel de ouro, ou de prata, no chefe:
quinto filho.



Flor de lis de ouro ou de prata, no chefe:
sexto filho.

9. Nono filho: *um duplo quadrifólio* ou fôlha de oito pontas, sinal de cuidados e do afastamento em 8.^o grau da sucessão paterna.

Tais diferenças são originárias da heráldica inglêsa, na época de Eduardo III, segundo Millington baseado em Bossewell, Nicolas e outros:

1. O herdeiro direto, Príncipe de Gales: *lambel de três pendentes, no chefe*, de preferência de azul. Em França, era de vermelho. Em Portugal, de ouro.

2. Cadete: *crescente duplo de ouro, no chefe*. Simbolo de esperança de crescimento.

3. Terceiro filho: *Moleta de ouro de cinco pontas, no chefe*, como a das armas do Conde de Oxford. Pode ser de prata.

4. Quarto filho: *Merleta de negro, no chefe*. Simbolo imigratório.

5. Quinto filho: *anel de ouro ou de prata, no chefe*.

6. Sexto filho: *flor de liz de ouro ou de prata, no chefe.*
Sinal de vida contemplativa e de estudo.

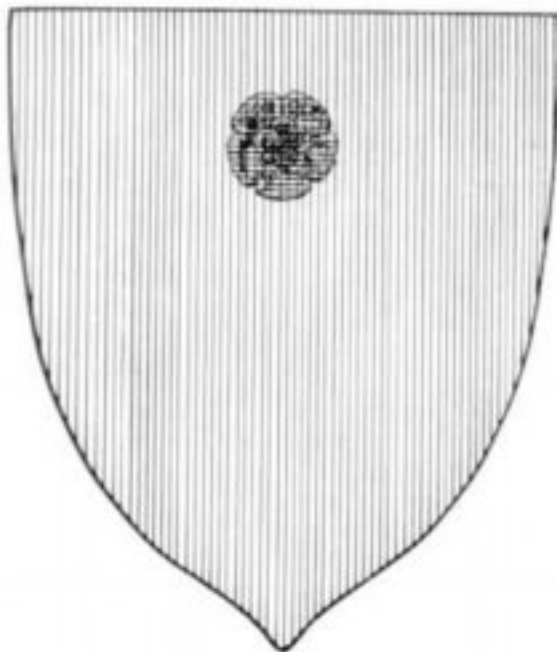
7. Sétimo filho: *rosa de ouro, de prata ou de côr, no chefe.*

8. Oitavo filho: *cruz moleira de ouro, de prata ou de côr, no chefe.*

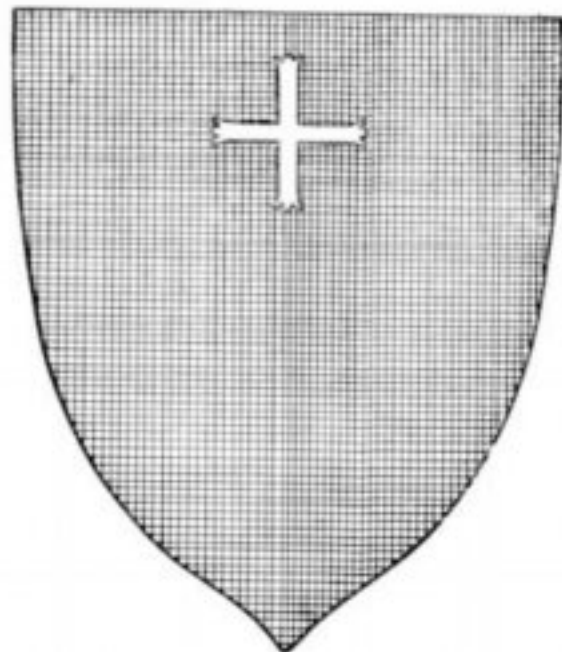
9. Nono filho: *octofólio de ouro, no chefe.*

E mais:

“Os filhos do segundo filho usavam o lambel, o crescente, a moleta, etc., dos seus graus, sôbre o crescente; os do terceiro, sôbre



Rosa de ouro, de prata ou de cbr. no chefe: sétimo filho.



Cruz moleira de ouro, de prata ou de côr, no chefe: oitavo filho.

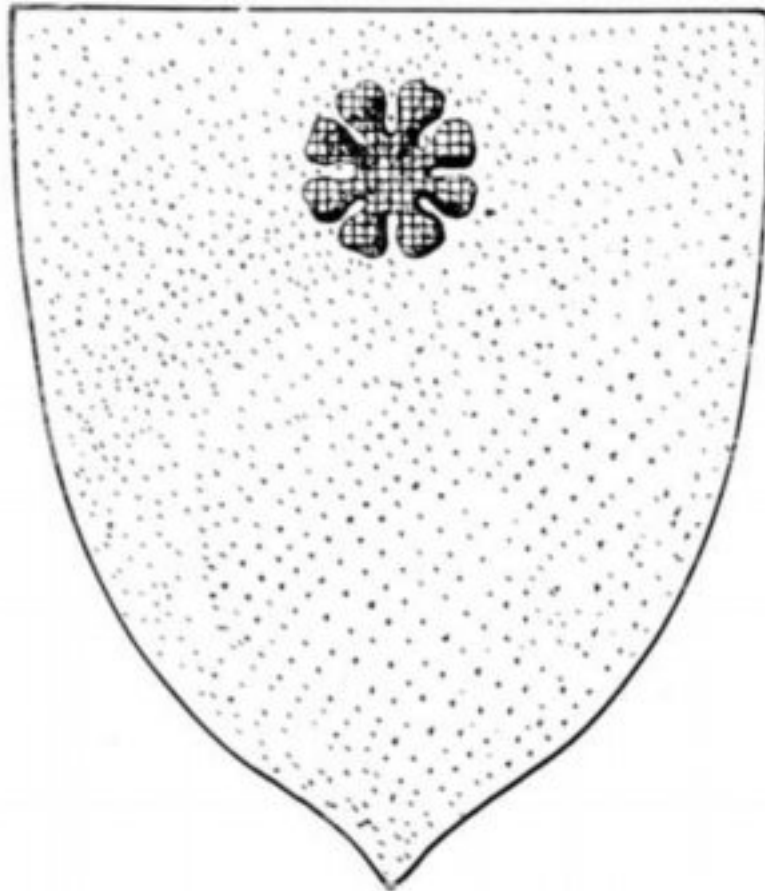
a moleta, e assim por diante. Não era costume pôr uma terceira diferença”. Os filhos do primogênito punham nos brasões as mesmas diferenças dos graus com um lambel sôbre elas.

* * *

Na Casa de França, as diferenças e quebras seguiram outro rumo, tendo às vêzes semelhanças com as que foram usadas em Portugal. “Car les fleurs de lys ne leur furent onc défendues (aos ramos directos e indirectos), segundo preceitua um mestre na Ciência Heróica, — au contraire leur appartenaient, mais pour causes particulières, aucuns les laissèrent et prindrent autres ar-

moiries, les unes ayans les métaux et couleurs de l'escu de France, les autres non, comme il paroît par ce qui en suit”.

Ao principio, houve como que um balbúcio nessas diferenças e até as alianças matrimoniais como que tiveram precedência, haja vista o que se passou em Portugal com a bordadura de Castela.



Octofólio de ouro, de prata ou de côr, no chefe : nono filho.

Depois, intervieram várias peças e figuras. Finalmente, o uso sancionou o que o costume havia permitido.

Hugo de França, irmão do Rei Filipe I, que reinou de 1062 a 1109, casou com a filha do Conde Herberto de Vermandois e tomou as armas da mulher: *xadrezado de ouro e de azul, o chefe coroadado de cinco flores de liz*, para mostrar que saia da Casa de França.

Roberto de França, Conde de Dreux, irmão do Rei Luiz VII, o Moço, que reinou de 1138 a 1181, tomou as armas de sua mulher, a Condessa de Brennes: *xadrezado de azul e de ouro com bordadura de goles*. Sômente sua estátua jacente, no seu túmulo, na Abadia de Brennes, tinha uma flor de liz na mão, como atestado de origem real.

Pedro de França, irmão do mesmo soberano, casou com Isabel de Courtenay e tomou as armas da mulher: *de ouro com três arruelas de vermelho em contra roquete*.

Filipe de França, Conde de Bolonha, irmão do Rei Luiz VIII, que reinou de 1224 a 1227, usou como armas: *semeado de França*

com um lambel de vermelho de três pendentes. Era filho de Filipe I. As armas de França são: de azul com três flores de liz de ouro em contra roquete, definitivamente estatuídas por Carlos VI, em honra da Santíssima Trindade. Diz-se *semeado de França* ou de *França-Antigo* o escudo de azul semeado de flores de liz de ouro sem número certo.

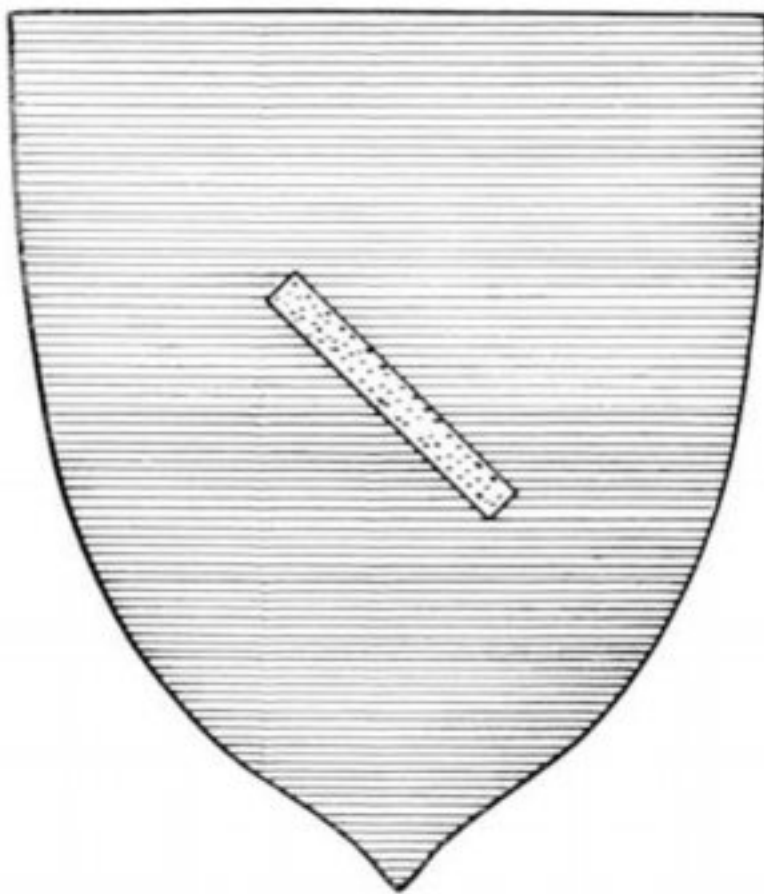
Afonso de França, Conde de Poitiers e de Tolosa, irmão de S. Luiz que reinou de 1227 a 1270; *partido, no 1.º semeado de França, de seu pai o Rei Luiz IX; no 2.º semeado de Castela, de sua aliança matrimonial.* A mãe de S. Luiz era Branca de Castela.

Roberto de França, Conde de Artois, irmão de S. Luiz: *semeado de França com um lambel de vermelho carregado de três castelos de ouro nos quatro pendentes.* De novo, França e Castela.

Carlos de França, Rei da Sicilia, Conde de Anjou e do Maine, irmão de S. Luiz: *semeado de França com um lambel de três pendentes, de vermelho, movente do chefe.*

Roberto de França, Conde de Clermont, Senhor de Bourbon, irmão do Rei Filipe III o Ousado, que reinou de 1271 a 1285: *semeado de França com uma cônica de vermelho.*

Carlos de França, Conde de Blois, irmão do Rei Filipe IV, o Belo, que reinou de 1286 a 1314: *de França com bordadura de vermelho.*



Bastão rompido de ouro, de prata ou de côr: outros ramos.



Portugal comemora este ano a fundação da sua nacionalidade e a restauração da sua independência, comemorações que interessam igualmente aos nossos Irmãos Brasileiros, por isso que a sua História, até 1922, faz parte integrante da História de Portugal.

■ O Brasil enviando, nesta ocasião, a Portugal uma brilhante embaixada extraordinária, associa-se às nossas comemorações; vem estreitar mais os laços que ligam os dois Países, unidos durante três séculos, e demonstrar que não quer esquecer o que deve a Portugal.

■ O Continente americano o Brasil tem uma situação especial, devida sobretudo à sua civilização e cultura, e permita-nos Exmo. Sr. Presidente, que, como Portugueses, nos envidemos do papel brilhante que o Brasil representa no mundo,



Pergaminho heráldico contendo a Mensagem dos descendentes dos Vice-Reis do Estado do Brasil ao Presidente Getúlio Vargas em 1940, doado pelo mesmo ao Museu Histórico. Vêem-se nitidamente os brasões.

e permita-nos igualmente que, ao mesmo tempo, nos orgulhemos, recordando o que os nossos antepassados fizeram pelo Brazil.

Sabemos, Exmo. Senhor, que o Brazil não esquece aquêles que bem o serviram, que conserva no coração os nomes dos que concorreram para a sua grandeza; e por isso nós, descendentes e representantes dos **Vice-Reis**, aproveitamos esta ocasião para dirigir ao Grande Chefe Brasileiro **Getúlio Vargas**, com as nossas respeitadas saudações, o testemunho da nossa admiração e os mais sinceros votos pela prosperidade da Grande Nação Brasileira.

Lisboa, 1940

Morpan de Azevedo
Visconde de Albuquerque
Visconde de Foz de Iguaçu
Visconde de Albuquerque
Visconde de Albuquerque
Visconde de Albuquerque
Visconde de Albuquerque
Visconde de Albuquerque
Visconde de Albuquerque
Visconde de Albuquerque



Luiz de França, Conde d'Évreux, irmão do mesmo Rei: *semeado de França com um bastão composto de prata e de vermelho de oito peças.*

Filipe de França, o Alto, Conde de Poitiers, irmão do Rei Luiz X o Turbulento, que reinou de 1314 a 1316: *semeado de França com um lambel de vermelho de três pendentés movente do chefe.*

Carlos de França o Belo, Conde da Marca, irmão do mesmo Rei: *semeado de França com bordadura composta de prata e de vermelho, de oito peças.*

Carlos de Valois, Conde de Alençon, irmão do Rei Filipe VI de Valois, que reinou de 1328 a 1350: *semeado de França com bordadura de vermelho carregada de 8 besantes de prata.*

Filipe de França, Duque de Orleans, irmão do Rei João I o Bom que reinou de 1350 a 1364: *semeado de França com um lambel de três pendentés, de vermelho.*

Luiz de França, Rei da Sicília, Duque de Anjou, irmão do Rei Carlos V o Prudente que reinou de 1365 a 1380: *partido, no 1.º de Jerusalém, no 2.º de Sicília, que é partido também: no 1.º semeado de França com um lambel de três pendentés, de vermelho, que é de Anjou, no 2.º semeado de França com bordadura de vermelho, que é de Valois.*

João de França, Duque de Berry, irmão do mesmo Rei: *semeado de França com bordadura espiguihada de vermelho.*

Filipe de França o Ousado, Duque de Borgonha: *esquartelado, com bordadura e cruz de vermelho no 1.º e 4.º semeado de França, no 2.º e 3.º de Borgonha.*

Luiz de França, Duque de Orleans, irmão do Rei Carlos VI: *semeado de França com um lambel de três pendentés de prata.* Essas armas vêm até o Brasil com o Conde d'Eu, Gastão de Orleans, marido da Princesa Isabel.

Carlos de França, Duque de Guiena, irmão do Rei Luiz XI: *semeado de França com bordadura espiguihada de vermelho.*

Carlos de França, Duque de Orleans, irmão do Rei Henrique II: *esquartelado, nos 1.º e 4.º de França com um lambel de três pendentés, de prata, nos 2.º e 3.º de Milão.*

Aos heraldistas e estudiosos é facil por meio de confrontos e comparações verificar que as diversas diferenças e formas das Armas Reais portuguesas encontradas no brasonário luso e, especialmente, nos escudos dos Vice-Reis do Brasil, estão de acôrdo com os princípios, praxes, regras e costumes da Ciência Heróica.

* * *

E, para terminar, a desculpa de velho autor francês na ingênua língua de seu tempo: *Il me suffit qu'on sache que j'ay fait ce que j'ay pu, et que j'aurois mieux fait si j'avois su.*

GUSTAVO BARROSO

(Conservador classe L, Diretor do Museu Histórico Nacional, Professor de História do Brasil e Técnica de Museus no Curso de Museologia).

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

- ARMENGOL Y DE PEREIRA (*A. de*) — "Heráldica".
- BAENA (*Sanches de*) — "História Genealógica".
"Índice Heráldico".
"Arquivo heráldico genealógico".
"Memórias histórico-genealógicas dos Duques Portugueses".
- BARROSO (*Gustavo*) — "Heráldica Brasileira" in "Ilustração Brasileira", dezembro de 1922.
"Inteligência das Coisas".
- BATJIN — "Histoire complète de la noblesse de France".
- BELOY (*Pierre de*) — "De l'origine et institution de divers ordres de chevalerie".
- BEREY (*Nicolas*) — "Le jeu du blason".
"Biblia Sacra".
- BIZEMONT (*Comte A. de*) — "Le héraut d'armes".
- BOURDEAU — "Histoire de l'habillement et de la parure".
- BOSSEWELL (*John*) — "Heraldry".
- BRITO DE LEMOS (*João de*) — "Abecedário Militar".
- CAETANO DE SOUZA (*D. Antonio*) — "Memórias históricas e genealógicas dos Grandes de Portugal".
"História Genealógica da Casa Real Portuguesa".
- CAMDEN — "Remains".
- CAMPO BELO (*Conde de*) — "Governadores gerais e Vice-Reis do Brasil".
- CASTANÊDA Y ALCOVAR (*Vicente*) — "Arte real del blasón".
- CASTELO BRANCO (*J. B. C. de F.*) — "Costados das famílias ilustres de Portugal, Algarves, Ilhas e Índias".
- CHAZEAU DE MONTIGNY — "Dictionnaire heraldique".

- COSTA BROCHADO — "Infante D. Henrique".
- DAGUIN (A.) — "Lettres sur les armoiries, les particules et la noblesse".
"Armorial des villes, communautés et corps d'Etat".
"Damianus a Gois", ns. 1, 2 e 3.
"Deutsche Stadt Wappen".
"Die Orden, Wappen und Flaggen aller Regentur und Stadten".
"Diogo Cão" — revista angolense.
- DORNELLAS (Afonso) — "Elucidário Nobiliárquico".
- ESCHAVANNES (Jouffroy d') — "Armorial universel".
"Dictionnaire de la noblesse".
- FERNE (John) — "Blazon of Gentry".
- FOX DAVIES — "Armorial Families".
- GASTELIER DE LA TOUR (D. F.) — "Dictionnaire heraldique".
- GEVAERT (Emile) — "Heraldique des Provinces Belges".
"L'Heraldique, son esprit, son langage et ses applications".
- GIVRY — "Manuel de diplomatique".
- GODINHO (Antônio) — "Livro da nobreza e perfeição das armas dos Reis
Cristãos e nobres linhagens dos Reinos e senhorios de Portugal".
- GOURDON DE GENOUILLAC — "Grammaire heraldique".
"L'art heraldique".
- GUERRA (Juan Carlos de) — "Estudios de heraldica vasca".
- GWILLIM — "Display of Heraldry".
- JOHANNIS GUIGARD — "Bibliothèque héraldique de la France".
- LABITTE (Alphonse) — "Traité elementaire du Blason".
- LA COLOMBIÈRE (Marc Uilson de) — "La Science Heróique".
- LINDSAY — "Letters ou Christian Art".
"Livro de todas as armas das gerações de Portugal e outros de
diversas partes do mundo", 1572.
- MAGNY (Marquês de) — "Livre d'or de la noblesse européenne".
"Nouveau traité historique e archéologique de la vraie et parfaite
science des armoiries".
- MAIGNE — "Science des armoiries".
- MATOS (Armando de) — "Evolução histórica das armas reais portuguesas".
"Brasonário de Portugal".
- MENÉTRIER — "L'art du blason justifié".
- MILLINGTON (Ellen J.) — "Heraldry in History, Poetry and Romance".

- NANCY (*Jean Cayon de*) — "Armorial historique et généalogique".
- NOBLE — "History of College of Arms".
- OLIVEIRA MARTINS (*F. A. de*) — "História do Convento da Visitação de Vila Verde dos Francos".
- OLIVET (*Fabre d'*) — "Histoire philosophique du genre humain".
- ORNELAS (*Afonso d'*) — "Elucidário Nobiliárquico".
- PEREIRA OLIVEIRA (*Luiz da Silva*) — "Previlégios da nobreza e fidalguia de Portugal".
- PINHO LEAL — "Dicionário histórico".
- PRÉOLES (*Raoul de*) — "Grans croniques de France".
- QUIRINO DA FONSECA — "Memórias e Conferências sôbre história e arqueologia".
- RACINET (*M. A.*) — "Le costume historique".
"Resenha das Familias Titulares do Reino de Portugal".
- REY — "Histoire du Drapaud".
- RIBEIRO (*Luciano*) — "Alenquer".
- RIO BRANCO (*Barão do*) — "Efemérides Brasileiras".
- SABUGOSA (*Conde de*) — "O paço de Sintra".
- SANTOS FERREIRA — "Armorial Português".
- SCHLEGEL — "Aesthetic Works".
- SILVEIRA PINTO (*Albano da*) — "Resenha das familias titulares e grandes de Portugal".
- SOUTHEY (*Robert*) — "History of Brazil".
- SOUZA — "Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa".
- STOCKVIS — "Manuel d'histoire, de généalogie et de chronologie".
- TAUSIN (*H.*) — "Dictionnaire des devises".
- THAUN (*Philippe de*) — "Bestiarius".
- TILLET (*Jean du*) — "Recueil des Roys de France, leur Couronne et Maison, ensemble le rang des Grands de France", 1587.
- TOURTOULON — "L'herédité et la noblesse".
- VILASBOAS E SAMPAIO — "Nobiliarquia Portuguesa".
"Vocabulaire François" ("Le Grand").
- ZURARA — "Crônica da Guiné".

CIRCULAÇÃO DO OURO EM PÓ E EM BARRAS. AS CASAS DE FUNDIÇÃO

Além das moedas propriamente ditas e dos produtos da terra e da indústria usados mais ou menos intensamente como instrumento de troca em diferentes partes do imenso território brasileiro, tivemos no país, a partir do começo do Século XVII, circulando como moeda, o ouro em pó, grãos ou folhetas, tal qual era colhido nas minas, ou fundido em barras marcadas com os cunhos das armas reais.

O problema do ouro no Brasil é complexo e de grande projeção histórica. Delimitemos, porém, o que nos importa analisar no presente estudo.

Não nos incumbe, é bem claro, tratar do ouro e sua produção no país sob os seus variados aspectos: corográfico, histórico, administrativo, mineralógico, econômico, etc. A história dos descobrimentos e exploração de lavras auríferas por todo o extenso território penetrado pelos intrépidos sertanistas, que constitui um dos ciclos mais interessantes do bandeirismo, escapa evidentemente ao estudo da nossa numismática.

Temos unicamente de tratar da circulação do ouro em pó e em barras, em sua função monetária, apontando na legislação mineira e fiscal os principais dispositivos referentes a essa circulação e buscando nos trabalhos dos nossos cronistas e historiadores determinar cronologicamente, dentro de cada Capitania onde houve mineração, os locais em que se estabeleceram as oficinas dos quintos ou casas de fundição do ouro, incumbidas da cobrança do imposto de 20% para a real fazenda, sobre todo o ouro minerado no país.

NA CAPITANIA DE SÃO VICENTE

A exploração do ouro no Brasil inicia-se na Capitania de São Vicente. Logo após as fundações das vilas de São Vicente, Piratininga e Santos começaram os colonos a investigar a existência de minerais úteis e preciosos em seu território na baixada de Piratininga e nos cursos de água que descem da serra do Cubatão.

Em carta de 12 de julho de 1552 o primeiro bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha dá notícia de haver-se encontrado ouro no sul do país. José de Anchieta em 1554 confirma êsses descobertos dizendo: "... agora, finalmente descobriu-se uma grande cópia de ouro, prata, ferro e outros metais, até aqui inteiramente desconhecidos..." (*Basílio de Magalhães, Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, p. 78).

Mem de Sá mandou verificar êsses descobrimentos pelo provedor da Capitania de São Vicente, que era então Braz Cubas, acompanhado por um mineiro prático Luiz Martins, nomeado por Alvará de 7 de setembro de 1559 para examinar os metais existentes no Brasil.

Em cumprimento a essa ordem foram feitas duas viagens ao interior da Capitania. A primeira, em 1560, foi dirigida pessoalmente por Braz Cubas, acompanhado por Martins. Percorreram 300 léguas e voltaram no comêço da estação chuvosa do ano seguinte, enviando ao rei e ao governador amostras dos metais encontrados. A segunda, por haver Braz Cubas voltado enfêrmo do campo, foi chefiada por Luiz Martins, que a 30 léguas de Santos encontrou ouro tão bom como o da Costa da Mina e dos mesmos quilates. Esta segunda exploração realizou-se de fins de 1561 a princípios do ano seguinte. Em 11 de maio de 1562 fêz Martins o manifesto do ouro encontrado.

Calógeras, citado por Basílio de Magalhães, a quem vamos seguindo, supõe ter sido no distrito do Apiaí que Braz Cubas encontrara as jazidas de que mandou amostras ao soberano. De fato, nessa região foi explorado por muito tempo o ouro de aluvião, sendo o seu primitivo nome "Santo Antônio das Minas".

O ponto atingido por Luiz Martins foi Caatiba. Reforça esta opinião de Calógeras a carta que a Câmara de São Paulo endereçou ao donatário da Capitania, em 13 de janeiro de 1606, na qual se lê: "... mas, ha na serra de Byraçoiaba 25 leguas daqui para o sertão em terra mais larga e abastada, e perto dali com tres leguas está a Cahatyba donde se tirou o primeiro ouro".

Os descobertos de Cubas e Martins caíram em esquecimento; os Governos da Metrópole e da Capitania não trataram de organizar a sua exploração.

Outros achados tiveram lugar entre 1570 e 1584 no litoral do Sul e no interior da Capitania, em Iguape, Paranaguá e Curitiba.

No último decênio do século, como se lê em Pedro Taques (Na "*Nobiliarquia*" e na "*Informação sobre as Minas de São Paulo*"). Afonso Sardinha e seu filho do mesmo nome, dos quais foi auxiliar Clemente Álvares, "foram os que tiveram a glória de descobrir ouro de lavagem nas serras Jaguamimbaba e de Jaraguá (em São Paulo), na de Ivuturuna (em Parnaíba...)

A noticia desses descobrimentos realizados em 1597 levou a Metrópole a ordenar que D. Francisco de Sousa, Governador Geral do Brasil, fôsse pessoalmente examiná-los.

Em 1599 chegou D. Francisco à Vila de São Paulo, trazendo consigo um mineiro alemão, Jaques de Oalte, e um engenheiro da mesma nacionalidade, Giraldo Betink. Examinou as minas da Serra de Biraçoiaba que denominou de N. Sra. de Monteserrate. Em 11 de fevereiro de 1601, quando se dirigia com muita gente para as mencionadas minas afim de explorá-las, baixou um bando:

"Avisando aos povos mineiros que do ouro que extrahissem havião de pagar o real 5.", fundindo o metal e entregar-se em barra cunhada o que fosse de seu dono".

É esta a primeira aplicação do direito do quinto do ouro no Brasil, já inscrito nos forais das Capitánias hereditárias.

Em meados de 1602 terminou o Govêrno de D. Francisco de Sousa, que se transportou para Madrid, onde deu conta de sua gestão e do estado das minas que deixara estabelecidas em São Paulo. Foi então nomeado Governador e Administrador Geral

das três Capitânicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Espirito Santo com jurisdição totalmente separada da do Governador Geral do Estado do Brasil e subordinado diretamente ao rei, com mercê de Marquês das Minas. Em 15 de agosto de 1603 em Valadoli foi elaborado um Regimento das terras mineiras do Estado do Brasil em 62 artigos ou capítulos, como denominavam.

Por esse Regimento qualquer pessoa poderia descobrir e explorar à sua custa minas de ouro e prata devidamente registadas e demarcadas, pagando à Fazenda Real o quinto desses metais, depois fundidos em barras marcadas com as armas do Reino. Para isso, ordenava o Regimento que o Governador com parecer do Provedor-Mor da Fazenda e Provedor das Minas e dos mestres de fundição fizesse construir no local mais adequado uma casa de fundição.

Os donos das minas poderiam ter suas marcas particulares para marcarem os metais que lhes pertencessem, além das armas do Reino, e por conta deles se faziam tôdas as despesas necessárias para a fundição do metal (Cap. 54).

Nenhuma pessoa de qualquer condição poderia, fora da casa de fundição, vender, doar ou embarcar para qualquer outra parte ouro que das minas se tirasse sem ser marcado com as armas reais, sob pena de morte, e de perda de sua fazenda, sendo duas partes para a Câmara Real e a terceira para o acusador (Cap. 55).

Este Regimento do qual destacámos os dispositivos referentes ao objeto do nosso estudo, foi, como dissemos, elaborado em 1603, mas ficou, durante quase cinqüenta anos, em Espanha. Só chegou ao Rio de Janeiro em 29 de maio de 1652, sendo aqui registado, e em São Paulo, a 6 de outubro do mesmo ano.

Entrou em vigor em 1659 por ordem do Governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides, ao Capitão-Mor de São Vicente, Antônio Ribeiro Moraes.

Durante esse tempo em que esteve esquecido em Espanha o primeiro Regimento sobre mineração no Brasil, foi a matéria regida pelos Regimentos de 18 de agosto de 1618 e do de 30 de janeiro de 1619 que encerram dispositivos semelhantes sobre o pagamento do quinto do ouro e a fundição do mesmo em barras marcadas oficialmente.

O de 18 de agosto de 1618 em seu § 13 determina que haja em São Paulo ou São Vicente ou onde mais cômodo fôr “uma casa que servirá de feitoria para o registo dos quintos e sua guarda”. A essa feitoria, de acôrdo com o § 14, irão todos quintar e marcar o ouro ou prata que tirarem das minas, sendo perdido para a Real Fazenda o que fôr encontrado sem marca.

O de 30 de janeiro de 1619 é, segundo Silva Lisboa, a simples reedição do de 15 de agosto de 1603, análogo, nos seus efeitos, ao de 18 de agosto de 1618.

O imposto do quinto do ouro foi igualmente mantido pelos Regimentos posteriores: o de 7 de junho de 1644, da administração de Salvador Correia de Sá e Benevides, os de 13 de agosto de 1679 e de 27 de abril de 1680, do período de D. Rodrigo de Castel Blanco; e os de 3 de março de 1700 de Artur de Sá Menezes e o de 17 de abril de 1702.

Para a fundição e marcação do ouro na Capitania de São Paulo foram estabelecidas várias casas, à medida das necessidades.

Enumeremo-las:

A de *São Paulo* — cuja data de fundação não se sabe ao certo, mas provavelmente criada quando em 1601 D. Francisco de Sousa baixou o citado Bando de 11 de fevereiro, para cuja execução seria imprescindível uma casa de fundição.

Em 1700, devia essa oficina suspender definitivamente os seus trabalhos. Mas pela Ordem Régia de 31 de janeiro de 1702 foi mandada continuar com a de Paranaguá, quintando o ouro das denominadas minas velhas, isto é, as do território paulista.

A Carta Régia de 7 de fevereiro de 1704 mandou fôsse ela transferida para Santos e a de Taubaté para Paratí, extinguindo-se as demais existentes nas vilas de baixo, que eram as de Paranaguá e Iguape.

Em outubro de 1709, foram suspensas as casas de Santos e Paratí. Isto, por se haver assentado, para melhor arrecadação dos quintos, a convenincia de uma só casa dêles no Rio de Janeiro.

Em 1720 vemos, porém, ressurgir o nome da casa paulistana. Vários documentos dai em diante à mesmo se referem nessa fase

um tanto imprecisa que vai do mencionado ano a 1727. São os seguintes:

A Provisão Régia de 23 de março de 1720 comunicando ao Provedor da Fazenda da Praça de Santos e São Paulo “que se lhe remetem quatro ferros para se cunharem as barras da Casa de Fundição de São Paulo, e uma barrinha de chumbo em que vão impressos os cunhos para amostra de como se há de cunhar”.

Pelo conteúdo dessa Provisão vê-se que se tratava de reaparelhar a oficina de Piratininga.

A Carta de 22 de setembro de 1722 do Governador da Capitania D. Luiz Antônio de Sousa, comunicando ao Comandante da Guarda do Rio Pardo a remessa do dinheiro provincial a fim de ser trocado pelo ouro do Registo a ser criado nessa localidade, devendo o ouro recolhido ser remetido à Casa de Fundição de São Paulo.

O Bando de 15 de agosto de 1724, do mesmo Governador, ordenando que todo o ouro procedente das Minas de Cuiabá, Paranapanema e outras da Capitania, depois de quintado, fôsse levado à Casa de Fundição de São Paulo para ser fundido em barras e marcado com as armas reais, enquanto que o proveniente das Minas Gerais seria apenas manifestado.

A Provisão Régia de 5 de janeiro de 1727, comunicando ao Provedor da Fazenda de Santos a partida de Francisco Pinheiro, nomeado Fundidor da Casa de Fundição mandada estabelecer nas terras da Capitania de São Paulo, devendo ser remetida ao Conselho Ultramarino a importância de 150\$000 que ao mesmo foi adiantada como ajuda de custo.

O Banco de 29 de fevereiro de 1727, publicado em Cuiabá pelo Governador Rodrigo César de Meneses, anunciando a Ordem Régia proibindo o trabalho dos ourives e mandando quintar o ouro dessas Minas (Cuiabá) naquela Casa restabelecida (São Paulo).

Seus trabalhos, porém, só começaram em princípios de 1728 (*Washington Luiz — Contribuição... Rev. do Inst. Hist. São Paulo, VIII, 127, apud S. Sombra, Hist. Monet. do Brasil Colonial, pág. 192*).

Em carta de 21 de março de 1727, o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real, informa a D. Lourenço de Almeida, Governador das Minas:

“Sua Majestade atendendo aos descaminhos, que se fazia no ouro dessas minas, confundindo-se êste com o das do Cuiabá, Guaiazes, Jacobina e Rio das Contas, foi servido resolver que em São Paulo, e nos sítios das últimas minas, se estabelecesse em cada uma delas casas de fundição, para se fundir, marcar e quintar o ouro para que um se não confundisse com o outro e todo o que se achasse depois do estabelecimento das ditas casas em pó se tomasse por perdido, parecendo êste o melhor meio, para se evitarem os ditos descaminhos e nesta ocasião passam os oficiais e instrumentos necessários para o estabelecimento da Casa de Fundição de São Paulo, e na frota da Bahia irão os da Jacobina e Rio das Contas, e a esta resolução deu motivo o que V. S. representou...”

Em 16 de abril de 1728 é empossado o tesoureiro da Casa, Manoel Veloso.

Por Provisão de 22 do mesmo mês e ano é nomeado efetivamente para o cargo de provedor dos quintos e da Casa de Fundição Sebastião Fernandes do Rêgo, que já o vinha exercendo interinamente durante dois anos.

Depois de efetivado, Fernandes do Rêgo cometeu o audacioso crime de substituir, em remessa para a Metrópole, o ouro dos quintos por grãos de chumbo.

Foi prêso e substituído no cargo por Bento de Castro Carneiro, nomeado por Provisão Régia de 16 de julho de 1729.

Nesse mesmo ano, Luiz Vaia Monteiro, em carta de 9 de agosto, dirigida a Diogo de Mendonça Côrte Real, sôbre a arrecadação dos quintos e os descaminhos de ouro, informa que:

“o ouro em barra fundido em São Paulo ainda vem marcado com um sinete à pancada de martelo, o que pode fazer qualquer particular porque ainda se não cunha com o engenho, que se mandou para a Casa de Fundição da-

quela cidade, no que pode haver grandes roubos. nem aqui se pode fazer o verdadeiro exame naquelas barras e já adverti ao Governador de São Paulo sôbre este inconveniente'.

Em 1730 D. João V, por Carta de 31 de janeiro, aprova os provimentos dos ofícios da Casa de Fundição de São Paulo, comunicados em carta do Governador, de 14 de abril de 1729, e determina que os ordenados sejam a terça parte dos que venciam os oficiais das Casa de Fundição de Minas, conforme propusera o Governador em outra carta de 20 de novembro de 1727. Quanto ao cargo de ensaiador dizia o Rei que "êste só é preciso para a Casa de Moeda e não para a de Fundição".

Esta decisão do Rei é de estranhar, sabendo-se que as barras deviam mencionar o título do ouro, e que isso muitas vêzes só é possível mediante ensaio do mesmo, e não por simples toque; a não ser que êsse serviço fôsse realizado por outro oficial da fundição.

O Governador de São Paulo, em 29 de dezembro de 1732, ordena ao Provedor dos quintos da Comarca de Paranaquá que prenda tôdas as pessoas vindas das minas de Cuiabá, confiscando-lhes o ouro em pó ou em obras ou ainda o ouro fundido que não tivesse o cunho da Casa de Fundição de São Paulo que é o mesmo que o das moedas de ouro de 3\$200, "tendo, porém as letras S. P. em lugar do Soberano retrato". (*S. Sombra, Op. Cit.* 168).

Em 25 de abril de 1735 a junta convocada pelo Governador de São Paulo, Conde de Sarzedas, em cumprimento à Provisão Régia de 3 de dezembro do ano anterior, resolveu, entre outros assuntos, a proibição do curso de moeda cunhada, e a transferência da Casa de Fundição para o Arraial da Meia Ponte.

Na vigência do sistema da Capitação, que funcionou de 1.º de julho de 1735 a 31 de julho de 1751, foram fechadas tôdas as Casas de Fundição do país.

Êsse novo sistema fiscal foi anunciado por Edital de 26 de fevereiro de 1735, de Gomes Freire de Andrade, publicando as ordens régias que lhe determinavam participasse ao Vice-Rei e

ao Governador de São Paulo o novo método escolhido para a cobrança do quinto, para que o mesmo fôsse adotado nas outras minas, e então, o ouro quintado circulasse livremente por todo o país.

Em São Paulo, porém, a Casa de Fundição só foi fechada após a Portaria de 23 de junho de 1736, que ordenou ao Provedor da mesma suspendesse os seus trabalhos em vista do novo sistema de pagamento dos quintos.

Em 20 de agosto do mesmo ano o seu Tesoureiro Francisco Pinheiro Sepeda, apresentou à Provedoria da Fazenda Real da Vila de Santos o seu balanço final

“do resto do rendimento depois das contas gerais que se remeteram na presente frota a S. Maj. como se vê do livro delas, fls. 17 até fls. 19, as seguintes”.

Receita em ouro 3231 oitavas, 8

Receita em dinheiro 991\$390

Despesa em dinheiro 440\$364.

(S. Sombra. *Op. cit.* 177)

Foi reaberta em 1751, quando terminou o sistema da Capitação e voltou-se à fundição do ouro em barras para a cobrança dos quintos.

Nesse ano D. José I baixou o Regimento de 4 de março para as Intendências e Casas de Fundição, mandadas estabelecer no Brasil pela Lei de 3 de dezembro de 1750. Entre essas figurava a de São Paulo, como se vê do Ofício de 21 de março de 1751 em, que Diogo de Mendonça comunica a Gomes Freire de Andrade a remessa de instrumentos necessários ao estabelecimento das Casas de Fundição, do respectivo Regimento de 4 de março, bem como de fundidores e ensaiadores para Vila Rica, Sabará, Serro Frio, Rio das Mortes, São Paulo, Goiaz e Cuiabá, sendo que a criação da dêste último lugar ficaria ao arbítrio de Gomes Freire.

A de São Paulo começou nesta fase os seus trabalhos em 11 de outubro de 1751.

Foi suspensa em 1762, como se vê da carta do Conde de Bobadela, escrita a 16 de junho, ao Provedor da Fazenda de Santos, José Godoi Moreira, comunicando a remessa das instruções

necessárias ao Ouvidor Geral de São Paulo para se extinguir a Casa de Fundição dessa Comarca e se vir a quintar à Casa da Moeda do Rio de Janeiro todo o ouro nela extraído, como Sua Magestade determinara por Carta de 13 de agosto de 1760.

Seu fechamento se deu a 31 de julho de 1762.

Em 1765, porém, foi reconhecida novamente a sua necessidade mandando D. José I que o Vice-Rei informasse o que era preciso para restabelecê-la (*P. R. de 4 de fevereiro de 1765*).

Por carta de 24 de julho do ano seguinte o Vice-Rei dirige-se ao Governador de São Paulo a propósito da Casa de Fundição, referindo-se à sua extinção em 1762 e ao restabelecimento ordenado pelo Rei e perguntando o que ainda existia da mesma e o que era preciso para a sua restauração.

Não deparamos nos meses imediatos de 1766, nem nos anos mais próximos, com a solução desse projeto de restabelecimento da Casa de Fundição paulistana, mas seis anos mais tarde vemos o Governador de São Paulo em 22 de setembro de 1772 despachar favoravelmente a representação em que o Procurador da Coroa mostrava a conveniência de ser enviado dinheiro provincial ao Registo da Borda do Mato, no descoberto do Rio Pardo, para trocar pelo ouro em pó, afim de se evitar que este fôsse para a Capitania de Minas, e viesse para a Casa de Fundição de São Paulo.

Ordenava o Governador aos Ministros da Junta que dessem as providências necessárias, inclusive a remessa de cem mil réis em dinheiro provincial para as trocas.

Diante da clareza do documento verifica-se que a Casa de Fundição de São Paulo nessa época, 1772, estava funcionando e deduz-se que deveria ter sido restabelecida após as indagações do Vice-Rei, realizadas para sua reorganização em 24 de julho de 1766, de acôrdo com as ordens régias.

Prossegue ainda quintando o ouro de aluvião do território paulista. Foi definitivamente fechada pelo decreto de 1 de setembro de 1819.

A de *Paranaguá* — Foi fundada em 1649 por Eliodoro Ebano, capitão de canoas de guerra, incumbido pelo Governador Salvador

Correia de Sá e Benevides de inspecionar os mares e costas do Sul, e de estabelecer o serviço das minas descobertas e por descobrir naquela região. Neste caráter apresentou-se Eliodoro em Paranaguá a 4 de março daquele ano ao Capitão-Mor Gabriel de Lara, que ali havia descoberto ouro, cuja existência manifestara à Câmara de Santos. (*Francisco Negrão. Efemérides Paranaenses, in Revista do Circulo de Estudos "Bandeirantes", Curitiba, 1934, P. I, N. I*).

Logo após a sua fundação, foi a Casa de Paranaguá, em 31 de outubro do mesmo ano de 1649, malévola e ineptamente denunciada como clandestina à Câmara de São Paulo.

Isto, provavelmente, por não estar Paranaguá sob a mesma jurisdição das vilas de cima.

Na Casa de Paranaguá era quintado o ouro das minas de Curitiba. Em 1681 arrecadou 6038 oitavas. Daí em diante decresceu o rendimento chegando a 1279 oitavas em 1690. Em 1702 pela Ordem Régia de 31 de janeiro foi mandada continuar, juntamente com a de São Paulo, quantando o ouro das minas velhas.

A Carta Régia de 7 de fevereiro de 1704, ao instituir as Casas de Fundição de Paratí e Santos, ordenou "a extinção de tôdas as mais oficinas recolhendo-se os cunhos delas..."

Foi a de Paranaguá restabelecida em 1720 e definitivamente fechada em 30 de janeiro de 1736, ao se estabelecer o sistema da capitação em tôdas as regiões de mineração.

A de *Iguape*. Não foi ainda determinada a data de sua fundação. Sabe-se que já trabalhava em 7 de junho de 1667 por um recibo de seiscentos e vinte e nove oitavas de ouro remetidas ao Príncipe Real naquela data, documento encontrado no Cartório e Arquivo da Câmara de Iguape pelo ilustre cientista Ernesto Guilherme Young (*Artigo in Revista do Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo Vol. II, 1896-97, p. 82*).

De 17 de fevereiro a 31 de dezembro de 1678 arrecadou 168 oitavas.

Em 1690, por Provisão de 20 de janeiro, foi ordenada ao Capitão-Mor Gaspar Feixeira de Azevedo. Provedor das Minas

de Paranaguá e seu distrito, que passasse à Vila de Iguape e suspendesse ao Provedor Manuel Rodrigues de Oliveira e a todos os mais oficiais, escrivão, tesoureiro, fundidor e deles recebesse todo o ouro da oficina, assumindo o lugar de Provedor das minas daquela Vila (*Francisco Negrão. Op. cit. p. 78*).

As irregularidades não cessaram. A Carta Régia de 9 de novembro de 1696 trata ainda dos descaminhos dos quintos não só de Iguape mas também de Paranaguá.

Foi fechada em 1704, com tôdas as mais do território paulista, ao serem criadas as de Santos de Parati, aquela transferida de São Paulo, e esta última de Taubaté, únicas que deveriam então funcionar na cobrança dos quintos.

Ignora-se quando tenha sido restabelecida; deve ter sido, porém, depois de 1719.

Esteve novamente fechada de 1735 a 1751, durante o sistema da capitação.

Foi extinta em começos de 1763, sendo seus utensílios recolhidos por ordem do Govêrno, como consta de um documento da Câmara de Iguape de 12 de abril do mesmo ano.

A de *Taubaté*, criada pelo Governador Sebastião de Castro Caldas em 1695 para arrecadar os quintos do ouro das Minas de Cataguazes. Foi seu primeiro e único Provedor Carlos Pedroso da Silveira, nomeado pelo mesmo Governador em 12 de dezembro do mesmo ano de 1695, não tendo sido providos nessa ocasião os demais officios da casa. A nomeação de Silveira teve confirmação régia em 1697.

Arrecadou nos anos de 1696 e 97, 3 arrobas e 14 arráteis ou 14080 oitavas.

Em 31 de janeiro de 1702 El-Rei dizia em carta a Artur de Sá Meneses:

“tenho resoluto, que se conserve a Casa dos quintos de Taubaté enquanto se não puder fazer em outra parte mais próxima às ditas minas (Cataguazes), que seja mais conveniente, assim para a arrecadação dos quintos, como para as pessoas que tirarem o ouro, o poderem levar a ela...”

Já antes havia D. Pedro II determinado fôsse aparelhada a mesma oficina com um engenho para cunhar as barretas de um modo mais perfeito do que o obtido pela simples cunhagem a martelo. Vê-se isso da C. R. de 6 de fevereiro do mesmo ano de 1702, dirigida ao mesmo Governador do Rio de Janeiro, nos seguintes termos:

“Artur de Sá Meneses Am.” Eu El-Rei vos envio muito saüdar. Viu-se a vossa Carta de 9 de julho do ano passado, em que representais a dúvida que se vos oferece o mandar para a oficina de Taubatê o Engenho do cunho que em sua companhia levou Luís da Silva pelo grande pêso que tem para se conduzir pela aspereza dos caminhos. E pareceu-me dizer-vos que êste engenho se pode despedaçar em mais partes e assim será mais fácil poder-se conduzir para a dita oficina, e assim vos ordeno o façais pôr em execução com efeito pela grande importância dêste negócio. Escrita em Lisboa a 6 de fevereiro de 1702”. (*Arq.º Nac. Cartas Régias, Provisões, Alvarás e Avisos L. n.º 13, 1702, f. 47*).

Diligenciou o Governador, a êsse tempo não mais Artur de Sá Meneses, mas D. Álvaro da Silveira e Albuquerque, em fazer executar com tôda a brevidade a ordem régia, sem embargo das dificuldades existentes, como consta de sua resposta de 20 de julho de 1702.

Sôbre o assunto vemos ainda sua carta, de 20 de setembro do mesmo ano, dirigida aos Juizes e Officiais da Câmara de Taubatê:

“Em cumprimento da ordem de S. Maj. que Deus guarde, em que me ordena faça conduzir para a oficina de Taubatê o engenho do cunho, o inicio nesta ocasião na lancha de P.º da Costa e com êle vai Luís da Silva cunhador, e guarda do mesmo cunho e logo que seja chegado a essa Vila e seguro em terra Vmce. fará tôda a diligência para que sem dilação se conduza para a dita oficina, pois assim é conveniente ao serviço de S. Maj.

que Deus guarde, fiando no zêlo e cuidado de Vmce. muitos anos.

Rio de Janeiro 20 de setembro de 1702 D. Álvaro da Silveira e Albuquerque.

Senhores Juizes e oficiais da Câmara da Va. de Taubaté. (*Arq.º Nac. "Governadores do Rio de Janeiro" Vol. n. 13, p. 46*).

O Governador encarregou ao Capitão-Mor da Vila de Parati providenciar para a rápida condução do engenho de cunhar ao seu destino. Depois de alguns meses, escreveu o mesmo ao Governador sôbre a impossibilidade que se oferecia à condução da máquina até Taubaté.

Em vista disso ordenou o Governador que enquanto não dava conta a El-Rei êle a pusesse em arrecadação em parte segura; o que foi feito, ficando o engenho naquela Vila.

O cunhador e guarda do cunho, Luís da Silva, voltara ao Rio de Janeiro, onde aguardava ordens de Sua Majestade. (*Arq.º Nac. "Governadores do Rio de Janeiro" Vol. n. 13 p. 154, Carta de 20 de agosto de 1703*).

A dificuldade encontrada em conduzir a máquina através de serras impraticáveis até a oficina de Taubaté, determinou a transferência desta para a Vila de Parati, onde ficara o pesado engenho.

É o que vamos ver na C. R. de 7 de fevereiro de 1704, que ordenou igualmente a criação da oficina de quintos de Santos, a extinção de tôdas as mais existentes na Capitania de São Paulo, bem como a abertura de uma Casa da mesma natureza junto à da Moeda do Rio de Janeiro, para quintar o ouro que viesse pelo caminho novo de Garcia Rodrigues Pais, então em construção.

Dizia a preciosa carta:

"Dom Álvaro da Silveira e Albuquerque EU El-Rei vos envio muito saüdar. Havendo visto o que escrevestes e o Provedor da Fazenda, sôbre as dificuldades que se ofereceram à condução da fábrica do cunho, que se mandou dêste Reino para servir na oficina da Casa dos quintos na Vila de Taubaté, assim pela falta que nela há de materiais para a fábrica da casa, como:

pela aspereza do caminho por ser uma serra incapaz de se vencer com o menor pêso, por cujos respeitos o deixara ficar em Paratí o Capitão-Mor, apontando ser mais conveniente ficar naquela vila o dito cunho e haver nela fábrica de casa de quintos e outra em Santos unicamente, por serem os dois sítios aonde de necessidade vêm parar todos os que vêm das Minas com ouro para se embarcarem para essa Cidade.

Fui servido resolver que o cunho que ia para Taubaté fique em Paratí e vá outro para a vila de Santos, e se extingam tôdas as mais oficinas, recolhendo-se os cunhos delas, e que nessa Cidade haja outra Casa de quintos a respeito do ouro que vier pelo caminho novo que abre Gracia Rodrigues Pais. E porque as duas Casas dos ditos quintos necessitam de Provedores de tôda a suposição. Hei por bem que Carlos Pedroso da Silveira que occupava em Taubaté o dito cargo o vá exercitar na oficina de Paratí e que para aquella Vila mandeis alguma infantaria para com ella conservar o respeito dos officiaes da officina, mandando pôr editais que tôdas as cargas que descerem a Paratí venham à Casa da officina para se examinar se trazem ouro, ou não, encarregando apertadamente ao Provedor mande dar busca nas lanchas que estiverem para partir se levam ouro furtado aos quintos; e o mesmo se praticará na Praça de Santos, encarregando ao Governador della o cuidado sôbre êste particular; com declaração que as cargas que não vierem em direitura à Alfândega incorrerão na pena de ser perdido tudo o que trouxerem e dois meses de cadeia, e degredados por três annos para a nossa Colônia do Sacramento, e que as sumacas em que se achar ouro por quintar nas buscas que se lhe mandarem dar, se queimarão e os Mestres dellas serão degredados seis annos para Angola e os donos pagarão na Cadeia seiscentos mil réis para as obras públicas dessa Cidade. E como desta Côrte foi Luis da Silva para cunhador com o cunho que ia para Taubaté, ordeno que elle passe com o mesmo

cunho a trabalhar com êle em Paratí, na mesma forma em que havia de estar em Taubaté. E para a oficina de Santos se manda fazer nesta Côrte outro engenho igual ao que há de servir em Paratí com o qual há de ir outro cunhador, e outro da mesma maneira para servir na oficina dessa Cidade de que vos aviso para que na forma referida façais executar esta minha resolução, mandando-a publicar nas partes necessárias para que chegue à notícia de todos o que por ela ordeno.

Escrita em Lisboa a 7 de fevereiro de 1704. Rei. Para o Governador do Rio de Janeiro". (*Arq.^o Nac. Cartas Régias, Provisões, Alvarás e Avisos*. L. 14, p. 110).

Transferida para Paratí, nunca mais houve oficina de quintos em Taubaté.

A de Paratí. Criada pela C. R. de 7 de fevereiro de 1704, pelos motivos acima apontados e constantes da mesma, em principios de 1705 ainda não estava instalada.

Seu primeiro Provedor, Carlos Pedroso da Silveira, fôra como vimos, transferido da Casa de Fundição de Taubaté, mas até meços de 1705 não havia assumido seu novo pôsto.

O Governador do Rio de Janeiro, D. Álvaro da Silveira, por Carta de 3 de fevereiro de 1705 acusa o recebimento de cartas de Carlos Pedroso e dá-lhe algumas instruções. Por essa correspondência se vê que ainda discutiam sôbre a nomeação do tesoureiro da oficina a quem caberia fazê-lo, se ao Superintendente ou à Câmara; e que o cunhador ainda no Rio de Janeiro iria na primeira lancha e muito brevemente uma esquadra de soldados, o que e não podia ser logo porque era necessário fardá-los primeiro. Em companhia do cunhador iriam determinações para govêrno do Provedor.

Anteriormente havia em Paratí Casa de Registo do Ouro, criada pela C. R. de 9 de maio de 1703. Os dois serviços ficariam funcionando em uma só casa, quando fôsse estabelecida a fundição, como se vê da C. R. de 4 de outubro de 1704:

"Declarando-vos que êste Registo se há de fazer assim em Santos como em Paratí na Casa que há nestas

duas partes de cunhos porque à vista de uns e outros oficiais se possa obrar com tôda a verdade nesta matéria e o livro do Registo deve estar nas mesmas casas dos cunhos”.

Sôbre a escolha do edifício em que se devia instalar a fundição, escrevera em 31 de agosto de 1704 o Governador do Rio de Janeiro aos Officiais da Câmara de Parati. Dessa carta vamos reproduzir os principais tópicos:

“Para êste efeito se conseguir é necessário que Vmes. elejam uma casa para nela se pôr a oficina à satisfação de Carlos Pedroso da Silveira que Sua Majestade nomeou para Provedor dela e daqui vai ordem para que com Vmes. se faça esta eleição, e os consertos de que necessitar por conta da fazenda real para melhor segurança do cunho, e também devem Vmes. mandar logo fazer um quartel de pau a pique coberto de sapé muito bem feito para recolhimento dos soldados que hei de mandar para essa terra, e êste tal há de ser feito junto da casa que há de servir dos quintos ou onde Carlos Pedroso apontar, por quem há de correr tôda esta administração, e também Vmes. devem eleger cômodo para o cunhador que daqui há de ir qualquer dai. Tanto que êste negócio estiver pôsto em execução logo será mais fácil de evitar-se os descaminhos que Vmes. me apontam na sua carta...”

Em 22 de outubro de 1709 foi mandada fechar juntamente com a de Santos, por se haver então resolvido, para melhor arrecadação dos quintos a existência de uma só casa de fundição no Rio de Janeiro junto à da moeda.

Então, como ainda hoje, também em política e administração o método experimental teve sua aplicação. O mesmo se tem verificado em tôda a história das sociedades humanas, principalmente nos países novos: avanços e recuos, práticas e soluções muitas vêzes antagônicas ou radicalmente opostas.

A fundição de Paratí não foi mais reaberta.

A de Santos, criada pela citada C. R. de 7 de fevereiro de 1704, com o material transferido da de São Paulo, nessa ocasião fechada como as demais existentes nas vilas de baixo, Iguape e Paranaguá.

Para a oficina de Santos deveria ter sido enviado um engenho de cunhar, com o respectivo cunhador, como se viu da mesma C. R. de 7 de fevereiro de 1704, que diz:

“E para a oficina de Santos se manda fazer nesta Côrte outro engenho igual ao que há de servir em Paratí, com o qual há de ir outro cunhador . . .”

Em Santos houve igualmente Casa de Registo do Ouro, criada pela C. R. de 9 de maio de 1703, que, como também verificamos, funcionaria juntamente com a dos quintos. Para o Registo do Ouro foi nomeado Estêvão Fr. Carneiro, pela C. R. de 4 de outubro de 1704.

A fundição de Santos foi fechada em virtude da Ordem de 22 de outubro de 1709, como já o dissemos, quando a administração resolveu fazer funcionar uma só casa de quintos no Rio de Janeiro

O pôrto de Santos e a região de Paratí, para onde se encaminhava o ouro das Minas Gerais, cuja produção ia em aumento, ficaram subordinados ao Govêrno do Rio de Janeiro. Santos continuou sob essa jurisdição até o fim do Govêrno do Conde de Bobadela. Paratí ficou definitivamente anexada à Capitania do Rio de Janeiro. (*Basílio de Magalhães, Docs. relativos ao "bandeirismo" paulista. . . in Rev. do Ins. Hist. e Geogr. de São Paulo 1913 p. 489*).

A de Guaratinguetá. Em começos do Século XVIII foi estabelecida uma Casa de quintos na Vila de Guaratinguetá, cuja data de fundação não nos foi possível encontrar. Foi extinta em fins de 1704, sendo seu material entregue a Carlos Pedroso da Silveira, empenhado no momento na mudança da fundição de Taubaté para Paratí.

Preço do ouro no Século XVII. O Regimento de 13 de agosto de 1679 de D. Rodrigo de Castel Blanco ordenava em seu art. 5.º que:

“nos ditos minerais que se descobrirem não valha a oitava de ouro mais que um cruzado, e o que se averiguar que a vendeu ou comprou por mais, será degredado para os Reinos de Angola por tempo de cinco anos, e os seus bens serão tomados para a Real Coroa; e depois de trazido o ouro à Casa do quinto e pagando a S. Alteza o que lhe toca, poderá vender pelo preço que quiser visto os descaminhos que tenho averiguado há em se não pagarem os quintos”.

Temos assim que a oitava do ouro em pó em 1679 valia 400 réis e a do ouro quintado variava de preço. Não há notícia de nenhuma barra de ouro desse período ter chegado até nossos dias.

NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS

Ao pequeno ciclo do ouro de aluvião do território paulista segue-se o grande ciclo do ouro de beta que teve por cenário as vastas regiões de Minas, Baía, Goiaz e Mato Grosso.

É certo que já nos meados do Século XVI, desde os tempos do primeiro Governador Geral, a ambição do ouro, da prata e pedras preciosas determinara a penetração do país na direção dos sertões pelos rios Doce, Caravelas, Belmonte e outras mais. Mencionam os cronistas diversas entradas que resultaram infrutíferas quanto ao descobrimento de metais, mas que serviram para o conhecimento do país.

No transcurso do século seguinte realizaram-se diversas bandeiras que partiram de São Paulo em demanda do território mineiro. Dessas a primeira foi chefiada por André de Leão e dela fez parte um flamengo Wilhelm Joost ten Glimmer que da mesma forneceu o roteiro a Piso e Marcgraff por intermédio de João de Laet. Foi empreendida por ordem de D. Francisco de Sousa.

Do itinerário dessa bandeira, cuja restituição deve-se a Orville Derby, dá Basílio de Magalhães o seguinte resumo: “Tendo partido de São Paulo, acompanhando o curso do Tieté, passou a bandeira para um afluente do Paraíba, navegou este rio até à sua

secção encachoeirada, galgou a Mantiqueira, atravessou diversos rios pertencentes ao sistema platino (vale do alto rio Grande) e foi ter às cabeceiras do São Francisco, identificando com o Sabarabuçu uma serra que é provavelmente a de Pitangui. Esta identificação de certo resultou da ordem expressa que a leva recebeu do governador geral, pois êste tendo-lhe manifestado um brasileiro (é Glimmer quem isto afirma) um certo metal de que se extraíra abundante prata pura, tirada dos montes *Sabaroason* fascinado pela amostra, deliberou, logo que chegara a São Paulo mandar descobrir os tais montes e explorar as tais minas, e daí a entrada de André de Leão, com 70 ou 80 homens”.

“A viagem durou ao todo nove meses, consoante com o relato de Glimmer, donde se infere que em fins de abril de 1602 estava de retôrno a São Paulo, aí, portanto alcançando o governador que a despachara”. (*Basílio de Magalhães, Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, 2.^a ed. págs. 87-88).

Nulos foram igualmente os resultados dessa primeira penetração realizada pelos paulistas em território mineiro em busca de metais. O seu traçado, porém, ficou indicando o caminho que setenta e três anos mais tarde seria trilhado por Fernão Dias Pais.

Houve, como se vê, uma grande interrupção nessas levadas que demandavam o território das Gerais, partindo do setor paulista. É que as atividades estiveram voltadas para outros quadrantes e aplicadas em outros objetivos.

Vejamos a de Fernão Dias que reencetou essas penetrações em procura de minerais, cujos descobrimentos vão culminar com a ação dos Taubateanos na última década do século, iniciando o grande ciclo do ouro.

Fernão Dias desde cedo atirou-se à vida das bandeiras que dirigiu mais especialmente do ano de 1659 em diante. O itinerário da famosa expedição vamos buscá-lo ainda ao ilustre Basílio de Magalhães, que tão atiladamente sabe joeirar os relatos de cronistas e historiadores e em cada caso dizer qual o preferível nesses intrincados assuntos de bandeirismo e questões conexas:

“Destas diversas bandeiras, conglomeradas e resumidas pela “Informação” de Taques, deixamos intencionalmente para o fim a mais célebre, a de Fernão Dias Pais o qual, apesar de velho,

avezado aos sertões, tomando para seu imediato a Matias Cardoso de Almeida e levando em sua companhia, além de outros paulistas e grande número de índios, a seu gênro Manuel de Borba Gato, ao filho legítimo Garcia Rodrigues Pais e ao bastardo José Pais, partiu de São Paulo para o interior à caça de esmeraldas, em 21 de julho de 1674.

Não nos deteremos em esmiüçar os sucessos desta trágica porfia, que durou não menos de sete anos...

Até às cabeceiras do rio das Velhas seguiu a leva o caminho trilhado em 1601 por André de Leão, diferenciando-se, contudo, da entrada dêste num ponto capital, que foi o plantio de roças nos seus forçados e longos pousos (*Vituruna, Paraopeba, Sumidouro do Rio das Velhas, Roça Grande, Tucambira, Esmeraldas, Mato-das-Pedreiras e Serra Fria*), consoante com um escrito de um neto de Fernão Dias, reproduzido por Southey, fixando assim definitivamente as escalas da rota, beneficiando-a para as bandeiras posteriores e, afinal iniciando o povoamento da região devassada. Saindo das nascentes do rio das Velhas, a leva rumou para o norte, como indicam os nomes dos derradeiros pousos, buscando sucessivamente a serra de Itacambira, atravessando o vale do Jequitinhonha e subindo o afluente do Araçuaí, atingindo dêsse modo, em arremetida extrema à lagoa de Vupabuçú e ao Serro Frio. A volta foi rápida, porque o chefe e grande parte da sua gente estavam atacados de maleitas, vindo Fernão Dias Pais a morrer no Sumidouro, à margem do rio das Velhas, em 1681, trazendo as pedras verdes que colhera tão longe e supunha fôsem esmeraldas verdadeiras".

A importância da expedição de Fernão Dias foi ainda, como se depreende do relato acima, quanto ao lado corográfico, por ter explorado uma zona mais ampla do território pátrio, nada obtendo em relação às riquezas minerais que tinha em vista, pois as supostas esmeraldas eram turmalinas verdes. A zona percorrida, porém, encerrava, na frase de um sábio estrangeiro, o coração de ouro do Brasil oculto em seu peito de ferro. E a atividade ulterior de três elementos dessa importante leva vai contribuir eficazmente para desvendar as preciosas jazidas auríferas do nosso planalto central.

“Três sertanistas, diz Calógeras, que a acompanharam entretanto, estabelecem o contacto com o período das pesquisas do ouro: Matias Cardoso, pelo estabelecimento franco da estrada que ligou as minas aos currais de gado do S. Francisco, na Baía; Borba Gato, cujo nome está indissolúvelmente unido ao devassamento da zona do rio das Velhas; e Garcia Rodrigues Pais, a quem se deve a abertura da via de comunicação mais rápida das minas com o Rio de Janeiro”.

Garcia Rodrigues Pais, por Provisão de 23 de dezembro de 1683, foi nomeado “Capitão-mor da entrada e descobrimento e administração das minas de esmeraldas que descobriu”.

“A Carta Régia de 19 de novembro de 1697, não só patenteia o zelo com que se houve em tal diligência, como também regista a insinuação de ter sido “o primeiro que descobriu o ouro de lavagem dos Ribeiros que correm para a Serra de Serababuçu (sic)”. D. Pedro II mandava por isso ao Governador do Rio provê-lo na administração das minas descobertas”. (*Basílio de Magalhães. Op. cit.* 154).

Esses descobrimentos de Garcia são anteriores a 1693. Quanto a Manuel de Borba Gato, outro elemento de relêvo da bandeira de Fernão Dias, vamos encontrá-lo mencionado no roteiro da “jornada que o Padre João de Faria Fialho, seu cunhado Antônio Gonçalves Viana, o capitão Manuel de Borba e Pedro de Avos fizeram além da Mantiqueira, achando nos taboleiros dos rios Grande, das Mortes e Sapucaí corridos auríferos, dos quais foram exibidos amostras, conforme a carta de Bento Correia de Sousa Coutinho, de 29 de julho de 1694”. (*Basílio de Magalhães. Op. cit.* 155).

Esta bandeira do Padre Faria teve lugar em 1693, e o mencionado “Capitão Manuel de Borba” não é outro senão Manuel de Borba Gato no pensar de Basílio.

No mesmo ano de 1693, ou pouco antes, depara-se, nos autores que versam o assunto, com a notícia de uma bandeira dirigida por Antônio Rodrigues Arzão, filho de Taubaté, que em companhia de Carlos Pedroso da Silveira, explora a região dos Cataguazes. Arzão, saindo da vila natal à frente de 50 homens

para cativar índios, foi parar no sertão do rio da Casca, onde achou cascalhos auríferos; assaltado pelos índios da região, esgotadas as munições de guerra e de bôca dirigiu-se para o Espírito Santo, onde o acolhem o capitão-mr de Vitória, Jão de Velasco Molina, o qual das três oitavas de ouro, apuradas dentre as amostras trazidas pelo bandeirante mandou fazer duas memórias (anéis), guardando uma para si e dando a outra ao descobridor.

Arzão, diante das dificuldades surgidas para o prosseguimento de suas explorações, regressou a Taubaté, onde faleceu pouco depois. Deixou, porém, a seu cunhado Bartolomeu Bueno de Siqueira, o roteiro e as indicações necessárias para se realizar com êxito uma segunda expedição.

Logo após, em meados de 1694, Bartolomeu Bueno e Carlos Pedroso da Silveira, seguindo os roteiros de Arzão, continuaram nas explorações, descobrindo ouro na serra de Itaverava, e depois chegaram até a margem do rio das Velhas, donde retornaram àquela serra. Do ouro encontrado trouxe Carlos Pedroso para o manifesto legal amostras ao Rio de Janeiro, entregando-as ao Governador Sebastião de Castro Caldas, cujo Govêrno foi de 19 de abril de 1695 a 1.º de abril de 1697.

Ambos, o Governador e o sertanista, em 16 de junho de 1695 escreveram a D. Pedro II dando notícia dos descobertos da região dos Cataguazes.

Castro Caldas pouco depois (ignora-se a data exata) criou em Taubaté, centro donde partiam e para onde tornavam os descobridores, uma Casa de fundição para a arrecadação dos quintos nomeando em 12 de dezembro de 1695 Provedor da mesma a Carlos Pedroso da Silveira, em recompensa aos seus relevantes serviços. Não foram providos os demais cargos da oficina.

Para Guarda-mor das minas nomeou a José de Camargo Pimentel, tendo sido igualmente distinguido com outro cargo Bartolomeu Bueno de Siqueira.

As pesquisas prosseguem nos anos seguintes, e mesmo simultaneamente com as já mencionadas realizaram-se outras. Muitas descobertas não foram registadas pelos cronistas, constam, porém, de documentos oficiais.

Artur de Sá e Meneses, cujo governo se iniciou em 2 de abril de 1697, em carta de 29 de abril do ano seguinte, dirigida a D. Pedro II, dizia que as

“Minas de Taubaté são as chamadas dos Cataguazes, que distam de Taubaté mais de cem léguas; continuamente se vão descobrindo novos ribeiros de grande valimento, como já tenho dado conta a V. Majestade... o ouro é excelentíssimo, e dizem os ourives que é de vinte e três quilates...” (*Apud Basílio de Magalhães Op. cit.* 162).

Não poderemos para aqui trasladar tôdas as notícias constantes dos autores que escreveram sôbre bandeiras e descobrimentos auríferos no território de Minas no final do Século XVII e na primeira década do seguinte. Indicaremos sinteticamente as principais.

Em 16 de julho de 1696 o Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça realizou o descobrimento das jazidas do *Ribeirão do Carmo* (hoje Mariana).

Em 1698 Bernardo Mendes da Silva foi nomeado superintendente da mina de *Vituruna* (Ibituruna).

A 24 de junho do mesmo ano, segundo Diogo de Vasconcelos, ou 1699 segundo outros, uma bandeira taubateana, chefiada por Antônio Dias de Oliveira, descobriu as minas de *Ouro Preto*, assim denominadas pelo fato do ouro das mesmas ser naturalmente ligado de paládio.

Em 1699 a mais importante foi a do Padre João de Faria Fialho, capelão e guia da leva em que foram entre outros os paulistas Francisco e Antônio da Silva Bueno, Tomaz e João Lopes de Camargo.

Esta expedição completou os descobrimentos do Ouro Preto.

Pouco depois João Lopes de Lima realizou novos descobertos auríferos em *Ribeirão do Carmo*.

Volta à tona o nome de Manuel de Borba Gato, nomeado a 15 de outubro de 1698 “tenente general na jornada do descobrimento da prata de Sabarabussú” pelo Governador e Capitão general da Repartição do Sul Artur de Sé e Meneses.

Borba Gato partiu logo a desempenhar-se da official incumbência, mas não havendo lóbrigado vestígios de prata, descobriu contudo boas amostras de ouro, as quais levou ao Governador, que se achava em São Paulo, no comêço de 1700.

Retornou o sertanista à região do Rio das Velhas, onde descobriu as ricas jazidas de ouro do Sabará, encerrando frutuosa-mente o século.

No comêço da centúria seguinte foram descobertas as minas de *Itacambira*, providas de autoridades desde 1701, as de *Lavras-Novas* ou *Ribeirão dos Prazeres*, as de *Piranga*, em 1704; as *Minas-Novas de Arassuaí*; as de *Caxambú*, em 1703, as de *Itajubá* e as do *Rio das Mortes* de 1702-1704, compreendendo as que se descobriram onde se ergueram depois as vilas de São João e de São José d'El-Rei.

A essas preciosas lavras de *Cataguazes*, *Rio das Mortes*, *Rio das Velhas*, *Sabará*, *Ribeirão do Carmo*, *Ouro Preto*, *Caeté*, *Serro-Frio* etc., foi dada a denominação de *Minas Gerais*.

A administração das mesmas teve princípio em 1700 com Artur de Sá e Meneses Governador General do Rio de Janeiro, cuja jurisdição compreendia as terras de Minas e São Paulo.

Elaborou o ativo Governador o Regimento de 3 de março de 1700 em 29 artigos sôbre a administração das minas, regulando a medição e divisão das datas, determinando as funções dos Guardas-mores e menores em relação aos descobridores e mineradores, estabelecendo medidas acauteladoras da arrecadação dos quintos e da boa ordem nas lavras.

Por portaria de 18 de abril do mesmo ano ordenou a cobrança do quinto do ouro em pó, nomeou superintendente, escrivão e tesoureiro e estabeleceu registos nas estradas do Rio, São Paulo, Baía e Pernambuco, proibindo que o ouro fôsse exportado sem as respectivas guias.

Em fins de 1700 visitou pela primeira vez os sertões mineiros, aos quais voltou para um exame mais demorado nos últimos dias do ano seguinte, onde determinou e pôs em prática sábias medidas administrativas.

Por Carta Régia de 25 de dezembro de 1700 foi concedida a Artur de Sá e Meneses ampla jurisdição sobre as Minas, ficando subordinado diretamente ao Soberano.

A Metrópole proibiu toda e qualquer comunicação pelos sertões entre as Minas e as Capitanias da Baía e Pernambuco, para mais facilmente se evitar o descaminho dos quintos (*C. R. de 7 de fevereiro de 1701*).

Durante sua permanência nos diversos distritos de mineração, realizou Artur de Sá várias nomeações necessárias à organização dos serviços, para os cargos de procuradores da Fazenda, guardas-mores, escrivães etc. Entre essas provisões destaca-se uma referente ao cargo de escrivão da Oficina Real dos Quintos do Rio das Velhas, no qual foi provido José de Seixas (*Prov. de 17 de abril de 1701*). Onde se verifica que houve uma oficina de quintos no distrito do Rio das Velhas, em começos do Século XVIII.

No governo da Repartição do sul foi Artur de Sá e Meneses substituído em 15 de julho de 1702 por D. Álvaro da Silveira e Albuquerque, igualmente muito esforçado na organização das Minas. Já no seu governo entrou em execução o Regimento de 17 de abril de 1702, elaborado na Metrópole para as Minas de ouro do Brasil. Foi registado no Rio de Janeiro nos livros da Fazenda Real em 22 de julho do mesmo ano. Em substância é o mesmo de 3 de março de 1700 com melhor redação.

Em 3 de novembro de 1709 criou D. João V a Capitania de "São Paulo e Minas do Ouro", separada da jurisdição do Rio de Janeiro.

Foi seu primeiro governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho.

Em 1720 foi Minas desmembrada de São Paulo, constituindo uma Capitania à parte.

"A história de Minas, diz Felício dos Santos, nos primeiros tempos, depois do descobrimento das lavras auríferas, quase que só consiste nas variações das ordens sobre a maneira de tributar o ouro em benefício da fazenda real, e na resistência e relutância que faziam os mineiros, com mais ou menos sucesso, ao vxeame e

severidade com que eram executadas. O governo não tinha um sistema determinado, variando constantemente entre a capitação e o quinto, ou da circulação livre do ouro em pó ou convertido em barra nas casas de fundição..." (J. F. dos Santos "*Memórias do Distrito Diamantino*", 2.^a ed. 1924, p. 8).

Assim, para a tributação do ouro houve os seguintes sistemas fiscais na Capitania.

I — Cobrança do quinto do ouro em pó, sem fundi-lo, 1700-1713, só podendo ser exportado mediante a apresentação da respectiva guia do imposto pago.

II — Sistema de convênios, obrigando-se as comarcas mineiras a contribuir com uma quota anual fixa, tendo havido os seguintes:

de 30 arrobas de 1714 (20 de março) a 1718 (julho);
de 25 arrobas de 1718 (22 de julho) a 1722 (julho);
de 37 arrobas de 1722 (25 de outubro) a 1725 (janeiro).

Por êsse sistema de convênios podia o ouro em pó sair livremente dos distritos mineiros.

III — Sistema da fundição do ouro em barras. Funcionou de fevereiro de 1725 a 24 de maio de 1735, só podendo ser exportado o ouro reduzido a barra, mediante o pagamento do quinto, realizado no ato da fundição.

IV — Sistema da Capitação, 1735 (1 de julho) a 1751 (31 de julho).

"Pelo sistema de capitação foi abolido o imposto do quinto e se proibiu o uso da moeda, ficando livre o uso do ouro em pó, que podia ser exportado para fora da Capitania aos portos do mar, e fôsse até Lisboa; todo o morador de minas pagaria, fôsse ou não mineiro, quatro oitavas e três quartos de ouro por cada escravo que possuísse, o mesmo pagariam por si os forros e todo oficial de qualquer ofício; as lojas, boticas e côrtes grandes foram tributados com vinte e quatro oitavas; as lojas, boticas, côrtes medianos e vendas administradas por cativeiros, com dezestis oitavas; as lojas, boticas e côrtes pequenos e os mascates com oito oitavas.

Só forão isentos as crianças menores de quatorze annos e os escravos do serviço dos officiaes, ministros e eclessiásticos.

A cobrança da capitação teve principio de 1 de julho de 1735 e foi até 31 de Julho de 1751, quando se estabeleceu novamente o imposto do quinto". (J. F. dos Santos. *Op. cit.* 91).

V — Sistema da fundição em barras, restabelecido em agosto de 1751 e perdurando até 1832.

VALOR DO OURO EM PÓ E EM BARRA

O valor do ouro em pó na Capitania de Minas variou conforme o sistema de tributação aplicado.

Assim de 1700 a 1713 valia a oitava do ouro em pó 1\$500. O quinto era deduzido do mesmo ouro em pó, que continuava em circulação, podendo ser exportado mediante a apresentação da guia do imposto pago.

Durante o periodo dos *convênios*, de 1714 a 31 de janeiro de 1725, pelos quais as Câmaras se obrigavam a entrar com uma determinada quota anual, o valor do ouro em pó conservou-se o mesmo, 1\$500 por oitava, podendo sair livremente dos distritos mineiros.

De 1 de fevereiro de 1725 até 24 de maio de 1730, no periodo das Casas de fundição, o ouro em pó valia 1\$200 a oitava, por estar sujeito ao quinto, e do ouro reduzido a barra ou quintado, a oitava valia 1\$500.

De 25 de maio de 1730 até 4 de setembro de 1732, tendo o Governador reduzido o quinto a 12% o ouro em pó subiu a 1\$300, que com os 12% perfaziam o valor em barra, isto é, 1\$500 a oitava. Não tendo sido porém aprovada pelo Rei a redução proposta pelo Governador restabeleceu-se o quinto ou impôsto de 20%.

Assim, de 5 de setembro de 1732 a 30 de junho de 1735 a oitava do ouro em pó baixou novamente a 1\$200.

No periodo do sistema da capitação, isto é, de 1 de julho de 1735 a 31 de julho de 1751, o ouro em pó circulou livremente subindo o seu avlor a 1\$500, como no sistema dos convênios.

Do 1 de agosto de 1751 em diante, sendo novamente restabelecidas as Casas de fundição, voltou a oitava do ouro em pó a 1\$200, valendo o quintado em barra, 1\$500 a oitava, quando de 22 quilates, variando o valor conforme o título (*Exchwege, Pluto Brasiliensis, trad. de Rod. Jacob, 294 e J. F. dos Santos, Op. cit. 29*).

CASAS DE FUNDIÇÃO NA CAPITANIA DE MINAS

A cobrança dos quintos pelo sistema das Casas de fundição foi em Minas Gerais mandada aplicar pela lei de 11 de fevereiro de 1719 em substituição ao sistema dos convênios.

Êsses, porém, continuaram, como vimos, até 1725.

A mencionada lei mandou que se construísse uma ou mais casas, em que se fundisse e reduzisse a barras todo o ouro extraído nas comarcas mineiras, proibiu que saísse da Capitania o ouro em pó, podendo êste sòmente correr dentro de Minas para as necessidades do comércio e mais transações de compra e venda, tendo o valor de dez tostões por oitava. O ouro fundido em barras podia correr no valor de quatorze tostões por oitava, na razão de vinte e dois quilates. (1).

Na ocasião da fundição devia se deduzir o quinto da fazenda real. Quem conduzisse ouro em pó para fora de Minas, incorreria na pena da perda do ouro, confisco de todos os bens e degredo por dez anos para a Índia.

Ao denunciante do delito cabia metade dos bens confiscados, sendo-lhe perdoada a pena caso fôsse cúmplice.

Para se evitar falsificação nas barras ordenou-se que elas fôsem cunhadas nas pontas pela parte superior com o sêlo das armas reais e pela inferior com uma esfera armilar, declarando-se no meio da barra o pêso e o quilate do ouro e o ano da fundição.

O Governador D. Pedro de Almeida Portugal em 16 de junho do mesmo ano de 1719 convocou uma reunião dos Procuradores

1) Os preços do ouro, ao serem adotadas mais tarde as Casas de fundição, foram, como já vimos: 1\$200 a oit. do ouro em pó, não quintado; e 1\$500 a oit. do fundido em barra ou quintado.

de Vila-Rica, Sabará e S. João d'El-Rei para deliberarem sobre a execução da lei de 11 de fevereiro.

Nessa reunião ficou assentada a criação de uma casa de fundição em cada uma daquelas Vilas, bem como na Vila do Príncipe, e que a lei entraria em vigor a 23 de julho do ano seguinte, devendo ser anunciada a 18 do próximo mês de julho.

Nessa data foi publicado o Bando do Governador anunciando a criação das quatro casas de fundição.

Não sendo essas, porém, as providências esperadas pelo povo oprimido pelas exigências do fisco, ao se tentar o entabolamento das projetadas casas do quinto, houve sérias perturbações em diversos pontos de Minas, que culminaram no motim de Vila Rica, na noite de 28 de junho de 1720.

O Governador, que se houve durante os acontecimentos com muita fraqueza, foi forçado a aceitar 15 condições impostas pelo povo de Vila Rica reduzidas a termo, entre as quais o perdão para os amotinados e a de não consentir na Casa de fundição e cunho da moeda (*Térmo de 2 de julho de 1720*).

Por Bando de 10 do mesmo mês e ano o Governador ratifica o perdão concedido aos sediciosos de Vila Rica e Vila do Carmo e promete não mais tratar do estabelecimento das Casas de fundição e da moeda.

Uma vez, porém, depostas as armas, o Governador, sob o pretexto de que continuavam a amotinar o povo, mandou prender e justicar os cabeças do motim.

O impôsto sobre o ouro minerado continuou a ser cobrado pelo sistema dos ajustes.

Em 1722 D. Lourenço de Almeida, sucessor do Conde de Assumar no govêrno de Minas, tentou novamente o estabelecimento das casas de fundição, convocando para isso os ministros, procuradores das câmaras e pessoas da nobreza para tratar do assunto.

Êstes ponderaram que as casas de fundição tinham sido a principal causa das perturbações havidas na Capitania, e que ainda não era oportuna a sua instalação para se evitarem desordens. Ofereciam então a S. Majestade mais doze arrobas de ouro para a satisfação dos quintos.

O Governador aceitou a oferta. Mas em 15 de janeiro de 1724 convocou novamente os procuradores das Câmaras e mostrou-lhes ordens terminantes do Rei para que estabelecessem as casas de fundição, declarou-lhes que não lhes ia pedir conselho sobre a execução delas, mas que somente queria os pareceres sobre o modo porque as mesmas se poderiam cumprir com mais acêrto.

Foi então adotado o sistema da fundição do ouro, começando a Casa de *Vila Rica* a quintar no dia 1 de fevereiro de 1725.

Ficou anexa à Casa da Moeda, igualmente inaugurada na mesma ocasião.

Extinta a Casa monetária em 24 de março de 1734, continuou a dos quintos até 1832, tendo estado fechada durante o período do impôsto de Capitação, de 1 de julho de 1735 a 31 de julho de 1751.

As outras casas de fundição da Capitania são de criação posterior.

D. José, após um estudo concienzoso do assunto, baixou o Alvará de 3 de dezembro de 1750 e o Regimento das Intendências e Casas de Fundição de 4 de março de 1751.

Dizia o monarca no preâmbulo da nova lei que havendo encarregado algumas pessoas do seu Conselho de examinarem os 12 métodos de arrecadação dos quintos adotados desde 1688, se achou que o mais conforme às circunstâncias do tempo e às suas Reais intenções foi o que os Procuradores dos povos das Minas propuseram e ofereceram em 24 de março de 1734 ao Conde das Galvêas André de Melo, e que portanto "hei por bem anular, cassar e abolir a dita Capitação, para que cesse inteira e absolutamente desde que a lei fôr publicada nas cabeças de Comarca de Minas, onde será feita a sua publicação logo que a elas chegar, sem demora alguma. E Sou servido excitar e restabelecer o dito método proposto pelos referidos povos em 24 de março de 1734 reintegrando-o ao mesmo estado, em que se achava quando foi suspenso pela Capitação, confirmando-o com a Minha Autoridade Régia, estabelecendo-o por esta Lei geral, modificado contudo em beneficio dos mesmos povos, que o ofereceram, pela maneira que será expressa nos Capítulos seguintes".

No Cap. 2.º estabelece que:

“em cada uma das cabeças de Comarca das Minas do Brasil, se fabricará e estabelecerá logo à custa da Minha Real Fazenda uma Casa, na qual se haja de fundir o Ouro extraído das mesmas Minas”, e que “naquelas Casas se reduzirá todo o Ouro bruto a barras marcadas com as marcas dos respectivos lugares, ou casas, onde se fizer a fundição, das quais não poderão sair ainda assim as barras, se não com guias, que legitimem as suas marcas, fazendo constar que não são falsas”.

O Cap. 4.º declara:

“porque dentro das Minas, se pode cômodamente fazer o comércio em grosso com barras aprovadas na forma acima referida; e se pode fazer grande parte do comércio por miúdo com ouro em pó, reduzido aos diversos pesos pequenos e às diversas denominações com que os mesmos pesos correm ali atualmente, segundo os seus respectivos valores: Ordeno que daqui em diante não corram dentro das Minas moeda alguma de ouro, nem ainda até o valor de 800 réis, sob pena de serem reputadas por falsas as tais moedas, e de ficarem sujeitas às penas irrogadas por direito, contra os fabricantes de moeda falsa aquêles em cujas mãos forem achadas tais moedas de ouro, depois de passado o termo preciso e peremptório de seis meses, que estabeleço para a extração de todo o dinheiro de Ouro, que se achar dentro dos territórios das referidas Minas ao tempo da publicação desta Lei. Para a outra parte do comércio por miúdo que é inferior aos pesos pequenos de Ouro: Ordeno que em todos os ditos territórios possa correr, e com efeito corra moeda Provincial de prata, e de cobre que para êste efeito será cunhada nas Casas da Baía e do Rio de Janeiro, nas competentes quantidades, que os respectivos Govs. das Minas, ouvindo os Procuradores dos Povos delas, avisarem que lhes é necessária para a maior facilidade do comércio interior dos mesmos povos.

Para que estas providências sirvam também à comodidade dos passageiros sem contudo se deixar lugar a se fazerem fraudes: Ordeno que tãda a pessoa, de qualquer qualidade, e condição que seja, que houver de sair dos territórios das Minas para fora, querendo levar Ouro em pó, seja obrigada apresentar-se na Casa de Fundição perante o Intendente e Fiscal, declarando-lhes a jornada, a que se dirige, e a comitiva de gente e bagagem que leva; à vista de cuja declaração os referidos Ministros taxarão a cada um dos ditos Viandantes a competente quantidade de Ouro em pó, que racionalmente lhes parecer necessário para as despesas da dita jornada, aonde não puder chegar a moeda Provincial de prata e cobre, cuja introdução e extração ficarão sempre livres. E porque alguns dos Viandantes, que vierem de fora para entrar nos territórios das Minas, poderão não trazer nem Ouro em pó, nem moeda Provincial de prata ou cobre para a sua passagem; Ordeno que os Fiéis das Casas da Fundição, que estiverem nos lugares, onde os Contratadores dos Caminhos teem Registos, recebendo o Manifesto do dinheiro proibido que trouxerem os ditos Viandantes, lho permutem logo em moeda Provincial e em Ouro em pó, para que assim continuem os mesmos Viandantes a sua jornada sem perigo, ou incomodidade”.

Cap. 5.º

“Estabeleço que todo o ouro, ou seja em barra, ou em pó, ou o que vulgarmente se chama folheta, corra daqui em diante dentro das Minas, e fora delas, pelo justo valor que tiver segundo o seu toque, sem alguma diferença. Para cujo efeito hei por derogada a Lei de 11 de fevereiro de 1719, com tãdas as mais Constituições, que a esta se acharem contrárias”.

O Cap. 6.º

Proíbe a saída do território das Minas do “Ouro em pó ou em barra que não seja fundido nas Casas Reais de Fundição, e que não seja aprovada por legítimas guias”.

Para o funcionamento das Intendências e Casas de Fundição mandadas estabelecer no Brasil pela citada Lei de 3 de dezembro de 1750, baixou D. José o Regimento de 4 de março de 1751, o qual em seu Capítulo 1.º declara que “não tendo ficado bem claro o sentido do parágrafo 3, Capítulo 4.º da Lei, sob pretexto algum e nem em qualquer quantidade se possa extrair Ouro em pó dos Respectiveos Registos para fora, mandando-se que nos mesmos haja moedas de Ouro necessárias para os Viandantes poderem trocar o que lhes fôr necessário para o seu caminho.

O Capítulo 2.º estabelece o quadro de funcionários das Casas de fundição: um Intendente, um Fiscal, um Meirinho e seu Escrivão, um Tesoureiro, um Escrivão da Receita, um Escrivão da Intendência, um Escrivão das fundições, dois Fundidores, ou um com o seu Ajudante, um Ensaizador com o seu Ajudante.

Do 3.º ao 11.º Capítulos discrimina o Regimento as funções de cada um dos mencionados serventuários.

O Capítulo 12.º ensina como receber das partes o ouro em pó, sua pesagem, fundição em barra e a competente escrituração das Guias impressas, que serão remetidas anualmente pelo Conselho Ultramarino.

O instrumental e os fundidores e ensaiadores destinados às novas oficinas não se fizeram esperar muito.

Por Ofício de 21 de março de 1751, o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real comunica ao Governador Gomes Freire de Andrade a remessa de instrumentos necessários ao estabelecimento das Casas de fundição, bem como do Regimento de 4 daquêlê mês e dos fundidores e ensaiadores para as oficinas de *Vila Rica*, *Sabará*, *Serro Frio* e *Rio das Mortes*.

O mesmo Ofício referia-se igualmente às Casas de fundição de São Paulo, Goiaz e Cuiabá.

Gomes Freire, por Bando de 8 de junho do mesmo ano, mandou publicar o Alvará de 3 de dezembro de 1750 que restabeleceu as Casas de fundição, cujos trabalhos deveriam ter comêço a 1.º de julho seguinte. Êsses, porém, só começaram em 1.º de agosto.

Dessas quatro principais casas de fundição da Capitania de Minas, a de *Sabará* foi extinta em 1833, as de *Vila Rica* e *Serro*



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3

BARRAS DE OURO

Fig. 1 — Reinado de D. Maria I. e D. Pedro II 1784, Casa de Fundição de Mato Grosso.

Fig. 2 — D. Maria I. 1801, Casa de Sabará.

Fig. 3 — Período de D. João P. Regente. 1804, Casa da Vila Rica.

(Col. do M. H. N.)

Frio trabalharam até 1832 e a do *Rio das Mortes* não foi além de 1818, mau grado algumas opiniões em contrário.

Além dessas oficinas de quinto, houve ainda:

A do *Tijuco*. Por ordem de 20 de março de 1751, determinou Gomes Freire de Andrade a abertura de uma casa de fundição em Tijuco, fazendo para ali levar os instrumentos necessários.

Pouco depois, em maio do mesmo ano, propôs o Governador à Câmara da *Vila do Príncipe* (Serro Frio) a transferência da mesma para essa vila, por ficarem unidas as Intendências do ouro e dos diamantes no que foi atendido.

Em carta de 21 de maio do mesmo ano deu Gomes Freire ao Soberano notícia da transferência realizada. El-Rei em resposta faz saber que foi servido aprovar a mudança (P. R. de 6 de março de 1752).

A de *Paracatú*, criada igualmente em 1751.

Em 1753 era seu Intendente Manuel Isidoro da Silva. O ouro de Paracatú, diz Eschwege, "tinha um bonito aspecto, mas era de pequeno toque", o que motivou não ser aceito nos cofres reais, com grande prejuízo para os mineiros da região. Êstes reclamaram. Para solucionar o caso foi expedida a Carta Régia de 16 de dezembro de 1755, na qual se ordenou fôsse aceito também nos cofres reais o ouro daquela procedência.

Ignora-se a data da extinção da oficina de Paracatú.

A de *Arassuaí*, criada por Provisão de 13 de maio de 1726 e Carta Régia de 5 de janeiro de 1728, foi aberta nesse mesmo ano, e suspensa durante o impôsto de Capitação.

Foi restabelecida em 1755 com o pessoal da de Jacobina para ali transferido de acôrdo com a Portaria de 15 de fevereiro e Edital de 2 de junho do mesmo ano.

Houve igualmente casa de fundição no então *Arraial da Campanha do Rio Verde*, conforme se vê de uma portaria do Visconde de Barbacena, de 10 de maio de 1793, referente ao "edifício que antigamente servia de casa de fundição e intendência, pôsto que bastante deteriorado, se faz preciso que informeis... etc."

NA CAPITANIA DA BAÍA

Já nos referimos sinteticamente às infrutíferas penetrações realizadas do litoral baiano para o sertão mineiro na segunda metade do Século XVI em busca de ouro, prata e pedras preciosas.

Em território propriamente baiano, já no último quartel da mesma centúria, consignam os historiadores a notícia da entrada de Sebastião Álvares que de Pôrto Seguro foi mandado explorar o Rio São Francisco, no que consumiu quatro anos. Vemos ainda a expedição de João Coelho de Sousa, irmão do historiador Gabriel Soares de Sousa, que penetrou mais de cem léguas além da cachoeira de Paulo Afonso. João Coelho, depois de três anos de árduos labores, não podendo levar a têrmo o seu *desideratum*, legou as indicações de suas pesquisas ao irmão, a quem recomendou pedisse auxílio ao Soberano, pois as riquezas por êle vistas nos sertões brasileiros bastariam para tornar a coroa de Espanha a mais rica do mundo.

Gabriel Soares partiu para Madrid em agosto de 1584, afim de entregar a Cristóvão de Moura o relatório que escrevera sobre os recursos econômicos do Brasil e obter os meios de que precisava para executar o plano que formulara sobre a descoberta dos pressentidos tesouros.

Conseguiu, depois de inevitável demora, a patente régia de Capitão-mor e Governador da Conquista e descobrimento do Rio São Francisco, alvarás de honras e mercês, além de ajuda material para a emprêsa.

Fez-se de volta Soares para o Brasil em 7 de abril de 1590, trazendo 364 pessoas, inclusive quatro frades carmelitas, na urca flamenga *Griço Dourado*, que dois meses depois naufragava na enseada do Vasa-barris, no litoral sergipano. Perdeu-se tãda a carga do navio, mas a gente tãda salva, marchou por terra para a Baía, onde o Governador D. Francisco de Sousa, cumprindo ordens régias chegadas entã da Cõrte, reforçou a expedição com 200 índios enquanto Gabriel Soares refazia os provimentos necessários à numerosa leva.

“Em maio de 1592, partiram da Baía os exploradores. Chegando à serra do Garirú (Quarerú) levantaram um forte, pois que a provisão real determinara tal medida, de 50 em 50 léguas pelo menos; atingindo a essa distância pela segunda vez, já nas cabeceiras do Paraguaçu, nas proximidades do ponto a que poucos anos atrás havia chegado João Coelho de Sousa, nova fortaleza foi erguida. Ai morreu Gabriel Soares, a quem o impaludismo alquebrara as fôrças, seguido na sepultura pelo índio Arací, guia do bando. Informado dessas perdas D. Francisco de Sousa, em lugar de atender o pedido de reforços, feito por Julião da Costa, que assumira o comando da leva e queria prosseguir as diligências ordenou-lhe que retrocedesse para a Baía com tôda a comitiva sobrevivente, apoderando-se dos roteiros o ambicioso governador, que depois requereu e obteve para si “os mesmos privilégios e concessões outorgados a Soares, e ainda outros mais”, afim de explorá-los como particular, “apenas largasse o govêrno”, conforme assegura o fidedigno Varnhagen (Basílio de Magalhães, *Expansão Geográfica*, 46).

À malograda expedição de Gabriel Soares, dois anos mais tarde, seguiu-se, em busca de minas de prata, a decantada empresa de Belchior Dias Moreyra, neto do Caramurú.

Esta penetração foi também de resultados completamente nulos.

Durante todo o Século XVII seguiram-se várias outras, entre as quais a de Francisco Dias d'Ávila, sobrinho de Belchior Dias, e a de um bisneto do mesmo, o coronel Belchior da Fonseca Saraiva Dias Moreyra, por alcunha o “Moribeca”, tôdas improficuas.

Sòmente no final do Século XVII e começos do seguinte foram descobertos depósitos auríferos em território baiano, coroando os esforços dos pertinazes sertanistas.

No Govêrno de D. João de Lancastro (1694-1702), realizaram-se a seu mando, duas expedições, ainda ligadas à idéia do descobrimento de minas de prata, da existência de um verdadeiro Potosi em terras brasílicas. “A primeira foi outra vez chefiada pelo “Moribeca”, o qual subiu pelo Rio Real, chegou a Monte-Santo, e voltou pelo Coracá e pelo São Francisco recolhendo-se

à sua fazenda, sem dar satisfações ao Governador. A segunda foi comandada pelo coronel Pedro Barbosa Leal. Êste instruindo-se pelos documentos do neto do Caramurú, encontrados em poder dos parentes, e tendo ainda recorrido ao "Morbeca", internou-se pelo sertão do Piquaraçã, foi à Jacobina, passou pelos campos do Coraçã, pela serra do Orocorí, onde achou ametistas e, descendo o São Francisco, foi parar em Itabaiana, onde se lhe deparou ouro, de que remeteu as amostras ao governador do Estado" (*Basilio de Magalhães. Op. cit. 57*).

Em 1697 D. João de Lancastro mandou o Capitão-mor Damião Cosme de Faria e o Sargento-mor Manuel do Rêgo Pereira às Serras de Sapucaia, afim de reconhecer-se a verdadeira serra da Jacobina. Verificaram que a mesma era a que os índios denominavam "Itacupeburá", isto é, Serra da Pedra-Furada.

Os mesmos expedicionários, aos quais se juntou João Pereira Pimentel, voltaram no comêço da centúria seguinte (1701 ou 1702) à região da Jacobina, descobrindo minas de ouro em Pindobuçú. Mas, por ordem vinda de Metrópole, o novo Governador Geral, D. Rodrigo da Costa, mandou suspender tais explorações. Só mais tarde, em 1721, foram reencetados os trabalhos, havendo ainda o coronel Barbosa Leal explorado o sertão, na vertente oriental da serra da Jacobina (*Cf. Basilio de Magalhães, Op. cit. 57-58*).

Na Baía, além da oficina de quintos que funcionava junto à casa da moeda, houve as seguintes casas de fundição do ouro:

A de *Jacobina*. Foi criada juntamente com a do Rio das Contas, pela Provisão do Conselho Ultramarino de 13 de maio de 1726 e Carta Régia de 5 de janeiro de 1727.

Por carta de 21 de março do mesmo ano o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real, comunica ao Governador das Minas que na frota da Baía seguiriam os oficiais e instrumentos necessários às casas de fundição de Jacobina e Rio das Contas.

Devem ter começado a funcionar em 1728.

Estiveram fechadas durante o impôsto de capitação, de 1735 a 1751.

Em 4 de maio de 1751 foi mandada reabrir a de Jacobina, como se vê do Ofício do Vice-Rei Conde de Athouguia para

Diogo de Mendonça Côrte Real, no qual aquêl titular se refere à nova lei que extinguiu o impôsto de capitação, restabelecera o pagamento dos quintos e determinara a reabertura da Casa de fundição de Jacobina, participando haver nomeado Intendente da mesma, Luiz da Távora Preto, escrivães da receita Domingos Ferreira Correia e João Plácido e fundidor João Francisco Lisboa.

Recomeçaram os trabalhos em 1 de agosto de 1751.

Por Provisão de 15 de fevereiro de 1755, o Conselho Ultramarino determinou que todo o ouro da Jacobina e do Rio das Contas fôsse quintado e reduzido a dinheiro na Casa da Moeda da Baía, e que a fundição de Jacobina fôsse transferida para Arassuaí, onde já existira casa de quintos antes do sistema da capitação. A citada Provisão foi publicada por Edital na Baía, em 2 de junho de 1755.

Por Ofício de 5 do mesmo mês o Intendente Geral do ouro da Baía comunicou ao Secretário de Estado Côrte Real a transferência da Oficina com o respectivo pessoal para Minas Novas de Arassuaí.

Em Jacobina permaneceu, porém, uma casa de Registro do ouro, sendo o metal remetido para a Casa da Moeda da Baía, onde era quintado e reduzido a moeda.

Isso bem se vê de um Ofício de Manuel da Silva Ferreira, Provedor da mesma, datado de 28 de junho de 1759, acusando o recebimento de 1.164 $\frac{1}{2}$ oitavas de ouro em pó de Jacobina, que fundidos, deduzido o quinto, renderam 1:371\$978.

A Provisão Régia de 20 de novembro do mesmo ano ordena que se reúnam em junta o Intendente Geral do ouro, o Chanceler da Relação, o Provedor da Fazenda e o Provedor da Casa da Moeda da Baía para deliberar sôbre a quantidade de moedas e de ouro em pó que deverá existir nos Registos de Sapucaia, Rio das Contas e Jacobina.

E meados de 1761 a Câmara de Jacobina requer a conservação da Casa de fundição naquela Vila.

No mesmo ano, por Ofício de 27 de setembro, o Intendente Geral do Ouro da Baía dá informações a respeito do requerido. Supomos que tenham sido favoráveis, pois a Provisão Régia de 26 de fevereiro de 1762 comunica haver aprovado as nomeações e os ordenados dos Officiais da Casa de fundição de Jacobina.

Em 1792 começa-se novamente a cogitar da sua extinção, dado o seu pequeno rendimento. Assim, em 9 de julho daquele ano o Presidente do Real Erário pede à Junta da Real Fazenda da Baía informações sôbre a conveniência de ser abolida a casa de fundição daquela Vila.

A Junta da Real Fazenda, mais de dois anos depois, informa justificando a conveniência do fechamento da mesma oficina por não compensar o seu rendimento as despesas realizadas com a sua manutenção (Of. de 27 de janeiro de 1795).

Só em 1799, porém, é que se deu o seu encerramento, como se vê do Ofício de 1 de junho do Governador da Baía, D. Fernando José de Portugal, para o Secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

A do *Rio das Contas* foi criada, como já referimos, juntamente com a de Jacobina pela Provisão do Conselho Ultramarino de 13 de maio de 1726 e Carta Régia de 5 de janeiro de 1727. Foi aparelhada durante esse ano com o material e o competente pessoal enviado de Metrópole (Carta do Secretário de Estado de 21 de março de 1727). Deve ter iniciado seus trabalhos em 1728. Esteve, como as demais, fechada durante o período do impôsto de Capitação, de 1735 a 1751. Em outubro de 1751 cogitou-se de sua reabertura.

O Ofício de 12 dêsse mês, do Conde de Athouguia a Diogo de Mendonça Côrte-Real, referente à Casa de fundição de Jacobina, mostra a necessidade do estabelecimento de outra casa de quintos no Rio das Contas ou nas Minas Novas de Arassuaí. Até junho de 1753, porém, não tinha sido restabelecida, como se vê de um Ofício do Intendente Geral do Ouro Venceslau Pereira da Silva, no qual pedia a aprovação de várias medidas relativas à repressão do contrabando do ouro e informava acêrca das casas de fundição, opinando que a de Jacobina deveria ser transferida para o Rio das Contas e que era necessário construir uma nova Casa no Arraial de S. Felix, na Capitania de Goiaz.

Em Rio das Contas ficou funcionando, como já o dissemos, um Registo do ouro, não se reabrindo mais à Oficina de quintos.

NA CAPITANIA DE MATO GROSSO

Desde o Século XVII diversas bandeiras paulistas tiveram ocasião de penetrar e mesmo atravessar os sertões de Mato Grosso, como a de Luiz Pedroso de Barros que em 1660 atingiu os Andes, realizando a mais longa e mais admirada das penetrações inscritas nas crônicas bandeirantes.

Dentre os corajosos sertanistas que penetraram o nosso *Far-West* o que se tornou mais famoso foi Manuel de Campos Bicudo, que realizou 24 entradas ao sertão, desde o planalto dos Parecis até a parte sul do Paraguai.

De uma das entradas de Campos Bicudo iniciada em 1673, acompanhado de seu filho de 14 anos, Antônio Pires de Campos, formou-se a lenda dos *tesouros dos Martírios*, uma serra resplendente de ouro e cristal, a que deram aquela denominação por obra da natureza umas semelhanças da coroa, lança e cravos da paixão de Jesús Cristo".

Antônio Pires de Campos já na maturidade resolve, em 1716 ou pouco antes, partir em demanda das sonhadas minas dos Martírios, que desde a puerícia lhe fascinavam a imaginação. Não teve, porém, a fortuna de descobri-las, por não passarem de enganadora miragem. Mas o seu trajeto veio a constituir o rumo que levaria até Cuiabá as monções posteriores.

A Pires de Campos seguiu-se Pascoal Moreira Cabral Leme que desde 1716 penetrara a região com 56 homens livres e muitos escravos afim de *conquistar reinos do gentio para o grêmio da Igreja e diligenciando descobrir ouro, prata e pedras preciosas* (W. Luis, *Capitania de São Paulo*, 2.^a ed. 1938, pág. 76).

A leva de Pascoal internou-se nos sertões. Subiu o rio Cuiabá, até a barra do Coxipó-mirim. Aí fez pouso, deixou as canoas e continuou a exploração por terra. Logo acima da barra achou ouro em granetes encravados pelos barrancos. Seguiu margeando o Coxipó-mirim até a barra do *Rio Botuca*. "Nesse lugar, diz W. Luis, em poucas horas e com um prato de pau, como instrumento de minerar, foram retiradas da terra três oitavas de ouro".

Na madrugada do dia seguinte, avistou as malocas dos agueridos Aripoconés, que por detrás de trincheiras feitas de ramos de árvores provocaram o combate.

Pascoal dispôs sua gente para o ataque, mas muito inferior em número, embora causasse grandes estragos nas hostes dos nativos, teve que retirar-se com cinco mortos e 14 feridos. Voltaram prudentemente os invasores ao arraial à margem do Coxipó-mirim. Aí resolveram aguardar reforços que lhes preenchessem os claros e engrossassem as fileiras. Enquanto esperavam, acharam de bom alvitre garantir a subsistência por meio de roças que plantaram à margem do curso d'água, onde foi encontrado mais ouro.

No correr de 1718 continuaram na exploração do precioso metal. No fim desse ano, estando Moreira Cabral com sua gente muito desfalcada e quase desprovida de pólvora e chumbo para resistir aos inevitáveis assaltos das tribus da região, recebeu em boa hora o socorro de duas bandeiras, a dos irmãos João Antunes e Antônio Maciel e a de Fernão Dias Falcão que percorreram o mesmo itinerário realizado por Pires de Campos.

Essas duas bandeiras diante da alentadora nova reuniram-se à dos descobridores e, de comum acôrdo, resolveram fazer o manifesto do ouro descoberto ao Governador da Capitania de São Paulo e Minas, D. Pedro de Almeida, sendo encarregado dessa missão Antônio Antunes Maciel. Este partiu com sua bandeira e nos povoados por onde passou foi descrevendo as maravilhas dos descobrimentos.

O outro chefe de bandeira, Fernão Dias Falcão, prestou igualmente meritório serviço à leva enfraquecida de Moreira Cabral. Com sua numerosa gente, forte de 130 homens, fez diversas entradas contra o gentio, desinfestando as novas minas e estabelecendo a tranqüilidade para os novos mineradores (Cf. *W. Luis Op. cit.* 81).

Logo após, Dias Falcão reconhecendo a importância dos depósitos auríferos descobertos por Moreira Cabral, deixou-lhe algum reforço de gente e voltou para São Paulo, afim de organizar uma expedição capaz de explorar convenientemente os novos *placers*.

Moreira Cabral, tendo em vista assegurar o seu direito ao descoberto e poder auferir as mercês e postos que o Governo da Metrópole concedia aos descobridores de minas, fêz lavrar o seguinte têrmo:

“Aos 8 dias do mês de abril de 1719 anos, nêste arraial de Cuiabá, fêz junta o Capitão-mor Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros e lhes requereu a êles êste têrmo do descobrimento novo, que achamos no ribeirão do Coxipó, invocação de Nossa Senhora da Penha de França; depois que foi o nosso enviado, o Capitão Antônio Antunes, com as amostras, que levou do ouro ao Sr. General com a petição do dito Capitão-mor, fêz a primeira entrada onde assistiu um dia e achou pinta de um vintém, de dois e de quatro vinténs e meia pataca; e a mesma pinta fêz na segunda entrada, em que assistiu 7 dias e todos os seus companheiros, às suas custas, com grandes perdas e risco, em serviço de Sua Real Majestade e como de fato tem perdido 8 homens brancos fora negros; e para que a todo o tempo vá isto à notícia de Sua Real Majestade e seus governos, para não perderem seus direitos, e por assim ser verdade, nos assinamos neste têrmo, o qual eu passei bem e fielmente a fé de meu Ofício, como escrivão dêste arraial. — Pascoal Moreira Cabral — Simão Rodrigues Moreira — Manuel dos Santos Coimbra — Manuel Garcia Velho — Baltazar Ribeiro Navarro — Manuel Pedroso Lousano -- João de Anhaia de Lemos — Manuel Ferreira — Antônio Ribeiro — Alberto Velho Moreira — João Moreira — Manuel Ferreira de Mendonça — Antônio Garcia Velho — Pedro de Góis — José Fernandes — Antônio Moreira — Inácio Pedroso — Manuel Rodrigues Moreira — José da Silva Pais”.

Fixados ao solo pela mineração, os bandeirantes de Moreira Cabral sentiram a necessidade de estabelecerem uma norma reguladora de suas novas atividades e de elegerem uma autoridade su-



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3

BARRAS DE OURO

Fig. 1 — D. João P. Regente, 1809, C. de de Sabará.

Fig. 2 — D. João P. Regente, 1814, C. de F. de Sabará.

Fig. 3 — D. João VI, 1821, C. de F. de Goiás.

(Col. do M. H. N.)

perior à de um chefe de bandeira, a cuja jurisdição se submetessem confiantes. Tomaram então algumas providências administrativas e elegeram o seu chefe, Guarda-mor regente, lavrando-se de tudo o seguinte termo:

“No mesmo dia, ano e mês atrás nomeados elegeu o povo em voz alta o Capitão-mor Pascoal Moreira Cabral

por seu Guarda-mor regente, até a ordem do senhor general, para poder guardar todos os ribeiros de ouro, socavar, examinar, fazer composições com os mineiros, e botar bandeiras. tanto aurinas como aos inimigos bárbaros; e visto elegeram ao dito Capitão-mor lhe acatarão o respeito, que poderá tirar autos contra aquêles que forem regulos, amotinadores e a aleives, sendo expulsos e perdendo todos os seus direitos: mandará pagar dívidas; nenhum se recolherá até que venha o nosso enviado, o capitão Antônio Antunes, o que todos levamos a bem hoje, 8 de abril de 1719 anos, e eu Manuel dos Santos Coimbra, escrivão do arraial, que o escrevi — Pascoal Moreira Cabral”.

As novas funções de Moreira Cabral dependiam da aprovação do Governador da Capitania, mas como era de praxe serem as mesmas conferidas aos descobridores de minas, aguardavam fôsse confirmada a sua investidura.

Manuel dos Santos Coimbra foi escolhido para escrivão do arraial.

“Nas minas, até então ignoradas, havia mister de uma autoridade, que enfeixasse nas mãos todos os poderes para conhecer das questões de direitos suscitadas entre os mineradores, e garantir a ordem, freqüentemente ameaçada de perturbações por audazes aventureiros, e sobretudo, recolher o quinhão real.

Esponâneamente o núcleo sertanejo procurava destarte, harmonizar-se com as exigências insaciáveis do fisco de D. João V, em cujo benefício o Guarda-mor escolhido pelos próprios companheiros entrou a arrecadar os tributos respectivos” (*V. Corrêa Filho. Monografias Cuiabanas. Evolução de etário. São Paulo, 1925, pág. 10*).

Moreira Cabral mostrou-se digno dessa escolha, continuou nas explorações auríferas nos ribeiros mais próximos e a 24 de junho do mesmo ano, fêz seguir uma bandeira sob a chefia de Manuel Garcia Velho que descobriu os ribeiros São João e Santo Antônio, onde encontrou ouro.

Propalada a notícia do descobrimento de tão ricas jazidas em Mato Grosso enorme foi o movimento de gentes que para ali partiram de todos os pontos já povoados das Capitânicas mais próximas.

“Das Minas Gerais, Rio de Janeiro e de tãda a Capitania de São Paulo se abalaram muitas gentes deixando casas, fazendas, mulheres e filhos, botando-se para êstes sertões como se fõra a terra de promessa ou o paraíso encoberto em que Deus pôs nossos primeiros pais” (*Joseph Barbosa de Sá. Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso... in Anais da Bibl. Nac. XXIII, 9*).

Muitas expedições malograram-se por completo, escapando dois ou três de seus componentes para dar conhecimento ao coevos e aos pósteros de tanto destemor.

A região era a mais áspera das penetradas pelos paulistas.

“Em parte alguma dos ínvios sertões, diz Basílio de Magalhães, onde realizaram os seus memoráveis descobrimentos, tiveram os paulistas tanto que lutar com os primeiros e legítimos donos das terras devassadas, quanto no ingente *far-west* brasileiro. Afora as cachoeiras e itaipavas, as inundações dos caudais na quadra das chuvas, a fome e as febres, as legiões de insetos incômodos ou nocivos, as serpentes e as feras, — foi ali que os índios opuseram mais óbices aos destemerosos mamelucos. Guardaram em trom de guerra os penetrais de Mato Grosso, desde as margens do Tietê e do Paraná até às do médio e alto Paraguai, os caiapós, os terríveis cavaleiros guaicurús e os bravios paiaguás, sobretudo êstes últimos, que foram segundo Southey “de tãdas as tribus americanas, a que mais pertinazmente e com melhor êxito defendeu contra invasores a sua terra natal”.

Não obstante, em 1721 já havia nas minas do Coxipó-mirim mais de 2.000 paulistas.

Nos anos seguintes continuaram os descobrimentos de novas jazidas. Em 1722 houve o da Lavra do Sutil, no local onde hoje se ergue a cidade de Cuiabá, lavra essa considerada “a mais copiosa mancha de ouro encontrada em todo o Brasil”, no dizer de Barbosa de Sá.

“Tudo ouro cravado em seixos”. Avaliou-se sua produção durante um mês em mais de quatrocentas arrobas, sem que os socavões fôsem profundados mais de três e quatro palmos.

Para ali se transferiu a população do arraial do Coxipó, estabelecido no local depois denominado Forquilha.

Moreira Cabral seguiu na divisão das minas os preceitos tradicionais de todos os regulamentos sobre mineração que vigoraram até então no país, desde D. Francisco de Sousa.

Reservou a data de El-Rei, e repartiu o resto pelos que ali já estavam e os que iam chegando, iniciando a cobrança dos direitos da real fazenda, fixados em 2 $\frac{1}{2}$ oitavas anuais por pessoa, qualquer que fôsse o ofício que exercesse.

A suavidade dessa primeira taxação não satisfez ao Governador Rodrigo César de Meneses, que então iniciava o govêrno da Capitania de São Paulo.

Confirmou a Moreira Cabral o título de Guarda-mor prometido pelos alvarás aos descobridores de minas, mas ordenou que em Cuiabá se elegessem doze deputados, incumbidos de organizar meios mais enérgicos para o aumento das rendas.

Em junta de 30 de março de 1724 deram os deputados publicidade às instruções recebidas de São Paulo com o “Regimento para a arrecadação dos quintos do ouro, dos dízimos de frutos e dos direitos que houverem de cobrar das fazendas e escravatura que viessem do povoado”. Determinaram então que cada escravo negro ou índio pagaria por bateia 3 oitavas, cada venda ou loja 11 oitavas, o mesmo cada oficial de qualquer ofício; os tratantes (negociantes) que não tivessem loja assentada 6 oitavas; cada carga de secos ou molhados 2 oitavas; e da entrada, de cada negro a primeira vez 2 oitavas.

Poucos meses depois, em setembro do mesmo ano aumentaram os impostos de entradas, pagando cada escravo 4 oitavas, a carga de de secos 8 oitavas e a de molhados 5 oitavas. (*F. J. Nogueira Coelho. Memórias cronológicas. Rev. do Inst. H.^o de Mato Grosso, T XIII, apud V. Corrêa Filho, Op. cit. 11 e 12*).

Não ficou porém ai a insaciabilidade do fisco. A capitação foi sendo agravada sempre a cada vez mais. No ano seguinte já

se cobrava por bateia 6 oitavas, por ofício 14 oitavas e por venda ou loja 32 oitavas.

Os mineradores do Cuiabá já se recordavam com saúdaes dos tempos patriarcaes de Moreira Cabral, deposto de seu poderio primitivo pela criação dos cargos de superintendente geral das minas e de Capitão-mor regente (V. *Correia Filho, Op. cit.* 13).

Para Superintendente geral das minas foi nomeado João Antunes Maciel e para Capitão-mor regente Fernando Dias Falcão por patente de 27 de abril de 1724.

Já desde 6 de novembro de 1720 tinha sido Fernando Dias Falcão eleito pelo povo Cabo maior das Minas de Cuiabá, dada a necessidade que havia de uma vontade forte e resoluta na sua direção e defesa. Desde esse momento, embora Moreira Cabral se conservasse como Guarda-mor das minas, sua autoridade foi diminuindo, assumindo um aspecto, por assim dizer, nominal ou honorífico. Havendo reclamado os seus direitos foi confirmado no posto de Guarda-mor pela Carta Régia de 28 de julho de 1725, não lhe podendo, pelo avançado da idade, ser conferido o posto de Capitão-mor regente, de acordo com a informação do Governador Rodrigo César de Meneses.

No mesmo ano sucumbe em Cuiabá aos 70 anos de idade, ignorado e pobre, o honrado e bondoso bandeirante.

Em 1726 foi a Comarca de Mato Grosso visitada pelo Governador Rodrigo César que desembarcou em Cuiabá em 15 de novembro.

Em 1 de janeiro seguinte erigiu em vila o povoado sob a invocação de N. Senhor Bom Jesús de Cuiabá, e inaugurou a casa da Câmara. Nomeou novas autoridades, umas de caráter puramente municipal, e outras para gerir os interesses da fazenda real.

Foram providos os seguintes cargos:

Provedor da Real Fazenda — Fernando Dias Falcão;

Almoxarife — o Capitão-mor Antônio José de Melo;

Provedor dos Registos e Entradas — o Sargento-mor Domingos Leme da Silva.

Continuou como Provedor dos Quintos o Capitão-mor Jacinto Barbosa Lopes.

No mesmo ano, numa rigorosa revisão tributária foram os impostos todos aumentados, como nos informa Nogueira Coelho em suas "Memórias Cronológicas".

Cada cabeça de gado ou cavalgadura em pelo	3 oitavas
Cada casa de truque de taco	128 "
Cada forno	28 "
Cada oficial	28 "
Cada loja ou venda	50 "
Cada loja ou venda de sêco ou molhado ...	64 "

Como se sabe a oitava do ouro quintado valia 1\$500.

Em 1728 inicia-se novamente na Capitania de São Paulo (1) a cobrança dos quintos pelo sistema da fundição do ouro em barras, em substituição à cobrança por capitação empregada tão extorsivamente na Comarca de Cuiabá.

Os bandos anunciadores dessa substituição foram lançados em Cuiabá em 29 de fevereiro de 1727.

Com essa modificação no sistema fiscal melhorou a situação em Cuiabá. O ouro de suas minas começou a ser remetido para a Casa de fundição de São Paulo, onde era quintado e fundido em barras.

Outros artigos da tarifa fiscal foram igualmente suavizados, como os relativos ao impôsto de entradas.

Não obstante, êsse abrandamento de direitos já não era suficiente para reanimar a indústria extrativa do ouro em Cuiabá, cujos trabalhadores foram se dispersando para todos os quadrantes em busca de catas compensadoras. Além de arrôxo fiscal precedente motivava essa dispersão o empirismo da pretensa mineração, que não passava da colheta superficial, da cata, como diziam, do ouro visível à flor da terra, carregado pelas torrentes e as aluviões.

"Aquêles homens, audazes sertanistas, eram péssimos mineiros, diz W. Luís, êls se tinham formado na escola de mineração das *Gerais*, ao acaso dos seus próprios trabalhos, ajudados pela

(1) O sistema da fundição reiniciou-se em Minas Gerais em 1725, embora fôsse tentado o seu estabelecimento desde 1719, como vimos anteriormente.

prática rudimentar dos africanos, sem o auxílio das noções mais elementares da arte de conhecer os terrenos auríferos, de extrair ouro e de prepará-lo.

A sua arte era mais que embrionária, consistindo os seus instrumentos, por assim dizer, no escravo negro armado de bateia e do almocafre, e nos cursos dos rios, desviados naturalmente ou canalizados para os bolinetes e canoas.

E usando dêsse método imperfeito e insuficiente, limitavam-se os mineiros, nos terrenos de aluviões auríferos, a catar na superfície da terra ou arranhar nos montes o ouro nativo que a desagregação lenta ou accidental dos quartzos, por ação do tempo ou por convulsões telúricas, por aí tinha espalhado fartamente”.

As minas de vieiro permaneceram intactas até nossos dias.

A Metrópole nada fêz para difundir os conhecimentos mineralógicos e metalúrgicos indispensáveis para uma exploração inteligente e rendosa das jazidas auríferas do Brasil. Só pelos tentáculos sugadores do fisco tinha-se notícia de sua existência.

A dispersão dos faiscadores cuiabanos trouxe porém, uma vantagem, a descoberta de novas minas e o conseqüente povoamento de um maior trecho do território matogrossense.

Assim, de 1731 a 1734 vemos Luiz Rodrigues Vilar e os irmãos Pais de Barros, Fernando e Artur, fundarem à margem direita do Guaporé os arraiais de São Francisco Xavier e Pouso Alegre (depois Vila-Bela da Santíssima Trindade e hoje cidade de Mato Grosso).

Nas proximidades de São Francisco Xavier distante 12 léguas de Vila Bela, estabeleceram-se depois os arraiais de N. Senhora do Pilar, Santana, Ouro Fino, São Vicente Ferrer e Santa Bárbara. Ainda em 1734 Antônio Fernandes de Abreu, auxiliado por Fernando Pais de Barros, descobriu ouro nos ribeirões de Santana e do Brumado. Em 1739 Antônio Pinheiro de Faria encontrou ouro no Arinos. Mais tarde aí chegaram, em 1744 ou 45, os filhos de Antônio de Almeida Falcão (José de Almeida e Pascoal de Arruda) onde também encontraram ouro e foi fundado o arraial de Santa Isabel, de efêmera duração.

Em 1745, dizem os cronistas, deu-se o descobrimento das minas do Corumbiara. Em 1747 Antônio de Pinho de Azevedo

fundou o arraial de N. Senhora do Parto, próximo ao qual surgiu depois a cidade de Diamantino. Em 1748 Antônio Aranha e Manuel Cardoso descobriram o Rio Preto, onde verificaram jazidas de ouro e diamantes. Na década seguinte, em 1756, foram descobertas as lavras do Médico, à margem direita do Aricá-açú.

Mais tarde, em 1776, as de Vizeu e no ano seguinte as de Beripoconé, que receberam o nome de São Pedro del-Rei, e posteriormente o de Poconé.

Não nos é possível neste trabalho dizer minuciosamente como se deu a penetração e desbravamento do nosso extremo-oeste. (1)

Mas voltemos a analisar o sistema fiscal, que não teve até então uma diretriz única e segura, tentando a Metrópole uma série de experimentações para impedir o contrabando do ouro em tão dilatado território, nada fazendo, porém, para a sua exploração de um modo perfeito e produtivo.

Assim, em 1734, pelo decreto de 22 de março foram abolidas as casas de fundição, voltando-se em todo o país nas comarcas de mineração ao sistema da Capitação e censo das indústrias.

A primeira taxaçaõ *per capita* estabelecida novamente em Cuiabá foi a seguinte:

Cada escravo	4 $\frac{3}{4}$	oitavas
Cada Pessoa européia ou americana ..	4 $\frac{3}{4}$	"
Cada negro forro	4 $\frac{3}{4}$	"
Cada oficial de qualquer indústria	4 $\frac{3}{4}$	"
Cada Loja grande	24	"
Cada Loja mediana	16	"
Cada Loja pequena	8	"

(1) Veja-se sobre o assunto :

- JOSÉ BARBOSA DE SÁ. "Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso", in *Anais da Bib. Nac. do Rio de Janeiro*, XXIII, 5-58;
- JOÃO ANTÔNIO CABRAL CAMELO. — "Notícias práticas das Minas de Cuiabá e Goiazés", na *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.*, IV, 487-500;
- JOSÉ GONÇALVES DA FONSECA. "Notícia da situação de Mato Grosso e Cuiabá", *ib* XXIX, 322-390;
- FILIPE JOSÉ NOGUEIRA COELHO. "Memórias cronológicas da província de Mato Grosso", *ib* XIII, 196;
- VIRGÍLIO CORREIA FILHO. "A cata de ouro e diamantes", Rio, 1926;
- BASÍLIO DE MAGALHÃES — "Expansão Geográfica do Brasil Colonial", 2.^a ed. 1935.

Como vemos são os mesmos impostos estabelecidos para Minas Gerais.

Dêste novo serviço era chefe o intendente.

As intendências foram criadas por decreto de 28 de janeiro de 1736, tendo sido inaugurado o novo cargo em Cuiabá pelo Ouvidor João Gonçalves Pereira.

O sistema de capitação foi, como já vimos páginas atrás, de desastrosas conseqüências em tôdas as Capitanias de mineração.

A Metrópole procurando sempre aumentar a arrecadação dos impostos impedindo por todos os modos a sua evasão, resolveu de acôrdo com o parecer de seus conselheiros criar novas circunscrições administrativas, com um aparelhamento capaz de garantir os interêsses do fisco. Foram então, pelo Alvará de 9 de maio de 1748, criadas a Capitania de Mato Grosso e Cuiabá e a de Goiaz.

O primeiro Governador da de Mato Grosso e Cuiabá foi D. Antônio Rollim de Moura, que aportou em Cuiabá em 7 de janeiro de 1751, onde permaneceu o resto do ano providenciando sôbre os assuntos mais urgentes

Durante o seu govêrno, impondo-se por sua magna importância o problema de assegurar a posse do extremo-oeste brasileiro tão bravamente distendido, *desideratum* que sobrepujava momentâneamente as cogitações simplistas do real erário, tratou-se de atrair para aquelas paragens o maior número possível de colonos. Para isso abrandaram-se os rigores do aparêlho fiscal.

Aos moradores do distrito de Mato Grosso foi concedido pagarem unicamente "meio quinto ou meia capitação durante dez anos e os dizimos, pardoando-se pelo mesmo tempo os direitos de entradas, os donativos e as terças partes dos ofícios de justiça, mas que os oficiais só levariam os emolumentos das Minas Gerais, preferindo-se para serventia os casados. Todos os que viessem morar dentro da vila não poderiam ser executados por dívidas que contraíssem fora dela e seu distrito dentro de três anos, não só na fundação da vila, mas no futuro, não sendo elas das que se levantam com fazenda alheia, porque esta a poderiam pedir seus donos".

(Nogueira Coelho. *Memórias Cronológicas*).

O Governador em 19 de março de 1752 elevou à Categoria de vila o arraial de Pouso Alegre, com a denominação de *Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso*, destinada a Capital da Capitania.

Os favores concedidos ao distrito e a criação da vila deram grande incremento ao núcleo inicial estabelecido à margem do Guaporé.

Todavia não puderam, os habitantes da vila e seu distrito, evitar o rateio que se estabeleceu em todos os domínios portugueses, por ocasião do terremoto de Lisboa de 1755.

Vila Bela prometeu contribuir com 50 mil cruzados para a reconstrução da Metrópole. Para isso seria aumentado o preço da carne verde.

Cuiabá contribuiria com 600 mil cruzados que deveriam sair dos engenhos de aguardente.

Essas contribuições constituíam receita especial que não poderia ser empregada em outra despesa qualquer. A administração, no entanto, estava em dificuldades para satisfazer as despesas resultantes da construção da vila e de obras militares indispensáveis na região.

Nessa conjuntura Rolim de Moura obteve da Metrópole ordem para que a Provedoria de Goiaz remetesse anualmente para Mato Grosso uma suficiente porção do rendimento alí arrecadado.

Essa ordem régia determinava que “no caso de não haver outro dinheiro naquela Recebedoria da Fazenda (de Goiaz), seja V. S. socorrido até com os mesmos quintos, não obstante não haver exemplo que isto se praticasse e sem embargo de terem os mesmos quintos aplicações muito urgentes” (*C. R. de 7 de julho de 1757*).

Rolim de Moura recebeu da Capitania de Goiaz, conforme declarou em carta de 18 de dezembro de 1761 ao Secretário de Estado:

Em 1759	3 arrobas de ouro
Em 1760	3 " " "
Em 1761	4 " " "

Pela Carta Régia de 22 de agosto de 1758 foi renovada a concessão fiscal feita em benefício da Comarca de Mato Grosso, com pequenas alterações. Dizia a mesma:



Fig. 1

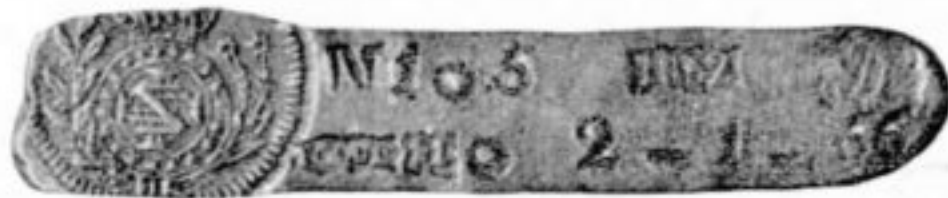


Fig. 2

BARRAS DE OURO

Fig. 1 — Reinado de D. Pedro I, 1828, C. de F. de Sabará.

Fig. 2 — Reinado de D. Pedro II, 1832 (Regência) C. de F. de Sabará.
(Col. do M. H. N.)

“Hei por bem comutar por espaço de dez anos contados da publicação do dito edital (que o Governador deveria publicar a decuria do ouro que presentemente pagam os mesmos mineiros do que tiram da terra nos di-

reitos das entradas das fazendas sêcas e molhadas que entram na dita Capitania pagas na mesma forma em que se arrecadam nas minas de outras comarcas do Brasil pelo regimento desta imposição.

O direito das entradas é o mais natural e o mais conforme a Aritmética política, e a prática de tôdas as nações iluminadas que cultivaram minas; as quais nações nunca estabeleceram o benefício do erário sôbre os produtos das minas, mas sim sôbre o consumo que fazem os que por ocasião delas concorrem para as cultivar” (*Apud V. Corrêa Filho. Evolução do erário, cit. 28-29, notas 37 e 38*).

O Governador Capitão General Luiz Pinto, pouco depois de sua posse, fêz publicar um bando avisando que “terminaria ao findar o primeiro semestre de 1769, o regime da Capitação inteira que se pagava na vila de Cuiabá e na Capital o da meia-capitação, substituídos pelo direito senhorial dos quintos como se pratica em tôdas as outras minas”.

O regime de capitação, porém, perdurou na Capitania até o fim do ano de 1771.

A Casa de fundição foi criada tardiamente na Capital (Vila Bela), iniciando seus trabalhos em 1772, anunciados por Bando de 19 de novembro de 1771, tornado público em Cuiabá em 5 de dezembro seguinte. Vê-se por aí que a projetada Casa de fundição de Cuiabá de que faz menção o Aviso de 21 de março de 1751 não foi levada a efeito.

O rendimento da Casa de Mato Grosso entrava para o Cofre da Provedoria e era aplicado nas despesas da Capitania, em virtude de uma ordem régia.

Os moradores de Vila Bela, ainda no gôzo da redução de impostos, pagavam meio-quinto, ao passo que os mineiros de Cuiabá estavam sujeitos ao impôsto por inteiro. Só em 1780 passou Vila Bela a satisfazer o tributo integral.

Para evitar o contrabando do ouro o Capitão General fundou em 1772 um Registo na passagem do Rio Paraguai a meio caminho de Cuiabá e Vila Bela, onde os condutores de ouro exibiam

a sua carga a entregar na Casa de fundição acompanhada da respectiva guia.

No ano seguinte foi fundado mais um registo, o de Jaurú, por ordem de Luiz de Albuquerque.

De 1772 a 1778, inclusive, conforme nos diz Nogueira Coelho, foram fundidos na real Casa de fundição de Mato Grosso:

311 arrobas, 30 marcos, 4 onças, 2 oitavas e 42 grãos, discriminados do seguinte modo: de Vila Bela e subsídio de Goiaz 204 arrobas 27 marcos, 3 onças, 0 oitavas e 17 grãos, e da Vila de Cuiabá — 107 arrobas, 3 marcos, 1 onça, 2 oitavas e 25 grãos.

Veio importar o quinto e o meio quinto em 41 arrobas, 54 marcos, 4 onças, 4 oitavas e 34 grãos.

A Casa de fundição de Mato Grosso foi transferida para Cuiabá, bem como a junta da Fazenda, em virtude do decreto de 5 de novembro de 1819. No ano seguinte transferiu-se igualmente para ali o govêrno da Província.

Em Cuiabá a casa funcionou durante pouco tempo, de 1821 a 1823.

EM GOIAZ

As penetrações nos sertões goianos em busca de ouro, reiniciaram-se em 1722 com a bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva, filho do *Anhanguera*, enviado pelo Governador de São Paulo D. Rodrigo César de Meneses, animado com os descobertos da região de Cuiabá.

Partiu Bartolomeu de São Paulo a 3 de julho de 1722, comandando 152 homens, entre os quais 20 índios, que lhe forneceu o Governador para a condução da carga.

Faziam igualmente parte da leva, três frades, sendo dois beneditinos e um franciscano.

Dias depois partiu o resto da bandeira, sob a chefia de João Leite da Silva Ortiz, genro de Bartolomeu Bueno, com o qual foi encontrar-se na região do rio das Velhas.

Após três anos de infrutíferas explorações naquelas longínquas paragens, retornou a São Paulo desanimado e quase só o destemido bandeirante.

A expedição fôra auxiliada pecuniariamente pelos parentes de Bartolomeu Bueno, o genro João Leite da Silva Ortiz, o irmão Simão Bueno, o cunhado Manuel Pereira Calhamares e um sobrinho, Antônio Ferraz de Araújo.

O Governador Rodrigo César animou o desalentado sertanista a realizar uma segunda expedição, concedendo-lhe amplos recursos e ascenando-lhe com grandes vantagens.

Organizada a expedição, partiu de São Paulo em 1726. Da mesma faziam parte Manuel Pinto Guedes e o padre Antônio de Oliveira Gago.

Desta feita, logrou o mais feliz êxito, pois, havendo Bartolomeu Bueno conseguido penetrar no seio da tribo dos Goiazes, cuja amizade captou, fez-se reconhecer como filho do "Anhanguera" e graças a tudo isso, foram-lhe mostradas as minas em que havia estado com o pai, mais de 40 anos atrás (*Cfr. Basílio de Magalhães. Op. cit. 214*).

Fundou durante a sua passagem pela região em 1727 os arraiais de *Ferreiros, Barra, Ouro Fino e Santana*. Voltou a São Paulo em 1728, levando consigo 8.000 oitavas de ouro.

Aventureiros acorreram para ali em numerosos bandos, principalmente das comarcas de Minas Gerais.

D. Rodrigo César de Meneses nomeou Bartolomeu Bueno da Silva Capitão-mor do novo distrito e encarregado da arrecadação dos reais quintos, e a João Leite da Silva Ortiz para Guarda-mor das novas minas.

Prosseguem ativamente as penetrações e descobrimentos, fundando-se no primeiro decênio mais de uma dúzia de povoações.

Em 1736 foram dados novos administradores a Goiaz, o Dr. Sebastião Mendes de Carvalho e o Capitão José de Moraes Cabral.

A 25 de julho de 1739 D. Luiz de Mascarenhas, novo Governador de São Paulo, elevou o arraial de Santana à categoria de vila, sob a denominação de Vila Boa de Goiaz, que ficou sendo a capital da comarca, criada por D. João V, em 1736.

D. Luiz de Mascarenhas dirigiu-se à região goiana, incrementado durante três anos que ali esteve o seu desbravamento e a descoberta de novas jazidas, como foram: as de *Arraias*, *Conceição*, *Chapada* e *Cavalcanti*, utilizando-se da atividade e destemor de intrépidos sertanistas, igualmente empregados na redução dos selvícolas daquelas paragens.

D. Luiz de Mascarenhas voltou riquíssimo a São Paulo, enquanto que Bartolomeu Bueno morria pobre a 19 de setembro de 1740.

Em 1744 foi Goiás elevado, à categoria de Capitania-geral, separada de São Paulo.

Elevada a Capitania foi seu primeiro Governador D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos (1744-1755).

Houve em Goiás as seguintes casas de fundição:

A de *Vila Boa de Goiás*, criada em 1751 (Of. de 21 de março), foi inaugurada em 1752, havendo fundido nesse ano gratuitamente o ouro, por já ter sido pago o imposto de capitação. Em 1753 era seu intendente Anastácio da Nóbrega.

De sua fundação ao ano de 1789, inclusive, arrecadou de quintos 34.805 marcos, 4 onças, 2 oitavas e 63 grãos.

A partir de 1761 acentuou-se o declínio da produção do ouro em Goiás, ano em que a Fundição de Vila Boa arrecadou 1.045 marcos, 7 oitavas e 49 grãos.

Em 1789 a arrecadação foi apenas de 382 marcos, 1 onça, 1 oitava e 4 grãos.

O Alvará de 13 de maio de 1803 mandou extinguir a Casa de Fundição de Goiás, onde deveria ser instalada uma Casa de Moeda.

Não foram, porém, executados êsses dispositivos da lei, continuando a Casa de quintos até 1823.

A do *Arraial de São Felix*. A Carta Régia de 3 de dezembro de 1752 determinou fôsse instalada uma casa de fundição em Trairas ou em São Felix. Em junho de 1753 o Intendente Geral do Ouro Vencesláu Pereira da Silva mostrava a necessidade da construção da casa no Arraial de São Felix. O Governador optou pelo mesmo local, como se vê do Ofício de 26 de setembro de 1753

do Intendente do Ouro em Goiaz Anastácio da Nóbrega ao Intendente Geral Pereira da Silva. Iniciou essa casa seus trabalhos em 13 de julho de 1754. Seu rendimento, sempre inferior ao de Vila Boa foi também declinado atingindo em 1789 a 146 marcos, 6 onças e 52 grãos.

Foi transferida para *Cavalcanti* em março de 1796, onde funcionou somente até 1807, sendo extinta por sua diminuta produção.

De acôrdo com o Mapa elaborado pelo Intendente do Ouro de Goiaz José Carlos Pereira em 27 de maio de 1790 e enviado à Rainha D. Maria I, o rendimento do quinto nas duas casas da Capitania desde que principiaram a trabalhar até o ano de 1789 foi o seguinte:

Fund. de Vila Boa 1752-1789 - 34.805 marcos 4 onç. 2 oit. 63 grãos

Fund. de São Felix 1754-1789 - 15.245 marcos 1 onç. 7 oit. 10 grãos

Total 50.050 marcos 6 onç. 2 oit. 1 grão

(Arq.^o Nac. Ordens Régias. Col. 548. L. 4 "Minas" n.^o 3).

CASAS DE FUNDIÇÃO EM PERNAMBUCO E CEARÁ

Deve ter havido em Pernambuco uma casa de fundição ou pelo menos a intenção de estabelecê-la, quando por quase todo o Brasil em meados do século XVIII foi abolida a capitação e voltou-se à cobrança do quinto do ouro por meio da fundição do mesmo em barras. É o que se conclue do Ofício de 26 de março de 1754 do Vice-Rei, Conde de Atouguia providenciando sôbre o fornecimento de utensílios para a projetada oficina naquela Capitania.

No Ceará cogitou-se igualmente da fundição de uma Casa de quintos em São José dos Cariris, criada pela Ordem de 10 de setembro de 1753, e para a qual o Departamento da Marinha chegou a fornecer utensílios e os livros necessários, mas que não chegou a ser instalada, sendo finalmente suprimida a exploração das Minas dos Cariris, proibindo-se as excavações, sob fortes penas.

(*Ordem Régia de 7 de setembro de 1758*).

ÚLTIMAS DISPOSIÇÕES SÔBRE A CIRCULAÇÃO DO OURO EM PÓ E EM BARRAS 1803-1832

A evasão do ouro em pó nas capitâneas de mineração foi sempre o grande pesadelo da administração pública que desde o primeiro momento se procurou coibir por diversos modos.

Grande parte do ouro que saía da Capitania de Minas Gerais passava por contrabando.

“Os principais autores dêste contrabando, diz Felício dos Santos, eram os comerciantes. Vendiam aos mineiros os gêneros, que importavam a trôco de ouro em pó, com abatimento do quinto, que ficavam obrigados a pagar levando-os às Casas de fundição para ser convertido em barras, isto é, recebiam-no na razão de 1\$200 réis por oitava. Mas de posse do ouro em pó o comerciante tratava de pôr-se a salvo para fora da Capitania e era raro o que ia quintá-lo”.

Além do contrabando havia outros inconvenientes na circulação do ouro em pó, como a perda de substância nas freqüentes transações, impossível de ser obstada, e a fraude que levava a introduzir no mesmo limalha de latão e outras impurezas.

Para evitar o contrabando foi elaborada a lei de 13 de maio de 1803. Por esta lei foram estabelecidas em tôdas as vilas, arraiais ou lugares de lavras consideráveis *casas de permuta* para trocar todo o ouro dos mineiros de profissão. Nos lugares de mineração de importância secundária havia um comissário encarregado da mesma função. Foi proibida a circulação do ouro em pó como moeda, ficando derogado o Capítulo 4.º § 1.º do Alvará de 3 de dezembro de 1750 e todos os demais Regimentos que autorizavam a circulação do ouro em pó como moeda.

Os mineiros e fâisqueiros eram obrigados a levar tôdas as semanas ou meses, ou no tempo em que fizessem as suas apurações o ouro apurado às Casas de Permuta ou ao Comissário para ser trocado, se, porém, preferiam ir trocá-lo por barras na Casa de Fundição deviam levar guias, sob severas penas aos contraventores.

A lei em estudo reduziu o impôsto do quinto ao décimo. Nesta parte, porém não foi cumprida, sendo suspensa pelo de Alvará

de 1 de setembro de 1808, que, como veremos oportunamente, restabeleceu o *quinto*.

Prossigamos, porém, na exposição da lei de 13 de maio de 1803.

Todo o ouro levado às casas de permuta ou da moeda era pago no valor de 1\$500 réis a oitava, quando de 22 quilates e sendo superior ou inferior, em maior ou menor valor na mesma razão, depois de feito o ensaio. O trôco era realizado com as moedas de ouro e prata em circulação no Brasil.

Sobre a circulação do ouro em pó e em barras houve ainda no período da regência do Príncipe D. João, os alvarás de 1 de setembro e de 12 de outubro de 1808. O de 1 de setembro determinou que passados três meses depois da sua publicação cessava de circular como moeda o ouro em pó, só podendo ser tido como gênero, o qual só poderia ser vendido nas casas de permuta e de fundição, onde seria reduzido a barras.

Os Intendentes das mencionadas Casas, mandariam fundir tôdas as parcelas de ouro em pó que se lhes apresentassem com o peso de uma onça para cima, e delas se extrairia o quinto para a Real Fazenda: e não convindo proceder a ensaio de parcelas muito diminutas até o peso de três onças, seria o seu valor intrínseco determinado por simples toque, e daí para cima por competente ensaio, se as partes o requeressem.

Nas Casas de Fundição haveria os fundos necessários em moeda para o resgate das parcelas de menor peso que o de uma onça, e para as mais diminutas que tivessem valores correspondentes, nas moedas em circulação, pagando-se a 1\$200 por oitava. O ouro apresentado às Casas de fundição e de permuta deveria estar completamente isento de esmeril e de outras matérias heterogêneas, para evitar o prejuízo da Real Fazenda.

O Alvará de 12 de outubro de 1808 veio completar as disposições exaradas no 1 de setembro do mesmo ano sobre o trôco do ouro em pó, dando várias providências, dentre as quais destacamos a seguinte que interessa ao nosso estudo:

“O trôco do ouro em pó de faisqueiros será feito, não somente com a moeda que para esse fim foi destinada, mas também com bilhetes impressos e do valor de

um, dois, quatro oito, doze e dezesseis, vinténs, de ouro, na forma do Regulamento Provisional que com êste baixa, etc."

Mais tarde, já sob o primeiro Imperador, a lei de 26 de outubro de 1827, para animar a mineração quase extinta, regulamentando o impôsto sôbre o ouro, determinou:

"Art. 1.^o O impôsto do quinto sôbre o ouro fica reduzido a cinco por cento e continuará a ser arrecadado na forma das leis existentes. Excetua-se o ouro extraído pelas Companhias estrangeiras, que continuarão a pagar o que constar das condições com que as companhias foram admitidas.

"Art. 2.^o O ouro em pó circulará como mercadoria nas comarcas de mineração atual, até a quantidade de dez oitavas e o ouro em barra em todo o Império, uma vez que contenham o pêso, quilate, ano e casa da fundição ou moeda em que foram fundidas.

Art. 3.^o As barras de ouro, pertencentes à Fazenda Nacional serão vendidas em hasta pública.

Art. 4.^o Ficam abolidas as Casas de permuta.

Art. 5.^o Ficam revogadas tôdas as leis e ordens em contrário".

No segundo reinado, na fase regencial, a lei de 24 de outubro de 1832 no seu art. 94 determinou:

"É livre o curso e giro do ouro em pó nas províncias que o produzem, seja qual fôr a quantidade, e, quando elas não tenham pago o competente direito, poderá ser manifestado na Casa da Moeda para ser reduzido a barra ou a moeda, pagando no primeiro caso, o direito respectivo e no segundo o mesmo direito e o de senhoriagem".

Um dos inconvenientes da circulação do ouro em barras era a dificuldade em determinar-lhes o valor com exatidão e presteza,

uma vez que variavam de pêsos e de títulos, havendo necessidade de organizarem-se tabelas para essas avaliações.

Até nós só chegaram barretas do último quartel do Século XVIII em diante, ou melhor a partir do reinado de D. Maria I até 1832 e somente das seguintes casas de fundição: Vila Rica, Sabará, Serro Frio (antiga Vila do Príncipe,) Rio das Mortes, Goiaz, Mato Grosso e Cuiabá.

EDGAR DE ARAÚJO ROMÉRO

(Conservador Cl. L. Chefe da Secção de Numismática do Museu Histórico, Professor de Numismática do Curso de Museologia).

SIGNIFICADO E CORRELAÇÃO DA TANGA COM A ARQUEOLOGIA DO BRASIL

O vocábulo *tanga* começa a aparecer, em nossa língua, logo no início do século XVII, por influência da infiltração portuguesa na África, onde era indicado, com este nome, entre algumas tribus negras, o retângulo de pano de algodão com que homens e mulheres cobriam a região pelviana.

A palavra não tem nenhuma particularidade que a defina, além da serventia referida, não sendo aplicada a outro pedaço de pano destinado a cobrir diferente região do corpo humano. Para ser *tanga*, preciso era que adquirisse aquela serventia determinada pelo lugar onde era usada. O mesmo tecido e o mesmo corte, quando aplicado a outra região anatômica, teria nome diferente, nunca receberia a mesma designação.

A palavra acusa duas procedências, com significados igualmente diferentes: asiática e africana. Na Ásia, *tanga* é o nome de moeda de diverso metal e de variável valor, usada antigamente na Índia Portuguesa, na Pérsia e no Turquestão. O étimo é do sânscrito *Tanka* ou *tankaka*, "moeda com cunho". Significa medida de peso e passa a África Oriental onde fica em uso durante muito tempo como instrumento comercial. Da *tanga* formou-se o *tangamin* antiga medida de Cananor, correspondente a um litro e meio, aproximadamente. E dando idéia segura do seu uso como medida de peso, lê-se em velhos documentos: "*tangas* de ouro em pó eram oferecidas como anel de dedo ou aliança", lembrança que se ligava, diretamente, ao dote nupcial. Na África Austral a *tanga* perde este significado para adquirir aquele com que aparece, mais tarde, no Brasil. Ela já não é "tanga" de peso, representada

em ouro em pó, mas, sim, objeto confeccionado de pano para a serventia do homem e da mulher, segundo verificamos na África e, posteriormente, no Brasil. E nesta transformação porque passa de medida de pêso para artigo de resguardo, ornato ou fantasia, já não será apenas confeccionada de pano. Outros materiais virão concorrer na sua feitura: "... Em seguida tirou o *majavô* ou *tanga* de tiras de pele e ficou nu"... Vê-se que o cabedal da *tanga* já é outro, porque certamente, na região, o couro será abundante, enquanto o tecido é vasqueiro; mas a utilidade ou finalidade continua aquela mesma com que o português a conduzirá para o Brasil.

No *Quibundo* (Beaurepaire Rohan, Cardial Saraiva, Pacheco e Limeira, etc.) *ntanga* que, por assinência, mais tarde, perderá o *n* e será simplesmente *tanga*, significa pano, capa, coisa que serve para tapar, cobrir. Já Gonçalves Viana *Apostilas aos Dicionários Portugueses*, Tomo II, Lisboa, 1906, não lhe reconhece a mesma origem, embora aceitando idêntica ou aproximada propriedade vocabular. Pensa que *tanga* é vocábulo cafre, enquanto Macedo Soares atribue-lhe a origem ao *bundo*, ou conguês. E ainda nas *Apostilas*, Tomo II à pág. 465, escreve "*tanca*, termo usado em Marromen, na África Oriental Portuguesa: — com os peitos tapados com um pequeno pano... amarrado em um atilho a que chamam *tanca*". A seguir, pág. 466, escreve: "*tanga* — Esta forma reúne duas palavras de origem diversíssima. A *primeira*, é termo de uma língua de negros da África, talvez cafria, e designa o pano com que se tapam mais ou menos, no regaço, entre a cintura e os joelhos: — "da mesma forma que quem legislou não se costumaria à *tanga*" — O *segundo*, conforme Jule e Burnell, é vocábulo turqui, mas *de origem indica*, é o nome de certo pêso de prata, em marata *tanka*, em sânscrito *Taka*, "pêso moeda de prata". Veja-se também *O Livro dos Pêsos, Medidas e Moedas* de Antônio Nunez (1554). Era êste também o nome de uma espécie de papel-moeda turco, corrente na Ásia no XIII século. *Tanga* quer dizer *sêlo-real* Cf. Leão Cahun, citado pelo mesmo *Introduction à l'Histoire de l'Asie, Turcs Mongols*, Paris, 1895, pág. 400 n.



Índio da margem esquerda do alto-Amazonas, no uso da "tanga",
tendo ao lado uma máscara do culto totêmico

No Grande *Dicionário Português* ou *Tesouro da Língua Portuguesa* pelo Dr. Fr. Domingos Vieira, V vol., Pôrto, 1874, lê-se: "*Tanga*: s. f. Moeda asiática portuguesa que vale três vinténs: As *tangas* brancas em Salsete e Bardez valem 150 réis, e em Goa valem 96. "... No seu escritório se acharão três *tangas* larins e humas disciplinas, com sinais de usar muito dellas, e a guedelha de barba, que havia empenhado" transcrição retirada a Jacinto Freire d'Andrade, *Vida de D. João de Castro*, liv. 4 — No Brasil e Ásia, portuguesa acrescenta, é a peça de pano, que é *longor de vara e meia*, ou duas varas sem feitio, que enrolada na cintura, e pendendo como uma fralda, é aquilo com que os índios se encacham, ou cobrem as partes vergonhosas da cintura até ao joelho. E o mesmo autor ainda fala em *Tangas de vanti de foro corrente* e *Tangas de cinto*, explicando que, as primeiras, são palmares repartidas do mesmo modo que as *tangas de cinto* e estas, na Ásia, são censos encabeçados em terras que sobejam das várzeas, incertos, e repartidos, pelos que os arrematam proporcionalmente.

Lê-se ainda em *África Oriental Portuguesa, Exploração do Rio Bembe*, comunicação feita à Soc. Geog. de Lisboa por Deocleciano F. das Neves, *in-Boletim da Soc.*, 3.^a série, n. 6, Lisboa 1882, pág. 341: "Foram então introduzidos no grande círculo dez bois, dos quais um foi imediatamente morto com um vigoroso golpe de zagaia, despedido pelo Muzila, direito ao coração do animal. Tôda a gente gritou então a um tempo "baéte" saüdação respeitosa que equivale a "viva o rei!" Os restantes nove bois foram igualmente mortos à zagaia por pretos que não tinham figurado na guerra. Enquanto uns esfolavam os bois, outros traziam as panelas com as raízes já cozidas e depunham-nas ao pé do Muzila, procedendo-se, então, à grande cerimônia solene da purificação dos guerreiros. Muzila soltou um colar de pedacinhos de raízes variadas que trazia ao pescôço, escolhendo dentre elas as que julgou mais próprias e mais aromáticas, raspou com uma sagaia algumas aparas que deitou numa panela pequena. Em seguida tirou o *majovo* ou *tanga de tiras de peles* de animais, e ficou nu".

No mesmo Boletim, *Terras de Mocanga* — Relatório da viagem realizada de 8 a 17 de julho de 1885, pelo Padre José Vitor

Courtois, as terras de Mocanga, pág. 506: "... Duas palavras sobre o conteúdo da carta do Cancuin: 1.º que cousa mandou S. Excia. como pequena lembrança? Eram duas tangas de ouro em pó, oferecidas como anel de dedo ou aliança. Pode-se ver, na carta infra-referida, que me foi também mandada uma tanga de ouro como sinal de amizade". Ainda à pág. 520 — (Documentos) — 1 — Cópia da carta do Capitão-mor de Mocanga:



Índios do planalto central do Brasil, já em uso da vestimenta parcial, que substituiu a "tanga"

"Mocanga 30 de janeiro de 1885 — ... Por meio desta, faço duas linhas com o fim de procurar pela sua boa e perfeita saúde e felicidades nos seus trabalhos. Remeto um quiçabo de trigo para o amigo senhor, como também uma tanga de ouro, como anel de dedo; não me é possível mandar ao amigo o que eu desejava ofertar, porque, os meus ainda estão para o mato;..." etc.

Ali, aqui, a tanga, pêso, a tanga, ouro. Voltando à tanga recato, agasalho, defesa do corpo, vamos encontrá-la num território geográfico muito mais amplo, servindo a grupos humanos de diferentes valores sociais. Tanga, por exemplo, é o Langotim industânico: "pano curto com que os ichás pobres se cingem; tanga, lenço que se traz por entre as nádegas, com uma ponta

atada a um cordel por detrás da cintura e a outra parte pendente por diante. Usa-se mais o termo ao presente na segunda acepção e diz-se às vezes *langosta*, em Goa. Em quimbundo, o langotim corresponde a *mulambo*. No Brasil e na África portuguesa é a peça de pano que é longor de vara e meia, ou duas varas sem feitio, que, enrolada na cintura e pendendo como uma fralda, é aquilo com que as Índias se encacham e cobrem as partes vergonhosas da cintura até ao joelho", Cf. Dr. Frei Domingos Vieira, *Grande Dicionário Português*, 5.º volume, pág. 672. Com idêntico significado, pano, capa. "*tanga* do quibundo *ntanga*", a ela se diferem Delgado, Beaurepaire Rohan, Pacheco e Lameira, Cardeal Saraiva. Já Eduardo Carlos Pereira e o mesmo Gonçalves Viana, tantas vezes citado aqui, não aceitam a origem quimbundo para o vocábulo, inclinando-se por uma origem cafre. Macedo Soares pensa que a palavra se origina do bundo ou conguês. E procurando entrar no mérito, por referência ao *Dicionário Abreviado da língua conguesa* de Camecatti.

Para o nosso Batista Caetano, "*Vocabulário*", pág. 478, tem razão o padre Tastevin quando reconhece que *tanga* é vocábulo tupi-guarani. Entende que a origem é americana, porque em nenhum dos termos que em angolês designa vestuário, se acha algo que lembre *tanga*, dado como significado de capa, coisa de cobrir, de resguardar do sol. Como em angolês não há palavra com o significado de capa, capote português, pensa que *tanga*, objeto de tapar, é igualmente estranha a essa língua. E argumenta contra Macedo Soares, a favor da origem guaraní, dizendo que, nessa língua ameríndia, "ang" significa fazer sonhar, envolver, tornar intangível, função precisa da *tanga*, que encobre, deixa adivinhar mas evita que se veja, toque, palpe.

Não nos quer parecer, entretanto, que *tanga* seja palavra americana. Vocábulo africano, é que ela deve ser. Vestuário próprio da África. Seja como defesa higiênica, seja como usança de rito totemista, o fato é que os negros africanos, trazidos ao Brasil durante quatro séculos, vinham de *tanga*, nome porque designavam a escassa indumentária com que se velavam. Poderiam ter recebido o uso e o nome de povos asiáticos de civilização adiantada, por isso que, na Ásia portuguesa, por exemplo, encon-



Indio Orarimugô. Bororo oriental, preparado para a caça, da aldeia Meruri,
no alto Araguaia, Mato Grosso

tramos o vocábulo não só com a designação de moeda, como, o que era mais vulgar, com o significado de saio, saioite, peça de vestuário em pano fino, usada em várias cerimônias. Os primitivos cronistas do Brasil não a reconheceram em nenhum vocabulário indígena e ela aparece precisamente depois que o negro introduzido no país divulga-a com o uso e significado que lhe conhecemos. É palavra puramente de importação, de que os cronistas dos primeiros séculos e os cientistas do século XIX por diante, usam vulgarmente, sem se preocupar com a sua origem.

Parece não prevalecer discordância sobre esta afirmação. Onde as opiniões divergem, é quanto à etimologia, que querem uns que seja africana, outros asiática, e ainda outros, em menor número e sem maior razão, americana. O exame minucioso dessas origens, leva-nos a admitir que a sua procedência vem do quibundo (língua falada pelos negros bantús da região do Congo, Angola, Costa do Ouro, etc.) significando pano enrolado entre a cicatriz umbelical e as coxas, tira de pano passada entre as coxas, pano enrolado por entre as nádegas ou, ainda, pano atado à cintura para cobrir a região sexual, que é a acepção mais em uso.

A TANGA ENTRE OS ÍNDIOS DO BRASIL

Os índios do século XVI foram encontrados nus. Sobre o corpo traziam enfeites de pena, conforme relatam os cronistas. Só mais tarde depois do contacto com outras raças, velaram parte do corpo. É quando a *tanga* aparece entre eles. No século XVI a *tanga* não é encontrada entre os índios. A pureza e a simplicidade velavam o que a malícia e o tempo se incumbiram de cobrir. Vaz Caminha, o cronista que batiza a nova terra e sobre ela escreve seu primeiro documento literário, a carta a el-rei Dom Manuel, diz que as índias andavam nuas sem qualquer recato. Dos primeiros homens que sobem à nau capitânia, refere que estiravam-se de costas na alcatifa, a dormir, sem procurarem maneiras de encobrir suas vergonhas". E mais adiante: "Alí andavam entre eles três ou quatro moças, bem mocinhas e gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas costas; e suas vergonhas tão

altas etc." "que, de as nós muito bem olharmos não tínhamos nenhuma vergonha". E ainda: "E uma daquelas moças era tôda tingida, de baixo a cima, daquela tintura, e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, etc." Cf. Navarrete "coleccion de las viages y descubrimientos que hicieron por mar



"Tanga do Pacoval". Barro cozido de boa qualidade. Decoração em cor de terra da Umbria, sobre fundo de argila branca

los Españoles", inserta na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II págs. 90 e 91. E logo depois o "pilôto anônimo", Américo Vespucci, Jean de Lery, Thevét, Hans Staden, verificam e registam a circunstância dos indios andarem nus. Nus e puros, nus sem nada, sem artifício de tanga ou recato, que só o tempo lhes emprestaria.

Hans Staden refere-se aos tupiniquins numa página descrita: "É uma gente bonita de corpo e de feição, tanto os homens como as mulheres, iguais à gente daqui; sômente são queimados do sol, pois andam todos nus, moços e velhos, e nada têm que encubra as partes vergonhosas. Desfeiam-se a si mesmos com pinturas e não têm barbas, porque as arrancam pela raiz, logo que lhes nas-



"Tanga" do Pacoval. Exemplar recolhido ao Peabody Museum, Cambridge, Mass.

cem". Em tôdas essas páginas não há referência à *tanga* ou peça que a substitua e, ilustrando a narração com abundante ilustrações em xilogravuras, nelas vemos índios e índias, em variadíssimas situações e atitudes, inteiramente nus. Cf. desenhos publicados na edição de Marburgo (1557) reproduzidos na edição da Academia de Letras, e no *Album* de Bry, publicado na Holanda

em 1619. Em outra passagem, pág. 132, Staden ainda escreve: "a gente anda nua, em nenhuma parte da terra, que está entre os trópicos, faz tanto frio". Algum tempo mais tarde, quando em visitação pelo Brasil, aí por 1583 a 1596, o padre Fernão Cardim encontra e narra o mesmo costume dos índios andarem nus. "Todos andam nus assim, homens como mulheres, e não tem gênero nenhum de vestido e por nenhum caso *verecundant* antes parece que estão no estado de inocência nesta parte, pela grande honestidade que entre si guardam, e quando algum homem fala com mulher



"Tanga" do Pacoval. Exemplo fragmentado, de dimensões mais reduzidas

vira-lhe as costas". E na *Informação da Missão do P. Cristóvão Gouvêia às Partes do Brasil ano de 83 ou Narrativa Epistolar de uma Viagem e missão jesuítica pela Baía, Ilhéus, Pôrto Seguro, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente (São Paulo) etc. desde o ano de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Cristóvão de Gouveia* — escrita em duas Cartas ao P. Provin-

cial em Portugal — III parte do *Tratados da Terra e da Gente do Brasil* pág. 259, ainda se lê "As mulheres nuas (coisa para nós mui nova) com as mãos levantadas ao Céu também davam seu *Ereinpe*, dizendo em português, "louvado seja Jesus Cristo". Nesse mesmo *Tratados* de Fernão Cardim — Tradução e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, edição da Academia de Letras, regista-se a existência daquele hábito, à pág. 148, quando o cronista explica: "Agora andam alguns ves-



"Tanga" do Pacoval, das coleções do Museu
Paraense Emilio Goeldi

tidos, assim homens como mulheres, mas estimão-no tão pouco que o não trazem por honestidade, mas por cerimonia, e poruque lho mandão trazer, como se vê bem, pois alguns saem de quando em quando com umas jornes que lhes dão pelo umbigo sem mais nada, e outros somente com uma carapuça na cabeça, e o mais vestido

deixarão em casa etc.". É pouco adiante pág. 270. "As mulheres os acompanham, e os mais dêles nus, e juntos andam correndo tôda a povoação, dando grandes urros, e juntamente vão bailando, etc..." São igualmente abundantes êstes exemplos em Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, no *Diálogo das Grandezas no Brasil* e em geral nos cronistas que viram a nossa gente no século XVI.

Do século XVII por diante outros narradores começam a relatar o encontro de índios que usam *tanga* ou se vestem parcialmente, usança que reflete a influência domesticadora dos jesuítas e dos primeiros colonizadores. E seguindo a marcha do tempo, acompanhando a ação evolutiva forçada pela presença do homem o ameraba irá cobrindo-se parcialmente, adquirirá recalques e branco, o ameraba irá cobrindo-se parcialmente, adquirirá recalques e usará modalidades de *tangas*. Barleu em 1647 ainda registrará: "*História dos feitos recentemente publicados durante 8 anos no Brasil, e noutras partes, sob o govêrno do ilustríssimo João Mau-*



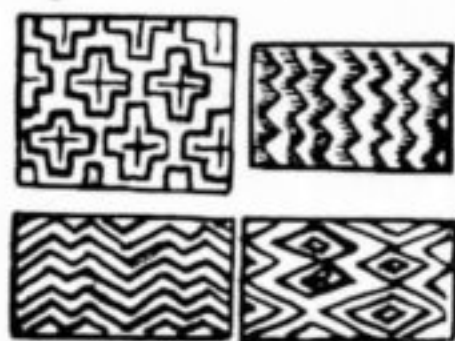
Motivo de decoração típica das tangas "de Marajó." Aparece em quase tôdas as peças desse gênero

ricio, Conde de Nassau — Tradução e anotação de Cláudio Brandão, Rio, 1940, pág. 73: "Os incolos andam nus, a não ser que uma *tanga*"... Do século XVIII por diante não será mais possível encontrá-lo na sua pureza primitiva, na plena exibição do corpo natural. O índio terá sempre a cobrir-lhe as regiões anatómicas onde o branco situou a vergonha, qualquer trapo, grosseiro ou delicado, limpo ou de côr suspeita, mas que sirva para cobrir ou tapar, aos homens como às mulheres, porque êles já terão chegado, com as discutíveis vantagens, os prejuízos e recalques da nossa civilização.

Naturalistas, etimólogos, arqueólogos, ou simples viajantes conduzindo apenas curiosidade e inteligência, virão encontrar-se nas malocas, nas tabas, nas ocaras, com índios cobertos parcialmente com retângulos de algodão. O branco não lhe terá transmitido benefícios morais ou materiais, mas já o encheu de prejuízos e desrespeitou-lhe a plástica disfarçando-a com trapos. Estes trapos se chamarão *tangas*. E servirão para provar que, a presença de outro índio de *tanga*, não desperte no índio de pura vida nativa o desejo ou a necessidade de vesti-la, quando imunes de todo contacto com a nossa civilização.

E um exemplo encontramos recente nas modernas explorações promovidas neste século.

Rondon, na sua primeira e memorável excursão de 1907 deparou-se na foz do Juhina, em plena floresta, com nhambiquaras completamente nus. Meses depois, em junho de 1908, tornava a encontrá-los já na maloca e observava o mesmo costume. Os homens, escreve o egrégio sertanista, trazem para se compor e como defesa, pingentes de fibras; as mulheres *nada vestem*, a não ser



Motivos de trançado carajá, utilizados nas "tangas" dos índios d'esse grupo

colares e pulseiras de que também os homens usam (Cel. Amílcar A. Botelho de Magalhães, *Pelos Sertões do Brasil*, pág. 83). No mesmo livro, transcrevendo trechos de Rondon, lê-se ainda, págs. 381 e 382 referência ao mérito do grande desbravador com os Cacainrás, no rio Culuene, um dos formadores do Xingú. Eram quatro índios, dois quais evidentes caciques e estavam

todos nus e pintados. E reforçando o detalhe: "A tribo Canainrá não se veste, nem com palhas, nem com qualquer tecido, observação que se ajusta plenamente ao nosso ponto de vista de que o uso da *tanga* entre os índios é produto de puro mimetismo.

E, se não bastassem para justificar a nossa afirmação as modernas citações colhidas no maior desbravador dos sertões do Brasil, em dias correntes d'este século, confirmadoras de que o índio vive nu, sem *tanga*, em seu estado natural, poderíamos lem-

brar a recente excursão promovida há poucos anos, bem perto de nós, em 1935, pelo Sr. Herbert Baldas entre os Topirapé, os Rarájá, etc., com os quais conviveu algum tempo, dêles publicando, mais tarde documentação fotográfica em que êles aparecem como viviam na maloca, inteiramente nus.

Se necessitássemos de sustentar a tese de que, depois do contacto continuado com o branco, o índio passa a usar tanga, bas-



Índio Canela, tocando busina. Limites de Goiás e Maranhão.

taria nos socorrermos do próprio Rondon, que encontrou as mulheres pareci vestidas com uma *tanga* tão composta e bem urdida que mais se assemelhava a um espartilho ou moderno modelador usado pelas senhoras. Ou ainda do trabalho do Sr. Emilio Rivasseau sôbre os índios guaicurús, com os quais conviveu observando-lhes os costumes reproduzidos em desenhos onde aquêles índios de velho conhecimento dos brancos parecem vestidos. E também seria o momento de apelarmos para a contribuição pessoal dêsse outro amigo dos índios, que é o Coronel Lima Figueiredo, nas notas recolhidas e incorporadas no seu livro *Índios do Brasil*.

por onde fácil é chegar à conclusão de que o disfarce, tenha ou não o nome de *tanga*, usado pelo índio, só aparece entre os grupos que acusam um longo e continuado convívio com o homem branco.

A TANGA DE BARRO DO PACOVAL

Esta é uma outra modalidade de *tanga* que nenhuma coordenação apresenta com os diferentes objetos do mesmo nome estudados neste trabalho.

Estamos diante de um artefato de barro peculiar a uma única região oleira da Amazônia e, seguramente, da América, por isso que, em nenhuma tribo, grupo ou família, ela foi encontrada.



Índia Acuen. Cherente, semi-civilizada, fiando algodão à maneira indígena, da Aldeia-Velha dos Paneiros, rio do Sono, Goiás.

A *tanga* de barro, da qual em outros ensaios já nos temos ocupado (*Introdução à Arqueologia Brasileira, Migrações e Cultura Indígena*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, *Roteiro dos Andes*, Biblioteca Militar) pouca matéria nova pode oferecer que

já não tenha sido estudada por nós e, neste trabalho, aparece, apenas, para revigorar a observação de que a *tanga* marajoara é objeto de culto totêmico, não tem nenhuma relação com hábitos peculiares ao pudor.

As velhas designações correspondentes às funções que se lhe emprestavam (*avental de pudicícia, folium vitis, babala* ou *babal*,



Jovem índia Craô da aldeia da Cabeceira Grossa no rio Manuel Alves Grande, limites de Goiás com o Maranhão



Jovem índia Apinage da aldeia Bacaba, no norte de Goiás

saia, dragonas) perderam qualquer significado diante da abundante documentação hoje reunida comprovadora da sua finalidade cultural.

A *tanga* de Marajó é artefato de barro ligado ao ritual em conexão com o culto falolátrico que com ele coexistia na ilha. Prende-se ao período do matriarcado e interpõe-se a sua cultura entre as culturas andinas anteriores ao período do cacicazo. Não

tem nenhuma ligação com a questão do pudor, que não existe entre os selvagens. Quando a india se senta sôbre os calcanhares, com os joelhos cerrados, tomando uma posição perfeitamente discreta, não está agindo sob a fôrça do recato, no sentido literal e filológico que emprestamos à palavra. Ela serve naquela posição ou atitude a imperativos biológicos ligados à função do sêr e em relação direta com a mística da concepção entre os selvagens.

ANGYONE COSTA

(Conservador cl. K. Professor de Arqueologia do Curso de Museologia).

BIBLIOGRAFIA

- BEAUREPAIRE ROHAN (*Luis*) — "Dicionário das palavras empregadas nas obras de C. SALLUSTIO CRISPO, com a significação particular de cada térmo — Rio de Janeiro, 1882.
- VIEIRA (*Frei Domingos*) — "Dicionário Português ou Tesouro na Língua Portuguesa" — Vol. V — Pôrto, 1874.
- GONÇALVES VIANA (*A. R.*) — "Apostilas aos Dicionários Portugueses" — Tomo II — Lisboa, 1906.
- NEVES (*Deocleciano F.*) — "África Oriental Portuguesa" — *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1882.
- VAZ CAMINHA (*Pero*) — "Carta a El Rei Dom Manoel — História da Colonização Portuguesa do Brasil" — Vol. II — Pôrto, 1923.
- CARDIM (*Fernão*) — "Tratados da Terra e da Gente do Brasil" — Edição da Academia de Letras.
- SOARES DE SOUZA (*Gabriel*) — "Tratado Descritivo do Brasil em 1587".
- BARLEU (*Gaspar*) — "História dos feitos recentemente publicados", etc. *Trad. e notas de CLÁUDIO BRANDÃO* — Rio, 1940.
- ANGYONE COSTA (*J.*) — "Migrações e Cultura Indígena" — S. Paulo, 1938.
- ANGYONE COSTA (*J.*) — "Una pieza de culto sexual en la arqueologia amazônica" — *Tese aprovada pelo XXVII Congresso de Americanistas reunido em setembro de 1939 na cidade de Lima* — Lima, 1942.

ASPECTOS DO RIO ANTIGO

JACQUES ARAGO E OS DESENHISTAS DAS
EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS FRANCESAS,
ENTRE 1817 E 1840

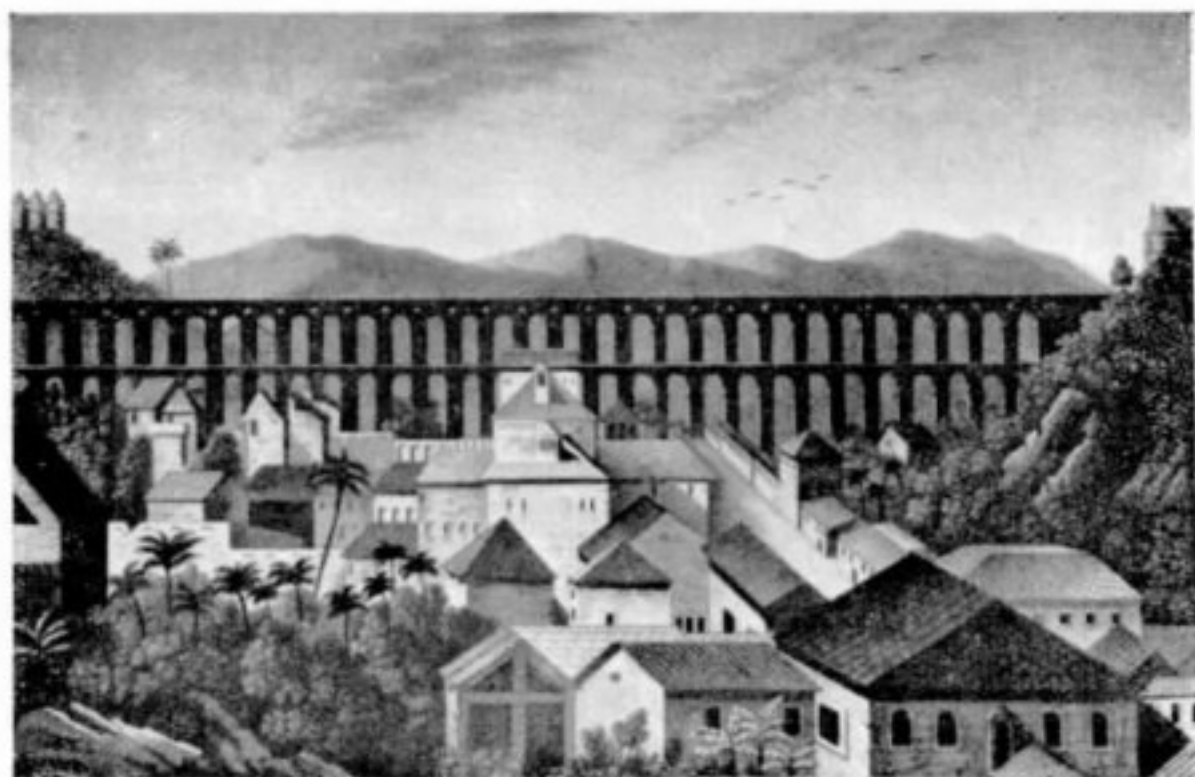
Adquiridas ultimamente pelo Govêrno Federal no leilão Djalma Hermes, acham-se em exposição no Museu Histórico Nacional, fazendo parte do seu acêrvo, 21 estampas coloridas representando diversos aspectos do Rio antigo. Ora é uma cena movimentada de rua, ora uma praça com um belo edifício ao fundo, animada por um sorriso malicioso de mulher entre as cortinas de uma cadeirinha que passa, ora um recanto de arrabalde; mas, sobretudo, cenas marítimas mostrando a cidade vista do mar, ou a entrada da baía com embarcações em cujos mastros flutua o pavilhão tricolor: são navios franceses.

Algumas estampas trazem os títulos em série: "Voyage de la Bonite, Voyage de la frégate la Vénus"...

Neç sempre, porém, são os aspectos fielmente reproduzidos. Ao contemplá-las, tem-se, às vêzes, a impressão de que o artista apenas esboçou o desenho, completando-o de memória depois, de volta à pátria. Assim, aparecem telhados em mansarda, ou com massudas chaminés mais próprias para um clima temperado e do tipo então usado na França.

Uma das estampas representa o aqueduto da Carioca, "o mais belo e o mais perfeito monumento na arte da construção existente no velho Rio de 1817", segundo Spix e Martius. Embora tivesse escrito as seguintes palavras de louvor: "Dir-se-ia uma obra dos Romanos ao tempo do seu apogeu", o artista que o reproduziu não

conseguiu lhe dar a impressão da sua grandiosa arquitetura; e as edificações no primeiro plano limitadas pelo aqueduto lembram, em seu conjunto, por seus telhados ponteados, suas paredes em contraforte, e torreados, alguma cidadezinha medieval com sua



Vista duma parte da cidade e do Aqueduto da Carioca em princípios do Século XIX. Desenho de Arago, gravura de Reville e Bovinet

casaria em estilo romântico, perdida nos Pirineus franceses: Perpignan, Carcassonne?... Não é de admirar esta sugestão, pois o desenhista é Jacques Arago (1), natural daquela encantadora região do sul da França.

Mas, examinemos cronologicamente as estampas. São provenientes de Atlas e Albus das viagens empreendidas sob os auspícios do governo francês pelo almirantado daquele país, entre os anos de 1817 e 1840, viagens essas que compreendiam a circunavegação do mundo "no interesse da ciência e da navegação".

(1) Jacques E. V. Arago, desenhista da expedição, irmão de Francisco Arago, um dos maiores sábios do século XIX. Nasceu em Estagel, nos Pirineus Orientais, em 1799 e faleceu no Rio de Janeiro em 1854. Romancista e autor dramático. Em 1837, foi acometido de uma cegueira completa. "Souvenirs d'un aveugle — Voyage autour du monde", publicada em 1839, é a sua obra mais conhecida.

Relações completas foram divulgadas depois pelos sábios navegantes. A primeira recebeu o título pomposo:

“Voyage autour du monde, entrepris par ordre du Roi, sous le Ministère et conformément aux instructions de S. Exc. M. le vicomte du Bouchage, secrétaire d'État au département de la Marine, exécuté sur les corvettes de S. M. l'Uranie et la Physicienne, pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820; publié sous



Vista do Largo do Rocio, atual Praça Tiradentes, em 1820. Desenho de Arago, gravura de Lerouge e Bernard
Das Coleções do Museu Histórico Nacional

les auspices de J. E. M. le comte Corbière, secrétaire d'État de l'Intérieur etc. etc., par M. Louis de Freycinet, capitaine de vaisseaux, chevalier de Saint-Louis Officier de la Légion d'Honneur, Membre de l'Académie Royale des Sciences de l'Institut de France, commandant de l'expédition”.

Resumindo as outras:

“Voyage autour du monde de la corvette la Coquille, pendant les années 1822 jusqu'à 1825, par Luis Isidore Duperrey;

Journal du voyage autour du Globe de la frégate la *Thétis*, et de la corvette l'*Espérance*, pendant les années 1825 et 1826, par le baron de Bougainville;

Voyage de la corvette d'*Astrolabe* pendant les années 1826 jusqu'à 1829, par Jules Dumont d'Urville;

Voyage autour du monde executé pendant les années 1830, 1831 et 1832, sur la corvette la *Favorite*, par Laplace (Cvrille-Pierre-Théodore);

Voyage autour du monde de la corvette la *Bonite* pendant les années 1836 et 1837, par De la Salle;

Voyage autour du monde de la corvette la *Bonite* pendant les années 1836 jusqu'à 1839, par Abel du Petit-Thouars;

Expédition de l'*Astrolabe* et de la *Zelée*, par J. Dumont d'Urville, 1837-1840''.

Seria fastidioso aqui fazer um comentário sôbre essas viagens tão interessantes, uma vez que em ambos os livros do Sr. Melo Leitão sôbre o assunto, "Visitantes do Primeiro Império" e "História das expedições científicas no Brasil", tudo se encontrará a respeito. E nem é outro o nosso objetivo senão occupar-me-nos dos desenhistas das estampas, os quais se achavam a bordo dos veleiros.

Citemos em 1.º lugar Jacques Arago que fêz parte da expedição Freycinet. Vinha cheio de ardor juvenil, pois ao chegar pela primeira vez ao Rio, a 6 de dezembro de 1817, contava cêrca de 18 anos de idade. Dêle possui o Museu 4 estampas: uma litografia e três gravuras.

A litografia (2) corresponde à última das 26 estampas, não coloridas, constantes do exemplar do seu "Atlas" (3), existente na Secção de Estampas da Biblioteca Nacional. Representa a cascatinha da Tijuca, "la petite Tijuka" como escreveu o autor comentando: "cette cascade appartient à Mr. Taunay". Perto da queda d'água, quase em frente, moravam os artistas Taunay

(2) Trabalho litográfico de Langlumé, litógrafo em Paris no século XIX. Expôs no "Salon" de 1822 a 1824.

(3) Atlas historique et pittoresque, par Js. Arago — 1822 (Promenade autour du monde pendant les années 1817-1820, sur les corvettes l'*Ukraine* et la *Physicienne*, commandées par Mr. Freycinet), 2 vols.

numa casa que hoje não existe mais (4). A esse recanto da montanha fez Arago várias referências na sua obra posteriormente publicada: "Souvenirs d'un aveugle". Éle que na sua ardente mocidade tudo reproduzia com olhos tão apaixonados, havia dois anos cegara por completo.

As gravuras tendo os números 4, 6 e 7, reproduzem respectivamente:

A ilha de Nossa Senhora da Boa Viagem (5), mencionada por êle ao deixar pela segunda vez o Rio, meados de setembro de 1820: "Bientôt nous perdîmes de vue la Gloria, l'ermitage vénéré de Notre-Dame-de-Bon-Voyage, les hauts édifices de la cité royale;..."

(4) No local em que existia a casa foi erigido em 1928 um marco comemorativo da moradia na Tijuca dessa ilustre família de pintores.

O mais moço dos cinco filhos do grande pintor Nicolau Antonio Taunay, da missão artística francesa de 1816, também tomou parte na expedição Freycinet, como desenhista voluntário. Chamava-se Adriano Amado Taunay. Ao embarcar, a 29 de janeiro de 1818, ainda não contava 16 anos de idade. Posteriormente, substituindo Rugendas, acompanhou Langsdorff na sua expedição ao interior do Brasil, perecendo afogado no Rio Guaporé a 5 de janeiro de 1828.

(5) Estampa gravada por Desaulx, gravador a buril em Paris, século XIX.

A ilha da Boa Viagem, a "Ilha Sagrada", como a denominou Thomas Ewbanck (Life in Brazil), era para os marítimos mais do que encantadora paisagem: no seu ponto mais elevado ergueu-se uma capelinha tôda caiada de branco, restaurada em 1909, que foi outrora objeto de grande veneração entre êles (a restauração da capela e outros melhoramentos na ilha, inaugurados no ano acima mencionado, foram realizados pela Associação Protetora dos Homens do Mar, associação fundada em 1890 por um grupo de oficiais de marinha — Liga Marítima, Ns. 20 e 23, 1909). Dedicada ao culto de N. Senhora protetora dos viajantes, teria sido construída em meados do século XVII (mil seicentos sessenta e tantos) e reedificada em 1860 após um incêndio, segundo informam os cronistas mais conhecidos (Melo Moraes Pae, Vieira Fazenda e Augusto Fausto de Souza), tendo sido seu fundador o provedor da fazenda real Diogo de Carvalho Fontoura (aliás Diogo Carneiro da Fontoura, como se lê nos "Documentos Históricos" da Biblioteca Nacional", e cujas armas se achavam esculpidas na porta principal. Mas nenhum dos cronistas citados menciona a data inscrita na fachada da singela ermida:

"PRINCIPIOU ESTA OBRA/ EM 1734 SENDO MRE. AMARO / DA
SVA., ENRO., DRO. J. DE FARIAS / RO., PRE., MEL., GES., DE.,
CO., E MAIS / 173 DEVOTOS".

o que, segundo parece, quer dizer: Principiou esta obra em 1734, sendo mestre Amaro da Silva, engenheiro decorador J. de Farias, reverendo Padre Manuel Gomes de Carvalho, e mais 173 devotos.

A ilha era primitivamente fortificada. Armou-a de artilharia Sebastião de Castro Caldas, 36.º governador do Rio de Janeiro (1695-1697), contando ao

— O aqueduto da Carioca (6). A referência aqui é desnecessária por ter sido feita no começo deste trabalho;

— O largo do Rocio (hoje Praça Tiradentes). Ao fundo, um belo edifício. É o Real Teatro de São João (7). Lê-se no friso do frontispício a data 1812 em caracteres romanos (seria 1813 a data inscrita, conforme a descrição de Moreira de Azevedo). Arago desenhou-o com linhas mais elegantes do que o edifício realmente apresentava. Debret nã-lo mostra mais pesado e desprovido de beleza. Na sua estampa as janelas são quadradas e de guilhotina; as reproduzidas por Arago são esguias, do tipo clássico francês, estilo Luiz XVI. É o senso da realidade superado pela fantasia que, diga-se de passagem, não faltava ao autor

tempo de Duguay-Trouin — informa Rio Branco — 10 bocas de fogo. Foi sucessivamente desarmada e rearmada. Na revolta de 1893, porém, foram suas baterias arrazadas, e hoje ainda se podem ver as esplanadas do primitivo forte, localizadas à meia-altura do monte e de frente para a barra. Guarnecia o forte um contingente do Batalhão Naval.

Em 1810, foi fundado na ilha um lazareto, transferido para outro lugar após a proclamação da República.

A Escola de Aprendizes Marinheiros, criada em 1840, também ali funcionou até 1876.

Augusto Fausto de Souza afirma "que na carta levantada em 1711 por Duguay-Trouin era uma ilha bastante afastada da terra, e em outras plantas figura como ilha; entretanto, atualmente é ligada por uma língua de areia que dá passagem nas ocasiões de vasante..." O próprio almirante bretão, porém, descreve-a como península (*Memórias de Monsieur Duguay Trouin etc.*, trad. de S. de S. — Revista Marítima — Jan. Fev. 1940).

Doada pelo Ministério da Marinha em 1937, pertence hoje à Federação Brasileira dos Escoteiros do Mar, que ali instalou o seu Campo Escola, segundo nos informou o Comte. Benjamin Sodré, Comissário Geral, a quem se deve nesta Nota a maior parte das referências sobre a ilha da Boa Viagem.

(6) Estampa gravada por Réville e Bovinet, ambos da escola francesa. O 1.º, Jean Baptiste Réville, gravador, nasceu em Paris em 1767 e faleceu em 1825. Gravou paisagens. O outro, Edmé Bovinet, gravador, nascido em Chaumont (Haute-Marne), falecido em Creil cerca de 1832.

(7) Autorizada a sua construção por decreto de 1810, foi inaugurado a 12 de outubro de 1813, data natalícia do príncipe D. Pedro, depois Imperador. Foi construído segundo o modelo do Real Teatro de S. Carlos de Lisboa (1792), por sua vez copiado o primitivo S. Carlos de Nápoles. Pegou fogo por três vezes, a 25 de março de 1924, dia em que D. Pedro I, da própria sacada, prestou juramento à Constituição Brasileira; a 9 de agosto de 1851, e a 26 de janeiro de 1856. Depois do primeiro incêndio foi reconstruído com o nome de Imperial Teatro S. Pedro de Alcântara. Durante a Regência, isto é, de 30 de maio de 1831 a 9 de junho de 1838, chamou-se Constitucional Fluminense. Finalmente, foi demolido e levantado outro no mesmo local, conservando a denominação de João Caetano com que estava funcionando desde 24 de agosto de 1923. A inauguração do novo teatro teve lugar a 28 de junho de 1930.



Vista da rua e igreja da Lapa no 2.º quartel do século XIX. Desenho de Fisquet. Figuras de Bayot. Litografia de Chapuy.
Das Coleções do Museu Histórico Nacional

de "Souvenirs". Assim, a sua maneira de interpretar revela bem o espírito de sua pátria: imaginação, elegância, gosto pela forma. Em contraste, observe-se, por exemplo, a interpretação de um Hermann Burmeister ao desenhar a antiga cadeia de Ouro Preto (8) (*Reise nach Brasilien*, Berlin-1853). O edifício que é de boas proporções, sob o seu lápis torna-se pesado, acaçapado e de aparência colossal. É a maneira de sentir do prussiano. Este exemplo, aliás típico, fica, entretanto, quase invalidado, pois Burmeister era homem de ciência e não artista (9). Não desviemos, *sem dúvida*, de volta do Oriente, na sua segunda estadia no Rio, porém, o curso... da viagem. Arago esboçou o teatro São João, última etapa da expedição Freycinet, que ao deixar mais uma vez a capital do Novo-Reino, rumou diretamente para Cherburgo. Esta nossa suposição é baseada na maneira pela qual tratou o telhado, acentuando por demais a forma curva do beiral, ao modo chinês, assim como o mirante no alto do edifício, o qual mais se assemelha ao cimo de um pagode. É óbvia certa influência chinesa na arquitetura portuguesa, em consequência das conquistas lusas na Ásia e do respectivo intercâmbio comercial. Mas exagerando essa influência, tirou-lhe Arago o caráter próprio do estilo.

Jacques Arago era mais romântico do que realista. Além do que já dissemos sobre as suas estampas, basta citar um trecho de "Souvenirs", ao comparar o Rio de Janeiro com outras cidades consideradas então as mais belas do mundo: "Ni la superbe Gênes avec ses palais de marbre et ses jardins suspendus; ni la riante Naples avec ses eaux limpides, son Vésuve et ses villas si fraiches; ni Venise la riche avec son architecture mauresque (sic), ses coupoles et ses ciselures; ni même le Bosphore avec ses immenses dômes, ses kiosques et ses minarets jusqu' aux nues, n' offrent à l' oeil étonné un plus magnifique panorama".

(8) Smith (C. Robert) — Alguns desenhos de arquitetura. In *Rev. do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, N. 4. 1940.

(9) Zoológico eminente, chegado ao Rio a 12 de setembro de 1850, permaneceu no Brasil até princípios de 1852. Dirigiu-se quatro anos mais tarde para a Argentina ("Viagem ao Prata"). Regressando à Alemanha, foi convidado pelo governo argentino para dirigir o Museu de Ciências Naturais de Buenos Aires, e em princípios de 1861 embarcou definitivamente para a Argentina.

Não cessaram aí, porém, as atividades artísticas de Arago em relação ao Brasil. Muito mais tarde, a 18 de outubro de 1850, de passagem novamente pelo Rio, ao voltar de uma longa viagem pelo Pacífico, assistia no Teatro São Januário (10) uma peça de sua autoria "A Gargalhada", magistralmente interpretada por João Caetano (11). Chegando a Paris, publicou "Foyers et Coulisses" onde comparava o grande trágico brasileiro a Ligier, então principal ator do teatro "Porte Saint-Martin", concluindo o panegírico com as seguintes palavras: "Cet homme est une des gloires brésiliennes".

Passados quatro anos voltou ao Rio. A cidade que tanto o impressionara na juventude, parecia chamá-lo de vez: hospedado em casa de João Caetano, ali faleceu, súbitamente, a 30 de novembro de 1854 (12).

A segunda e quarta expedições não nos interessam: A corveta "la Coquille", sob o comando de Duperrey, só tocou na ilha de Santa Catarina; a corveta "l'Astrolabe" (13), sob o comando de Dumont d'Urville, tocou no Rio de Janeiro, posteriormente, na sua segunda viagem e última da respectiva série. À essa expedição teremos ocasião de nos referir mais tarde.

Passemos à terceira expedição, comandada pelo barão de Bougainville, filho de outro famoso navegador que de 1766 a 1769

(10) Aberto com o nome de Teatro da Praia de D. Manuel a 2 de agosto de 1834, dia de aniversário da princesa de Joinville, D. Francisca, filha de D. Pedro I. Em setembro de 1838, passou a chamar-se Teatro São Januário, em homenagem à princesa D. Januária, quarta filha do Imperador, nascida a 11 de março de 1822 e que casou com o conde d'Aquila (D. Luiz de Bourbon). A 23 de maio de 1862, tomou o nome de Ateneu Dramático, sendo demolido seis anos depois.

(11) João Caetano dos Santos, nascido em S. João de Itaboraí a 27 de janeiro de 1808, filho do capitão de ordenanças do mesmo nome e de D. Joaquina Maria Rosa dos Santos, e falecido no Rio de Janeiro a 24 de agosto de 1863.

(12) De uma apoplexia fulminante.

(13) Ex-"la Coquille", recebendo o nome de "Astrolabe" em memória de uma das fragatas da malograda expedição do barão de La Pérouse, célebre viajante do século XVIII.

realizara uma viagem ao redor do mundo. Debalde procuramos o respectivo relatório, embora nos esclareça o Sr. Melo-Leitão que a fragata "la Thétis" foi comandada pelo próprio barão e a corveta "l'Espérance" por Nouquer du Camper, sendo citado La Touanne como um dos mais distintos oficiais que fizeram parte da expedição.

As estampas do Museu numeradas de 29 a 34 são litografadas "d'après" E. B. de Touanne. Assim, não é difícil supor tenha sido este oficial o desenhista da expedição Bougainville.

São em número de seis:

N. 29, representa a entrada da baía do Rio de Janeiro vista de dentro, frente para a barra, o Pão de Açúcar à direita.

N. 30, traz a lembrança o assunto duma gravura de Arago: a ilha da Boa Viagem.

N. 31, é uma bela estampa em que se veem ao fundo as montanhas do Rio de Janeiro desenhadas de uma maneira um pouco fantástica. À esquerda, quase imperceptíveis, o mórro e a igreja da Glória.

N. 32, dá uma estranha impressão do Corcovado visto do amplo terraço da casa do Cônsul da Inglaterra (14), em Botafogo.

Ao muro, damas e cavalheiros entretêm-se apreciando a paisagem.

N. 33, mostra a entrada da barra do alto do Corcovado, ao nascer do sol, distinguindo-se à direita o Pão de Açúcar. Contemplam o panorama três oficiais de marinha.

N. 34, repete uma cena tratada por Arago e tão cara aos franceses daquela época: a casa com a cascata ao lado em que morava a acolhedora família Taunay.

Concorrendo para uma admirável precisão do desenho, embora pouco verídico, como já acentuamos, prestaram em Paris seu

(14) Mr. Henry Chamberlain, cônsul geral.

concurso nessas estampas artistas como Victor Adam (15), tido como pintor da moda, encarregando-se das figuras, e os afamados litógrafos Bichebois e Sabatier (16).

Há ainda outra estampa "d'après" La Touanne, porém, não fazendo parte do mesmo "Atlas". É litografada por Langlumé (já citado) e o número 34 revela diferente ordem de série. Nela mostra o desenhista mais um aspecto da Tijuca, "la grande Cascade", conforme o título.

A quinta expedição científica chegou ao Rio a 23 de janeiro de 1832, aqui permanecendo até 3 de fevereiro seguinte. O desenhista era o secretário do capitão Laplace, comandante da corveta *La Favorite*. Chamava-se Barthélmy Lauvergue (17) e, exercendo êsses mesmos cargos, havia tomado parte na expedição de Dumont d'Urville, que se limitara ao Pacífico (18). Sobre o Rio deixou êle sòmente dois desenhos, cujas estampas foram depois citadas por Laplace na sua relação de viagem (Paris 1833 a 1835):

"Planche n. 71 — Vue de Rio Janeiro (19).

"Planche n. 72 — On est d'abord étonné, en débarquant sur les quais du port, du coup d'oeil que présentent la cathedrale, le palais de l'empereur et d'autres édifices".

(15) Pintor e litógrafo, nascido em Paris em 1801 e falecido perto de Versalhes em 1866. Filho de Jean Adam de quem recebeu os primeiros princípios de desenho. Estreou no "Salon" em 1819 com o quadro "Hermione", que obteve grande êxito. Frequentou os ateliers de Meynier e do barão Regnault. Imaginação extraordinária e desenho fácil. Como todos os pintores de sua época, desde 1814 dedicou-se quase exclusivamente à litografia.

(16) Bichebois (Louis-Pierre-Alphonse), paisagista e litógrafo, nascido em Paris a 14 de abril de 1801 e falecido em 1850. Sabatier (Leon-Jean-Baptiste) litógrafo e desenhista nascido em Paris. Século XIX. Aluno do barão Taylor e de Bertin, expôs no "Salon" de 1827 a 1870. Vistas pitorescas e portos de mar da Europa.

(17) Pintor de paisagem, nascido em Toulon a 27 de junho de 1805 e falecido em Paris, 1875.

(18) De Sainson, desenhista oficial da primeira expedição d'Urville.

(19) Du Petit-Thouars esclarece: "En écrivant Rio-Janeiro, je me suis conformé à l'usage, que permet de dire indistinctement Rio, Rio-Janeiro ou Rio de Janeiro".

A primeira representa o panorama da cidade visto de bordo, e a segunda a rua Direita, "la Grande Rue", hoje Primeiro de Março (20), vista do Largo do Paço, atual Praça Quinze.

São duas magníficas estampas a aqua-tinta, gravadas por Himely (21), que bem revelam o temperamento romântico de Lauvergne.



Vista do Rio de Janeiro em 1832. Desenho de Lauvergne. Gravura de Himely
Das coleções do Museu Histórico Nacional

A corveta *La Bonite* da expedição comandada por De La Salle, fundeu no Rio a 24 de março de 1836. Trazia a seu bordo, como desenhistas, Lauvergne, nosso conhecido da viagem anterior, e o oficial Theodore Fisquet, depois almirante, aquarelista de mérito. Desta expedição estão expostas no Museu seis reproduções litográficas, sendo cinco numeradas e uma sem número. As nume-

(20) "Rua 1." de março, chamada a principio Direita, apesar de ser torta; recebendo em 14 de maio de 1870 o nome de Primeiro de Março, que comemora a data da terminação da guerra do Paraguai" (Moreira de Azevedo — *O Rio de Janeiro*).

(21) Milely (Sigismond) pintor paisagista, aquarelista e gravador nascido em Neuville em 1801 e falecido em 1872. De 1824 a 1869 expôs no "Salon" aquarelas paisagens.

radas apresentam no alto a inscrição "Voyage de la Bonite". Descrevemo-las por ordem numérica:

N. 3 — Vista do Rio de Janeiro, de Lauvergne. Ao fundo vêm-se as montanhas da Tijuca, porém, muito próximas da cidade, como se estivessem situadas logo atrás do morro do Castelo (hoje arrasado).



A Rua Direita no Rio de Janeiro em 1832. Desenho de Lauvergne. Gravura de Himely.
Das Coleções do Museu Histórico Nacional

N. 4 — Vista da Gávea, também de Lauvergne. À direita, o Corcovado. Uma pequena embarcação sobre o mar revólto, o céu tenebroso. É uma cena de tempestade.

N. 6 — Rua do Rio de Janeiro, de Fisquet: a rua da Lapa com a igreja do mesmo nome, à esquerda. Nota-se a fachada sem o revestimento de azulejos.

N. 7 — Arredores do Rio de Janeiro, de Fisquet. É uma romântica cena de arrabalde em que aparece um grupo de pessoas, umas sentadas, outras de pé, à beira dum rio.

N. 8 — A cascatinha da Tijuca, de Fisquet. No primeiro plano aparece uma modesta casa que foi por largos anos a moradia dos artistas Taunay.

A estampa não numerada reproduz o mesmo assunto correspondente ao n. 4. Ao confrontá-las, observamos que os traços gerais são idênticos. Apenas na última, o céu de uma cor azulada contrasta com o mar revôlto e escuro, o que faz supor houvesse uma falha na impressão da estampa, e uma vez o efeito obtido, fôsse como avulta.

Ao lado dêsses desenhistas convém ainda citar os nomes de Bayot que desenhou as figuras, Sabatier, já citado, Joly e Chapuy, litógrafos de renome (22).

Das duas últimas expedições possui o Museu apenas duas estampas, sendo uma dos desenhistas Ménard (23), e a outra ainda de Lauvergne.

O primeiro desembarcou no Rio de bordo da fragata "La Vénus" a 1 de fevereiro de 1836. Era aspirante de marinha. Desenhou o chafariz do Largo do Paço. Mas não soube sentir as linhas curvas do chafariz barôco do mestre Valentim. Sob o seu lápis surgiu outro de formas clássicas, mais ao gosto do Império. Em Paris foram as figuras desenhadas por Bayot, estando a litografia a cargo de Bichebois.

A última expedição trouxe ao Rio outra vez o romântico Lauvergne, que aqui aportou pela terceira vez, em 1837. Deixou-nos

(2) Bayot (Adolphe-Jean-Baptiste) pintor de gênero e litógrafo, nascido em Alexandria (Itália) a 8 de janeiro de 1810. Filho de pais franceses. Expôs no "Salon" de 1863 a 1866.

Joly (provavelmente Alexis-Victor, citado por Bénézit, entre outros do mesmo nome. Pintor e litógrafo, nascido em 1798 e falecido em 1874. Figurou no "Salon" de 1817 a 1870. Paisagens e aquarelas.

Chapuy (Nicolas-Marie-Joseph) arquiteto e litógrafo, nascido em Paris em 1790 e ali falecido a 23 de julho de 1858. Grande número de litografias: vistas, paisagens, monumentos e curiosidades históricas.

(23) Também escrito Mesnard (Théodore-Romuald Georges). Ele e Masselot, aspirantes de marinha e desenhistas da expedição. Promovidos a guardas-marinha depois da viagem. Cavaleiros da real ordem da Legião de Honra em 28-IX-1840. Elogiados pelo comandante da fragata "La Vénus", Abel du Petit-Thouars nas suas relações de viagem (Paris ← 1840, 1841).

uma expressiva marinha (24). Representa a cidade vista de bordo. Embarcações e mar revôlto. Montanhas ao fundo. Outra cena de tempestade tão do seu agrado.

Inicialmente visávamos apenas pôr em relêvo a figura de Jacques Arago. As pesquisas em tórno do assunto, porém, despertaram-nos a curiosidade de melhor conhecer os desenhistas das outras expedições científicas. O resultado foi que em vez de uma, tivemos que nos ocupar de oito viagens ao redor do mundo.

PAULO OLINTO

(Conservador classe J do Museu Histórico)

(24) Calendário Brasil Histórico — Ed. "Le Connaisseur", 1937.

BIBLIOGRAFIA

Além das citadas no texto, consultamos as seguintes obras :

- ARAGO (*Jacques*) — "D'un pôle à l'autre".
- BÉNÉZIT (*E.*) — "Dictionnaire des Peintres", etc.
- DEBRET (*Jean Baptiste*) — "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil".
- DENIS (*Ferdinand*) — "Brasil". (Tradução portuguesa). Lisboa, 1844.
- LE CORBUSIER — "L'Esprit Nouveau".
- RIO BRANCO — "Efemérides Brasileiras".
- SILVA (*Lafayette*) — "História do Teatro Brasileiro".
- SMITH (*William*) — "Collection choisie des Voyages autour du Monde",
Paris, 1841.
- SOUSA BASTOS — "Carteira do Artista" (Apontamentos para a história do
Teatro português e brasileiro), Lisboa, 1898.
"Dicionário do Teatro Português", Lisboa, 1908.
- TAUNAY (*Visconde de*) — "A cidade do Ouro e das Ruínas" (Mato-Grosso
antiga Vila Bela), São Paulo, 1924.
- TEIXEIRA DE MELO — "Efemérides Nacionais", Rio, 1881.
- VIEIRA FAZENDA — "Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro", *in Rev.*
do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro, Tomos 86 e 89.
- Arquivo Diplomático da Independência — Vol. II (Grã-Bretanha).
- Coletânea de Documentos históricos — Rio, 1922.
- Nouvelle Bibliothèque des Voyages Anciens et Moderns etc. contenant la
Relation complète ou analysée des voyages de **Christoph Colomb**,
Fernand Cortez etc. jusqu'à **Dumont d'Urville** (Ouvrage illustré)
— Paris, 1841.

O BARÃO DA VITÓRIA NO MUSEU HISTÓRICO

O Museu Histórico Nacional possui em suas coleções de relíquias militares um sabre de honra que pertenceu ao General José Joaquim Coelho, Barão da Vitória, e foi adquirido a um de seus descendentes. É uma peça que se autentica por si.

Verdadeira obra de arte, com copo e guarnições de prata dourada e cinzelada a mão, foi feita na Inglaterra. Mede da ponta à maçã do punho um metro e dois centímetros. Sabre reto com a cota terminando a 23 centímetros da ponta. Lâmina com ramagens damasquinadas, cujo ouro a ferrugem fez quase inteiramente desaparecer. Guarda em cruz, rematando em volutas de folhagem e com uma orelha voltada para baixo em forma de escudo ibérico, com os cantos do chefe chanfrados, na qual se insculpe um medalhão: o feixe litórico em pala sobre um arco em santor, entre duas cornucópias voltadas para cima e carregadas de frutos, ramos e flores, tudo circulado pela legenda — *RESTAURAÇÃO DA BAHIA, MARÇO, 1838*. Sobre a guarda em cruz, copo aberto com ramos e volutas, com guarda-mão interrompido antes de ligar-se à maçã por uma figura alada da Vitória. Punho em caneluras com duas faixas em espiral, uma de ramos de café, outra de folhas de cana. Maçã em compoteira, toda trabalhada. Na base da maçã, vestígios duma ligação que falta e talvez fôsse em corrente entre o punho e o guarda-mão.

A bainha, medindo 89 centímetros, é de madeira forrada de veludo carmezim com guarnições de prata dourada. O veludo acha-se bastante estragado. As guarnições são: bocal, refôrço e ponteira com ramagens e volutas cinzeladas em alto relêvo, em puro estilo barroco. As argolas para prender ao talim são fixas e

representam volutas, com folhagem rematadas em pequenos leões deitados.

Nas guarnições da bainha e nas várias peças do copo, contrastes oficiais ingleses: o *leão passante* em escudo regular, marca geralmente usada na Grã-Bretanha de 1836 a 1845, segundo Cripps e Chaffers and Markham, registada sob o n. 473 no "Dictionnaire des Poinçons Officiels" de Benque; a *cabeça de leopardo* sem coroa, marca de venda inglesa depois de 1822, conforme os referidos autores; e as letras J. e L. maiúsculas em ovais, iniciais, sem dúvida, do artista que confeccionou a peça (*Maker Mark*).

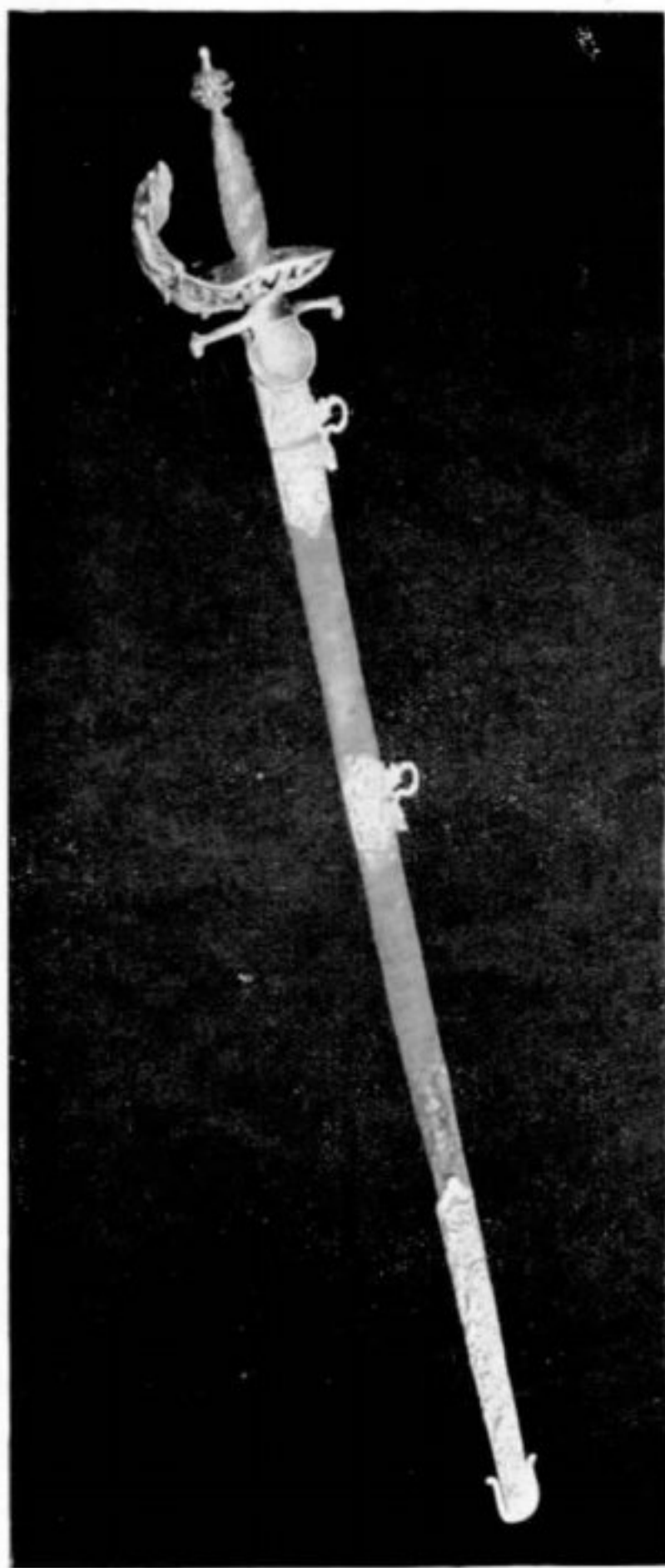
Como se vê, trata-se dum *sabre de honra* de oficial general pela riqueza da ornamentação e por não corresponder ao modelo oficial da época, que era de copos abertos e brasonados com as armas imperiais, tendo geralmente em ouro na lâmina o dístico: *Viva o Imperador!*

A inscrição na cartela ou escudo da cruz comemora alto feito militar, a Restauração da Baía, com o esmagamento da Sabinada, efetuada a 6 de março de 1838, na qual tomou parte muito saliente o então Tenente Coronel e depois Brigadeiro José Joaquim Coelho. A figura alada da Vitória como que vaticinava em 1838 o título de Barão da Vitória que o bravo soldado receberia alguns anos mais tarde como recompensa pelos seus serviços à causa do Império.

* * *

Não vamos fazer um estudo da Revolução da Sabinada, porquanto vários historiadores já têm tratado pormenorizadamente do assunto e várias monografias e livros sobre ela já foram publicados. Diremos apenas algumas palavras sobre o acontecimento para nele se poder situar a figura dum dos Chefes Militares Restauradores.

A revolução conhecida pelo nome de Sabinada rebentou na Bahia, na noite de 6 de novembro de 1837, e recebeu esse nome por ter sido chefiada pelo Dr. Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, homem de grande cultura, professor da Faculdade de Medicina do Salvador e clínico de renome. Aos Sabinos ou rebeldes o povo alcunhou de *Raposas*; aos legalistas, de *Perús*.



Sabre de honra do Barão da Vitória

Diz Sacramento Blake num estudo sôbre "A revolução da Bahia de 7 de novembro de 1837 e o Dr. Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira", na revista do *Int. Hist.* vol. 48, parte 2.^a, que o Dr. Sabino foi erradamente considerado como o motor daquêl movimento revolucionário, porque êsse movimento foi iniciado, resolvido e planejado no Rio de Janeiro. O Dr. Sabino chefiou-o e assumiu a sua responsabilidade.

Durante a Regência, as idéias separatistas agitavam-se esparsas por todo o território brasileiro. O govêrno ficou muito abalado com as revoltas que rebentaram no Pará, com os Cabanos; no Maranhão, com a Balaiada; no Ceará, com os Pintistas; e no Rio Grande do Sul, com os Farrapos.

O objetivo da revolução de 7 de setembro fôra ao princípio proclamar a República Bahiense e, depois, separar a Bahia do Govêrno Central até a Maioridade de D. Pedro II. Governava, então, a Província o desembargador Francisco de Sousa Paraíso.

Vencida a revolução, os revoltosos lutaram com grandes dificuldades. Não tinham uma esquadra capaz de guardar o pôrto e de garantir o abastecimento da cidade. Faltava dinheiro, o que, na opinião de Braz do Amaral os obrigou a emitir cédulas. O comércio não as quis receber. Todavia não se conhece nenhum exemplar dessa moeda fiduciária. A situação foi se agravando até o dia da restauração a 16 de março de 1838, com a entrada na capital da Província das fôrças imperiais, entre as quais as vindas de Pernambuco sob o comando do tenente coronel José Joaquim Coelho, mais tarde Barão da Vitória. Os soldados da brigada comandada por José Joaquim Coelho, receberam o título de *Libertadores*.

Sabino e seus companheiros foram presos e condenados à morte. Recorreram ao Supremo Tribunal de Justiça, no Rio de Janeiro, em 1840, porém a sentença foi confirmada. Tendo sido D. Pedro II, nesse ano aclamado maior e querendo iniciar seu govêrno com um ato de clemência, deu-lhes a anistia pelo decreto de 24 de julho. O Dr. Sabino Vieira, exilado em Goiaz e, depois, em Mato Grosso, alí faleceu na fazenda de Santo Antônio de Jacobina, pertencente à família Pereira Leite, no município de São Luiz de Cáceres, a 25 de dezembro de 1846.



Copos do Sabre de Honra do Barão da Vitória

A propósito, sob o título *Coisas de Antanho, O Estado de Mato Grosso*, de Cuiabá, em data de 28 de fevereiro de 1943, sob a assinatura de *E. de M.*, publicava o seguinte editorial :

“*O Jornal do Comércio* de 3 de abril de 1841, sábado, publicava a seguinte nota oficial:

Ilmo. Exmo. Sr.

Em aditamento ao aviso expedido a V. Excia. pelo meu antecessor, em data de 17 do corrente, e pelo qual se lhe participou que o amnistiado Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira devia partir desta capital para essa provincia no dia 20 do corrente, tendo de communicar a V. Excia. que elle será apresentado com huma escolta commandada por hum official na forma da ordem junta por copia, que nesta data he expedida ao presidente da provincia de Minas Gerais.

V. Excia. fará entregar o mesmo Sabino á autoridade policial do lugar onde julgar mais conveniente que resida, e debaixo de cuja vigilancia e inspecção ficará assignando perante ella termo em que se obrigue, não somente a não sahir de lugar para outro da mesma provincia, sem licença de V. Excia., que dará neste caso para ahi as convenientes providencias, como tambem a apresentar-se á mesma autoridade huma vez por semana, salvo o caso de molestia ou de qualquer outro impedimento attendivel e provado, sob pena quando quebre o termo de ser posto em custodia até que o governo imperial resolva a respeito á vista das circumstancias das participações que acerca do que occorrer V. Excia. fará immediatamente a esta secretaria de estado.

Outrosim V. Excia. participará logo a maneira por que houver executado as presentes ordens, enviando copia do termo acima mencionado, e bem assim por cada correio o que for occorrendo a respeito. O que tudo S. M. o Imperador há por bem ordenar e mandar recommendar muito a V. Excia.

Deos guarde a V. Excia. Palácio do Rio de Janeiro, em 30 de março de 1841. — *Paulino José Soares de Souza* — Sr. Presidente da provincia de Goyaz”.

Sentenciado à morte pelo juri da cidade da Bahia, como chefe do movimento armado que a história regista sob a designação de



Retrato do Barão da Vitória. Litografia de Sisson
Das Coleções do Museu Histórico Nacional

“Sabinada”, a pena imposta ao Dr. Sabino fôra comutada em detenção, na província de Goiaz. Ali permaneceu cêrca de quatro anos, criando relações e exercendo proveitosa clínica.

Fleury Curado, que lhe traçou a estada, menciona o seu casamento na capital goiana. Onde, porém, irá o boi que não are, diz um provérbio chinês. A sua adaptação ao meio se transmutou, entretanto, em oposição ao govêrno da província; como resultante o Forte do Príncipe da Beira passou a ser designado para o seu degrêdo.

Em cumprimento dessa ordem em outubro de 1844 chegava, devidamente escoltado, nesta capital prossequindo logo com destino à cidade do Mato Grosso. Adoecendo, porém, nas proximidades de Vila Maria (Cáceres), fêz parada em “Jacobina” alentado estabelecimento agrícola.

O proprietário de “Jacobina” major João Carlos Pereira Leite, o acolheu, oculto, e depois abertamente lhe proporcionou fidalga hospedagem e dedicada amizade. De bom, ou mau grado, as autoridades fizeram vista grossa sôbre o caso.

Em “Jacobina” faleceu o Dr. Sabino, a 25-12-46, sendo sepultado na respectiva capela. Em 1895 foram retirados os seus restos pelo coronel Diogo Nunes, a pedido de Mariano Ramos, e por êste remetidos ao Instituto Histórico da Bahia.

É corrente que o Dr. Sabino, médico de notória competência, ainda, *au-de-lá*, continua praticando a medicina, através do Centro Espírita de Cuiabá’.

* * *

José Joaquim Coelho era filho de Joaquim José Coelho e de D. Teresa Maria de Jesús. Nasceu em Lisboa a 25 de setembro de 1797 e faleceu no Recife a 19 de julho de 1860. Foi dos muitos portugueses que aderiram à Independência do Brasil e serviram fielmente sua pátria adotiva.

Em 1814 assentou praça nos Voluntários do 1.º Regimento de Infantaria da Côrte do Rio de Janeiro; a 1 de julho de 1815 foi promovido a anspeçada; a 1 de maio de 1816, a cabo de es-

quadra; a 16 de abril de 1817, a furriel. Em 1817 fêz parte da Expedição de Pernambuco mandada contra os revolucionários daquela Província. A 1 de janeiro de 1818, viu-se promovido a 2.º sargento; em 13 de maio, a 1.º sargento, e, em 14 de julho do mesmo ano, a sargento-ajudante.

Pelo próprio valor subiu de pòsto em pòsto na hierarquia militar. Estando em Pernambuco ainda em 1820, a Junta Constitucional Governativa organizada em Goiana, em consequência da Revolução Constitucional do Pòrto, o fêz ir de ajudante a capitão e major comissionado no 1.º Batalhão de Caçadores em que servia e no 2.º da mesma arma, ambos submetidos às ordens daquela Junta. Até princípios de 1823 se envolveu nos diversos acontecimentos que tumultuaram a vida pernambucana até a adesão plena da Província à Independência proclamada no Ipiranga.

A 12 de outubro de 1823, tendo em vista seus serviços ao Brasil e vontade de continuar a servi-lo, D. Pedro I o confirmou no pòsto de Alferes do Exército Imperial.

Na luta civil da Confederação do Equador, ficou com a legalidade e, comissionado em major, comandou o 1.º de Caçadores contra os rebeldes. De 8 de agosto a 12 de outubro de 1825, passou de alferes a tenente, capitão, major graduado e major efetivo. De 1827 a 1828, como tenente-coronel batia-se na Cisplatina. Em 1831 regressou a Pernambuco, comandando o 17 de Caçadores. Em 1832 e 833, à frente dum batalhão da Guarda Nacional, combateu os facínoras do Jacuípe e de Panelas. Ajudou, depois, a dominar a rebeldia do Recife, sendo ferido num rasgo de intrepidez.

Continuou em Pernambuco no desempenho de várias comissões — comando das armas, instrutor da Guarda Nacional, comandante da Policia ou do 7.º de Caçadores — até 1837, quando em dezembro velejou para a Bahia, onde ia combater a Sabinada. Coube-lhe o comando da brigada que organizara no Recife o Presidente Francisco do Rêgo Barros.

Sua atuação foi brilhante, o que justificou a dádiva do sabre de honra: tomada dos pontos artilhados do Condomblé, Batefôlha, São Caetano, Gequitaia, Cruz do Cosme e São Pedro; ataque do

Recôncavo e dos restos rebeldes em Estiva e Santana; comando das armas em substituição ao marechal de campo Crisóstomo Calado. Sobre êle assim se manifestou o Marechal Calado, comandante-chefe dos imperiais no Relatório dos acontecimentos de 13 a 16 de março de 1838, na Baía: "O valente e hábil Tenente Coronel de Primeira Linha Sr. José Joaquim Coelho, Comandante da Brigada expedicionária de Pernambuco, a quem, fazendo justiça, se deve o feliz princípio da ação, pelas sábias e bem tomadas medidas, prosseguiu com o maior denôdo, e como invencível, voava nos combates, sendo o primeiro a arrostar-se com os perigos".

Em consequência, teve a promoção a coronel. Seguiu para o sul nesse pôsto e tornou a Pernambuco em 1839, afim de dirigir o Arsenal de Guerra. Deixou o cargo para comandar as forças legais destinadas a restabelecer a ordem em Alagoas.

Em dezembro de 1839 recebia os bordados de Brigadeiro graduado. No ano de 1840, ora no Recife, ora no interior, pugnou pela manutenção da ordem, instruiu a Guarda Nacional e dirigiu o Arsenal do Recife. Sempre esteio da legalidade, o papel de José Joaquim Coelho era defendê-la onde quer que se achasse e fôsse qual fôsse o cargo que exercesse.

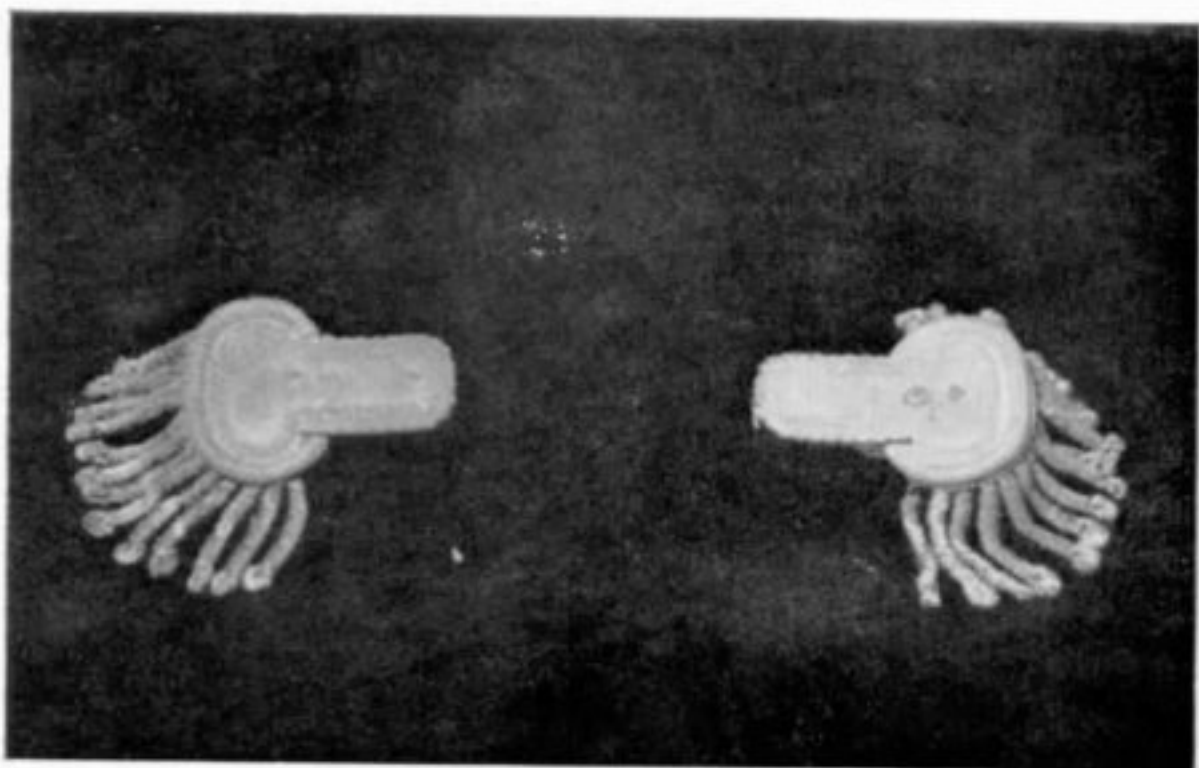
Nomeado Presidente da Província do Ceará a 9 de maio de 1841, ali esteve envolvido nos sucessos decorrentes da revolução Liberal de Minas e São Paulo de que resultou o assassinio do Major João Facundo de Castro Meneses, chefe liberal cearense. Essa Província elegeu-o Deputado Geral na 5.^a legislatura, de 1843 a 1844. Já era brigadeiro efetivo por decreto de 18 de julho de 1842.

A Câmara foi dissolvida em 1844 e êle regressou ao Recife novamente como Instrutor da Guarda Nacional. Dalí foi debelar uma revolta em Alagoas e seguiu para o Rio Grande do Sul, como Comandante das Armas, em 1846. Comandante das Armas na Bahia em 1848, seguiu para Pernambuco, quando da Revolta Praieira no comando das armas e das forças legais expedicionárias. Bateu os rebeldes em Nazaré, Maricota, Cruangi e Água Preta.

Graduado no pôsto de Marechal de Campo, em 1849, comandou as armas na Bahia em 1850 e tomou assento na Câmara

dos Deputados eleito por Pernambuco para a 8.^a legislatura, de 1850 a 1852. Neste ano foi efetivado como Marechal de Campo e feito Moço Fidalgo da Casa Imperial.

De 1855 a 1857 exerceu o comando das armas no Recife. Esteve na Europa em tratamento da saúde e em 1858 foi no-



Dragões de Brigadeiro do Barão da Vitória
Das Coleções do Museu Histórico Nacional

meado Conselheiro de Guerra, Comandante das Armas de Pernambuco e Tenente General efetivo.

No exercício dêsse alto cargo, em 1860, foi por Decreto de 14 de março, elevado a Barão da Vitória, com grandeza.

Casado em 1822 com D. Maria Bernardina de Gusmão, foi pai de nove filhos, dos quais cinco varões e quatro mulheres. Faleceu no Recife a 19 de junho de 1860, três meses e cinco dias após a criação do seu título nobiliárquico.

* * *

Vencida a sublevação dos Raposas ou Sabinos, os Bahianos abriram uma subscrição para dar ao Marechal Calado uma prenda que rememorasse a sua atuação em prol da Ordem. O velho sol-

dado do Passo do Rosário não permitiu isso e fêz reverter o dinheiro em benefício das viúvas e órfãos dos soldados mortos em combate. Conseguiu sòmente que oferecessem à sua espôsa um retrato do Imperador com esta legenda como único ornato: “Os Bahianos agradecidos ao General Calado”.

A Francisco do Rêgo Barros, Presidente da Província de Pernambuco, que auxiliou poderosamente a restauração da Bahia, foi ofertada rica espada de honra, “com punho e bainha de ouro e pedras preciosas”.

Nenhum documento se refere ao oferecimento ao Barão da Vitória do sabre de honra que o Museu adquiriu e guarda. Êle é que fala por si na sua legenda, na sua decoração e nos seus contrastes oficiais.

Além do sabre de honra do Barão da Vitória, o Museu conserva um par de suas dragonas como Brigadeiro e um retrato em litografia de Sisson. O Instituto Histórico possui um belo retrato a óleo dêsse Restaurador da Bahia.

NAIR DE MORAIS CARVALHO

(Conservador classe “I” do Museu Histórico, Secretaria do Curso de Museologia).

BIBLIOGRAFIA

- BARROSO, *Gustavo* — "História Secreta do Brasil" — 2.^a parte. Rio, 1937.
- BENQUE, *Emile* — "Dictionnaire des poinçons officiels français et étrangers, anciens et modernes de leur création (XIV^e siècle) à nos jours". Paris, MCMXXV.
- BRAZ DO AMARAL — "A Sabinada", *Rev. do Inst. Geog. e Hist. da Bahia* número especial, 1909.
- CHAFFERS AND MARKHAM'S — "Handbook to half marks on gold and silver plate". London, 1932-1936.
- CRIPPS, *Wilfred Joseph* — "Old English plate". London, 1881.
- MACHADO PORTELA, *Joaquim Pires* — "A Sabinada" in *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, t. XLV, 1.^a pág., 1882.
- MOREIRA DE AZEVEDO — "Sabinada da Bahia", in *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, t. XLVII(2.^a p., 1884, pág. 285.
- Publicações do Arquivo do Estado da Bahia — A revolução de 7 de novembro de 1837 (Sabinada), vols. I, II, III, 1937.
- SACRAMENTO BLAKE — "A revolução da Bahia de 7 de novembro de 1837 e o Dr. Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira". *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, t. 48, p. 2.^a, 1885.
- SILVA, *Alfredo Pretextato Maciel da* — "Os Generais do Exército Brasileiro de 1882 a 1889", 2.^a vol., 1940.

O CULTO DA VIRGEM MARIA NA NUMISMÁTICA

Desde os tempos apostólicos, o culto da Virgem Maria é objeto constante da predileção dos fiéis. Dão disto testemunha os escritos dos santos doutores da Igreja transmitindo de geração em geração a devoção à Virgem. Sobretudo os monumentos cristãos, desde os mais antigos, com imagens e representações simbólicas, as catacumbas, as primitivas basílicas, as igrejas bizantinas, românicas e góticas, as artes plásticas da Idade-Média, tãda a arte do Renascimento. A partir do século XIX, começam a separar-se arte e religião. Os artistas já não mais se inspiram na beleza da Virgem-Mãe. Outros ideais ou a ausência deles preocupa o mundo do século XX. Todavia não decresceu o culto da Mãe de Deus. Pelo contrário. Chama-se até século de Maria o século em que vivemos, de tal modo se multiplicaram as devoções que têm por objeto a Rainha do Céu.

Monumento de história e muitas vèzes objeto de arte, a moeda oferece farto material a um estudo iconográfico da Virgem e assinala a homenagem de Reis, Príncipes, Duques, Condes, Barões, Bispos e Abades à Soberana Senhora.

Disse um erudito mestre da numismática que esta ciência é o espelho do estado social. Mirando no seu reflexo a imagem da Virgem Maria, empreendemos uma incursão retrospectiva pela história. Admiramos a sua figura, ora toscamente desenhada, como se feita por mão infantil nas peças mais antigas, ou, no Renascimento, obra de arte executada pelos mais célebres artistas.

Contudo, não recuaremos senão até o nono século para encontrar as primeiras moedas com a imagem da Mãe de Deus. Já então a iconografia mariana era numerosa e variadíssima.

Dizem que foi São Lucas o primeiro pintor da Virgem. Há inúmeros santuários com imagens que se atribuem ao santo evangelista. Se exata a versão, teríamos da Virgem Maria o seu verdadeiro retrato. Assim acreditaram nossos antepassados, na sua fé simples, que a crítica do século XVIII atacou com dois argumentos decisivos: que um judeu não podia ser pintor, a lei mosaica proibindo representação da criatura humana; que era impossível a um só artista fazer as muitas imagens atribuídas ao seu pincel. Comovente tradição, bem merece ser lembrada em sua defesa que a um judeu helenizado e liberto dos liames do Antigo Testamento nada impedia se fizesse pintor, quanto mais sendo ele o Evangelista que, com mais carinho e mais minúcia, narrou episódios da vida de Maria. E se as imagens são muitas para um só fazer, são algumas de sua autoria, as principais, sendo o mais obra de discípulos e continuadores.

Conta-se que São Pedro, ainda em vida de Maria, consagrou a casa de Nazaré, transformando-a em oratório. Ao mesmo apóstolo atribue-se a construção da igreja de Tortosa, na Fenícia, primeiro santuário ereto sob a invocação e o patrocínio da Virgem. Na Espanha, foi São Tiago Maior quem levantou o primeiro templo à Mãe Santíssima, sob a invocação de Nossa Senhora do Pilar, porque a Virgem lhe aparecera sôbre uma pilastra de mármore, encorajando-o a continuar a evangelização e levantar ali igreja à sua devoção.

Nos primórdios do Cristianismo em Roma, nas catacumbas onde se reuniam os fiéis para orar e enterrar seus mortos, existia rara e preciosa iconografia da Virgem, testemunha da devoção dos mártires à Rainha do Céu. São afrescos de desenho ingênuo, representando o episódio da adoração dos Reis Magos, tema preferido dos artistas das catacumbas, e as *Orantes*, nome que se deu a uma figura de mulher de braços estendidos em oração, muito comum nas pinturas murais dos cemitérios subterrâneos de Roma, que se reconhecem hoje serem a Virgem Maria pelo seu nome inscrito sempre junto à imagem.

No Oriente, a devoção fervorosa à Maria floresceu em numerosa iconografia. Não houve outro lugar onde mais ternamente se amasse a Mãe de Deus. “Das montanhas da Palestina e da Síria, pátria da Virgem, até as ilhas do arquipélago grego e ao cimo dos montes helênicos, imensa aclamação ressoou para saudar a *Panágia*, a *Tôda Santa*. Hoje ainda, apesar do frio do chisma, esta fiel devoção guarda o antigo fervor. Bizâncio ficou fiel à Maria, e a igreja moscovita, sua herdeira, conserva religiosamente estas tradições de piedade; sua oração se expande generosamente ao pé do trono da Mãe de Deus”. (1)

Plasmadas sob a influência teológica dos doutores de Bizâncio, as imagens são hieráticas e rígidas como um dogma, e, se dizem da devoção dos fiéis, não falam à alma pelo sentimento.

Durante os séculos da Idade-Média, a glória da Virgem Mãe ilustrou os velhos manuscritos. Iluminuras de missais e bíblias dedicam-lhe lugar de honra, representando-a ora jovem mãe, com seu Divino Filho no braço, ou em trajes majestáticos num trono, cercada de santos personagens.

Na escultura, são as suas imagens que se admiram nas portas das catedrais, obras de anônimos imaginários. A princípio, majestosa e imponente, o vestuário em dobras pesadas, a gesticulação embaraçada, como se a virginal imagem não se tivesse totalmente libertado do bloco de pedra. À medida que o artista vai ficando mestre de seu ofício, aperfeiçoando a técnica, a estátua como que se anima, cai em graciosas pregas o vestido, e num sorriso feliz olha carinhosamente o Menino Jesús que traz no braço.

Em tôda a arte da pintura, dos primitivos aos grandes mestres italianos, flamengos, franceses e alemães, é o gênio do artista que se esmera numa homenagem à Rainha do Céu.

Não ficou estranha a cerâmica. Lucca della Robbia fêz belas imagens da Virgem a que dedicou o melhor de seu trabalho.

Percorrendo as séries numismáticas cristãs admira-se a intensidade da devoção a Maria. Nem sempre esta manifestação se enquadra dentro do que se chama arte.

(1) D. André Basquin — *Les peintres de Marie*.

Nas primeiras moedas, trabalho rudimentar e sem técnica, obra de rudes artífices, sem nenhuma arte, o que se expressa é o sentimento religioso. Já no século XIII há mais apuro na gravura e mais cuidado na feitura da peça, prelúdio do renascimento do século XV, que floriu com verdadeiras obras de arte de gravura monetária.

Houve tempo, na alta Idade-Média, em que se não representava nas moedas a figura humana.

Quando as hordas germânicas invasoras abalavam o mundo civilizado apressando a queda do Império Romano, a arte monetária, como tudo o mais, sofreu profundas alterações. A gravura metálica que havia atingido alto grau de perfeição ruiu na mais desoladora decadência.

Desconhecendo inteiramente a arte do desenho, os gravadores limitavam-se a copiar as moedas romanas que lhes caíam nas mãos. Entregues a si próprios, sem ter onde nem com quem aprender, foram decaindo cada vez mais. Mal copiadas uma das outras, as moedas acabaram apresentando verdadeiros garranchos que nada tinham de parecido com o modelo primitivo.

No sexto século da era cristã, baniu-se da moeda qualquer representação iconográfica humana. Cessaram as imitações da moeda romana. Então, lentamente, foram aparecendo novos motivos no campo das moedas, expressando o ideal cristão dos povos da Idade-Média.

Predominavam as letras emblemáticas, isoladas ou em monograma, e a cruz. Esta foi constante representação em uma das faces da moeda.

Além das letras, figuras singelas de estrêlas, crescentes, esferas celestes, triângulos, flores, cálices, enchem o campo das moedas simbólicas de Deus, da Virgem e dos Santos do Céu.

Não sabendo gravar a imagem da Mãe de Deus, representavam-na por emblemas. E onde a inspiração dos símbolos da Virgem Mãe? Nos Livros Sagrados: os Evangelhos, os Atos dos Apóstolos, a vida dos mártires e dos santos, e na liturgia da Igreja.

Nesse mundo simbólico de maravilhosa simplicidade, é no lírio, na rosa, na estrêla, no vaso de eleição que se venera a Virgem Maria.

De todos os símbolos é o lírio o mais expressivo. Poética imagem da inocência e da pureza, representa melhor do que qualquer outro a Mãe de Deus.

“A Virgem divina, anunciada desde o breço do gênero humano, que engendrou o Salvador dos homens, foi desde o princípio dos séculos simbolizada na pura figura de um lírio. As Escrituras Sagradas chamam-na *“lilium convallium, lírio do vale, flor suave, casta, pura, de brancura imaculada que não altera o sôpro das tempestades nem a poeira que os ventos agitam”*. (2)

Nenhuma palavra diz melhor da beleza da flor que a palavra de Jesus Cristo, quando, ao se referir à vaidade vã do mundo, disse *Olhai os lírios dos campos. Não trabalham nem fiam. Entretanto Salomão com toda a sua glória jamais se vestiu como um deles*. (São Mateus — 6.24-33).

Muito antes de aparecer nas moedas, o lírio foi motivo ornamental da arquitetura e de tôdas as artes plásticas do medievo.

Não se sabe ao certo onde apareceu pela primeira vez. Parece que na mesma época, em vários lugares, como uma emanção do fervor religioso das gentes. Encontra-se nas catacumbas. Nos monumentos mais antigos da Cristandade, a Virgem traz o lírio na mão ou o Anjo da Anunciação apresenta o lírio da Virgem. Muitas vêzes alterna-se com a cruz, num duplo simbolismo da salvação e da graça.

A representação do lírio simbólico, explica Lecoq-Kerneven (3) formou-se das letras emblemáticas do nome de *Jesus Kristus*.

Dois C acostados (I), cruzados ao centro pela horizontal da cruz ou inicial de *Jesus* (II), encimados pelo ferro da lança da paixão de Cristo (III), desenharam o primitivo lírio emblemático.

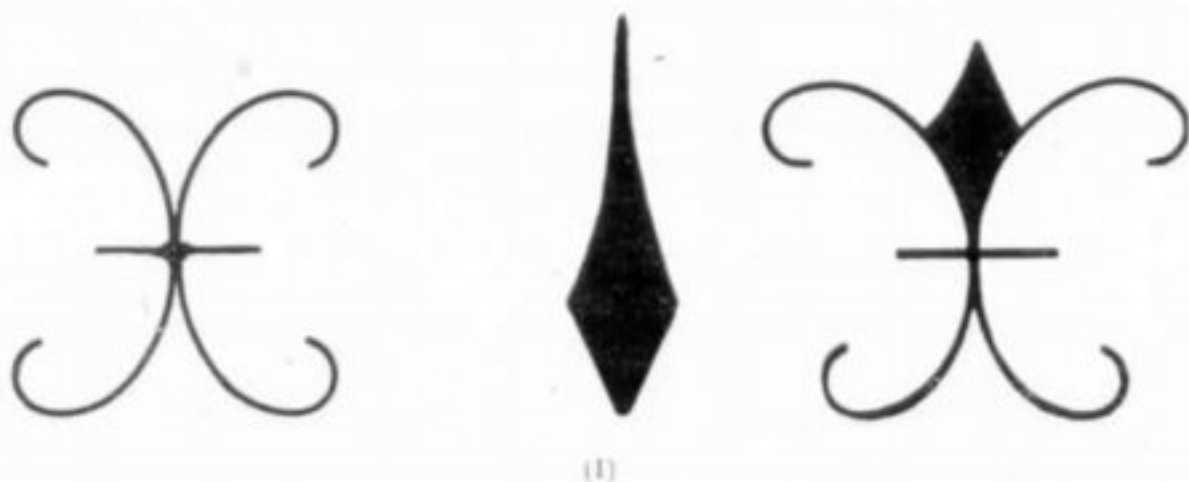
Dai a heráldica flor de liz do escudo real de França, que já no século oitavo ornava a coroa ducal de Hunald da Aquitânia; no nono século desenhava-se nas iluminuras da Bíblia de Carlos o Calvo; no décimo século encimava o cetro e a coroa dos imperadores da Alemanha; no décimo primeiro século, a coroa dos reis

(2) Lecoq-Kerneven — *Traité de la composition et de la lecture de toutes inscriptions monétaires*.

(3) Obra citada.

da Inglaterra; no décimo segundo século, cobria o escudo real de França em número sem conta.

O lirio emblemático ou a flor de liz foi durante tôda a idade-média símbolo da Virgem. Ainda no fim do século XVI orna



os morriões dos soldados de uma tropa civica de Munique, chamada *Companhia da Virgem*.

E atualmente os jornais noticiam que uma igreja na América do Norte, rica de representações tôdas simbólicas, apresenta na forma da flor de liz a Virgem abençoada.

Depois perde o sentido cristão, transforma-se em simbolo

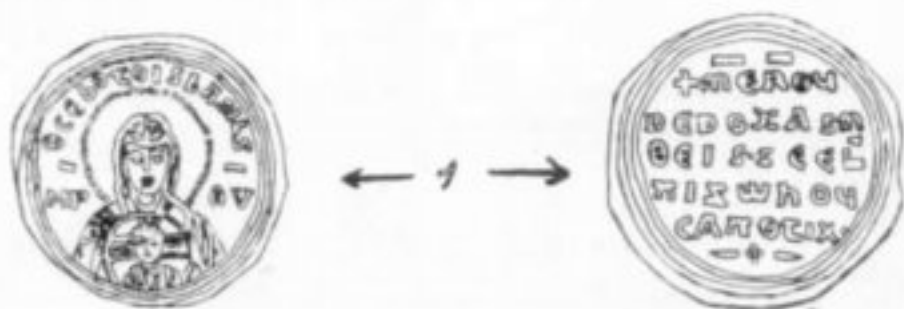


politico colhido por Luis VII no seio da Cristandade para cobrir e proteger as armas de França.

Para citar apenas alguns exemplos entre os muitos que existem na numismática a propósito do lirio, simbólica da Virgem,

apontamos as moedas do rei merovingio Gunthran (561-593), e as dos condes de Nantes. Também na Dinamarca e em Navarra. Nestas, em suas representações monetárias que consagram a Virgem, do lírio eleva-se uma cruz ao céu, no meio de estrélas e crescentes.

O *vaso de eleição*, inspirado como os outros emblemas nos textos sagrados, é uma obra prima de graça para uma época em que se não gravavam nas moedas os traços humanos. É a Vir-



- 1 Moeda bizantina do imperador João I Zimicés século X.
- 2 Moeda do ducado da Baixa Lorena, principios do século XI. No anverso o busto da Virgem e no reverso a figura do duque Coteló.
- 3 Moeda do bispado de Verdun, século XI.
- 4 Moeda do Conde normando Rogério, na Sicília, século XI.

gem o vaso de eleição que guarda a divina essência. Assim cantaram em seu louvor os santos doutores da Igreja e repetem na ladainha os fiéis da cristandade.

O tipo numismático formou-se de um *V* simbólico da Virgem, ornado de duas palmas de eleição. Virgo. Veneranda. Vas electiones. (4)

A *estrêla*, assim como o sol e o crescente, são tipos monetários que se encontram em vários países. Simbólica de Cristo e simbólica da Virgem, indica a via celeste de que são os divinos guias.

Na palavra de Moisés Cristo é a estrêla que se levantará de Jacó. E no dizer de Jó, a estrêla que Deus guardava no seu sêlo. Por isso, e como emblema do Messias, gravou-se Salomão no seu sêlo. (5)

Também a Virgem se chamou nas Sagradas Escrituras a *Estrêla Matutina*. A estrêla é motivo comum nas moedas. Muitas vezes no início das legendas ou ocupando todo o campo, quando conserva todo o seu simbolismo. De cinco ou de seis raios, às vezes como a estrêla de Belém, o astro que guiou os Reis Magos e os pastores à adoração do Menino-Deus. Assinalamos sua presença nas moedas do rei Lombardo Cuniperto (672-680), nas moedas da Dinamarca e nas do mosteiro de Deols, em França, desde o tempo de Eudes o Velho (1012-1037), tipo que se conservou durante dois séculos.

A *rosa* é um tipo numismático todo impregnado do perfume da Bíblia e dos Livros Santos. Aplica-se admiravelmente à Virgem Maria, que a Igreja chama *jardim de delícias, árvore da vida, rosa mística*.

Aparece nas moedas de João III de Vendôme, dentro de um castelo acostado de dois lírios. A cidade de Douai, em França, tem por tipo uma roseira carregada de flores que se desprendem dos galhos numa chuva de pétalas, como a repetir, nesta representação, as palavras sagradas: "Dei flores de agradável odor. Minhas flores são frutos de glória e de abundância".

Ainda como simbólica da Virgem há o castelo abrigando um lírio, *castelo da Virgem*, como se chama, e o *vêu da Virgem*. Este último muito curioso, porque provém da degenerescência de um tipo monetário.

(4 e 5) Lecoq-Kerneven — Obra citada.

A primeira representação iconográfica da Virgem pertence à numismática bizantina. No nono século, aparecem as primeiras imagens religiosas nas moedas. Fato curioso, quando mal se debelara a querela dos iconoclastas. No décimo século aparecem as primeiras imagens da Virgem.

Nimbada, de frente ou de perfil, mãos levantadas em prece, com um medalhão do Divino Filho ao peito ou com o Menino Jesús no braço.

Acompanha às vezes a imagem a figura do Imperador, carregando juntos uma cruz ou a Virgem pondo-lhe a coroa na cabeça.

São de Niceforo Focas (963-969) as primeiras moedas com a imagem. João I Zimicrés (969-975), sucessor daquele, continuou a piedosa tradição. Nas dêste Imperador, acompanha a figura da Virgem tocante legenda escrita em caracteres gregos e latinos: *Mãe de Deus, plena de glória, quem põe em ti a esperança nunca é infeliz, mas cumulado de bens.* Est. I, n. 1.

Dai por diante, enquanto durou o Império do Oriente, a Virgem-Mãe foi constante motivo da gravura monetária.

No século XI a Europa ocidental vê as primeiras moedas da Virgem. Cabe a prioridade à mística *Alemanha* cristã, quando se chamava *Santo Império Romano*.

A legenda precedeu a imagem. Circulando a cruz ou no campo, em duas linhas, por extenso ou abreviada — SANCTA MARIA, SCA MARIA desde o reinado de Oto I (939-973) em Estrasburgo, a cidade da prata *Argentina Civitas*, denominação que se inscrevia em cruz.

M

A

Em Verdun, é a legenda VIRGO, unindo no mesmo sacrificio a Mãe e o Filho.

- I -

A

A imagem aparece no reinado de Conrado II (1024-1039) em moeda da cidade de Hildesheim, de busto, desenho rude e primitivo.

Em Espira, ao tempo do mesmo Imperador, vê-se a Virgem de frente, mãos levantadas, com o Filho em medalhão no peito, imitação bárbara de moeda bizantina. Pela mesma época, no ducado da Baixa Lorena, Gotelo (1023-1044) grava nas suas moedas ducaes o busto da Virgem, segurando uma flor ou uma cruz. Aquí também desenho primitivo e ingênuo. Est. I, n. 2. Em Huy é o bispo Dietwin (1048-1075) que estampa os bustos fronteiros da Virgem e de S. Domiciano, com a mesma simplicidade de seus contemporâneos. Em Verdum, na moeda episcopal de Teodorico (1046-1089), a legenda SCA MARIA circulando a cabeça velada da Virgem, gravura rude também, porém sensivelmente melhor do que as outras.

Imperadores, Duques e Bispos sucessores dêstes continuaram mente melhor do que as outras. Est. I, n. 3.

Ainda no século XI, Rogério, filho de Tancredo d'Altavilla, conde de Normândia, tomava a Sicilia aos sarracenos em 1060. Grande Conde da Calábria e da Sicilia, depois Rei (1072-1105), quando emitiu moeda, ornou-as com a figura da Virgem sentada com o Divino Menino ao colo, ambos nimbados, curiosa iconografia, algo influenciada pela arte bizantina. Est. I, n. 4.

No século XII, na *Bulgária* a imagem santa orna a série de moedas de prata de Asiena I (1196-1218) que libertou o país da dominação de Bizâncio. Como nas moedas bizantinas, a Virgem de mãos levantadas em prece ou o Cristo e a Virgem diademados, sentados, e entre os dois uma espécie de estandarte. Em pequenas moedas de cobre atribuídas a príncipes búlgaros, ainda a Virgem, e ao seu lado um cavaleiro em pé e uma águia bicéfala.

Na *França* aparecem as primeiras moedas com a imagem no século XIII.

Reinava Luis IX. Sob a benéfica influêncía do rei santo, as moedas melhoraram sensivelmente de aspecto. Já havia mais apuro na gravura, mais arte no desenho dos tipos, ao mesmo tempo que melhorava a qualidade do metal e se ajustava melhor o pêso.

“Contemporâneas da mais bela época da arquitetura gótica,
“que criou a Sainte Chapelle, os gravadores inspiraram-se nessa



- 1 Ducado de ouro de Heinrich von Plauen, grão mestre da Ordem Teutónica na Prússia.
- 2 "Salut" de ouro de Carlos II d'Anjou.
- 3 "Salut" de ouro de Henrique V de Inglaterra.
- 4 Moeda do ducado de Modena.
- 5 "Osella" do doge Aloisio III Mocenigo — Veneza.
- 6 Escudo de prata da Bavieira.
- 7 Moeda da Conceição de D. João IV — Portugal.

“arte maravilhosa, copiaram-lhes os arcos, as rosáceas, os florões,
“os trifólios, os quadrifólios e as bordaduras flordelizadas”. (6)

(6) Hoffmann — *Les monnaies royales de France*.

Todavia, não foi S. Luís quem emitiu com o tipo da Virgem. Cabe a prioridade a seu irmão Carlos I d'Anjou (1246-1285), casado com Beatriz, filha de Raymond-Beranger IV, conde de Provença. Dêste consórcio lhe veio o condado, onde emitiu em nome de Beatriz e Carlos.

Em viagem a Florença, visitou o atelier de Cimabue, honra então invejada por muitos. Contemplou, extasiado de emoção, a tela do mestre, a *Madona* cercada de anjos, com o Menino-Deus no colo. Com esta deliciosa e inesquecível visão voltou à França. E em moedas de ouro gravou a Anunciação à Virgem. O anjo à esquerda saúda a Virgem em atitude recolhida e, entre as duas figuras, cresce a planta florida do lírio num vaso de eleição. Est. II, n. 2. Em Nápoles, que conquistou em 1226 e que permaneceu sob o domínio da casa d'Anjou até 1438, gravou nas moedas o mesmo motivo.

Por causa do tipo, denominou-se a moeda *Salut d'or*.

Na moedagem real de França também houve *Saluts d'or*. Foi no reinado de Carlos VI (1380-1422). Separadas as duas figuras pelo escudo de França, o anjo saúda a Virgem e aponta uma bandeirola com a inscrição AVE, sôbre a qual resplende o sol. Estava a França no período mais cruel da Guerra dos Cem Anos e a esperança de todos era que o sol brilhasse em dias mais felizes por graça da Mãe de Deus.

Imitando as peças de seu sôgro, Henrique V da Inglaterra (1415-1422) emitiu com a Anunciação. Senhor de tôda a Normândia, casado com Catarina, filha do louco Carlos VI, tornou-se regente e herdeiro presuntivo do trôno de França. Nessa qualidade, bateu moeda nas oficinas daquela provincia. Nas de ouro, gravou a saúdação angélica. As duas figuras, ambas ajoelhadas, estão separadas pelo escudo esquartelado das flores de lis de França e dos leopardos da Inglaterra. Est. II, n. 3.

Henrique VI, seu filho e sucessor, proclamado rei da Inglaterra e da França, conservou a Anunciação nas moedas de ouro. Trazem em campo os escudos acostados de França e Inglaterra entre o Anjo e a Virgem, de que se vêem apenas os bustos.

Retrocedendo ao século XII no oriente latino, onde os cruzados estabeleceram domínios, deparamos nas moedas em Antioquia, quando governava o príncipe Rogério (1112-1119), a figura de Maria em pé, nimbada, coberta com um manto ornado de pedrarias, as duas mãos levantadas em atitude de orar. No reverso: *Senhor socorre teu servidor Rogério.*

* * *

Aos primeiros pruridos do Renascimento, abre-se nova era à arte monetária. A curiosidade que despertavam as belas moedas antigas gregas e romanas e o aperfeiçoamento da técnica facultam, ao gravador meios para realizar com perfeição um tipo idealizado. Aparecem as primeiras efígies reais, autênticos retratos. Multiplicam-se os motivos iconográficos religiosos. Cada provincia tem o santo patrão gravado nas moedas. Mais que qualquer santo, domina a imagem da Virgem Maria. Na Alemanha, Hungria, Polônia, Itália, Suíça, Portugal, é a adorável Mãe de Deus que orna o campo das moedas.

Na *Alemanha* em tôda a região da Prússia conquistada pelos cavaleiros da Ordem Teutônica. Muito antiga, fundada na Terra Santa, século XII, por cavaleiros de origem germânica, tiveram a Virgem por padroeira, como bem atesta o nome primitivo, *Irmãos de Santa Maria*, mudado depois de organizada em ordem militar e aprovada pelo Papa Clemente III-em 1192 para Ordem Teutônica.

Terminada a missão no oriente, decidiram os valorosos cavaleiros conquistar ao cristianismo tôda a região habitada pelo povo pagão denominado *borusso*, donde a designação *Prússia*. Já no século XII dominava soberana a poderosa ordem. E, com o nome da Virgem, foram-se batizando fortes, burgos e cidades: *Marienburg*, que durante muito tempo foi residência dos grãos-mestres; *Marienverder*, antiga praça forte, um dos baluartes dos cavaleiros teutônicos; *Marienberghausen*, *Mariendorf*, *Marienheide*. Os grãos-mestres da Ordem amoedaram sempre com a imagem de Maria. Depois de 1525, havendo aderido ao protestantismo o Grão-Mestre Alberto de Brandeburgo, passaram as possessões

setentrionais para o ducado da Prússia. Os cavaleiros fiéis à fé católica estabeleceram a sede do Grão-Mesrado em Mergentheim, no centro de suas possessões franconianas. Aí as moedas tiveram sempre a Virgem Maria representada geralmente na sua glória. Est. II, n. 1.

Também da Baviera é padroeira Maria Mãe de Deus. Por isso, moedas de ouro e prata têm, com a representação da Virgem as legendas *Patrona Bavariae*, *O Maria ora pro me*, e outras. Est. II, n.º 6.

Ainda na Alemanha, cidades, ducados, condados, arcebispadados, bispados e abadias amoedaram com o tipo da Virgem na mais variada iconografia. Daí a denominação dada às moedas em todos êsses lugares: *mariengulden*, para as de ouro; *mariengroschen*, *marienthaler* para as de prata.

Na Polônia o Grão-Mestre da Ordem da Livônia, Walter Plettenberg, também amoedou com o tipo da Virgem. Isso depois de 1494, quando feito príncipe do Império pela separação desta Ordem da dos cavaleiros teutônicos, a que se fundira desde 1237.

No tempo em que a fé cristã era uma fôrça viva no coração dos homens, a Húngria declarou-se feudatária de Maria e ao seu nome dobravam o joelho os príncipes palatinos. Por isso, a sua imagem aparece constantemente nas moedas e o seu nome nas cidades. São *Marienfeld*, *Mariaschen*, *Marienbad*, a estação balneária, *Mariazell*, centro de peregrinação, onde se venera imagem de madeira da Virgem em capela erigida no ano de 1363 pelos Reis da Húngria. Est. III, n. 3.

A Itália teve pela Mãe de Deus predileção marcada. Seus grandes pintores foram sobretudo pintores de Maria. Não é, pois, de estranhar a repetição de sua iconografia nas moedas. No ducado de Savóia, é a Virgem com o Menino-Jesús ou a saüdação angélica. Em *Mântua*, a Anunciação. Em *Veneza* o doge recebe das mãos da Virgem o estandarte, o Gonfalon, ou a Virgem com o Divino Menino no braço, no centro de um grande sol. Es-

(7) De *Ucellae*, pássaro. Substituiu a partir do século XVI o tradicional pato bravo com que o doge presenteava os amigos no dia de Natal.

pecialmente nas peças que se chamavam *osella* (7), meio moedas, meio medalhas, presente de Natal do *doge* aos seus amigos mais



- 1 Escudo de prata de Genova.
- 2 Peça de duas pistolas de Parma.
- 3 Escudo da Hungria.
- 4 Escudo de prata de Bolonha.
- 5 Peça de 4 sequins de Saboia e Piemonte.
- 6 Duas liras de prata do Vaticano — 1922.
- 7 Baioco ou madonina de San Severino.

queridos, a imagem da Virgem é tratada com especial cuidado.
Est. II, n. 5.

Em *Gênova*, é Nossa Senhora da Glória. Est. III, n. 1. Em *Parma*, tem o busto nimbado de estrêlas ou sentada com o Menino no colo, coroada por dois anjinhos. Est. III, n. 2. Finalmente em *Roma*, a Roma Pontificia, a numismática apresenta para a história da arte interêsse especial. Atraídos pelo esplendor da côrte pontifical, acorriam a Roma ilustres gravadores que fizeram da moeda dos Estados da Igreja verdadeiras obras de arte. A effigie do papa, as suas armas, variadíssima iconografia religiosa, cenas da história santa constituem os tipos principais. Destaca-se a imagem da Virgem sob diferentes invocações nos tostões, nos escudos, nos *giulios* e nas *madoninas*, que tomaram o nome da figura da Madona de busto, com a cabeça velada e nimbada. *Bolonha*, terra da conhecida Universidade, com a tradicional legenda nas nuvens, dominando a vista da cidade. Est. III, n. 4. Em *Bononia docet*, mostra a Virgem com o Menino-Deus no braço. Civitavecchia, Gubbio, Macerata, Pérgola, San Severino e muitas outras, é a *Madona* velada das *madoninas*. Est. III, n. 7.

Na *Suiça*, é padroeira a Virgem do cantão de Basiléia, e a sua imagem aparece nas belas peças de *tostões* ou *dickens*. Da mesma forma em Saint Gall e no bispado de Lausana.

A *Espanha* não gravou nas moedas a imagem, porém o monograma de Maria, donde o nome *marias de à ocho*, equivalente a oito reais. *marias de à quatro*, *marias de à dos*, *maria de à uno*. Isto no reinado de Carlos II (1665-1700), depois da reforma monetária de 1686.

Reinando em *Portugal* D. João IV, o Restaurador (1640-1656) declarou padroeira do Reino Nossa Senhora da Conceição. Constituiu-se seu feudatário e, para que fôsse patente a todos os seus vassallos, e ficasse entregue à memória dos séculos, determinou que êste padroado fôsse escrito *in lapides* na entrada de tôdas as igrejas dos seus domínios. No mesmo periodo e em homenagem à Virgem, cunharam-se moedas que tiveram o nome de *moedas da Conceição*. De ouro e de prata, têm no campo a Virgem sôbre o globo, pisando a serpente do demônio e o crescente do Islão, cercada das figuras: o espêlho, o sol, a casa de ouro, a arca da aliança, a fonte selada, o jardim fechado. Est. II, n. 7. Curiosas

figuras, emblemas que os doutôres da Igreja, de comum acôrdo, aplicam à Virgem Maria e que merecem explicação.

A *fonte selada* conduz água aos grandes reservatórios que Salomão mandou construir em redor de seu palácio. É talhada em penedias subterrâneas nas proximidades de Jerusalém. Desde S. Epifânio, diz se que Maria é a fonte selada do Cântico dos Cânticos de Salomão. Fonte privilegiada pelo sêlo da adorável Trindade.

O *Jardim fechado*, também mencionado nos Cantares de Salomão, porque a Virgem é o jardim de delicias sômente aberto ao sol e ao orvalho do céu (S. Lourenço).

A *Arca do Santuário*, ou a Arca da Aliança, encerrava as tábuas da Lei. Emblema da Virgem, porque conservou no seu coração tôdas as palavras do Divino Legislador.

O *espelho* é a Virgem, o espelho mais puro que reflete a luz incriada. Finalmente o *sol*, símbolo da Mãe de Deus por ser a única morada digna da divindade.

A numismática brasileira não oferece estudo à iconografia religiosa. Todavia uma ordem honorífica, criada no Brasil, quando Reino Unido, invoca a Virgem Maria. É a ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Foi instituída por D. João VI em 1818, logo depois de sua aclamação, em reconhecimento à Providência por êste feliz sucesso, depois dos muitos perigos porque havia passado a Monarquia, para marcar os benefícios que a Nação Portuguêsa sempre recebeu do patrocínio da Santíssima Virgem e perpetuar a devoção que se consagrava à Nossa Senhora da Conceição desde o reinado de seu avô. (8) A condecoração mos-

(8) Decreto de 6 de fevereiro de 1818 -- Alvará de 10 de setembro de 1819. Nossa Senhora da Conceição foi também padroeira do Brasil até 1822, quando "em reverência ao nome do Imperante constituiu-se, por indulto solicitado da Santa Sé, principal padroeira do Império a São Pedro de Alcântara, ficando consequentemente em segundo lugar a Soberana Rainha do Céu, e da Terra no mistério de sua Imaculada Conceição, que havia mais de duzentos anos fôra escolhida e aclamada pelas Côrtes Portuguêsas e o rei D. João IV, como Padroeira de Portugal e Brasil". Memórias do Marquês de Santa Cruz, D. Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia, Rio, 1861-Cit. por Luís Marques Poliano — Ordens Honoríficas do Brasil, Rio, 1943.

tra, ao centro de uma estrêla branca que assenta sôbre um resplendor de ouro, as iniciais entrelaçadas da saudação angélica — *Ave Maria* — e a legenda PADROEIRA DO REINO.

Ao terminar, mencionaremos as moedas obsidionais e de necessidade com a imagem da Virgem, de que há numerosos exemplos nas guerras e nas revoluções da história. Peças lavradas sômente nos momentos angustiosos de cercos de cidade ou de necessidade premente, estão a implorar da Mãe de Deus as graças do céu, pois, como disse o incomparável poeta-teólogo de Florença:

*Donna se' tanto grande, e tanto vali,
Che qual vuol grazia, e a te non ricorre,
Sua disianza vuol volar senz'ali.*

(DANTE, *Paraíso*, XXXIII)

YOLANDA MARCONDES PORTUGAL

(Conservador, classe I, do Museu Histórico)

MOEDAS QUE TÊM A IMAGEM DA VIRGEM MARIA

IDADE MÉDIA

IMPÉRIO BIZANTINO

Nas moedas dos imperadores :

- Niceforo Focas (963-969) Busto nimbado da Virgem e do Imperador carregando juntos uma cruz grega.
- João I Zimicés (969-975) Busto nimbado da Virgem tendo ao peito um medalhão com a efígie de seu divino filho.
- Constantino XII Monomaco (1042-1055) Nimbada, em pé, mãos levantadas ou busto nimbado da Virgem de Blachernes.
- Constantino XIII Ducas (1059-1067) A Virgem nimbada, coroando o Imperador ou seu busto nimbado.
- Romano IV Diógenes (1068-1-70- Busto de frente nimbado da Virgem, trazendo ao peito medalhão de seu divino filho.
- Aleixo I Comneno (1081-1118) A Virgem nimbada, sentada, de frente, num medalhão ao peito a efígie de Cristo.
- João II Comneno (1118-1143) Virgem nimbada de frente, coroando o Imperador ou de frente sentada e nimbada.
- Manoel I Comneno (1143-1180) Nimbada, sentada, vista de frente, trazendo ao peito um medalhão com a imagem do Menino-Jesus, ou a Virgem nimbada em pé, coroando o Imperador, que segura com a direita o *labarum* e com a esquerda o *volumen*.
- Andrônico I (1182-1185) Virgem nimbada, de frente, em pé sobre uma almofada, com os braços levantados, trazendo sobre o peito medalhão com a efígie de Cristo.
- Isac II o Anjo (1185-1195) Mesmo tipo da precedente.
- Miguel VIII Paleólogo (1261-1282) Virgem nimbada, sentada de frente, ou busto nimbado, também de frente, com as mãos levantadas, cercada na planta da cidade de Constantinopla, com muralhas crenuladas, guarnecidas de torres, ou busto de frente da Virgem nimbada e do Imperador, segurando juntos uma espécie de *labarum*, tendo na extremidade superior um círculo com uma pequena cruz dentro.
- Andrônico II Paleólogo (1282-1328) Tipo igual ao da precedente.

ALEMANHA

Nas cidades de :

- Hildesheim (séc. XI) Busto de perfil, cabeça velada.
- Augsburgo (século XI) Busto.

- Verdun (Séc. XI) Cabeça velada de perfil.
Baixa Lorena (séc. XI) Busto com o braço, segurando uma cruz.
Huy (séc. XI) Bustos fronteiros da Virgem e de S. Domiciano.
Thorn (séc. XI) Busto da Virgem, olhando um ramo que termina em cruz.

ITÁLIA

- Sicília (séc. XI) Virgem sentada, com o Menino Jesus nos braços.
Napoles (séc. XIII) Anunciação.

ORIENTE LATINO

- Antióquia (séc. XII) A Virgem em pé, de frente, com manto de pedrarias, mãos levantadas em oração.
Sebastocratos (séc. XIII) Busto.

BULGARIA

- Século XIII - - A Virgem e Jesus Cristo diademados ou a Virgem sentada.

FRANÇA

- Clermont (século XII) Busto, coroado.
Provença (século XIII) Anunciação.
Na moeda real de Carlos VI (século XIV) Anunciação.
Na moeda franco-italiana de Carlos VIII (1483-1498) Virgem com o Menino Jesus.

INGLATERRA

- Nas moedas anglo-francesas dos Reis :
Henrique V (1415-1422) Anunciação.
Henrique VI (1422-1453) Anunciação.

IDADE MODERNA

ALEMANHA

- Arcebispado de Trêves — Século XVII.
Bispado de Espira — Século XVII.
Bispado de Estrasburgo — Século XVI — A Virgem, padroeira do bispado, nimbada, sentada sôbre o escudo d'armas do Bispo, com o Menino Jesus no braço.
Bispado de Basiléia — Século XVI.
Bispado de Verdun — Século XVI — Padroeira. Nas moedas, Nossa Senhora da Glória.
Cidade imperial de Estrasburgo. Século XVI. A Virgem com a legenda *URBEM VIRGO TUAM SERVA.*

- Bispado de Padeborn — Século XVI.
- Bispado de Verdun — Sob patronato da Virgem. Século XVI.
- Capítulo de Verdun — Século XVI.
- Abadia de Corvei — Século XVI — S. Vito e a Virgem Maria, com a legenda GAUDE DEI GENITRIX MARIA.
- Abadia de Essen — Século XVII — A imagem e a legenda MACULA NON EST IN TE.
- Abadia de Thorn — Século XVI — Busto da Virgem.
- Arcebispado de Bremen — Século XVI — Virgem num resplendor.
- Cidade Imperial de Hamburgo — Século XVI — Sob patronato da Virgem. Sua imagem dentro de um resplendor e a legenda SPES NOSTRA VIRGO MARIA.
- Cidade Imperial de Goslar — Século XVI — Mariengroschen com a imagem da Virgem em pé, num resplendor.
- Cidade de Gotinga — Século XVI — Mariengroschen, com a Virgem e a legenda MARIA MATER CHRISTI.
- Cidade de Hameln — Século XVI — Mariengroschen, com a imagem.
- Arcebispado de Salzburgo — Século XVI.
- Ducado da Baviera — Século XVI — Padroeira a Virgem Maria. Sua imagem e legendas. Coroada, sentada, com o Menino Jesus no colo e o cetro na mão.
- Bispado de Constança — Século XVI.
- Bispado de Augsburgo — A Virgem num resplendor e a legenda SUB TVVM PRAESIDIUM CONFUGIMVS.
- Ducado de Württembergia — Século XVI — suprimida depois que o duque Ulrico abraçou o protestantismo. Sua imagem, com a legenda DA GLORIAM DEO ET EIVS GENETRICI MARIE.
- Eleitorado de Colônia — Século XVIII — Adoração dos reis Magos.
- Prússia — Possessões da Ordem Teutônica — A Virgem, coroada, em pé, com o Menino Jesus no braço dentro de um resplendor.
- Baronia de Batemburgo — Século XVI — A Virgem coroada, nimbada, com o Menino Jesus no braço.
- Silésia :
- Jagendorf — Século XVI — A Virgem sentada, nimbada, com o Menino Jesus no braço.
- Glogau — Século XVII — Tipo como o precedente.
- Lüben — Século XVI — Nimbada, com o Menino Jesus no braço.

SUIÇA

- Basiléia — Século XV — A Virgem num resplendor, coroada, com o Menino Jesus no braço.

Bispado de Siom — Num resplendor, com o Menino-Deus no braço esquerdo, segurando o cetro com o esquerdo, sentada sôbre o escudo de armas.

Bispado de Lausana — Desde o século XIII a legenda e depois a imagem.

Bispado de Lausana — A Virgem com o Menino Jesus — Século XV.

Bispado de Coira — O mesmo tipo.

Abadia beneditina de Einsiedeln — A Virgem com o Menino Jesus.

Cidade de S. Galo — Século XVI.

ITÁLIA

Sabóia — Anunciação.

Mântua — Anunciação.

Veneza — A Virgem, com o Menino Jesus no braço, apresenta-o ao doge ou a Virgem com o Menino Jesus no meio de um grande astro.

Modena — A Virgem, nas nuvens, aparece a uma multidão.

Parma — A Virgem, sentada com o Menino Jesus no colo, coroada por dois anjinhos, ou de busto, nimbada de estrélas.

Gênova — Nossa Senhora da Glória e N. S. da Conceição.

Florença — Busto Velado.

Estados pontifícios. Roma — Nossa Senhora da Conceição; N. S. de Trastevere; Apresentação de Jesus ao templo; a Virgem com o Menino Jesus, carregando juntos a cruz.

Bolonha — A Virgem com o Menino Jesus, pairando sôbre a cidade.

Civitavecchia — Busto de cabeça velada e nimbada.

Gubbio, Macerata, Matelica, Pergola, Perugia, S. Severino, Trivoli, Viterbo — Busto de cabeça velada e nimbada.

Piemonte — A Virgem sentada num crescente, com o Menino Jesus no colo, segurando o cetro flor-de-lisado.

Desana — A Virgem, adorando o Menino Jesus ou Madona da Giara di Reggio.

Savona — Madona com o Menino acostado de duas flores de-lis.

PORTUGAL

Nossa Senhora da Conceição.

BIBLIOGRAFIA

- BARTHELEMY, *I B. A. A.* — "Nouveau manuel complet de Numismatique ancienne" — Paris, 1860.
- BASQUIN, *D. André* — "Les peintres de Marie" — Paris, s/d.
- BLANCHET, *J. Adrien* — "Nouveau manuel de Numismatique" — Paris, 1890.
- BONNEVILLE, *Pierre-Frederic* — "Traité des monnaies d'or et d'argent" — Paris, MDCCC.VI.
- "Corpus nummorum italicorum" — Roma, 1910.
- DANNENBERG, *Hermann* — "Die Deutschen Münzen" — Berlin, 1876.
- DANNENBERG, *Hermann* — "Münzgeschichte Pommerns" — Berlin, 1893.
- DIEUDONNÉ, *A.* — "Les monnaies capétiennes" — Paris, 1923.
- ENGEL, *Arthur et Raymond Serrure* — "Traité de numismatique moderne et contemporaine" — Paris, 1897.
- HOFFMANN, *H.* — "Les monnaies royales de France" — Paris, 1878.
- JÚLIO-MARIA, *Padre* — "Porque amo Maria" — Petrópolis, s/d.
- LECOQ-KERNEVEN, *J. M. R.* — "Traité de la composition et de la lecture de toutes les inscriptions monétaires." Rennes, 1869.
- MAILLET, *Prosper* — "Catalogue descriptif des monnaies obsidionales et de nécessité" — Bruxelles, 1870.
- PARUTA, *Filippo* — "La Sicilia descritta con medaglie" — Lione, M.DC.XCVII.
- PENALVA, *Gastão* — "A Estrêla de Belém", in *Jornal do Brasil*.
- POEY D'AVANT, *Faustin* — "Monnaies féodales de France" — Paris, 1860.
- POLIANO, *Luís Marques* — "Ordens Honoríficas do Brasil" — Rio de Janeiro.
- PROMIS, *Domenico* — "Monete dei reali di Savoia" — Torino, MDCCCXLI.
- SABATIER, *J.* — "Description générale des monnaies byzantines" — Paris, 1872.
- SCHULUMBERGER — "Numismatique de l'Orient Latin" — Paris, M.D.CCC. LXXVIII.
- TEIXEIRA DE ARAGÃO, *A. C.* — "Descrição das moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal" — Lisboa, 1874, 1877, 1880 — 3 vls.
- VAN DER CHIJS — "De Munten der voormalige heeren en steden van gelderland" — Haarlem, 1853.

A LOUÇA BRASONADA NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Poderíamos vir com o estudo da cerâmica dos primórdios da civilização, pois, desde a mais remota antiguidade, são vistas peças plasmadas no barro, com símbolos e inscrições, sendo que muitos dêles talvez procurem transmitir uma idéia ou um sinal qualquer relativo ao seu possuidor ou ao seu clã.

Assim sendo, veríamos nessa argila o primeiro vestígio de uma louça brasonada. Mas deixemos de lado este gênero, não só por constituir por si só um estudo em outro domínio, como não desejamos pisar em terreno por demais controvertido e discutido e, por isso mesmo, muito arriscado.

Não abordaremos tão pouco a porcelana oriental, particularmente a chinesa, que remonta a mais de dois milênios a. C., não só para não nos alongarmos demasiadamente, como por não haveremos feito o estudo de nenhuma peça provinda daquela parte do mundo.

Contentar-nos-emos em voltar os olhos para a Europa por ter sido justamente ela a seara produtora dos mais belos espécimes de cerâmica brasonada que se acham hoje em dia espalhados pelo universo, tanto em museus, quanto em coleções particulares.

Rara foi a manufatura que não recebeu a sua encomenda; não houve titular que não desejasse possuir o seu atributo gravado na louça. A nobreza, orgulhosa de seus brasões, procurava ostentá-los no que possuía de mais nobre, razão por que estas armas foram transmitidas à porcelana, arte nobre por excelência.

Os nossos titulares também se deixaram levar por esta justa vaidade, mandando reproduzir brasões, divisas, monogramas co-

roados nas baixelas e demais objetos encomendados naquelas fábricas.

Podemos dizer que é na Europa da Idade Média que vamos encontrar as primeiras peças armoriadas. Trata-se de louça de massa ainda muito rudimentar, em grés, em barro vidrado etc., porém, onde já são vistos emblemas reais ou escudos brasonados de cavaleiros medievais que muita vez, em lugar do próprio, traziam o emblema de sua dama. Época em que as leis heráldicas foram instituídas, não seria admissível que, ao menos nas fachadas ou pátios internos dos suntuosos castelos, não surgissem os belos azulejos ostentando as armas dos grandes monarcas ou de seus súditos.

Portanto, é fazendo um estudo retrospectivo nos principais países da Europa que chegaremos à louça brasonada de nossos titulares, da qual descreveremos 10 exemplares que integram as bellíssimas coleções do Museu Histórico Nacional.

Começaremos pela Península Ibérica (Espanha), a primeira a sofrer a influência moçárabe em sua cerâmica e que tão famosos exemplares deixou naquela região, admirados e elogiados por todo aquêl artista ou não, que tenha tido a ventura de vê-los.

ESPANHA

Foi exatamente na Península Ibérica que surgiu pela primeira vez, na Europa, a cerâmica em geral e, conseqüentemente, a brasonada.

Os árabes, ao conquistarem a Espanha no começo do século VIII, trouxeram seus conhecimentos científicos e artísticos, principalmente o de cerâmica, cujo segredo haviam obtido dos persas.

Foi-lhes facilitada essa tarefa, pois a Espanha havia conservado letàrgicamente a tradição da arte do barro, praticada com tanto sucesso pelos romanos, quando senhores da Península. Êstes foram rechaçados pelos Vândalos, expulsos por sua vez pelos Visigodos, corridos pelos árabes pouco depois e êstes por seu turno foram dali rechaçados, no fim de século XII, pelos

Almoravidas vindos do norte da África, os quais por sua vez tiveram pouco depois, que ceder terreno aos Almoadas, príncipes mouros vindos do sul.

Êstes últimos continuaram as tradições artísticas dos árabes, porém dando às suas obras um caráter particular, o qual não permite confusão entre as duas artes, embora esta última derive da primeira.

Das fábricas mais antigas poderemos destacar as de *Paterna*, lugar ceramista desde a mais remota antiguidade. Suas fábricas subsistiram através da dominação romana, resistindo à invasão dos bárbaros, chegando à Idade Média, sempre com a mesma tradição local.

Se nos detivermos por alguns momentos sôbre esta cerâmica, veremos que, além dos ornamentos, aparecem caracteres escritos correspondendo ao abecedário cristão-gótico, em idioma latino. Na cerâmica de *Paterna* do século XIII, vamos encontrar um prato em tonalidades verde e púrpura trazendo os escudos de *Aragão* e da *Casa de Luna*.

Com a aproximação do século XIV surge a decadência dessa louça devido à fabricação da cerâmica dourada, pelos mouros, perfeitamente senhores desta técnica, dando a seus produtos um aspecto aristocrático e novo, e fazendo séria competência àquela.

Nos primórdios dessa arte na Península, vamos encontrar um prato com *brasão europeu*, porém de influência tipicamente persa. Trata-se, no entanto, de louça hispano-mourisca.

Um outro prato interessante, também de cerâmica espanhola, apresenta um *brasão leonês* e um crescente maometano. Deve, portanto, ser anterior a 1230, época em que se deu a junção dos reinos de *Leão* e *Castela*.

Porém o maior número de brasões aparecidos nessa época são vistos em azulejos. (1)

Ganzalez Martí, em sua "Cerâmica espanhola", refere-se a uns exemplares, aos quais atribui a maior antiguidade; são os da Capela da Piedade de Santa Maria de Sevilha, fundada por um

(1) *Azulejos*, a grande indústria da Espanha do sec. XI em diante. São quadrados esmaltados, pintados ou em relêvo, empregados como revestimento interno ou externo nas paredes dos edificios.

filho do rei D. Fernando, na segunda metade do século XIII. Êstes são de caráter *heráldico*, apresentando apenas duas côres, o castanho claro e o prêto, em verniz plumbífero. (2)

No palácio da Alhambra, encontramos uns azulejos de superfície lisa, pintada e coberta de um esmalte azul com desenhos em ouro, muito bem acabados. No centro vemos um *escudo com a divisa dos fundadores muçulmanos do Palácio de Granada*. "SÔ-MENTE A DEUS É DADO CONQUISTAR." (Fig. 1)

A data aproximada desta peça, segundo Figuiet, é de 1230 e segundo J. Marryat, 1300. A finura dos contornos e o brilho das côres nos mostram como nessa época já era perfeita a indústria ceramista dos árabes.

Málaga e Granada são consideradas como centros ceramistas importantes e especializados em reflexos metálicos. Os produtos de Málaga, cuja fábrica parece ter surgido em 1350, eram de um puríssimo dourado. Êstes foram exportados para os países mais longínquos do universo.

Outra manufatura de grande nomeada na Idade Média foi a da *Ilha Majorca*, uma das Baleares. *M. Davillier* (3) colocou essa fábrica em segundo plano quanto à antiguidade, porque os primeiros vestígios escritos que sôbre ela encontra estão consignados em um tratado de comércio e navegação de um italiano chamado Giovanni di Bernardi da Uzzano, publicado em 1442.

Êste autor, falando dos objetos fabricados em Majorca e em Minorca, refere-se à faiança que naquele momento alcançara grande prestígio na Itália.

Porém, as tradições ceramistas das Ilhas Baleares nos obrigam a recuar a uma época muito anterior, isto porque a conquista de Majorca pelos cristãos se deu em 1230 sob o reinado de Jaime I.

Minorca, a segunda das Baleares, possuiu também sua fábrica, a qual permaneceu nas mãos dos mouros até 1285. Dentre os

(2) *Verniz plumbífero*, composto de óxido de chumbo, sílex ou areia e sal, cozido em forno próprio.

(3) *M. Davillier* (Barão) publicou: "Histoire des faïences hispano-moresques" — Paris — 1861; e "Les origines de la porcelaine en Europe, les fabriques italiennes du XV au XVIII s." — Paris — 1882 e ainda, "Les porcelaines de Sévres de Mme. Du Barry" — Paris — 1870.



Fig. 1

Escudo em azulejo na Alhambra de Granada. Na banda azul, em árabe, a inscrição :

Sômente a Deus é dado conquistar.

trabalhos hispano-mouriscos, atribuídos a Majorca, citaremos monumentos verdadeiramente eloqüentes pela decoração especial e por certos emblemas que apresentam. Como exemplo, daremos um prato de um belo dourado que se acha no Museu de Cluny. Êste traz as armas da cidade Ynca, tendo no seu bordo, caracteres góticos deformados e incompreensíveis, evidentemente copiados da inscrição habitual de Valença "*IN PRINCIPIO ERAT VERBUM*"; porém o artista enganou-se na palavra verbum que ali aparece *EVBAM*. Êste prato deve ser do século XV.

Ê interessante notar que de Majorca se originou Majóllica, nome dado pelos ceramistas italianos à sua louça a partir do século XVI.

Riocreux (4) nos dá uma interessante classificação dos produtos mouriscos até então confundidos com a majóllica italiana. Distingue êle três classes de louça filiadas a várias épocas e a diferentes manufaturas.

A primeira, caracterizada por objetos de fundo amarelo com ornamentações brilhantes na côr de cobre novo, com desenhos floridos, entre os quais esvoaçam pássaros em puro estilo persa.

A segunda se evidencia por quadrados de um dourado uniforme com *escudos* que indicam as origens castelhanas, vendo-se geralmente as *armas de Castela, Leão e Aragão*, das reais famílias entre as quais foi dividida a Península na Idade Média. Tudo nos leva a crer que essas peças datem do século XIV.

A terceira apresenta desenhos em esmalte colorido com ornatos em amarelo irisado. Os motivos são quase sempre *escudos*, folhagens etc. São peças caprichosamente fabricadas e que não parecem anteceder o século XV.

Valência, por exemplo, teve, no século XV, a sua época de glória. Sua cerâmica era estimada sôbre as demais existentes. O próprio senado de Veneza abriu exceção para a tarifa alfandegária proibitiva, e até os Médicis desejaram possuir dêsses vasos pintados com tanta maestria, pelos ceramistas mosárabes de Paterna e Manises.

(4) RIOCREUX (*Denis-Désiré*) — sábio francês, Conservador do Museu de Sèvres, desde a sua fundação, em 1824, até 1872.

Toscana imita esta cerâmica, repetindo os arabescos em azul e ouro da louça hispano-mourisca. Há peças de tendência mais varonil, tomando como modelo elementos de *heráldica* em azul cobalto.

Os azulejos góticos "Socarats", hispano-mouriscos, apresentam animais de caráter *imaginário* ou *heráldicos*, sendo êstes os seus característicos mais interessantes. Foram imitados na Itália, na França, na Inglaterra e são vistos em tôda a Espanha e Portugal. Êstes azulejos são em *biscuit*. Um exemplo dêsse tipo de azulejos é o da fig. 2 que apresenta atributos de Castela e Leão.

Em *Sevilha*, vemos a cerâmica de *corda seca* (5) que aparece a partir do século XIII, chegando ao seu esplendor no século XVI. Durante o século XV, as fábricas de *Toledo* e *Sevilha* continuaram a técnica da corda seca. Dessas fábricas eram enviados azulejos para *Barcelona*, *Saragoça*, *Ávila*, *Lisboa*, *Coimbra*, *França* e *Itália*, porém em menor escala do que da de Manises.

Sem se saber qual a procedência, aparecem nesse período inicial da cerâmica uns azulejos de forma alongada verticalmente e em alto relêvo nos quais são vistos os *escudos* dos conquistadores de Córdova; êsses azulejos eram destinados a sepulturas. Eram de um arcaísmo manifesto, devendo remontar ao século XIII ou principio do XIV, porém parece tratar-se de um caso isolado.

Apesar de pertinaz resistência do estilo mouro-gótico valenciano, surge, impondo tôda sua fôrça juvenil, o estilo *Renascença* e com êle aparece a técnica do relêvo, em sua maioria em azulejos, que são produzidos nas fábricas de *Sevilha*, *Toledo*, *Valência*, *Talavera* etc.

No século XVII, atinge o auge a cerâmica talaverana, produzindo então várias côres, entre elas o amarelo, o azul, o verde e o laranja. A decoração segue a tradição italiana, principalmente a de Urbino; vemos aparecer as árvores frondosas, peregrinos apoiados em bordões e *escudos heráldicos*, acompanhados de divisas e legendas.

(5) Corda Sêca — É um vidrado plumbífero composto de 10 partes de óxido de chumbo, 10 de silex ou areia e 3 de sal; cozido duas vêzes. São azulejos em alto relêvo.



Fig. 2

Azulejos hispano-mouriscos com as armas de Castela e Leão

Sunny

No fim desse mesmo século aparece o estilo dos Luíses de França e por fim cai essa indústria, popularizando-se sem o menor vislumbre de arte. Das 22 manufaturas existentes em Talavera no começo do século XVIII, passa a uma só nos primórdios do XIX século.

Muitos outros centros ceramistas possuiu a Espanha, porém é impossível referirmo-nos a todos em um trabalho generalizado como este: diremos apenas que o século XVII foi aziago para a cerâmica hispano-mourisca. A intransigência religiosa entre cristãos e mouros, com lutas constantes, foi o acontecimento social que mais influiu para a terminação dessa bela arte. A ordem de expatriação dos mouros ceramistas de Valência foi uma sentença de morte para a cerâmica. As decorações se empobrecem e quase desaparecem, por falta de direção.

Essa tradição ceramista, porém, não se perdeu em Sevilha. Durante o século XIX, fundam-se fábricas que alcançam grande prestígio.

E, no nosso século, o arquiteto *Anibal González*, com seu grande talento, consegue dar à Espanha uma arte equilibrada, construindo edifícios suntuosos, filiados ao estilo renascentista, perdurando como modelos na história da arte espanhola. Os principais exemplos dessa época são os pavilhões construídos em Sevilha para a exposição de 1929 e 1930.

ITÁLIA

Os romanos, como ceramistas, não desmentiram o valor de seus antecessores, os *Etruscos*. Essa qualidade de modelar a terra pelos habitantes da Etrúria foi herdada por aquêles.

Infelizmente, apesar desses grandes mestres, apesar dessa habilidade em modelar a argila, a cerâmica latina não conseguiu sobreviver ao cataclismo que destruiu o Império.

Após esse desmoronamento, houve profundo silêncio sobre essa arte na Itália.

Os próprios árabes, expulsos da Península pelos mouros e instalados na Sicília, não deixaram manifestações artísticas semelhantes aos da Espanha.

O primeiro sintoma artístico após essa derrocada nos é dado por F. Lenormant em um artigo publicado na "Revue des Deux Mondes" de março de 1884. Diz êle que a Igreja de Lucina possui placas esmaltadas que remontam ao século XI e em Santa Cecília, em Pisa, existem, também, placas esmaltadas do século XIII.

Êstes raros monumentos, no entanto, não constituem provas suficientes para dizermos que tenha havido uma fabricação sistemática antes do Renascimento.

Brogniart (6), por sua vez, diz ter sido o século XIII o introdutor das peças em verniz plumbífero (7) na Europa; diz, ainda, ter a certeza que, desde o século XII, se fabricava na Itália cerâmica dessa natureza. Em apoio dessa afirmativa apresenta a palavra abalizada de Passeri (8), o qual se refere a um túmulo próximo à Igreja de S. Domenico, datado do ano 1100.

Apesar dessas opiniões abalizadas, podemos afirmar que foi pela mão de *Lucca della Robbia* que surgiu na Itália, no século XV, a grande arte cerâmica mais viva e mais bela do que nunca.

Nascido em Florença em meados do ano 1400, impôs-se a todos os mestres que surgiram antes dessa época.

Achava-se, a princípio, um tanto deslocado por não ser propriamente um ceramista. Havia estudado com Mestre Leonardo a arte do desenho, da modelagem e da escultura. Mais tarde, voltando a Florença, modelou as portas de bronze da igreja de Santa Maria das Flores. Portanto, já era célebre nessa arte, quando se inclinou para a cerâmica, produzindo peças de muito mais valor do que as existentes até aquela data.

Assim, concentrando nossa atenção sôbre a louça propriamente dita, veremos que foi com êsse grande artista que começaram a ser conhecidas as grandes fábricas que deram nome à Itália.

(6) BROGNIART (*Alexandre*) — Mineralogista e geólogo francês (1770-1847). Foi farmacêutico militar, engenheiro de minas, diretor da Fáb. de Sevres.

(7) *Verniz plumbífero* é composto de óxido de chumbo, sílex ou areia e sal, cozido em forno próprio.

(8) PASSERI (*G. B.*) — "Istor. della pit. in maiolica fatte in Pesaro", etc. — Pesaro — 1857.

As melhores produções de Lucca della Robbia estão enquadradas entre 1450 e 1470, quando encontramos pratos com *brasões de reis e príncipes*.

Embora se tenha visto o ressurgimento da cerâmica com Della Robbia, há autores que dão essa primazia a *Faenza*, pequena cidade da Romanha, apresentando como principal razão a etimologia do nome (*Faenza*) naquele país, ou *faiança* nos demais países que são *majólicas de verniz estanífero* (9). Este centro de fabricação remonta ao ano de 1480.

É incontestável, todavia, que tenha sido Robbia o descobridor do segredo do esmalte, perdido desde o tempo de Plínio, nos primeiros anos do I século.

Em 1480 já havia vários centros fabris, sendo que os principais se achavam localizados em *Faenza*, *Pesaro*, *Urbino*, *Gubbio*, *Durante* e muitos outros, cujos produtos eram apreciados em toda a Europa.

Os primeiros trabalhos surgidos dos fornos de *Faenza*, assim como os de *Pesaro*, caracterizaram-se pelo seu estilo arcaico, muito pronunciado, conservando as formas primitivas. Um pouco mais tarde, o bordo dos pratos e a beira das chicanas vão apresentar arabescos graciosos e elegantes.

Certo número dessas peças traz as *armas da família Manfredi*, o que atesta serem elas anteriores ao ano 1501, época em que a cidade de *Faenza* foi incorporada aos Estados da Igreja.

Em *Gubbio*, Giorgio Andreoli, produziu as *majólicas* (10) mais célebres da Itália. Esta fábrica, que data do século XV, desenvolveu-se consideravelmente, graças ao talento ceramista desse mestre, natural de *Pavia*, que, ajudado por seus dois irmãos, fabricou admiráveis peças com *motivos armoriados*, religiosos, etc. É deste artífice uma *taça brasonada datada de 1527*.

A fábrica de *Pesaro* produziu peças de aspecto primitivo com reflexos metálicos, tendo adquirido grande renome após a construção do magnífico palácio dos Senhores de *Urbino*.

(9) Verniz estanífero — verniz branco, opaco à base de estanho que recobre o barro poroso.

(10) *Majólicas* — Nome dado na Itália à terracota, quando recoberta de uma mistura de esmalte estanífero e argila branca, generalizando-se para toda louça.

Além dessa manufatura, o Duque de Urbino possuiu nos seus domínios a fábrica de *Castel Durante*, produtora de um número considerável de pratos, potes de farmácia, travessas, etc., ornamentados todos de *atributos e troféus*.

As belas majólicas dessa localidade e dessa época são muito raras; porém as que marcam o período da decadência da fábrica, pela metade do século XVI, são muito mais numerosas.

Picolpasso (11) se refere não só às peças dessa fábrica, como às de Veneza, Pádua e Verona. Em coleções da segunda metade do século XVI, espalhadas pelos museus, aparecem alguns exemplares de vasos de Veneza.

Em fins dessa época, tôda essa produção já se encontrava em franca decadência. As oficinas de maior renome não puderam se manter e fecharam definitivamente suas portas.

No século XVII, apenas com fim utilitário, foi instalado um pequeno número de fábricas, onde se executou louça comum, não aparecendo nenhuma peça aparatosa como nas anteriores.

Em Milão, no século XVIII, foram criadas fábricas mais importantes. Estas applicaram-se a copiar as belas porcelanas orientais. Porém as mais artísticas, do ponto de vista decorativo, foram as de *Castelli*, na Província de Nápoles.

Em resumo, diremos que os italianos tiraram um grande partido dos materiais e desenhos que lhes passaram pelas mãos, executando peças de verdadeira beleza. Segundo Deck (12), apenas abusaram um pouco da côr amarela, mas, grandes mestres que foram, espalharam seus modelos e sua técnica por muitos países.

FRANÇA

Na velha Gália, já era praticada a arte cerâmica e, em escavações recentes, encontrou-se grande número de potes e vasos que remontam àquela época.

(11) PICOLPASSO, diretor de uma fábrica importante de Castel Durante, escreveu em 1548 um tratado sobre o fabrico e a decoração das faianças, intitulado "Li tre libri dell'arte del Vasio". Hoje, êsse manuscrito pertence à Biblioteca do South Kensington Museum.

(12) DECK — um dos grandes diretores da fábrica de Sevres. A êle se deve o azul turquesa, chamado *azul de Deck*.

Logo após essas primeiras manifestações, registramos a aparição da cerâmica dos romanos, opaca ou brilhante, lisa ou decorada, porém sempre bela.

Com a chegada dos Francos, desaparece por completo a louça dos romanos, surgindo, então, a fase dos metais e somente no século XI ou XII aparecem novamente manufaturas de certa importância, mostrando pelos seus produtos não ser absolutamente estranha a arte do oleiro naquele país.

A partir do século XI, os arquitetos começaram a empregar, por falta de material necessário, pisos compostos de pequenos fragmentos de terracota colorida, em substituição ao mosaico.

Obtinham-se êsses pisos por meio de moldes encaixados, de maneira a formar desenhos muito decorativos: todavia, êsses produtos da Idade Média são muito pouco conhecidos por falta absoluta de documentação.

Mas a força de expressão que caracterizou o Renascimento italiano tinha que se fazer sentir no domínio da cerâmica e foi justamente pela mão do italiano que se vai fabricar na França a primeira louça de esmalte estanífero.

Essas fábricas, entretanto, tiveram vida efêmera. Com o exemplo dos italianos, os ceramistas franceses procuram descobrir o segredo dessa indústria e, com esforço, tenacidade e paciência, muitos conseguiram, iniciando-se, então, o fabrico em maior escala.

A primeira fábrica francesa de que nos ocuparemos será a de *Beauvais*, cujos produtos já eram afamados na Idade Média, aparecendo mesmo várias peças em inventários reais.

No século XIII, as fábricas de *Beauvais* e de seus arredores produziam louça coberta de verniz verde liso, cuja reputação se tornou muito popular.

Como nos demais países, foi no século XV que essas manufaturas se desenvolveram, produzindo boas peças em barro vidrado. (13)

Entre seus melhores exemplares, citaremos um prato em terracota (14) de pasta branca fina, no gênero das louças de Nurem-

(13) *Barro vidrado* — diz-se das peças de barro, recobertas de um verniz transparente, que tanto pode ser colorido como incolor.

(14) *Terracota* — cerâmica opaca, cuja massa é de grãos porosos, sem esmalte ou verniz.

bergue, literalmente coberto de ornatos em relêvo de assuntos vários, principalmente inspirados na paixão de Cristo. Êsse prato tem as *armas da França e da Bretanha* do tempo de Carlos VIII, datado de 1511.

Dêsse prato são conhecidos apenas quatro exemplares, assim distribuídos: no museu de Sevres, no de Cluny, na Biblioteca Nacional de França e o último, com algumas variantes, tendo ainda leves traços dourados, no museu de Douai.

Ainda de Beauvais é uma peça *armoriada* com data de MDXX... Do século XVI, eram muito afamadas as louças azuladas dessa mesma cidade. Dessa época e dessa mesma louça existe uma garrafa de viagem em verniz azul, trazendo um escudo com as armas de França e a inscrição: "*CHARLES ROY*"

Falemos agora nas fábricas de Oiron, cujas peças representam uma verdadeira revolução na arte ceramista. Seus produtos eram tão perfeitos que, examinados por técnicos, êstes lhes atribuíam imediatamente origem puramente italiana, pois, como já foi visto, era aquêle pais o melhor produtor naquela época.

De Oiron passemos a *Nevers*, conduzidos pela mão de Helena de Hangest, que, casando-se em 1499 com Artur Gauffier, Senhor de Boissy, passou a residir durante o verão no castelo de Oiron. Foi nesse mesmo castelo, ao aproximar-se o ano de 1527, que se instalou a manufatura. Sua existência foi curta, tendo a duração aproximada de 40 anos, desaparecendo em consequência das guerras religiosas.

Os produtos dessa fábrica podem ser divididos em três categorias: A primeira compreende a louça, cujo fabrico deve ser atribuído ao período em que viveu Helena, a qual chegou a ser diretora da fábrica, por volta de 1537. Algumas dessas peças trazem as armas de *Gilles de Laval, do Senhor de Bressuire, dos De la Tremouille, dos Gauffiers* e de muitos outros.

A segunda corresponde à direção do filho de Helena, Cláudio Gauffier, vendo-se louça com as *armas dessa família*. Essas peças, porém, não valem as primeiras, são bem mais inferiores.

A terceira e última, — pois em 1538 a fábrica apagava seus fornos, — não tem grande valor, porque representa a fase de sua completa decadência.

Saintonge — É igualmente na Renascença que vamos encontrar em Saintes um pobre ceramista, Bernardo Palissy, corajoso, perseverante e abnegado que consegue criar um gênero de louça que, não sendo mais de barro vidrado, ainda não era de faiança. (15)

Suas experiências começaram por cobrir os relevos das peças com esmalte branco. Obtido o resultado desejado, prossegue em suas pesquisas, conseguindo esmaltar também a côres.

Sempre tenaz e persistente, chega enfim ao seu ideal, que consistia em fabricar louça de motivos rústicos; sua idéia fixa era imitar a natureza. Dessa sua estada em Saintes, surgiram os pratos com as armas de *Emanuel de Philibert* (1542-1560).

São dessa mesma época as raríssimas peças conhecidas pelo nome de "*faïences Henri II*", verdadeiras maravilhas de cerâmica. Durante largo tempo foi essa louça atribuída às fábricas de Oiron, mas, após grandes e prolongadas pesquisas, chegaram à conclusão de pertencerem as mesmas a uma oficina quase desconhecida em Saint Porchaire.

Nesse mesmo período, um ruanês por nome *Massot Abaquesne*, conhecido como "esmaltador de argila", conseguiu executar várias peças que, sendo de puro gosto italiano, possuíam característicos bem franceses.

Com o correr dos anos, Ruão foi crescendo de importância, chegando a ocupar o primeiro lugar na indústria da cerâmica em França. Foi, sem favor, na sua época, a cidade que melhor louça produziu. O que distingue essas peças das demais é o grande sentimento decorativo que nelas se encontra, tanto nas ricas quanto nas mais singelas.

Um grande número de peças dessa manufatura, em pleno século XVII, trazem *armas* pintadas, cujos esmaltes estão em perfeito acôrdo com as leis heráldicas.

O casamento de Luís Gonzaga, filho de Frederico II, duque de Mântua, com Henriqueta de Clèves em 1565, deu àquele príncipe o ducado do Nivernês e à França um centro ceramista importante. Mas, somente a datar do começo do século XVII, isto

(15) *Faiança* (louça ordinária branca) é opaca de um verniz estanífero que vai ao fogo.

é, em 1608, aparecem os primeiros documentos sôbre uma fábrica de certa importância, em Nevers; era a dos irmãos Conrado.

Esta fábrica procurou imitar as faianças italianas do último período de Urbino, caracterizadas por um fundo azul ondeado, sôbre o qual se destacavam deuses marinhos. Dessa época, há *peças de cerâmica eclesiástica brasonada*.

As elegantes faianças de *Moustiers* são dignas de figurar no primeiro plano das fábricas francesas. Os criadores dessa fábrica foram os *Clarissy*. Pedro Clarissy, em 1686, recebeu o título de "*maistre fayancier*".

Um certo número de pequenas fábricas francesas de faiança fina (16) imitou com relativo sucesso as louças de Moustiers. Ali foi fabricado um grande número de *peças brasonadas*. Muitas vezes essas armas aparecem no bordo do prato, porém são muito mais freqüentes as peças que apresentam os brasões no centro. Êsses escudos são acompanhados de lambrequins e suportes. São peças dos séculos XVII e XVIII.

Podéramos ainda mencionar muitas fábricas francesas, como as de Bordéus, Chantilly, Lilla, Marselha, Paris e muitas outras, onde sempre encontramos louça brasonada, porém é impossível nos estendermos mais.

Não podemos, no entanto, fazer ponto final na faiança dêsse país, sem referência à sua maior manufatura, àquela que deu à Europa os mais belos produtos, e talvez a mais importante do universo. Trata-se, como já se depreende, de *Sevres*.

A primeira tentativa deve-se a *Cláudio Réverend*, que, em 1664, solicitou um privilégio de Luís XIV, a quem disse produzir porcelana tão bela quanto a das Índias Orientais. Apesar do que afirmava, nenhum vestígio há de suas experiências.

Nove anos mais tarde, *Louis Poterat* obteve um privilégio idêntico ao de Cláudio. Embora pouco se conheça dêsse artífice, há alguns espécimes em museus.

A luz se fêz, no entanto, 20 anos depois com o ceramista *Pedro Chicaneau*, que conseguiu descobrir um certo número de

(16) *Faiança Fina* — chamada meia porcelana. Em geral é opaca por exceção, ligeiramente translúcida, revestida de verniz plumbífero.

receitas perfeitas, dando ensejo a que seus filhos, depois de sua morte, produzissem porcelana artificial de tão boa qualidade que, em breve, despertava a atenção geral (1695).

Esta fábrica estabelecida em Vincenas foi o berço da porcelana de Sevres. Aí se fabricava porcelana branda artificial (17) que, apesar de sua delicadeza e finura de massa, em breve não satisfazia mais as exigências dos ceramistas e dos amadores.

Dirigiram, então, suas pesquisas para a obtenção da porcelana dura, chegando por fim a conseguir o que tanto almejavam, substituir uma pela outra, sendo que esta última já era conhecida em Saxe, aproximadamente havia 60 anos.

O primeiro a fabricar louça de pasta dura (18) foi Hettinquer. A descoberta do caulim em Saint Yrieux, aliás como quase tôdas as descobertas, deu-se de modo imprevisto.

Mme. Darnet, espôsa de um cirurgião daquela localidade, encontrou em um terreno baldio uma jazida de um barro esbranquiçado, viscoso, que lhe pareceu ótimo para clarear roupa. Mostrando a seu marido, êste suspeitou da qualidade da argila e a levou imediatamente para Bordéus, afim de mostrá-la a um farmacêutico seu amigo. Êste último, após examinar o barro, desconfia que o mesmo contenha caulim e vai, então, a Saint Yrieux colhêr uma certa quantidade daquela matéria e a envia a Masquer, químico em Paris. Êste, por fim, a identifica como contendo o precioso caulim tão desejado.

Êste episódio, que veio revolucionar tôda a produção da porcelana em França, deu-se em agosto de 1768 e logo em seguida foram feitas experiências em Sevres, conseguindo-se brilhantes resultados.

Mme. Darnet, a descobridora ocasional daquela preciosidade, viveu mais ou menos até 1826, velha, esquecida por todos e na miséria. Em seus últimos anos, por iniciativa de Brogniart, conseguiu de Luís XVIII uma pequena pensão para suavizar um pouco a amargura de seus últimos anos de vida.

(17) *Pasta branda* — formada de elementos artificiais aos quais se procura dar plasticidade sem a intromissão de argila ou caulim.

(18) *Pasta dura* — composta de dois elementos essenciais: o caulim (infusível) e o feldspato (fusível).

De 1815 a 1848, já sob a direção de Brogniart, esta manufatura produziu porcelana dura, de pasta geralmente muito branca, de esmalte bem vítreo, porém fino.

Nesse período fabricavam um grande número de peças com letras e monogramas reais, para as principais casas reinantes.

No museu de Sevres, há dessa mesma época uma bandeja com as armas da Rússia, fabricada para o Grã-Duque Paulo Petrowitch.

Essa manufatura produziu em todos os seus períodos grande número de peças brasonadas. O Museu Histórico possui várias peças de grande valor dessa importante fábrica.

Ainda em nossos dias, Sevres é considerada uma das primeiras do mundo, sendo os produtos de rara beleza e de uma delicadeza e transparência invejáveis.

Em pleno século XX, aparecem peças ornamentais de um branco cinza, de aspecto grosso e poroso, cuja pasta é tão fina e tão boa quanto a empregada para as peças de maior transparência.

ALEMANHA

Nesse país, como nos demais da Europa, surgiram os artifices em cerâmica na Idade Média. Há mesmo espalhadas por vários museus, principalmente daquela região, algumas amostras em que se sente uma arte bastante adiantada.

Com a Alemanha sucede o mesmo que com os outros países. Torna-se necessário chegar à Renascença para encontrarmos traços de um fabrico contínuo.

Admite-se geralmente ser esse país o berço da louça em grés cerâmico (19); há, no entanto, quem recue dando esse direito a Jaqueline da Baviera, a primeira pessoa, pelo menos de classe superior, que moldou a louça silicosa.

Prisioneira na fortaleza de Teylingen em 1424, ela teria preenchido seus dias de tédio, confeccionando potes e jarras, jo-

(19) Grés cerâmico — Louça de pasta densa, dura, sonora, opaca, esmaltada ou não impermeável.

gando-os em seguida dentro de um fôssô, com o fim de deixar à posteridade a lembrança de sua presença ali.

Outros dão essa prioridade aos flamengos, por terem aparecido na Holanda as mais antigas louças de grés sob o nome de Jacob Kanetjes.

O que se pode, entretanto, afirmar é que, a partir do século XV, o fabrico de louça de grés aparece na Alemanha de maneira ininterrupta.

As primeiras fábricas de grés cerâmico aparecem em *Siebourg*, sede de uma abadia importante e em *Frechen*, ambas situadas nos arredores de Colônia.

As peças ali fabricadas têm uma forma cilíndrica (canecas em geral), quase sempre ornamentadas de finos baixos-relêvos com motivos bíblicos, alegorias exóticas, *ricos brasões*, quase sempre datados.

Como exemplo de uma dessas canecas do século XVI, daremos a que se acha reproduzida no livro de Albert Jacquemart "Histoire de la cèramique"; é em forma cônica, em rico grés branco, cuja ornamentação é dominada pelas *armas do império Alemão, da França e da Espanha*. Em segundo plano, em relação às armas principais, vê-se o escudo do Arcebispo de Mogúncia, parecendo indicar que a peça era destinada àquele dignitário. Todo êsse trabalho é feito em estilo audacioso, perfeito em execução, apesar de a sua data, 1574, afastar-se dos belos tempos da Renascença.

Essa louça, muito procurada nos séculos XV e XVI, começa a perder o seu gôsto artistico no século XVII, chegando ao XVIII, completamente destituída de seu valor.

O barro vidrado foi igualmente muito empregado naquele país, sobretudo no fabrico dos magníficos fogões de aquecimento. Êste trabalho artistico foi a grande indústria de Nurembergue.

Verdadeiras obras de arte, em que o arquiteto, o escultor e o ceramista tinham vasto campo para aplicar o seu talento. *Hirschvogel*, o verdadeiro criador dêsse tipo de fogão, faleceu em 1560.

Um dêsses fogões é todo ornamentado com placas de assunto histórico, intercaladas por outras *brasonadas*.

Shaslund, na Pomerânia, teve sua manufatura fundada aproximadamente em 1731 por *Jean Paskowitz*, que atingiu grande importância em 1767. Desta fábrica também são vistas peças *brasonadas*.

Schwerin, no século XVIII, fabricou faiança *armoriada*; e como esta, *Ilmenau* e muitas outras cidades, com suas manufaturas fumegantes, produziram bela louça com motivos *heráldicos*. Torna-se, no entanto, impossível determo-nos em um estudo pormenorizado sôbre tôdas elas.

Deixaremos de nos referir a Saxe (Meissen), neste capítulo, porque será feito o seu estudo detalhado quando nos referirmos a um prato brasonado das coleções do Museu, no fim dêste trabalho.

INGLATERRA

O início da fabricação de louça na Inglaterra é por demais obscuro. Até hoje não se sabe bem ao certo qual a cidade que teve a sua primeira manufatura.

Pode-se dizer, entretanto, que *Staffordshire* representa o berço da arte da argila naquele país, isto em 1581, quando *William Simpson* solicitou a autorização de estabelecer uma fábrica de grés, para fazer concorrência aos produtos importados de Colônia.

As louças vidradas de Staffordshire foram fabricadas em um determinado distrito o qual se tornou tão célebre, que ainda hoje é conhecido por "*The poteries*".

Os fundos dessa louça são de um vermelho ocre e os engobes (20) variam do creme rosado ao amarelo acastanhado. São vistos desta fábrica pratos com belas decorações no bordo e desenhos centrais representando flores ornamentais, *brasões*, *animais heráldicos*, retratos de personagens reais etc. O período dessa fabricação vai de 1676 à 1703.

Quanto à faiança esmaltada ou inglesa (21), nasceu em Delft e de lá para a Inglaterra pela mão de operários holandeses, que,

(20) *Engobe* é uma fina camada, ou melhor, um rebôco argiloso opaco, empregado para cobrir o *biscuit* dissimulando-lhe a cor. Esse engobe pode ser colorido ou não.

(21) *Faiança inglesa* ou *fiança fina*, assim chamada por ter sido descoberta na Inglaterra em meados de 1710.

estabelecendo-se em *Fulham e Lambeth*, aproximadamente em 1640, fabricaram, nessa última localidade, potes para farmácia e quadradinhos de revestimento com paisagens azuis, portanto tipicamente holandeses.

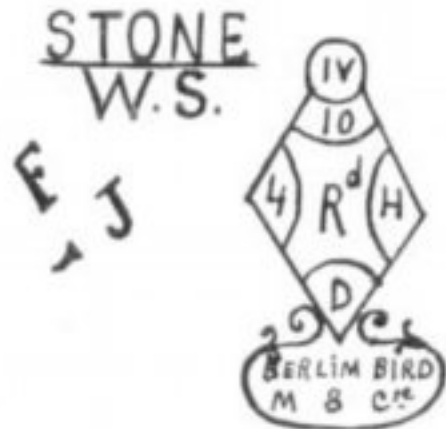
Êsses produtos se espalharam, sendo instaladas fábricas por toda a Inglaterra. Dai o ter conservado o nome de Delft em sua louça até nossos dias.

O nome de *Wedgood* está ligado a esse primeiro período da faiança inglesa, pois lhe é dada a glória da descoberta da composição da faiança fina.

Há desta fábrica, no Museu, um prato que pertenceu ao Visconde de Pôrto Seguro, muito bonito, em faiança branco-creme, tendo na beira um desenho azul e branco formando grega. Partem dessa grega seis cantoneiras ligadas uma à outra por um ramo de fôlhas, formando reservas (ao todo três), dentro das quais se acham três pássaros aquáticos. Entre as reservas, três medalhas. Ligando o bordo ao centro, uma grega e, no centro, o monograma daquele titular encimado por uma coroa de conde. Todo o desenho do prato é azul. Lembra muito o tipo oriental. A marca é muito interessante em incavo, por extenso e sob o nome as duas iniciais, também em incavo. Há ainda várias pequenas marcas, que devem ser dos decoradores e pintores e por último a estranha marca azul que nada mais significa do que REGISTRADA.

Em *Wrotham* (Condado de Kent) produziram louça vidrada, cujas peças são caracterizadas pelos relevos de engobe claro, geralmente branco. Êstes relevos representam rosáceas, *emblemas armoriais* etc. A data desses produtos, embora não seja muito precisa, oscila entre 1654 e 1716.

Burslem, no Staffordshire, teve muito cedo suas fábricas de artefatos de grés e louça vidrada; porém foi ao alvorecer do século XVIII que alcançou seu grande êxito. A sua produção se torna muito mais bela e mais perfeita pela intromissão do silex na composição da massa argilosa. Com a adução desse novo ingre-



diente, a faiança se torna suscetível de receber tōda e qualquer decoração.

Nesse século, foram fundadas muitas fábricas, não só naquela cidade como em tōda a Inglaterra.

Com Wedgood, essa louça atinge a um tal grau de perfeição que lhe é dado um dos primeiros lugares na história da indústria ceramista inglêsa do século XVIII.

Referir-nos-emos ligeiramente a *Dérbi*, fábrica da qual não é conhecido o fundador nem a data da fundação. A primeira de que há notícia é a de *Derby Por Works*, situada em *Cok Pit*, isto em 1750. Em 1773 obteve a proteção real. Nessa louça também encontramos *brasões e monogramas coroados*.

O Museu Histórico possui uma peça dessa fábrica. E' uma grande travessa de uma baixela do Barão de Mauá; tōda branca tendo no bordo uma faixa avermelhada entre dois filêtes dourados. Ligando o bordo ao centro, também um filête dourado. No centro, o monograma daquele titular encimado por uma coroa de Barão. Como marca : G incavo.

Esta marca é referente â fabica *Dérbi* no seu 4.º período, isto é, de 1830. G é marca do artista.

Faremos ponto final com a Inglaterra, embora muito houvesse a dizer em relação as manufaturas de *Davenport*, *Copeland*, *Adams*, *Worcester*, *Spode*, etc., que produziram belas peças brasonadas, evitando nos alongar por mais tempo quando a nossa principal finalidade é mostrar que em todos os países da Europa houve louça brasonada.

HOLANDA

Foi incontestavelmente na cidade de *Harlem* que, pela primeira vez, se fabricou faiança na Holanda. Desta cidade, logo após o seu desabrochar, foi essa indústria levada para *Delft* por *Herman Pieterz*, aproximadamente em 1580. Pouco se conhece sōbre êsse ceramista, a não ser que sua indústria prosperou e que enriqueceu.

Muito poucas peças dessa época são conhecidas; entre elas poderemos citar um fragmento de ladrilho alusivo à morte de Guilherme, o Taciturno, outro, à chegada do Príncipe Maurício e um grande prato com as *armas de Colbert*.

Essa indústria se manteve até 1650 nas mãos de ceramistas mediocres e operários inábeis, chegando a pôr em perigo a fábrica de Delft.

A partir dessa época até 1670, há um grande impulso nessa arte e mais de vinte artifices fundam novas manufaturas. Este foi o grande momento para Delft. Nesse período, surgem os admiráveis pratos, cuja decoração se emparelha em delicadeza à pintura dos grandes mestres holandeses.

Foi o período de expansão causado pelo desenvolvimento considerável do comércio com o exterior, cujos navios espalhavam êsses produtos pelo mundo inteiro.

Em fins do século XVIII, essa manufatura fechava suas portas. O brusco desaparecimento deu causa a que os produtos de Delft se tornassem raros, principalmente os de *Arnhem*, que logo desapareceram, tendo-nos, contudo, legado peças bonitas e originais.

Em seu período de decadência, surgiu a exploração comercial dessa louça; fabricaram, então, grande quantidade de baixelas, tamboretas, capas de escôvas, placas de revestimento com paisagens e motivos guerreiros, *pratos armoriados* e, mais para o fim do século, motivos patrióticos.

Essa exploração comercial contribuiu em grande parte para a decadência da louça holandesa. Tudo aquilo que é feito em grande quantidade e como os mesmos motivos, cai na banalidade e conseqüentemente na desvalorização.

A Holanda foi também uma das grandes produtoras de azulejos, sendo muito dêles armoriados.

SUÉCIA

Neste país, vamos encontrar duas fábricas importantes. São as de *Rostrand* e *Marieberg*. A primeira dirigida por Conrado Hunger, de 1726 a 1780. Este havia sido decorador da manufatura de Meissen e produziu belas imitações da porcelana de Saxe.

A segunda, fundada em 1758, existiu até 1782. Depois de se ter inspirado nos produtos franceses, empregou com muito êxito os mesmos processos usados na Inglaterra. Dessas fábricas saíram muitos *pratos brasonados*.

Ainda na Suécia, vamos encontrar a fábrica de *Kunersberg*, da qual aparece um prato com um escudo, tendo no campo um touro.

PORTUGAL

Embora tenhamos seguido a ordem cronológica sôbre o fabrico da louça nos diversos países, abrimos, muito propositadamente, uma exceção para Portugal.

Não obstante tenhamos dito no preâmbulo dêste trabalho que nos ocupariamos unicamente da porcelana brasonada européia, não poderíamos deixar de nos referir, embora ligeiramente, ao nosso país.

Bem sabemos quão intensa foi a influência portugueza não só em nossos hábitos e costumes como em nossa indústria. E foi através dos azulejos portuguezes que vimos essa arte surgir nas igrejas do norte e centro do Brasil. Porém, ao fazermos o estudo da porcelana em nossa terra, deixaremos de nos referir a êsses azulejos para só nos ocuparmos da cerâmica fabricada diretamente no Brasil e sôbre a qual há tanta controvérsia.

* * *

Com a Espanha, Portugal sofre em sua louça a influência dos árabes e dos mouros. Fato natural, porque êstes habitaram a Península cêrca de 600 anos.

Esta é a razão por que vemos a repetição dos motivos persas e bizantinos (de quem os árabes haviam recebido essa arte), na cerâmica portugueza.

Ainda, como na Espanha, poderíamos recuar a eras remotas, porquanto, em escavações arqueológicas procedidas no solo portuguez, foi encontrada grande cópia de vasilhames em barro, apre-

sentando afinidades em forma e ornamentação com os estilos greco-romanos, que se haviam introduzido com sua civilização na Península, antes da dominação muçulmana.

Relacionando-se nosso estudo apenas com a decoração, evitaremos de pesquisar tão longe.

Os documentos mais antigos referentes a uma indústria ceramista em Portugal foram encontrados em *Coimbra*, dizendo haver ali olarias do princípio do século XIII. *Antônio Augusto Gonçalves* assim se refere a respeito: "O mais antigo documento escrito, referente à olaria de Coimbra, faz parte das *posturas municipais de 1145.*"

Sobre isso há controvérsias, pois *Neves Melo* diz que o documento mais antigo por êle encontrado a respeito dessa indústria data de 1203 e é um título de venda, feito por Pedro Soares, ao Mosteiro de Santa Cruz, de uma "tenda" com dois fornos para louça, junto às portas de *Almedina*.

Embora haja essa pequena divergência nas datas, foi Coimbra a primeira a possuir indústria ceramista no território português. O mesmo Sr. Gonçalves diz, em seu trabalho, haver reclamações apresentadas ao senado datadas de 1514 e 1526, sobre o mau fabrico da louça.

Assim, chega êsse mesmo autor à conclusão de que há motivos para crer que a louça de esmalte estanífero foi ali fabricada do século XIV ao principio do XVII.

A produção da louça branca de faiança aparece pela primeira vez em um documento de 1623. Dêsse século, há um prato de faiança decorado de azul e côr-de-vinho, tendo no centro um brasão com um leão rompente, encimado por um elmo ladeado por paquifes. Essa peça pertencia à coleção do Conde de Ameal. Dessa mesma época é um prato de faiança decorado de azul, tendo no centro um escudo com inscrição, encimado por uma coroa real.

Datada de 1681, há um garrafa, também em faiança, ainda das coleções do Conde de Ameal, apresentando, em seu bôjo, as *armas de Portugal* encimadas por uma coroa real, ladeada à direita pela data.

Do fim do século XVII até o primeiro têtço do século XIX, a cerâmica de Coimbra apresenta um fabrico constante.

Deixando Coimbra, trataremos das reliquias do *Convento da Madre Deus*, instituído pela Rainha Leonor, espôsa de D. João II (1481-1495).

Essas preciosas peças pertencentes àquele convento devem ter saído das fábricas de Caldas da Rainha, lugar muito beneficiado pela Rainha D. Leonor.

Essas peças eram de forma arcaica, pesadas, em barro grosso, geralmente liso, coberto de esmalte verde. Há duas bilhas dessa mesma época (fim do século XV), as quais, pelos seus característicos, devem ter pertencido àquela Rainha.

Disso tudo o que se pode afirmar é que a cerâmica portuguesa, já sendo interessante na Idade Média, entrou em fase mais sólida no século XV, firmando-se no XVI com o aparecimento de artistas como Francisco de Matos, autor dos azulejos de S. Roque.

Um fato notório naquele país é não ter havido regressão na louça no século XVII, coisa que ocorreu em vários países. Ao contrário sua fabricação continuou com o mesmo ardor e a mesma arte e foi nesse século que surgiram na faiança de fundo branco, *escudos, armas e brasões eclesiásticos*.

Viana do Castelo, fábrica que alcançou grande projeção, apresenta, em 1641, um canudo de faiança, tendo no centro o escudo *das armas portuguesas*, encimado pela coroa real. Ainda dessa fábrica, vemos um pote de faiança, decorado de azul, datado de 1651, tendo um *brasão* encimado por um elmo com timbre e ladeado por paquifes. Dessa instalação primitiva de Viana do Castelo, ainda restam vestígios à margem esquerda do rio que atravessa aquela cidade.

No século XVIII, em 1774, foram instaladas as novas fábricas de Viana do Castelo, em *Darque*. Dois fatores contribuíram para a fundação da manufatura nessa freguesia: os abundantes barreiros de Alvarães e as excepcionais condições da barra do Lima, pondo Viana do Castelo em contato com os portos do sul e do norte da Galiza, assim como com todos os pontos banhados pelas águas do mar.

De 1777 temos notícia de um pote de faiança decorada de azul e roxo, trazendo um *escudo barroco*, com as cinco chagas de

Cristo, emblema da ordem franciscana, encimado por uma coroa real e na parte inferior o número 69.

Do século XVI ao XVIII, Viana apresenta três períodos distintos de fabricação, sendo que o último foi o seu período áureo, apresentando um tipo definido em sua louça (1780-1805).

Aveiro ainda nos mostra vestígios de seus produtos do século XVI; nos dois séculos que se seguem, essa fábrica apresenta grande desenvolvimento, tendo sua manufatura de telha em louça e de azulejos, em ampla escala. Vemos dali azulejos brasonados.

Na cidade do *Pôrto*, o movimento industrial cerâmico foi sempre grande. Do século XVII (1681), há um pote de faiança com o *escudo das armas de Portugal*, encimado por uma coroa real. Esta fábrica esteve muito próspera no século XVII, atingindo o XX com o mesmo valor.

Lisboa, em 1767, apresenta uma fábrica que se tornou conhecida, a do *Rato*, talvez a mais interessante de todas, estabelecida por conta do Estado. Foi seu primeiro mestre, Tomás Bruneto, natural de Turim.

Não há documento nenhum provando que tenha havido qualquer fabricação nesse local anteriormente à direção desse mestre; o que é certo é que o período de quatro anos que durou a direção de Bruneto foi brilhante.

Dos melhores exemplares, citamos as peças destinadas aos palácios e jardins reais, especialmente as que foram fabricadas para o Marquês de Pombal. Há, dessa época, um famoso tanque para peixes que pertenceu aos Viscondes de Asseca. Na parte bojuda da peça, se vê o *brasão* dos Condes de Vimieiro. Com os *brasões* do Conde de Oeiras, há duas terrinas em forma de pato, também dessa manufatura.

Massarelos, no *Pôrto*, fundada em 1738 (segundo Vasconcelos, 1766), precedendo de perto a fábrica do *Rato*, nos apresenta dois pratos, um de grande formato e outro menor, que devem ter pertencido ao serviço do Marquês de Pombal, porque ambos trazem no bordo o *brasão* dos Condes de Oeiras, de 175...

Essa fábrica pode ser dividida em cinco períodos:

- 1.º, de 1766 a 1819 — Faiança perfeitamente moldada.
- 2.º, de 1819 a 1845 — Faiança de pasta mais fina do que a do período anterior. A êste período são atribuídos pratos com as armas de Portugal, apresentando uma acentuada semelhança com os da mesma época manufaturados em Miraguaia.
- 3.º, de 1845 a 1873 — Faiança de pó de pedra (22), esmalte plumbífero, pintura monocroma azul; início da transformação dos processos fabris, satisfazendo as exigências do mercado. Há dêsse período chécaras com monogramas.
- 4.º, de 1873 a 1895 — Mesmo tipo de louça; há algumas pintadas a pincel sôbre estampagem, processo de gravura ao cobre.
- 5.º, de 1900 a 1920 — Nesse período produziram faiança tipicamente inglêsa.

Muito haveria que dizer sôbre as fábricas portugúesas, pois foram numerosas e espalhadas por todo o país. Já nos estendemos demais, por isso deixaremos de fazer o histórico da do Ratinho, fundada pela Duquesa de Palmela e pela Condessa de Ficalho; *Algarve, Viúva Antunes no Estremoz; Cavaquinho*, que produziu louça de pó de pedra, faiança estanífera e muitas outras.

Encerraremos o estudo nesse país com *Vista Alegre*, a primeira fábrica que produziu porcelana em Portugal. (23)

Os primeiros ensaios dessa futura fábrica foram tentados em um laboratório situado no jardim de um palacete em Lisboa, por *José Pinto Basto*, encorajado por seu amigo Gen. José Pedro Celestino Soares.

Os resultados foram tão auspiciosos que, pouco depois, se transferiram para Aveiro e, mais tarde, se instalaram definitivamente na Quinta de Vista Alegre, em 1824, iniciando imediatamente sua produção em grande escala. Há exemplares dessa

(22) *Pó de Pedra* — Faiança constituída por uma pasta seixosa (argila, seixo e sílex) coberta por um vidrado plumbífero bastante fusível.

(23) No fim do século XVIII aparece Bartolomeu da Costa com suas primeiras experiências de porcelana, da qual temos uma bela plaqueta no Museu Histórico; tendo no anverso a estátua eqüestre de D. José e no reverso a comemoração da sua descoberta sobre o fabrico da porcelana. Foi uma produção em pequena escala, não constituindo um fabrico prolongado.

louça em pó de pedra, de pasta vitrificada, no museu da fábrica; são faianças escuras, com um vidrado plumbífero ordinário.

Em 1826, contrataram três artistas saxões, porém dos três somente José Scorder permaneceu na fábrica, dando um relativo impulso à manufatura.

Entretanto o material era deficiente e os operários estrangeiros pouco progresso conseguiram, resolvendo o fundador da fábrica mandar seu filho Augusto à França, a fim de estudar os melhores processos do fabrico.

Brogniart, então diretor de Sevres, fêz-lhe ver a impossibilidade de fabricar porcelana sem o elemento primordial, que, como se sabe, é o caulim, matéria que ainda não existia em Vista Alegre.

Eis quando, em 1834, um oleiro subalterno, por nome *Capote*, consegue descobrir caulim em *Val Rico*.

Como era de esperar, o progresso foi rápido e a manufatura alcança o seu período áureo que vai de 1846 a 1852, quando dirigida pelo artista francês *Victor Rousseau*.

Dêsse período é uma chicara de porcelana com decoração policroma, tendo no fundo do pires as *iniciais coroadas*.

De 1870 a 1893, surge o período de decadência, não só quanto ao fabrico como a novos modelos; êsse periodo se arrasta até 1920, quando a fábrica consegue ressurgir.

Naquele ano, por um inesperado decreto, naturalmente por instigação de alguém que desejava se apoderar das jazidas caulínicas, o produto seria considerado como "minério", ficando portanto sob a alçada da concessão de minas.

Isso viria prejudicar imensamente a fábrica de Vista Alegre, que, felizmente avisada em tempo, conseguiu fazer valer os seus direitos e revalidar os contratos, prossequindo em sua produção e evitando, assim, o desastre.

Podemos resumir as atividades dessa manufatura em cinco períodos distintos:

1.º, de 1824 a 1832 — época anterior à porcelana. Dêsse período é uma chicara do Duque de Palmela, tendo no centro do pires o monograma coroado e ladeado por dois ramos de louro.

2.º, de 1845 a 1868 — período primitivo da porcelana. É o período dos mestres estrangeiros. Nessa ocasião a fábrica concorre com produtos para a exposição de Londres (1851), obtendo um primeiro prêmio.



Dêsse período é a célebre chicara oferecida por D. Bárbara Inocência Ferreira Pinto Basto à sua sobrinha, a *Baronesa de Regaleira*.

3.º, de 1869 a 1881 — período dos pintores nacionais, discípulos dos estrangeiros, cuja influência ainda se fazia sentir.

4.º, de 1881 a 1889 — período de decadência do gosto artístico; falta de iniciativa e de direção artística.

5.º, de 1889 a 1920 — período de ressurgimento com a ótima escola de Duarte Magalhães.

Para findar, resumiremos o estudo cerâmico de Portugal com as palavras de Jacquemart, em sua obra "Les merveilles de la céramique" (1869): "Ce pays (Portugal) est en quelque sorte le nouveau monde de la céramique."

Dessa fábrica há no Museu Histórico um prato do Barão de Guaribu e uma pequena travessa do Conde Ferreira Bandeira, tendo o primeiro a marca  riscada na pasta (escultor Anselmo Ferreira) e o segundo  (côr castanha) incava. Esta marca é da época dos mestres portugueses discípulos dos estrangeiros (1870-1890), cuja influência ainda se fazia sentir.

BRASIL

Todos sabem que a produção ceramista do Brasil, não mencionando a indígena, foi muito escassa. Gastão Penalva, debatendo Gustavo Barroso na sua conferência "O estudo da cerâmica nos museus do Brasil", menciona uma fábrica em Ouro Preto, situada em um local por nome Saramenha, a qual chegou a expor bastante peças apreciáveis, no ano de 1864. Essa fábrica era instalada à beira do célebre rio Tripuí.

Refere-se também a uma outra em Caeté, fundada por João Pinheiro, que, embora político militante, houve época em que se ocupou mais da fábrica do que da própria política.

Visitada por Gastão Penálva, verificou este que a fábrica produziu não só faiança como peças de fina porcelana branca e ouro, feitas com o excelente caulim de Caeté.

Saint Hilaire, em sua "Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas" (Tomo I, Capítulo VI, págs. 140 e 141), assim se refere em relação a uma fábrica de louça de Vila Rica:

"Se excetuarmos a manufatura de pólvora, que pertence ao govêrno, e uma fábrica de louça que se estabeleceu há poucos anos a pequena distância de Vila Rica, não existe nessa vila e suas proximidades nenhuma espécie de manufatura. Os vasos que saem da fábrica de Vila Rica apresentam, em geral, lindas formas, mas são revestidos por uma camada muito espessa de verniz e quebram-se, dizem, com muita facilidade.

É evidente, aliás, que se conseguirá facilmente evitar êsses defeitos, e a manufatura de Vila Rica talvez fique rivalizando com as da Europa, sobretudo se os habitantes da região, sabendo zelar sua honra e interêsses, quizerem fazer alguns sacrifícios para sustentar o primeiro estabelecimento de produtos industriais que se fundou entre êles. Mas, deve-se confessá-lo, se bem que os mineiros pareçam muito orgulhosos de sua pátria, há realmente entre êles tão pouco espírito público, que quase nunca ouvi os habitantes de Vila Rica se referirem senão com desprêzo à única indústria que possuem; exageram os defeitos de seus produtos e, se compararam sua louça com a da Inglaterra, é para fazer sentir quanto é superior a que compram aos estrangeiros."

Não conhecendo maiores detalhes sôbre estas fábricas, deixamos de estudá-las, passando a relatar tudo o que sabemos sôbre a de João Manso Pereira, o Químico, tão discutida até nossos dias.

Tendo apenas dados imprecisos, podemos, no entanto, dizer que houve na Ilha do Governador, em fins do século XVIII, uma

fábrica que produziu faiança e porcelana de ótima qualidade, havendo alguns exemplares espalhados pelo Brasil e Portugal.

Essa louça, fabricada com a própria argila caulinica, extraída de jazidas daquela ilha, era tão pura e tão fina que chegou a ser reputada por Saint Hilaire (24) como semelhante à de Sevres.

Como já dissemos mais acima, deve-se aquela fábrica a João Manso Pereira, cientista brasileiro, natural de Minas, nascido em 1750. Estudou no seminário da Lapa, tornando-se profundo conhecedor do grego e do hebraico; foi professor de humanidades na Bahia e de latim no Rio de Janeiro. Como cientista, foi autorizado pelo govêrno a analisar o ferro de Ipanema.

Fabricou vários produtos, entre êles vinho, açúcar, aguardente destilada da raiz do sapé e camafeus da argila do Brasil.

Aperfeiçoou-se em trabalhos de xarão e em fabricar porcelana, fazendo-os quase tão perfeitos como os da China.

Ofertou a D. João VI um aparelho de porcelana e uma caixinha para sabão de barba, fabricados com argila da mesma procedência. Ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos presenteou com uma mesa, em cujo tampo se viam a baía do Rio de Janeiro e algumas de suas ilhas, tudo em ouro, de vários matizes, cujo maior valor era o de ser executado pelo próprio artista.

Entre as coleções de medalhas em porcelana, há exemplares, de sua fabricação, onde são vistas efígies de reis e príncipes.

Joaquim de Vasconcelos atribui a Bartolomeu da Costa (25) ou a João Manso Pereira, a experiência de um aparelho de chá, de porcelana, com várias peças, cuja pintura era a seguinte: "A figura da Glória, coroada, em um carro triunfal puxado por dois pavões verdes (!). Na mão esquerda sustenta um medalhão, oval, que encerra dois retratos em busto; na moldura do medalhão, que é côr-de-rosa, lêem-se os nomes: Maria I (*sic*) e Petrus III. Com a direita, a Glória guia os pavões e sustenta um cetro de ouro.

(24) SAINT HILAIRE (*Auguste*) — Viajante e naturalista francês. Chegou ao Brasil em 1816. Regressou à França em 1822. Escreveu vários livros sobre o Brasil.

(25) BARTOLOMEU DA COSTA — Brigadeiro de grande valor, cujas experiências sobre porcelana, em Lisboa, foram coroadas de êxito. Contemporâneo de João Manso Pereira.



Prato do serviço conhecido por "Independência ou Morte"

O carro é pintado a tinta-da-china, com toque de ouro, e voa no espaço sôbre nuvens azuis. A fama veste uma túnica amarela, por baixo de um manto côr-de-rosa.

As côres são más; não resistiram ao fogo; tudo revela ai a obra de um principiante; o desenho é fraco, mas de modo algum mostra o estilo do desenhador oriental.

A maior parte das peças tem o monograma J. P. X. (enlaçados) em vermelho, tocado de ouro." (26)

A primeira notícia que aparece sôbre a porcelana de João Manso data de 1796, num periódico, do Rio de Janeiro, intitulado "Paládio Português". (27)

Tendo êsse artista apresentado à Junta de Comércio o resultado de suas experiências, recebeu um parecer da mesma, cujo teor foi dado à publicidade em 1903, por José Pessanha. (28)

Dêsse parecer José Queirós extrai o seguinte trecho, por achá-lo mais interessante: "Tendo já mandado alguma argila e *petunse* para louça e porcelana, agora remete outros barros em rama, próprio para elas, enviando, também, algumas peças já fabricadas, em camafeus, cadinhos e outros vasos de diferentes caulinos e argilas transparentes e opacos envernizados com verniz tirado da bananeira de cujos processos dá sua teoria."

"O que parece, contudo, ser de maior importância é a amostra que remete da terra ou argila a que os naturalistas chamam "ful-lon", porque serve aos lavradores de lãs. Os ingleses são tão cícosos e avaros do que produz a Inglaterra e Escócia, que proíbem a sua extração com a mesma dureza que as das lãs dos óleos com que se preparam, conservando-lhes o macio e pelucido, como esta argila, que os franceses não tinham ainda achado no país, apesar de reconhecerem a sua preciosidade como se vê da memória premiada, de Mr. Bougeiois, que se acha na coleção da Sociedade Econômica de Berne."

(26) JOSÉ DE QUEIRÓS — "Cerâmica Portuguesa", págs. 187, 188, 189.

(27) "Paládio Português" — Publicação de Lisboa e não do Rio de Janeiro, como afirmam vários autores. Tivemos um exemplar dessa publicação em nossas mãos, do ano referido, nada se encontrando nêle a respeito de João Manso.

(28) J. PESSANHA — Publicou um estudo sôbre a porcelana no "Arquivo Histórico Português" de 1903.

Este parecer vem atestar quão valiosa era a nossa argila caulínica.

Varnhagen, em sua "História Geral do Brasil", 2.^o vol., seções XLVI e LIII, refere-se a J. Manso tanto em relação às suas pesquisas sobre o ferro de Ipanema, quanto aos ensaios de fabrico de porcelana, de verriz e de xarão, "tão perfeito como o melhor da Índia". Ainda à pág. 477, nota 36, faz uma pequena biografia sobre esse químico.

Teria Manso se aproveitado dos conhecimentos de Frei Gaspar da Cruz (29) sobre o fabrico da porcelana na China? Seria de Saxe a sua inspiração? Viria por acaso de Sevres? Não se sabe. Muitos afirmam que produziu ótima porcelana, havendo peças que isso testemunham. Dão como exemplo dessa louça um prato existente na sala das porcelanas do Museu Histórico. Foi oferecido pelos patriotas a D. Pedro, por ter permanecido no Brasil. É de bela porcelana branca, em cujo centro, em letras douradas, se lê a seguinte quadrinha:

*"Passar de reino à colônia
É desar e humilhação
Que sofrer jamais pode
Brasileiro coração."*

No bordo do prato, dentro de reservas formadas de ramos de louro, em dourado: "Vivam os brasileiros", "Vivam os mineiros", "Vivam os paulistas", "Vivam os fluminenses" (*sic*).

Esse prato, que dizem ter saído da fábrica de João Manso, pôsto em confronto com outros de fabricação européia, não se lhe nota diferença alguma.

Há um outro aparelho em faiança, também atribuído à fábrica da Ilha do Governador, do qual há um exemplar no Museu Histórico. É de louça mais grosseira e mais pesada; trata-se do célebre serviço "Independência ou morte". Em faiança creme, tendo no centro as armas do Brasil Independente, encimadas pela coroa imperial, ladeada pelos ramos de fumo e café. Sob o todo um

(29) FREI GASPAR DA CRUZ — Publicou "Tratado em que se cõtam muito por extenso as cousas da China, cõ suas particularidades, e assi do reyno dormuz". 1569-1570.

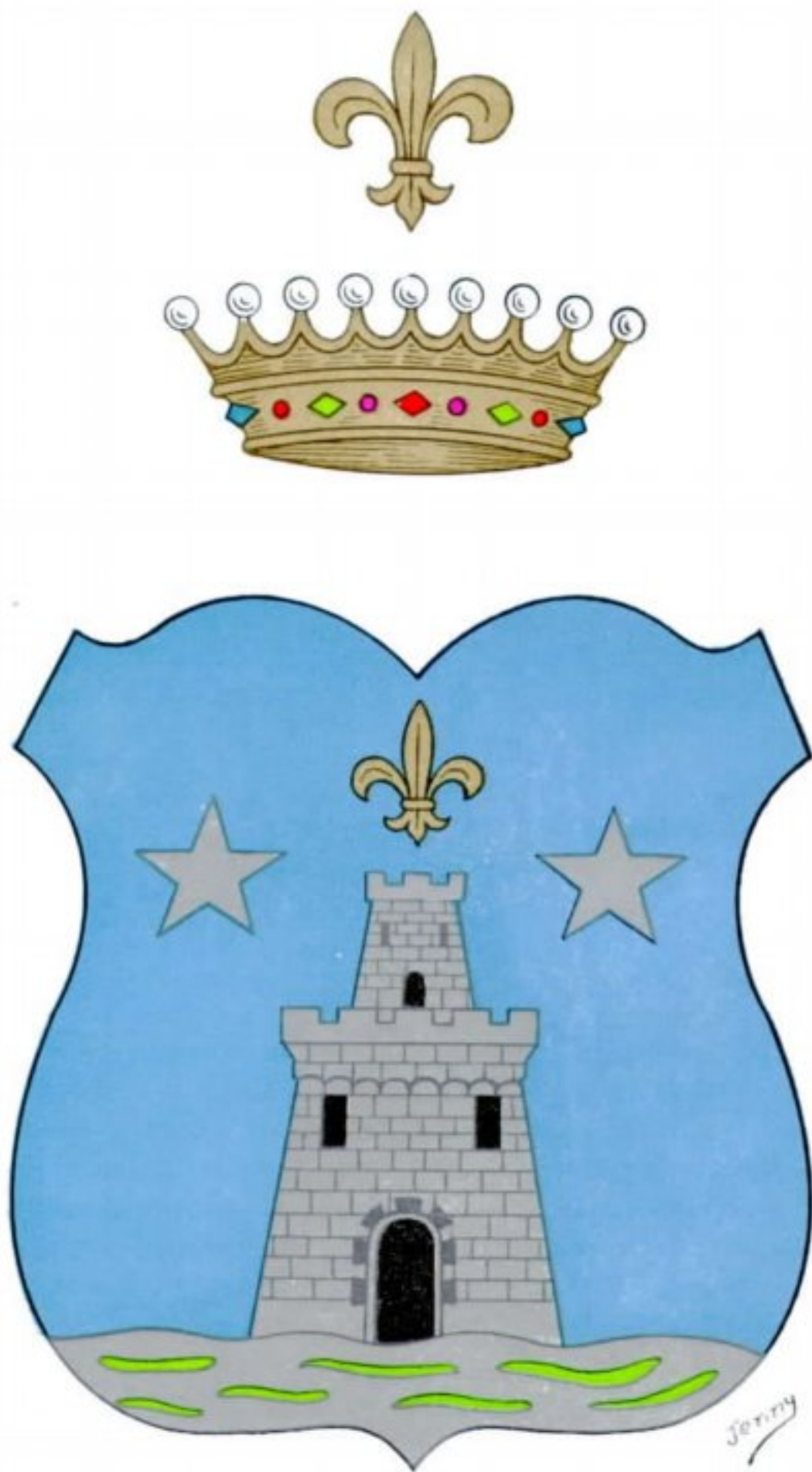


Fig. 4

Brasão do Marquês de Abrantes nas peças do seu serviço de porcelana de Saxe.

listel com a divisa "Independência ou Morte". No bordo do prato, quatro ramos, sendo dois de fumo e dois de café. Circunda o mesmo filete vermelho. O colorido obedece perfeitamente às côres exigidas pela heráldica. (fig. 3)

Por muitos autores é êste prato atribuído à fábrica de João Manso, na Ilha do Governador. Há, porém, várias controvérsias sôbre êste aparêlho; sendo que a opinião dominante é que tenha sido fabricado na Inglaterra. O seu desenho é atribuído a mestre Valentim e o fabrico a João Manso. Isto é um tanto inverosímil porquanto mestre Valentim faleceu em 1812 e Manso em 1820 e o prato só pode ser posterior a 1822, a não ser que tenha sido feito pelos continuadores de Manso, se é que a fábrica ainda existia nessa data.

Gustavo Barroso ("o estudo da cerâmica nos museus do Brasil") põe em dúvida as peças brasonadas atribuídas a Manso, pois, segundo lhe parece, a fábrica do Químico não mais existia por ocasião da Independência, não podendo, portanto, ter as armas do Brasil em seus produtos.

Uma informação interessante foi-nos fornecida por D. Leonor Joppert. Diz esta senhora que esta louça foi pintada em 1824 pelo pintor espanhol *D. Fernão Perez*, o qual ofereceu um dos pratos a Lucas Antônio Monteiro de Barros, depois Visconde de Congonhas, 1.º Presidente da Província de São Paulo, depois da Independência. Em sua peregrinação pelo mundo, veio cair em 1899, nas mãos do Dr. Daniel de Almeida, e daí às mãos de Manuel Lírio, que o ofertou a D. Marianna Joppert Chaves Faria, no dia 7 de setembro de 1899 (Há uma carta comprovando esta informação).

Houve louça dessa fábrica com a seguinte marca gravada na pasta, do fim do século XVIII.

MANSO
R. JAN.

Manso Pereira faleceu, com a avançada idade de 70 anos, em 16 de agosto de 1820, deixando várias obras publicadas.

Deixou como cláusula em seu testamento, que envolvessem o seu cadáver em um lençol e o sepultassem à porta de uma igreja, para ser pisado por todo aquele que penetrasse no templo, afim de ser expurgado de tôda a soberba que por ventura tivesse tido em vida.

Hoje possuímos várias boas fábricas de cerâmica, sendo uma das melhores a de Itaipava, no Estado do Rio. Faiança e porcelana, também são fabricadas em grande escala, principalmente peças de uso diário. Porém, em São Paulo, já existem manufaturas produzindo porcelana que, em feitura e desenho, podem rivalizar com as da Europa.

O Brasil acompanhou o progresso pari-passu com os demais países e, no momento atual, quando nos vemos privados de tudo o que a Europa possui de melhor, em consequência da guerra, podemos suprir, perfeitamente, o nosso mercado com produtos saídos das mãos dos nossos laboriosos obreiros.

* * *

Daremos a seguir os exemplares referidos ao iniciar este trabalho, apresentando os brasões tal como se encontram nesses pratos, pensando, dêste modo, melhor orientar os aficionados desta arte.

Nem sempre as peças apresentam o colorido exigido pelas leis heráldicas, talvez pelo pouco conhecimento desta ciência pelos artífices.

PRATO DE UM SERVIÇO DO MARQUÊS DE ABRANTES

Prato de porcelana dura de Saxe. Fundo branco, tendo no centro, além de um ramo de flores, borboletas e flores esparsas. No bordo, entre arabescos dourados, três reservas com ramos de flores; ainda no bordo, o brasão daquele titular, encimado por uma coroa de Conde (fig. 4). O prato termina com um filete dourado.

Saxe — Meissen. — Boettger, natural de Schlaiz em Voigtland e aluno de farmácia em Berlim, grande químico, com a credulidade natural da época, teve esperança de produzir ouro.

O rei da Prússia, conhecedor de suas pesquisas manda perseguí-lo; consegue fugir para Saxe, onde recebe ordem de prisão. O rei da Polônia e Eleitor de Saxe, Frederico Augusto I, não quis entregá-lo à prisão, preferindo guardar para si aquele "fabricante de ouro", como era chamado.

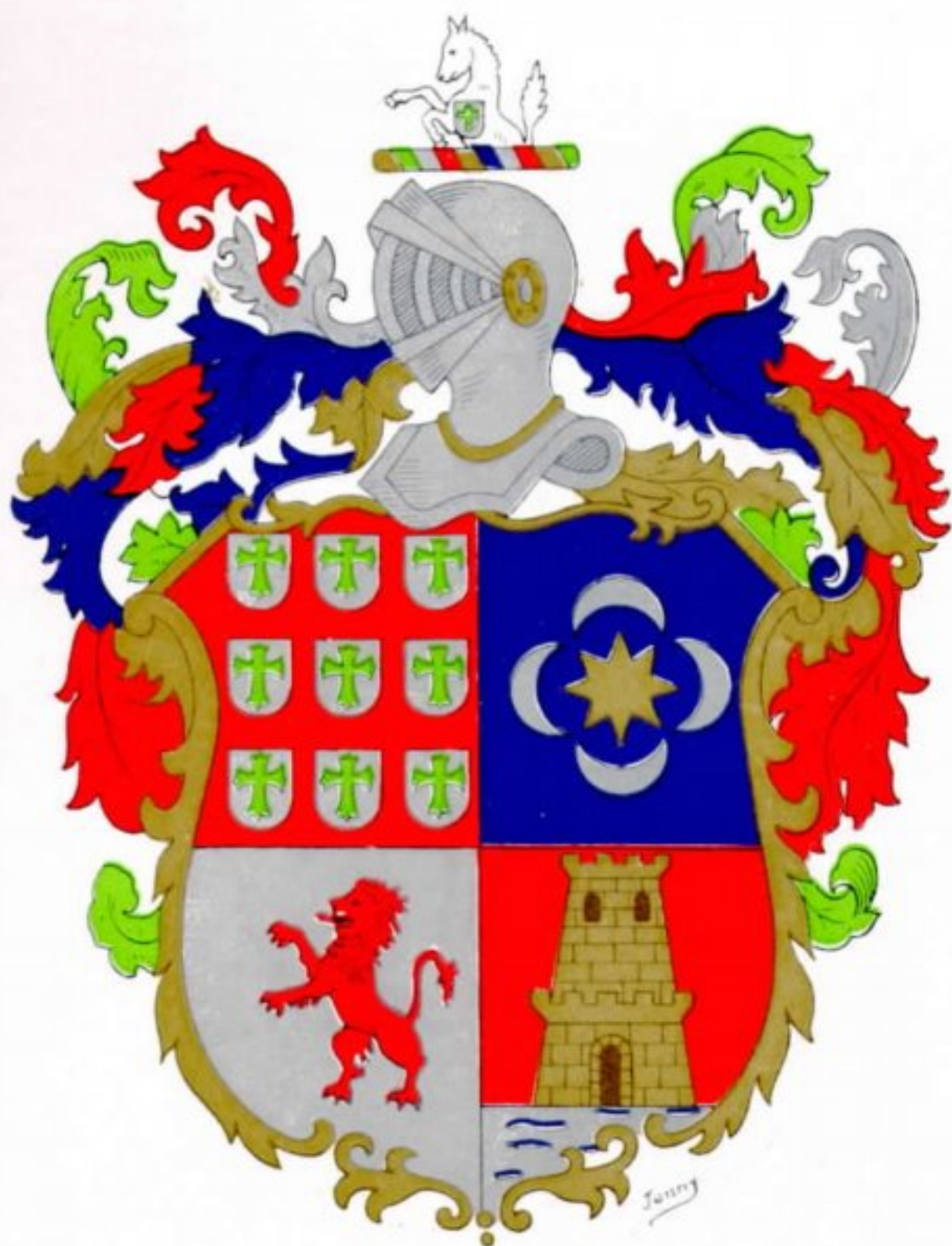


Fig. 5
Brasão do Barão de Penedo nas peças do seu serviço de porcelana
de Copeland

Assim protegido, Boettger continua suas pesquisas no laboratório de Tschirnaus, sábio mineralogista. Não tendo conseguido fabricar ouro, encaminha suas pesquisas para o terreno da porcelana. Para isso reuniu o vidro com o fim de obter maior opacidade; êste método, porém, falhou.

Por volta de 1704, Boettger descobre um produto chamado errôneamente de porcelana, o qual não passava de uma espécie de grés em terra vermelha de Okrilla, região perto de Meissen. Os resultados experimentais foram tais que um novo caminho se lhe abriu, abandonando, então, por completo, as pesquisas illusórias do ouro e dando ao país outra espécie de riqueza, a *porcelana semelhante à da China*.

Aparecem, então, peças com o brilho da laca japonêsa e outras semelhantes ao "bocaros" (louça de grés, muito estimada na China). A êsses produtos deram o nome de "porcelana vermelha".

Falecendo Tschirnaus em 1708, Boettger prossegue em seu trabalho, procurando sempre aperfeiçoar seus produtos; porém, com o grés que possuía não chegava ainda à perfeição desejada.

Um dia, ao colocar sua cabeleira, notou que o pó que a cobria tinha um pêso diferente do habitual. Indagando sôbre a procedência de tal pó, chegou à conclusão de que havia, enfim, encontrado o produto que há anos procurava.

Novos horizontes foram abertos para Saxe, instalando-se imediatamente em Meissen uma fábrica cercada de todo o sigilo e cuidado, para evitar a divulgação do segrêdo. A argila de Aue (o primeiro caulim descoberto na Europa) era conduzida à fábrica por operários acompanhados por soldados e havia a proibição de exportação.

Boettger tornou-se o diretor dessa manufatura, mas a glória e a fortuna lhe tiraram todo o ardor primitivo e, levando uma vida de fausto e luxo, morreu em 1719, tendo apenas 35 anos.

As primeiras porcelanas fabricadas em Meissen copiaram por tal forma as belas porcelanas orientais, que, sem olhar a marca, ficava-se na dúvida sôbre a procedência. Entre 1720 e 1731, a fábrica de Meissen esteve em destaque graças aos conhecimentos de Horoldt sôbre o emprêgo das côres e de Kandler, em relação à escultura, adquirindo a produção um caráter europeu definitivo.

Durante a guerra dos Sete Anos, Frederico II mandou transportar produtos e operários para Berlim, com o fim de protegê-los. Em 1763 uma comissão real foi encarregada de sua direção; nessa ocasião já havia uma certa decadência. Em 1774, sob a direção do Conde Marcolini, aumentou a decadência da fábrica, indo até sua morte em 1814, sem conseguir reerguer o seu prestígio. No século XIX, a concorrência já se fazia sentir não podendo Meissen entrar em luta com as demais fábricas.

A porcelana de Saxe vem até nossos dias. Várias foram as suas marcas, havendo especiais para os imperantes. Para o comércio, a primeira que aparece é a "Vara de Esculápio", grosseiramente traçada em azul sob coberta; era uma alusão à primeira profissão de Boettger. Logo depois, foi substituída pelas duas espadas cruzadas, tiradas das armas de Saxe, variando o feitio, conforme os períodos.

Hoje, fraudulentamente, com o auxílio das antigas formas, fabricam porcelanas com as antigas marcas. O histórico dessa manufatura pode-se dividir em cinco períodos: 1.º, de 1709 a 1726; 2.º, de 1726 a 1763; 3.º, de 1763 a 1774; 4.º, de 1774 a 1816; 5.º, de 1816 aos nossos dias. A marca deste prato deve estar localizada no 4.º período, embora êle apresente característicos do fim do 2.º e começo do 3.º, momento em que, além da marca, surgem os serviços com flores naturais, ou *bouquets* soltos, pequenos insetos ou pássaros, *muitas vezes com a finalidade de esconder defeitos da porcelana, adquiridos durante o cozimento.*

* * *

Marquês de Abrantes — (Visconde com Grandeza e Marquês de) Miguel Calmon du Pin e Almeida. Nasceu em Santo Amaro (Bahia) em 26 de outubro de 1796. Filho de José Gabriel Calmon de Almeida e de sua mulher D. Maria Germana de Sousa Magalhães. Casou com D. Maria Carolina da Piedade Pereira Bahia, filha dos Barões de Meriti, a qual casou em segundas núpcias com o Barão do Catete, depois Visconde de Silva.

Doutor em leis pela Universidade de Coimbra em 1821, voltou ao Brasil no ano seguinte. Foi deputado pela Bahia na Assembléia



Fig. 6

Escudo de armas do Marquês de Valença

Constituinte de 1823 e seu primeiro secretário. Ministro da Fazenda durante a revolução do Rio Grande do Sul. Dissolvido o ministério da Maioridade, foi novamente encarregado da mesma pasta. O governo de 1844 encarregou-o de ir a Berlim negociar um tratado de comércio.

Foi Ministro Plenipotenciário junto à Côrte de Viena. Como Ministro dos Estrangeiros no 18.º Gabinete (1862), viu-se a braços com a questão Christie. Às notas da Inglaterra, Calmon respondeu com suas notas de agosto, setembro e outubro, tipos de prudência e modelos de argumentação diplomática, defendendo os direitos e a honra do Brasil.

Foi Conselheiro de Estado em 1843 e do Conselho de S. M. Era Grande do Império, Veador de S. M. o Imperador; Dignitário da Imperial Ordem da Rosa; Grã-Cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro; da Conceição de Vila Viçosa de Portugal; da Real Ordem Constantina das Duas Sicílias; de S. Mauricio e S. Lázaro, e de Leopoldo da Bélgica.

Era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Comissário do Governo no Instituto de Surdos Mudos, Provedor da Santa Casa de Misericórdia; Presidente da Imperial Academia de Música e foi organizador da Caixa de Amortização.

Faleceu no Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1865.

São suas armas: De azul, com uma torre alta de prata aberta e iluminada de negro assente num contra chefe de prata aguado de verde; o castelo ou torre encimado por uma flor de lis de ouro ladeada por duas estrêlas de prata. Timbre: a flor de lis do escudo.

Criação dos títulos: Visconde com Grandeza por decreto de 18 de julho de 1841; Marquês, por decreto de 2 de dezembro de 1854.

PRATO DUM SERVIÇO DO BARÃO DE PENEDO

Prato, faiança fina *Copeland*, todo branco orlado de uma pequena grega azul turquesa filetada de ouro e, no centro, as armas daquele titular. Marca:

Copeland — *Josiah Spode*, criou em 1770 uma manufatura de faiança fina. Falecendo em 1797, foi sucedido por seu filho do

mesmo nome e este, por sua vez, associou-se mais tarde a William Copeland; isto em 1827.

Com o correr do tempo, Copeland, toma por sócio Carret (1843). Copeland aperfeiçoou-se muito no fabrico do *biscuit* e foi talvez o primeiro a produzir o *parian*.

A marca dêsse prato é a chamada "Marca recente", que aparece entre 1847 e 1856. (Fig. 5)

* * *

Barão de Penedo. Francisco Inácio de Carvalho Moreira nasceu a 25 de dezembro de 1815, na vila de Penedo, em Alagoas. Era filho do capitão João Moreira Carvalho e de D. Maria Joaquina de Almeida e Silva. Casou em São Paulo com D. Carlota Emília Costa Aguiar de Andrada.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de São Paulo em 1839 e doutor pela Universidade de Oxford. Entrou para a carreira diplomática, sendo Ministro e Enviado Extraordinário em diferentes países. Representou sua província natal na oitava legislatura, em 1850.

Recebeu o título de Barão em 29 de julho de 1864. Foi um dos fundadores do Instituto dos Advogados, do qual foi presidente.

Era Veador de S. M. a Imperatriz, do Conselho de S. M.; Grã-Cruz da Imperial Ordem da Rosa, Cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo; Grã-Cruz da Real Ordem de Cristo; de Nossa Senhora de Vila Viçosa; de S. Gregório Magno, de Roma; de Francisco 1.º de Nápoles; do Medjidiê da Turquia; do Duplo Dragão da China; de Ernestina de Saxes e Grande Oficial da Legião de Honra da França.

Faleceu a 1.º de abril de 1906, deixando 4 filhos.

São suas armas:

Escudo esquartelado; 1.º, de vermelho com nove escudetes de prata postos em três palas, tendo cada um uma cruz de Aviz na sua côr, que é de Moreira; 2.º, de azul com uma estrêla de oito raios, de ouro, dentro de uma caderna de crescentes de prata, que

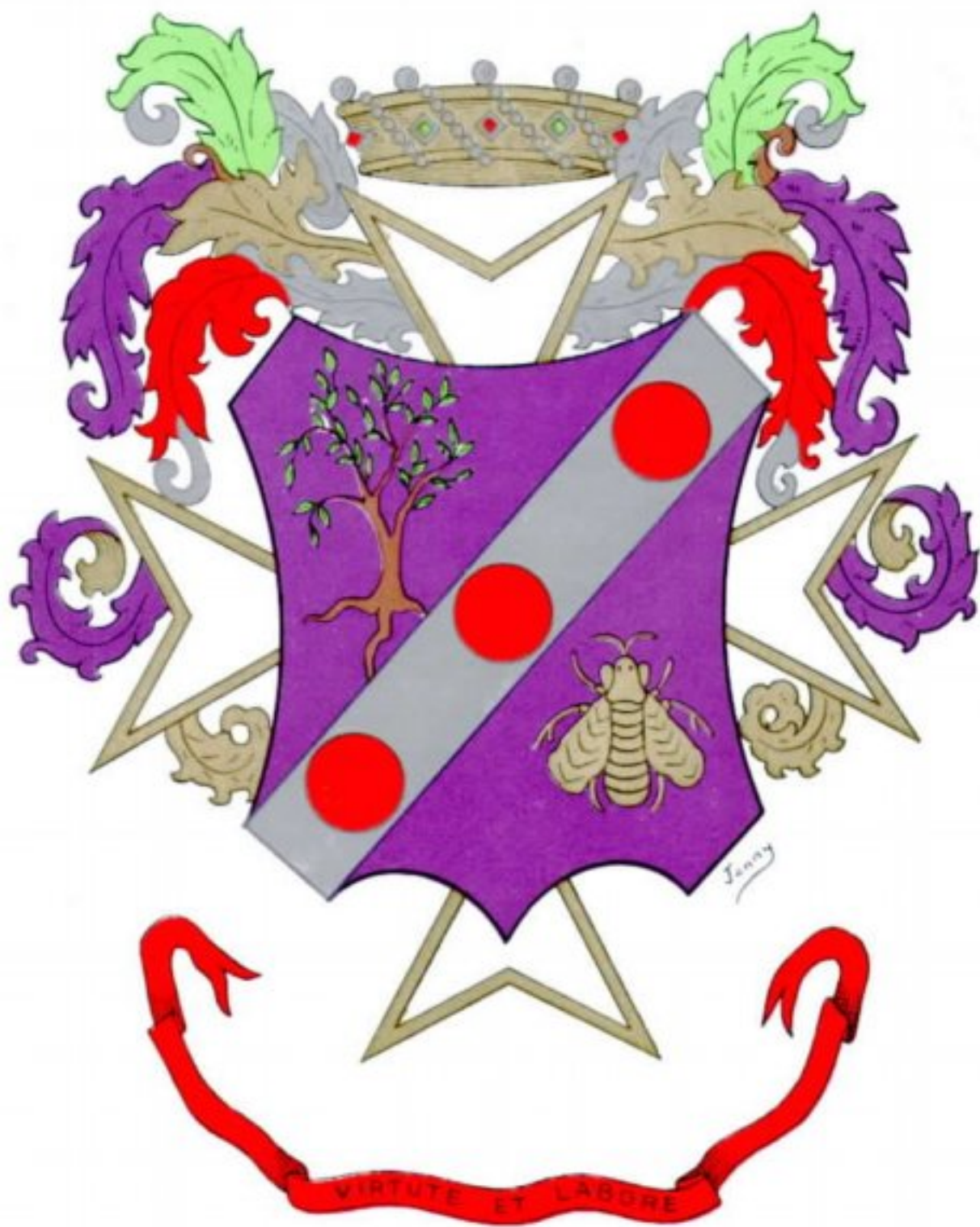


Fig. 7
Brasão do Barão de Vargem Alegre nas peças do seu serviço de porcelana
de Vierzehn

é de Carvalho; 3.º, de prata, com um leão rompente de vermelho armado de azul, que é de Silva; 4.º, de vermelho, com um castelo de ouro sôbre um mar de prata.

Escudo encimado por um elmo de prata. Por timbre, apoiado ao virol, um cavalo nascente, tendo no peito um escudete dos Moreira. Paquifes na côr dos esmaltes.

PRATO DA BAIXELA DO MARQUÊS DE VALENÇA

Prato de porcelana branda, todo branco com um filete vermelho no bordo e outro na ligação do bordo com o fundo do prato. No bordo, o brasão dêsse titular, não apresentando, porém, as côres exigidas pela heráldica. Aparecem essas armas em campo creme com atributos vermelhos. (Damos na fig. 6, êste escudo na forma por que se apresenta no prato, mas nas suas côres exatas). O escudo é ladeado por folhagens e encimado por uma coroa de Conde e logo acima o timbre. Marca:

* * *

Tudo nos leva a crer, ter essa fábrica pertencido a um descendente de Joseph Fouque, hábil decorador de Moustiers, que se associou a Pierre Clarissy em 1745, sendo que dois anos mais tarde cedeu essa fábrica a Fouque, a primeira entre as demais instaladas nas vizinhanças de Moustiers.

Moustiers, cidade banhada pelo Dordonha e *Toulouse*, banhada pelo Garona, ambos afluentes do Gironda. O prato traz em sua marca o nome de *Toulouse*, daí tirarmos a conclusão acima, por falta de indicação mais precisa.

* * *

Marquês de Valença. (Barão com Grandeza, Conde e Marquês) Estêvão Ribeiro de Resende. Nasceu a 20 de julho de 1777 em Rio das Mortes, Minas Gerais. Era filho do Coronel Seve-

rino Ribeiro, natural de Lisboa e de D. Josefa Maria de Resende, natural de Minas Gerais. Casou com D. Ildia Mafalda de Sousa Resende, natural de São Paulo.

Bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, seguiu a magistratura em Portugal. Com a retirada da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, regressou Estêvão de Resende à sua pátria, indo exercer o cargo de Juiz de Fora em São Paulo. Foi em seguida, em 1816, fiscal dos Diamantes, no Sêrro Frio, Minas.

Exerceu o cargo de Desembargador na Bahia, e no Paço em 1824. Acompanhou em maio de 1822 o Príncipe Regente D. Pedro à Província de Minas Gerais, exercendo por decreto escrito do próprio punho do Imperador, as funções de Ministro de tôdas as repartições do público serviço.

Foi Deputado por Minas à Assemblêia Constituinte de 1823. Ministro do Império no 3.^o Gabinete, de 1823; Ministro da Justiça em 1827; Presidente do Senado em 1841; Conselheiro de Estado Honorário em 1827.

A marquesa de Valença era Dama de Honra de S. M. a Imperatriz. O marquês foi Grande do Império; Fidalgo Cavaleiro; Grã-Cruz da Imperial Ordem de Cristo; Dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro; Cavaleiro Professo da Real Ordem de Cristo; Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1840.

Faleceu a 8 de setembro de 1856, deixando 16 filhos. Criação dos títulos: Barão com Grandeza por decreto de 12 de outubro de 1825; Conde por decreto de 12 de outubro de 1826; Marquês por decreto de 11 de outubro de 1848.

São suas armas: De azul, com um leopardo de prata passante e um chefe de ouro carregado de três estrêlas de vermelho, que é de Damião Dias Ribeiro; partido de ouro com duas cabras de negro gotadas de ouro, que é de Resende. Timbre: o leopardo das armas com uma estrêla de vermelho na espádua. Por diferença, uma brica de azul com uma flor de ouro.

Brasão passado em 29 de novembro de 1829. Registrado no Cartório da Nobreza. Livro IV fols. 1. Coroa de Marquês.

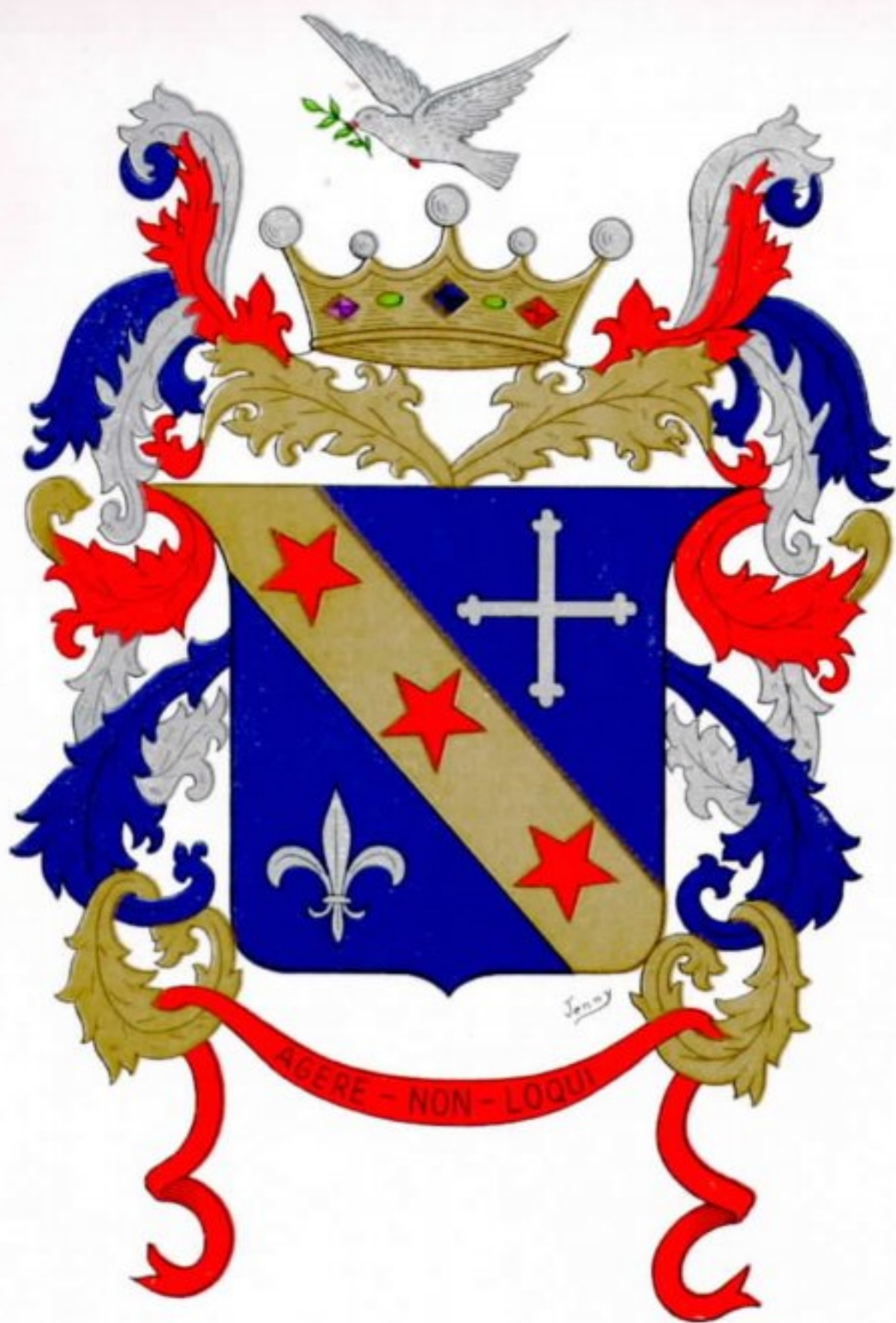


Fig. 8

Brasão do Conde de Figueiredo nas peças do seu serviço de porcelana de Limoges

PRATO QUE PERTENCEU AO BARÃO DE VARGEM ALEGRE

Prato em porcelana *Vierzon*, fundo branco, borda azul-marinho, orla dourada formando desenho em ramagem, gravado. No centro do prato, as armas dêsse titular, sobrepostas à insígnia da Ordem da Cruz de Malta. Marca: (Fig. 7)

* * *

Vierzon (Cher). Perto de Limoges, fábrica que surgiu ao serem descobertas as jazidas caulínicas do Limousin. Fundada por Perrot et Delvincourt, em 1815, passou em 1825 a Dubois et Janet, os quais tiveram sucessores.

Foi nesta manufatura, instalada no Berry, que, pela primeira vez, substituíram no fabrico o uso cansativo do pé e da mão pela ação do vapor e que também empregaram os aparelhos eletromecânicos, destinados a extrair as parcelas de ferro que por acaso estivessem dentro da massa. Foi ainda aí que, pela primeira vez e em grande escala, se empregou a máquina Faure para a moldagem das peças fundas.

Fábrica que tem tanto valor quanto a de Limoges e de Pillivuit.

* * *

2.^o *Barão de Vargem Alegre*. Luis Otávio de Oliveira Roxo, Barão por Decreto de 16 de agosto de 1882 e Visconde em 11 de abril de 1888.

Foi casado com D. Maria Amália de Lima e Silva, filha dos Condes de Tocantins. Era oficial da Imperial Ordem da Rosa; Cavaleiro da Ordem de Cristo portuguesa e da de São João de Jerusalém (Malta); e Moço Fidalgo da Casa Imperial.

São suas armas: De púrpura, com uma contrabanda de prata, carregada de três arruelas de vermelho, acantonada em chefe por uma oliveira de verde e em ponta por uma abelha de ouro. Enci-

mado por uma coroa de Barão, ladeada por paquifes e terminado por um listel com a seguinte divisa: "VIRTUTE ET LABORE". Passado no cartório da Nobreza em 4 de março de 1867, livro VI, fls. 74.

O todo repousa sôbre uma insignia da Ordem de Malta.

PRATO DO SERVIÇO DO CONDE DE FIGUEIREDO

Prato em porcelana branca, tendo no centro uma pequena grinalda de flores campestres bem ao gôsto francês. No bordo, as armas daquele titular, encimadas por uma coroa de Visconde, que por sua vez é encimada pelo timbre. Marca C F H em verde, atribuída a Charles Haviland (Limoges). (fig. 8)

* * *

Limoges. Em 1768, Darnet descobriu perto de Saint Yrieix uma pedreira caulínica, da qual procurou tirar o máximo proveito.

Com êsse novo produto a escola profissional de Limoges dirigida por Lajolais adquiriu um grande impulso.

Em 1775, a manufatura foi posta sob a proteção do Conde de Artois e mais tarde, após demoradas negociações, a pedreira foi vendida ao Rei. Isto em 1784, sendo nessa época anexada à manufatura de Sevres.

Muitas são as marcas de Limoges, sendo que as de Haviland vão até 1893. Várias são as formas das marcas de Théodore e de Charles Haviland, esta, porém, nos deixa em dúvida. Em todo o caso, deve-se tratar de porcelana francesa, dada a finura da peça.

* * *

Visconde de Figueiredo (Conde de) — Francisco de Figueiredo. Nasceu no Rio de Janeiro a 13 de novembro de 1843; filho do Comendador José Antônio de Figueiredo Júnior e de D. Joaquina Carlota Pena de Figueiredo. Completou o curso de huma-



Fig. 9

Brasão do Conde de Passê, nas peças do seu serviço de porcelana de Pillivuyt

nidades com a idade de 13 anos, entrando logo para a vida comercial, sendo que, aos 18 anos, dirigia a importante firma comercial de seu pai.

Presidiu a Companhia Nacional de Paquêtes a Vapor. Notável banqueiro, economista e financeiro, foi diretor do Banco do Brasil e fundou diversos estabelecimentos bancários.

Seus serviços prestados por ocasião da sêca do Ceará, deram-lhe, em 1889, o título de conde. Foi sócio benfeitor do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; era Grande do Império, Oficial da Imperial Ordem da Rosa e Comendador da Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa.

Suas três filhas casaram-se no mesmo dia. Deixou vários trabalhos.

Criação dos títulos: Visconde por decreto de 19 de julho de 1879 e Conde, em 31 de outubro de 1889.

PEQUENA FRUTEIRA DO CONDE DE PASSÉ

Fruteira em porcelana branca, orlada de ouro, tanto na parte interna quanto na externa do bordo. No centro da peça as armas daquele titular. Marca:

* * *

Fabricante Ch Pillivuit et Cie. Paris, fábrica no Berry de porcelana dura, do caulim da mesma jazida que fornece a Limoges. Encontramos vários depósitos dessa fábrica: Pillyvuit et Cie. Paris, manufacture Foescy, 1817; Méhun — sur — Yèvre (Cher) Pillivuit Hallot et J. Dupuy avec Ainay-le-Château. Marca de 1853 etc. Esta fábrica teve sucursal em Paris à rua Poissonnière, Passage Violet n.º 5.

* * *

Conde de Passé. Antônio da Rocha Pita Argôlo (Barão, Visconde com Grandeza, Conde) Nasceu na Bahia em 14 de março de 1860; filho do Tenente-Coronel Francisco Antônio de Argôlo

e Queirós e de D. Antônia Teresa Sá Pita. Casou com sua prim-irmã Maria Luísa Pita Moniz Barreto, que faleceu em 26 de fevereiro de 1838.

Foi Grande do Império, Veador de S. M. a Imperatriz, Comendador da Imperial Ordem de Cristo, Dignitário da Imperial Ordem da Rosa e possuía a medalha da Independência da Bahia.

Faleceu a 8 de fevereiro de 1877, deixando dois filhos.

São suas armas:

Esquartelado: 1.º, de ouro com duas chaves adossadas, seus palhetões ao alto, fretado de vermelho com as correias de ouro, que é de Argôlo; 2.º, esquartelado: 1.º e 4.º, de ouro carregado de seis crescentes de vermelho, 3 e 3, que é de Queirós; 3.º, franchado: 1.º e 4.º, de azul com duas caldeiras de ouro enxequeteadas de vermelho, uma sôbre a outra, com asas serpentíferas; 2.º e 3.º, de prata mosqueado de arminho, que é de Gusmão; 4.º, de prata com uma aspa de vermelho carregada de cinco vieiras de ouro, que é de Rocha. Encimado por um elmo, em que se apóia o timbre: um leão sentado, tendo na bôca uma das chaves dos Argôlo. Encima o todo uma coroa de barão. O escudo é ornamentado com fôlhas e flores.

CHÍCARA COM AS ARMAS DO VISCONDE DO RIO BONITO

Chícara de porcelana tôda branca, tendo no bordo e na beira do pires uma belíssima grega dourada. Na parte interna da chícara se vê uma pequena grega também em dourado. No centro, as armas daquele titular. Marca:

* * *

Fábrica Pillivuyt, já descrita.

Nota. Esta louça sempre nos pareceu pertencer a um outro titular que não fôsse o Visconde do Rio Bonito (João P. Larrigue de Faro), visto o mesmo ter falecido em 1856 e a marca trazer a data de 1878, 22 anos depois de sua morte.

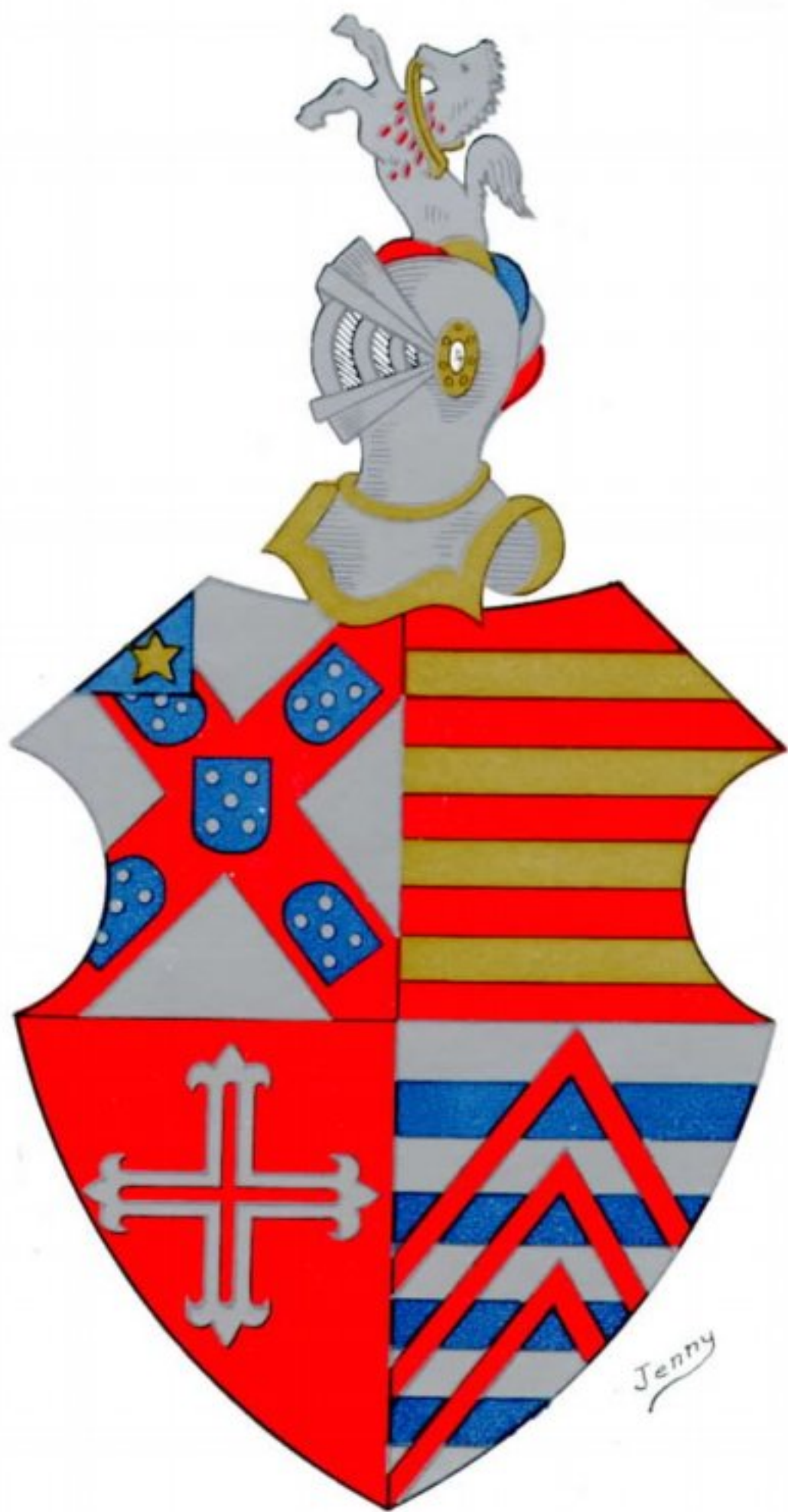


Fig. 10

Brasão do Barão do Rio Bonito em uma xícara de porcelana francesa de Pillivoyt

Recentemente, soubemos que, de fato, esta louça pertenceu a um seu irmão, que, por não ter nobreza, deixou de colocar sobre o timbre, a coroa que lhe era peculiar, aproveitando, no entanto, o brasão fraterno.

* * *

Rio Bonito (2.^o Barão e Visconde de) João Pereira Larrigue de Faro. Nasceu a 9 de julho de 1803, no Rio de Janeiro. Filho de Joaquim José Pereira de Faro, 1.^o Barão do Rio Bonito e de D. Ana Rita de Faro.

Casou com D. Mariana Joaquina da Fonseca, neta paterna do 1.^o Barão do mesmo título.

Foi deputado e Vice-Presidente do Rio de Janeiro por 4 vezes, e Major da Imperial Guarda de Honra. Acompanhou SS. MM. Imperiais à Bahia em 1826, como comandante do piquê de honra. Foi também vereador da Câmara Municipal e deputado à Assembléia Provincial do Rio de Janeiro. Era Coronel da 5.^a Legião da Guarda Nacional e Vice-Presidente do Banco do Brasil. Moço fidalgo da Imperial Câmara, Veador de S. M. a Imperatriz e Guarda-Roupa de S. M. o Imperador. Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, Oficial da Imperial Ordem da Rosa e Comendador da Ordem de Cristo.

Foram seus filhos: D. Francisca Romana Larrigue de Faro, casada com seu primo-irmão, o 3.^o Barão de Rio Bonito (José Pereira de Faro), e João Pereira Larrigue de Faro.

Faleceu o 2.^o Barão do Rio Bonito a 11 de novembro de 1856.

Criação dos títulos: Barão por decreto de 25 de março de 1854; Visconde com Grandeza, por decreto de 2 de dezembro de 1854.

São suas armas:

Esquartelado: 1.^o, de prata com uma aspa de vermelho carregada dos cinco escudetes das armas do Reino, sem a bordadura de castelos, que é de Faro; 2.^o, de vermelho, com quatro faixas de ouro, que é de Ferreira; 3.^o, de vermelho, com uma cruz de prata florenciada e vazia do campo, que é de Pereira; 4.^o, burelado de prata e

azul, com três asnas de vermelho brocante, que é de Larrigue. Sobre um elmo de prata, o virol de Cavalheiro nas cores das armas e o timbre dos Faros: um cavalo nascente com três lançadas no pescoço em sangue, bridado de ouro, com cabeçada e rédeas de vermelho e, por diferença, uma brica azul com uma estrêla de ouro. Registrado em 20 de maio de 1854. Cartório da Nobreza.

PRATO DA BAIXELA DO CONDE DA BOA VISTA

Prato de porcelana-de-Sèvres, todo branco, muito fino, tendo no bordo um friso dourado e, mais abaixo, um filête vermelho. Na ligação do bordo com o centro, outro friso dourado. No bordo, o escudo de armas daquele titular, encimado por uma coroa de Barão. S/M. (30) (fig. 11)

* * *

Sèvres. Fábrica existente desde 1738, sendo *Robert de Gilles e Dubois de Chantilly* os primeiros administradores dessa prodigiosa manufatura. Obtiveram o privilégio da porcelana de figuras humanas, pintadas e decoradas.

A fábrica, que havia iniciado sua produção em Vincenas, foi transferida para Sèvres em 1753. Essa foi a época de sua bela produção, mas foi também a de maior luta com as outras fábricas. Esse período, que vai até 1779, pode ser considerado como o do apogeu dessa manufatura, tanto pela forma quanto pelo desenho.

Com o aparecimento da porcelana dura, não desapareceu por completo a porcelana branda, da qual conservavam cuidadosamente o segredo.

Durante a Revolução Francesa, reinou desordem por todo o estabelecimento e a decadência do produto, que havia surgido com

(30) As informações sobre o fabrico dessa baixela foram-nos gentilmente fornecidas por D. Conceição de Lacerda do Rêgo Barros, sobrinha-neta do Conde e por sua prima D. Maria Francelina do Rêgo Barros Falcão.

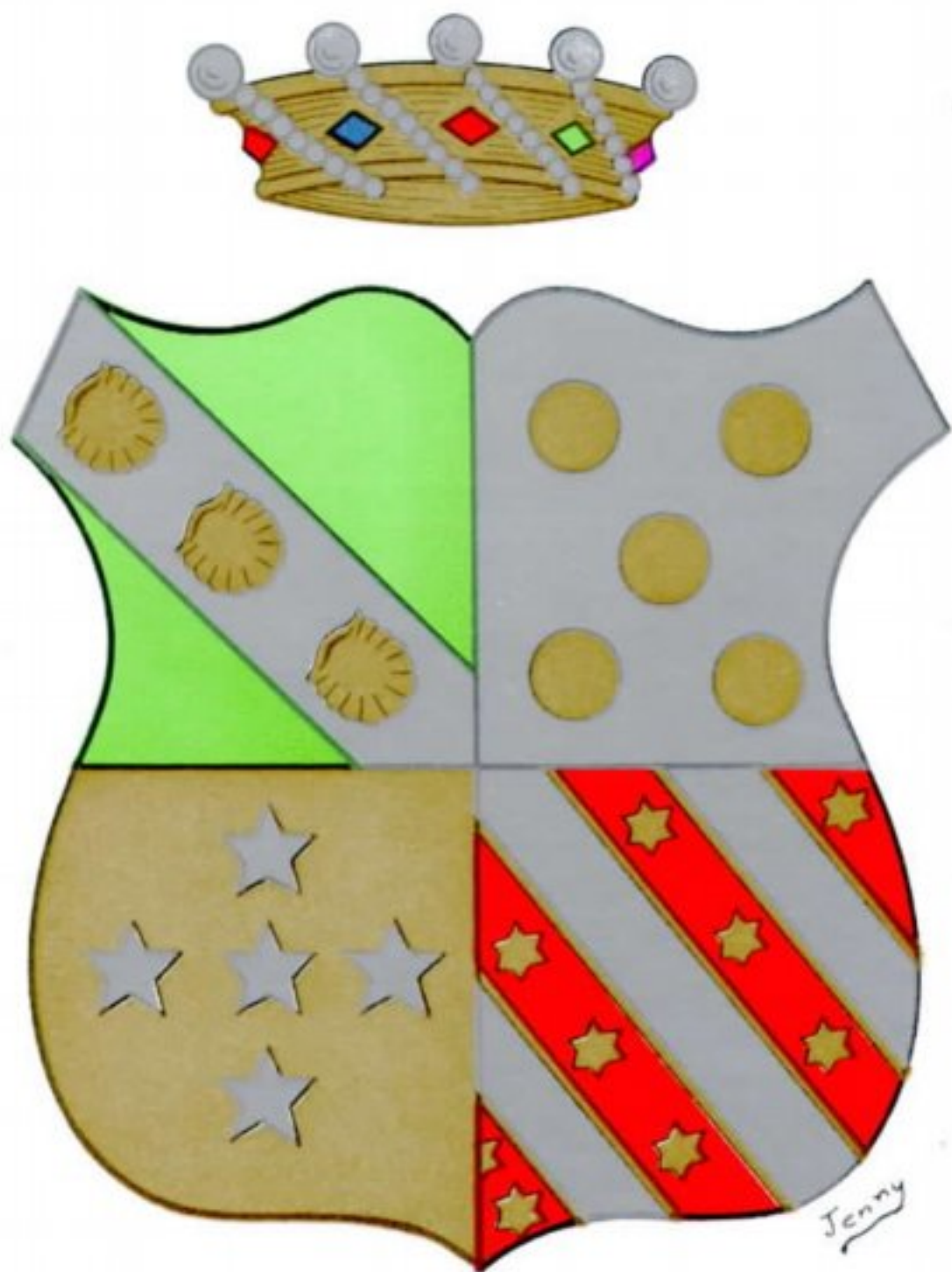


Fig. 11

Brasão do Conde da Boa Vista, nas peças do seu serviço de porcelana de Sévres

Luis XVI, acentuou-se progressivamente, chegando no século XIX a apresentar apenas de interessante o museu criado por Riocreux.

Êsse aparelho foi oferecido ao Conde da Boa Vista, quando presidente da Província de Pernambuco.

* * *

Barão da Boa Vista (1.º Barão com Grandeza, Visconde com Grandeza e Conde) Francisco do Rêgo Barros. Nasceu no Engenho do Trapiche, no Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, a 4 de fevereiro de 1802. Filho do Coronel Francisco do Rêgo Barros, Fidalgo Cavaleiro e Coronel de Milícias, e de D. Mariana Francisca de Paula Cavalcânti de Albuquerque. Era irmão do Barão de Ipojuca. Casou com D. Maria Ana Cavalcânti do Rêgo Barros.

Bacharel em matemática pela Universidade de Paris. Foi Brigadeiro do Exército, Deputado à Assembléia Geral por Pernambuco em várias legislaturas, de 1830 a 1852. Senador pela mesma Província em 1854. Presidente ainda dessa mesma Província duas vezes, de 1837 a 1841 e de 1841 a 1844, e também da Província do Rio Grande do Sul em 1865, e seu Comandante das Armas.

Era Grande do Império; Veador de S. M. a Imperatriz; Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial; Dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro; Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, de S. Bento de Aviz; Comendador da Real Ordem de Cristo; membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Faleceu em Pernambuco a 4 de outubro de 1870. Criação dos títulos: Barão por decreto de 18 de junho de 1841. Barão com Grandeza a 2 de dezembro de 1854; Visconde com Grandeza por decreto de 12 de dezembro de 1858; Conde a 29 de agosto de 1860.

* * *

São suas armas (no prato):

Esquartelado; 1.º, de verde com uma banda de prata ondeada de azul, carregada de três vieiras de ouro, que é de Rêgo; 2.º de

prata, carregado de cinco besantes de ouro; 3.^o, de ouro, carregado de cinco estrêlas de prata em cruz; 4.^o, de vermelho, carregado de três bandas de prata e, no campo, nove estrêlas de ouro, 2, 3, 3, 1, que é de Barros.

As armas dêsse titular que foram registradas no Cartório da Nobreza, são: de verde, com uma banda de prata ondeada de azul carregada de três vieiras de ouro partido de vermelho carregado de três bandas de prata e no campo nove estrêlas de ouro, 2, 3, 3, 1; Campanha de ouro com uma cana de açúcar e um ramo de cafeeiro ao natural, postos em santor. (Cartório da Nobreza, Livro VI, fls. 110).

Procuramos por várias formas saber qual a razão de apresentar um brasão tão diverso na sua porcelana e a única que conseguimos foi dada pela mesma fonte. Disse-nos D. Conceição de Lacerda do Rêgo Barros serem essas armas as que o Conde usava comumente em seus objetos de uso próprio, tais como sinetes, anéis, louça, etc.

O mais interessante é que justamente os dois quartéis acrescidos infringem a lei básica da heráldica, que é: nunca pôr metal sobre metal, nem, tão pouco, esmalte sobre esmalte, isto só se admitindo nas peças ao natural ou em brasões anteriores às leis heráldicas.

PRATO DO SERVIÇO DO VISCONDE DE CAVALCÂNTI

Prato de porcelana branca com um filête dourado ligando o bordo ao centro. No bordo, o escudo das armas daquele titular todo em dourado, encimado por um elmo e timbre. Vê-se na beira do prato um friso dourado. Marca: (Sevres) marca do decorador. (fig. 12).

* * *

Sevres. Fábrica sobre a qual já nos ocupamos longamente.

As marcas dessa manufatura são consideráveis, não se limitando apenas a marcas de fábrica, porém a siglas e iniciais de decoradores e pintores. A dêsse prato é marca de decorador do fim

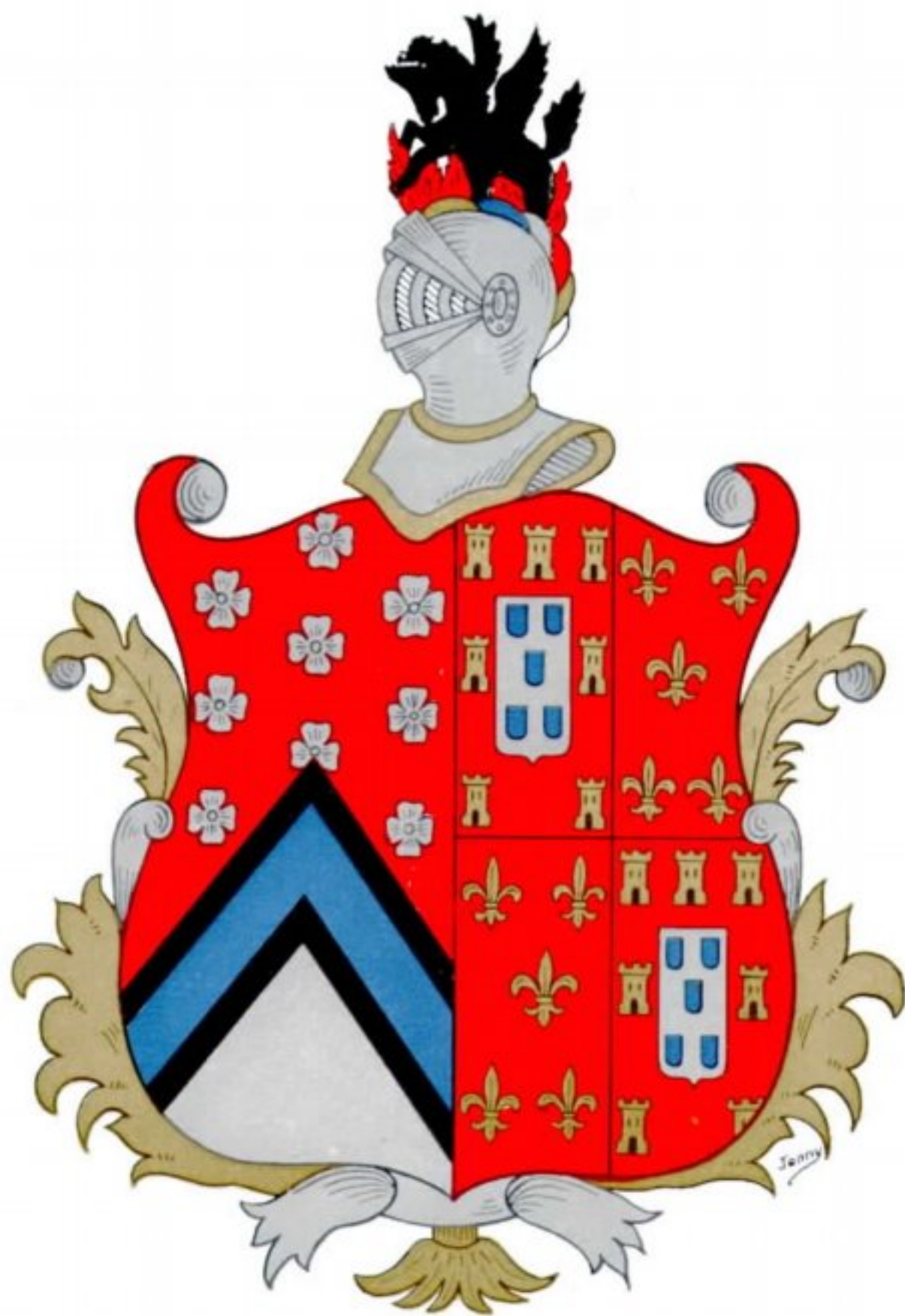


Fig. 12

Brasão do Visconde de Cavalcanti

do período da porcelana branda e começo da pasta dura, periodo que vai de 1753 a meados de 1800.

* * *

Visconde de Cavalcanti. (com Grandeza) Diogo Velho Cavalcânti de Albuquerque. Filho de Diogo Velho Cavalcânti de Albuquerque e de D. Ângela Sofia Cavalcânti de Albuquerque. Nasceu no Pilar, Paraíba do Norte, a 9 de novembro de 1829. Casou com D. Amélia Machado Coelho de Castro.

Bacharel em direito pela Faculdade de Olinda. Foi Deputado Provincial e Geral por sua Província, em várias legislaturas, que variaram de 1857 a 1878.

Presidiu a Província do Piauí em 1859, a do Ceará em 1868 e a de Pernambuco em 1870. Foi senador pela Província do Rio Grande do Norte, Ministro da Justiça em 1875, dos Estrangeiros em 1877, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1868.

Foi Comissário-Geral do Brasil na Exposição Universal de Paris em 1889; Conselheiro de Estado Extraordinário em 1889; do Conselho de S. Majestade. Era Grande do Império. Veador de S. Majestade a Imperatriz; Comendador da Imperial Ordem de Cristo; Grã-Cruz da Ordem da Conceição de Vila Viçosa; da Coroa Real da Prússia e Grande Oficial da Legião de Honra da França.

Faleceu em Juiz de Fora a 13 de junho de 1899. Criação do título: Visconde com Grandeza por decreto de 31 de maio de 1888.

* * *

São suas armas:

1.º, esquartelado; no 1.º e 4.º, de Portugal; no 2.º e 3.º, de vermelho, carregado de cinco flores de lis de ouro; partido de vermelho e prata, separados êsses esmaltes por uma asna de azul, filetada de negro. O campo de vermelho é semeado de quadri-fólios de prata; Representam sucessivamente as armas dos Albuquerque e dos Cavalcanti. Elmo de prata e, por timbre, um hi-

pogrifo de castanho alado e levantado sôbre os pés em chamas, que é de Cavalcânti.

Nota — O prato não obedece às côres heráldicas; o brasão aparece sômente em dourado. Reproduzimos o mesmo na forma em que se acha na peça, porém nas suas côres próprias. Está ao inverso da descrição.

PRATO DO SERVIÇO DO BARÃO DE S. MIGUEL DOS CAMPOS

Prato em faiança branca, tendo na beira uma faixa rosa vivo. No bordo, o escudo das armas daquele titular, encimado por uma coroa de Barão. Logo abaixo, em um listel: *BARÃO DE S. MIGUEL DOS CAMPOS*. Não obedece às regras das côres da heráldica; apresenta-se todo em rosa vivo. Marca: DAVENPORT incavo.

* * *

Faiança Staffordshire. *Longport*. Essa importantíssima fábrica de faiança fina foi fundada em 1773 e produziu quase exclusivamente faiança para uso diário.

Em 1793, foi dirigida por John Davenport e em 1835 por William Davenport. As marcas em incavo trazem sempre o nome de Longport ou Davenport, com ou sem âncora, e, mais tarde, sômente com coroa. A marca dêste prato é, aproximadamente, de 1793.

* * *

Barão de S. Miguel dos Campos. Epaminondas da Rocha Vieira. Nasceu em S. Miguel dos Campos, não se sabendo ao certo se em Portugal ou no Brasil. Silveira Pinto, em sua *Resenha dos Titulares Portugêses*, diz ser êle cidadão brasileiro domiciliado em Alagoas. Sacramento Blake o dá como cidadão português, naturalizado brasileiro. A criação do seu título é de 18 de dezembro de 1870, e deve ser português; consultado o "mapa dos Titulares da Nobreza no Brasil" (Boulangier), não consta o seu nome na lista.



Fig. 13

Brasão do Barão de São Miguel dos Campos, nas peças do seu serviço em porcelana de Davenport.

Publicou no Brasil : "Os portuguezes no Brasil" — Panfleto histórico dedicado à colônia portugueza domiciliada aqui. Publicação que se ocupa da questão religiosa que se agitara naquela época, defendendo os portuguezes acusados de perturbadores da ordem.

* * *

São suas armas (de acôrdo com o prato em questão) :

Terciado em mantel: 1.º, de vermelho, carregado de 6 vieiras de prata, que é de Vieira; 2.º, de prata, com dois bastões de vermelho atados de prata, em aspa (êstes bastões representam um dos elementos do timbre dos Vieira); 3.º, de prata, com uma paisagem na sua côr (talvez uma reminiscência de sua terra natal). Encimado por uma coroa de barão e terminado por um listel com a inscrição: *BARÃO DE S. MIGUEL DOS CAMPOS*.

* * *

Faremos ponto final aqui, pois, se continuássemos, teríamos não um estudo, mas um livro, só com os belos espécimes em louça da magnífica coleção do Museu Histórico Nacional, em exposição na "Sala dos Vice-Reis".

JENNY DREYFUS

(Conservador, classe H, do Museu
Histórico).

BIBLIOGRAFIA

- AUCHER (*E. S.*) — "Comment reconnaître les porcelaines et les faïences d'après leurs marques et leurs caractères" — Paris, 1928.
- BARROSO (*Gustavo*) — "O estudo da cerâmica nos museus" — *in* revista *Estudos Brasileiros* — Ano III — vol. 23 — março e abril de 1942.
- Brasões d'Armas do Brasil Imperial — Arquivo Nacional.
- BOULLANGER (*L. Alcivo*) — "Mapa dos Titulares da Independência até 1.º de maio de 1854" — Original — Instituto Histórico.
- BOULLANGER, (*L. Alcivo*) — "Titulares da Nobreza no Brasil" — (Mapa) — Instituto Histórico.
- BOULLANGER (*L. Alcivo*) — Livro II — "Registros das Cartas de Nobreza" — Original — Instituto Histórico.
- BAYARD (*Émile*) — "L'art de reconnaître la céramique française et étrangère".
- BREVA (*L.*) ET G. EDINGER — "Dictionnaire de céramique ancienne" — Paris, 1925.
- BROGNIART (*Alex*) — "Traité des arts céramiques" — Paris, 1854.
- CHIFFERS (*William*) — "The new Handbook of Marks and monograms on pot. and porcelain" — London, 1918.
- CORONA (*Giuseppe*) — "La ceramica" — Biografia e notas históricas — Manual Ul. Hoelpi — Milano, 1879.
- DECK (*Théodore*) — "La faïence" — Paris.
- Fábrica Vista Alegre — O livro de seu centenário — 1824-1924.
- FIGUIER (*Louis*) — "Merveilles de l'industrie".
- GARNIER (*Edouard*) — "Dictionnaire de la céramique" — Faïence-Grés-Poteries. — Paris — S/D.
- GARNIER (*Edouard*) — "Histoire de la céramique" — Tours — MDCCCLXXXII
- GARRET (*Fco. de Lancastre de Almeida*) — "Faiança, azulejo de pó de pedra, ladrilho de mos. hidráulico" — Porto — 1040.

- GREBER (E.) — "Traité de céramique" — Paris — 1934.
- GROLLIER (Charles) — "Répertoire alfab. et systém. de toutes les marques connues. Manufactures européennes" — Paris, 1914.
- GROLLIER (Charles) — "Manuel de l'amateur de Porcelaines. Manufactures françaises" — Paris, 1922.
- HAVARD (Henri) — "Histoire de la céramique" — Paris, S/D.
- JACQUEMART (Alberto) — "Histoire de la céramique" — Paris, 1973.
- JACQUEMART (Albert) — "Les merveilles de la céramique" — 3 vols. — Paris, 1868 — 3.^a, 1879.
- MARRYAT (J.) — "Histoires des poteries, faiences et porcelaines" — 1866-1866.
- MARTI (Manoel Gonzalez) — "Ceramica española" — Coleção Labor — Barcelona — B. Aires, 1933.
- MATOS (Armando) — "Brasonário de Portugal" — Porto, MCMXL.
- MAURI (De) — "L'amatore de maioliche e porcelana" — Manual Ulrico Hoepli — Milano, MDCCCXCIX.
- MOREIRA DE AZEVEDO — "Rio de Janeiro" — I^o e II^o vols. — Rio de Janeiro, 1877.
- MÓIA (Salvador de) — "Anuário Genealógico Brasileiro, organizado e dirigido por..." — Ano I — 1939; Ano II — 1940 e Ano III — 1941.
- "Paládio Português" — Clarim de Palas, que anuncia periódicamente os novos descobrimentos, melhoramentos, etc., oferecido aos Srs. Deputados da Real Junta de Comércio. Vol. I — Lisboa, 1796.
- PENALVA (Gastão) — "Aulas sobre cerâmica" — 26 de julho a 3 de outubro — 1941 — Rio de Janeiro.
- PEÇANHA (José) — "A porcelana em Portugal", in *Arquivo Histórico Português* — Lisboa, 1903.
- PINHEIRO CHAGAS (Manuel) — "Dicionário Popular" — Lisboa, 1880.
- PINHO (Vanderlei) — "Salões e Damas do 2.^o Reinado" — São Paulo, 1942.
- QUEIRÓS (José de) — "Cerâmica Portuguesa" — Lisboa, 1907.
- RIO BRANCO (Barão do) — "Efemérides Brasileiras" — *Rev. Inst. Hist. e Geograf. Bras.*, N. 168 — 2.^o de 1933.
- SACRAMENTO BLAKE (Aug. Vitorino) — "Dicion. Bibliogr. Bras." — 5 vols. 1883-1893-1895-1898-1899.
- SAINT-HILAIRE (Augusto) — "Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas" — Trad. e notas de Clado R. Lessa — R. de Janeiro, 1938.
- SANTOS FERREIRA — "Armorial Português" — Ed. especial — Lisboa, 1925.

- SILVA (*Inocência F.*) — "Dic. Bibliogr. Português" — Tomo III — Lisboa, MDCCCLIX.
- SILVEIRA PINTO (Cont. por Sanches de Baena) — "Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal" — Lisboa, s/d.
- VALENTE (*Vasco*) — "Uma dinastia de ceramistas" — Pôrto, 1936.
- VARNHAGEN — "História Geral do Brasil" — Tomo II — Seções XLVI e LIII — Rio de Janeiro, MDCCCLVII (1).
- VASCONCEIOS (*Barão de*) e BARÃO DE SMITH DE VASCONCELOS — "Arquivo Nobiliárquico Brasileiro" — Lausanne. — MDCCCXVIII.
- VASCONCELOS (*Joaquim*) — "A cerâmica portuguesa e sua aplicação decorativa" — Porto, 1917.
- VOGT (*Georges*) — "La porcelaine" — Paris, 1893.
- ZIMMERMANN (*E.*) — "Guide de l'amateur de porcelaine et fayance" — Berlin, 1910.

(1) Há um engano de data nos volumes da História Geral de Varnhagen pertencente ao Museu Histórico Nacional (Coleção Calmon). Em vez de *MDCCCLVII* ali se lê *MLCCCLVII*.

EVOCAÇÕES DE BOTAFOGO ANTIGO

Entre os visitantes de um museu, uns percorrem as salas rapidamente, por esporte e, ao saírem, levam apenas a idéia de o terem visitado, conservando por vêzes a lembrança de um ou outro objeto mais vistoso, que, pelo tamanho ou pelo colorido, lhes despertou a atenção.

Outros, os verdadeiros amantes da nossa história, do glorioso passado da nossa pátria e de nossa gente, descobrem nos mínimos objetos um mundo de recordações que os prendem como a um santuário.

Entre as relíquias apenas vistas pelos primeiros, existe no Museu Histórico um panorama da enseada de Botafogo, num maravilhoso contraste entre as águas serenas da Guanabara e o rosário de morros que a circundam.

Enquanto nossa vista percorre os mínimos detalhes do quadro, nossa imaginação volta-se para os meados do século passado, para a época em que êle foi executado, a fim de acompanhar a história e as reminiscências do bairro aristocrático do Rio de Janeiro no século XIX.

Êste quadro, litografia de St. Martin, reproduz um desenho de Desmons, tirado do morro da Viúva, e nos apresenta à direita os morros do Novo Mundo, de D. Marta e o Corcovado, deixando perceber ao longe o perfil do morro de Santa Teresa. Ao fundo, através do extenso vale de S. Clemente, a pedra da Gávea e os Dois Irmãos; à esquerda, fechando a paisagem, os morros dos Cabritos, da Saudade, de S. João e da Babilônia, assim como a pedreira do Matias, que separa a praia de Botafogo da praia da

Saudade, conhecida atualmente, por generalização, como praia Vermelha (1).

A enseada de Botafogo era a princípio denominada Saco de Francisco Velho, por se haver aí afazendado este herói da fundação da Cidade, o qual, vindo de S. Vicente em auxílio de Estácio de Sá, ali se estabeleceu (2), fundando, na capela de palha da Cidade Velha, a irmandade de S. Sebastião, da qual foi mordomo.

Francisco Velho muito contribuiu para a expulsão dos franceses no Rio de Janeiro e seu nome está ligado a uma lenda, segundo a qual, ele, com 5 canoas tripuladas, pôs em debandada 180 canoas inimigas, auxiliado nesta empreza pelo próprio S. Sebastião (3).

Em 1590, obteve grande sesmaria nesta enseada João de Sousa Pereira Botafogo, fidalgo português, que tivera os bens confiscados em Portugal por causa de crimes e desobediências cometidos por sua família. As perseguições por ele sofridas determinaram sua fuga para o Brasil, para a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, onde se casou, ficando seu nome ligado à dita enseada, a princípio como praia de João de Sousa e posteriormente como praia de Botafogo.

A praia de Botafogo, pròpriamente dita, ia do morro da Viúva até a pedreira do Matias (4), também chamada morro do Susano ou do Pasmado, de onde começa até a Urca, a praia da Saudade, antiga de Santa Cecília.

Até 1750, o morro da Viúva não tinha nome definido, tendo sido, entretanto, conhecido também como morro do Leri ou do Leripe, depois que o outeiro da Glória, assim chamado, recebeu a atual denominação em homenagem à capela construída em seu cimo.

(1) Esta denominação é imprópria, pois a verdadeira Praia Vermelha é a que está situada entre os morros da Urca e da Babilônia, e cujo nome deriva do colorido vermelho de suas areias, proveniente da decomposição de um gnaisse muito ferruginoso.

(2) Segundo Melo Moraes Pai, Francisco Velho teria estabelecido sua casa na praia da Saudade.

(3) As canoas que entraram em combate, tanto ao lado dos portugueses, como por parte dos franceses e tamoios, variam muito de número, conforme o autor que conta esta lenda.

(4) Por ter pertencido a Matias Francisco Marques.

Depois desta data, porém, ficou estabelecido o seu nome atual de morro da Viúva, em virtude de haver êle pertencido a D. Joaquina Figueiredo Pereira Barros, *viúva* de José Gomes de Barros (5).

Em 1616, os padres de S. Bento aforaram 20 braças de uma pedreira existente no citado morro (a 200 réis a braça por ano), para dela tirarem as pedras necessárias à construção de sua capela e do mosteiro da cidade; em 1863, foi construída nesse mesmo morro uma bateria para a defesa das praias de Botafogo e do Flamengo, a qual, devido à sua pouca eficiência, foi abandonada, levantando-se então, mais tarde, junto às suas ruínas, uma caixa d'água para o abastecimento do bairro.

Se dêste local lançarmos uma vista d'olhos para o elegante bairro de Botafogo, cujos contornos são incessantemente acariciados pelo movimento de vaivém das águas da Guanabara, podemos apreciar, desembocando na avenida arborizada que circunda a praia, as antigas ruas do Caminho Velho, Caminho Novo, Visconde d'Olinda, S. Clemente, S. Joaquim e de Copacabana.

O Caminho Velho, atual rua Senador Vergueiro, aberto em terrenos que em 1646 pertenceram a João Rodrigues, foi a primeira via de comunicação entre essa praia e a cidade, e denominava-se Estrada da Pedreira até 1796, quando recebeu o nome de Caminho Velho ou Rua Velha de Botafogo (6).

No mesmo ano de 1796, foi aberto o chamado Caminho Novo, mais tarde rua Marquês de Abrantes, em homenagem ao ministro que ali morou no antigo palacete de D. Carlota Joaquina, situado na esquina com a praia de Botafogo. O terreno onde se localizava êsse solar, havia sido anteriormente comprado a João Valentim de Faria Lobato por duzentos mil réis, para construir o palacete de residência de D. Carlota, que, ao falecer, o deixou em legado a seu filho D. Pedro, então Imperador do Brasil. Depois

(5) Segundo Vieira Fazenda, a denominação de Morro do Leri ou do Leriipe (também Levi ou Levipe), veio de um francês João Leri ou Levi, que, perseguido por Villegaignon, foi residir no continente, na famosa casa de pedra junto ao Rio Carioca, na atual Praia do Flamengo, antiga do Sapateiro.

(6) As ruas do Caminho Velho e Caminho Novo de Botafogo receberam as denominações atuais de Rua Senador Vergueiro e Rua Marquês de Abrantes, por decreto de 20 de janeiro de 1866.

da morte de D. Pedro I, foi a propriedade avaliada com as casas contíguas em quarenta contos de réis e os terrenos da chácara em sete contos, sendo tudo adquirido em 1842 por Miguel Calmon du Pin e Almeida, depois Marquês de Abrantes.

Esse palacete, famoso pelas recepções organizadas por D. Carolina Baia, filha do Visconde de Meriti e esposa do Marquês de Abrantes, durante quarenta anos, recebeu o escol da sociedade imperial. Em seus salões desfilaram políticos, literatos, beldades e padrões de elegância da época, tendo sido tais reuniões freqüentadas até mesmo pelos próprios imperantes e princesas imperiais.

Com o falecimento de D. Carolina, o palacete tornou-se propriedade de seu segundo esposo, o Barão do Catete (Visconde de Silva por Portugal) (7), e pela morte deste passou a seu irmão Carlos Antônio de Araújo e Silva, que o cedeu para pousada ao General Júlio Roca em 1899 e ao enviado norte-americano Elihu Root em 1906 (8).

No Caminho Novo de Botafogo, erguia-se também a Capela da Piedade, mandada erigir pelo Marquês de Abrantes e arquitetada pelo Major José Maria Jacinto Rabêlo. Moreira de Azevedo descreve esta capela como: um templo em estilo gótico, com o átrio fechado por um gradil de ferro e um pórtico ladeado por duas janelas; o recinto, dividido em duas partes por um arco de ferro, sustentado por duas pirâmides (?), além do qual começava a capela-mor com o altar no centro. Refere-se ainda o mesmo historiador à estátua de N. S. da Piedade, trabalhada em mármore, que ainda hoje é ali venerada; e aos diversos vitrais, entre eles o do "Ecce Homo", que infelizmente desapareceram (9).

(7) Tendo o Marquês de Abrantes falecido em 1865, D. Carolina casou-se mais tarde [1867 (?)] com o Barão do Catete — Joaquim Antônio de Araújo e Silva. Os dragões de ferro que seguravam um escudo no alto dos cantos do Palacete do Marquês de Abrantes e do Visconde de Silva acham-se recolhidos e expostos no Museu Histórico.

(8) Este palacete foi demolido, erguendo-se hoje, no seu local, um prédio de apartamentos — o Edifício São João Marcos.

(9) Em 1922, a "Society of Our Lady of Mercy" firmou um contrato com a Irmandade da Glória do Outeiro, pelo qual esta capela lhe pertenceria durante 100 anos, e mandou reformar este templo, já bastante abandonado e maltratado.

Esta igreja, construída por Venâncio José da Costa, foi benta a 3 de outubro de 1864. Na noite de 8 para 9 de novembro de 1870, alguns ladrões nela penetraram, roubando, entre outros objetos de valor, uma lâmpada de prata de pêsos superior a 2,211 oitavas.

Se continuarmos na observação do quadro, reparando as ruas que se abrem na praia de Botafogo, em seguida à rua do Caminho Novo, encontraremos a rua do Visconde d'Olinda, antiga rua de Olinda, aberta em terreno onde até 1870 existia uma lagoa que se comunicava com o mar.

Logo no princípio desta via, que só recebeu a atual denominação de Marquês de Olinda em 1870, para homenagear o ex-regente Pedro de Araújo Lima, que ali residiu, podemos observar um monumento quadrangular que lembra um pouco o chafariz do largo do Paço.

Pensamos tratar-se de um chafariz que existiu nessa rua até os fins do século passado (10), mandado construir pelo Marquês de Sapucaí — Cândido José de Araújo Viana — em 1842, e que apresentava os seguintes dizeres: POR ORDEM DE S. M. I. FOI MANDADO CONTRUIR ÊSTE CHAFARIZ, SENDO MINISTRO E SECRETÁRIO DE ESTADO DO IMPÉRIO O EXMO. SR. CONSELHEIRO CÂNDIDO JOSÉ DE ARAÚJO VIANA

— Ano de 1842.

A rua de S. Clemente começava na praia de Botafogo e terminava no lugar denominado Piaçaba (11), perto da Lagoa, depois de atravessar todo o vale de S. Clemente, que era antigamente formado de restingas e brejos alagadiços. Devido ao incêndio dos arquivos da Câmara, em 1790, não se pode saber ao certo quais foram os primeiros donos do terreno dêsse vale.

Temos apenas notícia que grande parte pertencia em 1590 a Afonso Fernandes e que sua viúva, Domingas Mendes, a cedeu a Martim de Sá, para o aumento de seu engenho. Passou êsse ter-

(10) Não conseguimos obter qualquer referência sôbre o formato exato dêsse chafariz, para melhor identificá-lo. Magalhães Correia, no seu trabalho sôbre fontes e chafarizes, confessa ignorar o formato dessa fonte e o paradeiro atual da mesma.

(11) Também Piassava ou Piassaba. Havia aí a fortaleza da Piassava, da qual o Museu Histórico conserva dois velhos canhões.

reno, antes de 1675, ao Dr. Clemente Martins de Matos, que aí ergueu uma igreja ao santo de seu nome, de onde proveio a denominação da sua propriedade, e por conseguinte do vale e da rua que por ela passava.

O Dr. Clemente Martins de Matos, natural do Rio de Janeiro, era formado em leis, mas, perseguido pela inquisição em consequência de um crime que lhe imputaram, fugiu para Roma, e, depois de perdoado pelo Papa, fêz-se padre, regressando ao Rio, onde ocupou os cargos de vigário geral e tesoureiro da Catedral.

Em 1675, deu-se o primeiro desmembramento na grande chácara de S. Clemente, pela venda de todos os terrenos que ficavam do lado ímpar da rua Berquó, para as vertentes de Copacabana.

Depois da morte do Dr. Clemente, o restante da fazenda, ao passar para Pedro Fernandes Braga e D. Bárbara Correia Xavier, foi dividido, tendo sido uma parte, já retalhada, adquirida em 1785 pelo capitão Francisco de Araújo Pereira, com a qual formou a fazenda da Olaria, compreendida entre as ruas S. Clemente e General Polidoro. Falecido Araújo Pereira, sua propriedade passou para o Conde dos Arcos, cujos herdeiros a venderam a Joaquim Marques Batista Leão.

A citada rua de S. Clemente já tinha muitos anos de existência como caminho particular para a fazenda do mesmo nome, quando o penúltimo vice-rei, D. Fernando José de Portugal, — Marquês de Aguiar, — a transformou em via pública, por ser uma comunicação mais fácil que a existente pela rua Berquó, atual General Polidoro, com a lagoa Rodrigo de Freitas.

A rua de S. Joaquim (atual Voluntários da Pátria, por portaria de 28 de maio de 1870) foi aberta em 1826 por Joaquim Marques Batista Leão, que doou também em 1831 um terreno de vinte braças de frente por oitenta de fundo, nessa mesma rua, para construir-se a igreja da freguesia de S. João Batista da Lagoa, criada pelo alvará de 13 de maio de 1809 (12).

A pedra fundamental desta igreja (edificada a custa de esmolas), foi lançada pelo Bispo D. José Caetano da Silva Couti-

(12) A primeira sede dessa paróquia foi a igreja da Conceição, no engenho da Lagoa, e depois a de S. Clemente; tendo sido o primeiro vigário o padre Manuel Gomes Souto.

nho, tendo sido ela entregue ao culto pelo Bispo Conde de Irajá — D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, — que concedeu ao doador do terreno uma tribuna do lado do evangelho (13).

A última rua a desembocar na praia de Botafogo, era a da Passagem, antiga de Copacabana, que contornava a pedreira do Matias e ia ter na praia daquele nome, compreendendo, de certo trecho em diante, o denominado caminho do Leme.

Além de principal comunicação com a praia de Copacabana, a rua da Passagem devia grande parte de sua importância à rua do Berquó e ao caminho da Azinhaga, que nela desembocavam.

Êste caminho, o primeiro que ligou o bairro de Botafogo à praia da Saudade, recebeu a denominação de rua Hospício de D. Pedro II em 1845, e desde 1880 é conhecido como rua General Severiano.

A rua Berquó, General Polidoro desde 29 de maio de 1868, a mais antiga rua dêsse bairro, foi durante muito tempo a única via de comunicação entre a antiga praia de João de Sousa e Lagoa de Sacopenopã, atual Rodrigo de Freitas.

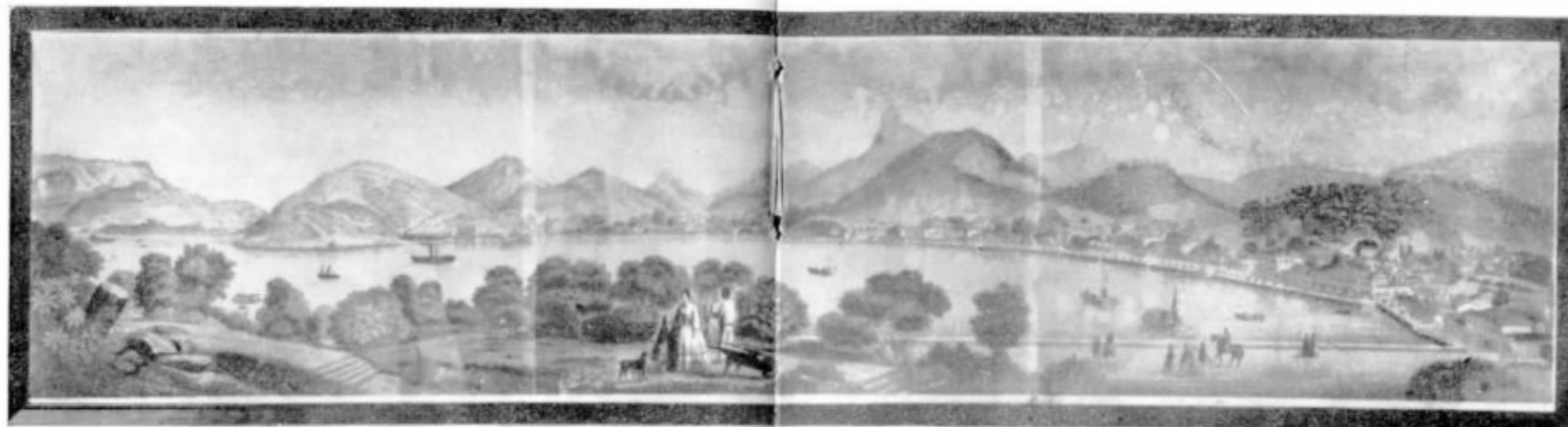
Até os fins do século XVIII, a rua General Polidoro denominava-se Caminho da Lagoa e ia até a Piaçaba; porém, depois da abertura ao público da rua S. Clemente, o trecho além da rua Real Grandeza foi abandonado e mais tarde inutilizado.

Os dois nomes subseqüentes dados a essa rua provinham do fato de haverem nela residido, primeiramente o ouvidor da comarca de Francisco Berquó da Silveira — que aí teve uma grande chácara na segunda metade do século XVIII; e, posteriormente, no século passado, o herói da Guerra do Paraguai — General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão — agraciado pelo Imperador com o título de Visconde de Santa Teresa.

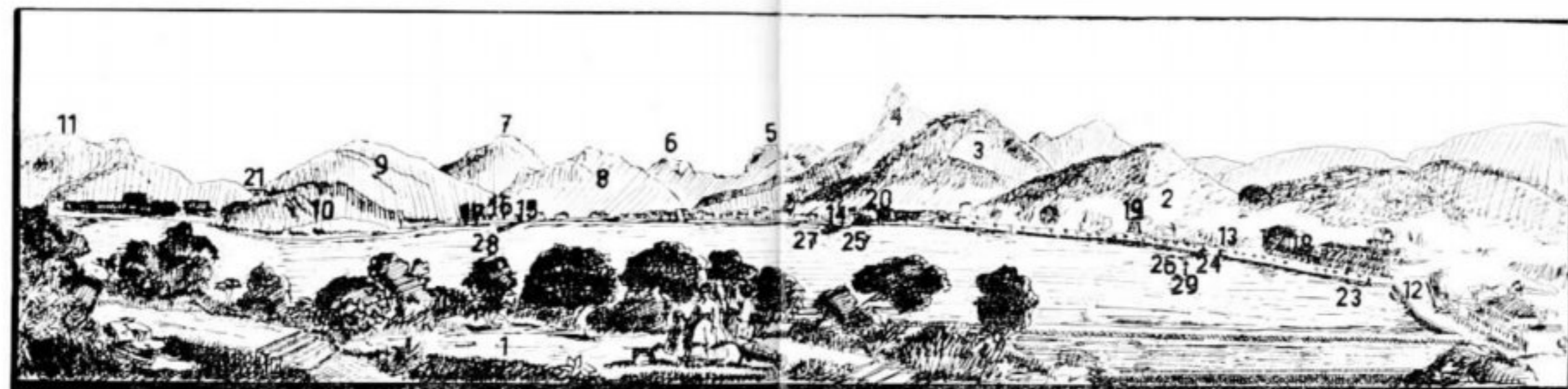
O Cemitério de S. João Batista, situado nessa rua, foi fundado por autorização do governo imperial na chácara pertencente a Francisco da Cruz Maia, comprada pela Santa Casa da Misericórdia

(13) O início da construção da atual igreja data aproximadamente de 1873, tendo-se levantado a cruz sobre seu frontispício em 1875.

Joaquim Marques Batista Leão e sua família, sendo donos duma chácara ao fim da rua de S. Clemente, deram àquele local o nome que até hoje conserva de Largo dos Leões.



ESQUEMA



- 1 — Morro da Viúva.
- 2 — Morro Novo Mundo.
- 3 — Pedreira de D. Marta.
- 4 — Corcovado.
- 5 — Pedra da Gávea.
- 6 — Dois Irmãos
- 7 — Morro dos Cabritos.

- 8 — Morro da Saudade.
- 9 — Morro de S. João.
- 10 — Pedreira do Matias.
- 11 — Morro da Babilônia.
- 12 — Caminho Velho de Botafogo.
- 13 — Caminho Novo.
- 14 — Rua Visconde d'Olinda.

- 15 — Rua S. Clemente.
- 16 — Rua de S. Joaquim.
- 17 — Rua de Copacabana.
- 18 — Palacete Abrantes.
- 19 — Casa do Barão de Alegretê.
- 20 — Casa do Marquês de S. João Marcos.

- 21 — Arcos do Forte do Leme.
- 22 — Hospício de D. Pedro II.
- 23 — Bica do Cais de Botafogo.
- 24 — Chafariz.
- 25 — Chafariz.
- 26 — 27 e 28 Pontes para o atracamento das barcas.

em 2 de agosto de 1852 (14). Por iniciativa de José Clemente Pereira, este cemitério foi inaugurado a 4 de dezembro do mesmo ano a fim de substituir o que existia na praia do Hospício de D. Pedro II e desde então nêle repousam os restos mortais de grandes homens que culminaram na história, na arte e na ciência de Nossa Pátria.

Por decreto de 24 de janeiro de 1880, foi concedida uma permissão ao engenheiro C. Morsing, para construir uma estrada de ferro que deveria começar na esquina da rua General Polidoro e percorrer tôda a margem sul da nossa costa até Angra dos Reis. Esse plano, entretanto, não se realizou.

Além das ruas já mencionadas na praia de Botafogo e apresentadas pelo quadro que descrevemos, existiam pequenas ruas e travessas, abertas em 1853, 1858 e 1859, que faziam a comunicação interna do bairro, facilitando assim o desenvolvimento do mesmo.

O serviço de comunicação com a praia de Copacabana era feito ou pela rua dêste nome (15), ou pela Real Grandeza, aberta em 1820 por Joaquim Marques Batista Leão, que principiava na rua de S. Clemente para terminar na ladeira do Barroso, que descia para Copacabana. Esta ladeira tornou-se pouco utilizada depois da abertura do túnel Velho (hoje Alcor Prata) pela companhia de bondes da "Botanical Garden" em 1891 (16).

Quase no fim da praia de Botafogo, desembocava o rio Berquó, que nascia nas imediações da fazenda da Olaria e era outrora navegável até perto da fábrica da mesma fazenda, de onde os botes de Francisco de Araújo Pereira desciam para a cidade, carregados de tijolos e telhas.

(14) O atual terreno dêste cemitério provém de diversas chácaras e casas adquiridas pela Santa Casa de Misericórdia nos anos de 1853, 1859, 1860, 1873 e 1903.

(15) O túnel Novo (Coelho Cintra) foi aberto pela companhia de bondes Jardim Botânico em 1904, estando atualmente em obras de duplicação e alargamento.

(16) As obras de alargamento e remodelação do túnel Velho foram iniciadas em 1925 pelo prefeito Alcor Prata Soares, durante o govêrno do presidente Artur Bernardes e terminaram em 1927, quando presidente o Dr. Washington Luiz Pereira de Sousa e prefeito o Dr. Antônio Prado Jr.

Existiu também na praia de Botafogo uma furna denominada Itaoca pelos índios e que desapareceu com o tempo.

Continuando a observar a litografia, podemos ver, entre os morros de S. João e da Babilônia, os arcos da antiga fortaleza do Leme, mandada construir pelo Marquês do Lavradio, para proteger a cidade de uma possível invasão pela praia de Copacabana. Essa fortaleza foi desarmada e desguarnecida em 1831, restando dela apenas os arcos que ainda vemos hoje sôbre o desfiladeiro do Leme.

A seguir, quase na extremidade do quadro, o Hospício de D. Pedro II, em seu vasto e imponente edificio, nos desperta a atenção.

Êste hospital, criado pelo decreto de 18 de julho de 1841, dia da sagração e coroação do Imperador, foi construído por iniciativa de José Clemente Pereira, na chácara do Vigário-Geral, que a Santa Casa da Misericórdia possuía na Praia da Saudade.

A pedra fundamental do edificio foi lançada a 3 de setembro de 1842, iniciando-se as obras no dia 5; em 1846, foi o hospital acrescido de terrenos e casas doados por José Ribeiro Monteiro.

Em 30 de novembro de 1852, benzeu-se o edificio e sagrou-se a capela em presença do Imperador e, cinco dias depois, foi solenemente inaugurado o Hospício de D. Pedro II, que só começou a funcionar no dia 8 de dezembro do mesmo ano, sob a direção do Dr. Manuel José Barbosa.

Entretanto, sômente em 1855 terminaram-se as obras dêsse edificio, construído pelo engenheiro Domingos Monteiro e cuja arquitetura devemos a José Maria Jacinto Rebêlo, que modificou o plano primitivo, com exceção do pórtico, obra de Guilhobel.

Êsse hospital, uma das obras mais notáveis e meritórias do caridoso provedor da Santa Casa da Misericórdia — José Clemente Pereira — permitiu oferecer um abrigo seguro e um meio de tratamento mais adequado aos pobres loucos que, durante muitos séculos, foram perseguidos pela ignorância popular, como se já não lhes fôsse bastante a desgraça de terem perdido a razão.

Como já dissemos, era o bairro de Botafogo o mais aristocrático do Rio de Janeiro; nêle residiam os mais ricos e mais notáveis titulares do Império.

Logo no Primeiro Reinado, além do palacete de D. Carlota Joaquina, ao qual já nos referimos, estava situado nesta praia o solar do Visconde da Cachoeira — Luís José de Carvalho e Melo — deputado da Assembléia Constituinte de 1823 pela Bahia e senador por essa província em 1826.

A filha do Visconde — D. Carlota de Melo Matos — em 1870 doou o terreno para a abertura de uma rua que tomou o seu nome — rua de D. Carlota, atual Visconde de Ouro Preto, que principia na praia de Botafogo e corre paralela às ruas Marquês de Olinda e S. Clemente.

Entre os grandes solares existentes na praia de Botafogo em 1860 e reproduzidos na litografia que estudamos, conseguimos identificar, além do palacete do Marquês de Abrantes, os seguintes:

O solar do Barão de Alegrete, situado na praia de Botafogo, entre as ruas Marquês de Abrantes e Marquês de Olinda, era um grande sobrado mandado construir pelo primeiro Barão de Alegrete — João José de Araújo Gomes — veador e moço fidalgo com exercício na Casa Imperial, falecido em 1862. Atualmente êsse edificio está ocupado pelo Colégio Aldridge.

Na esquina da rua Marquês de Olinda, defronte do chafariz, o magnífico palacete que se nos apresenta era o solar do Marquês de S. João Marcos — Pedro Dias Pais Leme — Grande do Império, Reposteiro Mor de S. M. e Gentil-Homem da Imperial Câmara.

A grande casa e chácara que vemos na praia, junto à encosta do Corcovado, foi edificada algum tempo antes da vinda da côrte para o Brasil, pelo comerciante José Ferreira da Rocha.

Entre outros titulares que residiam em Botafogo no século passado, merecem citação: o Visconde de Pirapetinga — João Caldas Viana Filho — proprietário e fazendeiro, cujo solar se tornou famoso pela riqueza e confôrto; o Visconde de Tocantins — José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho — Coronel do exército, irmão do Duque de Caxias (no seu terreno está agora a Embaixada Argentina); o Barão de Vargem Alegre — Luís Otávio de Oliveira Roxo; e o Barão de Itambí — Cândido José Rodrigues Tôrres.

No bairro de Botafogo, em ruas transversais à praia, habitaram não somente os personagens cujos nomes foram perpetuados pelas ruas que os viram morar — o Senador Nicolau de Campos Vergueiro, o Marquês de Olinda (Pedro de Araújo Lima) — como também, entre outros, o Visconde de Cavalcânti — Diogo Velho de Cavalcânti e Albuquerque — cujo solar, na rua Senador Vergueiro — um dos mais freqüentados salões da época — era animado pela graça, beleza e espírito de D. Amélia Cavalcânti, sua espôsa.

Havia também, na praia de Botafogo, diversos hotéis, como o da Inglaterra, onde estêve hospedado o General Osório, em 1877, e o Dr. Figueiredo de Magalhães, que tinha anexo cômodos para banhistas e uma Casa de Saúde para convalescentes (esquina da rua S. Clemente).

Examinando cuidadosamente essa litografia, junto ao paredão que separa a rua de Botafogo das águas da baía, podemos notar a presença de dois chafarizes. Um quase em frente à rua Senador Vergueiro, denominado "Bica do Cais de Botafogo", além de servir para os habitantes das redondezas, era usado para o abastecimento dos marítimos; consistia em uma pilastra de pedra, quadrangular, com bica de bronze, de onde jorrava água sôbre um pedestal que servia de descanso aos barriletes. Junto a essa bica, partia uma escada que dava para o mar, onde eram atracadas as embarcações.

Na muralha da praia, defronte à rua Marquês de Abrantes, vemos outro chafariz, que, segundo os cronistas da época, apresentava o formato de uma coluna de ferro com a inscrição: DOIS DE DEZEMBRO DE 1853.

Podemos ver também no cais da praia de Botafogo três pontes para o atracamento das barcas que faziam o serviço de comunicação entre êsse bairro e a cidade.

O transporte era feito, no século XVIII, por mar, em várias carreiras de botes veleiros ou a remo, estabelecidas do Valongo até Botafogo, as quais disputavam a preferência dos passageiros, variando o preço entre 30 réis em meados do século e 60 no fim do Vice-Reinado.

Sòmente em 1843 foi inaugurada a primeira companhia de barcos a vapor no serviço entre a praia de Botafogo e o Saco do Alferes.

Em fevereiro do ano seguinte, estabeleceu-se outra carreira de Botafogo até a ponta do Cajú, com escala no Saco do Alferes, tendo sido as duas barcas à vela "Alegria dos Amigos" e "Flor da Inveja", utilizadas até então nesse roteiro, substituídas por lanchas a vapor.

À proporção que o bairro de Botafogo ia se desenvolvendo, êsse transporte tornava-se cada vez mais rendoso e diversas companhias estabeleceram carreiras de barcas que atracavam nas quatro pontes existentes nessa praia: defronte das ruas S. Clemente, Marquês de Olinda, Marquês de Abrantes e junto ao morro da Viúva (17).

Entre essas companhias, citaremos apenas a "Niterói Inhomirim", cujo tráfego cessou em 1865 e foi restabelecido no ano seguinte por Joaquim Arsênio Cintra da Silva; e a companhia de barcas "Ferry" que em 1867 contemplou êsse bairro com suas luxuosas embarcações.

Entretanto o transporte marítimo diminuiu consideravelmente depois do aparecimento dos bondes da "Botanical Garden" em 1868, chegando mesmo a ser utilizado sòmente nos dias feriados, como ocorria em 1874, tendo desaparecido até mesmo as interessantes barcas flutuantes, usadas pelos banhistas que se não queriam banhar na própria praia.

O transporte terrestre, no início do século XIX, era feito pelas cadeirinhas de arruar. Com o correr dos anos apareceram as seges, berlindas e tílburis, inaugurando-se em 1839 a primeira carreira de ônibus, grandes viaturas puxadas por quatro cavalos, que faziam o serviço para Botafogo. Entretanto, devido ao péssimo calçamento das estradas, êsses veículos chegavam mesmo a parar nos dias de chuvas torrenciais, quando o caminho se tornava extenso atoleiro.

Em 1868, foi inaugurada a primeira linha de bondes a tração animal, que logo se estendeu por todo o bairro de Botafogo, assim

(17) Esta última não aparece no quadro, pois o panorama foi tirado sôbre o morro da Viúva.

como pelos outros arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro, absorvendo todos os outros meios de condução.

Botafogo era um dos mais alegres bairros da cidade, e contava entre o grande número de diversões o teatro de Santa Leopoldina, inaugurado a 7 de abril de 1860 com a peça "Anjo Maria"; e que entre os grandes sucessos levou o drama "Pedro" de Mendes Leal, pela Companhia Manuel de Giovâni-Jesuina Montâni.

Eram célebres também as regatas realizadas em sua enseada, salientando-se a denominada "Festa das Canoas", celebrada todos os anos no dia 20 de janeiro, onomástico de S. Sebastião, em memória do heroísmo de Francisco Velho e seus companheiros. Essa festa tradicional, comemorada desde os tempos mais remotos, era geralmente, no século passado, acompanhada de fogos de artifício, muito ao gosto da época.

Dentre as mais brilhantes regatas, são dignas de menção a de 1870 a expensas dos habitantes do bairro, em comemoração do triunfo completo dos exércitos brasileiros no Paraguai. A de 1.º de maio de 1877 em homenagem ao General Osório, que, ao chegar do Rio Grande do Sul para tomar parte no Senado, se hospedara no Hotel da Inglaterra; e a de 13 de junho de 1880, que encerrou com chave de ouro a série de festejos celebrados por ocasião do 3.º Centenário de Camões.

Assim terminamos as evocações de Botafogo antigo, já em tempo de recordar suas tradições e a beleza de sua enseada, que tanto maravilhou os viajantes que aqui aportavam e, ainda hoje, apesar dos constantes aterros, continua digna de admiração.

NILZA BOTELHO

(Conservador, Classe II, do Museu
Histórico).

BIBLIOGRAFIA

- CALMON (*Pedro*) — "História Social do Brasil — Espírito da Sociedade Imperial" — 2.^a ed., 1940.
- DUARTE NUNES (*Antônio*) — "Almanaque Histórico da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro" — *In Rev. Inst. Hist.* — T. XXI.
- ESCRAGNOLLE TAUNAY (*Afonso d'*) — "O Rio de Janeiro de Antanho" — *In Rev. Inst. Hist.* — Vol. 90.
- FAUSTO DE SOUSA (*Augusto*) — "A Baía do Rio de Janeiro — Sua História e descrição de suas riquezas" — Rio, 1882.
- FERREIRA DA ROSA — "Rio de Janeiro — Notícia Histórica e Descritiva da Capital do Brasil" — Rio, 1924.
- FLEISS (*Max*) — "História da Cidade do Rio de Janeiro" — S. Paulo, 1928.
- GARRIDO (*Carlos*) — "Fortificações do Brasil" — *In Subsídios para a História Marítima do Brasil* — Vol. III — Rio, 1940.
- HADDOCK LOBO — "Tombo das Terras Municipais" — Rio, 1863.
- LAFAIETE SILVA — "História do Teatro Brasileiro" — Rio, 1938.
- MACEDO (*Joaquim Manuel de*) — "Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro" — 2.^a ed. — Rio, 1942.
- MAGALHÃES CORREIA — "Terra Carioca — Fontes e Chafarizes" — *In Rev. Inst. Hist.* — Vol. 170.
- MARQUES DOS SANTOS (*Francisco*) — "A Sociedade Fluminense em 1852" — *In Rev. Estudos Brasileiros*, n.^o 18, 1941.
- MELO MORAIS (*Pai*) — "Brasil Histórico e Corografia Histórica do Império do Brasil" — Rio, 1867.
"Crônica Geral e Minuciosa do Império do Brasil" — Rio, 1879.
- MELO MORAIS (*Filho*) — "Fatos e Memórias" — Rio, 1904.
"Pequeno Panorama ou Descrição dos Principais Edifícios da Cidade do Rio de Janeiro" — Rio, 1867.
- MOREIRA DE AZEVEDO — "O Rio de Janeiro" — Rio, 1877.
- NORONHA SANTOS — "Apontamentos para o Indicador do Distrito Federal" — Rio, 1900.
"Meios de Transporte no Rio de Janeiro" — Rio, 1934.

- PIZARRO DE ARAÚJO (*Monsenhor*) — "Memórias Históricas do Rio de Janeiro" — Rio. 1820.
- RIO BRANCO (*Barão*) — "Efemérides Brasileiras" — 2.^a ed. — *In Rev. Inst. Hist.* — Vol. 168.
- SMITH DE VASCONCELOS (*Barão*) — "Arquivo Nobiliárquico Brasileiro" — Lausanne. 1918.
- VALE CABRAL (*A. do*) — "Guia do Viajante no Rio de Janeiro" — Rio. 1882.
- VANDERLEI PINTO — "Salões e Damas do Segundo Reinado" — Rio. 1942.
- "Almanaque Laemmert" — Anos de 1860, 1867, 1884, 1873.
- "Arquivos do Distrito Federal" — Revista e Documentos.
- "Leis Municipais Vigentes" — 1895-1921.
- "Notícias dos Diversos Estabelecimentos mantidos pela Santa Casa da Misericórdia na Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro" — Organizado pelo Provedor Dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho — Rio. 1908.
- Livro do Tombo da Freguesia de S. João Batista da Lagoa."
- VEIGA CABRAL (*Mário da*) — "Corografia do Distrito Federal" — Rio. 1918.
- VIEIRA FAZENDA — "Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro" — *In Rev. Inst. Hist.* — Vols. 88, 140, 143, 147 e 149.

MOEDEIROS

Dá-se o nome de moedeiro à pessoa que trabalha a moeda.

A fabricação da moeda, ao comêço, embora sem ser um direito de soberania, só era feita por conta do rei, ou então pelo mesmo concedida.

O direito real de bater moeda, em Portugal, surge em 1291, nas côrtes de Coimbra, onde o rei D. Afonso III o adquire, hem como o de vendê-lo, ou melhor arrendá-lo temporariamente, ficando o concessionário na obrigação de pagar-lhe um tributo.

Chama-se a êste tributo: direito de senhoriagem e consiste na diferença entre o valor intrínseco e o extrínseco da moeda.

Na França, na Idade Média, o direito de moedagem nem sempre pertenceu exclusivamente ao rei; os nobres senhores feudais o possuíam, hem como os eclesiásticos, daí a profusão de moedas, ao tempo dos merovíngios, carolíngios e capetíngios.

Dentre as várias moedagens próprias aos prelados, citaremos: a do abade de Corvei, do Arcebispo de Treves, do Bispo de Cambraia, da abadia de Prum, da igreja de S. Estêvão de Arles, embora existam muitas outras.

Como motivo principal dessas peças, figuravam geralmente as divisas particulares.

Em Portugal, em 1116, o abade de Sahagum teve a faculdade de bater moeda, sendo-lhe a mesma concedida pela Rainha D. Urraca, tendo como fundamento a guerra com o rei de Aragão. Os lucros seriam divididos em 3 partes: uma para o abade, outra para a Rainha e a terceira para as religiosas de S. Pedro. Três anos depois, sem que houvesse sido mencionado o documento anterior, o

que indica não ter sido a mesma posta em execução, concede D. Afonso VII, de Castela, o privilégio ao abade de Sahagum, sendo os lucros divididos entre êle e o monarca.

Ao prelado de S. Tiago de Compostela, Diogo Gelmires, o mesmo direito fôra concedido, sob o pretexto das obras da Igreja, findas as quais seriam os lucros aplicados nas despesas com os clérigos, e outras necessidades do culto.

No Brasil, dentre os poucos direitos, que se reservou o soberano para com os donatários, havia o de bater moeda.

À pessoa que batia a moeda, fôsse ela real, feudal ou eclesiástica, deu-se o nome de moedeiro.

O moedeiro é, no entanto, um artista, e sua arte consiste em idealizar a moeda, sendo também encarregado da sua confecção. É êle, ao mesmo tempo, artista, fabricante e operário.

A princípio, era o nome dado ao que trabalhava a moeda; depois, porém, surgem várias especializações, com os respectivos nomes: "Numulari" era o que fazia a prova da moeda, chamado também: "Pecunia speculatores" (ensaiador). Havia ainda o provedor, tesoureiro, juiz da balança, cunhador, fundidor, ensaiador, fiel do ouro, da prata, guarda do cunho, abridor, conservador, serralheiro.

Filipe Augusto, rei de França, é o primeiro a reuni-los em uma corporação, dando-lhes privilégios especiais, tomando a corporação o nome de "Serment de France".

Os romanos tinham o costume de distribuir os artistas em colégios, êsse uso é adotado pelos bárbaros e vai até a Idade Média nas suas feições externas, originando as corporações de artes e ofícios. Atualmente, os sindicatos de classe são uma lembrança, ou melhor, uma outra forma dessa instituição.

A importância dessas associações era tal que algumas deviam figurar obrigatoriamente nas procissões.

A cada classe artística correspondia um padroeiro, e, fazendo parte da confraria, em dia de procissão, levavam os associados bandeiras e estardartes.

Alexandre Herculano refere-se à corporação dos moedeiros em uma procissão do Corpo de Deus, "os moedeiros, corretores, tabe-

liães e mercadores, como mestres mais nobres fechavam aquêlê extenso séqüito." (1)

Como enfeite, em um dos arcos erguidos em honra a Filipe II, via-se um anjo vestido de branco, tendo na mão direita uma espada e na esquerda o escudo de armas reais portugêsas, o qual foi, durante longo tempo, "o anjo da guarda do Reino, que os officiais desta Casa (referindo-se à Casa da Moeda de Lisboa) têm por seu advogado e é a insígnia da sua bandeira". (2)

Os moedeiros de Lisboa administravam a confraria de Sant'Ana da Sé, sendo usual cada corporação ter a administração da confraria, cujo santo era o padroeiro.

Parece que em Portugal a corporação dos moedeiros se inicia no reinado de D. Dinis, pois data de então a concessão de certos privilégios aos mesmos, sendo o mais antigo documento a carta régia de 7 de julho de 1362.

A bandeira da corporação dada por D. João III, em 1552, era de damasco branco e verde com franjas e cordões de retrós das mesmas côres, e com as armas reais douradas, devendo servir na procissão do Corpo de Deus.

As regalias dadas aos moedeiros prendem-se ao desenvolvimento usual da moeda.

Quanto aos processos de fabricar, sabemos que era usado, a principio, o martelo; segue-se o período do engenho de João Gonçalves, a fundição — sendo fundidas as moedas no pêsso e com um círculo, evitando-lhes o cerceio. Volta a fabricação a martelo, por ser o novo método dispendioso. Isto em Portugal, sendo de notar que, na mesma época, é, em França, concedida autorização a Aubin Olivier para fabricar moeda com a máquina "balancier". Aperfeiçoado êste invento, em 1645 é suprimida a moedagem a martelo, o mesmo acontecendo em Portugal, onde é substituído pela prensa

Da França, no fim do século XII, surge a corporação dos moedeiros, o que foi imitado em outros países.

(1) ALEXANDRE HERCULANO. — "O Monge de Cister", vol. II, pág. 84.

(2) LEITE DE VASCONCELOS, "Lições de Numismática", pág. 30.

Organizaram uma milícia, na qual eram armados cavaleiros, prestando juramento, sujeitos a Alcaides, isentos de ir à guerra, dos impostos municipais, tendo jurisdição particular, tribunal próprio, prisão e cadeia, sendo julgados pelos mestres da moeda.

Era uma ordem militar, e o cavalleiro, na cerimônia da admissão, jurava sôbre os Santos Evangelhos, e o grau era conferido, recebendo duas pancadas de espada sôbre o capacete. As duas pancadas significavam: fê e lealdade, e dedicação ao trabalho. No dia da sagração, era usual oferecer um jantar ao cavalleiro, sendo, então, recebido como irmão e companheiro.

Em uma vitrina da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, existe o capacete dourado pertencente à sagração dos moedeiros dessa Casa, bem como ai se vê a espada, sendo a mesma reta, tôda ela ricamente lavrada, com pequena guarda e bainha de couro, com ponteira de metal, o que indica ser ela do fim do século XVIII.

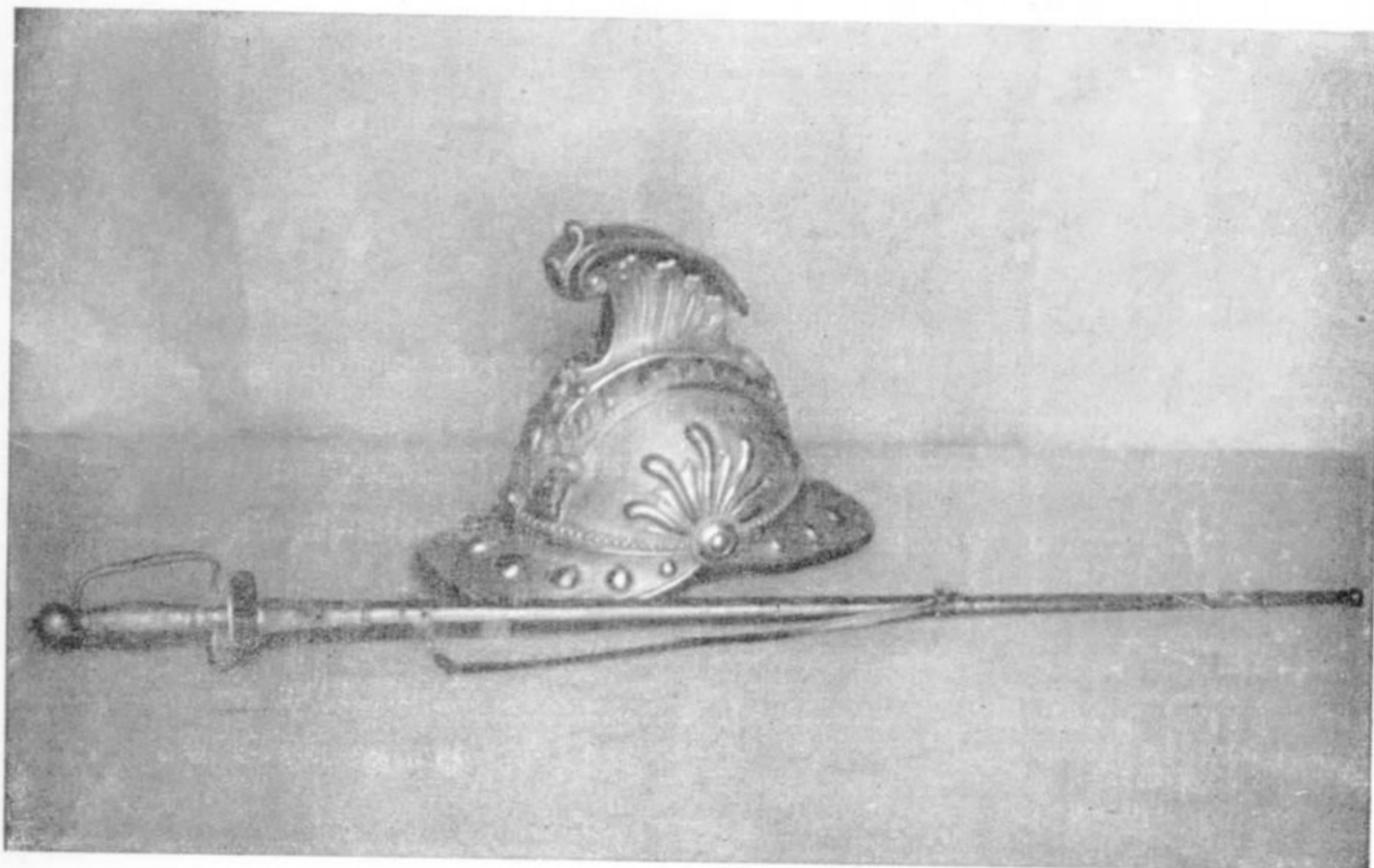
Trecho do juramento do candidato a moedeiro da Casa da Moeda do Brabante :

“Eu me louvo e juro que mantereí e farei manter os privilégios e os juramentos da Casa de Moeda do Brabante, direitos, ordenanças e bons hábitos, do melhor modo que farei igual direito aos pobres e aos ricos.” O juramento do aprendiz variava ligeiramente.

D. João I, Duque do Brabante, estabeleceu oficialmente os operários da moeda em corporação, em maio de 1291, compreendendo 80 membros, sendo que 10 eram de nomeação do Duque, chamando-se a êsses cargos “lugares decimais”. Mais tarde, o Rei se reserva a nomeação de um moedeiro, além dos hereditários. Chamam-se em Portugal “moedeiros do número” e no Reinado de D. Manuel são fixados em 104 cargos, assim distribuídos: 12 — tiradores; 18 — fieiros; 15 — cunhadores; 15 — contadores; 44 — conforme o trabalho mais conveniente.

Gozavam e guardavam certas regalias, privilégios especiais; mas havia também o moedeiro sem essas prerrogativas, o qual não era considerado do “número”, sendo chamado “encouto”, pagando impôsto pela profissão. Os lugares fixados nem sempre foram rigorosamente observados.

A Ordem dos Moedeiros formava o moedeiro-do-número, denominação que se referia aos que se achavam nomeados para exercer o cargo, não ultrapassando do limite determinado.



Capacete e espada da Sagração dos Moedeiros
(Casa da Moeda do Rio de Janeiro)

“Encouto” era aquêle que quebrava o privilégio e por isso pagava uma multa. De onde se conclui que êsses eram os moedeiros honorários e aquêles os efetivos.

O cargo era tão nobre que se dava aos reis, quando subiam ao poder, o direito de criar um moedeiro que não fôsse descendente de moedeiro.

Quanto aos lugares, eram obtidos por hereditariedade ou parentesco com o predecessor, podendo cada um tomar um aprendiz, sòmente, porém, entre os membros da família. Em caso de morte, o aprendiz era o substituto que, por sua vez, tomava um auxiliar, pagando uma certa taxa de transmissão, sendo usual oferecer um par de luvas novas aos oficiais moedeiros, bem como às suas mulheres. O simbolismo dêsse ato significa a retribuição do serviço prestado, bem como um compromisso de dedicação ao trabalho.

Há uma série de jetões de ensaio feitos pelos aprendizes, quando se candidatavam ao lugar vago. As coleções numismáticas nos revelam este costume.

Há uma gravura de Jost Auman (1539-1591), reproduzindo uma oficina monetária, tendo, ao lado, uns versos do célebre poeta Hans Sachs. A gravura, sendo de meados do século XVI, ainda nos mostra o processo de fabricação a martelo.

Em um dos números da "Revista Belga de Numismática" vem a reprodução de vários exemplares de jetões da Casa da Moeda de Antuérpia. O candidato grava geralmente o nome, a data, servindo quase sempre de motivo no anverso um operário batendo moeda, tendo ao lado uma caneca de cerveja. Quanto ao reverso, santos, utensílios de trabalho, brasões, monogramas, figuras alegóricas.

Eram os operários obrigados a ficar junto do forno e proibidos de se ausentarem para tomar bebidas alcoólicas, sendo que a cerveja comum, que continha pequena dose de álcool, era permitida, porém não uma outra, cujo preço era superior.

Antes de reunidos em corporação, eram os moedeiros nomeados pelo Rei, por prelado ou nobre, que tinha o direito de bater moeda, ou pelo parlamento.

Reuniam-se em determinados anos para resolverem assuntos de classe.

Segundo Leite de Vasconcelos, "Já em Roma os artistas encarregados do fabrico da moeda formavam um corpo tão importante que no ano 274 foram causa de uma revolução." (3)

Como exemplo da hereditariedade do ofício, temos, em fins do século XVI, o caso da família Aubin Olivier, na qual, durante 100 anos, a profissão foi transmitida; assim, a Aubin Olivier sucedem-lhe os filhos Alexandre e Batista; a estes, Pedro Regnier, que, retirando-se em 1639, teve como continuador o célebre artista "Liegeois" Jean Varin, todos eles pertencentes à mesma família.

Ao tempo de Marc Bechot, o famoso gravador monetário de Henry II, é, em nome deste Rei, comprada a invenção de um ar-

(3) LEITE DE VASCONCELOS — "Lições de Numismática", pág. 27.

tista alemão Marx Schwab, conhecido por Cavaleiro do Santo Sepulcro, pois habitava perto de uma capela do Santo Sepulcro. Essa invenção contribuiu grandemente para o desenvolvimento da fabricação da moeda. Aubin Olivier acompanhou a comissão encarregada da compra do invento, tornando-se, mais tarde, um dos famosos moedeiros de França, criador da "virola quebrada", por meio da qual é possível obter a inscrição em relevo ou côncavo; é ainda o autor das moedas de ouro e prata da Casa da Moeda do Moulin, peças que se tornaram notórias pela perfeição.

Jean Varin, no reinado de Luís XIII, fabricou as célebres moedas de ouro "luís", com auxílio de seu invento, o "balancier", aparelho que deu grande impulso à fabricação das moedas, tornando-as rigorosamente circulares, evitou-lhes o cerceio, pois quando fraudadas, eram facilmente reconhecidas.

Quanto ao uso de os moedeiros assinarem as peças, já era corrente antes da instituição das corporações e temos a explicação em Blanchet e Dieudonné: "A fabricação das moedas era uma indústria pública, exercida pelos moedeiros." (4) A marca particular, sinal oculto, equivalia à assinatura e era a garantia apresentada pela moeda nessa época de moedagem tão irregular de moedeiros ambulantes.

Interessante o modo pelo qual os senhores feudais aplicavam um impôsto: acompanhado de um moedeiro, um oficial do palácio percorria a região, recebendo em moeda estrangeira antiga e metal o valor tributado, o qual era transformado em moeda, gravando o artista o seu nome e o do local. Embora, segundo Barteley, nas grandes cidades houvesse muito provavelmente moedeiros sedentários, que cunhavam, não só para o Rei, como para os particulares. Se acontecia ter uma abadia necessidade de dinheiro, ela fornecia o metal ao monetário que inscrevia no cunho seu nome, e o mosteiro com a palavra RACIO. Nos lugares que formavam o domínio do Rei, a inscrição era RACIO DOMINI ou RACIO FISCI.

Os árabes também tinham o costume de indicar a oficina monetária.

(4) BLANCHET ET DIEUDONNÉ — *Les Monnaies Capétiennes*, Tomo I, pág. 236.

Maurentius em 511 já assinava as peças, bem como Daccho, Maret, Laurenti, os quais antepunham ao nome: DE OFFICINA.

Mais tarde, usaram a palavra "monetarius" nas suas várias formas: mun, mu, mon, etc. e, em seguida, o nome do moedeiro ou da oficina; como exemplo, temos no século XIV as moedas de Lissen, que trazem na orla os dizeres MON — ETA — DEL — ISE. Depois, passaram a usar sinais ocultos ou marcas visíveis que atestavam o trabalho de tal ou qual moedeiro, outros ainda punham iniciais, como André Montegut — AM; ou símbolos falantes: Gérôme de la Rose, uma rosa, ou marcas pessoais: Jean Toupier, um coração. É muito interessante sabermos que, em Weimar, em 1824, figura, entre os moedeiros, o nome de uma mulher: Angélica Facius, talvez, (quem sabe?) a primeira e única.

Conservou-se o hábito de os gravadores monetários assinarem seus trabalhos, assim para citarmos o Brasil, temos Marc Ferrez, gravador das primeiras medalhas brasileiras e da moeda comemorativa da coroação de D. Pedro I; Custódio de Azevedo, Quintino José de Faria, João José da Silva Monteiro, Cristiano Luster, Francisco José Pinto Carneiro, J. Vargas, e o ilustre artista Augusto Giorgio Girardet, que muito fez pela arte monetária brasileira.

Como contemporâneos temos: Calmon Barreto, gravador do reverso da moeda de 200 réis, comemorativa do 4.º Centenário da Colonização do Brasil, sendo o verso gravado por Arlindo Bastos; e nas modernas peças "cruzeiro", cujo mapa do reverso é da autoria de Benedito Ribeiro, sendo a efígie do anverso obra de Válter Toledo, cujas minúsculas siglas atestam os trabalhos. Temos ainda Hermínio Pereira, Basílio Nunes, Orlando Maia, Valfrides Trindade, e Leopoldo Campos, gravador de várias peças comemorativas e ainda criador de muitos desenhos filatélicos. E, embora sem assinatura, não podemos deixar de assinalar o artista José de Oliveira Pastano, atualmente desenhista do Ministério da Marinha, o qual completou, em estilo marajoara, a orla e bordadura das peças de 400, 300, 200 e 100 réis, comemorativas do 10.º aniversário do Estado Novo, conhecidas por "Getúlios", por trazerem no anverso a efígie do Presidente Getúlio Vargas.

Dada a pluralidade de moedeiros ambulantes, na época dos senhores feudais, encontramos, em locais diversos, os mesmos nomes

monetários, havendo nas moedas similitude de aspecto e gravação. Ao tempo carolíngio, êsse uso foi restringido, porque as autoridades designavam as oficinas que deviam fabricar.

Era usual que a fabricação se fizesse na região onde morava o soberano, e, muitas vêzes quando em guerra, no lugar da campanha. Sendo comum que, ao se apossarem de um território, reservassem, imediatamente, a si o direito de amoedar, acontece vermos, nas coleções numismáticas, moedas com o nome de locais que pouco tempo ficaram sob o domínio do soberano titulado na peça.

Era êsse um hábito de conquista.

Como peça de identidade de trabalho, e "pour se faire reconnaître des péagers" possuíam uma medalha ou jetão que equivalia à permissão de trânsito livre.

Em Paris os moedeiros tinham permissão de estabelecer suas lojas no local que mais tarde foi cedido ao Conde d'Artois, futuro Carlos X, que aí construiu as célebres cocheiras d'Artois.

A oficina monetária era, a principio, estabelecida em lugar determinado pelas autoridades, ficando geralmente nas proximidades das minas, nos centros de comércio e nas fronteiras.

Em Portugal, no século XVI, é comum que até o local de residência do monetário seja determinado por ordem real, não lhe sendo permitido habitar fora de Lisboa.

Ainda no século XVIII, alguns moravam na Casa da Moeda, tendo oficialmente senhas, a fim de serem reconhecidos pela sentinela, quando entravam a certas horas da noite.

Aí, assim como em outros lugares, êles acumulavam às suas funções a de negociantes. Até 1686 eram "oficiais de tenda aberta", (5) quando a lei proíbe ao ourives negociante ser moedeiro.

Entretanto, no Brasil, cujo regulamento da Casa da Moeda é o mesmo que havia sido dado à Casa de Lisboa, em 9 de setembro de 1686, houve necessidade de alterá-lo, por falta de um abridor de cunho, para substituir o que viera de Portugal, sendo nomeado o baiano Domingos Ferreira Zambuja "ourives da prata".

(5) LEITE DE VASCONCELOS — "Lições de Numismática", pág. 3.

Por conveniência econômica, em 1694, é aberta na Bahia a primeira Casa da Moeda do Brasil.

Vêm de Portugal os seguintes oficiais e com os ordenados assim discriminados :

José Ribeiro Rangel, Juiz da Casa da Moeda	400\$000 por ano
Manuel de Sousa, ensaiador	1\$000 por dia
Antônio Gomes, fundidor	\$800 por dia
Frutuoso da Cunha, afinador	\$800 por dia
João Martins, serralheiro	\$700 por dia
Domingos Roiz, lavor do ouro	\$600 por dia
Inácio Roiz, lavrar os cunhos	\$500 por dia
Manuel Moreira, fundidor da prata	\$800 por dia
Luís Roiz, guarda da Casa do Cunho	\$800 por dia
Miguel Marques, branqueador	\$600 por dia
Ângelo da Silva, ajudante de ensaiador	\$400 por dia
Francisco da Cunha, Pascoal Antunes, Matias de Almeida, Manuel Coelho, trabalhadores	\$500 por dia cada um

E, entre êles, Joseph Berlique — abridor de cunhos \$600 por dia, tendo como ajuda de custo 80\$000. Entretanto, sabemos que, por incapacidade, foi o mesmo substituído pelo baiano Domingos Ferreira Zambuja, ourives da prata e criador da moeda provincial brasileira.

Mais tarde, Amaro de Barros fica como 1.º abridor, assistindo-o, então, José Barcelos, ourives estabelecido.

Fator social de grande alcance foram as isenções dadas no Brasil, então colônia, aos moedeiros. Artur de Sá e Meneses aponta, em carta de 1699, portanto antes do início dos trabalhos da Casa do Rio, os inconvenientes dêsses privilégios. Propõe, então, o Conselho Ultramarino a extinção dos privilégios, com o que não concorda o Rei, declarando que os mesmos acabariam com o lavor da Casa, como acontecera na Bahia.

Quando da transferência da Casa da Moeda Provisória, do Rio para Pernambuco, as instruções sobre o pessoal são as seguintes: "Há de haver, na Casa da Moeda dessa cidade, os ofi-

ciais maiores e menores que o regimento requer, o número dos trabalhadores manterá V. Mercê, segundo a fábrica e quantidade de dinheiro que houver.” (6) Recomenda ainda que os oficiais superiores sejam escolhidos entre os de melhor procedimento.

Anos depois, o Conde da Cunha, querendo organizar uma guarnição militar no Rio de Janeiro, tem grandes dificuldades, pois era elevado o número dos que ficavam isentos do recrutamento para completarem os claros existentes na tropa, citando-se, entre os privilegiados: familiares do S. Ofício, de S. Antônio, da Santíssima Trindade, Bula da Cruzada, os frades e ainda as grandes famílias dos moedeiros que incluíam não só a si como aos filhos e agregados.

É de frisar o motivo pelo qual o Vice-Rei Conde da Cunha, conhecido por sua energia e justiça, justifica os moedeiros nesse caso, porém somente a eles, por fazerem obra tão útil ao Estado e ao público.

Começam, no fim do século XVII, as grandes descobertas auríferas. O ouro surge em profusão. As minas estão em pleno apogeu. Amoeda-se o ouro do Brasil, fundem-se barras, seguem para Lisboa caixotes de peças portuguesas lavradas na Colônia.

E, estimulando os trabalhadores do rico metal, criva-os o rei português D. João V de benefícios. Um pedido deles tem sempre resposta favorável do soberano, quer na manutenção de seus privilégios, quer no aumento de vencimento, ou ainda aprovando nomeação do Provedor, ou na isenção de alistamento como soldado, etc. Mesmo os corregedores, que tinham conhecimento das causas de outros privilegiados, nada faziam em relação aos moedeiros, respondendo estes a um fóro privativo no qual era juiz o Conservador. Como este que se segue, são incontáveis os documentos de D. João V:

“Me pareceu ordenar vos façais guardar aos moedeiros-donúmero da Casa da Moeda que há nessa cidade os mesmos privilégios que são concedidos aos da Casa da Moeda desta cidade de Lisboa.” Ou ainda este trecho de carta de Infanta de Portugal:

(6) “Arquivo da Casa da Moeda do Rio de Janeiro”, livro I, pág. 114.

“Não deveis obrigar a servir nas Companhias das Ordenanças aos moedeiros, nem familiares e cavaleiros das Ordens, antes lhes deveis guardar seus privilégios.”

E as queixas e pedidos continuam, sempre e sempre resolvidos satisfatoriamente, sendo concedido aos oficiais das casas de fundição os mesmos direitos.

É interessante o processo de Cristóvão Roiz, em 1735, que pede ser reintegrado no cargo de moedeiro-do-número, pois, tendo sido dispensado da Casa da Moeda do Rio pelo Provedor, em 1708, sem ser ouvido no processo, acha-se no direito de ser readmitido, no que é afinal atendido. O curioso é que no livro de matrícula dos moedeiros da Casa se achava inscrito Cristóvão Roiz, não havendo entretanto depois a baixa do mesmo no cargo, o que já denota uma ilegalidade do processo, porque nenhum podia ser demitido, nem por moléstia longa, como aconteceu com Francisco de Sousa; nem por impedimento, como com Antônio Vaz Silva, que esteve preso muitos anos e, terminada a prisão, continuou no ofício; ou, ainda, como Manuel Ramos Aires, Sebastião Freire Gameiro e Manuel de Oliveira Nunes que, por serem velhos e doentas, foram aposentados, armando, então, o Provedor outros em seus lugares, embora os mesmos mantivessem os privilégios até morrer.

Essas prerrogativas vão-se ampliando até o reinado de D. José I.

E, ainda depois, D. Maria I concede o lugar de “Mestre ad honorem” da abrição da Casa da Moeda do Rio de Janeiro a Joaquim Monteiro de Faria, para a futura sucessão de João Serrão, que se acha velho e dcente, não percebendo o novo mestre vencimento algum e gozando apenas das regalias do cargo.

Documentos de grande valor expressivo a respeito do alto cargo de moedeiro são alguns trechos da carta de sagração do moedeiro João Gomes Barroso, negociante no Rio de Janeiro, pelo Provedor José da Costa Matos: “Falecido da vida presente o moedeiro Francisco Ferreira Guimarães, nomeio João Gomes Barroso por moedeiro desta Casa da Moeda do número dela com o qual ofício gozará de todos os privilégios, isenções e liberdades que gozam os oficiais e moedeiros da Casa da Moeda da Cidade de

Lisboa, os quais são os seguintes: que gozem honras de Cavaleiros, e, quando lhes contarem custas que vençam, lhas não contem como a peões, senão como a nobres e que nos casos de suas prisões se lhes dê homenagem nos casos em que as leis as outorgam, e que de dia e de noite possam trazer armas por onde lhes aprouver, ofensivas ou defensivas" "que êles, suas mulheres e famílias possam trazer tôda a sêda que podem trazer os Cavaleiros que têm cavalos, pôsto que êles os não tenham, e que não sejam constrangidos a irem servir em Armadas, nem por mar, nem por terra, nem como alardos e bandeiras, que não sejam quadrilheiros, nem tutôres, nem curadores de pessoa alguma e que nenhum de qualquer qualidade, condição ou estado que seja pouse com êles em suas pousadas, nem lhes tome roupa, nem palha, nem cevada, nem galinhas, nem lenha, nem os constranjam a que paguem fintas, nem talhas ainda que fôssem destinadas as obras do Conselho, nem outra coisa alguma contra suas vontades". "que sejam isentos de tôdas as servidões", "que as suas casas de moradas lhes não sejam tomadas por aposentadoria, nem as que estejam alugadas a outrem, e que não paguem jugadas, nem oitavas, nem pastagens por todos êstes reinos como contém um alvará do Senhor Rei D. Fernando em que confirmou aos ditos moedeiros e os oficiais da moeda tais privilégios como haviam os moedeiros de Sevilha pelos Reis de Castela" "e sendo presos o serão na Cadeia da Casa da Moeda e se condenados não sirvam em obras de pontes, calçadas, fontes, muros e caminhos" "e que as mulheres viúvas que estiverem em boa fama e mantiverem a sua honra gozem dos ditos privilégios de seus maridos. Sendo êstes ditos privilégios confirmados por D. João IV" 24 de setembro de 1779. (7)

O número dêles no Brasil é determinado em 40, vindo sempre ordens da Metrópole para que isto seja observado nas casas monetárias e de fundição, entretanto em 1764, há na do Rio 64, não sabendo o Provedor como justificar êsse excedente.

Quando da reabertura da Casa da Bahia, em 1714, são escolhidos 40 moedeiros entre os oficiais de tenda aberta, isto é, os negociantes, e entre as pessoas abonadas.

(7) "Arquivo da Casa da Moeda do Rio de Janeiro" — Livro V — págs. 2 e 3.

Em 1707 o Juiz da Casa da Moeda do Rio de Janeiro pede à Metrópole que mande abridores de cunho; queixando-se de sua falta, diz: "por não haver nesta capitania quem se incline a esta arte." Do Reino vem então a sugestão para que se aproveitem, como aprendizes, os ourives que tenham habilidade.

Como consequência das invasões francesas de Duclerc (1710) e Duguay Trouin (1711), temporariamente somente são isentos de ir à guerra aqueles que estiverem exercendo, no momento, a profissão.

Assim, por conveniência de serviço, é determinado aos moedeiros e oficiais, seus filhos, "caixeiros e familiares", que estejam prontos com armas e "cartucheiras" para acudir, em qualquer emergência, devendo passar revista uma vez por ano.

Embora de duração efêmera, em 1725 criam duas companhias: uma de Moedeiros e outra de Familiares, esta última se extingue em 1727.

Veneram a S. Ana, cabendo-lhes a administração de sua confraria; tinham por hábito oferecer moeda nova, bem como 24\$000 ao Santíssimo Sacramento, na Procissão do Corpo de Deus.

Pelo traslado de várias cartas, vê-se que havia um livro dos privilégios da Casa da Moeda no Brasil, pois no Livro I, a páginas 102 do Arquivo da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, lê-se: "Registro de uma carta de S. Majestade, escrita ao Superintendente desta Casa da Moeda, Manuel da Costa Barroso, para efeito de se observar o Alvará de Sua Majestade, Registrado no Livro dos privilégios desta Casa da Moeda, fls. 125, em que derroga o Capítulo 75 do novo Regulamento como no dito Alvará se contém." Salientamos que esse documento até agora não foi encontrado, no arquivo da Casa da Moeda.

Na Biblioteca Nacional de Lisboa, existe um livro manuscrito, contendo a coleção de privilégios de moedeiros. Começa o livro em 7 de julho de 1362, terminando no reinado de D. Pedro II, com o alvará de 4 de maio de 1705.

No fim do século XVII, já havia a especialização dos moedeiros nos metais, assim temos o do ouro, o da prata, o do bilhão.

Quer na vida pública, quer na administrativa ou judicial da cidade, tinham lugar de relêvo os moedeiros; no processo de Tira-

dentes, figura como escrivão de Alçada, Francisco Luís Alves da Rocha, “juiz conservador dos moedeiros-do-número e mais oficiais privilegiados da Real Casa da Moeda”.

“Os moedeiros constituíram no Brasil a representação mais perfeita que houve do regime corporativo.” (8)

No Reinado de D. José I, são tomadas medidas restringindo os privilégios dos regimentos das corporações.

Na França, são as mesmas extintas no ano IV da República Francesa, lei de 14 de junho de 1791.

Em Portugal, a 3 de agosto de 1824, foi extinta a instituição dos moedeiros, sendo que as corporações em geral o foram por decreto de 7 de maio de 1834.

Ao terminar, não queremos deixar de fazer algumas referências à padroeira dos moedeiros — Sant’Ana, cuja festa é celebrada a 26 de julho.

Segundo nos refere Vieira Fazenda, antigamente era a data celebrada com grande pompa na igreja da Candelária. Hoje, já possui a protetora e advogada dos moedeiros Igreja Matriz, de cuja freguesia é padroeira, sendo aí a sua festa comemorada pelos funcionários da Casa da Moeda com missa votiva.

Havia na Casa da Moeda uma pintura a óleo da imagem de Sant’Ana, obra de Manuel Dias de Oliveira, que depois foi restaurada por Carlos Luis do Nascimento.

Entretanto, a tela desapareceu, não se sabe como, estando o atual Diretor, Dr. Caio Marques de Sousa, empenhado em encontrá-la e recolocá-la em seu merecido lugar de honra.

FORTUNÉE LEVY

(Conservador, Classe H, do Museu Histórico).

(8) ÁLVARO SALES — “Apreciação sobre a Memória apresentada pelo C.^o Severino Sombra ao 1.^o Congresso de Numismática Brasileira”, pág. 315.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE HERCULANO — "O Monge de Cister" — Lisboa, s/d.
- ARTUR ENGEL ET RAYMOND SERRURE — "Traité de Numismatique du Moyen Age" — Paris, 1891.
- AZEVEDO (J. Lúcio) — "Épocas de Portugal Económico" — Lisboa, 1929.
- BABELON (Ernest) — "Traité des monnaies Grecques et Romaines" — Paris, 1901.
- DIEUDONNÉ. (A.) — "Les monnaies Capétiennes" — Paris, 1923.
- FAUSTIN POEY D'AVANT — "Monnaies féodales de France" — Paris, 1858.
- FELÍCIO DOS SANTOS — "Memória do Distrito Diamantino" — Rio de Janeiro, 1924.
- FELISBELO FREIRE — "História da Cidade do Rio de Janeiro" — Rio de Janeiro, 1914.
- FR. LENORMANT — "Monnaies et Médailles" — Paris, s/d.
- LEITE DE VASCONCELOS — "Flenco das lições de Numismática" — Lisboa, 1894.
- MOREIRA DE AZEVEDO — "O Rio de Janeiro" — Rio de Janeiro, 1877, 2 vols.
- "Revista Belga de Numismática" — 1927-1931.
- ROMERO (Edgard de Araújo) — "Apostilas dactilografadas do Curso de Numismática."
- SOMBRA (Severino) — "História Monetária do Brasil Colonial" — Rio de Janeiro, 1938.
- TEIXEIRA DE ARAGÃO (A. C.) — "Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal" — Lisboa, 1874-1877-1880 — 3 vols.
- VIEIRA FAZENDA — "Memórias e Antiquilhas do Rio de Janeiro" — *in Revista do Instituto Histórico* — Vol. 149 — Rio de Janeiro, 1927.
- XAVIER DA MOTA (João) — "Moedas do Brasil" — Vitória, 1889.
- Documentos manuscritos no Arquivo da Casa da Moeda do Rio de Janeiro.

A IDÉIA DA CRIAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

O Museu Histórico Nacional foi criado pelo Decreto n.º 15.596, de 2-8-1922, no governo do Exmo. Sr. Dr. Epitácio Pessoa, eleito Presidente da República para completar o quadriênio de 1918 a 1922, iniciado pelo Vice-Presidente Delfim Moreira em substituição ao Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, que não pudera exercer a Presidência por enfêrmo, vindo subsequente-mente a morrer. A 22 de agosto do mesmo ano foi nomeado para organizá-lo como seu primeiro diretor o Dr. Gustavo Barroso, então Redator-Chefe da revista *Fon-Fon* e Inspetor Escolar no Distrito Federal, o qual fôra um dos secretários do Chefe do Estado na sua missão à Conferência da Paz, em Versalhes, e em suas viagens oficiais que terminaram pelos Estados Unidos e Canadá.

O Dr. Gustavo Barroso assumiu imediatamente o cargo e a 12 de outubro de 1922, data do Descobrimento da América, 50 dias após sua nomeação, o Presidente da República inaugurava oficialmente o Museu, instalado em duas salas do edifício de antigo Arsenal de Guerra da Côrte, à ponta do Calabouço, no recinto da antiga Exposição do Centenário, com regular acervo de objetos, cêrca de mil, entre os quais figurava já a preciosa coleção de relíquias do General Osório. O adiantamento pedido e recebido para êsse trabalho urgente e rápido foi de *oito contos de réis*, uma verdadeira ninharia. Terminada aquela Exposição, já no governo Artur Bernardes, o Museu passou a ocupar a ala do mesmo prédio, onde até hoje se encontra instalado e pôde desenvolver-se até a situação de progresso e riqueza que agora desfruta. Nessa data, 1923-1924, possuía mais de dois mil objetos e umas quatorze mil

peças numismáticas. Agora deve ter mais de onze mil reliquias e mais de setenta mil moedas, medalhas, etc.

A criação do Museu Histórico Nacional pelo Presidente Epitácio Pessoa foi simples ato material. O ilustre homem de estado recebeu a inspiração dessa criação daquele mesmo que êle convidou para dirigi-la, o Dr. Gustavo Barroso. A êste pertence, na verdade, a idéia da fundação dum Museu Histórico no nosso país, destinado a guardar e expor as reliquias do nosso passado, cultuando a lembrança dos nossos grandes feitos e dos nossos grandes homens.

A afirmação é fácil de ser documentadamente provada, como veremos. A 25 de setembro de 1911, HÁ MAIS DE 30 ANOS, sob o conhecido pseudônimo de *João do Norte*, o Dr. Gustavo Barroso publicava na edição vespertina do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, do qual era redator, o seguinte artigo sob a epigrafe *Museu Militar*:

“O Brasil precisa de um Museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis, — espadas que tenham rebrilhado à luz nevoenta das grandes batalhas nas regiões platinas ou tenham sido entregues às nossas mãos vencedoras pelos caudilhos vencidos; canhões que vomitaram a morte nas fileiras inimigas do alto dos nossos bastiões e dos espaldões de nossas trincheiras; lanças que cintilaram no punho temeroso dos lendários Farrapos, nos vastos pampas, e golpearam com Andrade Neves os quadrados paraguaios de Avaí.

Tôdas as nações têm seus Museus Militares, guardando as tradições guerreiras de sua história, documentando os progressos dos armamentos e exaltando o culto das glórias passadas. Nós ainda o não possuímos.

Até hoje ainda não tivemos o cuidado de guardar as nossas tradições militares, de abrigá-las, de cuidar delas, de roubar à ferrugem inexorável do tempo as vetustas armas dos guerreiros desaparecidos. E, ao contrário do que se faz em tôda a parte, dizem alguns que devemos restituir os troféus que conquistamos com nosso sangue.

Na França, o Museu dos Inválidos é o Museu do Exército, o Museu Militar da Nação. Nas suas salas, acolhidas aos armá-

rios envidraçados, brilham austeramente as armas dos heróis: ao lado dum casco medievo de vieira gradeada dum arqueiro de Poitiers, abre as asas douradas o elmo brunido dum guerreiro louro da Gália; rapieiras prussianas alternam com espadas longas e finas de Malplaquet, sabres recurvos de húsares, baionetas triangulares dos granadeiros do Império: há punhais turcos, alfanjes de mamelucos, chuços da Revolução, colubrinas huguenotes, partazanas tudescas, adagas de Lérida; todo um arsenal e uma história inteira.

Agora mesmo acaba de ser inaugurada uma nova sala, a Sala Richelieu ou Sala das Espadas, onde, em altas montras de caixilhos severos, se perfilam mudamente finas, luzentes, velhas e nobres lâminas, umas evocando recordações gloriosas, outras de grande riqueza pelas pedrarias ou pela perfeição do cinzel que as trabalhou.

A espada de Henrique II, Príncipe de Condé, ombreia com o pesado montante do Condestável de França; a de Carlos XII da Suécia com a de Estêvão Bathory, Rei da Polônia; outras correm em fileira — os espadins cortesãos de Luis XVI e Luís XVII, um maior, o outro minúsculo, infantil, incrustado de ouro, o sabre dourado de Bessières, lâminas espanholas, cinquedéias italianas, longas espadas retas dos carabineiros de Napoleão. Depois, uma ostentação de copos cinzelados, de fôlhas incrustadas, de punhos a vermelhejar de rubis entre filigranas de ouro: aços toledanos de Juan Gil, aços milaneses de Pietro Caimo, guardas florejadas de Benevenuto Cellini.

A Espanha tem a Armería Real; Portugal, o Museu de Artilharia; a Alemanha, dezenas de museus; e a Inglaterra esparze pela Abadia de Westminster, pelo Palácio de Buckingham e pelo Museu Britânico tôdas as suas reliquias gloriosas. Por tôdas as nações pendem em farrapos das arcadas góticas os balsões policrômicos e as panóplias de armas, alinham-se nas salas públicas as silenciosas testemunhas das guerras antigas.

E nós? Nós ignoramos o culto do passado e desprezamos as velharias da história. Nunca possuímos um Museu Militar digno dêsse nome e nossas esquecidas recordações guerreiras andam esparsas por mil lugares ou já desapareceram com o caruncho do tempo.

Onde estão os chilfarotes dos bandeirantes paulistas que desbravaram valentemente os adustos sertões; as armas heróicas das bravas gentes dos Guararapes e dos revolucionários audazes do Equador? Que fim levaram as espadas dos que batalharam no Uruguai, no Paraguai e na Argentina, dos que foram a Caiena, dos que exploraram as terras em tempos coloniais, combatendo o aborigene nas matas intrincadas?

Jamais se cuidou de guardar uma só que fôsse e as abandonaram à destruição e ao desaparecimento. Procuremos religiosamente as nossas relíquias para guardá-las com carinho e legá-las aos nossos descendentes.

Remexam-se os arquivos, os pequenos museus abandonados, os estabelecimentos militares e grupem-se as velhas relíquias num só lugar, reagindo enèrgicamente contra nosso proverbial descaso e nossa proverbial preguiça nesse assunto.

Sempre tivemos no mais profundo indiferentismo o valor das relíquias históricas e a prova mais palpável disso é o abandono em que jaz a maior delas, talvez, a espada de Francisco Solano Lopes, morto em combate após cinco anos de cruenta guerra, na margem lodenta do Aquidabã. Poucos brasileiros sabem hoje onde se encontra. Outros, se o soubessem, pouco caso disso fariam. Achase no Colégio Militar, ao canto duma sala, numa caixa envidraçada.

E as bandeiras que à custa de nosso sangue tomamos às suas tropas selvagens desapareceram na maioria. As poucas restantes pendem em troféus empoeirados das paredes da igreja da Cruz dos Militares.

Que alegria não enche um coração francês ao ver a espada esguia e elegante de Hoche, que recorda o general refletido e calmo, tracejando planos e urdindo traças felizes; ao olhar o rebenque enfeitado de Murat, que comandou a célebre carga de cavalaria dos oitenta esquadrões de Eylau; ou ao contemplar o longo óculo com que o Imperador espiava os movimentos precisos do Grande Exército!

O Português vê na espada de Afonso Henriques tōda a heróica formação do Reino Lusitano; no montante de Nun'Alvares as lutas

gloriosas contra Castela; e nas bombardas da Índia as grandes façanhas das conquistas.

O Inglês contempla friamente os guiões multicores da insubmissa fidalguia feudal que impôs a João Sem Terra a sanção da Magna-Carta e relembra nas alabardas damasquinadas a valentia dos soldados que derrubaram do trono da Escócia a enraizada dinastia dos Stuart.

Nós, às vêzes, nos lembramos da Guerra Holandesa e das campanhas sangrentas do Prata, da gauchada brava que invadiu o Uruguai e com a cavallhada a morrer de fadiga horas e horas combateu em India Muerta; de Paissandu e de Oribe fugindo medroso do acampamento do Cerrito; da assombrosa Retirada da Laguna e da heróica defesa do Forte de Coimbra; de quando, em Monte Caseros, à nossa frente recuavam os batalhões argentinos, e de quando passamos impávidos o Toneleros, desafiando as fanfarro-nices de Mansilla; lembramo-nos de tudo isso e não podemos demorar os olhos numa reliquia dêsses velhos tempos!

Patriótica e nobre seria a fundação dum Museu Militar. Queiram os numes que tal idéia um dia se realize para que tenhamos onde depor nossos troféus como os gregos outrora os depunham nas métopas de mármore e granito dos templos da Acaia."

* * *

Pouco mais de um ano depois, a 22 de dezembro de 1912, o Dr. Gustavo Barroso, sob o mesmo pseudônimo, estampava na edição da tarde do citado *Jornal do Comércio*, onde continuava como redator, um artigo intitulado "O Culto da Saudade", no qual por diversas vêzes versou as idéias já expostas na transcrição que anteriormente fizemos, como se verá:

"Verifica-se, com tristeza e a cada passo, que no Brasil quase não há o culto das tradições. Aqui no Rio são às centenas os exemplos dêste asserto... As maiores reliquias da nossa tradição andam esparsas e ao abandono... É um descaso que já se torna crime e é um crime quase imperdoável... Ouro Preto, um ninho de tradições e glórias, derroca-se e esboroa-se dia a dia.

Ninguém escora as suas ombreiras de pedra bruta nem as suas paredes desaprumadas... O culto da saudade é coisa que não existe... ainda não é para nós."

Tais palavras escritas há trinta anos valem por um programa. Foi um dos primeiros gritos, se não o primeiro, em defesa de nossas tradições históricas. Nêle se contém em germe o Museu Histórico e a Inspetoria de Monumentos Nacionais, exercida gratuitamente durante anos pelo Dr. Gustavo Barroso, da qual saiu o atual Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e o próprio Curso de Museus, onde também gratuitamente se ensina a técnica de museus, a história da arte, a do Brasil, a arqueologia, e se prega o culto da saudade, o amor ao passado nacional.

Os dois artigos citados, "Museu Militar" e "O Culto da Saudade", publicados, respectivamente, em 1911 e 1912, na edição vespertina do *Jornal do Comércio*, figuram no capítulo "Tradições" do livro de crônicas do Dr. Gustavo Barroso *Idéias e Palavras*, editado pela livraria Leite Ribeiro em 1917, um lustro após seu aparecimento na imprensa diária. Sabemos que foi, depois de lê-los, que o Presidente Epitácio Pessoa conversou com seu autor sobre a criação do Museu Histórico Nacional.

A idéia pregada pelo Dr. Gustavo Barroso em 1911 continuou a viver no seu espírito e, embora um tanto descrente de sua realização, seu autor a repetia dez anos após, com o mesmo afincamento, no número de dezembro de 1921 da revista carioca *Ilustração Brasileira*, com algumas fotografias das salas do Museu Naval, num artigo intitulado já "Museu Histórico Brasileiro", isto é, quase *Museu Histórico Nacional*, cujo texto a seguir transcrevemos:

"Um único país no mundo não possui um Museu Histórico. É o Brasil. Até hoje o descuido nacional tem consentido que os objetos do passado, lembranças da vida e dos feitos de nossos avós se tenham perdido ou, nos leilões de antiguidades, tenham passado às mãos de compradores estrangeiros.

Quase não restam, custodiadas em parte alguma, relíquias dos primeiros tempos de nossa vida nacional. Não se conhece no país um objeto contemporâneo da Guerra Holandesa ou da luta dos Mascates. Recordações mais recentes vão se perdendo. Raras coisas estão guardadas no Arquivo Nacional, numa sala do antigo

Arsenal de Guerra ou no Museu da Marinha. Assim mesmo, essa salvação se deve mais a iniciativas particulares do que a uma ação do Governo.

Nesse sentido, êste jamais deu um passo. Diàriamente os jornais anunciam a venda pública de peças do mobiliário e da baixela do Paço Imperial, de objetos que pertenceram a vultos eminentes do país, pedindo a atenção dos poderes públicos para as obras de



Em 1922, a 12 de outubro, data da inauguração. O Dr. Gustavo Barroso, nomeado Diretor a 22 de agosto, em menos de 2 meses apresentava êste conjunto e todos os serviços funcionando. No centro, a maquete em gêsso da estàtua eqüestre de D. Pedro II, comemorativa da rendição de Uruguaiana, de autoria do escultor Chaves Pinheiro

arte e as lembranças históricas que emigram. O Governo não ouve, não vê e não pensa nisso. Sua maior preocupação é o *deficit*...

Entretanto, ainda era tempo duma ação salvadora, de se realizar a fundação dum verdadeiro Museu Histórico, no qual se pu-

dessem reunir, para ensinar o povo a amar o passado, os objetos de tóda a sorte que êste representa.

Os que se preocupam com essas coisas, — raros e criticados, sabem que no Arquivo Nacional há a cadeira ou trono em que o Imperador se sentava no Senado, um capacete da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I e outras reliquias; que na igreja da Cruz dos Militares se acham feixes de bandeiras tomadas aos paraguaios; que no Museu Naval estão os grossos canhões do forte do Príncipe da Beira; que nas estrebarias do Ministério da Guerra existe o velho carrinho em que Osório fazia suas campanhas, irmãos da sege de vime do Marechal de Saxe e da caleça em que Massena passava ferido, em Essling...

Mas quem se não prende a essas niquices ignora tudo isso e ri alvarmente, quando se vem lembrar as reliquias esquecidas.

Tóda a nossa costa foi antigamente povoada de fortes. Não havia entrada de baía ou de rio que não estivesse defendida. Hoje, a maioria dessas fortificações jazem em ruínas. Outras foram modificadas, adaptadas aos sistemas científicos modernos. E que fim levou a artilharia dessas fortalezas? Por que não foi recolhida a um museu? Bombardas portugêsas com as quinas em relêvo; colubrinas castelhanas com as Colunas de Hércules unidas por uma fita; falconetes com os lises de França, de Villegaignon e de S. Luís do Maranhão; pedreiros com o leão arremetente das Províncias Unidas, que estavam nos fortes do Brum, de Orange e do Rio Formoso; outras peças ainda, provenientes de compras ou de naufrágios, tendo os leopardos inglêses; tudo isso que fim levou? Sabe-se unicamente que o Govêrno Brasileiro mandou vender em hasta pública, como metal velho, os antigos canhões do histórico forte do Cabedelo, tão célebre nas lutas contra os Flamengos!

Nada se guarda. Nada se conserva. Um pouco caso criminoso. E isto não vem do fato de ser o Brasil uma nação nova, ainda em formação, caldeando-se na fusão de muitas raças. Não. Os Estados Unidos são mais eivados de cosmopolitismo do que o Brasil. Entretanto, possuem museus, conservam costumes e uniformes, fazem cortejos históricos, realizam festas nacionais e guar-

dam com carinho, mobiliadas como eram outrora, as casas de Washington, de Grant e de Longfellow.

Pior será se um dia vencer a idéia *positivista* de alguns brasileiros que querem restituir às nações que vencemos os troféus conquistados pelos seus avós.

Bastaria um pequeno gesto governamental criando um Museu Histórico no Rio de Janeiro e entregando sua organização a pessoa ativa e competente para que, dentro em pouco, nêle se reunissem relíquias veneráveis, hoje esparsas em várias repartições públicas



Nomeado Diretor do Museu Histórico, criado pelo Presidente Epitácio Pessoa, a 22 de agosto de 1922, no dia 12 de outubro eram inauguradas duas salas de exposição de relíquias e os serviços técnicos e administrativas

ou detidas por particulares, que as não oferecem ao poder público por conhecerem em demasia seu descaso proverbial.

Haveria muito o que colher daqui e dali. Quadros, urnas, vestimentas, lápides, espadas e outros documentos em muitos pequenos museus particulares do país. Canhões de tôdas as épocas com armas de diversos países nos fortes de Óbidos, Tabatinga, Nossa Senhora da Assunção, Cinco Pontas, Três Reis Magos,

Buraco. Boa Viagem e outros tantos. Bandeiras na Cruz dos Militares. A espada de Solano Lopes no Colégio Militar. A caruagem de Osório nas cocheiras do Ministério da Guerra. Lanças, sabres e bandeiras veneráveis no Museu Naval e no velho Arsenal de Guerra. Várias coisas de valor no Arquivo Nacional. E, além disso, autógrafos, penas, tinteiros, móveis, estátuas, etc.

Não entrou em conta até agora o que se poderá recolher percorrendo o interior e apelando para a generosidade particular. Poder-se-ão obter verdadeiros tesouros referentes à vida antiga no campo e na cidade, à arquitetura, à cerâmica, à marcenaria, aos costumes dos tempos idos. Que imensa cópia de objetos sabemos perdidos pelas fazendas do sertão: louças de Macau ou Campolide, faianças da Índia pintalgadas de azul, porcelanas de Bourg-la-Reine trazidas pelos que acompanharam D. João VI; jóias velhas; baixelas de prata portuguêsã; cristais da Boêmia que eram um dos luxos dos antigos capitalistas; mosaicos; bufetes mouriscos de pregaria arabescada; baús antiquíssimos; arquibancos; arreios ajaezados de ouro e prata; armas raras, espadões de milicianos e ordenanças, rapieiras e chilfarotes de bandeirantes; empoeirados uniformes dos Dragões das Minas e da briosa Guarda Nacional, tudo quanto se possa imaginar.

A esperança, porém, dum Museu Histórico no Brasil não sorri a ninguém que se preze de ter um pouco de inteligência. Não temes sido educados no Culto da Saudade. Não o poderemos ter tão cedo."

* * *

A exaustiva documentação aqui transcrita prova perfeitamente que em agosto de 1922, criando o Museu Histórico Nacional, o Presidente Epitácio Pessoa, como grande patriota que era e inteligência aberta a tôdas as idéias nobres, dava ganho de causa a uma campanha encetada pelo Dr. Gustavo Barroso, como jornalista, desde 1911, e o encarregava de organizar o instituto pelo qual se batia.

Este aí se acha, aberto à visita pública, a Casa do Brasil, como a chamamos, com suas hoje riquíssimas coleções e com uma organização geralmente por todos elogiada, após vinte anos de esforços e constante trabalho. Dêle saíram como desdobramentos de sua idéia fundamental a defesa do nosso Patrimônio Histórico e Artístico, o Curso de Museus formando funcionários especializados e os diversos museus que agora se multiplicam pelo Brasil, nas capitais, nas fronteiras, nas cidades tradicionais.

A semente de tudo isso foi, não se pode negar a evidência, um artigo dum jornalista, então pouco conhecido, escrito e publicado há trinta anos.

Infelizmente, o Presidente Epitácio Pessoa deixou o govêrno em 15 de novembro de 1922, um mês após ter inaugurado o Museu Histórico Nacional, e não pôde, por essa razão, dar ao mesmo a assistência que certamente lhe daria com seu grande carinho pelas coisas históricas do nosso querido país. O Museu vegetou com verbas escassas e perseguido de dificuldades nos governos dos Srs. Artur Bernardes e Washington Luís. Logo ao encetar o primeiro dêsses Presidentes a sua administração, o deputado da maioria, Sr. Francisco Sá Filho, apresentou uma emenda ao orçamento suprimindo o Museu Histórico, que qualificou textualmente de *onerosa criação do govêrno Epitácio Pessoa*. . . . A emenda foi retirada pelo seu autor diante da reprovação que de todos provocou. Para que o Museu pudesse viver durante os dois citados quadriênios, a sua Diretoria teve de apelar para a generosidade particular, cuja assistência não lhe faltou, destacando-se pelos seus doativos para aquisição de objetos e móveis, realização de obras internas, reparos no edifício, transportes, restaurações e limpeza as seguintes pessoas: Drs. Guilherme, Arnaldo, Carlos e Otávio Guinle, Barão Smith de Vasconcelos, Sr. Manuel Mendes Campos, Dr. Júlio Otoni, Sr. Mário de Oliveira, Sr. Cândido Souto Maior e senhora Miguel Calmon.

No govêrno do Dr. Getúlio Vargas, a situação mudou por completo. S. Exa tornou-se o Grande Protetor do Museu Histórico, prestigiando-o e dando-lhe meios para atingir o alto ponto

de desenvolvimento em que se encontra. Além dessa contribuição como administrador, S. Exa tem contribuído pessoalmente para o enriquecimento das coleções com seguidas e preciosas dádivas. Pode, sem favor, ser considerado um benemérito do Museu Histórico, que deve ao Sr. Epitácio Pessoa a sua fundação e ao Dr. Getúlio Vargas o seu grande enriquecimento.

ADOLPHO DUMANS

(Conservador, classe H, e secretário do
Museu Histórico)

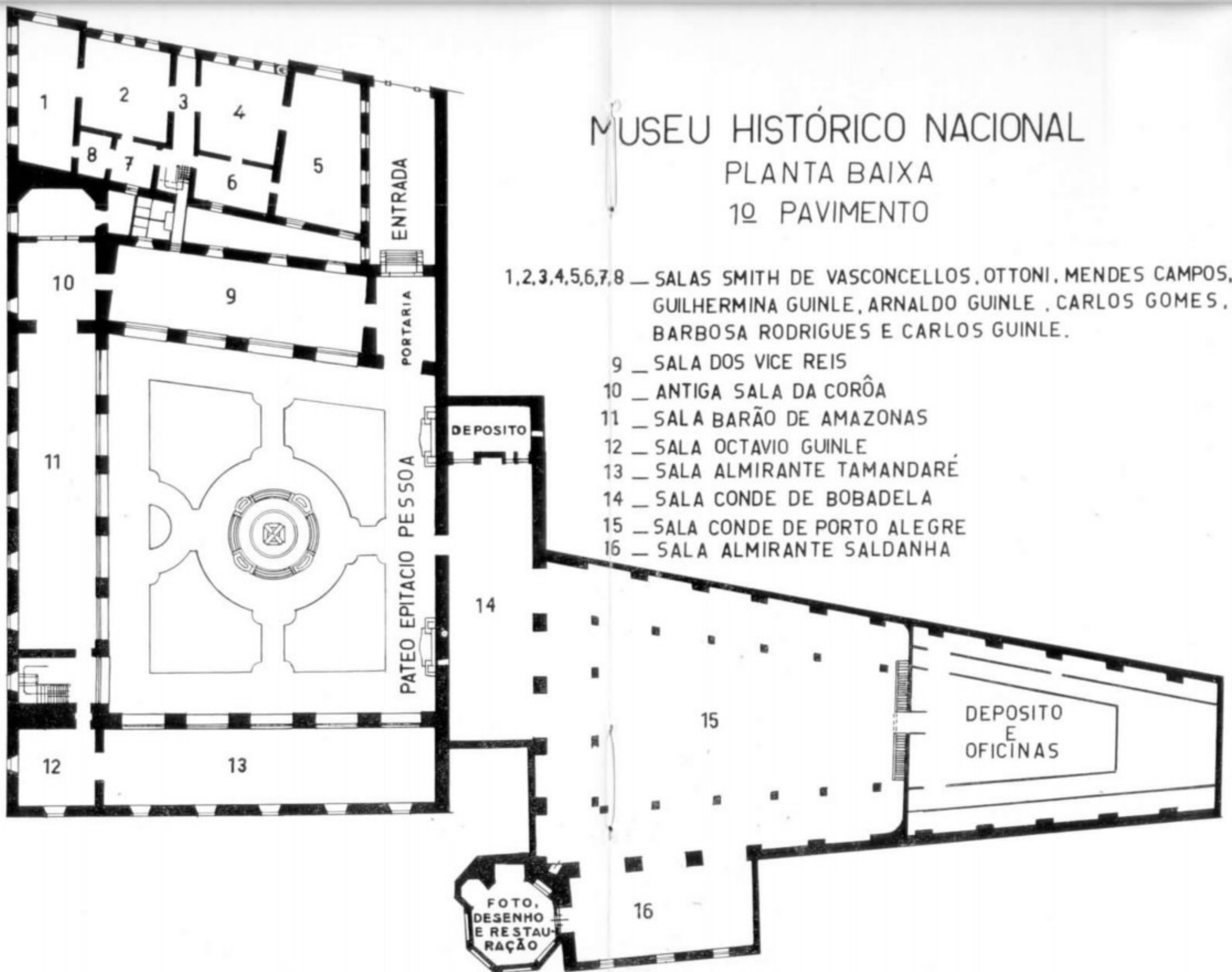
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL



MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

PLANTA BAIXA

1º PAVIMENTO



1,2,3,4,5,6,7,8 — SALAS SMITH DE VASCONCELLOS, OTTONI, MENDES CAMPOS, GUILHERMINA GUINLE, ARNALDO GUINLE, CARLOS GOMES, BARBOSA RODRIGUES E CARLOS GUINLE.

9 — SALA DOS VICE REIS

10 — ANTIGA SALA DA CORÔA

11 — SALA BARÃO DE AMAZONAS

12 — SALA OCTAVIO GUINLE

13 — SALA ALMIRANTE TAMANDARÉ

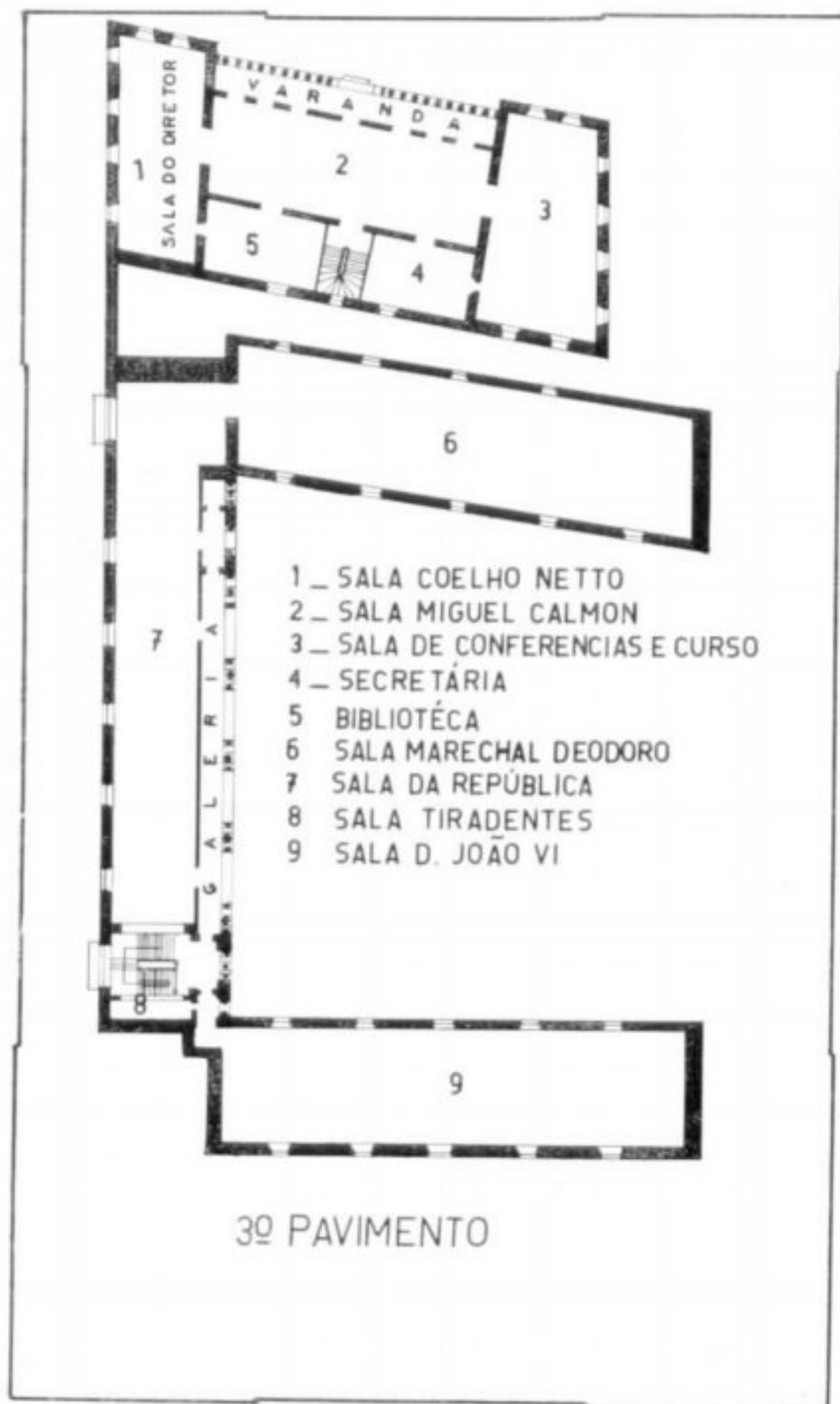
14 — SALA CONDE DE BOBADELA

15 — SALA CONDE DE PORTO ALEGRE

16 — SALA ALMIRANTE SALDANHA

FOTO,
DESENHO
E RESTAU-
RAÇÃO

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL



APÊNDICE

ESQUEMATIZAÇÃO DA HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

Pode-se afirmar, sem receio de exagero, que a História Militar do Brasil é uma das mais brilhantes do mundo, porque, de fato, é a mais brilhante da América e talvez a mais brilhante entre as dos países novos neste e no outro hemisfério.

Em verdade, no nosso continente, nenhum outro povo conta, no acervo de seu passado, campanhas iguais às nossas, quer do ponto de vista tático, quer do estratégico, tanto no período colonial, como no período independente. Nossa História Militar possui vultos e glórias fora do comum e está repleta de grandes ensinamentos técnicos e políticos. É rica de altas lições de sacrifício e patriotismo. Ilustra-se de belos exemplos. Sua tradição de episódios, praxes, indumentárias, instituições e organizações pode ser invocada constantemente como base irremovível e inspiração fecunda de novas construções exigidas pelos novos tempos.

Como sabem todos os que estudam as coisas militares, a tradição é a alma dos Exércitos. Não se cria uma mística militar sem invocar a tradição. A tradição do nosso Exército é de corpo e de espírito, isto é, de formas e de doutrina, tão completa que tem a corcá-la, como um timbre heráldico sem par, um patrono cu padroeiro consagrado pela sua vida maravilhosa como um verdadeiro herói epônimo do Brasil — o Duque de Caxias, figura de soldado sem igual nas Américas e uma das mais altas do mundo pela sua capacidade técnica e pela sua projeção política. É o grande profissional que usa a profissão e o prestígio decorrente do seu exercício vitorioso para realizar a última etapa duma obra que vinha do bandeirismo desrespeitador do Meridiano: a Unidade Nacional.

Apesar de não ser militar, são militares os pendores do meu espírito, que seguiu, contrariado pelas circunstâncias, rumos diversos dos que almejava. Desde minha mocidade me dediquei ao estudo e ao comentário de nossos fastos guerreiros, em todos ou em quase todos os seus aspectos. Durante muitos anos me tenho entregue à patriótica e muitas vêzes incompreendida tarefa de restaurar o brilho de nossas esquecidas glórias e tradições militares.

Iniciei êste trabalho em tempos ingratos, quando nosso meio, por ignorância ou minado pelo micróbio positivista, se manifestava de todo hostil a qualquer tentativa dessa natureza. Estou hoje esquecido; mas, quando galhardamente desfilam pelas avenidas, sob os aplausos da multidão entusiasmada, os regimentos engalanados de faulhantes uniformes tradicionais, sobretudo os já famosos Dragões da Independência, creio que algumas pessoas se recordarão ainda da campanha soez feita contra o jovem deputado idealista que lançara essa idéia no seio dum parlamento dominado pela politicagem. Tôdas as fôrças antinacionais violentamente se atiraram contra êsse moço de pouco mais de vinte anos. É confesso que, ao pensar que tive êsse propósito, o defendi contra parlapatões na tribuna e na imprensa com tôda a minha alma, que prestei êsse serviço ao Exército e à Nação, sinto-me orgulhoso e vastamente recompensado por êsse sentimento de nobre, sadio e varonil orgulho.

Quando se comemorou o primeiro centenário de nossa emancipação política, consegui sem nenhum proveito para mim, do então Presidente, meu muito saudoso amigo Dr. Epitácio Pessoa, a publicação do álbum de nossos uniformes militares desde os tempos coloniais até aquela data, com desenhos do pintor tradicionalista Wusht Rodrigues e texto organizado por mim. Auxiliou-me grandemente na realização dêsse trabalho o grande Ministro da Guerra que foi meu saudoso amigo Pandiá Calógeras. A obra é hoje obrigatória em nossas bibliotecas militares.

Vulgarizei mais tarde, numa série de livros, os episódios marcantes de nossas guerras estrangeiras, algumas quase esquecidas como a que derrubou o tirano Rosas, outras abafadas no olvido como a que expulsou o caudilho Artigas. Já nos compêndios escolares se não falava mais quase dessas glórias conquistadas por



Outro aspecto da coleção de armas do Museu Histórico na antiga Sala "Conde de Porto Alegre"

nossos antepassados. Era como se a geração de agora se envergonhasse da bravura dos soldados de Tacuarembó, de Índia-Muerta, do Passo do Rosário e de Caseros. Esses nomes nem acordavam mais a menor lembrança, nem figuravam mais sequer nas placas das ruas, como os de Paissandu e Humaitá.

Em 1930, no "O Brasil em face do Prata", defendi, como me permitiu o engenho e a arte, nossas forças armadas das incompreensões, das acusações injustas, das calúnias mesmo e até, forçoso é dizê-lo, dos insultos de alguns escritores hispano-americanos, sobretudo platinos, em páginas de história ou de ficção, contra nossos soldados e marinheiros, o que me valeu retaliações de montanhas jornais de Buenos Aires e de Montevideu. Minha polêmica com Manuel Galvez fez eco.

Finalmente, escrevi uma "História Militar do Brasil", que, a julgar pelas sucessivas edições, tem tido boa aceitação.

Alinho estes fatos não por vaidade pessoal, mas sim para justificar a pequena autoridade que julgo ter adquirido para escrever sobre assuntos de caráter militar e traçar aqui o esquema ou os rumos duma obra necessária para o Brasil poder conhecer os feitos de sua gente e a ação continuada do glorioso Exército Nacional, compreendendo-se de modo lato sob essa designação integralizadora todas as forças armadas oficialmente pelo Poder Público para defesa da Ordem e das Instituições no interior, para defesa da Integridade Territorial e da Soberania no exterior.

De um modo geral, essa grande obra, cujo título poderá ser — História Militar Brasileira, História do Exército Brasileiro ou História das Instituições e Campanhas Militares do Brasil. — caberá devidamente dentro da seguinte esquematização:

I — *História da organização das forças armadas:*

a) Período colonial:

1 — Século XVI: Voluntários e Bandeiras. A Bandeira — unidade militar. Predomínio da Bandeira.

2 — Século XVII: Bandeiras, Pés de Castelo, Companhias de Assalto, Companhias de Ordenanças, Terços de Infantaria. Predomínio da Companhia.



Aspecto da Coleção de armas do Museu Histórico na antiga Sala "Conde de Porto Alegre".
Nas paredes, coleção de retratos dos Ministros da Guerra e da Marinha.



Armário do Museu Histórico -- Sala "Conde de Bobadela"

3 — Século XVIII: Milícias e Tropas pagas. Terços e Regimentos. Companhias e Batalhões de artilharia. Predomínio do Têrço.

4 — Século XIX: Milícias e Tropas de Linha, Terços, Regimentos, Legiões, Companhias e Batalhões de artilharia. Predomínio do Regimento. Brigadas e Divisões.

b) Período independente:

1 — 1.^o Reinado: Milícias e Tropas de Linha. Regimentos montados. Predomínio do Batalhão. Brigadas e Divisões.

2 — Regência: Exército ou 1.^a Linha e Guarda Nacional. Afirma-se na infantaria o predomínio do Batalhão de Caçadores. Brigadas e Divisões.

3 — 2.^o Reinado: 1.^o Linha e Guarda Nacional. Voluntários e Provisórios. Regimentos montados. Batalhões pesados (fuzileiros). Batalhões ligeiros, (caçadores a pé). A Engenharia. Corpos fixos. Brigadas, Divisões e Corpos de Exército.

4 — República: Exército, Guarda Nacional, Polícias, Linhas de tiro, Regimentos e Batalhões, Grupos de Artilharia, Companhias Isoladas, etc. Brigadas e Divisões. Destacamentos. Aviação.

5 — Estado Novo: Exército, Aviação e Reservas de 1.^a e 2.^a Linhas, unidades modernas, novos conceitos e formas de organização militar. Tropas mecanizadas e motorizadas.



Sala "Conde de Bobadela" — Nova instalação da armaria do Museu Histórico



Sala "Duque de Caxias", na atual organização do Museu Histórico, mostrando a nova posição da maquete da estátua equestre de D. Pedro II por Chaves Pinheiro

II — *História das Unidades do Exército:*

- a) Corpos desaparecidos.
- b) Corpos transformados.
- c) Corpos tradicionais.
- d) Corpos recentes.
- e) Corpos que mereceram relêvo especial ou tiveram alcunhas tradicionais.

III — *História dos Institutos e Estabelecimentos militares:*

- a) *Escolas:*
 - 1 — Na Colônia.
 - 2 — No Império.
 - 3 — Na República.

b) *Arsenais:*

- 1 — Na Colônia.
- 2 — No Império.
- 3 — Na República.

c) *Fábricas:*

- 1 — Na Colônia.
- 2 — No Império.
- 3 — Na República.

d) *Quartéis:*

- 1 — Na Colônia.
- 2 — No Império.
- 3 — Na República.

e) *Colégios Militares.*



A maquete da estátua equestre de D. Pedro II de Chaves Pinheiro na atual Sala "Duque de Caxias".

IV — *História das fortificações brasileiras:*

a) *Fortalezas coloniais:*

- 1 — Os primeiros fortins: cêrcas ou paliçadas.
- 2 — Fortalezas de defesa da costa e dos portos.
- 3 — Fortalezas de defesa das ilhas.
- 4 — Fortalezas de defesa dos rios.
- 5 — Fortalezas de defesa das fronteiras.
- 6 — Fortalezas do interior.

b) *Fortalezas Imperiais:*

- 1 — Fortes coloniais aproveitados e reformados.
- 2 — Fortes novos.

c) *Fortificações modernas.*

d) *Considerações sobre a nossa arquitetura militar.*

V — *História do armamento usado pelas tropas brasileiras:*

a) *Período colonial:*

1 — Século XVI: armas defensivas do homem e do cavalo, armas ofensivas de choque, de haste, brancas e de fogo, de antecarga, com serpentina ou mecha; artilharia de ferro e bronze.

2 — Século XVII: armas defensivas do homem e do cavalo, armas ofensivas de choque, de haste, brancas e de fogo, de antecarga, pelo sistema de roda ou rodete; artilharia de bronze.

3 — Século XIX (Brasil-Reino): armas defensivas do homem, armas ofensivas de haste, brancas e de fogo, de antecarga, pelo sistema dos fechos de miquelete: sílex, fuzil ou pederneira; artilharia de ferro e de bronze.

b) *Período independente:*

1 — *Primeiro Reinado e Regência:* armas ofensivas de haste, brancas e de fogo, antecarga, sistema de pederneira; artilharia de ferro e de bronze.

2 — *Segundo Reinado:* armas de haste, brancas e de fogo, de antecarga, sistema de fulminante; artilharia de bronze, de ferro e de aço. Primeiras experiências de espingardas de retrocarga e agulha: as Dreyse de Caseros e do Estabelecimento. A Comblain. Primeiras experiências de armas americanas de retrocarga e repetição. Primeiras experiências de canhões de carregar pela culatra: Whitworth e Krupp.

3 — *República*: armas ofensivas de haste e brancas; fuzis e mosquetões de retrocarga e repetição — Kropatschek, Mannlicher e Máuser, ombreando ainda com as Comblain de retrocarga e tiro simples; artilharia de aço. Primeiros carros de assalto. Metralhadoras. Aviação.

4 — *Estado Novo*: armas modernas; tanques, aviões, artilharia antiaérea, etc., etc.

c) Considerações sôbre o emprêgo e evolução do nosso armamento, sôbre o armamento que nos foi oposto nas diversas campanhas e sôbre os nossos modelos, adaptações, modificações e invenções.

V — *História da Música Militar*:

a) Organizações das charangas, bandas de música, de cornetas e de tambores.

b) Toques de ordenança.

c) Marchas e dobrados.

d) Canções militares.

VI — *História da Indumentária Militar*:

a) *Período colonial*:

1 — Fardamentos e insígnias do século XV ao século XIX (Brasil-Reino).

2 — Influências estrangeiras.

3 — Peças modificadas, adaptadas ou criadas no Brasil.

b) *Período imperial*:

1 — Fardamentos e insígnias do 1.^o Reinado, da Regência e do 2.^o Reinado.

2 — Peças modificadas, adaptadas ou criadas no Brasil.

c) *Período republicano*:

1 — Fardamentos e insígnias.

2 — Peças adaptadas e originais.

VII — *História das guerras internas*.

a) *Expedições de penetração do território*:

1 — Entradas.

2 — Bandeiras.

b) *Lutas para defesa do território:*

- 1 — Expulsões dos franceses.
- 2 — Expulsões dos ingleses.
- 3 — Expulsões dos holandeses (do Brasil e de Angola).
- 4 — Expulsão dos castelhanos.

c) *Expedições punitivas:*

- 1 — Palmares.
- 2 — Canudos.

d) *Lutas civis:*

- 1 — Revolução de 1817.
- 2 — Revolução de 1824.
- 3 — Cabanagem.
- 4 — Pintismo, Abrilada, Setembrada.
- 5 — Balaiada.
- 6 — Sabinada.
- 7 — Revolução liberal de 1824.
- 8 — Revolução Farroupilha.
- 9 — Revolução Praieira.
- 10 — Revolta da Armada.
- 11 — Revolução Federalista.
- 12 — Revolução Acreana.
- 13 — Revolução Paulista de 1924.
- 14 — Revolução de 1930.
- 15 — Revolução Constitucionalista de 1932.

VIII — *História das guerras externas:*

a) *Guerras de expansão colonial:*

- 1 — Fundação e defesa da Colônia do Sacramento.
- 2 — Guerra Guarani.
- 3 — Campanha de Caiena.
- 4 — Campanha contra Artigas na Banda Oriental e anexação da Cisplatina.

b) *Guerra da Independência:*

- 1 — Na Cisplatina.
- 2 — Na Bahia.
- 3 — No Maranhão e Piauí.



Aspecto parcial da Sala "General Osório" do Museu Histórico, na qual se expõem relíquias
dêsse grande soldado

c) *Guerras de Intervenção Política:*

- 1 — Expedição pacificadora de D. Diogo de Sousa : 1811.
- 2 — Campanha contra Rosas.
- 3 — Ocupação e policiamento do Uruguai em 1857.
- 4 — Campanha do Uruguai em 1864.

d) *Guerras em defesa do território invadido e da soberania nacional atacada:*

- 1 — Campanha da Cisplatina de 1825 a 1828.
- 2 — Campanha do Paraguai de 1865 a 1870.

IX — *História e Evolução da Doutrina Militar:*

a) Comandos, Estados-Maior e Regulamentos do período colonial até o Brasil-Reino.

b) Comandos, Estado-Maiores de 1.^a e 2.^a classes e Regulamentos do período imperial.

c) Comandos, Estado-Maior e Regulamentos do período republicano.

d) Missão Francesa.

e) Considerações sobre a nossa própria tradição doutrinária, as lições de nossas guerras e de nossos chefes, o meio em que temos de atuar e as influências que naturalmente sofremos.

f) Legislação militar:

X — *História das Principais Figuras Militares:*

a) Na Colônia.

b) No Império.

c) Na República.

d) Caxias e a sua significação permanente.

XI — *A tradição e a glória do Exército:*

1 — O folclore militar.

2 — Os troféus.

3 — As condecorações e medalhas militares.

4 — As bandeiras.

5 — Os monumentos de caráter militar.

XII — *Bibliografia Militar Brasileira:*

a) *Obras técnicas:*

1 — De militares.

2 — De civis.

b) *Obras históricas:*

1 — De militares.

2 — De civis.

c) *Obras literárias:*

1 — De militares.

2 — De civis.

d) *Atos oficiais.*

* * *

Como se vê pelo exposto, a matéria é vastíssima e interessantíssima. Embora resumida com clareza, para ficar ao alcance do maior número, e limitada ao que fôr essencial, sem floreios e exageros, dará para encher alguns volumes. Obra certamente para vários autores especializados sob uma direção central. Todavia mais do que necessária como repositório de informações e manancial de consultas: imprescindível decerto a tornar conhecido e compreendido o valor histórico, tradicional e social que em nossa vida de povo americano constituem as Fôrças Armadas.

Num país como o nosso, de origem e formação tumultuárias, o Exército é como uma Ordem Permanente, representa uma muralha de sustentamento e uma garantia dos princípios vitais que asseguram a continuidade da vida nacional.

É preciso dêste modo entender o Exército, a fim de poder amá-lo através de tôda a sua acidentada e gloriosa história. Pouco importa que aqui ou ali, neste ou naquele acontecimento, mais perto ou mais longe de nós, tenha possivelmente errado, se acertou na grande maioria das vêzes, se pensou sempre em acertar para o bem da Nação.



Sala "Duque de Caxias" no Museu Histórico, na qual se guardam os preciosos troféus e relíquias de nossa História Militar.

A esquematização que ousamos traçar nos aparece a espinha dorsal dum trabalho utilíssimo, patriótico, profundamente sentido e realmente belo nessa vasta evocação de glórias passadas. O cimento eterno dessa glória — é bom não esquecer — foi amassado com sangue!

A nosso ver, a esquematização engloba todos os aspectos da organização e do funcionamento dos elementos armados que ajudaram a construir o Brasil e defenderam através de quatro séculos os destinos de nossa civilização.

Recapitulemos a vôo de pássaro tôda essa já longa tradição.

Na História de nossa Organização Militar no período colonial, quantos ensinamentos a colher desde a primeira tropa mais ou menos regular que pisou nossa terra, na Baía, vinda da Metrópole: — os 600 voluntários do Governador-Geral, Tomé de Sousa, em 1549! Depois a Bandeira como unidade militar, da qual se passou para a Bandeira de entrada ao gentio, de penetração do território ou de exploração do mesmo em busca das riquezas minerais jacentes no sertão.

No século XVII, travam-se grandes lutas contra os conquistadores estrangeiros. Vêm algumas forças da Metrópole, mas a maioria, para maior glória nossa, é formada no nosso próprio território com os nossos recursos e com adaptação ao meio dos precei-



Coleção de canhões históricos dispostos no Pátio "Epitácio Pessoa" no Museu Histórico. O 1.º canhão foi tomado aos paraguaios. O 3.º foi fundido pelo Almirante Tamandaré. O mais longo esteve no forte da Príncipe da Beira. Na série, existe um tomado aos franceses na conquista de Caiena.

tos e organizações militares européias. As Companhias de Ordenanças mandadas organizar em Portugal, e suas colônias por El-Rei D. Sebastião, como reserva territorial, se espalham pelo Brasil e delas saem as famosas Companhias de Assalto. A par da Companhia, que é como que a unidade base duma época de pequenos efetivos, começa a aparecer o têrço de infantaria com dez companhias, um mestre-de-campo e um sargento-mor, formação criada pelo gênio militar do grande capitão espanhol Gonçalo de Córdova como a têrça parte da coluna, comandada pelo *Columnello* ou *Coronel*.

No século XVIII, as célebres Milícias formam uma reserva, uma 2.^a linha notável, da qual o têrço é a unidade básica, enquanto na 1.^a linha surgem os primeiros regimentos de origem francesa, em geral compostos de dois batalhões pesados, de 10 companhias cada um. Os regimentos montados apresentam efetivo menor: 6 companhias. São os denominados Regimentos de Cavalaria Ligeira de Ordenanças. Há dragões a cavalo e a pé. Aqui e ali, legiões com duas ou as três armas.

Os terços milicianos vêm até o século XIX, em cujo inicio termina com o Brasil-Reino a nossa fase colonial. Os regimentos vindos de Portugal no último quartel do século anterior, para guerrear os castelhanos, dão o tom da organização dos coloniais, que se desdobram em Regimentos Velhos e Regimentos Novos. Os regimentos de infantaria têm companhias especializadas: caçadores para atirar em ordem dispersa; volteadores para seguir a cavalaria na garupa de alguns cavaleiros e se introduzirem nos quadrados inimigos; fuzileiros para os fogos de linha; granadeiros que atiravam granadas de mão.

Com o Primeiro Reinado, a designação de regimento passa aos corpos montados: artilharia a cavalo, caçadores a cavalo; lanceiros; a infantaria organiza-se em batalhões de tipo prussiano introduzido com o Conde de Lippe, os de granadeiros e fuzileiros com 8 companhias (pesados), os de caçadores com 6 ou 4 (ligeiros). Reduzindo o efetivo do Exército, então corroído pela indisciplina, a Regência estabelece o predomínio do batalhão ligeiro, de caçadores. Cria mais a Guarda Nacional como 2.^a linha, para substituir as antigas milícias.

O Segundo Reinado volta aos dois tipos de batalhão. Criam-se os Corpos Fixos para substituir os Pedestres, os Ligeiros, os Caçadores de montanha. Os Corpos Fixos incluem, conforme as Províncias e suas necessidades ou responsabilidades militares, uma, duas ou as três armas, e até artífices ou soldados especializados. Na cavalaria, o esquadrão substitui a companhia. Fazem-se grandes reformas militares: 1847, 1851, 1860, 1870, 1871 e 1878.

O período republicano é marcado por uma sucessão constante de alterações na organização e nos quadros, de acôrdo com a evolução da técnica. Em geral, são mantidos o regimento de 4 esquadrões, com efetivos de companhia e não como os esquadrões franceses ou alemães, que correspondem ao batalhão, e o batalhão de 4 companhias na infantaria até a adoção do regimento de três batalhões. Em 1908, procede-se uma reforma fundamental. Em 1917 e 1918 a outras. Esta última introduz no nosso Exército os carros de assalto e a aviação de caça e bombardeio, com esquadrilhas.

Depois, os ensinamentos e experiências trouxeram modificações que será interessante e útil acompanhar passo a passo.

* * *

A História das Unidades do Exército é imprescindível à criação e manutenção daquilo que os maiores estrategos sempre julgaram o maior esteio moral do soldado: o espírito de corpo. Fazê-la é dar uma genealogia gloriosa a cada unidade combatente. O militar que dela participa como que se sente integrado na sucessão duma imensa família. Alguns corpos, como por exemplo o 1.º Regimento de Cavalaria Divisionária (Dragões da Independência), vêm com seu número 1 desde D. João VI, tendo nascido dos antigos dragões da escolta dos Vice-Reis. Outros passaram por vários avatares, provenientes de milícias ou velhas tropas de linha, às vezes até mudando de arma. Êstes são recentes, como os da Engenharia. Aquêles tiveram apelidos gloriosos no decurso das campanhas de que participaram: o Dois-de-Ouro, o Boi-de-Botas, o Arranca-Tôco, o Treme-Terra. Um recorda o Leão Coroado, outro Sampaio, outro Tibúrcio, outro Moreira César.



Outro aspecto da coleção de canhões históricos do Museu. O grande canhão que se vê à esquerda, no 2.º plano, foi tomado aos franceses na invasão de Duclere, no Rio de Janeiro, em 1710. Tem na culatra um medalhão com o retrato de Luís XIV, Rei da França e de Navarra.

Muitos desses estudos já foram feitos por mim, e o major Faustino já publicou magnífico volume básico sobre a matéria.

* * *

A História dos Institutos e Estabelecimentos Militares é importantíssima e um alicerce de grandes tradições. Vários institutos vêm do tempo do Brasil-Reino. Uma brilhante tradição envolve as nossas Escolas Militares. Há revelações surpreendentes a fazer sobre os nossos arsenais e fábricas, que datam, muitas vezes, do século XVIII. Uma saudade de glórias se evola dos nossos

velhos quartéis, de que restam ainda alguns com os seus frontispícios imperialmente brasonados. Em muitos se passaram episódios que merecem ser conhecidos. Em quase todos perdura a lembrança de velhas e queridas ou admiradas figuras militares. Em alguns, derramou-se sangue. Basta citar, por exemplo, a Escola Militar da Praia Vermelha, a Casa do Trem, a Fábrica da Estrêla, o Quartel dos Barbonos, o do Morro da Conceição e mais meia dúzia de outros em outras partes do Brasil para que nos percorra a espinha o frêmito das emoções.

A tudo isso se acrescentem observações sobre os princípios arquiteturais que presidiam à construção dos antigos prédios, quase todos já desaparecidos, e o quadro ficará admiravelmente completo...



Outro aspecto da mesma coleção. Os grandes canhões que se vêem no 1.º plano foram o da direita tomado aos holandeses em Pernambuco, o da esquerda tomado aos espanhóis nas campanhas do Sul

Os portugueses fortificaram na medida do possível a sua colônia americana, aproveitando os melhores pontos estratégicos para nêles fincar bastiões e fortes, desde os primeiros com estacadas e taludes de terra batida até os de sólida alvenaria com falsas-bragas, redentes, cortinas e revelins pelo sistema Vauban. Deram-lhes nomes que nos acostumamos a ouvir desde a meninice e que conservamos de memória, se amamos o Brasil: o Castelo, São Marcos, Nossa Senhora da Assunção, Reis Magos, Santa Catarina, Santa Margarida, Cinco Pontas, Picão, Buraco, Brum, Nossa Senhora do Ó, Montesserrate, Barra, São João, Nossa Senhora da Guia, Santa Cruz, S. Januário, Laje, Vilagalhão, Bertioga, São Lourenço, Santa Teresa, Santa Tecla, Sacramento, Coimbra, Príncipe da Beira.

A costa foi defendida nas suas abras, portos, restingas, estuários. Levantaram-se fortificações em Fernando de Noronha e na Trindade. Ergueram-se fortes pelas fronteiras meridionais e ocidentais. Artilharam-se os estreitos dos rios na Amazônia e no Paraguai. Levantou-se um baluarte de pedra no Prata. Construíram-se fortalezas nas montanhas de Minas e nas selvas amazônicas. Pelas suas seteiras ou sôbre os paredões, em barbeta, estenderam-se os pescoços das colubrinas e dos falcões armoriados. As suas pedras estão carregadas de epigrafias e de história.

Muitos dêsses fortes gloriosos ruíram ao abandono. O Império conservou ou reformou outros. A República ainda aproveitou alguns e construiu diversos. Tôdas essas paredes falam dos nossos feitos e repetem a lição de unidade que os colonizadores nos legaram no seu afã de defender o Brasil da cobiça de estrangeiras nações.

Os arquivos portugueses possuem uma rica documentação de plantas e planos de nossas antigas fortalezas. O Museu Histórico, alguma coisa.

* * *

A armaria brasileira tem como limites o século XVI e a era atual. Ainda apanha a armadura no homem e no cavalo. Vem das armas de fogo, de mecha e rodete ao fuzil metralhador, passando pelo foguete de guerra a Congrêve. Pode por um falconete



Pequeno canhão rodízio, dum dos lanchões da esquadilha do famoso João de Botas, herói da Guerra da Independência, na Bahia, 1823, conservado e exposto no Museu Histórico

de bronze de carregar pela bôca e dar fogo pelo murrão no ouvido, ao lado do mais moderno canhão de tiro rápido. Tem seus tipos próprios, suas adaptações e invenções, e armas que decidiram grandes ações como o fuzil de agulha alemão de Caseros.

No capítulo das espadas, criou a espada miliciana, com lâmina do século XVII e punho do XVIII ou do XIX. Usou a almanza espanhola, a esclavônia dos escoceses e a late francesa, mas teve modelos seus como as da Guarda de Honra ou as de cabeça de leão de 1850.

No capítulo das armas de fogo, fêz adaptações, como o fuzil Chuchu, e instituiu modelos como a Máuser Brasileira.

Uma grande originalidade nas lanças: lanças-punhais, lanças de cruzeta, lanças franco-brasileiras, lanças Saddock ou Bernardo Vasques.

A série dos fabricantes e fornecedores desde Lacy e Barnett a Liége e Steyr, Mannlicher e Mauser fornece dados curiosos.

A coleção de armas que consegui reunir, classificar e comentar no Museu Histórico é um repositório de lições concretas do emprego e evolução do armamento portátil e mesmo da artilharia no Brasil.

* * *

Que revelações curiosas não nos reserva a história dos nossos toques de corneta, da função das velhas bandas de música, dos dobrados tradicionais como o "Saudades de minha terra" e o "Fandangaçu", e das canções de marcha ou de quartel? Do fundo do passado, entre as luminosas notas da "alvorada" e a tristeza do "silêncio", vêm os sons dos "Bilontras de Viena" ou do "Alabar-deiro" como a voz das idades mortas...

* * *

Grande parte da História da Indumentária Militar já foi feita por Washt Rodrigues e por mim. Ambos possuímos elementos novos e valiosíssimos para a recomposição e complemento desses estudos. Ele colheu os seus em objetos, notas e documentos en-

contrados aqui e ali. Eu colhi os meus em Portugal, no exame e classificação das peças existentes no Museu Histórico e na riquíssima coleção de aquarelas de antigos uniformes àquele Instituto oferecidas pelo ilustre diplomata Dr. Figueira de Melo. Naturalmente outros estudiosos e especialistas na matéria terão novas achegas a fornecer. E, assim, ficaria completo o exame da questão.

* * *

Na indumentária brasileira, é conveniente ressaltar as influências inglesa e alemã, quer indiretamente através de Portugal, quer diretamente, ou a francesa, esta especialmente no 2.º Reinado e ainda mais pronunciada na República; do mesmo modo, as peças caracteristicamente brasileiras, como guritões e gorras, e as tradicionais que vieram até nossos dias, por exemplo as fôlhas de carvalho dos generais.

A reconstituição de nossa passada indumentária militar é absolutamente imprescindível a qualquer obra de arte sobre a vida militar — ilustrações de livros, decorações, quadros históricos, retratos, painéis, estátuas, monumentos. Numa obra bem documentada, os pintores e escultores encontrariam os elementos informativos necessários aos seus trabalhos. O mesmo se pode dizer em relação aos escritos literários. Essa documentação é hoje bastante incompleta, sobretudo quanto aos pormenores.

* * *

As guerras internas precederam no Brasil às externas. Há bastante o que aprender nas investidas para penetrar o território e vencer o índio e o meio hostil: *guerras de corso e guerras de morte*. A defesa do país da cobiça estrangeira demonstra a nossa capacidade combativa e encerra profundas lições morais e técnicas. Os franceses são expulsos pelas armas da Guanabara e do Maranhão. Em 1603, Pêro Coelho de Sousa tomou, usando da antiga *tortuga* romana, os entrincheiramentos dos franceses na Serra da Ibiapaba. Um século mais tarde, combate-se contra Duclerc. Ainda não foi traçada minuciosamente a ação de Pedro

Teixeira, assaltando e tomando os fortins inglêses da foz do Amazonas. A guerra holandesa é a nossa maior epopéia. Nos Guararapes, travam-se duas batalhas em que predominam e vencem tanto a bravura dos brasileiros quanto a sua tática. E as invasões castelhanas no Sul obrigam as nossas tropas milicianas ou de linha a movimentos merecedores de atenção, estudo e comentário.

Aos nossos cabos-de-guerra, nessas pugnas, se emparelham os cabos-de-guerra estrangeiros como Bagnuolo ou Bohm.

Em consequência da expulsão dos holandeses, são tropas do Brasil que vão lançá-los fora da África em duas expedições sucessivas: a de Francisco de Souto Maior e a de Salvador Correia de Sá e Benevides.

* * *

Tropas movimentam-se em duas épocas distanciadíssimas para destruir focos de fanatismo e desordem na vastidão dos sertões. As duas expedições poderão ser fontes admiráveis de ensinamento para qualquer campanha sertaneja. Bandeiras e Terços marcharam contra os quilombolas dos Palmares. Divisões e brigadas marcharam contra o arraial do Conselheiro. E esta última marcha inspirou as páginas imortais de Euclides da Cunha.

* * *

Nessa recapitulação, considerar-se-ão sòmente das lutas civis aquelas em que houve importantes movimentos de tropas e ações de envergadura, deixando de parte as simples rebeldias e os pronunciamentos ou quarteladas, sem maior significação. Não faltaram êsses característicos à revolução de 1817, ligada à de Gomes Freire em Portugal, nem à de 1824, na qual o Brigadeiro Lima e Silva, pai do futuro Duque de Caxias, realizou uma verdadeira marcha de flanco sôbre o Recife, deixando os republicanos aferados à linha defensiva e histórica dos Guararapes.

Se na Cabanagem os combates se restringiram a um âmbito menor, na Balaiada a guerra civil alastrou por vastíssimas zonas. O gênio militar e político de Caxias pacificou os Balaios, depois de vencê-los. Venceu também os liberais de São Paulo e Minas.

Pacificou-os e acabou, depois do triunfo, pacificando os Farrapos, cuja revolta durou dez anos de alternativas de derrotas e vitórias. Todo êsse período ressoa ao galopar das cavalarias e aos gritos bravios dos entreveros.

A derradeira revolução do Império, a Praieira, passou dos combates de rua a uma verdadeira guerra sertaneja, a chamada guerra civil das matas.

No início da República, a revolta da Armada teve grande repercussão na história militar do país. Dela decorreu a Revolução Federalista, repetição mais curta do episódio farroupilha.

Os movimentos revolucionários do Acre, além dum gênero novo de combate, o da selva amazônica, obrigou a muitos deslocamentos de tropas federais.

Em 1924, a Revolução Paulista oferece-nos o exemplo do ataque em grande escala a uma grande cidade, duma retirada dos vencidos que não capitularam e de colunas volantes espalhadas pelo interior do território, as legais perseguindo as rebeldes em marchas e contramarchas sem fim.

Em 1930, são verdadeiros exércitos que se defrontam já, em virtude da revolução; em 1932, além duma campanha em várias frentes contra um grande Estado, apresenta-se, além dos problemas de retaguarda, que decidiram o pleito, o primeiro exemplo da ação coordenadora de um grande estado-maior norteado pelas modernas concepções da guerra.

A história de nossas guerras externas é uma floresta de exemplos e um inesgotável manancial de ensinamentos que ainda não exploramos como devíamos. Campanhas variadas ao Norte e ao Sul, implicando no uso de recursos diversos em meios diferentes. Concentração e preparo de elementos. Transportes por terra e por água. Manutenção de difíceis e longas linhas de comunicações e abastecimentos. Improvisações extraordinárias. Exploração hábil de vantagens. Luta contra fôrças irregulares e regulares. Guerras de usura, de posição, de movimento, de recursos. Retiradas estratégicas. Marchas de flanco. Desbordamentos. Rompimentos. Envolvimentos. Tôdas as modalidades da tática e da estratégia.

Se as lutas pela independência são relativamente rápidas e pouco cruentas, a conquista de Caiena é um ato de audácia e a da Cisplatina, com a expulsão de Artigas, um primor de técnica.

Se a expedição do Conde do Rio Pardo em 1811 preparou essa última conquista, sem passar de longo passeio militar, em Caseros a superioridade do comando e a do armamento de infantaria dá a vitória e em 1864 ensaia-se em Paissandu o prólogo da grande tragédia paraguaia.

Contra a Prússia sulamericana de Solano Lopez, o Império combate cinco anos de tôdas as maneiras. Invasão do território em dois teatros, resultante da ofensiva inimiga. Contra-ofensiva desencadeada para repelir o invasor, assediá-lo em Uruguaiana e pôr o pé no seu território. Batalhas campais sem grandes frutos. Imobilizações em linhas de trincheiras. Em Mato Grosso, retirada para a Laguna. No Paraguai, tentativa frustrada de desbordamento por Curupaiti.

A estratégia de Caxias muda radicalmente o panorama da guerra. Marcha de flanco sôbre Tuiú-Cué. Tomada do Taji. Passagem de Humaitá. Coordenação da ação naval e da ação terrestre; ensaio de ação aérea com o emprêgo do aeróstato.

Segunda marcha de flanco pelo Chaco e, em conseqüência, a *dezembrada*, verdadeira guerra-relâmpago: Itororó, Avaí, Lomas Valentinas, Angostura, queda do sistema defensivo do Piquissiri e entrada triunfal em Assunção.

Afinal, a campanha das Cordilheiras, em que o inimigo lança mão da guerra de recursos. Desbordamento das suas posições serranas com o acesso por Valenzuela, assalto da capital de emergência — Peribebuí, interceptação da retaguarda paraguaia em Campo Grande e perseguição dos derradeiros defensores do Supremo e dêle próprio até Cêiro Corá.

* * *

A organização dos comandos e dos estados-maiores, bem como os regulamentos de serviço e campanha formam a parte técnica da doutrina militar dum Exército. A legislação forma a sua parte jurídica.

Se essa doutrina é balbuciante nos primeiros séculos coloniais, já se apresenta com maior nitidez no tempo de D. João VI. Corporifica-se no Império. Os antigos Estados-Maiores de 1.^a e 2.^a classes e o denominado Corpo de Engenheiros compunham-se de oficiais cultos e profundamente conhecedores de todos os segredos de sua profissão, que honrariam qualquer exército. Na República, passada a época dos oficiais doutôres em matemáticas e história, veio a que tem produzido inúmeras capacidades de primeira ordem. O nível da cultura militar continuou sempre em ascensão.

O primeiro parecer favorável ao contrato duma missão militar francesa foi dado por mim, como deputado e membro da Comissão de Marinha e Guerra, em 1917. Será interessantíssimo conhecer por miúdo a situação da missão, as reacções que provocou e os resultados que produziu.

De todos êsses dados se poderá inferir o que de realmente brasileiro, isto é, original existe na nossa doutrina militar.

Os grandes vultos militares concisamente biografados formarão uma respeitável e solene galeria de exemplos vivos de bravura, lealdade, competência, espírito de sacrifício, compreensão do dever e amor à Pátria. Heróis da guerra holandesa, como Matias de Albuquerque, Vieira, Barreto e Negreiros; soldados coloniais, como Rafael Pinto Bandeira ou Joaquim Xavier Curado; soldados imperiais como Lecor e Sêrro Largo, Bento Manuel e Bento Gonçalves, João Propício e Davi Canabarro, Osório e Pôrto Alegre, Sampaio e Tibúrcio, Polidoro e Argôlo, Andrade Neves e Câmara; Soldados da República, como Fleriano e Decodoro, constituirão o concílio presidido pela Espada do Império, pelo Condestável do Brasil, Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias.

* * *

A tradição e a glória são as duas colunas que sustentam um Exército. Uma tradição êle traz consigo mesmo expressa na sua organização, na sua indumentária, na sua doutrina, no seu espírito. Outra o cerca na memória dos povos. Essa é o folclore militar: episódios que não estão na história, recontos individuais, reminis-

cências de famílias, notas particulares, lendas, canções, cantigas, trovas, anedotário.

Já tentei uma vez reunir o material folclórico sôbre a guerra do Paraguai e vi que era rico, mas que exigia um tempo de que eu não dispunha. A minha tentativa restringiu-se a meia dúzia de artigos no *O Jornal*.

A glória dum exército concretamente se mostra nos seus troféus de guerra. O Museu Histórico Nacional está cheio dos que nossos soldados conquistaram nas guerras passadas: armas, bandeiras, tambores, fardamentos. Entre êles, a espada de Solano Lopez. Expõem-se em memória de altos feitos e até como preito à bravura dos vencidos. Recordam episódios e homens. Confirmam suas gloriosas ações. Tentar restituí-los a quem os perdeu é um crime, pois a geração presente não pode dispor do que pertence a gerações mortas.

O sinal aparente da glória nos militares são as medalhas e condecorações. Aquelas marcam as etapas e os feitos culminantes das campanhas. As nossas Ordens Militares antigas são na América as únicas que vêm da Idade Média e atravessaram o Atlântico nas caravelas e naus dos descobrimentos: Cristo e Aviz. Infelizmente, essas duas tão longas e venerandas raízes foram cortadas pela República.

* * *

O Catálogo, completo tanto quanto possível, do que se tem publicado no Brasil sôbre coisas militares dos três principais pontos de vista, — técnico, histórico e literário, da autoria de profissionais ou de curiosos e diletantes, permitiria conhecer a quantidade dessas obras com indicações sôbre sua qualidade. Facilitaria grandemente as consultas e buscas de informações, bem como daria uma visão da importância das forças armadas e da vida militar no panorama nacional.

* * *

A obra que assim esquematizamos, fazendo rapidamente uma recapitulação abreviada da história de nossas forças armadas de terra poderia ser tarefa cometida à Biblioteca Militar, dotada de

recursos para tanto e tendo um prazo marcado de cinco anos no mínimo e dez no máximo para sua integral execução. Custaria muito trabalho, muita dedicação, muito estudo, muito tempo e muito dinheiro, porém, estou certo, marcaria uma época e ficaria sendo uma verdadeira Enciclopédia do Exército Brasileiro.

A sugestão aqui fica lançada como uma homenagem às classes armadas. A da criação dos Dragões da Independência levou dez anos para realizar-se. Esta talvez leve mais. Esquecido vi a realização da primeira. Talvez já esteja morto quando se realize a segunda. Que importa! Quase sempre a árvore que plantamos dá sombra a outros. Quem trabalha para a sua Pátria não pensa no salário. Todos nós passamos. O Brasil fica. Todos nós desaparecemos. O Brasil fica. O Brasil é eterno. E o Exército deve ser o guarda vigilante da Eternidade do Brasil.

GUSTAVO BARROSO

MUSEU ERGOLÓGICO BRASILEIRO

O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS FOLCLÓRICOS EM NOSSO PAÍS — UM ESQUEMA ERGOLÓGICO — OUTRAS NOTAS

Um dos capítulos mais interessantes da demopsicologia ou folclore é, sem dúvida, aquêle que os eruditos denominam "ergologia" e que tem sido, pelo menos entre nós, o menos estudado de todos. Entende-se por "ergologia" a parte da vida popular que envolve valores úteis ou artes de utilidade: cozinha, ofícios manuais, profissões rústicas, etc. Assim encontramos nesse capítulo folclórico brasileiro uma riqueza formidável desde os alimentos, com suas receitas de pitêus ou doces de origens as mais diversas — monacais, africanas, árabes — até as obras dos fazedores de balaios, dos oleiros, dos santeiros, dos carapinas, dos construtores de casas de farinha, de engenhocas, de bangüês, de cêrcas e de embarcações, desde os fazedores de tabuleiros, de aluás e gengibirras até os entalhadores de figuras de proa dos barcos fluviais, os armadores de barcaças, os arquitetos de prensas e bolandeiras. E mais: a descrição e a tecnologia dos próprios artefatos e produtos. Fui dos primeiros no Brasil a tentar alguma coisa nesse sentido em meus livros sobre folclore, especialmente nas pranchas finais do "Colunas do Templo", dedicadas à tecnologia da jangada, do carro de bois e da curiosa heráldica sertaneja dos ferros e sinais de orelhas, para marcar o gado e as miunças.

Em geral, os estudos folclóricos unicamente se limitam às manifestações da vida espiritual pura. Um estudioso argentino fêz a propósito esta observação: "Uma das raízes que dão vida ao es-

tudo do folclore é a nostalgia com que as classes superiores da sociedade voltam o olhar para a vida rústica e, inclusive, para os povos situados à margem da civilização, embora estes, de modo geral, somente ofereçam desilusões aos românticos que se aproximam de sua existência, em busca de oásis de simplicidade e ditosa despreocupação. Contudo, essa nostalgia, à qual muito deve o folclore e também a etnografia, fez com que se desenvolvesse, embora de modo sumamente unilateral, o estudo das tradições populares. Em verdade, como a arte é mais acessível ao gosto ou ao diletantismo do público urbano e como a arte popular se resume por excelência no triângulo *MÚSICA — DANÇA — POESIA*, a maioria, quando não a totalidade virtual das investigações folclóricas, é primordialmente levada a cabo nesses três setores da cultura, aos quais se devem acrescentar o da narrativa em prosa, o dos provérbios, o das adivinhações e o das superstições. O que finalmente se denomina vida espiritual ou *cultura animológica*."

Temos, pois, em face dessa clara exposição do assunto, o esquema duma divisão da ciência folclórica em duas partes principais: a *animologia* ou a referente à alma, ao espírito: costumes, usos, cerimônias, ritos, fórmulas de vida, contos, cantos, músicas, danças, anexins, parêmias, jogos, pulhas, adivinhações, apólogos, fábulas, etc.; e a *ergologia*, ou a que diz respeito aos "Valores de utilidade, desde os alimentos e os modos de prepará-los até os ofícios manuais como os de trançador de couro, prateiro e profissões rústicas, algumas muito originais como as de domador, rastreador, cantor e curandeiro", segundo a lição argentina do *Boletim do Departamento de Folclore da Corporação Universitária dos Cursos de Cultura Católica*.

É justamente a parte ergológica a que permite a boa organização dos museus folclóricos, do ponto de vista da impressão causada, como os que já tive ensejo de visitar em Estugárdia com a arte da moradia e do mobiliário dos campônios da planície e das serras, em Póvoa do Varzim com a arte da embarcação e da pescaria nas costas de Portugal. Que riquíssimo museu se poderia organizar com a ergologia brasileira, abarcando os valores de utilidade do nosso povo de norte a sul, englobando as nossas artes populares e permitindo sôbre elas estudos e publicações como os que

— exemplo magnífico — têm sido executados sob inspiração e direção do governo mexicano!

A área dum museu ergológico abarca as seguintes matérias: mobiliário, alimentação, indumentária, moradias, arte naval, transportes, medicina, tecidos, tintas, decorações, esteiras, cestos, cerâmica, brinquedos, arreios, entrançados de couro, obras de chifre, objetos de tartaruga, escultura, carpintaria, trabalhos em madeira, artefatos em cobre, curtume, pescaria, ourivesaria, prataria, ferraduras, marcas de gado, etc. etc.

Um museu dessa espécie poderia ser dividido em setores relativos às regiões características do Brasil: Amazônia, Nordeste, São Francisco, Centro-Sul, Oeste, Planalto Paranaense, Vale do Itajaí, Pampa. E nêle se poderiam ver as artes e ofícios tradicionais da nossa gente, bem como estudar sua origem, evolução e finalidades. Através dêsses produtos de utilidade, palpitará em verdade a vida dos paroaras e maranhotos, dos vaqueiros e seringueiros, dos piauizeiros e cabeças-chatas, dos romeiros e jerimuns, dos praieiros e sertanejos, dos jagunços e capixabas, dos goianos e piraquaras, dos matutos e caipiras, dos tabaréus e barrigas-verdes, dos cariccas e gaúchos. A paisagem da vida brasileira, da verdadeira vida popular e tradicional que o bulício e o cosmopolitismo das cidades nos faz esquecer, se apresentaria nas suas variadas formas como se segue:

1 — ARTE DA HABITAÇÃO

1 — *Materiais de construção*: ramos, palhas, madeiras, barro e pedra; a caieira, a olaria e a pedreira.

2 — *Habitações típicas do campo e das praias*: palheiros, choças, barracas, cabanas de pescadores e casas de colonos; senzalas; o engenho, a fazenda, a estância, o seringal, a fazendola, o sítio e a chácara.

3 — *Habitações típicas dos aglomerados urbanos*: casebres, mocambos, barracões, telheiros, casas de oitão e de tacaniça; de meia-água e de duas águas ou de água inteira; de meia morada,

de morada inteira e de duas moradas; quartos, casas térreas, abaracadas, de sótão e de sobrado.

4 — *Tetos*: de palha de catulé, de coqueiro e de carnaúba; de sapé e de fôlhas; de madeira, de zinco, de lata ou de telha de canal, com platibanda e calha ou com jacarés, biqueiras, bicas, beiras e sub-beiras; telhas reviradas, de beiral e de cumeeira; chaminés e algerozes.

5 — *Pisos*: de terra batida, de empedrado, de seixos, de lajeotas, de assoalhos, de tacos, de ladrilhos retangulares ou oitavados e de tijolos espinhados à maneira árabe.

6 — *Paredes*: de bagaço de cana, de palha entrançada, de lata, de pau-a-pique, de sopapo, de barro, de taipa, de adôbe, de pedra sôlta, de canjicado grosso ou fino, de uma vez ou de vez e meia e duas vêzes, de tijolo vermelho ou de tabatinga.

7 — *Esboços e rebocos*: picado ou caiado, liso ou guarnecido, estampado ou encascado, com ou sem barras de alcatrão.

8 — *Esquadrias*: portas e janelas de talos de carnaúba ou de madeira; marcos e portais; cantoneiras e batentes; almofadados e rótulas; bandeiras de portas e lambrequins de fachada.

9 — *Ferragens*: fechaduras de broca, aldrabas, fechos, ferrolhos, trancas, visagras, dobradiças, gonzos.

10 — *Interiores e dependências*: alcovas, camarinhas, salas, corredoreis, cozinhas coloniais, cozinhas rústicas e cozinhas das velhas casas de cidade com seus fogões de alvenaria, de borralhos em arcada e fornos em abóbada; pátios e terraços; varandas e sacadas; tijupares, copiares, alpendres e latadas.

11 — *Aglomerados urbanos*: becos, ruas, largos e praças; pelourinhos, capelas e igrejas; adros e escadarias; calçamentos e capistranas; coxias e valetas; pontes e muros.

12 — *Casas de fábrica*: a casa de engenho, a casa de farinha, da bolandeira e os moinhos.

13 — *A defesa das terras*: peões e marcos; muralhas, valos e valados; sebes de espinheiro e de bambu; fossos com água; cêrcas de pau-a-pique espontado ou aparado; cêrcas de arame, de caçara, de tesoura, de quebra-dedo e de faxina.

II — ARTE NAVAL

1 — *Embarcações típicas do mar e dos rios*: igarités, ubás, vigilengas e montarias; balsas, jangadas, paquêtes e botes; canoas, bateiras e lanchas; alvarengas, saveiros e faluas; cúteres, iates e barcaças.

2 — *Velame*: velas de jangada e de saveiros, velas redondas e latinas, catitas e coringas, brancas ou tintas de murici.

3 — *Apetrechos*: âncoras e cordagens; carningas, jacumãs, toletes, palamentas e zingas; cordas e cabos; poitas e tauaços, lemes e quimangas.



Projeto duma casa brasileira, tipo colonial, de Alexandre R. M. Machado e José Washé Rodrigues. Abundância de elementos ergológicos a serem colhidos



Abundância de elementos ergológicos

III — ARTE DA PESCARIA

1 — *Barcos de pesca*: a jangada com seus pertences; as canoas com suas rédes.

2 — *Instrumentos de pesca*: tarrafas, arrastões e zangareias; currais, cercados e covos; puças, landuás e gererês; bicheiros, pinambabas e samburás.

IV — ARTE DA CAÇA

1 — *Armas de caça*: arcos, flechas, bestas, bodoques, estilingues e baladeiras; bacamartes, garruchas, lazarinas e lacambéches; armas de fogo mais modernas.

2 — *Apetrechos de caça*: patuás, chumbeiros, polvarinhos e palanquetas; pios de nhambu.

3 — *Armadilhas de caça*: esparrelas e arapucas; fojos e laços; mundéus e quixós; esperas e sequis; cacuris e cacumbis.

4 — *Cães de caça*: pateiros, perdigueiros, veadeiros e paqueiros.

V — ARTE DO PREPARO DE ALIMENTOS

1 — *Peixes, crustáceos e mariscos*: ovas de tainha e de camorupim; camorupins, pirarucus e xancaronas sêcas; curimãs e curimatãs salgadas; conservas de sururu; peixes de fumeiro; camarões secos; mixiras.

2 — *Carnes e caças*: chouriços, lingüiças de corda; carnes de sol, jabá ou charque; tripa sêca; toucinho, avoantes e mocós salgados; paçocas.

VI — ARTES DOMÉSTICAS

A) *Culinária*:

1 — *Comidas*: abunãs, efós, abarás, acarajés, apetés, xinxins, tacacás, cuscuzes, vatapás, carurus, moquecas, sarapatéis e sarabulhos; feijoadas, fatadas, cozidos, mocotós, paneladas e frigideiras; angus, anguzôs, pirões, mingaus e farófias; picadinhos, ensopados, guisados, assados e refogados; empadas e empadões, pastéis e pastelões; aruanãs e tartarugas; arroz de cuxá, pitus, patas de caranguejo e guaiamum; cabidelas e virados; perus e capões; baião-de-dois, tubus e quibebes; lombos e pernis.

2 — *Sobremesas*: mungunzás, canjicas, canjiquinhas, compotas, cascões, amodas e cocadas; doces-secos e pés-de-moleque; ambrósia, belas-faces, pingos de ovos e babas-de-moça; beijos, quindins, queijadinhas e bons-bocados; bolos de puba, de tapioca, de milho e de aipim; pães-de-ló frescos e torrados; arroz de côco, arroz-doce e arroz de leite; filhós ou sonhos e fatias de parida; pamonhas e doces de leite; frutas sêcas e cristalizadas; doces de bacuri e de buriti, de copuaçu, pupunha, murici, bananadas, goia-

badas, tamarinadas-de-santarém e taperebá-do-sertão; melados e rapaduras batidas e de côco.

3 — *Biscoitaria*: sequilhos e fogosas, casadinhos e beijus, broas de milho e biscoitos de limão e de polvilho, bolachinhas e rôscas de goma, brevidades e rosquinhas, facões, paciências e mentiras.

4 — *Balas*: alfeolos e alfenins; queimados e confeitados; balas e rebuçados; pirulitos e puxa-puxa.

5 — *Bebidas*: açãizadas, aluás, cambicas, acaças, gengibirras, mocoiorós, licores de figo, de rosa, de leite, de piqui, de jenipapo e de jabuticaba; garapas, garapadas, cajuadas e laranjadas; meladinhos, caxiris e caçumas.

6 — *Condimentos*: pimentas, louros, cominhos, molhos de jiquitaia e de tucupi; azeite de dendê.

7 — *Instrumentos culinários*: panelas de barro, de ferro ou de pedra-sabão; caçarolas, frigideiras, assadeiras, cuscuzeiros e fogareiros; escumadeiras, colheres, conchas e batedores de pau; pilões, peneiras, fôrmas, ralos, carretilhas, gamelas e caburés; grelhas, trempes e espetos; tábuas de picar carne e de fazer balas; rolos de massa.

8 — *Apresentações decorativas*: papéis recortados, encanudados e frisados; atilhos de roletes de cana, saquinhos de pipocas, canudos e cartuchos; cestinhas e maços de queimados; rosários de catulé; pratos ornamentados com açúcar; desenhos e letras com canela; ramilhetes e grinaldas de alfenim.

B) *Fiação e Vestuário*:

1 — *Fiação*: rocas, fusos, lançadeiras, agulhas e teares; fios, novelos, pavios e punhos de rêde.

2 — *Tecidos*: panos crus e inteiros da terra e da Costa; lençóis e colchas; fiangos e rêdes de dois panos e de pano inteiro; malhas e crochês.

3 — *Costura*: cortes, alinhavos, pespontos, chuleios e perfilados, casas, ilhós, bainhas, babados, franzidos, pregas, machos e ninhos-de-abelha; blusas de taco e colchas de retalhos; cabeções,

anáguas, calçolas, corpinhos, camisas, camisolas e timões; colêtes, calças, sutambaques e chambres; bombachas e hoccas-de-sino; batas e ceroulas; saias de cima e aventais.

4 — *Fazendas*: chitas-de-ôlho e de ramagens; velbutinas e chamalotes; alpacas e tonquins; duraques, gorgorões e madraustos; cassas, esguiões e bretanhas.

5 — *Bordados*: labirintos, crivos, barafundas, richelieus, cheios, matizes e bordados a contas, cabelos, ouro, floco e sutache.

6 — *Rendas*: rendas, bicos e trutus; varandas de rêde e puçás; almofadas, espinhos de cardeiro, bilros e papelões com os motivos clássicos da estrêla, da rosa, dos bonecos e da baratinha.

7 — *Adornos*: lenços-de-alcobaça, mantilhas, xales, ventarolas, leques, fivelas e botões; grampos, pentes, travessas, marrafas e trepa-moleques.

C) *Iluminação*:

1 — *Velas*: panelas de bico para derreter sebo ou cêra de carnaúba, tabuleiros furados para enfiar os canudos ou fôrmas de fazer as velas; fôrmas de fôlha-de-flandres; pavios de algodão; palmatórias, castiçais e lanternas.

2 — *Óleos*: azeite de carrapato ou mamona; óleo de peixe e querosene ou gás; chumaços e pavios; candis e candeeiros; candeias e filós, lamparinas e lampiões.

VII — ARTES DO ARTESANATO

1 — *Cutelaria e armaria*: quicês, pajeús, canindês, parnaibas, punhais, facões e facas de arrasto; cabos, lâminas e enterçados; choupas de lança e agulhões de carreiros; aproveitamento de armas brancas antigas e fabricação de armas de fogo.

2 — *Malaria*: bôlsas, bruacas, malotes, baús, aratacas, canastras, malas de pregaria e de couro cru.

3 — *Serralharia e ferraria*: ferraduras, bridões, bridas, e cabeções; trancas, dobradiças, chaves e fechaduras; enxadas, pás, alviões e cavadores; rosetas de esporas e chilenas; ferros de marcar

o gado e guarnições de rodas de carroça; busca-vidas, ganchos e armadores de rede; correntes e carretéis de cacimba; marrêtas, marretões e alavancas; ferros-de-engomar.

4 — *Joalheria*: adereços, figas, dentinhos encaستoados e olhos-de-santa-luzia, balangandãs e apeiros; resplendores de santos, São Brás e São Bento; argolas, argolões, memórias e brincos; bra-



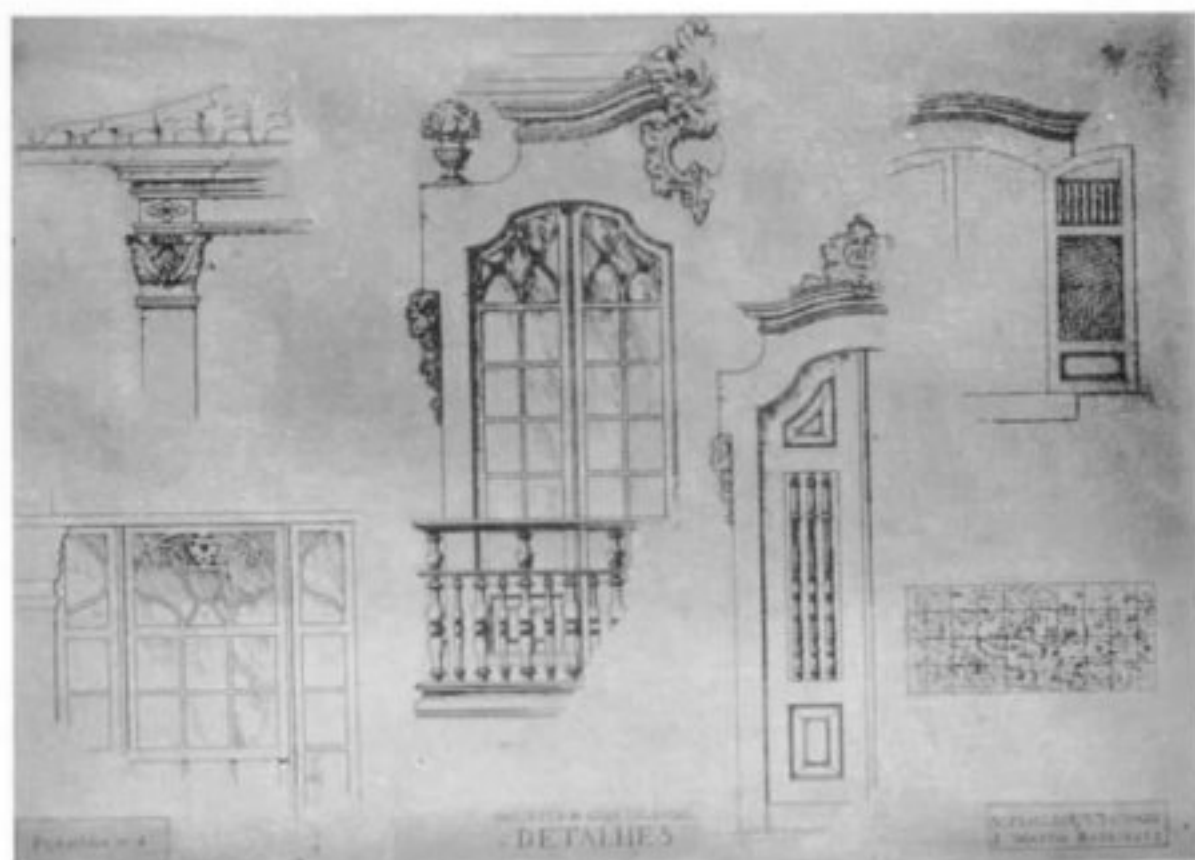
Vestíbulo da casa brasileira de A. R. Machado e J. Washi Rodrigues. Elementos ergológicos em mobiliário e alfaias

celetes e pulseiras; patinhas de besouro e dentes de cobra; moedas-berloques e medalhas; cachinhos de cabelo e botões de corrente ou de pé; cordões, correntes e correntões.

5 — *Cerâmica*: panelas, chaleiras, caburés, alguidares e fogareiros de barro; pratos, copos e tijelas; quartinhas, bilhas e moringues; figuras antropomórficas ou zoomórficas para paliteiro ou brinquedo de criança; talhas, porrões, jarras de água e potes vidrados; botijas e botijões; vasos de plantar, formigueiros e fôrmas de açúcar e alambiques de barro; urinóis; pombas de telhado.

6 — *Imaginaria*: imaginários ou santeiros e encarnadores; oratórios, passos e presépios; imagens inteiras e de roca ou de vestir; santos do pau furado e carneirinhos de São João; São José de Botas; imagens de pedra-sabão, de barro e de madeira; cruzeiros e crucifixos; bandeiras de novenas, ex-votos e sairés.

7 — *Selaria*: selas, selas-de-campo, silhões, ginetes, lombinhos, socados e socadinhos; arções e cabeçotes; arreios e cabrestos



Pormenores da casa brasileira do projeto de Alexandre R. M. Machado e J. Washt Rodrigues.
Elementos ergológicos de várias espécies

de rêlho ou de crina; bridas e cabeções; rebenques, açoiteiras e peia-bois; mantas, badanas, caronas e pelegos; loros, rabichos; rabi-cheiras, silhas, chinchas e peitorais; selotes e cangalhas; atavios de burra-madrinha; alforjes e coldres; laços e boleadeiras; surrões, véstias e guarda-peitos de vaqueiros.

8 — *Carpintaria*: porteiras, cancelas e matabus; cambões e cangas; cambitos e paus de cangalha; cumeeiras, têrças, virgens, escoras e tesouras; esteios e mourões; catres, cavaletes e jiraus;

forquilhas de dois ou três ganchos; paus de carregar peixe; cata-ventos e caixas de engraxate.

9 — *Marcenaria*: bengalas de muirapinima, canela de veado, jucá e jacarandá; tabuleiros, caixas e caixinhas de segredos; lavrados, entalhados, recortados, torneados e embutidos; mesas e mesinhas; tripeças e cadeiras; arcas de ximbó e cômodas de gavetas; camas e armários; torneiras ou cabides de tornos; corrimãos e balaustradas; lambrequins de chalé; grades, tamboretas, mochos, bancos furados, bancos de jarra e bancos de sentar, de carapina e de sapateiro.

10 — *Sapataria*: alpercatas, chinelos, coturnos, botinas, borzeguins, perneiras, botas de couro cru; saltos, meias-solas e solas inteiras.

11 — *Funilaria*: latas e bacias; jarros e regadores; chuveiros e banheiras; latões e baús; calhas e jacarés; funis, canecas, canecos e canecos de cabo; gaiolas de periquito e gaiolas de papagaio; ventoinhas e cataventos de brinquedo; tijelinas de seringueira e furadores de sacos.

12 — *Cordoaria*: cordões, poitas, cordas de tucum, de carnaúba, de malva, de cabelos e de crinas.

13 — *Tanoaria*: pipas, barricas, quartolas, tinas, barris, barriletes de carregar água, baldes.

14 — *Cestaria e tecidos de fibras*: paneiros, cêstos, cestas, urus, jacás, balaios e mocós; tapumes e esteiras; cêstos de corda; chapéus lisos e de casco-de-peba; forros de cangalha; urupemas, pe-neiras e cessadores; vassouras de carnaúba e piaçava; espanadores e caçuas.

15 — *Barbearia*: escovinhas, môscas, passa-piolhos, costeletas, peras, cavanhaques, andós, soças, nazarenas, bôcas de ninho, barbas de bico, de pontas, à brasileira, inteira; cacheados, frisados, lisos; óleo de erva de babosa, tônicos vegetais e banhas de cheiro.

16 — *Carreiro*: o carro de bois, a liteira, a cadeirinha e seus pertences, paus de rêde com seus prendedores.

17 — *Foguetaria*: ronqueiras, morteiros, fogos de vista sem ou com movimento; foguetes, foguetes de lágrimas ou de assobio,

rojões; busca-pés com estouro ou de limalha; espadas e rodinhas; traques-de-velha e espanta-coiós; bombas, chuveiros, pistolas e cabeças de negro.

VIII — ARTE DAS REPRESENTAÇÕES

1 — *Lapinhas*: presépios animados, presépios de sombra e lapinhas; pastorinhas e bailados.

2 — *Carnaval*: frevos, maracatus, ranchos, cordões e préstitos.

3 — *Autos*: o bumba-meu-boi, os fandangos, os congos, reisados e cheganças.

IX — ARTE COREGRÁFICA

1 — *Danças*: baianos ou baiões; cateretês e sapateados; maxixes e embigadas; puladinhos e corta-ventos.

2 — *Bailados*: dança das flores, dança das fitas, côcos, contradanças e quadrilhas matutas.

X — ARTE DOS MECANISMOS

1 — *Peças motoras*: rodas de água, cataventos, bolandeiras, rodas de manivela.

2 — *Peças movidas*: moinhos, caitetés, engenhos.

3 — *Mecanismos simples*: monjolos, bangüês e cegonhas.

XI — ARTE DA DESTILAÇÃO

1 — *Aguardentes*: cachaças, caninhas, cumbes, paratis e laranjinhas.

2 — *Vinhos*: de caju, de laranja, de jenipapo.

3 — *Licores*: de piqui, de leite, de jabuticaba.

XII — ARTE DA FEITIÇARIA

1 — *Ritos*: macumbas, candomblés e pajelanças; altares, orixás, maracás, tambores, espadas, ventarolas e conchas.

2 — *Tipos*: feiticeiros, curandeiros, benzedores e pais-de-santo.

3 — *Feitiços*: despachos, caborjes, mandigas e patuás.

4 — *Talismãs*: orações-de-trás-da-porta, amuletos, bentinhos, ferraduras, ovos, chifres e cabeças de boi.

XIII — ARTE FUNERÁRIA

1 — *Enterros*: velórios, coroas, grinaldas, ramos, caixões de anjo, rêdes fúnebres, esteiras, mortalhas, anjinhos.

2 — *Sepulturas*: montes de pedras, cruzes de pau, telheiros de sepultura, campas e covas; letreiros, cemitérios e ornamentações de túmulos.

XIV — ARTES DA CRIAÇÃO DOS BICHOS

1 — *Pecuária*: marcas de gado, heráldica dos ferros ou marcas a fogo e dos sinais de orelhas; o giz; o couro de arrasto e os laços; currais, mangas e bebedouros; côres do gado; as miunças; pastos e cercados; boiadeiros, vaqueiros, cavalarianos, peões e alquiladores; os cavalos e seus pêlos; regras de Galvão; passo, chouto, trote, estrada baixa e alta, meio, marcha, baralha e esquipado, galope e corrida; ângolas de ensinar; alveitaria; tropas, comboios e boiadas; vaquejadas, rodeios e cavalhadas; vaqueiros, peões, rastreadores.

2 — *Apicultura*: os cortiços; os arapuás; jandaíras, canudos, mosquitos, mandaaias.

3 — *Passarinhos*: alçapões, visgos e gaiolas; os pássaros canoros e os pássaros ensinados; corruções ou sofrês, sabiás, graúnas e cupidos, cabeças-vermelhas e xexéus; araras, papagaios e periquitos.

XV — ARTES DIVERSAS

1 — *Instrumentos de música*: caxambus, cuícas, bombos e zabumbas; pandeiros e ganzás; violas, violões, cavaquinhos e rabecas; gaitas, buzos, berimbaus e marimbas; cornetins e pífaros; matracas e reco-recos.

2 — *Tintas rústicas*: murici, açafroa, jenipapo, urucu, e cajueiro-bravo.

3 — *Artefatos de cabaças e côcos*: cuias lisas, gravadas e pintadas, de asa, cuias de farinha, cuias de mate e cuias com ornatos de prata; cabaças ornamentadas ou simples; cuités e cumbucas; côcos lavrados com ou sem cabo.

4 — *Artefatos de chifre*: guampas, trompas, copos de dados, fichas, rebenques, bengalas, bichos ornamentais, caixinhas, cornimboques, cuias de farinha.

5 — *Artefatos decorativos*: flores de pano, de penas, de escamas, de conchas e de papel; borboletas, cadeias e bandeirinhas de papel de sêda; cascos de tatu forrados de sêda; miniaturas de navios, jangadas, carros de bois e casas de caboclos; navios, imagens e igrejas engarrafados; frascos com camadas de areia coloridas; ornato de madeira e de asas de borboletas.

6 — *Instrumentos de jôgo*: bagatelas, sapos, rodas da sorte, roletinhas, jaburus, cavalinhos; dados, rapas e gamões; marelas, onças e firos, bolas, petecas, pau-de-sebo, malhas e o jôgo do pato.

7 — *Brinquedos*: bruxas, bonecas, bonecos articulados; manja ou esconde-esconde; quadro-cantos, veadinho, bôca-de-forno, bengala, anel, senhora-dona-Cândida, casamento, de marré-marré-marré, ciranda-cirandinha, trapézio, balanço, João Galamarte.

8 — *Pesos e medidas*: litros de pau, varas, cövados, onças, alqueires.

9 — *Artefatos de tartaruga*: tabaqueiras, pentes, grampos, caixas, baüzinhos, cigarreiras, cabos, etc.

10 — *Artefatos de metal*: chocalhos e cincerros; tacos e caldeiras; castões e ponteiras de bengala; correntes de papaçaió; esporas, estribos e caçambas.

11 — *Artefatos de osso*: ornamentos, cabos de faca e de colheres, etc.

* * *

Apesar de extenso, é pálido êste resumo da nossa riqueza ergológica. Com êle aqui deixamos a idéia da criação de interessantíssimo e utilíssimo museu. Lancei a do Museu Histórico em 1911 e ela, após vinte anos de trabalho, é uma vigorosa realização.

Lancei em 1916 a dos Dragões da Independência e hoje é uma realidade gloriosa. Lancei em 1932, com a Inspetoria de Monumentos Nacionais, a da defesa do nosso Patrimônio Histórico e Artístico, e atualmente ele está defendido. Meus votos são pela realização desta, porque nossa ergologia, compendiada num museu tènicamente organizado e instalado, será inesgotável manancial de estudos e um admirável cartão de visita ao estrangeiro em nome de nossa peculiaridade nacional.

GUSTAVO BARROSO

OS MUSEUS E A GUERRA

Até hoje, na legislação de guerra das nações não se conseguiu estabelecer disposições seguras para a proteção dos monumentos artísticos e dos museus. A maior tentativa feita nesse sentido foi o chamado *Pacto Roerich*, recomendado às Repúblicas do nosso continente, pela 7.^a Conferência Panamericana. O referido Pacto estipulava em seu art. 1.^o o princípio absoluto da neutralização daqueles monumentos e dos museus, o que encontrou decidida oposição da parte dos organismos militares, visto como essa inviolabilidade poderia comportar, conforme as circunstâncias, uma como defesa indireta de objetivos militares desta ou daquela natureza, sites nas proximidades dos pontos declarados neutros. Aliás, as disposições do Pacto Roerich já tinham sido de melhor modo codificadas em 1923 pela Comissão de Juristas da Conferência de Washington, sem que isso produzisse resultados práticos.

Comentando o assunto num ótimo relatório apresentado em 1936 à Junta de Direção da Repartição Internacional de Museus da Sociedade das Nações, o Sr. Carlos de Visscher escrevia: "O exame minucioso das diversas objeções à questão de proteção internacional dos monumentos e obras de arte em tempo de guerra tem a vantagem de pôr a mesma no terreno em que possa receber uma solução. Tôda regulamentação internacional a respeito deve inspirar-se numa concepção francamente realista. Só é logicamente concebível e praticamente aceitável pelos Estados, na medida em que não entre em conflito com um interêsse militar previsível. O interêsse dos beligerantes marcará o limite de sua ação. Uma regulamentação que lhes tire todo e qualquer pretexto para

o ataque a monumentos históricos e obras de arte tem probabilidade de ser respeitada. O problema resume-se, pois, em saber a medida dentro da qual seja praticamente possível assegurar aos monumentos históricos e obras de arte uma proteção baseada na ausência de qualquer interesse militar de pêsso em sua destruição. A dificuldade é incontestavelmente enorme. Reside no fato dos monumentos históricos ou edificios contendo obras de arte se acharem na zona das operações militares ou em sua vizinhança imediata, ou ainda que, estando situados a grande distância de tal zona, ficam ao pé de certos objetivos militares importantes, que os beligerantes precisam destruir. Reside também na necessidade de isolá-los do meio para neutralizá-los. Arriscam-se sempre pela sua posição e, sem serem visados diretamente, a partilhar a sorte do que os rodeia. E o perigo aumentou consideravelmente em face do vasto raio de ação da artilharia de longo alcance e sobretudo dos bombardeios aéreos. Assim, para se fazer obra útil é necessário ~~compreender~~ compreender tais dificuldades. Desprezando-as ou iludindo-as, resultará obra vã, que os Governos, guiados pela experiência, rejeitarão ou que, finalmente, não resistiriam à prova material”.

Dessa clara exposição se depreende o porque da variedade dos esforços para essa proteção fundada em preceitos jurídicos do Direito das Gentes. Esses esforços procediam da reprovação que suscita sempre na opinião do mundo civilizado o vandalismo guerreiro exercido em detrimento do patrimônio cultural dos homens. Essa reprovação atingiu ao ápice na guerra passada, provocando mesmo discussões entre os governos, o que provocou a resolução do Congresso de Washington em 1923, no seu famoso projeto de regulamentação da guerra aérea, e, depois, o Pacto Roerich. Tudo isso se fundamentava no inquérito feito pela Sociedade Holandesa de Arqueologia, de 1918 a 1919, devido à iniciativa tomada em 1915 pelos professores Moriand, de Genebra, e Velter, de Berna.

Em 1922, a Assembléia da Sociedade das Nações declarava que: “a mais segura garantia de conservação dos monumentos e obras de arte reside no respeito e amor que lhes dediquem os próprios povos e, assim, qualquer tentativa de regulamentação internacional em tempo de guerra encontrará sempre seu mais sólido ponto de apoio no constante interesse que por tãda a parte suscite

a conservação das manifestações artísticas e dos vestígios do passado. Por mais bem feita que seja aquela regulamentação, não resistirá à pressão das exigências militares, se não se basear moralmente numa opinião, que, felizmente, dia a dia se afirma mais consciente da alta significação humana dos testemunhos da civilização”.

† A memória sôbre o assunto, da citada Sociedade Holandesa de Arqueologia, concluíra com estas palavras: “A proteção das obras de arte exige uma mobilização que não pode ser improvisada, do mesmo modo que se não improvisa uma mobilização militar”.

Ora, não havendo nenhum acôrdo internacional efetivo sôbre essa proteção, não se podendo confiar nos dispositivos do Pacto Roerich, hoje esquecido e letra morta para os povos europeus, não se respeitando na guerra — como a experiência demonstra — as velhas prescrições das Convenções da Haia, resta unicamente aos povos ciosos da defesa de suas reliquias de arte e de história aquela mobilização a que alude o documento holandês, tendo-se em consideração a maior ou menor gravidade do perigo que ameace o que se deseja defender e os recursos de que se disponham para essa defesa.

Diante da ausência de eficaz proteção jurídica dos museus, considerados como monumentos e depósitos de obras de arte ou de reliquias históricas, que se verifica do exposto, resta sômente o remédio da proteção material a lhes ser dada pelo país a que pertençam. Estudemos, pois, êsse ponto.

Nas minhas viagens à Europa em 1918, 1919, 1931 e 1940-1941, sempre procurei, como estudioso do que se refere a museus, observar o que alí se praticava a êsse respeito em tempo de paz e em tempo de guerra. Representando o Brasil na Repartição Internacional de Museus da Sociedade das Nações, acompanhei os estudos que a mesma realizou exaustivamente sôbre a matéria. Demais, tenho vinte anos de direção de um museu e de leitura de obras técnicas sôbre a vida e a organização de institutos similares.

Na minha opinião, as medidas acauteladoras e defensivas devem basear-se em dois princípios:

I — Afastamento dos museus das zonas e objetivos de importância militar para o inimigo, maior ou menor, direta ou indireta.

II — Preparação de meios adequados para a defesa dos edifícios e das coleções nêles contidas.

Nem sempre é possível pôr em prática o 1.º item; mas é sempre possível executar o 2.º, dependendo essa execução dos recursos de que se queira dispor para realizá-la convenientemente.

Êsses meios são os seguintes:

1.º — Construção de abrigos subterrâneos a prova de bombardeio para guarda dos objetos que não sofram prejuízos pela falta de arejamento e temperatura adequada, com garantia efetiva contra roubos.

2.º — Remoção para lugar seguro, longe dos objetivos militares e dos centros populosos, dos objetos passíveis de deteriorização nos abrigos subterrâneos, feita tècnicamente e com aquela garantia.

3.º — Encaixotamento com embalagem especial para os objetos de natureza frágil, quer para serem guardados nos subterrâneos, quer para serem transportados.

4.º — Engradamento apropriado para telas e gravuras, com a finalidade de transporte.

5.º — Engradamento apropriado para vidraçaria, a fim de ser convenientemente guardada.

6.º — Desprendimento cuidadoso das grandes telas, de dimensão superior a 3 metros por 2, que, tiradas dos seus caixilhos, devem ser enroladas, com isoladores, em cilindros de madeira insuscetível de ser atacada pelos bichos.

7.º — Cofres de segurança nos abrigos, para a guarda de metais preciosos, prataria, joalheria, relojoaria, etc.

8.º — Defesa com sacos de areia dos objetos mais resistentes e que se não possam transportar.

9.º — Acondicionamento para maquetes de gesso e obras de estatuária.

10.^o — Os objetos de grande resistência, de ferro, aço e bronze, como canhões, podem ser conservados nos lugares em que se encontrarem.

Tôdas essas medidas demandam um preparo vagaroso e cuidadoso que exclui a improvisação. É aquela mobilização a que alude *in fine* o citado relatório dos técnicos holandeses.

(Sugestão apresentada ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde a 31 de outubro de 1941).

GUSTAVO BARROSO

ARQUITETURA NACIONAL

Em 26 de maio de 1921, há, portanto, 22 anos, sob o pseudônimo de João do Norte, Gustavo Barroso, depois Diretor do Museu Histórico, que seria criado pelo Presidente Epitácio Pessoa em agosto de 1922, publicou na primeira página do "O Jornal" do Rio de Janeiro o seguinte artigo, com o título supra:

"Dois polemistas exímios, os Srs. José Mariano Filho e Cristiano das Neves, têm discutido nesta primeira página do *O Jornal*, com verdadeira elevação de vistas, a questão da existência ou não existência duma arquitetura tradicional entre nós.

Partindo da base indiscutível de que nossos avós portugueses só nos legaram em edificação o estilo barroco-jesuítico, o primeiro acha, em resumo, que esse estilo tem tôdas as características necessárias e todo o prestígio possível para ser o estilo arquitetural representativo da raça e da nacionalidade, enquanto o segundo julga que êle não tem direito a representar nada disso, escorchando-o sem piedade. Ora, venho trazer a minha humilde contribuição ao assunto, embora divergindo de ambos os polemistas, profundamente.

Com efeito, não posso concordar com o péssimo conceito que o Sr. Cristiano das Neves faz do estilo barroco. Está claro que o não comparo em significação moral e social, em beleza de linhas e de expressão, em simbolismo e grandeza, com os grandes estilos arquiteturais religiosos ou leigos: o Gótico, o Clássico do Renascimento ou os Clássicos antigos. Mas não posso, como artista, negar que tem altas qualidades e que possui força bastante para maravilhar os olhos e mesmo falar às almas.

O Baroco é um estilo de decadência, não há dúvida; porém a arte das decadências possui belezas sem par e, às vêzes, os gran-

des espíritos do mundo surgem justamente na vertigem dessas decadências. Quando o que decai foi grande lança grandes chamas ao bruxolear. Quem negaria a um Luciano de Samosata, espírito sintetizador da decadência greco-latina, o seu alto valor? Quem negaria a Anatole France, espírito representativo da decadência neolatina, a grandeza da sua manifestação? Por ser a decadência do velho Gótico nascido no centro da França, o Flamejante deixa



Igreja da Merceana, perto de Alenquer, Portugal. Exemplo típico da arquitetura religiosa portuguesa no século XVIII. A comparar com muitas de nossas igrejas

de encerrar grandes belezas? O Manuelino, que é a decadência do gótico-normando da Batalha e de Santa-Cruz, profundamente nacionalizado, com aportes do Oriente e do Renascimento, não tem características estéticas bastantes para ser alvo das garras de qualquer crítica apressada? Ainda não se encontrariam linhas e formas expressivas e belas no Rococó, que é a degenerescência do Baroco e teve a glória de provocar a nova reação clássica que produziu, para encanto do solhos e do espírito, o admirável estilo Luis XVI?

Não tem razão o Sr. Cristiano das Neves. O Baroco não é tão feio como êle o pinta, embora se tivessem desenvolvido dentro de suas regras fundamentais todos os germes de amaneiramento que já trazia consigo a arte acadêmica da Renascença e que, na pintura, por exemplo, tão fortemente se manifestaram na Escola de Bolonha.

O Baroco oficialmente nasceu em Roma, em 1598, com Bernin, que era pintor, e os arquitetos da época. Êsse mesmo Bernin trouxe-o para a França, na sua viagem de 1655, segundo afirma Bréhier no seu livro "*L'art chrétien*", editado em Paris por H. Laurens, em 1918. Da França êle se irradiou pela Europa, enchendo Dresda, Viena, Munique, Madrid e sobretudo Praga, capital da

Boêmia, que deve a êsse estilo arquitetural a sua maior beleza. O livro de Arno Novak, "*Prague-Baroque*" escrito em checo e traduzido em francês, é um hino cantado por um artista da palavra e



Porta da igreja do Carmo, em Ouro Preto, em estilo barroco,
de inspiração puramente européia

por um entendido a essa arquitetura cheia de nobreza e mesmo de sentimento dramático, embora decadente, em que dominaram com sua clara inteligência estetas como Lebrun e como Mignard.

Defendendo o Baroco, eu não teria a audácia de compará-lo com o Gótico — como significação religiosa, mas posso afirmar, apoiado nos melhores autores em arte arquitetural, que êle estava de acôrdo com a sua época, que êle exprimia os sentimentos da gente que o criou, que êle correspondia às necessidades de ordem

intelectual, moral e física do momento. Ora, quando um estilo assim se casa com seu tempo, não pode deixar de ter sua grandeza e sua elevação. Tõda arquitetura que resulta dessas condições espirituais, morais e materiais é grande. Só não há grandeza nem beleza nas impropriedades, nas adaptações e nas transposições feitas sem necessidade e sem alma. Mas, o Baroco tem alma, é o estilo de uma época interessante e é completo: há o edificio leigo e o religioso, a catedral e o palácio barocos, o objeto de prata cingelada e o quadro, a escultura e o vaso, o pano bordado e o móvel.

O Baroco foi sobretudo mundano e aristocrático. Diz Bréhier: "L'église ressemble à un salon". Essa arte, quer nas suas manifestações religiosas, quer nas seculares, tomou um as-



Nave da Matriz de Antônio Dias em Ouro Preto, com o soalho em campas e a obra de talha restauradas e tratadas pela Inspeção de Monumentos Nacionais, então a cargo do Dr. Gustavo Barroso

pecto altamente aristocrático. Ela exprimiu a hierarquia social dos soberanos mundanos, senhores de corpos e bens; dos soberanos religiosos, senhores das almas. Simbolizou o imperialismo aristocrático e clerical do século XVIII, aureolado de mundanismo e de elegância sensual. Foi um estilo a inspirar sonetos de Albert Samain.

Não se pode esconder que há nêle uma acumulação enfática de motivos e uma caprichosa irregularidade de minúcias; porém

Aspectos do famoso Santuário dos Remédios, em
Lamego, Portugal. A mesma inspiração do San-
tuário do Bom Jesus de Braga, mais ao norte. A
mesma, devidamente reduzida, em Congonhas do
Campo, Minas Gerais. Repare-se como as imagens
dos Apóstolos lembram os Profetas do Aleijadinho.



tudo isto é dominado por uma "nobreza exclusivista", na expressão de Arno Novak, que é, por certo, sua maior beleza. Os elementos mundanos só algum tempo depois d'ele nascido o invadiram, trazendo para a sua ornamentação os resquícios de uma vida sensual, veemente e complicada. Mais tarde, o Baroco ca?u definitivamente nas mãos dos Jesuítas. A esse respeito, eis algumas palavras de Bréhier: "Les excellentes humanistes qui sont les jésuites ont trouvé dans le programme d'instruction de leurs collèges la conciliation revêe entre les humanités et le christianisme. La mythologie a cessé de paraître dangéreuse, dès qu'elle n'a plus été qu'un décor banal destiné à faire valoir les scènes religieuses". Temos aqui, pode-se dizer, à mão, um exemplo dessa mitologia decorativa dos templos barrocos católicos: na igreja de São Francisco de Paula, sôbre um dos púlpitos, no meio de uma interessante flora de ornatos barrocos, surge nua e pagã, de seios erectos, a estátua da Verdade romana, erguendo nas mãos o espêlho simbólico.

O estilo religioso Baroco moldado pelas mãos dos Jesuítas, representativo da sua concepção tanto do templo como do céu, influenciou suas construções seculares sem deixar de ter sua alta nobreza e sua alta beleza. A Praga descrita pela terna emoção artística de Arno Novak, que é a cidade barroca leiga e religiosamente mais completa da Europa e quiçá do mundo, prova que o Baroco tem belezas admiráveis nos seus maravilhosos paços como o do Valdstyn, o Wallenstein da Guerra dos Trinta Anos, o de Clam-Gallas e o de Thun; nas estupendas igrejas jesuíticas, como a de São Nicolau, a de São Salvador e a do Loreto, e nos monumentos assombrosamente belos como o túmulo de prata de São João Nepcmuceno e a Grande Ponte ladeada de estátuas.

Os limites dum artigo não me permitem mostrar as belezas do Baroco com outros autores na mão e peregrinando por outras cidades. Detenho-me aqui para examiná-lo como *arquitetura tradicional brasileira*, segundo o quer José Mariano. Apesar do Baroco jesuítico que nos coube por sorte não ser dos melhores, pois é o vulgarmente chamado estilo D. João V, que se pode comparar, com relatividade, ao Luis XV francês, por ser expressão da mesma sensualidade decadente e da mesma abundância decorativa, eivada de chinesices, penso, sem a menor pretensão de impor a minha idéia,



Ruínas das antigas Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul. Tipo puro de arquitetura neoclássica do Renascimento. Tudo europeu.

que êle não pode ser representativo da raça e da terra, como se quer, porque se não nacionalizou.

Um estilo arquitetural só exprime a alma dum povo ou dum país, nacionalizando-se. É só se nacionaliza — di-lo Ruskin com sua incontestável autoridade — adotando a flora e a fauna do lugar onde se acha, em sua ornamentação. Quando o Gótico da Ilha de França emigrou para outras regiões, foi nelas se nacionalizando. Tornou-se gótico-feudal no Reno, gótico-municipal nas Flandres, gótico-eslavo ou gótico-magiar na Europa Central, gótico-nor-



Casa da Câmara de Vila Real de Trás-os-Montes, em Portugal.
A mesma inspiração na escadaria externa da Casa da Câmara
de Mariana, em Minas Gerais

mando nas abadias inglesas, gótico-oriental em Chipre, Manuelino-Português ou gótico-do-mar. O Baroco, onde quer que chegasse, também se nacionalizou: creio que se não poderão nunca confundir, como formas e expressões, as variações arquiteturais desse estilo produzidas em Roma e em Paris, em Praga e em Madrid, em Lisboa e na América Espanhola.

É sobremaneira curioso o modo por que o Baroco se nacionalizou no México e no Peru. Tanto num como noutro desses países, quando os Jesuítas o introduziram, encontraram as ruínas e outros vestígios da grande arte dos Incas e dos Aztecas. Sobre elas, muitas vezes, ergueram seus templos — como a igreja de São Do-

mingos sôbre o templo do Sol, em Cuzco. E tanto as formas vegetais e animais do país como o estilo ornamental dos indigenas se misturaram ao Baroco, produzindo uma série de obras interessantes, em maior quantidade no Peru do que no México. Neste, essa mescla, que formou um estilo nacional, se nota no Paço da Municipalidade, onde as



Rua Elias Garcia, antiga de Santa Maria na velha cidade de Guimarães, Portugal. A construção é idêntica à nossa, no mesmo tempo, de fins do século XVIII a meados do XIX. As mesmas vidraças de guilhotina, as mesmas bandeiras das portas, as mesmas proporções de claros e cheios, os mesmos balcões de ferro

palidade, onde as águias dos Toltecas e Aztecas abrem asas, tendo serpes nas garras, entre enroscados brotos de acanto clássico; na pletora decorativa do pórtico da Catedral; e, em reminiscência, no pedestal da grande estátua de Cuatemoc. No Peru, as manifestações são incontáveis. Quem quiser pode facilmente verificar que os ornatos em chimese das ruínas incaicas de Pachacamac, do palácio de Chan-Chan, perto de Trujillo, do palácio de Ollanta em Ollantaytambo, do palácio de Manco-Capac, em Cuzco, estão fielmente reproduzidos na ornamentação abundante das fachadas barocas da igreja de Chorrillos, destruí-

da pelos chilenos em 1881; da de Santo Agostinho, da de São Francisco; da residência do Marquês de Torre Tagle; da própria

catedral, em Lima; da igreja da Companhia de Jesus, em Arequipa, em cujo frontão uma imagem de santo se mostra sob as roupagens e a forma primitiva das velhíssimas estatuetas pré-incaicas; da igreja da mesma Companhia, em Pisco; do Claustro da Mercê, do convento de São Domingos e da célebre *Casa de las Sierpes*, em Cuzco.

Não sei por que os Jesuítas, tão hábeis em matéria de adaptação e nacionalização, que chegavam a criar em suas missões na Índia um verdadeiro budismo cristão, a fim de fazer o Evangelho entrar facilmente no espírito dos naturais, deturpação que a Santa Sé condenou, nada fizeram para nacionalizar o Baroco no Brasil, ornando-o com as infinitas formas novas de nossa fauna e de nossa flora, já que o nosso indígena não lhe podia dar os motivos artísticos do Peru e do México. As belas igrejas barocas da Bahia, do Rio e do interior de Minas Gerais são barocas tão somente; não são brasileiras, como são peruanas ou mexicanas aquelas tôdas que citei. E eis aí por que divirjo de José Mariano na aceitação dêsse *estilo colonial* como típico de nossa arquitetura nacional. Esta deve exprimir a alma da raça e as características do meio. Ora, o nosso Baroco só exprime o Portugal do tempo de Odivelas. Nacionalizemo-lo para adotá-lo como símbolo verdadeiramente nosso. Se os gregos tiraram o acanto de sua vegetação e o mesmo fizeram os artistas das catedrais góticas com a aquilégia, o arum, o aipo, a sorveira, o lúpulo, o brôto de carvalho e a parra, porque não encontrarão nossos artistas em nossa flora e em nossa fauna uma riqueza ornamental suficiente para nacionalizar um estilo — como fizeram os Padres da Companhia no México e no Peru".

* * *

Como se vê da transcrição aqui exatamente feita, nessa época travavam polêmica pela imprensa sôbre a denominada e já falecida *arquitetura colonial* o professor José Mariano e o arquiteto Cristiano das Neves. Aquêle defendia a tese da existência duma arquitetura colonial brasileira, de traçado baroco; êste condenava o mesmo estilo e não o admitia como representativo da nossa arte

em tempo algum. O Sr. Gustavo Barroso interveio no pleito com o artigo ora transcrito e que tem sido, com ou sem propósito, esquecido. Como hoje a tese que o mesmo artigo esposava é vencedora em tôda a linha e o ilustre mestre José Mariano a perfilha com o brilho de seu talento, é justo lembrar quem primeiro a expôs e defendeu há quase um quarto de século.

Suum cuique tribuere.

M. H. N.

UM VALIOSO PRESENTE PARA O MUSEU HISTÓRICO

Estêve ontem nesta redação o Tenente Fidêncio Lemos do Prado, glorioso veterano do Paraguai, residente em Ibituva, no Estado do Paraná, para onde regressa, via São Paulo, pelo primeiro trem desta manhã. Portador de um cartão de apresentação de nosso venerando compatriota o Sr. Senador Generoso Marques, o Sr. Tenente Fidêncio Lemos do Prado veio acompanhado de seu filho Joaquim Lemos do Prado e outro cavalheiro de suas relações, cujo nome infelizmente não retivemos. Esse velho e dedicado servidor da Pátria fêz tôda a campanha do Paraguai e está ainda forte e sadio, apesar de seus 78 anos de idade. A sua palestra é viva e interessante. Ama ainda hoje o Brasil com o mesmo ardente entusiasmo dos seus tempos de moço. Veio ao Rio de propósito para assistir às festas de Sete de Setembro. Imaginando encontrar aqui o Conde d'Eu, trouxe para oferecer ao Marechal da Vitória uma preciosa reliquia histórica que desde 1869 guardava religiosamente em seu poder.

Essa reliquia está encerrada numa caixa de madeira com esta inscrição em letras douradas: "À memória de D. Pedro II — O Valor e a Constância."

Trata-se de uma Bandeira Nacional do Império, e a história dêsse sagrado pedaço de pano é curiosíssima e altamente tocante. Vamos referi-la como no-la contou o simpático veterano :

"Quando o Exército Imperial entrou na cidade de Assunção, capital da República do Paraguai, no dia 5 de janeiro de 1869, não encontramos ninguém. A cidade estava deserta. Depois que aquartelamos, convidei o mestre de música Clarimundo José da

Silva e o corneteiro-mor Antônio Roberto e dirigimo-nos ao palácio do ditador Lopes. Ali chegados, penetramos no interior, não com a idéia de saque, mas para apreciarmos a beleza do edificio que pela sua arquitetura nos atraira a atenção. Encontramos em um compartimento um grande Arquivo velho, contendo muitos papéis de música. O mestre de música e o corneteiro-mor entretiveram-se em escolher êsses papéis, enquanto eu seguia em direção ao último andar, acabando por entrar em um gabinete, que era o escritório do Ditador. Ali encontrei uma bandeira brasileira estendida no soalho, na frente da cadeira do referido Ditador, servindo de tapête. Levantei-a e levei-a comigo. Seriam talvez quatro horas da tarde. Às 5 horas, apresentaram-se três paraguaios — Romão Braga, Oscalino Banio e João Martins, que faziam parte do piquête que acompanhava o Ditador e tinham ficado refugiados num arrabalde da cidade. A êsses três paraguaios inqueri como foi que Lopes obtivera aquela bandeira e os três me afirmaram que, quando os paraguaios haviam aprisionado o vapor "Marquês de Olinda", que levava a bordo o Coronel Carneiro de Campos para Mato Grosso, foram tiradas duas bandeiras do aludido vapor. Uma delas ficara no Quartel-General de Humaitá para tapête e outra viera para o palácio de Lopes na capital e destinada à mesma serventia.

Esta última, por mim achada nas condições que refiro, guardei-a na minha mochila e ninguém mais soube do fato além do mestre de música Clarimundo J. da Silva e do corneteiro Antônio Roberto.

Quando regressei do Paraguai, trouxe comigo a preciosa reliquia e a conservei com carinho em minha casa, como recordação do tempo em que, com meu sangue, defendi a minha idolatrada Pátria. O meu desejo era que êsse sagrado pavilhão me servisse de mortalha quando morresse: mas, vindo agora ao Rio assistir ao Centenário, trouxe a bandeira com o pensamento de oferecê-la ao Conde d'Eu. O Conde morreu antes de chegar ao Rio e eu, devendo regressar a Ibituva, onde resido, compreendo que o símbolo da Pátria merece figurar nalgum lugar onde todos possam vê-lo e venerá-lo. Aparto-me dela com infinita saudade e peço ao *Jornal do Comércio* que lhe dê o destino que achar melhor."

A narrativa comoveu-nos profundamente, como há de comover a todos os brasileiros que a lerem. Tivemos impetos de beijar a mão do modesto e glorioso veterano que soubera guardar tantos anos com devoção aquêlê abençoado pedaço de pano.

A bandeira e a caixa em que está encerrada ficam nesta Redação à disposição do Diretor do Museu Histórico recentemente fundado, o Dr. Gustavo Barroso.

Não queremos concluir esta notícia sem publicar a biografia e a bela fé de ofício do Tenente Fidêncio Lemos do Prado:

Fidêncio Lemos do Prado nasceu a 21 de setembro de 1844, na cidade de Curitiba, então Vila, Capital do Estado do Paraná, sendo filho legítimo de João Lemos do Prado e de Dona Rosa Bandeira, e tendo como avós, paterno, Francisco Lemos do Prado, natural do Estado de São Paulo e, materno, João Nepomuceno Pinto Brandão, natural de Portugal. Apresentou-se voluntário para seguir para a Guerra do Paraguai com 21 anos, 4 meses e 4 dias, no dia 25 de janeiro de 1865, ao então Presidente do Estado, Manuel Alves de Araújo, ficando aquartelado juntamente com os voluntários que se tinham também apresentado, fazendo parte dêsse contingente os irmãos 1.º Tenente Cristiano Plétz e 2.º Tenente Francisco Plétz; 2.º Tenente João Pichét; Mestre de música da Polícia, Clarimundo José da Silva e Antônio Roberto, corneteiro (convidados êstes últimos por êle Fidêncio Prado). Assumindo o Comando o Sr. 1.º Tenente Antônio João de Lira Flores, oficial honorário do Exército, permanecendo o contingente aquartelado e fazendo exercícios, na escola de Tiro, até o dia 1.º de março. Marcharam todos a 2 do dito mês para Antonina, onde embarcaram para o Rio de Janeiro. Ali chegando, aquartelaram no Campo de Santana. Criando-se nessa ocasião o 4.º Batalhão de Voluntários, aquêlê contingente ficou sendo a 1.ª Companhia do mesmo corpo.

“Fé de ofício: — José Maria Ferreira de Assunção, oficial da Imperial Ordem da Rosa, Cavaleiro da mesma, condecorado com as medalhas de prata das Campanhas do Uruguai e Buenos Aires, em mil oitocentos e cinqüenta e dois, do Uruguai em mil oitocentos e sessenta e cinco, do combate de Jataí, da rendição de Uruguaiana e com a de Mérito-Militar, Major da Arma de Infantaria e comandante interino do vinte e sete Corpo de Voluntários da Pátria.

Atesto que o oficial abaixo declarado tem no arquivo dêste corpo os assentamentos seguintes:

Quarta campanha. — Alferes Fidêncio Lemos do Prado foi incluído neste corpo, a oito de março de mil oitocentos e sessenta e cinco, vindo da Província do Paraná como Furriel, embarcou a nove de abril e desembarcou em Montevidéu, a dozenove, embarcou novamente em sete de maio e desembarcou em São Francisco do Uruguai a onze. Embarcou a primeiro de junho e desembarcou em Daimão a dois e baixou ao hospital a quinze; teve alta a vinte e quatro de setembro e ficou adido ao Sexto Batalhão de Infantaria. Apresentou-se a êste corpo, a vinte e quatro de outubro. Pediu e obteve baixa do pôsto a três de novembro, tudo de mil oitocentos e sessenta e cinco. Transpôs o Rio Paraná a dezesseis de abril de mil oitocentos e sessenta e seis e assistiu os combates dêsse dia e dezesseis de abril de mil oitocentos e sessenta e seis e assistiu os combates dêsse dia e dezessete do mesmo mês, e aos de dois e vinte de maio. Tomou parte na Batalha de Vinte e Quatro de Maio, na qual foi ferido. Assistiu aos combates de dezesseis e dezoito de julho do referido ano de mil oitocentos e sessenta e seis. Baixou ao hospital a vinte e nove de abril de mil oitocentos e sessenta e sete, e teve alta a três de maio. Fêz marcha de Tuiuti para Tuiucuê a vinte de julho do mesmo ano e assistiu aos combates dêsse dia. Baixou ao hospital a treze de janeiro de mil oitocentos e sessenta e oito, e teve alta a dezessete. Tomou parte no assalto da trincheira do Sauce, em vinte e um de março. Foi promovido a Anspeçada, a nove de junho. Marchou de Curupaiti para Humaitá a vinte e cinco de junho, e marchou novamente a dezoito de agosto e acampou a vinte e quatro de setembro em Palmas. Transpôs o Rio Paraguai, para a margem direita, a vinte e cinco de novembro; passou novamente à margem esquerda na noite de vinte e um de dezembro. Tomou parte nos combates de vinte e dois e vinte e cinco e assistiu ao de vinte e sete, todos em Lomas Valentinas, e rendição da Guarnição de Angostura a trinta, de onde marchou a trinta e um, tudo no citado mês de dezembro de mil oitocentos e sessenta e oito, e acampou em Assunção, a cinco de janeiro de mil oitocentos e sessenta e nove. Marchou e acampou em Luque a dez de março. Marchou novamente e acampou no-

vamente em Lambare a seis de abril, donde marchou a menos de vinte e quatro, de — Taquara e acampou a vinte e cinco em Pirajá. Assistiu aos reconhecimentos de vinte e seis no acampamento Ascurra e de três de junho, no Serro Leon. Promovido a Cabo a primeiro de julho e a Furriel a dezenove do mesmo mês. Expedicionou com a primeira divisão de Cavalaria a vinte e oito de julho e reuniu-se ao Exército a sete de agosto. Continuando a marchar acampou nas proximidades da Vila de Peribeubú a dez. Tomou parte no assalto dessa Vila a doze, marchou a treze, assistiu à Batalha de Nheenguaçu a dezesseis e acampou a trinta, tudo de agosto, na margem esquerda do Rio Manduvirá, onde embarcou a nove de setembro e desembarcou em Checutaguá. Embarcou novamente a vinte e desembarcou a vinte e um na Vila do Rosário. Foi promovido a segundo Sargento para a sétima Companhia, a primeiro de outubro. Marchou a oito e acampou no Capivarí a dezessete. Regressou a onze de novembro e acampou na citada Vila do Rosário a quatorze. Embarcou com destino a Humaitá, a vinte e cinco de fevereiro de mil oitocentos e setenta, e aí desembarcou a dez, aliás a vinte e sete. Foi elogiado em ordem do Comando das forças ao norte do rio Manduvirá, número dezoito de vinte e quatro do citado mês de fevereiro por haver com valor, abnegação e constância desafiado a Honra Nacional, suportado fadigas de cinco anos de Campanha no Paraguai. Em virtude da lembrança do Comando em Chefe de seis de abril, foi comissionado no posto de Alferes e ficou pertencendo à quarta Companhia. Embarcou em Humaitá, no vapor "Villeta" a dezesseis e desembarcou na Côrte do Império a trinta do referido mês de abril. Por decreto de sete de maio, foram-lhe concedidas as honras do Posto de Alferes do Exército em atenção aos relevantes serviços prestados na Campanha do Paraguai.

Foi dispensado do serviço do Exército a dezessete de maio de mil oitocentos e setenta, por ter sido nessa data dissolvido o dito vinte e sete Corpo de Voluntários da Pátria, em cumprimento à ordem do Govêrno Imperial, transcrita na ordem regimental número duzentos e quatorze da mesma data.

Nada mais consta que lhe seja relativo. Em firmeza do que mandei passar a presente que assino. Quartel em São Cristóvão.

dezoito de maio de mil oitocentos e setenta. Eu Joaquim Martins de Sousa Martins. Tenente Secretário a subscrevi. (Assinado) José Maria Ferreira de Assunção, Major Comandante Interino.

(Da *Gazetilha* do "Jornal do Comércio" de 13 de setembro de 1922).

A preciosa bandeira foi recolhida ao Museu Histórico, onde se encontra cuidadosamente guardada. Durante alguns anos, o bravo Tenente Fidêncio Lemos do Prado veio ao Museu nas datas aniversárias da entrada triunfal do Exército Brasileiro em Assunção, viajando com dificuldade da sua longínqua Imbituva. Entrava, dirigia-se à Sala Duque de Caxias, onde se acha exposta a sagrada relíquia, perfilava-se, batia-lhe a continência e permanecia alguns instantes diante dela em comovido silêncio. E então retirava-se discretamente. Depois, nunca mais apareceu. Foi dormir o sono tranqüilo dos que souberam amar e defender a sua pátria.

M. H. N.

TOCANTE SOLENIDADE

O Museu Histórico Nacional recebeu, na tarde de 30 de outubro de 1941, a visita de numeroso corpo de alunos do Colégio Salesiano Santa Rosa, tradicional estabelecimento de ensino de Niterói. O motivo dessa visita ao velho Museu da Praça Marechal Âncora traduz-se no oferecimento que a direção do Colégio Salesiano Santa Rosa fazia à casa onde estão guardadas tôdas as reliquias históricas do país, da Bandeira Nacional salva por um aluno daquele colégio, por ocasião do naufrágio da barca "Setima", ocorrido no ano de 1915, fato que teve grande repercussão pelas conseqüências trágicas de que se revestiu o lutuoso fato.

O Major Barbosa Leite, diretor de Educação Física do Ministério da Educação, atendendo aos desejos do Padre Francisco Lana, diretor do Colégio Salesiano Santa Rosa, entrou em entendimento com o Sr. Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional, marcando-se a solenidade para a tarde de 30 de outubro, perante grande número de alunos, professôres e convidados. Pouco depois das 15 horas, chegou ao local da solenidade o batalhão escolar com a respectiva banda de música, já se achando no pátio interno daquela repartição federal, além do Sr. Gustavo Barroso e seus auxiliares, o Major Barbosa Leite, Sr. Eugênio Borges e funcionários do Ministério da Educação. Depois de ligeiro descanso dos colegiais, quando se distribuiu "lunch" aos mesmos, teve início a solenidade.

No salão onde estão guardadas as reliquias da República, justamente no local em que se encontra o grande retrato a óleo de Benjamim Constant, teve início o ato. Falou o professor Aristeu Portugal Neves, em nome do diretor do Colégio Salesiano Santa Rosa,



Aspecto da entrega da bandeira do Colégio Salesiano Santa Rosa, salva do naufrágio da barca Sétima, ao Diretor do Museu Histórico pelo Diretor daquele educandário, Padre Francisco Xavier Lana, Corpus Docente e Discente, com a presença do Diretor do Departamento da Educação Física, do Ministério da Educação, Major Barbosa Leite, a 30 de outubro de 1941

que disse da satisfação dos membros do referido colégio entregando ao Museu Histórico o pavilhão salvo por ocasião do desastre ocorrido havia tantos anos.

Encerrada sua alocução, o professor Portugal recitou versos alusivos ao ato.

Falou, agradecendo a oferta, o Diretor do Museu Histórico, que, depois de receber a Bandeira Nacional, a colocou em lugar de destaque naquela sala.

No pátio, a banda de música do Colégio executou vários hinos que os alunos entoaram, terminando a solenidade — simples, mas bem expressiva — com uma série de saudações ao Brasil e às autoridades presentes.



Outro aspecto da mesma solenidade

COMUNICAÇÕES

A CAPELA DE CUNHAÚ

O Sr. Hélio Galvão enviou do Rio Grande do Norte ao Museu Histórico algumas fotografias da histórica capela do engenho Cunhaú, que publicamos, fazendo-as acompanhar das seguintes notas:

“A 31 de dezembro de 1633, após uma resistência de quatro dias, o forte dos Reis Magos capitula ante a investida dos holandeses. Em tal situação, alguns habitantes do Natal reúnem-se aos moradores do Ferreiro Torto, dispostos à reação. Dois dias depois da capitulação do forte, o major Cloppenburch comandando uma companhia de trinta homens, e auxiliado pelos capitães Falior e Cornelius von Uxsel, empreende um ataque aos engenhos de Francisco Coelho. Sob a direção de Vaz Pinto provedor da Fazenda Real, os naturais reagem vitoriosamente. O insucesso do ataque foi completo. Tanto bastou para que, enfurecidos, os holandeses empreendessem segunda investida. Com a colaboração de Calabar, os invasores usam do expediente de convocar em seu auxílio os tapuias, explorando a ferocidade do índio e engrossando suas fileiras. Ante a esmagadora superioridade inimiga, os heróicos defensores do engenho entregam-se. São em massa trucidados, inclusive Francisco Coelho, sua esposa e cinco filhos.

Agora o invasor vai acometer Cunhaú. Quando falo em Cunhaú não me refiro simplesmente à propriedade hoje pertencente à de Manuel Otôni de Araújo Lima. Cunhaú empregado aqui é o Cunhaú feudal, maior que o principado do Mônaco, que Jerônimo de Albuquerque doou aos filhos, em maio de 1604,

5.000 braças em quadro: Cruzeiro, Estrêla, Outeiro, Maranhão, Bom Passar, Mangueira, Tôrre, Boa Vista, Sargi, Vârzea, ma-



Capela de Cunhaú. Fachada. Totalmente destruída, vêem-se no chão blocos da parede, inclusive a arcada da porta principal

tas, paus, campos, ariscos. Terras que a morte, pela mão dos escravães, veio dividindo até hoje. . .



Capela de Cunhaú. Vista lateral esquerda

O Cunhaú que evoco é êste. O engenho com a capela. Seus proprietários: Matias e Antônio de Albuquerque, Joris Garstzman,

André de Albuquerque e não sei quantos descendentes. O Cunhaú que espantou Koster. Êsse é o Cunhaú que recordo, altar



Capela de Cunhaú. Vista lateral direita. Por dentro, encravada na parede, está a pia batismal, em pedra

da história rio-grandense, onde um sacerdote, *alter Christi*, derramou o sangue, molhando os paramentos sagrados.



Capela de Cunhaú. Fundo

Com o massacre de Ferreiro Torto o invasor holandês anima-se a vir a Cunhaú, onde é certo, conforme o relato dos seus espiões, existir muito açúcar armazenado e riqueza incalculável. Os historiadores não precisam a data. Dizem vagamente: princípios de 1634. Ali estão o capitão Álvaro Fragoso e seus companheiros. Espiões escapados do presidio orientam o invasor.



Capela de Cunhaú. Ao fundo vê-se o altar onde se celebrava a missa de 16-7-1634, na capela-mor. No corpo da Igreja, os nichos (altares laterais) aparecem manchados de fumaça onde ainda hoje a devoção popular vem pagar promessas com velas acesas durante a noite

Artichofskey, que viera por terra com 200 homens, inclusive índios, aproxima-se à noite. O ladrido da cachorrada denuncia a aproximação inimiga. Surpreendida, a guarnição do Cunhaú é atacada e submetida. "Indesculpável negligência", diz bem Rocha Pombo. Começa o saque: espoliação, a roubalheira, e tudo medido numa embarcação que naufraga ao sair da barrã. Cenas indescritíveis de vandalismo incrível são praticadas. O capitão Fragoso é aprisionado com 13 homens, fugindo os demais e morrendo 11, inclusive um frade capuchinho, segundo um cronista autorizado.

Mas a Cunhaú o destino reserva outra provação. No domingo 16 de julho de 1654, na capela de Nossa Senhora das Candeias, o capelão Pe. André de Soveral, nonagenário, envelhecido na prática das virtudes cristãs, celebra o santo sacrificio da missa. Chega o momento da elevação, momento solene, em que o Cristo cumpre a promessa feita aos homens por intermédio dos apóstolos: *et ecce ego vobiscum sum usque ad consumationem saeculi*. A um sinal comandado pelo judeu Jacó Rabi, que chegara de véspera para transmitir noticias do govêrno holandês — a indiada feroz investe contra os fiéis. Nem o sacerdote escapa. Todos são mortos a cacetadas. O sangue cristão rega o solo. E está consumada a tragédia brutal, em cujos detalhes já não vale insistir. O israelita Jacó Rabi está radiante. Sòmente escaparam, fugindo pelo telhado, Gonçalo de Oliveira e dois ou três criados.

Não fica aqui a história do Cunhaú. Ela se estende. Cunhaú hospeda o provável enviado maçônico Henry Koster. Daí Andrézinho, o mártir de 17, congrega os seus correligionários. Ai Dendê Arcoverde exerce a função de carrasco. E também aí, a 26 de julho de 1857, o mesmo Dendê bebe cianeto de potássio, buscando na morte o único esconderijo donde não o tiraria a polícia do Presidente Costa Dória.”

HÉLIO GALVÃO

UM ENIGMA HERÁLDICO

O primeiro número dos "Anais do Museu Histórico Nacional" publica à pág. 247, sob o título supra, uma interessante nota a propósito de um brasão de armas pintado numa chícara de porcelana. Todos os que, como nós, se dedicam aos estudos de Heráldica, conhecem muito bem as dificuldades para se identificarem brasões, sobretudo quando nêles vamos encontrar extravagâncias como, no caso, a coroa real que timbra as armas referidas. Tais extravagâncias nos levam, quase sempre, a caminhos errados e sòmente a dedicação e indispensável cultura heráldica de um investigador paciente serão capazes de esclarecer problema tão intrincado.

Duas particularidades se encontram nas citadas armas, ainda não devidamente esclarecidas. Trata-se, primeiramente, do pequeno animal (*coelho*) "que se acha no último quartel e para o qual" se não encontrou explicação. Em segundo lugar: "coroa que encima o escudo".

A bibliografia que temos a nosso alcance, graças à valiosa biblioteca do nosso prezado amigo Dr. Meneses Drummond, facilmente elucida a questão, pois o caso pode ser solucionado em vista do que consignam Vilas Boas e Sampaio na "Nobiliarquia Portuguesa" e o Conde de Castro e Solla em "Cerâmica Brasonada".

O ponto mais difícil, qual seja a identificação da família a que corresponde o último quartel, já pelo Museu foi elucidado: trata-se dos Baldaia. Sòmente Vilas Boas se refere ao *coelho*, pois assim descreve as armas daquela família: "BALDAES — Em campo branco hua flor de Lis. no meyo quatro rosas vermelhas; no fundo do escudo hum coelho" (ob. cit., ed. 1708, pág. 140).

Analiseemos essa descrição.

Vilas Boas omite o esmalte da flor-de-lis, particularidade essa que podemos encontrar esclarecida em outros autores, como Santos Ferreira (brasão n.º 165). Êste autor diz ainda que as rosas trazem pés e fôlhas de verde, o que também não é consignado por Vilas Boas, mas é confirmado pelo desenho reproduzido no 2.º volume dos "Anais do Museu Histórico".

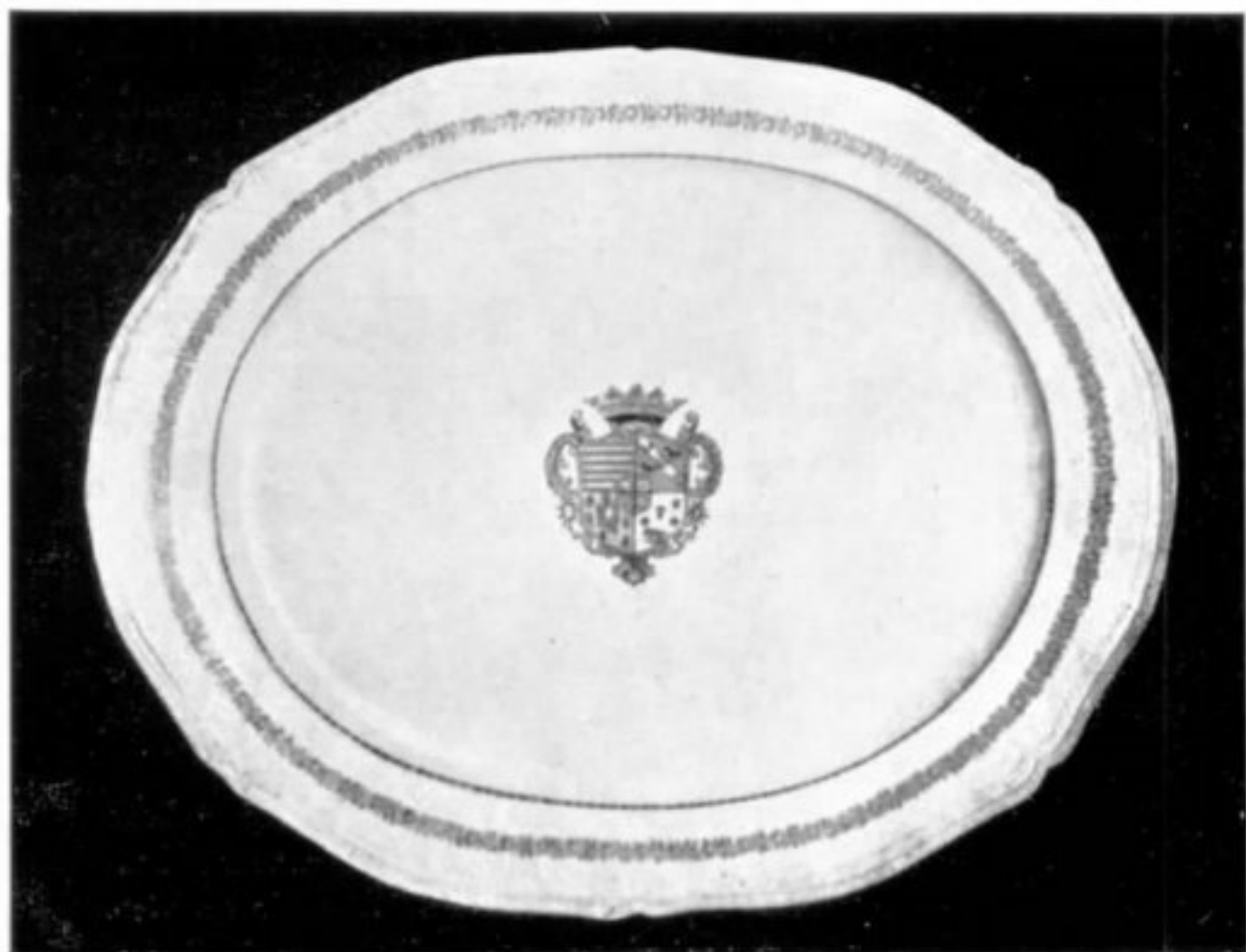


Fig. 1

Reprodução da estampa LVIII de "Cerâmica Brasonada", referente a uma travessa de porcelana da China (Cia. das Indias), que pertenceu a José Pamplona Carneiro Rangel Baldaia de Toar (Peça da coleção da Exma. Sra. D. Maria Amália d'Ávila)

A expressão "no fundo do escudo" encontra-se comumente em antiquíssimas cartas de brasão de armas e significa, em melhor expressão heráldica, "na ponta do escudo". Também não é espe-

cificado o esmalte do *coelho*. Tratando-se de um animal, podemos interpretar como sendo de "sua côr", mas como o coelho não tem côr peculiar (pois existem brancos, pretos, amarelos-ruços, cinzentos, pardos, etc.), na Heráldica, em casos tais, costuma-se geralmente dar uma côr indefinida, para o que muito se presta o



Fig. 1-A

Reprodução ampliada do brasão da travessa da fig. 1.

pardo (1). Há heraldistas que indicam até a côr "ao natural" quando diferente das conhecidas na Heráldica, por traçados convencionais, constituídos de linhas verticais cortadas por diagonais que partem do ângulo destro do chefe ao senestro da ponta, ou seja, uma conjugação dos traços indicativos de goles e sinopla.

O Conde de Castro e Solla, na sua "Cerâmica Brasonada", reproduz duas peças de porcelana, uma travessa e um prato (figs. 1 e 2), que pertenceram ao mesmo José Pamplona Carneiro

(1) Esta é, aliás, a côr do coelho silvestre.

Rangel Baldaia de Toar e nas quais se reproduzem as mesmas armas que se encontram na chicara pertencente ao Museu Histórico Nacional. Nas respectivas ampliações fotográficas dessas



Fig. 2

Reprodução da estampa C de "Cerâmica Brasonada", referente a um prato de porcelana da China (Cia. das Índias), que pertenceu a José Pamplona Carneiro Rangel Baldaia de Toar (Peça da coleção do Dr. Francisco de Assis Teixeira de Magalhães e Menezes)

armas (*figs. 1-A e 2-A*), apesar da pouca nitidez devida à reprodução original, podemos apreciar que se trata, de fato, dos mesmos atributos heráldicos, até o estilo ou formato do escudo que se assemelha ao que se encontra na chicara do Museu Histórico. Apenas

uma notável diferença: a coroa. Enquanto que, na chicara, o escudo é rematado por uma coroa real, nas peças de "Cerâmica Brasonada", encontra-se um coronel ducal. Tal fato seria motivo para inúmeras conjeturas, até as mais absurdas, como por exemplo de um duque que, depois, se tornou rei!

Segundo os "Anais do Museu Histórico", é possível "tenha sido engano de quem desenhou ou executou aquêlê escudo de



Fig. 2-A

Reprodução ampliada do brasão do prato da fig. 2

armas". Estamos de pleno acôrdo, pois o aparecimento, agora, de uma outra coroa mostra que sòmente a ignorância do executor do desenho do brasão o teria levado a pintar indevidamente uma coroa ducal e uma coroa real. Êsse executor ou quem o encarregou da execução, ignorando que a coroa constitui um atributo de categoria nobiliárquica, colocou ora uma coroa real e ora um coronel ducal, como se essa figura heráldica fôsse mero enfeite do brasão, sem

qualquer significação especial. Aliás, observando-se o paquife que ladeia as armas reproduzidas no prato e na travessa, verificaremos que o desenhista não tinha o menor conhecimento dos chamados "ornatos exteriores" (em que se incluem coroas e coronéis), porquanto o paquife, sendo um derivante do elmo, não pode existir sem êste. Ainda há pouco tempo, tivemos ocasião de apreciar um desenho original de um brasão, pintado em 1856 por Luiz Aleixo Boulanger, que também nunca demonstrou ter tido sólidos conhecimentos de Heráldica, pois no desenho em aprêço o paquife surge de baixo de um coronel de barão, apesar de não haver um elmo.

Tais arbitrariedades, de uso indevido de coroas e coronéis, não têm passado despercebidas de modernos heraldistas. Na já citada obra, o Conde de Castro e Solla, a êsse propósito, anota o seguinte:

"Os erros e confusões de coroas, nas peças de cerâmica, nos ex-libris, nos super-libris, nas portinholas das cadeirinhas e liteiras, nos xairéis, nos reposteiros, nos sinetes, nas pedras que ostentam as frontarias e esquinas dos solares ou nas que alcatifam as capelinhas do nosso país, são usuais, constantes.

.....

E não se dava isto só nas casas de titulares, ou nas que os tinham nos seus ascendentes. Também nas que o não eram, nem os tinham na sua ascendência, aparecem, por essas províncias afora, brasões encimados por coroas ducaes, ou *parecidas*, que os seus descendentes hoje querem explicar como probatórias da sua esclarecida nobreza" (*ob. cit.*, vol. I, pág. 17, nota 6).

Pela outra nota, que a seguir transcrevemos, podemos ver que tais fatos não se davam apenas com as coroas e coronéis, pois até nos chapéus eclesiásticos ocorriam as mesmas arbitrariedades.

"Pôr o número de borlas, 15 a cada lado (em cinco ordens), postas 1, 2, 3, 4 e 5, parece que se quis representar o chapéu de cardeal, o que não admira, porque, assim como os nossos fidalgos, alguns até de poucos avós conhecidos, encimavam, em geral, os seus escudos com a coroa *ducal* (não se contentavam com menos!), também

nos chapéus dos dignitários da Igreja se nota tendência para se figurarem graus de mais elevada categoria eclesiástica do que a pertinente” (*ob. cit.*, vol. I, pág. 140, nota 2).

Tratando-se de elementos que possam ser úteis a futuras pesquisas, é que transcrevemos as notas acima, oriundas de uma grande autoridade, podendo nós, por êsse motivo, fornecer mais os seguintes esclarecimentos orientadores na identificação de brasões.

Analizando um prato armoriado de D. Pedro de Almeida, que foi vice-rei da Índia, o Conde de Castro e Solla chama a atenção para a “excentricidade” de o respectivo brasão se achar “encimado pela coroa Real, alusiva ao alto cargo de *vice-Rei*”.

Ainda em “Cerâmica Brasonada”, encontra-se transcrita a carta de brasão de armas do rei D. Luis, concedida em junho de 1865 (reg. no L.^o 9.^o, fls. 55 e 56) a Júlio Gomes da Silva Sanchez, que exercia, entre outros altos cargos, o de Conselheiro de Estado. Nessa carta de brasão, entre os ornatos exteriores das armas, encontra-se o seguinte: “Coroa de Marquês por ter sido últimamente nomeado Conselheiro de Estado efetivo a quem pertence a mesma pela Régia Resolução de 7 de novembro de 1860.”

Portanto, sempre que deparamos com um brasão ostentando uma coroa real e verificando-se não se tratar de pessoa da família reinante, podemos voltar nossas vistas aos que exerceram as funções de *vice-rei* (2); sendo um coronel de marquês, aos Conselheiros de Estado. Evidentemente não se trata de um elemento absoluto e seguro, mas tão somente de uma pista que nos possa levar ao esclarecimento da verdade, pois, como vimos, num grande número de casos, estaremos em face de simples fantasia ou ignorância.

Pelo exposto, fica esclarecido que a chicara existente no Museu Histórico Nacional pertenceu de fato a José Pamplona Carneiro

(2) No 1.^o número dos “Anais do Museu Histórico Nacional”, à pág. 233, podemos ver a reprodução das armas dos Vice-Reis do Brasil que figuraram na Exposição Histórica do Brasil em Belém, as quais estão rematadas pela Coroa Real.

Rangel Baldaia de Toar, cujas armas se reproduzem naquela peça. Esclarece-se, ainda, que "um coelho de sua côr pôsto em ponta" é um atributo heráldico das armas dos Baldaia e que a coroa real não passa, no caso, de mera fantasia ou produto de ignorância.

Finalizando estas notas despretensiosas, desejamos mais uma vez nos prevalecer do ensejo para felicitar calorosamente o Museu Histórico Nacional, pelos seus brilhantes trabalhos.

ROBERTO THUT

BIBLIOGRAFIA

- Anais do Museu Histórico Nacional — "Um enigma heráldico" — Vol. 1,
— Rio de Janeiro, 1940.
- CASTRO E SOLLA (*Conde de*) — "Cerâmica Brasonada" — Lisboa, 1928.
- DREYFUS (*Jenny*) — "Heráldica" — *Rev. Geneal. Bras.*, n.º 6, São Paulo,
1942.
- MARTIN DE MONTALBO (*Jules*) e RICHETÉ (*Raymond*) — "Armoiries et Déco-
rations" — Paris, 1896.
- SANTOS FERREIRA (*Major Guilherme Luís*) — "Armorial Português — Lisboa,
1920-23.
- VILAS-BOAS (*Antônio de*) — "Nobiliarquia Portuguesa" — Lisboa, 1708.

O MUSEU HISTÓRICO DO BRASIL

Do *Diário de Coimbra* — Portugal — 1 de
abril de 1943.

O Brasil possui um Museu Histórico Nacional, que é, segundo dizem os que o viram, uma realização admirável. O que é natural, desde que se saiba que o seu diretor é o escritor eminente Dr. Gustavo Barroso, que ainda há três anos visitou Portugal por ocasião das celebrações centenárias. Pois o Museu publica os seus Anais, de que chegou agora a Lisboa o primeiro volume. Trata-se de uma coletânea valiosa de estudos assinados por nomes prestigiosos da cultura brasileira, interessando muitos deles igualmente a Portugal. Aliás, é sempre difícil estabelecer-se uma separação entre o que nos diz respeito e o que se refere ao país irmão. Não há linhas divisórias para o coração. E o Atlântico, em vez de separar, mais não faz do que unir os dois povos num abraço fraterno.

Folheando o volume, salta-nos à vista o primeiro artigo, assinado pelo diretor do Museu e desenvolvendo o seguinte tema: "Mobiliário luso-brasileiro." Chega-se, neste breve estudo, à conclusão de que não há no Brasil nenhum "estilo colonial", nem na arquitetura, nem no mobiliário. O autor frisa, a propósito, que "o que é verdade quanto à arquitetura tem de ser logicamente verdade quanto ao mobiliário, porque este nasce daquela e nunca houve criação de móveis que se não inspirasse na edificação". E define: "O móvel é a arquitetura interior do imóvel, é a arquitetura reduzida."

Outro artigo, êsse subscrito pelo professor Meneses de Oliva, refere-se ao pintor Leandro Joaquim, refutando as opiniões que

atribuem àquele artista seis painéis famosos da Sala D. João VI do Museu Histórico Nacional. Na verdade, se, como diz o articulista, quando a côrte bragantina chegou ao Brasil já Leandro Joaquim tinha falecido, como pode atribuir-se-lhe a autoria dos seis ovais do Museu, se, pelo menos, três dêles registam acontecimentos ligados à chegada ao Brasil da família real? Além disso, o professor Meneses Oliva, reconhece que, pela técnica e pelo emprêgo das mesmas tintas, os seis quadros são obra de um único artista que nunca poderia ser o pintor fluminense.

Este volume dos Anais contém, entre numerosas gravuras, a reprodução do que justamente se intitula "Duas preciosidades iconográficas". A primeira é uma miniatura de D. Sebastião, que se supõe ser uma cópia do retrato de Afonso Sanches Coelho. O que é curioso é que a bela pintura sôbre aço foi encontrada no interior de Minas Gerais, nas mãos de um velho colecionador de objetos antigos. A outra preciosidade é um quadro a óleo de Delarive que representa a partida de D. João VI para o Brasil em 1807. Esta obra foi adquirida em Lisboa por Navarro da Costa, que entre nós esteve também em missão oficial por ocasião das festas do Duplo Centenário.

Queremos ainda citar o artigo "A Exposição Histórica do Brasil em Portugal e seu catálogo", firmado por Gustavo Barroso.

Todos nós, os que tivemos a dita de percorrer dias e noites a fio os pavilhões da Praça do Império, passeando neles como quem deambulasse no tempo e no espaço, na mais espantosa das viagens, todos nós nos lembramos do Palácio Histórico do Brasil, sobretudo daquela rotunda em que se via a árvore simbólica do Brasil, com as suas raízes firmadas no torrão lusiada. Este Palácio ficava no lado opôsto àquele em que se erguia o Pavilhão do Brasil. Um representava a grande pátria de hoje; o outro, tudo aquilo que o tornou possível, desde a hora maravilhosa do descobrimento.

O Dr. Gustavo Barroso aproveita o ensejo para, mais uma vez, classificar de magnífico o certame de Belém, apontando o caráter espiritual e simbólico de tôda a Exposição Portuguesa. E, referindo-se à participação do Brasil através do seu pavilhão histórico, diz que ela obedeceu "ao pensamento superior de mostrar ao país irmão o amor pela nossa tradição comum".

Todos os estudos dêste volume dos Anais do Museu Histórico Nacional têm interêsse e merecem ser lidos por quantos se preocupam com as cousas do passado e as relações que sempre ligaram portuguezes e brasileiros.

Isto quanto ao livro. Quanto ao Museu basta lembrar que êle foi fundado há 21 anos, contando apenas duas salas, e que dispõe hoje de mais de duas dezenas, repletas de objetos preciosos, para se ter um índice perfeito da atenção que tem merecido ao Estado e aos particulares — que enriquecem constantemente as suas coleções — e também da orientação admirável que lhe imprimiu o Dr. Gustavo Barroso, êsse homem que levava o seu amor ao Brasil ao ponto de saber, como poucos portuguezes, o próprio passado de Portugal.

(A. S. M.)

ÍNDICE

ÍNDICE DO VOLUME III

	<i>Págs.</i>
Gustavo Barroso — <i>A Heráldica dos Vice-Reis</i>	5
Edgard de Araujo Romero — <i>Circulação do Ouro em Pó e em Barra</i> — <i>As Casas de Fundição</i>	125
Angyone Costa — <i>Significado e correlação da tanga com a arqueologia</i> <i>do Brasil</i>	189
Paulo Olinto — <i>Aspectos do Rio Antigo — Jacques Arago e os desc-</i> <i>nhistas das expedições científicas francesas entre 1817 e 1840....</i>	209
Nair de Moraes Carvalho — <i>O Barão da Vitória no Museu Histórico...</i>	227
Yolanda Marcondes Portugal — <i>O Culto da Virgem Maria na Numis-</i> <i>mática</i>	241
Jenny Dreyfus — <i>A louça brasonada no Museu Histórico</i>	265
Nilza Botelho — <i>Evocações de Botafogo Antigo</i>	347
Fortunée Lévy — <i>Moedeiros</i>	365
Adolfo Dumans — <i>A idéia da criação do Museu Histórico Nacional....</i>	383
APÊNDICE :	
Gustavo Barroso — <i>Esquematisação da História Militar do Brasil....</i>	401
" " — <i>Museu Ergológico Brasileiro</i>	433
" " — <i>Os Museus e a Guerra</i>	449
M. H. N. — <i>Arquitetura Nacional</i>	455
M. H. N. — <i>Um valioso presente para o Museu Histórico</i>	467
M. H. N. — <i>Tocante solenidade</i>	473
COMUNICAÇÕES	
Hélio Galvão — <i>A Capela de Cunhaú</i>	479
Roberto Thut — <i>Um enigma heráldico</i>	485
A. S. M. — <i>O Museu Histórico do Brasil</i>	495

1945
IMPRESA NACIONAL
RIO DE JANEIRO - BRASIL

